JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 5
Camara Municipal de Cláudia 6
Câmara Municipal de Matupá 6
Câmara Municipal de Nova Guarita 6
Camara Municipal de Santa Rita do Trivelato 6
Camara Municipal de Santo Antônio do Leste 7
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 7
Camara Municipal de Tangará da Serra 8
Camara Municipal de Várzea Grande 8
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 11
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA 12
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 12
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 12
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 13
Prefeitura Municipal de Acorizal 14
Prefeitura Municipal de Água Boa 14
Prefeitura Municipal de Alto Garças 17
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 27
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 48
Prefeitura Municipal de Apiacás 80
Prefeitura Municipal de Araguaiana 81
Prefeitura Municipal de Araguainha 81
Prefeitura Municipal de Araputanga 82
Prefeitura Municipal de Arenápolis 82
Prefeitura Municipal de Aripuanã 83
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 88
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 89
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 90
Prefeitura Municipal de Cáceres 90
Prefeitura Municipal de Campinápolis 99
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 115
Prefeitura Municipal de Campo Verde 121
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 132
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 135
Prefeitura Municipal de Canarana 136
Prefeitura Municipal de Carlinda 136
Prefeitura Municipal de Castanheira 138
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 138
Prefeitura Municipal de Cocalinho 140
Prefeitura Municipal de Colíder 143
Prefeitura Municipal de Colniza 143
Prefeitura Municipal de Comodoro 144
Prefeitura Municipal de Confresa 145
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 156
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 172
Prefeitura Municipal de Curvelândia 196
Prefeitura Municipal de Diamantino 196
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 197
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 198
Prefeitura Municipal de Itanhangá 199
Prefeitura Municipal de Itiquira 241

Prefeitura Municipal de Jaciara 243
Prefeitura Municipal de Jangada 245
Prefeitura Municipal de Juara 246
Prefeitura Municipal de Juruena 249
Prefeitura Municipal de Juscimeira 254
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 254
Prefeitura Municipal de Luciara 256
Prefeitura Municipal de Marcelândia 256
Prefeitura Municipal de Matupá 257
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 265
Prefeitura Municipal de Nobres 291
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 322
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 331
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 340
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 348
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 349
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 350
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 354
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 355
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 356
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 359
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 359
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 361
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 361
Prefeitura Municipal de Paranatinga 362
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 363
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 363
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 364
Prefeitura Municipal de Poconé 366
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 366
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 366
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 367
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 392
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 393
Prefeitura Municipal de Poxoréu 394
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 413
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 414
Prefeitura Municipal de Rio Branco 415
Prefeitura Municipal de Rondolândia 415
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 416
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 418
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 418
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 420
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 421
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 426
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 427
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 429
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 430
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 473
Prefeitura Municipal de São José do Povo 475
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 476
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 479
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 479
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 480
Prefeitura Municipal de Tabaporã 481
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 482
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 484
Prefeitura Municipal de União do Sul 485
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 486
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 486
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 492
Prefeitura Municipal de Vila Rica 494
União Dos Dirigentes Municipais De Educação De Mato Grosso - UNDIME 495

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

(65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COVID-19: PORTARIA Nº 85/2021

Estabelece novas condições para atendimento ao público, que será realizado por meio de telefone, WhatsApp ou e-mail, suspensão do ponto eletrônico, regulamenta as audiências públicas da Câmara Municipal de Cáceres, como medida preventiva à propagação do COVID-19 provocado pelo novo coronavírus.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES** no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 21, inciso I, alíneas "a" e "b", inciso II, alíneas "a" e "m", c/c artigo 23 e artigo 24, inciso I, alíneas "a" e "b";

Considerando suas atribuições legais previstas no artigo 23 incisos II e III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a publicação do Decreto Estadual n° 832, de 01 de março de 2021, que "*Atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 e dá outras providências."*

Considerando a publicação do COVID-19-Decreto Municipal nº. 240 de 02 de março de 2021 que "*Ratifica o Decreto Estadual nº 836, de 01 de março de 2021 e dá outras providências*."

Considerando o grande aumento dos casos de COVID19, no Estado e em nosso Município e a indefinição quanto ao período da vacinação da população, onde o Painel epidemiológico nº 362 da SES, aponta, na data de 05/03/2021, o percentual de 97% (noventa e sete por cento) de ocupação de todas as UTIs do Estado.

Considerando a necessidade de facilitar o isolamento com a finalidade de evitar a propagação do COVID-19.

Considerando a deliberação dos Vereadores que participaram da reunião *online,* realizada no dia 05/03/2021 pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres.

RESOLVE:

Art. 1º Suspender pelo período de **08/03/2021 a 17/03/2021**, o uso do ponto eletrônico, alterando ainda a forma do atendimento ao público em geral promovido pela Câmara Municipal de Cáceres.

Parágrafo único. As chefias imediatas dos servidores da Câmara Municipal de Cáceres deverão encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos relação de cumprimento da jornada de trabalho de seus subordinados, e, caso haja alguma falta, está também deverá ser informada para fins de desconto.

Art. 2º A Câmara Municipal **estará fechada** para o atendimento ao público, **no período descrito no artigo 1º**, porém, será disponibilizado o número de telefone, WhatsApp e endereço eletrônico de e-mail de todos os vereadores, para o atendimento ao público em geral, dados esses que também constarão na página oficial da Câmara Municipal de Cáceres, inclusive no Facebook, e ainda, na porta de entrada da sede da Câmara Municipal de Cáceres, com a finalidade de evitar aglomerações que possam facilitar a propagação do COVID-19.

§ 1º Nas sessões ordinárias, extraordinárias, e nas audiências públicas realizadas pela Câmara Municipal de Cáceres no período descrito no artigo 1º, não serão admitidas a presença de pessoas em Plenário, para assistilas, com a finalidade de evitar aglomerações que possam facilitar a propagação do COVID-19.

§ 2º As sessões ordinárias, extraordinárias, e as audiências públicas poderão ser realizadas na forma eletrônica "videoconferência", em horários pré-definidos e devidamente publicados no site oficial da Câmara Municipal de Cáceres, como instrumento de transparência dos atos praticados pela Câmara Municipal de Cáceres, para discussão das proposições, além de outros atos e projetos inerentes às atividades institucionais da Câmara Municipal de Cáceres.

§ 3º A ferramenta eletrônica utilizada para realização das audiências públicas deve oferecer amplo acesso público, como forma de incentivo à participação popular, ficando também garantido o direito de manifestação através dos seguintes meios eletrônicos:

I - Via Ouvidoria-LAI (Lei de Acesso à Informação), pelo link de acesso disponível no site da Câmara Municipal de Cáceres.

II - Via participação on-line durante a audiência pública eletrônica.

§ 4º As manifestações de que trata o inciso I do parágrafo terceiro desse artigo, devem ser registradas até o 2º dia imediatamente anterior à realização da audiência pública, para que seja possível, em tempo hábil, a análise e/ou inclusão das manifestações na pauta de discussão.

§ 5º As Atas de realização das Sessões e Audiências Públicas, serão elaboradas e juntadas à confirmação das participações dos usuários, na forma eletrônica escolhida pelos mesmos.

Art. 3º Fica assegurada a ampla divulgação do Convite da Audiência Pública eletrônica, nas mídias em geral e nos meios eletrônicos oficiais da Câmara Municipal de Cáceres, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. O convite de que trata o caput desse artigo, irá estabelecer no mínimo:

I - Data e horário da realização;

II - Objetivo;

III - Meios de coletas de dados e manifestações;

IV - Endereço eletrônico;

V - Outras informações relevantes.

Art. 4º Sem prejuízo de outras medidas legais passíveis de serem adotadas, em atenção aos esforços de contenção à propagação da infecção pela COVID-19, as audiências públicas serão divulgadas e ficarão disponíveis para acesso, em endereço eletrônico a ser disponibilizado no site da Câmara Municipal de Cáceres.

Art. 5º Fica(m) suspenso(as):

I – As atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos realizados pela Câmara Municipal de Cáceres que impliquem a aglomeração de pessoas;

II – A participação de servidores em eventos, salvo com autorização expressa do Presidente da Câmara Municipal de Cáceres.

Art. 6º O servidor com suspeita de contaminação pelo novo coronavírus, conforme protocolo estabelecido pela autoridade sanitária, deverá comunicar o fato à chefia imediata e encaminhar as informações ao Presidente da Câmara Municipal de Cáceres.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, o servidor deverá procurar a unidade de pronto atendimento de Saúde para seguir o protocolo recomendado pela unidade.

§ 2º Em caso de isolamento o mesmo deverá encaminhar o atestado médico a Chefia Imediata, e, só retornará ao serviço após o retorno Médico que constatará a aptidão para retorno, seja por realização de novo teste ou apresentação de declaração.

Art. 7º Durante o período descrito no artigo 1º, poderá ser instituído sistema de teletrabalho e revezamento da jornada de trabalho para os servidores, respeitada a carga horária correspondente aos respectivos cargos.

§ 1º A implantação do teletrabalho e do revezamento da jornada de trabalho mencionada no caput deste artigo deverá ser avaliada e regulamentada conforme a necessidade de cada Gabinete e Secretária, determinados por seus Vereadores e Diretores respectivamente.

§ 2º Os servidores que estiverem realizando teletrabalho ou revezamento de jornada ficarão de sobreaviso com meios de contatos telefônicos, inclusive pelo aplicativo Whatsapp, para serem requisitados por suas chefias ou pelo Presidente da Câmara Municipal, sendo considerado falta funcional o não atendimento.

§ 3º Os servidores da Câmara Municipal de Cáceres que se enquadrarem no grupo de risco, definido pelo Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, dentre eles os idosos, diabéticos, hipertensos, quem tem insuficiência renal crônica, quem tem doença respiratória crônica, quem tem doença cardiovascular, gestantes, etc, ficarão em regime de teletrabalho, devendo cumprir rigorosamente as determinações contidas no parágrafo anterior, no que couber.

§ 4º Também será considerado falta funcional qualquer ato de desídia cometido por Servidores durante o período de quarentena que acarrete prejuízos ao bom andamento dos serviços administrativos e legislativos da Câmara Municipal.

Art. 8º O gestor dos contratos da Câmara Municipal de Cáceres, relacionado a prestação de serviço deverá notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública:

I - Adotem todos os meios necessários para o cumprimento das determinações constantes desta Portaria; e

II - Conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do coronavírus e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, de retorno de viagem ou que tenham contato ou convívio direto com casos confirmados, prováveis ou suspeitos.

Art. 9º Neste período poderão ser realizadas excepcionalmente sessões e audiências extraordinárias, que serão convocadas na forma regimental.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 05 de março de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 083/2021

"*Dispõe sobre a declaração em efetivo exercício da Senhora RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA DA COSTA e dá outras providências.*"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 0609, de 23 de fevereiro de 2021, desta Casa Legislativa Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º DECLARAR em efetivo exercício a senhora **RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA DA COSTA**, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara Municipal de Cáceres, a partir de 05 de março de 2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 05 de março de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 084/2021

"*Dispõe sobre a concessão de férias a servidora ELIZABETH PEREZ ARTIAGA, e dá outras providências.*"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e de acordo como Art. 69, §§1º, 2º, 3º e 4º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997:

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo nº 0714, de 101 de março de 2021, ambos deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a servidora **ELIZABETH PEREZ ARTIAGA**, matrícula nº 621, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, **30 (trinta) dias de gozo de férias, parcelados em 02 (duas) etapas**, relativas ao período aquisitivo de 2020/2021:

I – A **primeira etapa** será usufruída a partir do dia 01 de abril de 2021, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 21 de abril de 2021.

II – A **segunda etapa** será usufruída a partir do dia 02 de agosto de 2021, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 12 de agosto de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 05 de março de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
ATO PRESIDENCIA Nº 014/2021

ATO DA PRESIDÊNCIA 014/2021

O senhor BENEDITO EDMILSON DE FREITAS FILHO, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães e considerando:

- a declaração da Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020, de que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, se caracteriza como pandemia;

- a importância epidemiológica da prevenção individual e coletiva;

- a necessidade de adoção de medidas emergenciais visando à redução da circulação de pessoas no recinto da Câmara, de forma a evitar contaminações em grande escala, restringir riscos e preservar a saúde da população e servidores, e

- o Decreto nº 836/2021 do Governo do Estado de Mato Grosso,

RESOLVE

Art. 1º – **SUSPENDER** o expediente ao público no âmbito do Poder Legislativo, no período de **05 de março de 2021 a 20 de março de 2021.**

Art. 2º - **DETERMINAR** que as sessões plenárias sejam realizadas em ambiente fechado, sendo vedado o acesso do público.

Parágrafo único. As sessões serão transmitidas pelos canais digitais disponíveis.

Art. 3º - **DETERMINAR** queos servidores do Poder Legislativo, cumpram a carga horária em expediente interno.

Art. 4º - O expediente interno da Câmara Municipal a partir do dia **05/03/2021** ocorrerá das **07h00 as 12h00 (matutino) e 13h00 as 18h00 (vespertino)**

§ 1º. Os atendimentos ao público continuarão sendo realizados através de solicitações por e-mail e telefone: camaramunchapada@gmail.com – **(65) 3301 1150 – 3301 2020 – (período matutino – contato: servidora TELMA; e no período vespertino: servidora TAMIRIS (99322-4982).**

§ 2º - O recebimento de documentos será realizado no protocolo geral da Câmara no horário definido no artigo 4º, mediante comunicação prévia pelo e-mail ou telefone constante do parágrafo anterior.

Art. 5º - O serviço de vigilância não se enquadra na presente determinação.

Art. 6º - Este Ato entra em vigor na presente data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 05 de março de 2021.

BENEDITO EDMILSON DE FREITAS FILHO

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA ESTADO DE MATO GROSSO
DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020, REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020, REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS - CONTRATANTE: Câmara Municipal de Cláudia, CNPJ: 01.311.778/0001-84 e PROMITENTE FORNECEDORA: PLC - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ- 03.642.984/0001-00 - DO OBJETO**:** 1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do item previsto na tabela abaixo:

Item	Descrição	Valor Unitário Atual
01	**GASOLINA COMUM** devidamente certificada e registrada na ANP (Agência Nacional de Petróleo).	R$ 5,01

DO VALOR: O valor para o referido item passa a ser de:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO ATUAL	AUMENTO	PREÇO REEQUILIBRADO
01	**GASOLINA COMUM** devidamente certificada e registrada na ANP (Agência Nacional de Petróleo).	R$ 5,01	R$ 0,28	**R$ 5,29**

§1º - A justificativa do aumento ocorre em face da elevação sobre os valores dos combustíveis, conforme demonstrado através de Notas Fiscais anexadas no requerimento.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta do orçamento próprio. DISPOSIÇÕES FINAIS: Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas na Ata de Registro de Preços, celebrado entre as partes em data de 01/06/2020. LEONIR RIZZI - Presidente. Cláudia - MT, 04 de março de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 001/2021

AVISO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 001/2021

A Câmara de Matupá, comunica a todos os interessados que será realizado "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE MÍDIA, PRODUZIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT" no dia 19 de março de 2021 às 09h30min na sede da Câmara Municipal. Maiores informações através do Edital nº. 001/2021, que está disponível no site http://www.camaramatupa.mt.gov.br/, pode ser solicitado pelo e-mail: compras.camaramatupa@outlook.com ou junto à sede da Câmara Municipal de Matupá, localizada na Rua 02, nº 336 ZC-001, fones (66) 3595-1841 das 07h00min às 13h00- min. Matupá – MT, .

05 de março de 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

PORTARIA Nº. 18/2021/GP/CMNG - NOMEAÇÃO DE PROCURADOR LEGISLATIVO

PORTARIA Nº. 18/2021/GP/CMNG

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT".

O Exmo. Sr. **HEITOR BALESTRIN**, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

ART. 1º - Nomear, de acordo com o Art. 13, I da Lei Nº. 023/95 que, "Dispõe Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Nova Guarita-MT", o Senhor **FERNANDO SALLES MICHELETTI**, aprovado no concurso público nº. 001/2020, homologado pela Portaria n° 019/2020, para exercer a partir do dia 08 de março de 2021, em caráter efetivo no cargo de **Procurador Legislativo** "Classe **A**", nivel 01, do Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal, criado pela Lei Complementar n°. 053/2019.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

ART. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

HEITOR BALESTRIN

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA CONTRATO Nº 001/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE REVISTA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS DA POSSE DOS VEREADORES ELEITO E COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA BIÊNIO 2021/2022 DO MUNICIPÍO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Art. 2°, da Lei Municipal n° 494/2014.

CONTRATADA: EDITORA MEGA CNPJ **nº 18.857.639/0001-53**,

VALOR TOTAL: R$ 3.200,00

VIGÊNCIA: 31/12/2021.

HOMOLOGO E ADJUDICO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 04 de março de 2021.

Wanderson Pereira Dias

Presidente Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DE DISPENSA Nº 001/2021

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, através de seu Presidente, Sr. **WANDERSON PEREIRA DIAS**,

RESOLVE **HOMOLOGAÇÃO** o procedimento de Dispensa licitatória nº 001/2021, autorizado pela Lei nº 8.666/93 em razão de o valor ser inferior a 10%, do percentual permitido por lei. O Processo é destinado à seleção de melhor proposta, visando a contratação de empresa especializada na confecção de revista, para prestação de serviços de divulgação dos atos da posse dos vereadores eleito e composição da mesa diretora biênio 2021/2022, e **ADJUDICAR** o objeto licitado em favor da empresa **EDITORA MEGA** CNPJ **nº 18.857.639/0001-53**,a qual cotou a proposta mais vantajosa para este Poder Legislativo Municipal.

Santa Rita do Trivelato – MT, aos 04 de março de 2021.

Wanderson Pereira Dias

Presidente Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

DECRETO Nº004/2021

DECRETO Nº004/2021

DE: 04 DE MARÇO DE 2021

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO A PANDEMIA, A FIM DE CONTER A DISSEMINAÇÃO DO COVID-19 E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIA.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, **ELIEZER SILVA DE MORAIS**, no uso e gozo de suas atribuições legais resolve decretar:

CONSIDERANDO o aumento no número de casos confirmados no município de Santo Antônio do Leste e em todo estado,

CONSIDERANDO a taxa de ocupação de 100%no leitos de UTI(unidade de tratamento intensivo) no município vizinho de Primavera do Leste,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 836/2021, de 01 de março de 2.021, o qual “Atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da COVID-19 e dá outras providências”,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 016/2021 DE: 02 de MARÇO de 2021, DECRETA: ARTIGO 1º. – “**Art. 1º.Ficam atualizadas as medidas restritivas para conter a disseminação da facultativo Covid-19 em todo território santoantoniense**”.

DECRETA:

Art. 1º - A observância aos seguintes protocolos de saúde e normas sanitárias na Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste durante seu funcionamento.

Art.**2º-** A ampliação da frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual e outros.

Art.**3º-** A priorização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

Art.**4º-** Isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

Art.**5º-** Adoção de medidas determinadas por autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial.

Art.**6º-** Fica suspenso o atendimento ao público neste órgão, Câmara Municipal de Santo Antônio do leste.

Art. 7º - As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis em caso de necessidade.

Art.**8º-** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Leste-MT, 04 de Março de 2021.

ELIEZER SILVA DE MORAIS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 021/2021

PORTARIA Nº 021/2021

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTATOS DA CÃMARA MUICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, PARA O ANO DE 2021.

A Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, **INEZ CAETANO LOPES ,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E :

Art. 1º SUBSTITUIR a Servidora **DANIKELLY LOPES DO AMARAL ,** de **FISCAL DE CONTRATOS** pela Servidora **ANA PAULA MUNHOZ CERVANTES** à partir de 05 de março de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E-S E P U B L I Q U E –S E

Gabinete do Presidente, em 05 de março de 2021.

INEZ CAETANO LOPES

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 022/2021

PORTARIA Nº 022/2021

DISPÕE SOBRE A SUSBSITUIÇÃO DE SERVIDOR COMO GESTOR DE CONTRATOS DA CÃMARA MUNICIPAL EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, **INEZ CAETANO LOPES,** no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E :

Art. 1º -SUBSTITUIR a Servidora ANA PAULA MUNHOZ CERVANTES GESTORA DE CONTRATOS da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, para o Exercício de 2021, pela Servidora **MARTA CRISTINA BARTOLOMEU MORO** À PARTIR DE 05 DE MARÇO DE 2021.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E-S E P U B L I Q U E –S E

Gabinete do Presidente, em 05 de março de 2021.

INEZ CAETANO LOPES

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2021

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2021

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃOE CONTROLE A DISSEMINAÇÃO DO CORANAVÍRUS- COVID-19.

INEZ CAETANO LOPES, Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 027/2021 de 04 de março de 2021, o qual dispõe sobre necessárias medidas de caráter temporário pa-

ras prevenção e controle da contaminação pelo novo Coronavírus –COVID-19, no território do Município de São José do Rio Claro-MT;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da saúde dos servidores e vereadores;

CONSIDERANDO que três servidores deste parlamento se encontram isolados com suspeitas de contaminação pelo novo Coronavírus- COVID-19;

CONSIDERANDO o que dispõe o inciso IV art. 2º do citado Decreto, qual seja:

"evitar reuniões presenciais de trabalho..."

RESOLVE:

Artigo 1°- Suspender a realização da Sessão Ordinária do Poder Legislativo, prevista na data de (05/03/2021), às 17:00 horas.

Art. 2º - A Mesa Diretora se reunirá para deliberar sobre a possibilidade de realização de Sessão virtual durante a vigência do referido Decreto.

Artigo 3°- Este Decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, de São José do Rio Claro-MT, 05 de março de 2021.

INEZ CAETANO LOPES

Presidente/2021

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

PORTARIA Nº 38 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA Nº 38 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR II, SENHORA AMANDA VITORIA DA SILVA PEREIRA

O Senhor **FABIO BRITO**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE

Art. 1º - **NOMEAR** aSenhora AMANDA VITORIA DA SILVA PEREIRA, portadora da cédula de identidade RG nº 2888796-4 SSP/MT e CPF nº 058.170.161-50, para o Cargo Assessora Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo **DA-IV**, constante do anexo **II** da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009, devendo cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao mencionado cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia primeiro de março de 2021, data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

FABIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

PORTARIA Nº 40 DE 1 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA Nº 40 DE 1 DE MARÇO DE 2021.

Concede Férias Regulamentares.

O Senhor **FABIO BRITO**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao servidor **ROSEVAL PEREIRA SANTOS**, cargo Mensageiro, referente ao período aquisitivo de 01/08/2018 à 31/07/2019, compreendendo o período de gozo entre os dias 01/03 à 20/03 do ano 2021.

Art. 2º - Converter 1/3, (um terço) de férias do Servidor em abono pecuniário, nos termos do disposto no artigo 74 da lei complementar municipal nº 06/1994.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria que entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e vinte e um.

FABIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

PORTARIA Nº 37 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA Nº 37 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR I, SENHORA GABRIELA FERREIRA DOS SANTOS.

O Senhor **FABIO BRITO**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE

Art. 1º - **NOMEAR** aSenhora GABRIELA FERREIRA DOS SANTOS, portadora da cédula de identidade RG nº 1709186-1 SSP/MT e CPF nº 023.488.351-00, para o Cargo Assessora Parlamentar I, de provimento comissionado, símbolo **DA-III**, constante do anexo **II** da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009, devendo cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao mencionado cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia primeiro de março de 2021, data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

FABIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE COMUNICADO

Comunicamos, a quem possa interessar, que as contas de Governo do Poder Executivo de Várzea Grande, referentes ao ano 2020, encontram-se à disposição, neste Legislativo para consulta.

Várzea Grande, 05 de março de 2021.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE ATO N.º 166/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor GABRIEL FLORES DE BARROS – CPF: 002.988.141-29 no cargo de Assessor da Vice Presidência.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 167/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR a senhora Cristina Gomes de Jesus – CPF 033.619.325-48 - do cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete do Gabinete do Ver. Alecsandro Moreira da Silva.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 168/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR o senhor Edmilson Edson e Silva – CPF 514.005.701-82 do cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Gabinete do Ver. Alecsandro Moreira da Silva.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 71/2021

CONCEDE O TÍTULO “SARITA BARACAT” À SRA. MARINA SILVA LAGO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. MARINA SILVA LAGO, em homenagem ao Dia da Mulher, o **Título Sarita Baracat.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 02 de março de 2021.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Lins Rios

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 165/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor Paulo Cesar Teixeira – CPF: 900.767.101-49, no cargo de Assessor da Primeira Secretaria.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 70/2021

CONCEDE O TÍTULO “SARITA BARACAT” À SRA. ROSEMARY SOUZA PRADO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. ROSEMARY SOUZA PRADO, em homenagem ao Dia da Mulher, o **Título Sarita Baracat.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 02 de março de 2021.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Lins Rios

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 169/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor Marcinei Gonçalo de Barros – CPF: 709.895.591-49, no cargo de Assessor Especial de Gabinete no Gabinete do Ver. Ivan dos Santos Oliveira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 170/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o senhor Gilmar Freitas da Silva – CPF: 029.859. 551-65, no cargo de Assessor de Gabinete no Gabinete do Ver. Ivan dos Santos Oliveira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 164/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Hauriely Aparecida da Silva Arruda Sereno – CPF: 008.939.321-08, no cargo de Assessor Técnico Parlamentar I.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 172/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR a senhora Leydianne de Sousa Aguiar – CPF: 014. 087.443-76, no cargo de Assessora de Gabinete do Ver. Mauro Sérgio Gonçalves Pereira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 03 de março de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 163/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR do cargo em comissão a servidora Solange de Oliveira Lima – CPF: 020.794.031-25, Assessora de Gabinete do Ver. Ivan dos Santos Oliveira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2021.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereador BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 162/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR do cargo em comissão o servidor Luan Henrique Persico da Costa – CPF: 062.993.511-44, Assessor Especial de Gabinete do Ver. Ivan dos Santos Oliveira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2021.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereador BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 173/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR o senhor Sidnei da Silva – CPF: 346.303.761-00 do cargo de Assessor de Gabinete do Ver. Rogério França Martins.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 03 de março de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 171/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora JESSICA LIMA SILVA – CPF: 041.918. 481-35 para o cargo de Assessora da Procuradoria Jurídica.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir de 24/02/2021.

Gabinete da Presidência, 04 de março de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 72/2021

CONCEDE O TÍTULO "SARITA BARACAT" À SRA. JANUÁRIA DORILÊO BARACAT.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. JANUÁRIA DORILÊO BARACAT, em homenagem ao Dia da Mulher, o **Título Sarita Baracat.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 02 de março de 2021.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Lins Rios

1.º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 05/2021/CIDESAT

Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, tem por partes o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**, CNPJ/MF sob o nº. 08.979.143/0001-07, doravante denominada **CEDENTE**, em favor do SAEMI – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE, CNPJ/MF sob o nº. 07.745.657/0001-27, doravante denominada CESSIONÁRIA.

Objeto: Cessão de Uso por tempo determinado, a título gratuito, pela CEDENTE ao CESSIONÀRIO, do CAMINHÃO VW/13.190 CRM 4X2, ano/modelo 2014/2015, Placa QBD-4673, equipado com Coletor Compactador de Lixo 10 M³. VIGÊNCIA: vigência até 31/01/2025, com seus efeitos retroagido a 01 de janeiro de 2021.

São José dos Quatro Marcos-MT, 25 de fevereiro de 2021.

Assinam: GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal e TÚLIO CEZAR GUIMARÃES – Diretor do SAEMI

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 06/2021/CIDESAT

CEDENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. CESSIONÁRIA/GESTOR: Município de ARAPUTANGA CNPJ/MF sob o nº. 15.023.914/0001-45. OBJETO: (01) um Caminhão equipado com carroceria com grade para coleta de material reciclável conforme detalhamento:

VEÍCULO	CAMINHÃO FORD CARGO 816 S
ANO/MODELO	2015/2015
CHASSI	9BFVEADS6FBS83757
PLACA	QBD1904
COR	BRANCA
RENAVAM	01046058913
COMBUSTÍVEL	DIESEL – S10
RP – REGISTRO PATRIMONIO	CIDESAT Nº 68
VALOR DO BEM	R$ 146.520,00

*E (*01) um Caminhão VW 13.190 equipado com Coletor Compactador de Lixo de 10M³ MARCA CIMASP conforme detalhamento:

VEÍCULO	CAMINHÃO VW/13.190 CRM 4X2
ANO/MODELO	2014/2014
CHASSI	9536E7235ER447630
PLACA	QBD4823
COR	BRANCA
RENAVAM	01046334287
COMBUSTÍVEL	DIESEL – S10
RP – REGISTRO PATRIMONIO	CIDESAT Nº 65
VALOR DO BEM	R$ 206.800,00

Veículo**s** e Equipamento**s são parte do** Convenio Federal FUNASA Nº 538/2008 junto com o CONSÓRCIO. Prazo de vigência até 31/01/2025, com seus efeitos retroagido a 01 de janeiro de 2021.

São José dos Quatro Marcos- MT, 25 de fevereiro de 2021.

Assinam: GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Presidente e ENILSO DE ARAÚJO RIOS - Prefeito

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 07/2021/CIDESAT

CEDENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. CESSIONÁRIA/GESTOR: **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.024.029/0001-80. OBJETO: (01) um Caminhão equipado com Coletor Compactador de Lixo de 15M³ MARCA CIMASP conforme detalhamento:

VEÍCULO	CAMINHÃO FORD CARGO 1719 4X2
ANO/MODELO	2015/2015
CHASSI	9BFYEAGBXFBS82135
PLACA	QBD1754
COR	BRANCA
RENAVAM	01046059464
COMBUSTÍVEL	DIESEL – S10
RP – REGISTRO PATRIMONIO	CIDESAT Nº 69
VALOR DO BEM	R$ 233.156,00

Veículo e Equipamento são parte do Convenio Federal FUNASA Nº 538/2008 junto com o CONSÓRCIO. Prazo de vigência até 31/01/2025, com seus efeitos retroagido a 01 de janeiro de 2021.

São José dos Quatro Marcos- MT, 25 de fevereiro de 2021.

Assinam: GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Presidente e JAMIS SILVA BOLANDIM - Prefeito

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 08/2021/CIDESAT

CEDENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. CESSIONÁRIA/GESTOR: **MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA**, CNPJ/MF sob o nº. 04.217.647-000-20. OBJETO: (01) um Caminhão equipado com Coletor Compactador de Lixo de 10M³ MARCA CIMASP conforme detalhamento:

VEÍCULO	CAMINHÃO VW/13.190 CRM 4X2
ANO/MODELO	2016/2017
CHASSI	9536E7237HR702430
PLACA	QBW 2812
COR	BRANCA
RENAVAM	01123819138
COMBUSTÍVEL	DIESEL – S10
RP – REGISTRO PATRIMONIO	CIDESAT
VALOR DO BEM	R$ 206.800,00

Veículo e Equipamento são parte do Convenio Federal FUNASA Nº 538/2008 junto com o CONSÓRCIO. Prazo de vigência até 31/01/2025, com seus efeitos retroagido a 01 de janeiro de 2021.

São José dos Quatro Marcos- MT, 25 de fevereiro de 2021.

Assinam: GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Presidente e JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito

PORTARIA Nº. 28/2021 DE 02 DE MARÇO DE 2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 01/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, Presidente do Consócio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os membros abaixo, para compor a Comissão Coordenadora do Processo seletivo Simplificado nº 01/2021 para contratação temporária, destinado ao provimento de vagas de Empregos Públicos para atuarem temporariamente no quadro do Consórcio Intermunicipal de desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal.

Nome	Função
CAROLINA FERRARI MARTINS RODRIGUES	Presidente
RODRIGO CESAR GUIMARÃES SILVA	Membro
DANILO RICARDO PIVETA	Membro
RICARDO SANTOS DELA CRUZ	Membro

Art. 2° - A presente Comissão terá a responsabilidade de coordenar, acompanhar e fiscalizar, inclusive responsável por preceder e controlar as inscrições dos candidatos ao processo seletivo simplificado.

Art 3° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art 4° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 02 de Março de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registra-se, Publica-se e Afixe-se.

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 04/2021/CIDESAT

Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, tem por partes o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ/MF sob o nº. 08.979.143/0001-07, doravante denominada PERMITENTE/CEDENTE, *em favor do* **Município de CÁCERES**, CNPJ/MF nº. 03.214.145/0001-83, doravante denominada PERMISSIONÁRIA.

Objeto: Cessão de Uso por tempo determinado, a título gratuito, pela PERMITENTE/CEDENTE ao PERMISSIONÀRIO, do **01 (um) "Caminhão Feira", chassi 93ZA1NFH0B8710679, PLACA JIE-9132**. VIGÊNCIA: vigência até 31/01/2025.

São José dos Quatro Marcos-MT, 25 de fevereiro de 2021.

Assinam: GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal e **ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**– Prefeita de Cáceres

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ ARAGUAIA - CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 021/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 021/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº 050/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISRGA.

CONTRATADO: L E BUCO MAXILO FACIAL LTDA.

OBJETO:" Credenciamento de Pessoa Jurídica na Área da Saúde, de natureza pública ou privada, para prestação de serviços em CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E SERVIÇOS DE APOIO, SERVIÇOS HOSPITALARES E PEQUENOS PROCEDIMENTO CIRÚRGICOS".

VALOR GLOBAL: R$ 3.000,00 (Três mil reais);

VIGÊNCIA: 03/03/2021 a 31/12/2021

Certifico que o ato discriminado no presente Edital encontra-se à disposição no CISRGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 05 de Março de 2021.

_____

Virginia Patrícia S. R de Oliveira

Secretário Executiva – CISRGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO.

VIGÊNCIA: 07/01/2021 À 07/03/2021

VALOR: R$ 28.049,30

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.3390.39 00 "26"

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RECURSOS HUMANOS
LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Resolução nº 26/2021

Em 22 de Fevereiro de 2021.

São Félix do Araguaia–MT.

Dispõe Sobre o Pedido de Licença para tratar de Interesses Particulares, e dá outras providencias.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia de São Félix do Araguaia-MT, **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, portadora do CPF nº 049.351.084-28 e RG nº 53.204.353-4 SSP/SP, residente e domiciliado no Município de São Felix do Araguaia-MT, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder pelo período de 01 (um) ano, para a Sra. **GLEIDIMARCIA SETUBA BATISTA**, brasileira, solteira, Funcionária Pública, Técnica de Enfermagem, CPF: 905.288.241-04, Licença para tratar de assuntos de interesses particulares a partir do **dia 20 de Fevereiro de 2021 a 20 de Fevereiro de 2022, sem ônus para este órgão,** nos termos do artigo 42, inciso III do Estatuto dos Servidores do CISA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrárias.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº 002/2021

PROCESSO 004/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA/MT, por meio de sua Pregoeira designada pela Resolução nº 016/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará Licitação para Registro de Preço, na modalidade de Pregão na forma Presencial do tipo menor preço por item, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição **de Materiais Cirúrgicos Ortopédicos (Com Comodato De Caixa De Fragmentos)**, com entrega fracionada de acordo com as necessidades do Consórcio Municipal de Saúde do Araguaia – CISA**.** Abertura de Sessão Pública para o recebimento dos envelopes de proposta de preços e de documentação será no dia 19/03/2021, às 09:00hs (horário oficial de Brasília).

Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede do CISA, no horário de 08:00 às 12:00 horas, ou pelo telefone (66) 3522-2155 e email – licitacisa@hotmail.com. / Em São Félix do Araguaia - MT, 05/03/2021.

RESOLUÇÃO Nº. 33 /2021 - SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, 05 DE MARÇO DE 2021.

Resolução nº. 33 /2021 - São Félix do Araguaia, 05 de março de 2021.

Designa servidora para exercer a função de fiscal do Contrato n. 002/2021 e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA - CISA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora, a Sra. DENILDES PEREIRA ROCHA, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, inscrita no CPF nº. 700.613.511-72 e RG 1286218-5, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato n. 002/2021, firmado com a empresa **STANDARSOFT SISTEMAS EIRELI**, inscrita no CNPJ: 26.301.398/0001-90, cujo objeto é a contratação de empresa para para prestação de serviços de assessoria e/ou consultoria no envio das informações relativas ao APLIC, sendo serviços técnicos especializados em processamento e análise de dados para captação e validação, geração de arquivos e envio das informações exigidas pelo sistema APLIC do TCE – MT do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia.

Artigo 2º - Caberá a fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VI – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

CONTABILIDADE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE BALANÇO GERAL 2020 - Nº 001/2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE BALANÇO GERAL 2020 - Nº 001/2021

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, inscrito no CNPJ sob o nº 04.805.882/0001-13, neste ato representada por sua presidente Drª JANAILZA TAVEIRA LEITE, em cumprimento os dispositivos legais, COMUNICA QUE AS CONTAS ANUAIS DO CONSÓRCIO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE, na sede do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA - MT.

São Félix do Araguaia, 18 janeiro 2021

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do Consorcio

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº05/2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO NORTE ARAGUAIA.

Dispensa de Licitação nº 005/2021

O Presidente do CIDESA-NA, Respaldado no artigo 24, inciso II, e § 1º, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer Jurídico, ratifica a contratação direta, através de dispensa de licitação nº 005/2021, que tem como Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DO EIXO TRASEIRO MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 170B,para atender às necessidades do CIDESA/NA.

Favorecido: FERNANDO FANTINEL PICOLLI, **inscrito no CNPJ:** 21.150.439/0001-70.**Endereço:** Rua 15 de Novembro (Lot JD Gloria), 776, Bairro Gloria, Várzea Grande – MT.

Valor global: R$ 13.000,00 (treze mil reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 005/2021 em consonância com a justificativa apresentada pelo Parecer Jurídico, nos termos do artigo 24 inciso II.

Porto Alegre do Norte – MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Daniel Rosa do Lago

Presidente do CIDESA-NA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA Nº. 038/2021

PORTARIA Nº. 038/2021

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CARGO DE PREGOEIRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO MUNICIPIO DE ACORIZAL".

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, Sr. **BENANCY LEMES DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr.°: **LUIZ CARLOS LEITE, CPF: 007.354.721-22** no cargo de Pregoeiro Oficial e Presidente da Comissão de Licitação do Município de Acorizal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 08 de março de 2021.

_____

BENANCY LEMES DA SILVA

Prefeito Municipal

COVID-19: PORTARIA Nº. 036/2021

PORTARIA Nº. 036/2021

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS FISCAIS EPIDEMIOLÓGICO DURANTE O PERIODO DA PANDEMIA COVID-19, DO MUNICIPIO DE ACORIZAL - MT".

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. BENANCY LEMES DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os seguintes Fiscais Epidemiológico:

MARIA MERCEDES DA SILVA - CPF: 545.025.431-87

SANDRO MADALENO CORREA TAQUES – CPF: 668.026.791-91

WEDSON LUIZ RIBEIRO DE LIMA – CPF: 906.655.891-15

VERA LUCIA DE MORAES SOUZA – CPF: 001.008.831-84

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de março de 2021.

_____

BENANCY LEMES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 037/2021

PORTARIA Nº. 037/2021

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO DE PREGOEIRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO MUNICIPIO DE ACORIZAL".

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, Sr. **BENANCY LEMES DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Sr.ª: **FABIOLA CRISTINA DE MORAES CORONEL, CPF: 060.772.221-51** do cargo de Pregoeiro Oficial e Presidente da Comissão de Licitação do Município de Acorizal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de março de 2021.

_____

BENANCY LEMES DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

GEOOBRAS
ERRATA.

CONTRATO N° 106/2020

PROC. ADMINISTRATIVO Nº 063/2020

CELEBRADO: Município de Água Boa

CONSTRUTORA REZENDE LTDA

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 009/2020

TERMO DE APOSTILAMENTO 001/2021

ONDE SE LÊ:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

R$ 190.411,02

Órgão — Secretaria de Desenvolvimento Indústria Comercio e Turismo

Código Reduzido — 1057

LEIA-SE:

DOTAÇÃO APOSTILAMENTO CONTRATUAL

R$ 310.039,18

Órgão —Secretaria de Desenvolvimento Indústria Comercio e Turismo

Código Reduzido — 939

DATA: 09/02/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 008

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Termo de Contrato nº. 158/2018.

CONTRATANTE: O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90.

CONTRATADA: SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 05.870.713/0001-20.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 191/2018, referente a Inexigibilidade nº 009/2018.

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de serviço de gerenciamento de frota através de software específico de gestão total de frotas, composto por vários módulos integrados e prestação de contas direto com o sistema APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE, incluindo o fornecimento de combustível e Rastreamento GPRS/GMS/SATÉLITE.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 008, cujo objetivo é a alteração do Disposto na CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL **R$ 20.000,00** Órgão: Secretaria de Saúde Unidade: Atenção Básica Código reduzido: 485 **R$ 27.000,00** Órgão: Secretaria de Educação Unidade: Transporte Escolar Código reduzido: 172	**DOTAÇÃO APOSTILAMENTO** **R$ 47.000,00** Órgão: Secretaria de Saúde Unidade: MAC Código reduzido: 462

Água Boa-MT, 01 de março de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 009

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Termo de Contrato nº. 158/2018.

CONTRATANTE: O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90.

CONTRATADA: SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 05.870.713/0001-20.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 191/2018, referente a Inexigibilidade nº 009/2018.

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de serviço de gerenciamento de frota através de software específico de gestão total de frotas, composto por vários módulos integrados e prestação de contas direto com o sistema APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE, incluindo o fornecimento de combustível e Rastreamento GPRS/GMS/SATÉLITE.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 009, com o objetivo de alteração do Disposto na CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL Órgão: Secretaria de Educação Unidade: Transporte Escolar Código reduzido: 172	**DOTAÇÃO APOSTILAMENTO** **R$ 50.000,00** Órgão: Secretaria de Infraestrutura Unidade: Manutenção dos veículos e máquinas Código reduzido: 1255

Água Boa-MT, 05 de março de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 013/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 013/2021

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto Nº. 3.535/2021, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 05/03/2021, licitação na modalidade de Pregão Presencial Para Registro de Preços, cujo o objeto é Contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de assessoria técnica especializada para a execução dos serviços de acompanhamento e orientação técnica ao operador do Aeroporto de Água Boa-MT, teve como vencedora as empresa INFRACEA CONTROLE DO ESPACO AEREO, AEROPORTOS E CAPACITACAO LTDA, CNPJ:17.469.843/0001-34.

Água Boa M/T, 05 de março de 2021.

Marcos da Silva

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE ESTÁGIO POR TEMPO DETERMINADO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE ESTÁGIO POR TEMPO DETERMINADO

Nº :	**001/2021**
DATA:	**22/02/2021**

TERMO DE RESCISÃO DE Contrato de estágio por prazo determinado que firmam, de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA - MT, com sede, à Avenida Planalto, n° 410 - Centro, inscrito no CNPJ n° 15.023.898/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARIANO KOLANKIEWCZ FILHO, de ora em diante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado:

NOME:	**CRISLEY WEBER**
RG:	**2648858-2-SSP/MT**
CPF:	**057.399.111-17**

De ora em diante denominado **CONTRATADO** na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA NONA– DA RESCISÃO

Conforme a clausula 9º. do contrato de estágio nº. 01/2021, **o contrato poderá ser rescindido de forma direta ou unilateral**, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

No presente caso tanto o **CONTRATANTE** como o **CONTRATADO não têm mais interesse em prosseguir com o contrato anteriormente firmado, sendo assim celebram a presente rescisão amigável**, sem ônus para qualquer das partes, a não ser as verbas rescisórias que porventura existam.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em três vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

ÁGUA BOA - MT:	04/02/2021

MARIANO KOLANKIEWCZ FILHO	**CRISLEY WEBER**
Prefeito Municipal	Contratado

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 001 – AO CONTRATO Nº. 035/2020.

TERMO ADITIVO Nº. 001/2021 ao Contrato nº. 035/2020 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e a empresa GENTE SEGURADORA S/A**.**

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato nº. 035/2020.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula Terceira – Da Vigência, do contrato originário; ficando sua vigência prorrogada pelo período de 12 meses, até o dia 09 de março de 2022.

VALOR: R$ 2.580,00(Dois mil e quinhentos e oitenta reais).

Água Boa-MT, 05 de março de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECISÃO DE RESCISÃO REFERENTE A ATA 138/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 140/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: 020/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2020

FORNECEDOR REGISTRADO: IS7 IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PEÇAS

DECISÃO: APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA E MULTA.

Água Boa - MT. 05 de março de 2021

Eberson Mateus dos Santos

Secretário de Saúde

LICITAÇÕES E CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO REFERENTE A ATA 138/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 140/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: 020/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: IS7 IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PEÇAS

MOTIVO: PARA QUE PROCEDA COM ENTREGA DOS PRODUTOS.

PRAZO: Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento desta Notificação, para apresentação de solução definitiva ou entrega dos produtos.

Água Boa - MT. 05 de março de 2021

Eberson Mateus dos Santos

Secretário de Saúde

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO Nº. 126/2019

TERMO ADITIVO Nº. 005/2021 ao Contrato n°. 126/2019 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e ARLENE ESCHER, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

CONTRATO: 126/2019.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula Quarta – DA DURAÇÃO; fica prorrogado a vigência do contrato por mais 6 (seis) meses até 07 de outubro de 2021.

VALOR: R$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais.)

Água Boa/MT, 05 de março de 2021.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO Nº. 019/2021.

TERMO ADITIVO Nº. 001/2021 ao Contrato n°. 019/2021 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e ERICA DE FATIMA GENTIL, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: Restabelecimento do Equilíbrio Econômico Financeiro.

ALTERAÇÃO: Em decorrência do AUMENTO no valor dos produtos, fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Fica ACRESCIDO ao Contrato o valor de R$ 40.456,00 (Quarenta mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais).

COD	NOME	MARCA	QTD	VALOR CONTRATO	VALOR ACRESCIDO	NOVO VALOR	TOTAL
21203	AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	TCL/ TAC 24 CSA	40	2.319,00	729,00	3.048,00	29.160,00
29109	AR CONDICIONADO - DO TIPO SPLIT - PAREDE - 12.000 BTUS	TCL/ TAC 12 CSA	32	1.252,00	353,00	1.605,00	11.296,00

VALOR: R$ 40.456,00 (Quarenta mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais).

Água Boa-MT, 05 de março de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 019/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO:069/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: ERICA DE FÁTIMA GENTIL

OBJETO: Contratação de empresas para fornecimentos de aparelhos de ar condicionado, para as Secretarias Municipais da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
21203	AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	UND	TCL/ TAC 24 CSA	40	2.319,00	92.760,00
29109	AR CONDICIONADO - DO TIPO SPLIT - PAREDE - 12.000 BTUS	UND	TCL/ TAC 12 CSA	32	1.252,00	40.064,00

Valor Total R$ 132.824,00 (Cento e trinta e dois mil e oitocentos e vinte e quatro reais).

DATA: 05 de março de 2021.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº..: 7/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS FREITAS LTDA - EP

Valor.....: 16.739,95 (dezesseis mil setecentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos)

Vigência.....: Início: 02/02/2021 Término: 02/04/2021

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2021

Recursos.....: Dotação: 2.483.3.3.90.39.00.00.00.00 (451) Saldo: 85.824,28

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, REFERENTE A ANÁLISES CLÍNICAS, ANÁTOMO PATOLÓGICO E CITOLÓGICO, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/SUS, à pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Contrato Nº..: 8/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME

Valor.....: 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)

Vigência.....: Início: 03/02/2021 Término: 03/12/2021

Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 27/2020

Recursos.....: Dotação: 2.172.3.3.90.40.00.00.00.00 (432) Saldo: 40.000,00

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER LICENÇA PARA USO DE SOFTWARE DO TIPO SOLUÇÃO CUSTOMIZADA DE SISTEMA DE GESTÃO EM SAÚDE DO MUNICIPIO, PARA ATENDER A DEMANDA DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE DA SEC. DE SAÚDE DO

Contrato Nº..: 9/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: FACILITA - GESTAO PUBLICA BRASIL EIRELI ME

Valor.....: 80.000,00 (oitenta mil reais)

Vigência.....: Início: 11/02/2021 Término: 31/12/2021

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2021

Recursos.....: Dotação: 2.172.3.3.90.35.00.00.00.00 (424),

2.483.3.3.90.35.00.00.00.00 (448), 2.058.3.3.90.35.00.00.00.00 (600),

2.055.3.3.90.35.00.00.00.00 (601)

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, NA GESTÃO DA SAÚDE E ATENÇÃO ESPECIALIZADA (SERVIÇO DE APOIO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE), APOIO AOS SETORES DE PROGR, CONTR, AVAL, SIST INFORM, CONTRAT SERV SAÚDE, REG, CONTR SOC, SUP ELAB PROJ, NA ÁREA DE SAÚDE, QUAL ESTRAT SERV SAÚDE E CAPAC VOLTADAS P/ EQUIPES DA SMS DO MUNIC ALT GARÇAS, conf. Adesão à Ata de Registro de Preços n. 010/2020 da Prefeitura Municipal de Denise - MT.

Contrato Nº..: 10/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA

Valor.....: 11.540,23 (onze mil quinhentos e quarenta reais e vinte e três centavos)

Vigência.....: Início: 23/02/2021 Término: 23/06/2021

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2021

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE REAGENTES LABORATORIAIS E MANUTENÇÃO DO APARELHO HEMATOLÓGICO ABX A SEREM UTILIZADOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES NO LABORATÓRIO

MUNICIPAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 11/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: DANIEL BESSA DE ALMEIDA 06138989155

Valor.....: 16.799,94 (dezesseis mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos)

Vigência.....: Início: 24/02/2021 Término: 31/12/2021

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2021

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE ROÇAGEM, DESTOCAMENTO, LAVRAÇÃO, SULCAMENTO, ONDE ENCONTRA-SE INSTALADA A ESCOLA AGRÍCOLA DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES. CONSIDERANDO QUE A UNIDADE POSSUI UMA ÁREA AMPLA E NECESSITA DE CUIDADOS COM O SOLO, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 12/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: GL OXIGENIO EIRELI

Valor.....: 3.630,00 (três mil seiscentos e trinta reais)

Vigência.....: Início: 25/02/2021 Término: 25/04/2021

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2020

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGAS DE OXIGÊNIO COMUM, MEDICINAL, ACETILENO E SEUS DERIVADOS, AFIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS, de acordo com termo de referência e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 8 - Contrato Nº: 107/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: APICE CONSTRUTORA INCORPORADORA E IMOBILIARIA EIRE

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 20/02/2021 Término: 21/05/2021

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2018

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DA QUADRA ESPORTIVA ESCOLAR COBERTA E C/ VESTIÁRIO, NO ÂMBITO DO PAC 2, REF. RECURSOS PROVENIENTES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS FORNECIDO PELO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 068/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI

Valor.....: 1.262,50 (um mil duzentos e sessenta e dois reais e cinqüenta centavos)

Vigência.....: Início: 02/03/2021 Término: 06/04/2021

Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2020

Recursos.....: Dotação: 2.055.3.3.90.32.00.00.00.00 (337) Saldo: 63. 313,15

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 2 - Contrato Nº: 060/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA

Valor.....: 382,00 (trezentos e oitenta e dois reais)

Vigência.....: Início: 02/03/2021 Término: 06/04/2021

Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2020

Recursos.....: Dotação: 2.483.3.3.90.30.00.00.00.00 (443) Saldo: 66. 310,64

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 2 - Contrato Nº: 061/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor.....: 767,50 (setecentos e sessenta e sete reais e cinqüenta centavos)

Vigência.....: Início: 02/03/2021 Término: 06/04/2021

Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2020

Recursos.....: Dotação: 2.055.3.3.90.32.00.00.00.00 (337) Saldo: 63. 313,15

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 3 - Contrato Nº: 137/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: J A TAVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES EIRELI

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 21/02/2021 Término: 22/04/2021

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2019
Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO, COM LAJE CLASSE 45T, NO BAIRRO VILA MORENA NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TECNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Aditivo Nº.....: 4 - Contrato Nº: 4/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: SÔNIA NOGUEIRA DE SOUZA

Valor.....: 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

Vigência.....: Início: 03/02/2021 Término: 31/12/2021

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018

Recursos.....: Dotação: 2.009.3.3.90.36.00.00.00.00 (51) Saldo: 14.200,00

Objeto.....: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA 07 DE SETEMBRO N°268, CENTRO, NESTA CIDADE, DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SETOR DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS-MT.

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 122/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: J FREITAS ROCHA EIRELI

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 03/02/2021 Término: 04/05/2021

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2020

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE URBANIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE "GERALDA MOREIRA CAJANGO", DO BAIRRO VILA MORENA, CONF. PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 089/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: MONTE SINAI COMBUSTIVEIS LTDA

Valor.....: 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais)

Vigência.....: Início: 26/02/2021 Término: 05/06/2021

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2020

Recursos.....: Dotação: 2.483.3.3.90.30.00.00.00.00 (444) Saldo: 219.605,34

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA MUNICIPAL DESTE PODER EXECUTIVO, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 2 - Contrato Nº: 084/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: GOIAS LED MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCAO EIRELI

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 21/02/2021 Término: 22/05/2021

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2020

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL "JONAS PINHEIRO", CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TECNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Aditivo Nº.....: 2 - Contrato Nº: 128/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: GISELE FERNANDA FRANCO DE ALMEIDA 01704264162

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 26/02/2021 Término: 22/04/2021

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 37/2020

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA, ASSESSORIA E TREINAMENTO PARA ENVIOS DE CARGAS ESPECIAIS E MENSAIS DO APLIC - AUDITORIA PÚBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS, A FIM DE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO TCE/MT - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 008/2021

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 21/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 7/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2021

No dia 2 do mês de Março do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 7/2021, Processo Licitatório nº. 21/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, REFERENTE A ANÁLISES CLÍNICAS, ANATOMO PATOLÓGICO E CITOLÓGICO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
314	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS FREITAS LTDA - EP	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 10 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS FREITAS LTDA - EP	02.237.735/0001-69		. . -

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, REFERENTE A ANÁLISES CLÍNICAS, ANATOMO PATOLÓGICO E CITOLÓGICO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MAIOR DESCONTO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 314 - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS FREITAS LTDA - EP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	EXAME LABORATORIAL DO TIPO BIOQUIMICA I DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	6,0000	6,00
2	EXAME LABORATORIAL DO TIPO BIOQUIMICA II DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	6,0000	6,00
3	TABELA DE EXAME EXAME COPROLOGIA BASICA DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	6,0000	6,00
4	EXAME LABORATORIAL DO TIPO HEMATOLOGIA DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	6,0000	6,00
5	EXAME LABORATORIAL DO TIPO ENDOCRINOLOGIA DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	6,0000	6,00

Fornecedor: 314 - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS FREITAS LTDA - EP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	EXAME LABORATORIAL DO TIPO IMUNOLOGIA DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	5,0000	5,00
7	EXAME LABORATORIAL DO TIPO MICROBIOLOGIA DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	5,0000	5,00
8	SERVIÇOS DE EXAMES DO TIPO URINÁLIZE DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	5,0000	5,00
9	SERVIÇOS DE EXAMES CLINICOS DO TIPO EXAMES DIVERSOS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	5,0000	5,00
10	TABELA DE SERVIÇOS DE EXAMES DO TIPO EXAME TOXOLÓGICO REGISTRADA DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM).	UN	SERVICOS S	1,000	5,0000	5,00
11	TABELA DE SERVICO DE EXAME DO TIPO AMNIOCENTESE GENETICA DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	10,0000	10,00
12	EXAME LABORATORIAL DO TIPO BIOLOGIA MOLECULAR DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CBHPM)	UN	SERVICOS S	1,000	10,0000	10,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,2 de Março de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS FREITAS LTDA - EP CNPJ: 02.237.735/0001-69

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PE N. 007/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, 051/2021, de 05/01/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, REFERENTE A ANÁLISES CLÍNICAS, ANATOMO PATOLÓGICO E CITOLÓGICO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO**, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os item(ns)/lote(s) a seguir: ITENS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 com os respectivos descontos 6%, 6%, 6%, 6%, 6%, 5%, 5%, 5%, 5%, 5%, 10% e 10% - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS FREITAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 02.237.735/0001-69. Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeiro pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2021-2024@outlook.com. Alto Garças - MT, 02 de março de 2021. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

LICITAÇÃO
LICITACAO

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE RP

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, torna pública a **ADESÃO** ao procedimento licitatório **Adesão a Ata de Registro de Preços nº 011/2020** do **Pregão Presencial nº 005/2020, Registrada por essa Prefeitura Municipal**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, INCLUÍNDO TROCA DE PEÇAS ORIGINAIS E GENUÍNAS, PARA ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ATO CONVOCATÓRIO,**realizadas pela **Prefeitura Municipal de DENISE-MT.**

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT contratará as empresas **GI MENDES ME, CNPJ: 12.724.478/0001**, detentora da Ata de Registros de Preços acima mencionado, aderida através desse procedimento.

A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT.

Fundamento legal: Regida pela lei Federal n° 10.520, de 17 de junho de 2002 e subsidiariamente pela lei Federal n° 8.666 de 21/06/93 (com alterações da lei 8883/94 e da lei n° 9.648/98) e ainda pelo Decreto Federal n° 7892/2013.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 05 de Março de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 091/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 091/2021

Termo de contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista nesta cidade, inscrito no CNPJ n.º 03.648.532/0001-28, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CPF nº 604.418.441-20, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraguai-MT, de outro lado, a empresa **MARLON BRENO DE SOUZA ROSA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 36.545.357/0001-00, com sede na cidade de Nortelandia em Mato Grosso, Rua Geraldo Martins de Melo, Bairro Santo Antonio, CEP 78430-000, daqui por diante designada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram à vista do que consta no Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, com sujeição às disposições do art. 565 e seguintes do Código Civil Brasileiro, às normas ditadas pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLAUSULA 1ª. – DO OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.

A Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO JUNTO A ZONA RURAL, no Município de ALTO PARAGUAI – MT.

1.2 – Os serviços serão prestados conforme termo de referência do Processo Licitatorio INEXGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N. .001/2021, o qual faz lei entre as partes.

CLAUSULA 2ª. – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1 O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

2.2 Os serviços serão prestados de forma continuada por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, através da CONTRATADA.

CLAUSULA 3ª. – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1. Será pago o valor mensal de R$ 15.500,00 (QUINZE MIL E QUINHENTOS REAIS).

3.2. O pagamento do objeto licitado será efetuado mensalmente , em conformidade com prestação de serviços ocorrido naquele mês e mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.3. O CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo CONTRATANTE.

c) não prestação do serviço por parte da Contratada;

3.4. Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento do fornecimento não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,01% (um centésimo por cento), a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 10%.

3.5. Será considerado como inadimplemento o atraso superior a 03 (três) dias.

3.6. Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes

CLAUSULA 4ª. – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 (DOZE) meses tendo início a partir de 01/03/2021 a 01/03/2022.

4.1.1. As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pelo CONTRATANTE em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o CONTRATANTE, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, nos termos do item 4. 2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLAUSULA 5ª. – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA.

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na seguintes dotações orçamentárias:

268/102/142//146– 07. 002.10.301.0009.2051.3390.39.000000

300/102/142/146– 07. 002.10.301.0009.2058.3390.39.000000

712/146/074– 07. 002.10.302.0021.2090.3390.39.000000

720/146/074– 07. 002.10.302.0009.2091.3390.39.000000

CLAUSULA 6ª. – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

6.1. São direitos e responsabilidades da Contratada:

a) cumprir fielmente os termos do presente do Contrato, de modo que, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, os serviços sejam executados e os relatórios entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

b) observar na execução dos serviços mencionados a legislação do Sistema Único de Saúde, os regulamentos e a ética profissional;

c) manter rigorosamente em dias as suas obrigações para com o Conselho Regional de Medicina – CRM/MT e o COREN/MT;

d) responsabilizar-se técnica e clinicamente pelos serviços oferecidos;

e) promover a manutenção dos registros e a atualização dos prontuários dos pacientes atendidos;

f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

g) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde;

h) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços de cada período;

i) suspender o atendimento das solicitações do CONTRATANTE quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 10 (dez) dias.

j) atender rigorosamente às disposições da Instrução Normativa nº 03/2005 da SRP, quanto às contribuições e encargos sociais.

6.2. São direitos e responsabilidades do CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da Contratada;

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

g) efetuar os pagamentos devidos aa Contratada no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

j) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

k) rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei;

l) denunciar a Contratada ao SUS e ao CRM – MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética médica;

m) efetuar a retenção do percentual de 1,5% do Imposto de Renda.

CLAUSULA 7ª. – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

7.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência médica constatado pelo CONTRATANTE;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de ALTO PARAGUAI - MT por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4. De qualquer sanção imposta a Contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

7.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

7.6. A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do

último pagamento.

7.7. A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLAUSULA 8ª. – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. O CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a Contratada não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte e quatro horas sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;

b) a Contratada, sem prévia autorização do CONTRATANTE, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte;

c) a Contratada atrasar por mais de vinte e quatro horas o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações do CONTRATANTE.

d) a Contratada não atender às exigências do CONTRATANTE relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição nos pacientes ou utilização inadequada de produtos médico hospitalares ou ainda por imperícia médica;

e) as multas aplicadas aa Contratada atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a Contratada deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

8.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

8.3. A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da Contratada, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes conseqüências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

8.5. A rescisão por parte da Contratada poderá ocorrer com a comunicação da Contratada com antecedência de 30 dias.

CLAUSULA 9ª. – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

9.1. O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo de Licitação Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CLAUSULA 10ª. – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1. Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLAUSULA 11ª. – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

11.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso e pelos Serviços de Vigilância Sanitária do Estado e do Município de ALTO PARAGUAI – MT.

CLAUSULA 12ª. – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinado pelo CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo, sendo neste momento nomeada a servidora TATIANE ARAUJO OLIVEIRA, COORDENADORA DE SAÚDE, portadora do CPF n. 006.123.291-27.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade do

CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou Contratadas.

12.3. Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a Contratada serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em

consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

12.4. Da decisão tomada pela fiscalização poderá a Contratada recorrer ao CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLAUSULA 13ª. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

13.1. O CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

13.2. As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13.3. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLAUSULA 14ª. – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Diamantino – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem justos e Contratadas, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em (03) três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

ALTO PARAGUAI, 01 de março de 2021.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MARLON BRENO DE SOUZA ROSA,

CNPJ nº 36.545.357/0001-00

CONTRATADA

TATIANE ARAUJO OLIVEIRA

CPF 006.123.291-27

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome:_____

CPF nº _____ CPF n. _____

LICITAÇÃO
LICITACAO

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO N. 003/2021

A prefeitura municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, por intermédio da comissão permanente da licitação designado pela portaria n.208/2019, faz saber aos interessados que o **PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2021,** cujo objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI – MT,** encontra-se **REVOGADO**.

ALTO PARAGUAI - MT, 05 de Março de 2021.

YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA

PREGOEIRO OFICIAL

JURIDICO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 090/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 090/2021

Termo de contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista nesta cidade, inscrito no CNPJ n.º 03.648.532/0001-28, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CPF nº 604.418.441-20, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraguai-MT, de outro lado, a empresa **A M PAROLIN SILVA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 24.686.087/0001-60, com sede na cidade de Nortelândia em Mato Grosso, Rua Presidente Dutra, n.874, Bairro Bandeirantes , CEP 78430- 000 daqui por diante designada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram à vista do que consta no Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, com sujeição às disposições do art. 565 e seguintes do Código Civil Brasileiro, às normas ditadas pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLAUSULA 1ª. – DO OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.

A Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO GINECOLÓGICO, no Município de ALTO PARAGUAI – MT.

1.2 – Os serviços serão prestados conforme termo de referência do Processo Licitatorio INEXGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N. .001/2021, o qual faz lei entre as partes.

CLAUSULA 2ª. – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1 O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

2.2 Os serviços serão prestados de forma continuada por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, através da CONTRATADA.

CLAUSULA 3ª. – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1. Será pago o valor mensal de R$ 7.000,00 (SETE mil reais) .

3.2. O pagamento do objeto licitado será efetuado mensalmente , em conformidade com prestação de serviços ocorrido naquele mês e mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.3. O CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo CONTRATANTE.

c) não prestação do serviço por parte da Contratada;

3.4. Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento do fornecimento não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,01% (um centésimo por cento), a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 10%.

3.5. Será considerado como inadimplemento o atraso superior a 03 (três) dias.

3.6. Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes

CLAUSULA 4ª. – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 (DOZE) meses tendo início a partir de 01/03/2021 a 01/03/2022.

4.1.1. As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pelo CONTRATANTE em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o CONTRATANTE, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, nos termos do item 4. 2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLAUSULA 5ª. – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA.

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na seguintes dotações orçamentárias:

268/102/142//146– 07. 002.10.301.0009.2051.3390.39.000000

300/102/142/146– 07. 002.10.301.0009.2058.3390.39.000000

712/146/074– 07. 002.10.302.0021.2090.3390.39.000000

720/146/074– 07. 002.10.302.0009.2091.3390.39.000000

CLAUSULA 6ª. – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

6.1. São direitos e responsabilidades da Contratada:

a) cumprir fielmente os termos do presente do Contrato, de modo que, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, os serviços sejam executados e os relatórios entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

b) observar na execução dos serviços mencionados a legislação do Sistema Único de Saúde, os regulamentos e a ética profissional;

c) manter rigorosamente em dias as suas obrigações para com o Conselho Regional de Medicina – CRM/MT e o COREN/MT;

d) responsabilizar-se técnica e clinicamente pelos serviços oferecidos;

e) promover a manutenção dos registros e a atualização dos prontuários dos pacientes atendidos;

f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

g) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde;

h) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços de cada período;

i) suspender o atendimento das solicitações do CONTRATANTE quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 10 (dez) dias.

j) atender rigorosamente às disposições da Instrução Normativa nº 03/ 2005 da SRP, quanto às contribuições e encargos sociais.

6.2. São direitos e responsabilidades do CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da Contratada;

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

g) efetuar os pagamentos devidos aa Contratada no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

j) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

k) rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei;

l) denunciar a Contratada ao SUS e ao CRM – MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética médica;

m) efetuar a retenção do percentual de 1,5% do Imposto de Renda.

CLAUSULA 7ª. – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

7.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência médica constatado pelo CONTRATANTE;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de ALTO PARAGUAI - MT por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4. De qualquer sanção imposta a Contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

7.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

7.6. A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do

último pagamento.

7.7. A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLAUSULA 8ª. – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. O CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a Contratada não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte e quatro horas sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;

b) a Contratada, sem prévia autorização do CONTRATANTE, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte;

c) a Contratada atrasar por mais de vinte e quatro horas o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações do CONTRATANTE.

d) a Contratada não atender às exigências do CONTRATANTE relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição nos pacientes ou utilização inadequada de produtos médico hospitalares ou ainda por imperícia médica;

e) as multas aplicadas aa Contratada atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a Contratada deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

8.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

8.3. A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da Contratada, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes conseqüências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

8.5. A rescisão por parte da Contratada poderá ocorrer com a comunicação da Contratada com antecedência de 30 dias.

CLAUSULA 9ª. – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

9.1. O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo de Licitação Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CLAUSULA 10ª. – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1. Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLAUSULA 11ª. – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

11.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso e pelos Serviços de Vigilância Sanitária do Estado e do Município de ALTO PARAGUAI – MT.

CLAUSULA 12ª. – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinado pelo CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo, sendo neste momento nomeada a servidora TATIANE ARAUJO OLIVEIRA, COORDENADORA DE SAÚDE, portadora do CPF n. 006.123.291-27.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade do

CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou Contratadas.

12.3. Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a Contratada serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

12.4. Da decisão tomada pela fiscalização poderá a Contratada recorrer ao CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLAUSULA 13ª. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

13.1. O CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

13.2. As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13.3. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLAUSULA 14ª. – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Diamantino – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem justos e Contratadas, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em (03) três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

ALTO PARAGUAI, 01 de março de 2021.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

A M PAROLIN SILVA

CNPJ 24.686.087/0001-60

CONTRATADA

TATIANE ARAUJO OLIVEIRA

CPF 006.123.291-27

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ **Nome:**_____

CPF nº _____ **CPF n.** _____

JURIDICO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 089/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 089/2021

Termo de contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista nesta cidade, inscrito no CNPJ n.º 03.648.532/0001-28, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CPF nº 604.418.441-20, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraguai-MT, de outro lado, a empresa **SILVIA DAYANA MARISCAL CARRIZALES,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 29.534.221/0001-21, com sede na cidade de Diamantino em Mato Grosso, Rua das Orquideas, n.56, Bairro Jardim Eldorado , CEP 78400- 000 daqui por diante designada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram à vista do que consta no Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, com sujeição às disposições do art. 565 e seguintes do Código Civil Brasileiro, às normas ditadas pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLAUSULA 1ª. – DO OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.

A Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO CLINICO GERAL JUNTO AO CENTRO DE COVID, no Município de ALTO PARAGUAI – MT.

1.2 – Os serviços serão prestados conforme termo de referência do Processo Licitatorio INEXGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N. .001/2021, o qual faz lei entre as partes.

CLAUSULA 2ª. – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1 O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

2.2 Os serviços serão prestados de forma continuada por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, através da CONTRATADA.

CLAUSULA 3ª. – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1. Será pago o valor mensal de R$ 10.000,00 (dez mil reais) .

3.2. O pagamento do objeto licitado será efetuado mensalmente , em conformidade com prestação de serviços ocorrido naquele mês e mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.3. O CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo CONTRATANTE.

c) não prestação do serviço por parte da Contratada;

3.4. Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento do fornecimento não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,01% (um centésimo por cento), a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 10%.

3.5. Será considerado como inadimplemento o atraso superior a 03 (três) dias.

3.6. Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes

CLAUSULA 4ª. – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 (DOZE) meses tendo início a partir de 01/03/2021 a 01/03/2022.

4.1.1. As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pelo CONTRATANTE em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o CONTRATANTE, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, nos termos do item 4. 2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLAUSULA 5ª. – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA.

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na seguintes dotações orçamentárias:

268/102/142//146– 07. 002.10.301.0009.2051.3390.39.000000

300/102/142/146– 07. 002.10.301.0009.2058.3390.39.000000

712/146/074– 07. 002.10.302.0021.2090.3390.39.000000

720/146/074– 07. 002.10.302.0009.2091.3390.39.000000

CLAUSULA 6ª. – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

6.1. São direitos e responsabilidades da Contratada:

a) cumprir fielmente os termos do presente do Contrato, de modo que, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, os serviços sejam executados e os relatórios entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

b) observar na execução dos serviços mencionados a legislação do Sistema Único de Saúde, os regulamentos e a ética profissional;

c) manter rigorosamente em dias as suas obrigações para com o Conselho Regional de Medicina – CRM/MT e o COREN/MT;

d) responsabilizar-se técnica e clinicamente pelos serviços oferecidos;

e) promover a manutenção dos registros e a atualização dos prontuários dos pacientes atendidos;

f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

g) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde;

h) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços de cada período;

i) suspender o atendimento das solicitações do CONTRATANTE quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 10 (dez) dias.

j) atender rigorosamente às disposições da Instrução Normativa nº 03/2005 da SRP, quanto às contribuições e encargos sociais.

6.2. São direitos e responsabilidades do CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da Contratada;

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

g) efetuar os pagamentos devidos aa Contratada no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

j) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

k) rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei;

l) denunciar a Contratada ao SUS e ao CRM – MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética médica;

m) efetuar a retenção do percentual de 1,5% do Imposto de Renda.

CLAUSULA 7ª. – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

7.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência médica constatado pelo CONTRATANTE;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de ALTO PARAGUAI - MT por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4. De qualquer sanção imposta a Contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

7.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

7.6. A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do

último pagamento.

7.7. A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLAUSULA 8ª. – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. O CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a Contratada não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte e quatro horas sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;

b) a Contratada, sem prévia autorização do CONTRATANTE, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte;

c) a Contratada atrasar por mais de vinte e quatro horas o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações do CONTRATANTE.

d) a Contratada não atender às exigências do CONTRATANTE relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição nos pacientes ou utilização inadequada de produtos médico hospitalares ou ainda por imperícia médica;

e) as multas aplicadas aa Contratada atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a Contratada deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

8.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

8.3. A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da Contratada, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes conseqüências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

8.5. A rescisão por parte da Contratada poderá ocorrer com a comunicação da Contratada com antecedência de 30 dias.

CLAUSULA 9ª. – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

9.1. O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo de Licitação Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CLAUSULA 10ª. – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1. Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLAUSULA 11ª. – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

11.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso e pelos Serviços de Vigilância Sanitária do Estado e do Município de ALTO PARAGUAI – MT.

CLAUSULA 12ª. – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinado pelo CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo, sendo neste momento nomeada a servidora TATIANE ARAUJO OLIVEIRA, COORDENADORA DE SAÚDE, portadora do CPF n. 006.123.291-27.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade do

CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou Contratadas.

12.3. Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a Contratada serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

12.4. Da decisão tomada pela fiscalização poderá a Contratada recorrer ao CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLAUSULA 13ª. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

13.1. O CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

13.2. As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13.3. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLAUSULA 14ª. – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Diamantino – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem justos e Contratadas, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em (03) três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

ALTO PARAGUAI, 01 de março de 2021.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SILVIA DAYANA MARISCAL CARRIZALES

CNPJ 29.534.221/0001-21

CONTRATADA

TATIANE ARAUJO OLIVEIRA

CPF 006.123.291-27

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ **Nome:**_____

CPF nº _____ **CPF n.** _____

JURIDICO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 088/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 088/2021

Termo de contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista nesta cidade, inscrito no CNPJ n.º 03.648.532/0001-28, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CPF nº 604.418.441-20, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraguai-MT, de outro lado, a empresa **SILVIA DAYANA MARISCAL CARRIZALES,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 29.534.221/0001-21, com sede na cidade de Diamantino em Mato Grosso, Rua das Orquideas, n.56, Bairro Jardim Eldorado , CEP 78400- 000 daqui por diante designada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram à vista do que consta no Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, com sujeição às disposições do art. 565 e seguintes do Código Civil Brasileiro, às normas ditadas pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLAUSULA 1ª. – DO OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.

A Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO CLINICO GERAL JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, no Município de ALTO PARAGUAI – MT.

1.2 – Os serviços serão prestados conforme termo de referência do Processo Licitatorio INEXGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N. .001/2021, o qual faz lei entre as partes.

CLAUSULA 2ª. – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1 O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

2.2 Os serviços serão prestados de forma continuada por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 Os atendimentos devem contemplar as seguintes atividades:

a) realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

b) Atender os clientes da sua Área, procedendo aos respectivos exames ou atendimentos emergenciais, auscultando, apalpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico;

c) Solicitar a realização de exames diagnósticos subsidiários (radiológicos, laboratoriais e eletro diagnósticos) ou efetuá-los e interpretar os resultados sempre que necessário;

d) Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento (cirúrgico, fisioterápico ou dietético), observando sempre as normas previstas na Assistência Médica do Programa Nacional de Saúde da Família;

e) realizar consultas clínicas e procedimentos na Centro de Saúde e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);

f) encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;

g) indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário, quando necessário fazer viagens de acompanhamento;

h) Proceder a pesquisas e estudos sobre matéria médica e médico-administrativa;

i) realizar atividades de demanda espontânea/ emergência e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;

j) Fornecer dados para elaboração de estatísticas de interesse médico e médico-administrativo ou orientar e controlar seu registro;

k) Emitir atestados, pareceres, informações e relatórios sobre matéria médica e médico-administrativa;

l) Assessorar a Secretaria Municipal de Saúde nos assuntos referentes à sua especialidade;

m) contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD; e

n) participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento do Centro de Saúde.

o) Planejar, executar e avaliar programas educativos destinados a grupos (diabéticos, hipertensos, gestantes, etc), coordenando reuniões, divulgando cuidados com a saúde e orientando quanto aos assuntos relacionados ao bem estar físico clientes da sua Área;

p) Quando solicitado efetuar auditorias médicas identificando anormalidades propondo a respectiva adequação;

CLAUSULA 3ª. – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1. O valor de cada plantão é de 1.050,00 (hum mil e cinqüenta reais) .

3.2. O pagamento do objeto licitado será efetuado mensalmente , em conformidade com prestação de serviços ocorrido naquele mês e mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.3. O CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo CONTRATANTE.

c) não prestação do serviço por parte da Contratada;

3.4. Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento do fornecimento não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,01% (um centésimo por cento), a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 10%.

3.5. Será considerado como inadimplemento o atraso superior a 03 (três) dias.

3.6. Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes

CLAUSULA 4ª. – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 (DOZE) meses tendo início a partir de 01/03/2021 a 01/03/2022.

4.1.1. As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pelo CONTRATANTE em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o CONTRATANTE, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, nos termos do item 4. 2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLAUSULA 5ª. – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA.

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na seguintes dotações orçamentárias:

268/102/142//146– 07. 002.10.301.0009.2051.3390.39.000000

300/102/142/146– 07. 002.10.301.0009.2058.3390.39.000000

712/146/074– 07. 002.10.302.0021.2090.3390.39.000000

720/146/074– 07. 002.10.302.0009.2091.3390.39.000000

CLAUSULA 6ª. – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

6.1. São direitos e responsabilidades da Contratada:

a) cumprir fielmente os termos do presente do Contrato, de modo que, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, os serviços sejam executados e os relatórios entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

b) observar na execução dos serviços mencionados a legislação do Sistema Único de Saúde, os regulamentos e a ética profissional;

c) manter rigorosamente em dias as suas obrigações para com o Conselho Regional de Medicina – CRM/MT e o COREN/MT;

d) responsabilizar-se técnica e clinicamente pelos serviços oferecidos;

e) promover a manutenção dos registros e a atualização dos prontuários dos pacientes atendidos;

f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

g) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde;

h) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços de cada período;

i) suspender o atendimento das solicitações do CONTRATANTE quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 10 (dez) dias.

j) atender rigorosamente às disposições da Instrução Normativa nº 03/ 2005 da SRP, quanto às contribuições e encargos sociais.

6.2. São direitos e responsabilidades do CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da Contratada;

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

g) efetuar os pagamentos devidos aa Contratada no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

j) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

k) rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei;

l) denunciar a Contratada ao SUS e ao CRM – MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética médica;

m) efetuar a retenção do percentual de 1,5% do Imposto de Renda.

CLAUSULA 7ª. – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

7.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência médica constatado pelo CONTRATANTE;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de ALTO PARAGUAI - MT por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4. De qualquer sanção imposta a Contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

7.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

7.6. A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do

último pagamento.

7.7. A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLAUSULA 8ª. – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. O CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a Contratada não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte e quatro horas sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;

b) a Contratada, sem prévia autorização do CONTRATANTE, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte;

c) a Contratada atrasar por mais de vinte e quatro horas o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações do CONTRATANTE.

d) a Contratada não atender às exigências do CONTRATANTE relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição nos pacientes ou utilização inadequada de produtos médico hospitalares ou ainda por imperícia médica;

e) as multas aplicadas aa Contratada atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a Contratada deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

8.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

8.3. A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da Contratada, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes conseqüências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

8.5. A rescisão por parte da Contratada poderá ocorrer com a comunicação da Contratada com antecedência de 30 dias.

CLAUSULA 9ª. – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

9.1. O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo de Licitação Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CLAUSULA 10ª. – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1. Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLAUSULA 11ª. – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

11.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso e pelos Serviços de Vigilância Sanitária do Estado e do Município de ALTO PARAGUAI – MT.

CLAUSULA 12ª. – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinado pelo CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo, sendo neste momento nomeada a servidora TATIANE ARAUJO OLIVEIRA, COORDENADORA DE SAÚDE, portadora do CPF n. 006.123.291-27.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade do

CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou Contratadas.

12.3. Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a Contratada serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

12.4. Da decisão tomada pela fiscalização poderá a Contratada recorrer ao CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLAUSULA 13ª. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

13.1. O CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

13.2. As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13.3. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLAUSULA 14ª. – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Diamantino – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem justos e Contratadas, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em (03) três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

ALTO PARAGUAI, 01 de março de 2021.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SILVIA DAYANA MARISCAL CARRIZALES

CNPJ 29.534.221/0001-21

CONTRATADA

TATIANE ARAUJO OLIVEIRA

CPF 006.123.291-27

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome:_____

CPF nº _____ CPF n. _____

JURIDICO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 087/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 087/2021

Termo de contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista nesta cidade, inscrito no CNPJ n.º 03.648.532/0001-28, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CPF nº 604.418.441-20, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraguai-MT, de outro lado, a empresa **MADSON SILVA E SOUSA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 32.598.736/0001-08, com sede na cidade de Querência em Mato Grosso, Rua G 20, Bairro Setor G, CEP 78643- 000 daqui por diante designada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram à vista do que consta no Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, com sujeição às disposições do art. 565 e seguintes do Código Civil Brasileiro, às normas ditadas pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLAUSULA 1ª. – DO OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.

A Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO CLINICO GERAL JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, no Município de ALTO PARAGUAI – MT.

1.2 – Os serviços serão prestados conforme termo de referência do Processo Licitatorio INEXGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N. .001/2021, o qual faz lei entre as partes.

CLAUSULA 2ª. – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1 O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

2.2 Os serviços serão prestados de forma continuada por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 Os atendimentos devem contemplar as seguintes atividades:

a) realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

b) Atender os clientes da sua Área, procedendo aos respectivos exames ou atendimentos emergenciais, auscultando, apalpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico;

c) Solicitar a realização de exames diagnósticos subsidiários (radiológicos, laboratoriais e eletro diagnósticos) ou efetuá-los e interpretar os resultados sempre que necessário;

d) Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento (cirúrgico, fisioterápico ou dietético), observando sempre as normas previstas na Assistência Médica do Programa Nacional de Saúde da Família;

e) realizar consultas clínicas e procedimentos na Centro de Saúde e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);

f) encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;

g) indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário, quando necessário fazer viagens de acompanhamento;

h) Proceder a pesquisas e estudos sobre matéria médica e médico-administrativa;

i) realizar atividades de demanda espontânea/ emergência e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;

j) Fornecer dados para elaboração de estatísticas de interesse médico e médico-administrativo ou orientar e controlar seu registro;

k) Emitir atestados, pareceres, informações e relatórios sobre matéria médica e médico-administrativa;

l) Assessorar a Secretaria Municipal de Saúde nos assuntos referentes à sua especialidade;

m) contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD; e

n) participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento do Centro de Saúde.

o) Planejar, executar e avaliar programas educativos destinados a grupos (diabéticos, hipertensos, gestantes, etc), coordenando reuniões, divulgando cuidados com a saúde e orientando quanto aos assuntos relacionados ao bem estar físico clientes da sua Área;

p) Quando solicitado efetuar auditorias médicas identificando anormalidades propondo a respectiva adequação;

CLAUSULA 3ª. – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1. O valor de cada plantão é de 1.050,00 (hum mil e cinqüenta reais) .

3.2. O pagamento do objeto licitado será efetuado mensalmente , em conformidade com prestação de serviços ocorrido naquele mês e mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.3. O CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo CONTRATANTE.

c) não prestação do serviço por parte da Contratada;

3.4. Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento do fornecimento não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,01% (um centésimo por cento), a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 10%.

3.5. Será considerado como inadimplemento o atraso superior a 03 (três) dias.

3.6. Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes

CLAUSULA 4ª. – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 (DOZE) meses tendo início a partir de 01/03/2021 a 01/03/2022.

4.1.1. As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pelo CONTRATANTE em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o CONTRATANTE, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, nos termos do item 4. 2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLAUSULA 5ª. – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA.

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na seguintes dotações orçamentárias:

268/102/142//146– 07. 002.10.301.0009.2051.3390.39.000000

300/102/142/146– 07. 002.10.301.0009.2058.3390.39.000000

712/146/074– 07. 002.10.302.0021.2090.3390.39.000000

720/146/074– 07. 002.10.302.0009.2091.3390.39.000000

CLAUSULA 6ª. – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

6.1. São direitos e responsabilidades da Contratada:

a) cumprir fielmente os termos do presente do Contrato, de modo que, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, os serviços sejam executados e os relatórios entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

b) observar na execução dos serviços mencionados a legislação do Sistema Único de Saúde, os regulamentos e a ética profissional;

c) manter rigorosamente em dias as suas obrigações para com o Conselho Regional de Medicina – CRM/MT e o COREN/MT;

d) responsabilizar-se técnica e clinicamente pelos serviços oferecidos;

e) promover a manutenção dos registros e a atualização dos prontuários dos pacientes atendidos;

f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

g) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde;

h) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços de cada período;

i) suspender o atendimento das solicitações do CONTRATANTE quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 10 (dez) dias.

j) atender rigorosamente às disposições da Instrução Normativa nº 03/2005 da SRP, quanto às contribuições e encargos sociais.

6.2. São direitos e responsabilidades do CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da Contratada;

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

g) efetuar os pagamentos devidos aa Contratada no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

j) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

k) rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei;

l) denunciar a Contratada ao SUS e ao CRM – MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética médica;

m) efetuar a retenção do percentual de 1,5% do Imposto de Renda.

CLAUSULA 7ª. – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

7.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência médica constatado pelo CONTRATANTE;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de ALTO PARAGUAI - MT por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4. De qualquer sanção imposta a Contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

7.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

7.6. A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do

último pagamento.

7.7. A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLAUSULA 8ª. – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. O CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a Contratada não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte e quatro horas sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;

b) a Contratada, sem prévia autorização do CONTRATANTE, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte;

c) a Contratada atrasar por mais de vinte e quatro horas o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações do CONTRATANTE.

d) a Contratada não atender às exigências do CONTRATANTE relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição nos pacientes ou utilização inadequada de produtos médico hospitalares ou ainda por imperícia médica;

e) as multas aplicadas aa Contratada atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a Contratada deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

8.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

8.3. A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da Contratada, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes conseqüências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

8.5. A rescisão por parte da Contratada poderá ocorrer com a comunicação da Contratada com antecedência de 30 dias.

CLAUSULA 9ª. – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

9.1. O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo de Licitação Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CLAUSULA 10ª. – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1. Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLAUSULA 11ª. – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

11.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso e pelos Serviços de Vigilância Sanitária do Estado e do Município de ALTO PARAGUAI – MT.

CLAUSULA 12ª. – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinado pelo CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo, sendo neste momento nomeada a servidora TATIANE ARAUJO OLIVEIRA, COORDENADORA DE SAÚDE, portadora do CPF n. 006.123.291-27.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade do

CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou Contratadas.

12.3. Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a Contratada serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

12.4. Da decisão tomada pela fiscalização poderá a Contratada recorrer ao CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLAUSULA 13ª. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

13.1. O CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

13.2. As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13.3. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLAUSULA 14ª. – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Diamantino – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem justos e Contratadas, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em (03) três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

ALTO PARAGUAI, 01 de março de 2021.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MADSON SILVA E SOUZA

CNPJ 32.598.736/0001-08

CONTRATADA

TATIANE ARAUJO OLIVEIRA

CPF 006.123.291-27

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome:_____

CPF nº _____ CPF n. _____

JURIDICO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 086/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 086/2021

Termo de contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista nesta cidade, inscrito no CNPJ n.º 03.648.532/0001-28, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CPF nº 604.418.441-20, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraguai-MT, de outro lado, a empresa **MARLON BRENO DE SOUZA ROSA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 36.545.357/0001-00, com sede na cidade de Nortelandia em Mato Grosso, Rua Geraldo Martins de Melo, Bairro Santo Antonio, CEP 78430-000 daqui por diante designada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram à vista do que consta no Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, com sujeição às disposições do art. 565 e seguintes do Código Civil Brasileiro, às normas ditadas pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLAUSULA 1ª. – DO OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.

A Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO CLINICO GERAL JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, no Município de ALTO PARAGUAI – MT.

1.2 – Os serviços serão prestados conforme termo de referência do Processo Licitatorio INEXGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N. .001/2021, o qual faz lei entre as partes.

CLAUSULA 2ª. – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1 O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

2.2 Os serviços serão prestados de forma continuada por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 Os atendimentos devem contemplar as seguintes atividades:

a) realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

b) Atender os clientes da sua Área, procedendo aos respectivos exames ou atendimentos emergenciais, auscultando, apalpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico;

c) Solicitar a realização de exames diagnósticos subsidiários (radiológicos, laboratoriais e eletro diagnósticos) ou efetuá-los e interpretar os resultados sempre que necessário;

d) Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento (cirúrgico, fisioterápico ou dietético), observando sempre as normas previstas na Assistência Médica do Programa Nacional de Saúde da Família;

e) realizar consultas clínicas e procedimentos na Centro de Saúde e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);

f) encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;

g) indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário, quando necessário fazer viagens de acompanhamento;

h) Proceder a pesquisas e estudos sobre matéria médica e médico-administrativa;

i) realizar atividades de demanda espontânea/ emergência e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;

j) Fornecer dados para elaboração de estatísticas de interesse médico e médico-administrativo ou orientar e controlar seu registro;

k) Emitir atestados, pareceres, informações e relatórios sobre matéria médica e médico-administrativa;

l) Assessorar a Secretaria Municipal de Saúde nos assuntos referentes à sua especialidade;

m) contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD; e

n) participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento do Centro de Saúde.

o) Planejar, executar e avaliar programas educativos destinados a grupos (diabéticos, hipertensos, gestantes, etc), coordenando reuniões, divulgan-

do cuidados com a saúde e orientando quanto aos assuntos relacionados ao bem estar físico clientes da sua Área;

p) Quando solicitado efetuar auditorias médicas identificando anormalidades propondo a respectiva adequação;

CLAUSULA 3ª. – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1. O valor de cada plantão é de 1.050,00 (hum mil e cinqüenta reais) .

3.2. O pagamento do objeto licitado será efetuado mensalmente , em conformidade com prestação de serviços ocorrido naquele mês e mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.3. O CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo CONTRATANTE.

c) não prestação do serviço por parte da Contratada;

3.4. Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento do fornecimento não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,01% (um centésimo por cento), a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 10%.

3.5. Será considerado como inadimplemento o atraso superior a 03 (três) dias.

3.6. Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes

CLAUSULA 4ª. – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 (DOZE) meses tendo início a partir de 01/03/2021 a 01/03/2022.

4.1.1. As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pelo CONTRATANTE em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o CONTRATANTE, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, nos termos do item 4. 2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLAUSULA 5ª. – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA.

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na seguintes dotações orçamentárias:

268/102/142//146– 07. 002.10.301.0009.2051.3390.39.000000

300/102/142/146– 07. 002.10.301.0009.2058.3390.39.000000

712/146/074– 07. 002.10.302.0021.2090.3390.39.000000

720/146/074– 07. 002.10.302.0009.2091.3390.39.000000

CLAUSULA 6ª. – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

6.1. São direitos e responsabilidades da Contratada:

a) cumprir fielmente os termos do presente do Contrato, de modo que, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, os serviços sejam executados e os relatórios entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

b) observar na execução dos serviços mencionados a legislação do Sistema Único de Saúde, os regulamentos e a ética profissional;

c) manter rigorosamente em dias as suas obrigações para com o Conselho Regional de Medicina – CRM/MT e o COREN/MT;

d) responsabilizar-se técnica e clinicamente pelos serviços oferecidos;

e) promover a manutenção dos registros e a atualização dos prontuários dos pacientes atendidos;

f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

g) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde;

h) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços de cada período;

i) suspender o atendimento das solicitações do CONTRATANTE quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 10 (dez) dias.

j) atender rigorosamente às disposições da Instrução Normativa nº 03/ 2005 da SRP, quanto às contribuições e encargos sociais.

6.2. São direitos e responsabilidades do CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da Contratada;

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

g) efetuar os pagamentos devidos aa Contratada no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

j) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

k) rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei;

l) denunciar a Contratada ao SUS e ao CRM – MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética médica;

m) efetuar a retenção do percentual de 1,5% do Imposto de Renda.

CLAUSULA 7ª. – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

7.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência médica constatado pelo CONTRATANTE;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de ALTO PARAGUAI - MT por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4. De qualquer sanção imposta a Contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

7.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

7.6. A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do

último pagamento.

7.7. A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLAUSULA 8ª. – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. O CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a Contratada não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte e quatro horas sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;

b) a Contratada, sem prévia autorização do CONTRATANTE, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte;

c) a Contratada atrasar por mais de vinte e quatro horas o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações do CONTRATANTE.

d) a Contratada não atender às exigências do CONTRATANTE relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição nos pacientes ou utilização inadequada de produtos médico hospitalares ou ainda por imperícia médica;

e) as multas aplicadas aa Contratada atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a Contratada deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

8.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

8.3. A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da Contratada, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes conseqüências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

8.5. A rescisão por parte da Contratada poderá ocorrer com a comunicação da Contratada com antecedência de 30 dias.

CLAUSULA 9ª. – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

9.1. O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo de Licitação Processo Licitatorio INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CLAUSULA 10ª. – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1. Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLAUSULA 11ª. – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

11.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso e pelos Serviços de Vigilância Sanitária do Estado e do Município de ALTO PARAGUAI – MT.

CLAUSULA 12ª. – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinado pelo CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo, sendo neste momento nomeada a servidora TATIANE ARAUJO OLIVEIRA, COORDENADORA DE SAÚDE, portadora do CPF n. 006.123.291-27.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade do

CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou Contratadas.

12.3. Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a Contratada serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

12.4. Da decisão tomada pela fiscalização poderá a Contratada recorrer ao CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLAUSULA 13ª. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

13.1. O CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

13.2. As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13.3. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLAUSULA 14ª. – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Diamantino – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem justos e Contratadas, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em (03) três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

ALTO PARAGUAI, 01 de março de 2021.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MARLON BRENO DE SOUZA ROSA

CNPJ 36.545.357/0001-00

CONTRATADA

TATIANE ARAUJO OLIVEIRA

CPF 006.123.291-27

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ **Nome:**_____

CPF nº _____ **CPF n.** _____

JURIDICO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 085/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 085/2021

Termo de contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista nesta cidade, inscrito no CNPJ n.º 03.648.532/0001-28, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CPF nº 604.418.441-20, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraguai-MT, de outro lado, a empresa **FURTADO SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.940.008/0001-70, com sede na cidade de Bom Sucesso em Paraná, Rua Otilia Steinwandt, n. 270, Bairro Centro, CEP 86940-000 daqui por diante designada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram à vista do que consta no Processo Licitatorio INEXGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, com sujeição às disposições do art. 565 e seguintes do Código Civil Brasileiro, às normas ditadas pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLAUSULA 1ª. – DO OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.

A Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO CLINICO GERAL JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, no Município de ALTO PARAGUAI – MT.

1.2 – Os serviços serão prestados conforme termo de referência do Processo Licitatorio INEXGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N. .001/2021, o qual faz lei entre as partes.

CLAUSULA 2ª. – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1 O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

2.2 Os serviços serão prestados de forma continuada por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 Os atendimentos devem contemplar as seguintes atividades:

a) realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

b) Atender os clientes da sua Área, procedendo aos respectivos exames ou atendimentos emergenciais, auscultando, apalpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico;

c) Solicitar a realização de exames diagnósticos subsidiários (radiológicos, laboratoriais e eletro diagnósticos) ou efetuá-los e interpretar os resultados sempre que necessário;

d) Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento (cirúrgico, fisioterápico ou dietético), observando sempre as normas previstas na Assistência Médica do Programa Nacional de Saúde da Família;

e) realizar consultas clínicas e procedimentos na Centro de Saúde e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);

f) encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;

g) indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário, quando necessário fazer viagens de acompanhamento;

h) Proceder a pesquisas e estudos sobre matéria médica e médico-administrativa;

i) realizar atividades de demanda espontânea/ emergência e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;

j) Fornecer dados para elaboração de estatísticas de interesse médico e médico-administrativo ou orientar e controlar seu registro;

k) Emitir atestados, pareceres, informações e relatórios sobre matéria médica e médico-administrativa;

l) Assessorar a Secretaria Municipal de Saúde nos assuntos referentes à sua especialidade;

m) contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD; e

n) participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento do Centro de Saúde.

o) Planejar, executar e avaliar programas educativos destinados a grupos (diabéticos, hipertensos, gestantes, etc), coordenando reuniões, divulgando cuidados com a saúde e orientando quanto aos assuntos relacionados ao bem estar físico clientes da sua Área;

p) Quando solicitado efetuar auditorias médicas identificando anormalidades propondo a respectiva adequação;

CLAUSULA 3ª. – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1. O valor de cada plantão é de 1.050,00 (hum mil e cinqüenta reais) .

3.2. O pagamento do objeto licitado será efetuado mensalmente , em conformidade com prestação de serviços ocorrido naquele mês e mediante apresentação de Nota Fiscal.

3.3. O CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo CONTRATANTE.

c) não prestação do serviço por parte da Contratada;

3.4. Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento do fornecimento não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,01% (um centésimo por cento), a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 10%.

3.5. Será considerado como inadimplemento o atraso superior a 03 (três) dias.

3.6. Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes

CLAUSULA 4ª. – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 (DOZE) meses tendo início a partir de 01/03/2021 a 01/03/2022.

4.1.1. As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pelo CONTRATANTE em cada caso e serão permanentemente acompanhadas pelo CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o CONTRATANTE, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, nos termos do item 4. 2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLAUSULA 5ª. – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA.

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na seguintes dotações orçamentárias:

268/102/142//146– 07. 002.10.301.0009.2051.3390.39.000000

300/102/142/146– 07. 002.10.301.0009.2058.3390.39.000000

712/146/074– 07. 002.10.302.0021.2090.3390.39.000000

720/146/074– 07. 002.10.302.0009.2091.3390.39.000000

CLAUSULA 6ª. – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

6.1. São direitos e responsabilidades da Contratada:

a) cumprir fielmente os termos do presente do Contrato, de modo que, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, os serviços sejam executados e os relatórios entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

b) observar na execução dos serviços mencionados a legislação do Sistema Único de Saúde, os regulamentos e a ética profissional;

c) manter rigorosamente em dias as suas obrigações para com o Conselho Regional de Medicina – CRM/MT e o COREN/MT;

d) responsabilizar-se técnica e clinicamente pelos serviços oferecidos;

e) promover a manutenção dos registros e a atualização dos prontuários dos pacientes atendidos;

f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

g) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde;

h) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços de cada período;

i) suspender o atendimento das solicitações do CONTRATANTE quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 10 (dez) dias.

j) atender rigorosamente às disposições da Instrução Normativa nº 03/2005 da SRP, quanto às contribuições e encargos sociais.

6.2. São direitos e responsabilidades do CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da Contratada;

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

g) efetuar os pagamentos devidos aa Contratada no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

j) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

k) rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei;

l) denunciar a Contratada ao SUS e ao CRM – MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética médica;

m) efetuar a retenção do percentual de 1,5% do Imposto de Renda.

CLAUSULA 7ª. – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS.

7.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência médica constatado pelo CONTRATANTE;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de ALTO PARAGUAI - MT por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4. De qualquer sanção imposta a Contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

7.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

7.6. A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do

último pagamento.

7.7. A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLAUSULA 8ª. – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. O CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a Contratada não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte e quatro horas sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;

b) a Contratada, sem prévia autorização do CONTRATANTE, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte;

c) a Contratada atrasar por mais de vinte e quatro horas o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações do CONTRATANTE.

d) a Contratada não atender às exigências do CONTRATANTE relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição nos pacientes ou utilização inadequada de produtos médico hospitalares ou ainda por imperícia médica;

e) as multas aplicadas aa Contratada atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a Contratada deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

8.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

8.3. A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da Contratada, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes conseqüências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

8.5. A rescisão por parte da Contratada poderá ocorrer com a comunicação da Contratada com antecedência de 30 dias.

CLAUSULA 9ª. – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

9.1. O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo de Licitação Processo Licitatorio INEXGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CLAUSULA 10ª. – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1. Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLAUSULA 11ª. – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

11.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso e pelos Serviços de Vigilância Sanitária do Estado e do Município de ALTO PARAGUAI – MT.

CLAUSULA 12ª. – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinado pelo CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo, sendo neste momento nomeada a servidora TATIANE ARAUJO OLIVEIRA, COORDENADORA DE SAÚDE, portadora do CPF n. 006.123.291-27.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade do

CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou Contratadas.

12.3. Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a Contratada serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

12.4. Da decisão tomada pela fiscalização poderá a Contratada recorrer ao CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLAUSULA 13ª. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

13.1. O CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

13.2. As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13.3. As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLAUSULA 14ª. – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Diamantino – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem justos e Contratadas, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em (03) três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

ALTO PARAGUAI, 01 de março de 2021.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FURTADO SERVIÇOS MEDICOS EIRELI

CNPJ 22.940.008/0001-70

CONTRATADA

TATIANE ARAUJO OLIVEIRA

CPF 006.123.291-27

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome:_____

CPF nº _____ CPF n. _____

LICITAÇÃO
LICITACAO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial nº 012/2021: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS, PROTETORES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO PARAGUAI– MT.

O Pregoeiro nomeado pela **portaria nº 029/2021**, em conformidade com artigo 3º inciso IV da Lei nº 10.520/2002 e suas posteriores alterações, Adjudica o Objeto do presente certame aos Licitantes vencedores, com a proposta final, assim distribuída:

ü **PNEU AR**, inscrita sobCNPJ: **07.854.126/0001-72** nos ITEM Nº 03,05,06,11,12,13,14,16,19,22,23,25,28,30,32,34,36,42,43,44,45,61,62,63,64,65,67,68,

ü **PNEUS VIA NOBRE**, inscrita sobCNPJ: **01.976.860/0048-91** nos ITEM Nº 01,02,04,07,08,09,10,15,17,20,21,24,26,27,31,33,35,37,38,41,66,69.

ü **ITENS FRACASADO:18,29,39,40,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60.**

Alto Paraguai - MT, 05 de Março de 2021.

YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA

Pregoeiro Oficial

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021.

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve **HOMOLOGAR** como HOMOLOGADO tem, o resultado da licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 012/2021** que tem por Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS, PROTETORES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO PARAGUAI– MT.

E que teve como vencedor os licitantes:

ü **PNEU AR**, inscrita sobCNPJ: **07.854.126/0001-72** nos ITEM Nº 03,05,06,11,12,13,14,16,19,22,23,25,28,30,32,34,36,42,43,44,45,61,62,63,64,65,67,68,

ü **PNEUS VIA NOBRE**, inscrita sobCNPJ: **01.976.860/0048-91** nos ITEM Nº 01,02,04,07,08,09,10,15,17,20,21,24,26,27,31,33,35,37,38,41,66,69.

ü **ITENS FRACASADO:18,29,39,40,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60.**

Alto Paraguai – MT, 05 de Março de 2021.

_____

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 103/2021 - FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA 103/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT.,**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora TATIANE ARAUJO OLIVEIRA, COORDENADORA DE SAÚDE, portadora do CPF n. 006.123.291-27,,para exercer a função de **FISCAL DOS CONTRATOS abaixo mencionados, referente ao** processo de Licitação Processo Licitatório INEXIGIBILIDADE N. 001/2021 – CREDENCIAMENTO N..001/2021, SERVIÇOS MEDICOS junto ao Município de Alto Paraguai – MT. Os contratos são:

CONTRATO 85/21 - FURTADO SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.940.008/0001-70 SERVIÇOS MEDICOS PA

CONTRATO 86/21 - **MARLON BRENO DE SOUZA ROSA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 36.545.357/0001-00 SERVIÇOS MEDICOS PA

CONTRATO 87/21 - **MADSON SILVA E SOUSA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 32.598.736/0001-08

CONTRATO 88/21 - **SILVIA DAYANA MARISCAL CARRIZALES,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 29.534.221/0001-21 SERVIÇOS MEDICO PA

CONTRATO 89/21 - **SILVIA DAYANA MARISCAL CARRIZALES,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 29.534.221/0001-21 –SERVIÇO MEDICO CENTRO COVID

CONTRATO 90/21 - **A M PAROLIN SILVA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 24.686.087/0001-60, SERVICOS GINECOLOGICOS

CONTRATO 91/21 - **MARLON BRENO DE SOUZA ROSA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 36.545.357/0001-00 SERVIÇOS MEDICOS ZONA RURAL

Art. 2º. A servidora, ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais, assim como é obrigado a comunicar a Administração de todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único– As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 01 de março 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
LICITACAO

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE RP

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, torna pública a **ADESÃO** ao procedimento licitatório **Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2020** DO **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020**, cujo objeto **AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTEE E PINTURA DE LIGAÇÃO INCLUINDO MATERIAL BETUMINOSO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT,**realizadas pela **Prefeitura Municipal de NORTELANDIA-MT.**

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT contratará as empresas **GUAXE CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ: 02.837.996/0001**, detentora da Ata de Registros de Preços acima mencionado, aderida através desse procedimento.

A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT.

Fundamento legal: Regida pela lei Federal n° 10.520, de 17 de junho de 2002 e subsidiariamente pela lei Federal n° 8.666 de 21/06/93 (com alterações da lei 8883/94 e da lei n° 9.648/98) e ainda pelo Decreto Federal n° 7892/2013.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 05 de Março de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE NOVEMBRO/2020

Ata de Registro de Preços **N.° 093/2020**, Fornecedor: **CASA DE APOIO SAO DANIEL TRANSPORTE E TURISMO EIRELLI**;Valor: **R$ 134.250,00; Vigência: 24/11/2020 à 24/11/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 042/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE ESPECIALIZADA NO TIPO "CASA DE APOIO", EXCLUSIVAMENTE COM SEDE NA CAPITAL DO ESTADO DE GOIÂNIA – GO.**

Ata de Registro de Preços **N.° 094/2020**, Fornecedor: **TADEU MROZINSKI - ME**; Valor: **R$ 689.730,73;** Vigência: **25/11/2020 à 25/11/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 041/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICO, HIDRAULICO, NATALINO E ILUMINAÇAO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, ADM, INDÚSTRIA, EDUCAÇÃO, SOCIAL, AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 095/2020**, Fornecedor: **R J M COMERCIAL EIRELI**; Valor: **R$ 553.457,62;** Vigência: **25/11/2020 à 25/11/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 041/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICO, HIDRAULICO, NATALINO E ILUMINAÇAO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, ADM, INDÚSTRIA, EDUCAÇÃO, SOCIAL, AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 096/2020**, Fornecedor: **MADEIREIRA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ALTO TAQUARI LTDA**; Valor: **R$ 746.743,09;** Vigência: **25/11/2020 à 25/11/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 041/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICO, HIDRAULICO, NATALINO E ILUMINAÇAO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, ADM, INDÚSTRIA, EDUCAÇÃO, SOCIAL, AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 097/2020**, Fornecedor: **MARISTELA S B MENDONCA EIRELI**; Valor: **R$ 196.930,90;** Vigência: **25/11/2020 à 25/11/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 041/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICO, HIDRAULICO, NATALINO E ILUMINAÇAO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, ADM, INDÚSTRIA, EDUCAÇÃO, SOCIAL, AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 098/2020**, Fornecedor: **EDUARDO ANTONIO BATISTA ILUMINAÇÃO DE LED**; Valor: **R$ 59.803,90;** Vigência: **25/11/2020 à 25/11/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 041/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICO, HIDRAULICO, NATALINO E ILUMINAÇAO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, ADM, INDÚSTRIA, EDUCAÇÃO, SOCIAL, AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 099/2020**, Fornecedor: **CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPI S LTDA**; Valor: **R$ 306.261,11;** Vigência: **25/11/2020 à 25/11/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 041/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICO, HIDRAULICO, NATALINO E ILUMINAÇAO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, ADM, INDÚSTRIA, EDUCAÇÃO, SOCIAL, AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 100/2020**, Fornecedor: **AG CALDAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP**; Valor: **R$ 12.672,90;** Vigência: **25/11/2020 à 25/11/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 041/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICO, HIDRAULICO, NATALINO E ILUMINAÇAO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, ADM, INDUSTRIA, EDUCAÇÃO, SOCIAL, AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 101/2020**, Fornecedor: **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME**; Valor: **R$ 327.296,18;** Vigência: **25/11/2020 à 25/11/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 041/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICO, HIDRAULICO, NATALINO E ILUMINAÇAO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, ADM, INDÚSTRIA, EDUCAÇÃO, SOCIAL, AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATO 72/2021

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 072/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LUCINALDO DA SILVA SANTOS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Realização de atividades: de fiscalização na área de vigilância sanitária e orientação técnica; fiscalização em locais e estabelecimentos na sua área específica; aplicação de legislação pertinente à área de vigilância sanitária; proposição de medidas corretivas de saúde pública às unidades de saúde; elaboração de relatórios técnicos. Elaborar e revisar projetos. Desenvolver ações, campanhas, leis e decretos, políticas de educação ambiental e saúde pertinentes a área de atuação.

02.3- Os serviços serão prestados pelo contratado, cumprindo 40 horas semanais.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 05 (cinco) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, com início em 22 (vinte e dois) de fevereiro de 2021 e término em 18(dezoito) de agosto de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL– Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações e lei 1.144 de 15 de julho de 2020, com base no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2020/PMAT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 22 de fevereiro de 2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE FEVEREIRO/2021

Ata de Registro de Preços **N.° 001/2021**, Partes: **RIO FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI**;Valor: **R$ 114.894,48; Vigência: 19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 002/2021**, Partes: **GOIAS BEM COMER. PROD. P/ SAUDE EIRELI**; Valor: **R$ 1.266.992,51;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 003/2021**, Parte: **MULTIPLICAR COMPRAS & COMERCIO EIRELI**; Valor: **R$ 23.890,00;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 004/2021**, Parte: **C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**; Valor: **R$ 9.234,75;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 005/2021**, Parte: **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI**; Valor: **R$ 29.120,28;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 006/2021**, Parte: **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**; Valor: **R$ 31.375,60;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 007/2021**, Parte: **MEDICAL COMERCIO, IMPORTAÇAO E EXPORTAÇÃO LTDA**; Valor: **R$ 42.357,83;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 008/2021**, Parte: **TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI**; Valor: **R$ 24.291,40;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 009/2021**, Parte: **TOTAL SEGURANCA EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**; Valor: **R$ 3.835,20;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 010/2021**, Parte: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI**; Valor: **R$ 7.931,90;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 011/2021**, Parte: **LIGIA MARIA CARNEIRO**; Valor: **R$ 25.682,88;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 012/2021**, Parte: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**; Valor: **R$ 13.989,20;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 013/2021**, Parte: **DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**; Valor: **R$ 3.347,00;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 014/2021**, Parte: **CENTERMEDICOMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**; Valor: **R$ 12.229,00;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 015/2021**, Parte: **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**; Valor: **R$ 24.210,50;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 016/2021**, Parte: **A2 DISTRIBUIDORA BRASIL LTDA**; Valor: **R$ 8.386,00;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**;

Pregão Eletrônico Nº 001/2021;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 017/2021**, Parte: **MICHELE ALVES E SILVA 09085983606**; Valor: **R$ 1.326,00;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 018/2021**, Parte: **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**; Valor: **R$ 61.959,80;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 019/2021**, Parte: **ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELI ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELI**; Valor: **R$ 2.508,50;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 020/2021**, Parte: **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**; Valor: **R$ 5.257,24;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 021/2021**, Parte: **PEDRO HENRIQUE MARTINS ME**; Valor: **R$ 50.086,50;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 022/2021**, Parte: **PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI**; Valor: **R$ 12.224,50;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 023/2021**, Parte: **DROGAFONTE LTDA**; Valor: **R$ 6.120,00;** Vigência: **19/02/2021 à 21/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 024/2021**, Parte: **GTR COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES EIRELI**; Valor: **R$ 488.000,00;** Vigência: **24/02/2021 à 24/02/2022**; **Pregão Presencial Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS/ORIGINAIS PARA VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI.**

Ata de Registro de Preços **N.° 025/2021**, Parte: **OLAPER COMÉRCIO E DIST. DE LUBRIFICANTES E PNEUS EIRELI - ME**; Valor: **R$ 612.000,00;** Vigência: **24/02/2021 à 24/02/2022**; **Pregão Presencial Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS/ORIGINAIS PARA VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI.**

Ata de Registro de Preços **N.° 026/2021**, Parte: **TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI**; Valor: **R$ 240.000,00;** Vigência: **24/02/2021 à 24/02/2022**; **Pregão Presencial Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS/ORIGINAIS PARA VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI.**

Ata de Registro de Preços **N.° 027/2021**, Parte: **SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA**; Valor: **R$ 539.000,00;** Vigência: **24/02/2021 à 24/02/2022**; **Pregão Presencial Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS/ORIGINAIS PARA VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI.**

Ata de Registro de Preços **N.° 028/2021**, Parte: **NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO PARA MAQUINAS LTDA**; Valor: **R$ 99.000,00;** Vigência: **24/02/2021 à 24/02/2022**; **Pregão Presencial Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS/ORIGINAIS PARA VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI.**

Ata de Registro de Preços **N.° 029/2021**, Parte: **MD COMERCIO PEÇAS E SERVIÇOS PARA TRATORES E CAMINHÕES LTDA**; Valor: **R$ 186.500,00;** Vigência: **24/02/2021 à 24/02/2022**; **Pregão Presencial Nº 001/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS/ORIGINAIS PARA VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI.**

Ata de Registro de Preços **N.° 030/2021**, Parte: **BGM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI**; Valor: **R$ 1.168.000,00;** Vigência: **26/02/2021 à 26/02/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 002/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE TAPA BURACO, EM RUAS PAVIMENTADAS NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE AGOSTO/2020

Ata de Registro de Preços **N.° 057/2020**, Fornecedor: **LIMA & CARVALHO LTDA - ME**;Valor: **R$ 322.980,00; Vigência: 04/08/2020 à 04/08/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 030/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA OPTICA COM LINK DE ACESSO DE BANDA FULL-DUPLEX, VELOCIDADE DE DOWNLOAD E UPLOAD IGUAIS DEDICADO COM IP VÁLIDO, COM 100% DE GARANTIA DE BANDA.**

Ata de Registro de Preços **N.° 058/2020**, Fornecedor: **JN REFRIGERAÇÃO LTDA**; Valor: **R$ 302.724,20;** Vigência: **28/08/2020 à 28/08/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº 029/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS** PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERTOS E MANUTENÇÕES EM ELETROELETRÔNICOS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI.**

Ata de Registro de Preços **N.° 059/2020**, Fornecedor: **JTK SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - ME**; Valor: **R$ 219.095,00;** Vigência: **28/08/2020 à 28/08/2021**; **Pregão Presencial de Registro de Preços Nº**

029/2020;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERTOS E MANUTENÇÕES EM ELETROELETRÔNICOS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS 01 AO 71/2021

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 005/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *KEILA OLIVEIRA SANTOS.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL– Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 006/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: JACLECIA MARIA DE SOUZA. OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL– Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 007/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MIRIAN CHRISTIE PHILOMENA DA SILVA ALVES.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL

SUPORTE LEGAL– Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 008/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *NILZA ALVES DA SILVA.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 009/2020-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LUCINEIDE GONÇALVES DOS SANTOS BARCELOS.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na Escola Municipal no CEI, "Centro de Educação Infantil."

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

***SUPORTE LEGAL*- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.**

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 010/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LAIS PASSOS DOS SANTOS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria mu-

nicipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- E Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 011/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *CAMILA EMANNUELE MARQUES NASCIMENTO.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 012/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: MARLENE LAURENTINO SILVA GUIMARÃES. OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da

escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1– O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 13/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: MARIA MONICA LIRA DOS SANTOS. OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da

escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 014/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ELIANE RAMOS BISPO.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da

escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 015/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ANA LÚCIA DA CRUZ SANTOS*. OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA- Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 016/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *REGINA APARECIDA DE MELO* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, ela-

borado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 017/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ELIANA ANDRADE FERREIR.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 018/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *JOSIANA RODRIGUES DA SILVA.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da

escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

***SUPORTE LEGAL*- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.**

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 019/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *KELY CRISTINE FONSECA DE CARVALHO.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 020/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ANDREIA MIRANDA DE SOUZA.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determi-

nações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 021/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MARCIA MARIA DA SILVA LIMA*. OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determi-

nações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 22/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *GIOVANA CARLA BAIARDO.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determi-

nações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 023/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ILDA MARIA DOS SANTOS*. OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determi-

nações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 024/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *DANILA LIMA CALIXTO.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determi-

nações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 025/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *GREICI CAMILO DE OLIVEIRA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

***SUPORTE LEGAL*- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.**

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 026/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ÉRINA CARVALHO BONOMO*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de

ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 027/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *JEANNINNE FATIMA MARTINS GUEDES*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2021/SMEC/MT

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 028/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ANA PAULA DA SILVA ROZA*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimen-

to escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 12 (doze) dias, com início em 10 (dez) de fevereiro de 2020 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 029/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *PATRICIA ALVES GOUVEIA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 030/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MARCELA MARIA DA SILVA CALIXTRO MARQUE.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elabo-

rar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 031/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *PRISCILA DA SILVA PEREIRA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 032/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *GEISLA MELLO FERNANDES.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área

de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 033/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *CASSIA NEVES RODRIGUES COST.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1- O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 034/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *EDNEIVA COELHO ALMEIDA*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Letras.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Mu-

nicípio; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 24 horas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 035/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MARIA JOSEANE DE LIMA SILVA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Letras.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 036/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MEIRE DIAS MIRANDA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Letras.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de

ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 037/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *GEVECI APARECIDA DE ALMEIDA FRANÇA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Letras.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 038/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MARIA ELIENE DA SILVA BARBOSA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Letras.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; par-

ticipar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 039/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ADRIANA MARIA DOS SANTOS* .

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Letras.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 040/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *SUELI DE FÁTIMA FAVARO.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Letras.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmen-

te dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 041/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ISABEL CRISTINA OLIVEIRA QUEIROZ.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Letras.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 042/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: MARCELA MARIA DOS SANTOS SILVA.

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de História.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profis-

sionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 043/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *DIRLENE CARVALHO SILVA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Matemática.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 16 aulas semanais, na Escola Municipal "Profª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 044/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *DALZIRENE PEREIRA DE SOUZA* .

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil, "Maria Alta Medeiros de Oliveira."

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 045/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MARIA DA PAIXÃO DA CONCEIÇÃO DA SILVA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 046/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MARIA ANGELICA DA SILVA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 047/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ANTONIA NEIDE ALVES LIMA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 048/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *GLORIA REGINA DE OLIVEIRA PINHEIRO SILVA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021..

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 049/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ROZIMAR BARBOSA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 050/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ROSILEY CAVALCANTE MELO.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 051/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *SANTA VICENTINA DIAS LONDERO* .

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 052/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *JAQUELINE RODRIGUES LIMA BRANDÃO.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 053/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: ELINÊS DE OLIVEIRA *SOUSA DE ARAUJO*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Geografia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao

seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 24 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 054/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *OLGA IZABEL MARTINS DA SILVA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 055/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LILA MARLENE DE OLIVEIRA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 14 (catorze) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 056/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *DHAIARA KOSSMANN DE OLIVEIRA* .

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 01 (um) mês e 16 (dezesseis) dias, com início em 08 (oito) de fevereiro de 2021 e término em 24 (vinte e quatro) de março de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 08 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 057/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MAYRA CRISTINA SILVA PEREIRA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – presente Contrato terá vigência de 10 (dez) mês e 13 (treze) dias, com início em 09 (nove) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 09 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 058/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *RÉGIA CARION PAULA LEAL.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Matemática.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 13 (treze) dias, com início em 09 (nove) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 10 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 059/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MARIA NATIVIDADE FREITAS* .

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias

e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 12 (doze) dias, com início em 10 (dez) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 10 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 060/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ISABEL PERES DE SOUSA*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – 5.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 12 (doze) dias, com início em 10 (dez) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 10 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 061/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *GESSIANE VIEIRA LOPES DOS SANTOS* .

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elabo-

rar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 12 (doze) dias, com início em 10 (dez) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: **Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.**

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 10 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 062/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: SHEILA ROSALVES FERNANDES CARRIJO.

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Geografia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 12 (doze) dias, com início em 10 (dez) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: **Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.**

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 10 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 063/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: MEIRE CRISTINA CARVALHO DA SILVA SALES.

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de História.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos

na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 12 (doze) dias, com início em 10 (dez) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: – Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 10 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 064/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LEILANE BISPO NUNES* .

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Artes.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou

correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência

escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das

matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 36 aulas semanais na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 10 (dez) dias, com início em 12 (O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 12 (doze) dias, com início em 10 (dez) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 10 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 065/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ALBÉRICO DOS SANTOS SILVA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Matemática.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 21 aulas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 12 (doze) dias, com início em 10 (dez) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL– Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 10 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 066/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ANTONIA CRISTIANE SILVA DA COSTA.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 12 (doze) dias, com início em 10 (dez) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 10 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 067/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *WEVILLEY BRUNO PEREIRA BRAZ.*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 11 (onze) dias, com início em 11 (onze) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 11 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 068/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ALINE VIANA BARBOSA* .

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Es-

colar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 11 (onze) dias, com início em 11 (onze) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 11 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 069/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *CARLA MARIA DO NASCIMENTO PIMENTEL* .

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL- Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 15 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 070/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LARA LUANA GOUVEIA*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: Atender alunos da Educação Especial em sala de aula regular conforme Resolução nº 261/02 CEE/MT, Capítulo II da Oferta do Atendimento Educacional Escolar, Art. 10, inciso IV; auxiliar no apoio à aprendizagem, à locomoção e à comunicação dos portadores de necessidades especiais atendidos em salas de aulas regulares e especiais e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 horas semanais, na Escola Municipal "Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses, com início em 22 (vinte e dois) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 22 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 071/2021-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MOSANE TENÓRIO LEAL..*

OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 30 aulas semanais, na CEI "Centro de Educação Infantil".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses, com início em 22 (vinte e dois) de fevereiro de 2021 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL– Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2020/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 22 de fevereiro de 2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO/2021 - G-OBRAS

CONTRATO: Nº 008/2021; **CONTRATANTE**: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; **CONTRATADA**: ALPHA CONSTRUTORA EIRELI; **VALOR:** R$ 1.069.790,84; **VIGÊNCIA:** 02/03/2021 à 30/06/2021; **PROCESSO:** Concorrência Pública nº 001/2020; **OBJETO: RECUPERAÇÃO E RECAPEAMENTO DE RUAS DIVERSAS com CBUQ, DA ETAPA 03 do Projeto**; **LEGALIDADE:** As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade Tomada de Preço 002/2021, na data de 24/03/2021 as 08:00 horas (oito), horário de Mato Grosso, tendo como objeto: EXECUÇÃO DE OBRA CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA E ALAMBRADO NA ESCOLA MUNICIPAL GUILHERME DE ALMEIDA, COMUNIDADE ARUMÃ MUNICÍPIO DE APIACAS – MT. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS RIGOROSAMENTE CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA, o edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059,Telefone 66-3593-2227, Paço Municipal, Cidade de Apiacás - MT, ou no site www.apiacas.mt.gov.br EMAIL licitação@apiacás.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 060/2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE MARÇO/2021 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares à Servidora:

Nome: (1283) SIDNEIA DE OLIVEIRA

Cargo Efetivo: (82) Apoio Administrativo Educacional

Lotação: Secretaria Municipal de Administração - DAE

Período Aquisitivo: 25/01/2020 à 24/01/2021.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 05 de Março 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00002, de 04 de Março de 2021.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - APIACAS - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar

de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado

[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste

município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR)

CLEOMAR BARBOSA 557.150.609-15 9773/00019/2020

FELIPE CORDOVEZ 013.527.928-34 9773/00026/2020

FABRICIO LOPES DA SILVA 011.713.281-09 9773/00046/2020

FABRICIO LOPES DA SILVA 011.713.281-09 9773/00053/2020

FABRICIO LOPES DA SILVA 011.713.281-09 9773/00054/2020

CARLOS IGNACIO ALCENCIO 197.887.038-87 9773/00065/2020

LUIZ ANTONIO FERREIRA DE MEO 475.895.669-34 9773/00076/2020

TERESA MORARI PERAZZOLI 298.779.381-20 9773/00082/2020

PAULO MARTINI JUNIOR 721.210.178-87 9773/00090/2020

RUBENS ZONETTI FILHO 581.298.631-20 9773/00104/2020

ITALINO PALUDO 119.026.399-87 9773/00107/2020

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: JACKSON BIESDORF Matrícula: 00001916

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS / 13 Assinatura:

Data de afixação:

Data de desafixação:

04/03/2021

19/03/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO N° CTR: 32/2021

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: WALLESON JOHNATHAN DUARTE

CARGO: MOTORISTA II

N° CTR: 32/2021

DATA EMISSÃO: 22/02/2021

DATA VENCIMENTO: 31/12/2021

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.496,78

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 68/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 68/2021

De 18 de fevereiro de 2021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados para o mês de fevereiro 2021, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
RAQUEL DE CASTRO SANTOS	2020/2021	SECR. ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANDRA ELIANA SANCHES FERLETE	2020/2021	SECR. EDUCAÇÃO
JULYANA PATRICIA C. MORAES	2019/2020	SECR. EDUCAÇÃO
GILMA MARIA RAMALHO DE SOUSA	2020/2021	SECR. EDUCAÇÃO
PEDRO L. RESENDE DA COSTA	2020/2021	SECR. ASSISTÊNCIA SOCIAL
DANIEL FERNANDES DOS SANTOS	2020/2021	SECR. DE OBRAS
IRIS NARDES PINTO	2020/2021	SECR. EDUCAÇÃO
POLLIANA DE SOUSA	2020/2021	SECR. EDUCAÇÃO
IRIS MARTINS DA SILVA	2020/2021	SECR. EDUCAÇÃO
SUELENY DE OLIVEIRA	2020/2021	SECR. DE SAÚDE

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 18 de fevereiro de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO N° CTR: 32/2021

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: LYNDON JOHNSON MARQUES

CARGO: CHEFE DE DIVISÃO

N° CTR: 31/2021

DATA EMISSÃO: 15/02/2021

DATA VENCIMENTO: 31/12/2021

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.496,78

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 43/2020

O Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Rua Bahia, 426 – centro, cidade de Araguainha – MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.947.926/0001-87, (MT), representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o **Sr. FRANCISCO GONÇALVES NAVES,** brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade sob o nº 815381 - SSP/MT, CPF nº 778.593.241-72, residente e domiciliado na Avenida Couto Magalhães, em Araguainha/MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.987.065/0001-99,** estabelecida à Rua 15 de Novembro, n.º 09, Bairro Casa Fácil, Ribeirãozinho – MT, representada neste ato por **ARLINDO DOMINGOS DA SILVA**, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº. 307.264SSP/GO, 2ª VIA e do CPF nº. 053.098.831-34, residente à Fazenda Alvorada, s/n, Zona Rural, em Ribeirãozinho – MT, doravante denominada de CONTRATADA, celebrar o presente Termo Aditivo nos termos da Lei 8666/93, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para Construção da Feira Municipal, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha de custos, cronograma físico-financeiro e minuta do contrato conforme contrato de repasse 896634/2019/MDR/CAIXA, que fazem parte integrante deste edital.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS RETIFICAÇÕES.

2.1. O termo original do contrato acima especificado passa a vigorar com as seguintes retificações:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

3.1 – O prazo para execução do objeto será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ AS DESPESAS

4.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação Orçamentária.

486 - 120120605.0015.1057.0000.44905100

487 – 120120605.0015.1057.0000.44905100

CLAUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1-Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes do contrato original.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Araguainha - MT, 01 de Fevereiro de 2021.

_____

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

Prefeito Municipal

Contratante

_____

MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA-ME

CNPJ: 11.987.065/0001-01

TESTEMUNHAS:	
VANDETH PEREIRA DE SOUZA **CPF: 535.404.681-53** **RG: 488646 SSP/MT**	**SAMUEL CARRIJO BATISTA** **CPF: 851.410.111-00** **RG: 3739346 DGPC/GO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 147/2021

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2021, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO TRANSFORMADOR ELÉTRICO DE 150 KVA DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO CÓRREGO DAS PITAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SMAE.

ENILSON DE ARAUJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Leandro da Rocha Souza, como fiscal, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização dos CONTRATO ADMINISTRATIVO oriundo da Dispensa de Licitação n°. 008/2021:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 041/2021 - TRAEL TRANSFORMADORES ELETRICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.457.942/0001-03.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatros (04) dias do mês de Março (03) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAUJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, por meio da sua Pregoeira designada pela Portaria nº 047/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação para registro de preços, na modalidade Pregão na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, cujo objeto é o Registro de preços, cujo objeto é a futura e eventual Aquisição de Material Hospitalar, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A realização do certame será no dia 22 de março de 2021, às 09h30min (horário de Brasília).

O Edital completo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço gov.br/compras ou https://www.comprasnet.gov.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.br nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local).

Araputanga/ MT, 05 de março de 2021.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

EXTRATO DE ADESÃO 001/2021

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2020, DO PREGÃO PRESENCIAL RP 005/2020. PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE-MT

EMPRESA VENCEDORA: G. I. MENDES ME

INSCRITA NO CNPJ Nº. 12.724.478/0001-43

VALOR DE R$ 46.916,00 (QUARENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS E DEZESSEIS REAIS) - DATA 04/03/2021.

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020, DO PREGÃO PRESENCIAL RP N° 005/2020 “REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS EM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS, INCLUINDO TROCA DE PEÇAS ORIGINAIS E GENUÍNAS, PARA ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ATO CONVOCATORIO.

Arenápolis- MT, 04 de Março de 2021.

Regina Lúcia de Souza

Pregoeira

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 009/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT

AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 105E, ESQUINA COM A RUA CASTELO BRANCO- VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT.

CNPJ Nº 24.977.654/0001-38 - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105

AVISO DE ABERTURA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO (PSIQUIATRA) PARA O ATENDIMENTO DE CONSULTAS NO CENTRO DE REFERENCIA DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

Data da Abertura: Ás **09:00 horas, no dia 18 de Março de 2021.**

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.arenapolis.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8.883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Arenápolis- MT, 05 de Março de 2021.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

EXTRATO DE ADESÃO Nº 002/2021

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 078/2020, DO PREGÃO PRESENCIAL 049/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA-MT

EMPRESA VENCEDORA: URBANISTICA E SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI,

INSCRITA NO CNPJ Nº. 11.352.553/0001-20

VALOR DE R$ 61.200,00 (SESSENTA E UM MIL E DUZENTOS REAIS)

DATA 04/03/2021.

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2020, DO PREGAO PRESENCIAL Nº 49/2020, PARA "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE EM PRESTAÇÃO DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES E ACOMPANHANTES ORIUNDOS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT, EM TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DA CIDADE DE CUIABÁ-MT".

Arenápolis- MT, 04 de Março de 2021.

Regina Lúcia de Souza

Pregoeira

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 009/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT

AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 105E, ESQUINA COM A RUA CASTELO BRANCO- VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT.

CNPJ Nº 24.977.654/0001-38 - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105

AVISO DE ABERTURA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO (PSIQUIATRA) PARA O ATENDIMENTO DE CONSULTAS NO CENTRO DE REFERENCIA DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

Data da Abertura: Ás **09:00 horas, no dia 18 de Março de 2021.**

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.arenapolis.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8.883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Arenápolis- MT, 05 de Março de 2021.

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.721/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA Comissão Técnica Especial de Conferência;

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 10, IV da Resolução Normativa nº 19/2016 do Tribunal de Contas do Estado – TCE/MT;

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR, os seguintes membros para compor a Comissão Técnica Especial de Conferência, para sob a coordenação do primeiro, conferir os documentos e informações apresentadas pela Comissão de Transmissão de Mandato:

1. ROGERSON DOUGLAS FRANÇA - Assessor Especial

2. KARIN RODRIGUES DOS SANTOS - Secretária Municipal de Finanças

3. RITA MALTEZO - Coordenador de Cultura

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de janeiro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.974/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 001/99, Art. 33, Inciso I e com amparo no Artigo** 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Art. 8º, inciso IX do Decreto Municipal nº 3.805 de 10 de abril de 2020, o qual dispensa o comparecimento presencial para Perícia Médica, em razão do risco de contaminação pelo coronavírus;

RESOLVE:

Artigo 1º - READAPTAR a funcionária srª **ERICA OLIVEIRA MENEZES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1581452-1 SSP/MT e do CPF nº.006.321.531-48, ocupante do cargo de carreira de **ENFERMEIRO**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde***,** para exercer sua função como responsável pela CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar), em conformidade com o que determina o Atestado Médico emitido pelo Dr. Rodrigo Bessa Prata CRM/MT nº.6431, por um período de 01 (um) ano, a partir de 26/02/2021**.**

Artigo 2º A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor de acordo com o que dispõe o Art.35 da Lei Complementar nº. 001/99.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de março de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.993/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Requerimento protocolado sob n° 288/2021;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Sr. **LEANDRO DA SILVA MARTINS,** portador da Cédula de Identidade RG nº 3059927-0 SESP/MT e inscrito no CPF nº. 011.319.932-50, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **DIVISAO OPERACIONAL DE ESGOTO – DIOPE, Nível DAI-02,** *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura*, a partir do dia 05/03/2021, tornando sem efeito a Portaria n° 12.642/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.990/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o Artigo 38, § 2º, Inciso II, da Lei Complementar n° 096/2014;

Considerando o requerido no Memorando nº 141 E 156/SEMUSA/2021, o qual solicita a concessão de Adicional;

Considerando o disposto no item 2.3.2 do Parecer Jurídico nº 489/2020 e 574/2020;

RESOLVE:

CONCEDER, Adicional de Insalubridade, sobre o salário mínimo vigente nacional, para os Cargos Contratados abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data do contrato, conforme segue:

Nome	Cargo	%	Adicional	Valor Mensal
Jucileide Vieira de Souza	Técnica de Enfermagem	20%	Insalubridade	R$ 220,00
Lorraine Alves dos Santos	Técnica de Enfermagem	20%	Insalubridade	R$ 220,00
Naiara Gonçalves da Silva Vilela	Técnica de Enfermagem	20%	Insalubridade	R$ 220,00
Sebastiao Xavier da Silva Filho	Agente de Combate a Endemias	20%	Insalubridade	R$ 220,00
Vitor Fernando Ribeiro da Costa	Agente de Combate a Endemias	20%	Insalubridade	R$ 220,00

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.995/2021

A Prefeita Municipal de Aripuanã,no uso de suas atribuições legais a fim de regulamentar o art. 21-A da Lei Federal n.º 11.947/2009, alterado pela Lei n.º 13.987/20.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 3.840/2020, que determina medidas temporárias restritivas às atividades para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o artigo 1º do Decreto Municipal n.º 3.840/2020, que mantem suspensas por tempo indeterminado às aulas presenciais nos estabelecimentos públicos de ensino infantil e fundamental no âmbito do Município de Aripuanã;

CONSIDERANDO que a alimentação escolar também é de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes programas do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, e que parte dos alunos da rede municipal de ensino, possuem na alimentação escolar, a sua principal refeição diária;

CONSIDERANDO que a Alimentação escolar tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais;

RESOLVE:

Art. 1° Estabelecer critérios para a distribuição dos kits de alimentação, no âmbito das Escolas, e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Aripuanã, Mato Grosso.

Art. 2º Garantir que todos os alunos pertencentes ao Programa Bolsa Família recebam 01 (um) kit de alimentação, durante a suspensão de aulas compreendendo o período referente ao mêsde ***Março de 2021*** devido a Pandemia do Coronavírus - COVID-19.

Parágrafo Único. Os kits de alimentação serão compostos pelos seguintes itens:

- 1 pacote de feijão de 1Kg;

- 1 pacote de macarrão parafuso;

- 1 pacote de Canjiquinha;

- 1 unidade de extrato de tomate;

- 1 Kg de frango.

Art. 3º Designar que o Conselho de Alimentação Escolar, e do Setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, organizem a montagem e distribuição dos kits às unidades de ensino, se responsabilizando pelo controle de qualidade dos produtos e controle documental das entregas.

Art. 4º Estabelecer que os kits de alimentação sejam distribuídos nas unidades de ensino cabendo à direção à organização da distribuição aos pais ou responsáveis pelos alunos, de forma que não causem aglomerações.

Art. 5º Instituir que cada Unidade de ensino deverá fazer o controle rigoroso de entrega e recebimento dos kits.

Art. 6º Compete a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer informar o Conselho de Alimentação Escolar para ciência e acompanhamento.

Art. 7º Regulamentar que neste primeiro momento serão distribuídos alimentos contidos no estoque da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e nas unidades de ensino devido à suspensão das aulas.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ERMES JOSÉ DOS REIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

GABINETE DO PREFEITO
TORNAR SEM EFEITO

A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 12.974/2021 NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 2 DE MARÇO DE 2021, ANO XVI, N° 3.677 PAGINA 55.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.989/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando n° 62/2021/SEGPLAN;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr **DIEGO PEDROSO DOS SANTOS,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2914675-5 SESP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 065. 109.251-50, para exercer o Cargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de**Departamento de Tecnologia da Informação - DETI, Nível DAI–01**, *lotado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento,* a partir do dia 05/03/2021**.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.991/2021

A Prefeita Municipal de Aripuanã**,** no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 141 e 156/SEMUSA/2021, o qual solicita a concessão de Adicional;

Considerando o disposto no Parecer Jurídico nº 797/2020;

RESOLVE:

CONCEDER, Gratificação Adicional de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o salário base, para os Cargos Contratados abaixo relacionados, pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde, e lotados no Hospital Municipal, a partir da data do contrato;

Nome	Cargo
Jucileide Vieira de Souza	Técnica de Enfermagem
Lorraine Alves dos Santos	Técnica de Enfermagem
Naiara Gonçalves da Silva Vilela	Técnica de Enfermagem

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

Termo de Doação firmado entre a Mineração Dardanelos Ltda. e o Município de Aripuanã. Objeto: Doação de materiais para reforma do Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Aripuanã – MT e pedra brita para o Donatário utilizar na uniformização do espaço entre o muro e a calçada do espaço objeto da reforma. Valor estimado: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Data da Assinatura: 01/03/2021. Vigência: 01/06/2021, podendo ser prorrogado.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.093/2021.

SÚMULA:

"CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2019, CONFORME LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99, e 096/2014".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando nº 0148/2021/SEMUSA, o qual solicita convocação dos classificados no Concurso Público Municipal 001/2019, em razão de afastamento definitivo de servidores;

DECRETA:

ARTIGO 1º Convocar os candidatos relacionados no Anexo I, classificados no concurso público 01/2019, de acordo com a ordem de classificação do Decreto de homologação nº 3.739/2020, a comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, na Secretaria Adjunta de Administração desta Prefeitura, para providências quanto à nomeação e posse, em conformidade o que dispõe a legislação.

1.1. Os candidatos deverão apresentar os documentos constantes do Anexo II (Checklist);

1.2. O não comparecimento dos candidatos no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente Decreto e a não apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

ARTIGO 2º As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias do mês de março de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Convocado	Cargo
Carolina Picoloto	Enfermeiro – Sede
Edimar Lucas Bealozurw Bento	Motorista de Automóvel – Sede

ANEXO II

CHECKLIST

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA NOMEAÇAO

Para tomar posse, o candidato deverá apresentar cópia de todos os documentos juntamente com a documentação original (ou cópia autenticada)				
Seq.	**DOCUMENTO**	**Sim**	**Não**	**OBS**
1	Cópia Cédula de Identidade - RG;			
2	Cópia Certidão de nascimento, casamento, divórcio; No caso de casado, trazer CPF e RG do Cônjuge.			
3	Cópia Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);			
4	Carteira de vacinação dos filhos menores de 5 anos, se for o caso;			
5	Certidão de regularidade do CPF - Cadastro de Pessoa Física, emitido pelo site da Receita Federal;			
6	Cartão PIS / PASEP;			
7	Título de Eleitor;			
8	Certidão emitida pelo Cartório Eleitoral de que o candidato encontra-se quite com a Justiça Eleitoral;			
09	Certidão fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);			
10	Certidão negativa fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores para os candidatos ao cargo de Motorista de Ônibus;			
11	Certificado de conclusão de Curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN para os candidatos ao cargo de Motorista de Ônibus, de acordo com a Resolução nº. 285/08 de 29 de julho de 2008;			
12	**Duas (02) fotos 3x4 coloridas;**			
13	Certidão de regularidade do Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;			
14	Carteira Nacional de Habilitação, de acordo com a categoria exigida no edital;			
15	Certificado de Reservista (sexo masculino);			
16	Comprovante de escolaridade através de histórico escolar, diploma, ou certificado de conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;			
17	**Certificado de formação em informática, conforme exigência do cargo a que concorreu;**			
18	Emitir Certidão Negativa de Débitos (retirada nesta Prefeitura no Setor de Tributos/DAE)			
19	Comprovante de residência no nome do candidato ex. (conta de água, luz, telefone), ou instrumento emitido pelo candidato declarando que reside no endereço constante na conta anexa.			
20	Declaração de acúmulo ou não de cargo público; (Anexo IV)			
21	Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão no qual exercerá a sua função; (Anexo V)			
22	Declaração de bens; (Anexo VII)			
23	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentam este edital; (Anexo VI)			
24	Atestado de Saúde, considerando o candidato “apto” ou “inapto” para o cargo; Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município.			
25	**Comprovante da conta corrente bancária do Banco do Brasil;**			
26	Cópia da carteira de trabalho onde tem a foto e os dados pessoais			
27	CPF dos filhos			
28	Endereço de E-mail			
29	Numero de Telefone			
30	Qualificação Cadastral do e-social. http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial			
31	Outros			

Aripuanã, ____ de _____ de 2.021.

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Adjunta de Administração

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE APOSTILAMENTO 002/2021 AO CONTRATO Nº 026/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: CARMELITA VIEIRA SILVA MELO; REFERENTE À ALTERANDO O LOCAL E A DOTAÇÃO, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL; APOSTILAMENTO A PARTIR DE 01/03/2021.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.988/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2019, o Sr. **LEANDRO ELVIS RODRIGUES**,portador da Cédula de Identidade RG nº.2230020-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 042.245.601-27, para ocupar o cargo de Carreira de **PROFESSOR DE MATEMÁTICA – MORENA,** lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, a partir do dia 05/03/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 4.083/2021

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1984 de 29 de dezembro de 2020, Lei 1.986 de 29 de dezembro de 2020 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de *R$ 2. 000,00 (dois mil reais) na* função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
06.002.08.243.0006.2014 – Apoio a Criança e Adolescente		
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	**01.00**	2. 000,00
Total		***2.000,00***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
06.002.08.241.0005.2015 – Ações de Atendimento a Melhor Idade		
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	**01.00**	2. 000,00
Total		**2.000,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 19 de fevereiro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

SAOG

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 12.994/2021

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por representante da administração especialmente designado:

RESOLVE:

Art. 1° DESIGNAR o Sr **WENDER DA SILVA PEREIRA**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 2321641-7 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 053.762.471-63, ocupante doCargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Frotas - DEFROT,** *lotado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento para exercer a função de* **GESTOR DE CONTRATOS DO SISTEMA DE FROTAS**, devendo gerenciar a execução dos contratos de aquisição de bens e serviços relativos à frota municipal de todas as secretarias.

Art. 2° Ao Gestor de Contratos do Sistema de frotas incumbe:

a) Solicitar abertura de processo administrativo visando a aplicação de penalidades cabíveis, na forma da legislação vigente;

b) Emitir avaliação da qualidade do serviço ou do produto;

c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

d) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais de contratos;

e) Orientar o fiscal do contrato para adequada observância das cláusulas contratuais, bem como os procedimentos normativos contidos na IN nº 036/SCL/2012.

f) Requerer relatórios e fazer cumprir prazos;

g) Comunicar ao Gestor da pasta eventuais descumprimentos por parte dos fiscais de contratos.

Art. 3° Ao Servidor designado compete ainda:

f) Tomar conhecimento dos Procedimentos Normativos expedidos ao Sistema de Transporte/Frotas, sob nº 016, 017, 018 e 019/STR/2009.

g) Efetuar revisão e atualização necessária nas Normativas vigentes expedidas ao Sistema de Transporte/frotas.

h) Divulgar, orientar e fiscalizar os demais servidores das unidades administrativas designados ao Controle de Frotas para cumprimento das normas vigentes.

Art. 4º A atribuição de Gestor de Contratos será exercida sem prejuízo da função que ocupa e sem qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Art. 5° Esta portaria entra em vigor na data de suas publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.992/2021

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR Grupo de Trabalho Conjunto - Executivo/Legislativo - para deliberar estudos de realocação dos recursos destinados como medidas mitigadoras de impactos trazidas no PCA, do Projeto Aripuanã empreendimento da Nexa Resources, e demais medidas mitigadoras assimiladas e deliberadas nos trabalhos, ficando assim composto:

Membros Fixos:

I. Andreia Cristina Medeiros Rodrigues;

II. Jessica Valéria Ferreiro;

III. Karin Rodrigues dos Santos

IV. Marcia Aparecida Thomazi

V. Cleberson Lazarotto;

VI. Luiz Carlos Leandro de Sousa;

VII. Luciano Aparecido Demazzi.

Secretaria Municipal de Saúde

I. Lucia Helena do Nascimento Silva;

II. Marcia Nantes Brito;

Secretaria Municipal de Infraestrutura – Departamento de Água e Esgoto

I. Adriano José da Silva;

II. Caio Henrique Ferreira.

Art. 2° - Os membros do Grupo de Trabalho têm poderes para deliberar e pactuar as alterações e destinações de recursos que visem o melhor proveito às necessidades frente às demandas do Munícipio.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando sem efeitos a Portaria nº 11.622/2020.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de março de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA Nº 047/2021

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação da Secretaria Municipal de Educação e estabelece outras providências.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 11, Inciso V, alínea “a” da Lei Municipal n.º 365 de 06 de agosto de 2010 e posteriores alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Jaqueline Sardinha Taques,** portadora da Carteira de Identidade nº RG nº 1580908-0 e inscrito no CPF sob o nº 018. 157.961-89, para ocupar o cargo em Comissão de Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 05 de Marco de 2021.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 046/2021

SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração do Secretario Municipal de Educação e estabelece outras providências.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 11, Inciso V, alínea “a” da Lei Municipal n.º 365 de 06 de agosto de 2010 e posteriores alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Senhor **Orlando Jucelino da Luz** portador da Carteira de Identidade nº **RG nº 0376117-7 e inscrito no CPF sob o nº 314.480. 461-49**, do cargo em Comissão de Secretario Municipal de Educação.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 04 de Março de 2021.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 045 /2021

SÚMULA: Dispõe sobre designação da Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Educação e estabelece outras providencias.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, inciso I, alínea “b” e inciso II, alinea “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora Srª **GISLAINE CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA**, portadora da Carteira de Identidade nº RG. 1656643-2-8SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 013.120.871-37, para atuar como fiscal de contratos administrativos, celebrados pela Secretaria Mun. de Educação da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica a fiscal da Educação obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 04 de março de 2021.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 044/2021

SÚMULA: Dispõe sobre Licença Premio por Assiduidade e estabelece outras providências.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 06 (seis) meses de Licença Prêmio Especial por assiduidade, nos termos do Art. 55 da lei Complementar nº07/2014, para o Servidor **ADILSON DOMINGOS DO NASCIMENTO**, Professor, lotado na Sec. Municipal de Educação, referente aos Quinquênios 2005 a 2009 e 2010 a 2014, a partir do dia 02/03/2021 a 28/08/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação,

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita**,** 02 de março de 2021.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 043/2021

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação do Gerente de Desenvolvimento Rural e estabelece outras providencias.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 2, paragrafo único da lei Municipal n.º 470 de 23 de dezembro de 2014.

RESOLVE

Art.1º- Nomear o Senhor **ADEMIR PEDRO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº RG. 248622 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 317. 834.651-15, para exercer o Cargo de Gerente de Desenvolvimento Rural.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 01 de Fevereiro de 2021.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 042/2021

SÚMULA: Dispõe sobre Licença Premio por Assiduidade e estabelece outras providências.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 03 (seis) meses de Licença Prêmio Especial por assiduidade, nos termos do Art. 55 da lei Complementar nº07/2014, para o Servidor **ALMERINDO SEBASTIÃO DA SILVA FILHO** Professor, lotado na Sec. Municipal de Educação, referente ao Quinquênios 2002 a 2007, a partir do dia 01/03/2021 a 29/05/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação,

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita**,** 01 de março de 2021.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO 01/2021

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72, torna público a ADESÃO/CARONA 001/2021 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 375/2020 DO PREGÃO ELETRONICO 83/2020 - DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DOS PARECIS/MT, que trata da AQUISIÇAO DE 01 (UM) MICRO ONIBUS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONTRATADO: TATIANA CAPITANIO - VEICULOS inscrita no CNPJ sob nº.: 09.103.941/0001-25. Valor contratado: R$ 290.000,00 (Duzentos e noventa mil reais). Maiores informações poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00, no telefone (065)3361-3868 e no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres-MT, 05 de março de 2021

MARGARIDA BERNARDINO DA SILVA

Comissão permanente de licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2021

O município de Barra do Bugres-MT, torna público à dispensa de licitação de nº01/2021 de acordo com o Artigo 24, da Lei Federal 8.666 de 21-06-93, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, conforme termos e justificativa presente. CONTRATADO: DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA-EPP inscrita no CNPJ: 86.952.587/0001-54. Valor total contratado: R$72.509,37 (Setenta e dois mil e quinhentos e nove reais e trinta e sete centavos). Maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, de segunda a sexta-feira das 07:00 as 13:00 horas, no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, via telefone: (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 05 de janeiro de 2021

MARGARIDA BERNARDINO DA SILVA

Comissão permanente de licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO 02/2021

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72, torna público a ADESÃO/CARONA 002/2021 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL 006/2020 - REGISTRO DE PREÇO 008/2020 DO MUNICÍPIO DE DENISE, que trata da AQUISIÇAO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS E/OU COMPONENTES DE REPOSIÇÃO GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE 1ª LINHA, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO RECONDICIONADOS, NÃO RECUPERADOS PARA VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MÁQUINAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS. CONTRATADO: MD COMERCIO PEÇAS E SERVIÇOS PARA TRATORES E CAMINHOES LTDA inscrito no CNPJ sob nº.:30.855.519/0001-12. Valor contratado: R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). Maiores informações poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00, no telefone (065)3361-3868 e no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres-MT, 25 de fevereiro de 2021

MARGARIDA BERNARDINO DA SILVA

Comissão permanente de licitação

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 001 DE 05 DE MARÇO DE 2021

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 05 DE MARÇO DE 2021

Súmula: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA NA AÇÃO MOVIDA CONTRA ATO DA PRESIDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barra do Bugres, no uso de suas atribuições legais, legais, FAZ saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Projeto de Resolução:

Art. 1º - Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal autorizada a contratar advogado para apresentação de defesa na ação movida contra ato da presidência, constante no processo nº 2987.07.2020811.0008

Art. 2º - Esta Resolução entra na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Barra do Bugres, aos 05 dias do mês de março de 2021.

Eurípio da Costa Arantes Marivaldo Marcos de Magalhães

Presidente Vice-Presidente

Laércio Noberto Júnior Cleide Rodrigues de Oliveira

1º secretário 2ª Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 030/2018

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 030/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: CARMEM MAURA FERNANDES DA SILVA MEI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ nº 30.245.409/0001-39

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência do contrato, pelo mesmo período de validade inicial (12 meses), com vigência até 31/12/2020.

Vigência: 31/12/2020

Bom Jesus do Araguaia-MT, 21 de Dezembro de 2019.

_____

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PREFEITURA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 030/2018

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 030/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: CARMEM MAURA FERNANDES DA SILVA MEI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ nº 30.245.409/0001-39

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência do contrato, pelo mesmo período de validade inicial (12 meses), com vigência até 31/12/2021.

Vigência: 31/12/2021

Bom Jesus do Araguaia-MT, 30 de Dezembro de 2020.

_____

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

COVID-19: CONTRATO 030/2021 - SELETIVO 002/2020/SMS - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 030/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 002/2020

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **VANIA DA CONCEIÇÃO SOARES**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua São Geraldo, S/Nº, Vila Irene, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 0742524-4 SSP/MT e CPF n° 828.026.531-72, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Considerando o Edital 002/2020 - Processo Seletivo Simplificado de Títulos, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **VANIA DA CONCEIÇÃO SOARES** no cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Central de Atendimento a COVID da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **04 de Março de 2021 e término em 03 de Setembro de 2021** e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.451,32 (Um mil quatrocentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O (a) Contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do (a) Contratado (a), eventuais faltas ao serviço não justificadas.

PARAGRAFO ÚNICO – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – O contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 30 (trinta) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo (a) Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2040	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 03 de março de 2021.

_____

VANIA DA CONCEIÇÃO SOARES

Contratado (a)

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº_____

_____

CPF nº _____

DECRETO Nº. 250 DE 05/03/2021.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.923/2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$2.871.295,31 distribuídos as seguintes dotações:

02 13 01 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

1104 27.812.1002.1142.0000CONSTRUCAO DO CENTRO DE INICIACAO AO ESPORTE 1.604.880,51

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 3.24

1105 27.812.1002.1142.0000CONSTRUCAO DO CENTRO DE INICIACAO AO ESPORTE 31.414,80

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 3.24

1106 27.812.1002.1142.0000CONSTRUCAO DO CENTRO DE INICIACAO AO ESPORTE 1.235.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 3.00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº. 249 DE 05/03/2021.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.922/2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$11.610,60 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1102 12.361.1004.2061.0000MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 11.553,61

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. Grupo: 3.15

1103 12.361.1004.2061.0000MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 56,99

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. Grupo: 3.15

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 05 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº243, DE 04/03/2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.916/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$37.800,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1064 10.122.1002.2024.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE 800,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. Grupo: 1.02

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1077 08.122.1007.2092.0000 MANT E ENC C/AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 25.000,00

3.3.90.34.00 OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ. F.R. Grupo: 1.00

1100 08.244.1007.2104.0000 MANUT E ENCARGOS C/AS ATIVIDADES DA COZINHA COMUNITARIA 6.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.00

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101 08.244.1009.2239.0000 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 6.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

167 10.122.1002.2024.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE -800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

718 08.122.1007.2092.0000MANT E ENC C/AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -25.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

773 08.244.1007.2104.0000MANUT E ENCARGOS C/AS ATIVIDADES DA COZINHA COMUNITARIA -6.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

864 08.244.1009.2239.0000SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -6.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 04 DE MARÇO DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº. 233 DE 02 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando nº 5899, de 19 de fevereiro de 2021;

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear o servidor **FRANCISCO JULIANO DE JESUS**, para responder pelo cargo em Comissão de Gerência de Suporte Técnico da Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos em substituição ao titular **Robson André Morales**, que se encontrará em gozo de férias pelo período de 05 de abril a 04 de maio de 2021.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de março de 2021.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO E TOMBAMENTO DO MUNICIPIO DE CÁCERES - MATO GROSSO (CEPT)

DA NATUREZA E FINALIDADE

CAPITULO - I

Art. 1º- A Comissão Especial de Preservação e Tombamento, Criada pelo Decreto nº. 185 de 19 de Abril de 1994 é o órgão de colaboração e assessoramento à Secretaria de Turismo e Cultura dentro da Coordenação de Patrimônio Cultural de Cáceres, com parecer ao Executivo, para Assuntos relacionados com o Patrimônio Histórico Cultural do Município de Cáceres.

Art. 2º- A Comissão Especial de Preservação e Tombamento compete:

I- Promover, a defesa do Patrimônio Histórico Cultural do Município; II- Assessorar a Administração Municipal nos assuntos pertinentes ao Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico, Cultural do Município; III- Estabelecer Critérios para enquadramento do patrimônio material, imaterial e paisagens culturais a serem preservadas, tombadas e registradas; IV- Propor a inclusão ou exclusão no Patrimônio Cultural do Município; V- Dar parecer em pedidos de restauração e revitalização de qualquer natureza em bens móveis e imóveis que tenham significado Histórico Cultural para o Município VI- Todos os elementos contidos no artigo 8º do Decreto 185; naquilo que não for divergente da legislação federal atual.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º - A Comissão Especial de Preservação e Tombamento tem a seguinte composição:

1º- Membros Natos:

a) Secretário Municipal de Turismo e Cultura; b) Secretário Municipal de Infra Estrutura; c) Secretário Municipal de Saneamento e Meio Ambiente; d) Secretário Municipal de Educação; e) Coordenação Histórica Cultural.

2º) – Membros das Entidades:

a) Departamento de História da Universidade Estado do Mato Grosso; b) Departamento de Geografia da Universidade Estado do Mato Grosso; c) Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade do Pantanal-FAPAN; d) Departamento de Engenharia da Faculdade do Pantanal-FAPAN; e) Conselho Municipal de Turismo – COMTUR; f) Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT; g) Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional-IPHAN; h) Conselho de Engenharia – CREA; i) Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU; j) Ordem dos Advogados do Brasil; k) Loja Maçônica União e Força; l) Rotary Clube; m) Associação Comercial e Empresarial de Cáceres – ACEC; n) Sindicato Rural; o) Sindicato dos Trabalhadores Rurais; p) Associação XARAIÉS; q) Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso.

I - Os representantes destas entidades, desde que assinem Termo de Compromisso, serão nomeados por Portaria do Executivo Municipal.

II - Deixando quaisquer das entidades indicar seu representante, serão abertos até dois novos editais de convocação, não havendo a inscrição, o pleno deverá fazer o convite convidar a instituição para completar a composição da Comissão, pessoa de reconhecida capacidade em assuntos compreendidos nos objetivos do Decreto nº 185/94

III - O Presidente e o secretário serão escolhidos entre os conselheiros, que contará com a assessoria de um Servidor da Secretaria Turismo Cultura.

IV - Os meios necessários ao funcionamento da Comissão Especial de Preservação e Tombamento, assim como o desenvolvimento e a realização dos trabalhos compreendidos em sua área de competência, ficarão alocados na Secretaria de Turismo e Cultura, na Coordenação Histórica Cultural.

CAPITULO III

DA COMPETÊNCIA DA PRESIDÊNCIA

Art. 5º - A Presidência Compete:

I – Representar a Comissão e superintender seus serviços cuidando de sua ordem e regularidade;

II – Assinar a correspondência ou comunicações expedidas pela comissão;

III– Requisitar material e pessoal destinado ao serviço da Comissão;

IV – Propor à autoridade competente as medidas que julgar necessárias ao bom desempenho das atribuições da Comissão;

V – Convocar sessões extraordinárias, sempre que necessárias;

VI – Apresentar ao término do mandato do presidente, um relatório de atividades da sua gestão para Comissão;

VII – Corresponder-se com as pessoas e entidades públicas ou privadas para esclarecimento e assessoramento sobre matéria de interesse da Comissão;

VIII – Emitir conforme urgência da matéria, *ad. Referendum*, devendo submete-lo à apreciação dos demais membros na sessão subsequente da comissão;

IX – E demais atribuições estabelecidas pelo Decreto 185/94 e alterações 598/2017.

DA SECRETARIA

Art. 6º - Ao Secretário compete:

I- Redigir e lavrar a Ata das sessões;

II- Manter atualizado o registro de expedientes recebidos e o arquivo;

III-Auxiliar a Presidência na confecção do relatório de gestão;

CAPITULO IV

DOS ATOS DA COMISSÃO

Art. 7º - São Atos da Comissão:

a) Pareceres;

b) Resoluções;

c) Propostas;

Art. 8º - Parecer é a manifestação da comissão sobre matéria que lhe seja submetida.

Parágrafo 1º - O parecer será sempre emitido por escrito; contendo histórico, análise da matéria e conclusão.

Art. 9º - Resolução é o ato da Comissão, de caráter geral, que o colegiado entende não disciplinar por parecer.

Parágrafo 1º- As resoluções da Ccomissão serão tomadas após votação, por maioria simples.

Art. 10 – Propostas são medidas que visem a atingir as finalidades da Comissão, todos os pareceres, atas, resoluções e proposto deverão ser assinadas por todos os membros da CEPT que fizerem presentes nas reuniões.

CAPITULO V

DO FUNCIONAMENTO

SESSÃO I

DAS REUNIÕES

Art. 11 – A Comissão Especial de Preservação e Tombamento reunir- se- à ordinariamente e obrigatoriamente no mínimo de uma vez por mês, em dia e hora previamente fixada pelo Presidente e extraordinariamente e sempre que o Presidente convocar.

Parágrafo Único- Quando houver matéria urgente, qualquer membro da Comissão poderá solicitar reunião extraordinária.

Art. 12 – As reuniões plenárias obedecerão a seguinte pauta geral;

a) Abertura

b) Leitura discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

c) Ordem do dia;

d) Comunicações,

e) Encerramento.

Art. 13- As sessões são reservadas aos membros da Comissão, todavia, a convite do Plenário e a critério do Prefeito Municipal, poderão participar das mesmas, convidados especiais para prestarem assessoramento ou informações.

Art. 14- Anunciada a apreciação de uma matéria pelo Presidente, o relator fará exposição da mesma e do seu parecer, passando-se após à discussão, sendo facultado aos demais membros presentes pedir esclarecimentos ao relator e apresentar sugestões.

Art. 15- O Presidente votará em todos os casos e havendo empate na segunda votação caberá ao Presidente proferir o voto de qualidade, que significa mais um.

Art. 16- As Atas das reuniões da Comissão serão lavradas pelo servidor designado para assessorar o Presidente fazendo constar;

a) Dia, mês, hora e local de sua realização.

b) Uma sumula do expediente, as matérias apreciadas e as respectivas decisões, inclusive com declarações de voto se houver.

c) Os nomes do Presidente e Membros presentes e Convidados.

CAPITULO V

DO FUNCIONAMENTO

SESSÃO II

DAS DECISÕES

Art. 18 – A decisão da Comissão, em cada matéria discutidas, será formalizada através de parecer ou resolução.

Art. 19 – As solicitações de intervenções na Poligonal Tombada e de entorno, deverão ser informada pelo IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN a Comissão Especial de Preservação e Tombamento – CEPT, que poderá apreciar e emitir parecer técnico, que será votado por maioria simples de seus membros.

Art. 20 – Os pareceres da Comissão serão encaminhados aos órgãos competentes através do Presidente.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 – É obrigatório o comparecimento dos membros da Comissão às reuniões tanto ordinárias como extraordinária.

Páragrafo Único – As entidades com assento na CEPT deverão ser informadas sempre que verificar ausência da representação por (03) três reuniões consecutivas ou (05) cinco interpoladas no período de (01) um ano.

Art. 22 – Um dos membros, quando no exercício mesmo quando da Presidência, poderá, após requerimento por escrito e com aprovação da comissão, afastar-se ou licenciar-se de suas atribuições por período de até cento e oitenta (180) dias.

Parágrafo 1º - As licenças e afastamentos não superiores a trinta (30) dias, bem como a justificação de eventuais faltas até três (03) consecutivas, independerão de audiência da Comissão, cabendo sua aprovação ao Presidente salvo quando se tratar dele próprio;

Parágrafo 2º - Entende-se por licenças a ausência por período previamente determinado, inclusive férias, e por afastamento, a solicitada sem determinação do período, não podendo ultrapassar a cento e oitenta (180) dias.

Art. 23 – O presente Regimento poderá ser alterado, total ou parcialmente, por decisão da maioria absoluta dos membros da Comissão.

Art. 24 – Qualquer proposta de mudança regimental será apresentada em reunião da Comissão, uma vez considerada objetivo de deliberação, somente poderá ser discutida e votada em outra reunião previamente marcada para este fim.

Art. 25 – Havendo proposta de mudança regimental, o Presidente designará uma comissão de três membros, para estudar e apresentar à Comissão as alterações que indicadas ao regimento em vigor.

Art. 26 – As decisões sobre aprovação de disposições regimentais serão expressas através de resoluções.

Art. 27 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário através de resoluções que integrarão ao regimento em vigor.

Acir Fonseca Montechi

Presidente da Comissão Especial de Preservação e Tombamento/ CEPT.

MEMBROS NATOS:

Representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Representante da Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Logística

Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Representante da Coordenação Histórico, Cultural.

MEMBROS DAS ENTIDADES:

Representante do Departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso

Representante do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso

Representante da Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade do Pantanal - FAPAN

Representante da Coordenação do Curso de Engenharia da Faculdade do Pantanal-FAPAN

Representante do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR

Representante do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres-MT

Representante do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN)

Representante do Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA

Representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil de Cáceres - OAB

Representante das Lojas Maçônicas União e Força

Representante do Rotary Clube

Representante do Clube dos Diretores Lojistas – CDL

Represente do Sindicato Rural de Cáceres

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Representante da Associação XARAIES

Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso

DECRETO Nº. 246 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 7.342, de 02 de março de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica inutilizada a numeração da Portaria 176, de 03 de março de 2021;

Parágrafo Único. A Portaria citada não foi usada para nenhum fim ou pessoa, não havendo assim nenhum prejuízo para esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de março de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

DECRETO Nº. 242 DE 02 DE MARÇO DE 2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto º 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Memorando nº. 7314, de 02 de março de 2021;

RESOLVEM:

Art.1º Nomear as senhoras relacionadas abaixo para compor como membro representante do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER** – **CMDM,** para o biênio 2020/2022.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Luzinete Jesus de Oliveira em substituição a Senhora Aline Rejani Caxito Braga

Suplente: Nilza Helena Rodrigues Egues em substituição a Senhora Laurenir Ramos Cebalho Ribeiro

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de março de 2021.

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

Secretária Municipal Interina de Assistência Social

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita de Municipal Cáceres

DECRETO Nº 239 DE 02 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Memorando sob nº. 6239, de 23 de fevereiro de 2021;

RESOLVEM:

Art.1º Nomear a servidora **RITYELE MARQUES MARTINS**, para responder pelo cargo de Direção da Escola Municipal Santa Catarina –Núcleo Limão, do Município de Cáceres, em substituição a titular **Mikaelly Cardoso Roseno Luz** que está em gozo de Licença Maternidade pelo período de 16 de março de 2021 a 12 de julho de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de março de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

DECRETO Nº 238 DE 02 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009,

alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 6899 de 26 de fevereiro de 2021;

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar o senhor **CRISTIANO DE BARROS**do cargo em Comissão de **Gerência Epidemiológica**da **Secretaria Municipal de Saúde, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 1º de março de 2021.**

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de março de 2021.

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário Municipal de Saúde

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

DECRETO Nº234, DE 02/03/2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.916/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$2.921,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

59 04.122.1007.2237.0000 MANUT E ENC C/ AS ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CONTRATOS E CONVENIOS 123,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1099 10.302.1009.2038.0000 MANUT. E ENC. CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL 2.798,00

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS F.R. Grupo: 1.02

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

58 04.122.1007.2237.0000MANUT E ENC C/ AS ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CONTRATOS E CONVENIOS -123,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

330 10.302.1009.2038.0000MANUT. E ENC. CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL -2.798,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 02 DE MARÇO DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 229 DE 1º DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 6680, de 25 de fevereiro de 2021;

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a senhora **VALDIRENE FRANCISCA TEIXEIRA DA SILVA,** do cargo em Comissão de **Coordenadora de Engenharia de Segurança do Trabalho** da Secretaria Municipal de Administração, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 1º de março de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de março de 2021.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Administração

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PORTARIA Nº 189 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao memorando sob nº 7651, de 04 de março de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar a Portaria 468 de 27 de julho de 2020, que nomeou a servidora **VALQUÍRIA SOARES DE SOUZA**, para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Vila Irene, da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, pelo período de 01 de fevereiro a 15 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de março de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 188 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao memorando sob nº 7651, de 04 de março de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar a Portaria 177 de 17 de março de 2020, que nomeou a servidora **MARILEIDE ANTÔNIA DA SILVA**, para responder pela Coordenação Pedagógica Escola Municipal Santos Dumont, da Rede Pública

Municipal de Ensino de Cáceres, pelo período de 01 de fevereiro a 15 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de março de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 187 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao memorando sob nº 7651, de 04 de março de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar a Portaria 454 de 17 de julho de 2020, que nomeou a servidora **FLAVIA LÚCIA DE BARROS ALVARES**, para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal de Educação Infantil Madre Maria Estevão, da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, pelo período de 01 de fevereiro a 15 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de março de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 186 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao memorando sob nº 7651, de 04 de março de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar a Portaria 018 de 07 de janeiro de 2021, que nomeou a servidora **ELIANA CRISTINA FAUSTINO DE FARIAS**, para responder pela Coordenação Pedagógica do Centro Municipal de Educação, da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, pelo período de 01 de fevereiro a 15 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de março de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 185 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao memorando sob nº 7651, de 04 de março de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar a Portaria 463 de 23 de julho de 2020, que nomeou a servidora **ANGELA MARIA DAS NEVES**, para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal 16 de Março, da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, pelo período de 01 de fevereiro a 15 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de março de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 184 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao memorando sob nº 7651, de 04 de março de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar a Portaria 075 de 30 de janeiro de 2020, que nomeou os servidores para responder pela Coordenação Pedagógica da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, conforme relacionado abaixo pelo período de 01 de fevereiro a 15 de março de 2021

NOME	ESCOLA
ADRIANA PEREIRA DE CAMPOS	Núcleo Clarinópolis
ADRIELLE DALLETEZZE DA SILVA	EM Novo Oriente
ANA CRISTINA DA SILVA	EM Isabel Campos
CLEMILDA PAULA DA SILVA GONÇALVES	E.M Jardim Guanabara
CRISTIANI DE SOUZA CUIABANO	Núcleo Limão
DORACI GONÇALVES DE SOUZA ROCHA	EM Vitória Régia
EDLEUSA SUELI DE SOUZA BENEVIDES	EMEI Brincando e Aprendendo
ELIARA SOUSA DIAS	EM Jardim Paraiso
IRIS LUCIANA MOREIRA DE MORAES	EMEI Buscando Saber
IZABEL CRISTINA DE SOUZA SATURNINO DA SILVA	EM Pequeno Sábio
JOSANE MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	EM Dom Máximo Biennés
KELLY CRISTINA ALMEIDA CAETANO	E.M Raquel Ramão da Silva
LAURA PEREIRA LEITE	E.M Vila Real
MANFREDO BARBOSA PINHEIRO	EM Duque de Caxias
MARIA APARECIDA DE CARVALHO	Portaria nº 075 de 30 de janeiro de 2020
MARIA DE FÁTIMA PEREIRA COUTO	EM Vitória Régia
MARIA ORLANDA RAMOS	Portaria nº 075 de 30 de janeiro de 2020
MARILEIDE VIEIRA PIRES	EM Tancredo Neves
MAURO ALVES DA SILVA	EM Buriti
ODANIA FERREIRA DA SILVA FRANÇA	Núcleo Sapiquá
RENATA CAROLINE DOS SANTOS LOPES	EM Santo Antônio do Caramujo
ROSILENE LOPES DE PINHO	EMEI Fazendo Arte
SELMA DE LOURDES CEBALHO EL CHAMY	E.M Raquel Ramão da Silva
VALDIRENE MARQUES DA SILVA	Núcleo Paiol
WALKÍRIA PAULINA DA SILVA	Núcleo Gotinhas do Saber

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de março de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

COVID-19: CONTRATO 027/2021 - SELETIVO 002/2020/SMS - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 027/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 002/2020

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **SANDRA DUTRA MAGALHÃES SCAFF ANTONINI**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Comandante Quintela, Nº 118, Bairro São Miguel, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 1293011-3 SSP/MT e CPF n° 921.716.561-15, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Considerando o Edital 002/2020 - Processo Seletivo Simplificado de Títulos, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **SANDRA DUTRA MAGALHÃES SCAFF ANTONINI** no cargo de Médica Clinico Geral, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Central de Atendimento a COVID da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **22 de Fevereiro de 2021 e término em 21 de Agosto de 2021** e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ R$ 2. 418,88 (dois quatrocentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos) mensais, acrescido de produtividade na forma da Lei Municipal 2.717 de 24 de dezembro de 2018 e/ou plantões que forem realizados na forma da Lei Complementar Municipal Nº 144 de 25 de Julho de 2019.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O (a) Contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do (a) Contratado (a), eventuais faltas ao serviço não justificadas.

PARAGRAFO ÚNICO – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – O contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 30 (trinta) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo (a) Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2041	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de fevereiro de 2021.

_____

SANDRA DUTRA MAGALHÃES SCAFF ANTONINI

Contratado (a)

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº_____

_____

CPF nº _____

COVID-19: CONTRATO 031/2021 - SELETIVO 002/2020/SMS - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 031/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 002/2020

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **JOANDERSON NOVAES SILVA**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Dos Operários, Nº 1.550, Centro, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 2339798-5 SSP/MT e CPF n° 043.512.671-78, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Considerando o Edital 002/2020 - Processo Seletivo Simplificado de Títulos, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **JOANDERSON NOVAES SILVA** no cargo de Médico Clinico Geral, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Central de Atendimento a COVID da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **08 de Março de 2021 e término em 07 de Setembro de 2021** e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ R$ 2. 418,88 (dois quatrocentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos) mensais, acrescido de produtividade na forma da Lei Municipal 2.717 de 24 de dezembro de 2018 e/ou plantões que forem realizados na forma da Lei Complementar Municipal Nº 144 de 25 de Julho de 2019.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O (a) Contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do (a) Contratado (a), eventuais faltas ao serviço não justificadas.

PARAGRAFO ÚNICO – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – O contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 30 (trinta) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo (a) Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2041	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 03 de março de 2021.

_____

JOANDERSON NOVAES SILVA

Contratado (a)

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº_____

_____

CPF nº _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 04 CONTRATO N° 263 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO FEVEREIRO 2020/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2019

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO**, ora denominada contratante, e senhor(a) **MARCI PEREIRA RODRIGUES** denominado(a) contratado(a), cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti.

Em substituição a professora Milte Bronel Passos Muniz que está de Licença Premio.

Considerando o disposto no **art. 2º e no § 1º, do art. 3º do Decreto nº 268/2020, cujas normas estabeleceram que os contratos temporários mantiveram seus efeitos suspensos em decorrência da paralização das aulas da Rede Municipal de Ensino, no período de "***06 de abril de 2020 até 30 de junho"***, e por consequência houvera a recontagem do prazo original de vigência, com o desconto do período de suspensão**;

Celebram o presente termo aditivo para alterar o disposto no Contrato nº. 263, como delineado a seguir:

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 29/01/2021, com termo final alterado para 15/03/2021, a fim de viabilizar o cumprimento do calendário letivo do ano de 2020.

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 10 de Fevereiro de 2021

_____
_____

Laurenir Ramos Cebalho Ribeiro

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL - TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a realização de licitação na modalidade **TOMADA DE PEÇO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** objetivando a Contratação de empresa especializada em serviços de arquitetura e engenharia para construção unifamiliar térrea de 2 unidades habitacionais, ambos com 39,00m² de área construída, totalizando 78,00m² de área construída.

Estimativa do Valor: R$ 67.916,81 (Sessenta e sete mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta e um centavo) por unidade habitacional, totalizando R$ 135.833,62 (Cento e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos).

Realização: 25 de março de 2021 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 05 de março de 2021.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 053/2021

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 034, DE 05 DE MARÇO DE 2021 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO

PORTARIA Nº 034, de 05 de março de 2021.

Dispõe sobre a adequação e suspensão do atendimento presencial ao público pela Autarquia Municipal Águas do Pantanal, nos termos do Decreto Municipal nº 247/2021, de 04 de março de 2021, que autoriza a realização de atividades em regime de teletrabalho e revezamento nos órgãos da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal e dá outras providências, visando a contenção do avanço da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19 no Município de Cáceres-MT.

CONSIDERANDO que, de acordo com os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 358, atualizado em 01/03/2021, divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, demonstrando o aumento da média de casos, internações hospitalares e óbitos.

CONSIDERANDO que, de acordo com o Painel Epidemiológico supracitado, a Taxa de Ocupação de UTI é de 87,95% no Estado de Mato Grosso, possuindo este apenas 68 (sessenta e oito) leitos de UTI's disponíveis, e especificamente que no Município de Cáceres, o Hospital Regional Dr. Antônio Fontes se encontra com Taxa de Ocupação de Leitos de UTI em 80%, com apenas 02 (dois) leitos disponíveis, alertando para um possível colapso de leitos na região.

CONSIDERANDO a necessidade de manter sob controle a epidemia da COVID-19 no Município de Cáceres, e entendendo que os períodos festivos e de feriado prolongado foram provocadores de grandes aglomerações, com reflexo direto no aumento do número de caso.

CONSIDERANDO a necessidade da implementação de medidas para redução da circulação e de aglomeração de pessoas visando prevenir a disseminação do novo coronavírus (COVID-19) no Município.

CONSIDERANDO a inevitável introdução de novas variantes do SARS-CoV-2, em especial das três cepas mais recentes, já em circulação no Estado de Mato Grosso, podendo contribuir para aumento da transmissibilidade.

CONSIDERANDO o Decreto nº 836, de 01 de março de 2021, do Governo do Estado de Mato Grosso, que "Atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 e dá outras providências".

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 966/2020, que dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ações ou omissões em atos relacionados a pandemia da COVID-19.

CONSIDERANDO a responsabilidade social desta Autarquia e a necessidade de manter a prestação de serviços essenciais.

CONSIDERANDO que o momento atual é complexo, carecendo de um esforço conjunto na gestão e adoção das medidas necessárias aos riscos que a situação demanda e o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública.

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - Autarquia Municipal, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 3º, VI, da Lei Complementar nº 106 de 07 de outubro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, durante o período de 15 (quinze) dias, a interrupção no fornecimento de água por inadimplemento, para todas as unidades consumidoras interligadas na rede de abastecimento de água do município de Cáceres/MT.

Art. 2º. Suspender, durante o período compreendido no artigo anterior, o atendimento presencial na Autarquia Águas do Pantanal, exceto para serviços de solicitação de ligação nova e parcelamento e reparcelamento de débitos.

Art. 3º. Os demais atendimentos serão feitos apenas via telefone através do número (65) 3223-6900, WhatsApp (65) 99677-4801 e e-mail: c.comercial.aguasdopantanal@gmail.com.

Art. 4º. O pedido de religação poderá ser efetuado por telefone ou whatsapp, devendo o consumidor enviar o comprovante de pagamento nos canais de atendimento whatsapp e e-mail.

Art. 5º. O serviço de transferência de titularidade será realizado desde que o imóvel não possua débitos pendentes e o consumidor envie o contrato de compra e venda ou escritura do imóvel, ou o contrato de aluguel, juntamente com os documentos pessoais do requerente, através dos canais de atendimento.

Art. 6º. O serviço de emissão de segunda via de fatura poderá ser feito pelo site http://caceres.jtech.com.br/, ou através dos canais de atendimento ao consumidor 65 3223-6900 e 65 99677-4801.

Art. 7º. As medidas instituídas na presente Portaria terão vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis em caso de necessidade.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cáceres/MT, de 05 de março de 2021.

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS SANTOS SILVA

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3577 DE 05 DE MARÇO DE 2021

Homologa o Processo Seletivo Simplificado que menciona e dá outras providências.

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

Considerando o encerramento do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021;

DECRETA

Art.1º. Fica **HOMOLOGADO** o Resultado Final do Processo Seletivo – PSS nº 001/2021, conforme

anexo I, parte indissociável a este Decreto.

Art. 2°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis - MT, em 05 de Março de 2021.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Quadro – 1.0 E.M.I INDÍGENAS					
AAE/NUTRIÇÃO					
ALDEIA: ALDEINHA – EMI ALDEINHA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	063	Paulinho Tsererãwe Wa'õmorã	16/07/1987	30,0	1º
2.	039	Getulio Soutupre	09/05/1985	28,0	2º
3.	001	Heloisa Pejué	10/07/1984	24,0	3º
ALDEIA:ALDEONA – EMI ALDEONAS.A COHAB					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	052	Luzereno Luiz Tserewadi Tepemra	04/04/1990	28,0	1º
2.	081	Josina Ro' Otsiwaptoro' Onhipe	09/07/1982	21,0	2º
3.	061	Cornelia Peuwe	16/04/1994	6,0	3º
ALDEIA:BURITIZAL– EMI SÃO MIGUEL					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	037	Euzeliton Serenhoutu RAwe	18/09/1995	26,0	1º
2.	055	Zildeth Penho Eiwe Sereparam	04/03/2003	24,0	2º
3.	038	Warley Tserewaru Wadzatse	05/03/1999	22,0	3º
4.	079	Jucileine Wa' Utômotsewê	10/05/1995	18,0	4º
5.	045	Lucilene Wa' Utomo' Wa Xavante	16/10/1991	18,0	5º
6.	062	Celina Rerã	26/02/1997	Eliminado	
7.	033	Pinha' Ro' Osiwa' E	18/03/1984	Eliminado	
8.	060	Rimenia' Retsi' Eiwe	25/12/1995	Eliminado	
9.	068	Edinaura Penhosse Serezaxu Xavante	30/11/1995	NÃO COMPARECEU	
10.	002	Felipa Tsinhotse' Ehodza'Õ	17/08/1988	NÃO COMPARECEU	
11.	007	Repã Tsereté	09/06/1994	NÃO COMPARECEU	
ALDEIA:CAMPINAS– EMI SANTO ANTONIO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	058	Marizethe Tsinhotseenhere O	28/11/1989	43,0	1º
2.	064	Rodomir Santos Sae'Õmõwa	16/12/1999	29,0	2º
3.	093	Arteniza Joseth Wautomodzawe Sahairo	19/07/1998	26,0	3º
4.	066	Meliza Renhi'mri Tsirewari	03/01/1984	26,0	4º
5.	036	Mara Martins Wautõmoaiwe	30/10/1987	24,0	5º
6.	092	Lindaura' Renira	12/08/1981	14,0	6º
7.	056	Silza Perãihiriwe	11/08/1997	11,0	7º
8.	021	Necília Wa'Utõmosi'E	18/03/1995	Eliminado	
ALDEIA:CHÃO PRETO– EMI SÃO PAULO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	015	Jurandir Rumori	13/05/1978	31,0	1º
2.	070	Edgar Tsereuipra	26/12/1996	30,0	2º
3.	072	Elenir Reumima	08/01/2000	21,0	3º
4.	084	Ronaldinho Sere'Uwarisu	21/06/1994	16,0	4º
5.	009	Ronicleide 'Reduma	12/03/1991	7,0	5º
6.	034	Josimar Sêrênhipta Awe Sêrenhotôwe	05/02/2001	5,0	6º
7.	046	Glenio Tserenhoto' Ré	15/03/2000	NÃO COMPARECEU	
ALDEIA:CORREGO DOS PATOS– EMI CORREGO DOS PATOS S.A E.M.I. SANTO ANTONIO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	075	Silva Serewabdzuri'o Serejaene	12/06/2001	36,0	1º
2.	080	Edecio Aiwede'wa Ratata	12/05/1983	28,0	2º
ALDEIA:DZÉPA– EMI SÃO JOÃO BATITA S.A CORAÇÃO DE JESUS					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	071	Maria Agripina Renhari´õ	12/05/1976	32,0	1º
2.	022	Lidiane Pewapta	09/10/1996	22,0	2º
ALDEIA:EGITO– EMI EGITO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	044	Irasa Dzada'Ótowe	30/03/1991	8,0	Eliminado
2.	059	Necio Hidzu Aptsoi	22/08/1995	4,0	Eliminado
3.	035	Taciania'Re'Rato	30/03/1996	8,0	Eliminado
ALDEIA:ESPIRITO SANTO– EMI LAGOA ENCANTADA					

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	Classificação
1.	088	Cristovão Tserewa' Ru Wapretsu	15/10/1988	0,0	Eliminado
2.	018	Izoaldo Tserenhowe Tsiwadzu	08/06/1992	INDEFERIDO	
ALDEIA:ESTRELA– EMI ESTRELA S.A E.M.I SANTA HELENA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	096	Maria Gilanda Ro' Otsidzo	27/11/1990	41,0	1º
2.	030	Adoano Tsere'Raiwa'Ru	08/01/1992	38,0	2º
3.	040	Genario Tseredzatômôdzu Ro'Owe	12/03/2000	30,0	3º
4.	029	Lucieni Ro'omri	29/09/1996	26,0	4º
5.	014	Amadia Tsinhotse'Emrami'O	30/04/1989	12,0	5º
ALDEIA:PALMEIRAS– EMI CORAÇÃO DE JESUS					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	083	Sidercina Petsiti'O	28/07/1988	20,0	1º
ALDEIA:PARABUBURE– EMI DOM BOSCO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	041	Nayara Pewaibu Tsarei'Wa	13/04/1994	33,0	1º
2.	051	Antonio Bure Rupawe	04/02/1982	29,0	2º
3.	017	Julieta Redzidi'Õ	16/07/1999	19,0	3º
ALDEIA:RIO MARIA– EMI RIO MARIA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	067	Evaldo Sti'Rubi Sisapi	19/08/1994	13,0	1º
2.	069	Zenilde Sinhose 'Ewaibui'Õ	14/11/2001	9,0	2º
ALDEIA:SANTA CLARA– EMI SANTA CLARA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	076	Dário Tserenhõ'a	01/03/1998	41,0	1º
2.	010	Francisco Tserewadzubdza	19/11/2001	36,0	2º
3.	082	Carlos Tserenhi'Õ	05/09/1982	32,0	3º
4.	023	Betilia BA'Oto Ubuma	13/01/1993	26,0	4º
5.	003	Joviano Tsererurene	14/10/1991	23,0	5º
6.	043	Maria de Lurdes Renemo	09/03/1988	22,0	6º
7.	008	Maximiniana Aglae Peuy'We	29/05/1998	21,0	7º
8.	012	Rozimar Xavante	14/01/1994	17,0	8º
9.	028	Gabriela Ro'Onhihi	05/08/1994	12,0	9º
10.	065	Mariana Reru'o	31/07/1991	10,0	10º
11.	027	Elivânia Renho'A	06/10/1994	6,0	Eliminado
12.	042	Constancia Re'A Xavante	04/10/1999	INDEFERIDO	
13.	050	Kléberson Tumussu Xavante	01/10/2003	INDEFERIDO	
14.	047	Patricia Renhimidza'Õ	16/08/2003	INDEFERIDO	
15.	049	Ranieres Tomotsu	26/11/2000	INDEFERIDO	
ALDEIA:SANTA CRUZ– EMI SANTO AGOSTINHO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	019	Gregorio Redzahi	05/10/1988	38,0	1º
2.	020	Deoniceia Sandro Renhi Aharare Wa'Aire	13/05/1998	25,0	2º
3.	026	Diana Petsita'A'O	11/04/2001	10,0	3º
ALDEIA:SANTA HELENA– EMI SNTA HELENA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	054	Euca Tsinhotse'Epa	15/11/1998	8,0	1º
ALDEIA:SANTA ROSA– EMI SANTA ROSA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	074	Pehopowe Tsereptuwe	13/02/1998	37,0	2º
ALDEIA:SÃO DOMINGOS SÁVIO– EMI SÃO DOMINGOS SÁVIO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	048	Guimario Tserewapre Tserewatahopu	07/03/1995	38,0	1º
2.	085	Juvelino Tsere'Uywê Rene Ewe	01/09/1997	38,0	2º
3.	086	Mirian Beatriz Tsinhotse' Ehanha' Re	17/05/1993	37,0	3º
4.	087	Suelli Aparecida Tsinhotse Etsipetse O	10/10/1996	36,0	4º
5.	094	Alice Pematsi' Ro' Oterowe	16/06/1994	33,0	5º
6.	091	Jose Candido Ab'HO'Odi	20/09/1987	30,0	6º
7.	090	Winckles Wedero'o'wa	10/03/1997	29,0	7º
8.	016	Vanessa Redzaiwe Rewateme	14/06/1997	7,0	8º
ALDEIA:SÃO JOSÉ– EMI PARINAIÁ					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	006	Madalena Wa'Utomonhi'E	28/05/1995	38,0	1º
2.	005	Romagilda Redzaipe	24/07/1995	34,0	2º
3.	004	Luz Dary Tsinhotse Enhoruiwe	29/06/1999	19,0	3º
ALDEIA:SÃO PEDRO– EMI IMACULADA CONCEIÇÃO					

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	Classificação
1.	032	Rosemar Redzaproni'O	12/09/1983	38,0	1º
2.	073	Natividade Tsinhotsé Ere'Õwa'Õmorã	07/11/1993	37,0	2º
3.	031	Pedrina Pewedima Tsererawe	29/06/1993	36,0	3º
4.	057	Leina Renhini Tsererawe	28/05/1995	35,0	4º
5.	078	Elizete Wautomodza' Were'Õ Ruwabzu	29/09/1988	25,0	5º
6.	024	Maria Conceição Pewaiho Tsiewa'Adi	27/03/1992	12,0	6
ALDEIA:SUCURI– EMI SÃO CARME TSABABA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	053	Losando Tserêwa'Awe	03/05/1993	37,0	1º
2.	077	Marilda Wa'Utomonhamra Martins	18/06/1981	34,0	2º
3.	025	Danni Peroiwe	31/03/1999	30,0	3º
4.	095	Amarildo Wauiwe Porede	15/08/1988	29,0	4º
5.	013	Seydillê Antonio Adzâwe	14/11/1996	28,0	5º
6.	011	Lamim Tsawa	07/11/1988	15,0	6 º
7.	089	Cleidiane Tsinhotse' Emri	04/05/1999	10,0	7º
AAE/LIMPEZA					
ALDEIA: ALDEINHA – EMI ALDEINHAS					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	014	Davi Miranda Sere'Ubute	20/06/1976	37,0	1º
2.	048	Nelio Tsere Wa'õmorã Tserehõ	20/11/1992	34,0	2º
3.	016	Milena Redzadu'u'õ	19/03/2001	26,0	3º
4.	049	Basilio Serêwapjuri'Õ	12/09/1982	15,0	4º
ALDEIA:BAIXÃO – EMI LUIZÃO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	080	Odilia Pe'Uiwerewe' Retsitsato	03/02/1999	45,0	1º
2.	026	Eraldo Rudzani'O Tsi Ewa'Adi	04/01/1992	42,0	2º
3.	081	Benicio Waihoriwe Tseredze	11/02/2000	39,0	3º
4.	078	Leliane Tsinhose'Era	18/02/2000	36,0	4º
5.	071	Bebeto Tsere'U'O Tseredze	26/07/1990	34,0	5º
6.	075	Edicio Rureme Sererowa	06/03/1989	31,0	6º
7.	074	Silanio Matos Tsere'Wanhihotowe	03/03/1993	10,0	7º
8.	066	Diaura Wa'Utomodza'Wa	17/04/2000	14,0	Eliminado
9.	079	Hermogina' Rewa' Uwe	06/10/1989	4,0	Eliminado
ALDEIA:BURITIZAL– EMI SÃO MIGUEL					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	067	Ogiel Tserewaimrãmi'O	31/01/1998	35,0	1º
2.	030	Valdenir Sere'Uzé	15/08/1999	31,0	2º
3.	024	Caio Sere'Re	10/03/1999	26,0	3º
4.	065	Valdivino Bo'o Robro	10/03/1990	7,0	Eliminado
ALDEIA:CAMPINAS– EMI SANTO ANTONIO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	003	Alfim U'Re Wa'Rãiro	02/09/1992	43,0	1º
2.	068	Marbiel Tseredzata'Õ	16/04/1994	40,0	2º
3.	039	Ruy Hune Edi Martins	07/09/2001	37,0	3º
4.	070	Jovercilio Emhorirõ	23/04/2001	33,0	4º
5.	032	Doniel Serewa'Adi	26/01/1998	33,0	5º
6.	054	Bilismar Sata'Ru'U'E Sasu	21/01/2000	32,0	6º
7.	058	Carmeci Sinhose' Ezemo	06/08/1996	30,0	7º
8.	059	Jaqueline Penariwe	04/11/1995	29,0	8º
9.	055	Jorginete Redo'O'Õ Wairuirã	04/01/1990	25,0	9º
10.	023	Neura Re' Uptabiwê	12/04/1994	24,0	10º
11.	061	Dilza Tsinhotsé' Etsitsabu'õ	13/02/1986	23,0	11º
12.	051	Mariney Penhi'Rã Martins	02/09/1995	10,0	12º
13.	073	Fidelina Wautomopre'E'O	14/04/1996	7,0	13º
14.	085	Monaiza Uteme Pedzuitoriwe	25/05/1997	NÃO COMPARECEU	
	086	Wilson Tseredzubdaire Tsere' Roihi	16/06/1989	NÃO COMPARECEU	
ALDEIA:CAMPOS BELOS – EMI CAMPOS BELOS					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	076	Adeloncio Alves Woamoté Tsere' Wanhiza	18/04/1997	42,0	1º
2.	009	Elideos Pro'Wa	02/05/1990	35,0	2º
3.	007	Almira Waãmate Pessissa'Ã	14/09/1996	32,0	3º
	020	Hernandes Tsere'Aimo Apho'odi Prépe	25/07/1999	31,0	4º
4.	077	Claudimiro Waômôra Sereza'É	23/03/2003	29,0	5º
5.	063	Fabricia Tseredza'E Wautomotsiri'O	03/08/1997	23,0	6
6.	088	Alvelino Tsawre Tseredupta	05/08/1994	4,0	Eliminado
ALDEIA:ESPIRITO SANTO– EMI LAGOA ENCANTADA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**

1.	050	João Tserehite Waripo Owe	22/11/1993	INDEFERIDO	
2.	006	Teotonio Tsimanawawi Pawe'E	25/05/1997	14,0	1º
ALDEIA:PARABUBURE– EMI DOM BOSCO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	036	Aermany Redzarawe	21/07/1998	45,0	1º
2.	038	Marãdzuho Tserenhitôwe	03/10/2000	33,0	2º
3.	033	Marlom Tseremodi	11/09/1999	16,0	3º
ALDEIA:SANTA CLARA-EMI SANTA CLARA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	008	Antoin Amarcio Ri'Udze	03/03/1989	43,0	1º
2.	062	Floriano Wapruiwewari	28/05/1993	41,0	2º
3.	027	Florencio Wai Anhorã	18/10/1991	40,0	3º
4.	064	Simão Umnatsé	11/09/1987	39,0	4º
5.	012	Clemência Rewaihu'Ume Tseredze	31/10/1983	31,0	5º
6.	013	Rosanete Petsimani Pate	12/05/1990	29,0	6º
7.	083	Belarmino Werehite	12/07/2004	28,0	7º
8.	028	Isabela Wa'Utômowawê	07/08/1999	24,0	8º
9.	060	Pedro Tsi'Odo	09/06/1999	17,0	9º
10.	089	Andriole Tsere' Amowe Tsa' Am-riwawe	01/02/1990	9,0	10º
11.	056	Amelina Retsuwa	22/12/2002	9,0	Eliminado
12.	043	Joélio Tsamaridi	10/11/2003	INDEFERIDO	
13.	072	Julinho Runomro We Xavante	18/06/1996	INDEFERIDO	
14.	041	Mirian Celestina Piõ Ywe	05/03/1999	INDEFERIDO	
15.	042	Natanael Waratahite Tsi'Ãmowe	08/11/1986	INDEFERIDO	
16.	019	Roberto Ômôhi Tsi Ômôwê	12/03/1999	NÃO COMPARECEU	
ALDEIA:SANTA CRUZ– EMI SANTO AGOSTINHO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	053	Marcelino Tseredzatsi'Õ Tseredupta	15/08/1988	30,0	1º
2.	004	Adão Wapretsu	16/03/1993	12,0	2º
3.	084	Anacio Tepedzé Tsere'Re'Re	22/03/1995	6,0	Eliminado
4.	021	Leandro Paulo Filho Siteihi Wa'are	28/12/1979	4,0	Eliminado
ALDEIA:SANTA HELENA– EMI SANTA HELENA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	047	Jobim Butse Wawe	05/05/1991	8,0	1º
2.	046	Freito Tsere' Adzupi'Pzawa'õno	28/02/1992	4,0	Eliminado
3.	029	Cleomar Sereju	08/02/1985	INDEFERIDO	
ALDEIA SANTA ROSA – E.M.I. SANTA ROSA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	NOME	DATA DE NASCI-MENTO	PONTUAÇÃO	Classificação
1.	082	Casio Tseredzuwaiwe	19/04/1983	26,0	1º
ALDEIA:SÃO JOSÉ– EMI PARINAIÁ					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	037	Caio Wawádi	08/04/2004	40,0	1º
2.	040	Didimo Tsiwamri	14/12/1997	27,0	2º
3.	025	Cristiano Tsere'U'E'	25/08/1995	24,0	3º
ALDEIA:SÃO PEDRO– EMI IMACULADA CONCEIÇÃO					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	010	Domércio Tsiwari Tseredza E	15/03/1996	39,0	1º
2.	018	Antonio Pádua Utébrewe	23/07/1984	38,0	2º
3.	045	José Abrãao Tse-re'Ru'RuTsere'Rupariwe	18/03/2003	37,0	3º
4.	015	Rogerinho Tsiwedewe Abdzu	31/08/1997	36,0	4º
5.	002	Pedro Simão Tserenhonhiwe Wairotsu	21/06/1991	33,0	5º
6.	052	Vital Tsere'Ubu'a Tseredzadzub'Ro	24/03/2000	31,0	6º
7.	057	Elizeu Prówari Tsi'Ewa'Adi	27/06/2000	23,0	7º
8.	044	Filemon A'Awe Wairotsu	27/05/1993	20,0	8º
9.	069	Maria Auxilia Retsipitsudu Wa Omora	24/05/1992	17,0	9º
10.	005	José Tatico Tsa'Rei'Õ Tseredzahi	28/07/200	12,0	10º
11.	022	Gislaine Tsinhotse Ewaire	20/12/1989	8,0	11º
12.	034	Tsiramne Ubuhu Sorim	31/01/2003	0,0	Eliminado
ALDEIA:SUCURI– EMI SÃO CARME TSABABA					
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCI-MENTO**	**PONTUAÇÃO**	**Classificação**
1.	087	Anderson Waue Warõiro	18/09/1989	49,0	1º
2.	017	Eleaque Tserero Omonhiwaisi	17/10/1995	26,0	2º
3.	031	Fleuri Wa'Amonhoriwedi Wa'Rairo	15/03/1990	30,0	3º
4.	011	Nilvan Ureb Tserepto Owe	13/05/1997	15,0	4º
5.	035	Basilio Porerone	13/12/1981	20,0	5º
6.	001	Herminio Tomás Maranhowe	30/12/1973	23,0	6
PROFESSOR					
ALDEIA: A´ AWE – E.M.I. ´ AWE S.A. E.M.I. SÃO DOMINGOS SÁVIO					

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	154	Maurilio Tserehõiba'a Madzewa	19/06/2000	43,0	5,0	48,0
2.	102	Domingos Savio Tserero	06/05/1996	38,0	5,0	43,0
3.	111	Juvencio Laureano Tserewamri	19/06/1991	36,0	5,0	41,0
4.	156	Cecilio Madze Wa Tseredzamiwi'Ro	10/01/1986	29,0	5,0	34,0
5.	247	João Fidelis Xavante	02/06/1981	INDEFERIDO		
ALDEIA: ALDEINHA – E.M.I. ALDEINHAS						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	237	José Maria Sere' Rute Soro' Rada	08/10/1981	11,0	10,0	21,0
2.	059	Jedelio Tserewatomowari	04/03/2001	17,0	5,0	ELIMINADO
3.	264	Amoroso Morowi Pemra	10/05/1995	NÃO COMPARECEU		
ALDEIA:ALDEONA– E.M.I. ALDEONA S.A E.M.I. COHAB						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	096	Ismath Edimar Rudzawi	11/11/1989	26,0	5,0	31,0
2.	134	Viviane Pedumana Chereda Epran	01/10/2001	22,0	5,0	27,0
3.	019	Cintia Renariwe	10/09/1995	17,0	5,0	22,0
4.	163	Alex Seremaihi Seredii Sararãinha	11/01/1999	NÃO COMPARECEU		
ALDEIA:ALTO DA VITORIA – E.M.I. ALTO DA VITORIA S.A. E.M.I. ABDZUWÊ						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**		
NÃO HOUVE INSCRITO						
ALDEIA:ALVORADA – E.M.I. ATEBERE						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	051	Itamar Rowa'a Tserewa'adi	09/11/1988	37,0	10,0	47,0
2.	148	Gilberto Tserenhire Tsudzawere	30/04/1986	24,0	5,0	29,0
ALDEIA:BAIXÃO – E.M.I. LUIZÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	075	Ozeias Wamnhanawe Tsereze	09/03/1979	36,0	10,0	46,0
2.	152	Silverio O'rewawe Serebabawe	18/01/1983	35,0	7,0	42,0
3.	101	Graciano Tsatse Tepemrã Parine'Edi	17/03/1993	33,0	5,0	38,0
4.	201	Palmac Tsuptó Robro	10/03/1992	26,0	5,0	31,0
5.	113	Jardel Waprase Parine'Edi	22/03/1996	24,0	5,0	29,0
ALDEIA:BARREIRO – E.M.I. NOVO BARREIRO S.A E.M.I. SANTA BERTIOGA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	167	Regislley Tsa'E'Õmõwa Tserewe'edi	03/01/1996	INDEFERIDO		
2.	262	Evânio Adzadzuwe	04/11/1996	8,0	5,0	Eliminado
ALDEIA:BELA VISTA – E.M.I. BELA VISTA E.M.I SANTO AGOSTINHO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	036	Maluvel Inhamri A Tsere'Õmowi	15/04/1992	14,0	5,0	19,0
ALDEIA:BELA VISTA 2 – E.M.I. MORODZARAWÊ S.A. E.M.I DOM BOSCO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	013	Teodosia Ro'Onhomhinhidhodo	03/02/1976	28,0	5,0	33,0
ALDEIA: BOA VIDA – E.M.I. ABDZU'WÊ				PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	032	Ligia Pedzai' Wê Tsi'Ruipi	19/02/1981	35,0	10,0	45,0
2.	046	Deusdado Ubdzare Tsirupi	21/12/1985	9,0	10,0	19,0
ALDEIA:BOM JESUS DA LAPA – E.M.I. BOM JESUS S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	170	João Batista Tseredzadadze Buruwewawe	12/08/1977	23,0	10,0	33,0
2.	254	Abelma Penhowada' Otsere' Raiwede	23/01/1990	0,0	5,0	ELIMINADO
ALDEIA:BURITIZAL– E.M.I. SÃO MIGUEL						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	169	Marcelino Tsere Rairoridze	25/05/1996	43,0	5,0	48,0
2.	125	Luizinho Tsereware'We	14/05/1975	30,0	12,40	42,40
3.	116	Raul Tsere Uwawe	05/04/1993	33,0	5,0	38,0
4.	200	Cobelino Dzuatsitoti'Ora	08/11/1999	20,0	5,0	25,0
5.	048	Anderson Tseredza ' Omo'O	15/10/1992	13,0	-	13,0
6.	197	Bravin Apha	18/03/1981	13,0	-	13,0
7.	198	Edney Rudzani Horoto	27/03/1991	2,0	5,0	ELIMINADO
8.	072	Ebrahim Tomotsudza'Ribe	26/05/1990	NÃO COMPARECEU		
9.	108	Geliney Marãwadzai'Wa Si'uwari	16/09/1999	NÃO COMPARECEU		
ALDEIA:BURUWE – E.M.I. AEDZANE S.A. E.M.I. SÃO JORGE						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	062	Justibiniano Tsereirãwe Tseredzati	30/05/1985	30,0	5,0	35,0
2.	217	Pablo Warite Abdzuwe	20/03/1995	26,0	5,0	31,0
3.	027	Paulina Pe'Madzatsi'O Oriwê	04/06/1997	15,0	5,0	20,0
ALDEIA:CAMPINAS – E.M.I. SANTO ANTONIO						

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	085	Rogele Seremiwe Seretata' Awe	20/09/1994	44,0	6,0	50,0
2.	164	Rodinaldo Sereto Tseretata'awe	22/10/1991	35,0	8,0	43,0
3.	209	Betuel Sereomowari Tseredza	17/01/1993	34,0	7,40	41,40
4.	215	Clenio Tserebutuwe	25/04/1996	35,0	6,0	41,0
5.	155	Inocêncio José Seredupré	26/10/1993	34,0	5,0	39,0
6.	241	Renan José Serenho' Utu' Su	03/10/1992	33,0	5,0	38,0
7.	106	Marciel TsereWaihum Tserewa'adi	23/02/1985	28,0	10,0	38,0
8.	211	Belisio Harazaze Serewiba	16/10/1999	30,0	5,0	35,0
9.	259	Laira Rêu'asi Retehiri Sinhârirã	19/03/2001	29,0	5,0	34,0
10.	120	Aldinor Serezadapsi	26/07/1995	28,0	6,0	34,0
11.	129	Quezia Pe'Asiô Tseredza	07/08/1996	28,0	5,0	33,0
12.	056	Ademar Ruwari Tsere'e'e	28/08/1986	25,0	7,0	32,0
13.	128	Jaimes Werehite Pemra	08/08/1985	25,0	5,0	30,0
14.	207	Guiorimo Tsitsadi	02/10/1977	24,0	5,0	29,0
15.	131	Zenaldo Serewa'Õ Serenhitõmõ	27/03/1996	23,0	5,0	28,0
16.	080	Jadiel Serewari Tseredza	29/12/1998	18,0	5,0	23,0
17.	119	Alberto Tseredu Wa'Rairo	08/01/1994	15,0	5,0	20,0
18.	225	Inergin Renhimire Seretata' Awe	04/01/1997	14,0	5,0	19,0
19.	123	Giosantilly Zunédi Sereubruté	04/06/2000	10,0	5,0	15,0
20.	166	Orivaldo Tseredi Tsere'e'e	28/08/1978	8,0	5,0	13,0
ALDEIA: CAMPINAS – E.M.I. RIO PORTO ALEGRE						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO		
1.	251	Leonicia Peduwaiõ	11/03/1999	NÃO COMPARECEU		
ALDEIA:CAMPOS BELOS – E.M.I. CAMPOS BELOS						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	003	Aldo Waãmaté Tseredzedze	19/04/1979	45,0	16,0	61,0
2.	031	Arlozinho Waãmate Budzatsé	07/02/1985	48,0	11,0	59,0
3.	178	Ivanildo Aphaadi Prepe	20/03/1981	46,0	11,0	57,0
4.	239	Rizalva Ro' Otsi' Wape Tserebuto	30/03/1998	35,0	5,0	40,0
5.	230	Jeova Tsereranho'u Sereze	14/04/2000	25,0	5,0	30,0
6.	233	Edinaura Roonhi'Ru	28/07/1994	21,0	5,0	26,0
ALDEIA:CAMPOS DO JORDÃO – E.M.I. CAMPOS DO JORDÃO S.A. E.M.I.SANTA BERTIOGA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	219	Denivaldo Sere' Umirã	20/10/1985	46,0	5,0	51,0
ALDEIA:CHÃO PRETO – E.M.I. SÃO PAULO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	160	Farides Seretapra A'edzabe	14/09/1988	42,0	16,0	59,0
2.	124	Helio Junior Sereparam	12/01/1983	38,0	14,0	52,0
3.	064	Heitor Wabdzu'Õ Tseretata'Awe	23/10/1989	37,0	13,0	50,0
4.	022	Eduardo Sêreuipra	26/10/1967	34,0	10,0	44,0
5.	159	Duilio Tsereutiwe Tsereuipra	05/06/1995	37,0	5,0	42,0
ALDEIA:COHAB – E.M.I. COHAB						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	162	Romerito Up'Rinjadaze	30/07/1985	41,0	5,0	46,0
ALDEIA:CORREGO DA MATA – E.M.I. KULUENE						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	118	Madalerne Tsinhotse' Ei' Õ	28/05/1989	38,0	10,0	48,0
2.	183	Lúcio Wa'Omozabu Teihipa	30/08/1983	44,0	--	44,0
ALDEIA:CORREGO DOS PATOS – E.M.I. CORREGO DOS PATOS S.A. E.M.I. SANTO ANTONIO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	179	Edemilson Serenho'A Sereja'Ene	12/09/1996	44,0	5,0	49,0
2.	205	Erondino Aihe'Edi Ratata	28/11/1991	17,0	5,0	22,0
3.	206	Edinho Moritu Ratata	17/01/1987	NÃO COMPARECEU		
ALDEIA:COUTO MAGALHÃES – E.M.I. BENEDITO LOASO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	065	Lucinete Wautomodza'O	28/05/1997	14,0	-	14,0
2.	042	Danilo Tonhoiwede Waradahité	27/12/1995	13,0	-	13,0
3.	068	Valtricia Pewaptérere	28/05/1999	8,0	5,0	13,0
ALDEIA:DARITZÉ – EMI WA' AHIO E.M.I. SANTO ANTONIO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	047	Mizael Tsa' E	17/10/1994	44,0	5,0	49,0
2.	235	Erico Venancio Watsariho	04/02/1993	37,0	5,0	42,0
ALDEIA:DEUS E AMOR – E.M.I DEUS É AMOR S.A E.M.I. SÃO CRITÓVÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	138	Angelone Tsereridze Tseremei'Wa	25/05/1990	33,0	7,0	40,0
ALDEIA:DEZ MANDAMENTOS – E.M.I. PARI UPTSEWEWE S.A. E.M.I. PARINAI'A						

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	
1.	073	Jave Tomotsutdza' Rebe	23/08/1975	4,0	5,0	Eliminado
ALDEIA:DUTERÓ – E.M.I.DUTERÓ S.A. E.M.I. SANTO AGOSTINHO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	023	Michael Matsu Tseredza'Adi	30/04/1992	45,0	6,0	51,0
2.	004	Adicelia Wamate Pe´rõdzutsara	22/11/1987	32,0	5,0	37,0
3.	001	Dorivaldo Tserenhira	11/06/1980	35,0	-	35,0
ALDEIA:DZEIWAWU – E.M.I. CORUMBÁ S.A. E.M.I.SANTA BERTIOGA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	150	Atanarzio Martins Rowano	17/02/1989	27,0	12,0	39,0
ALDEIA:DZÉPA– E.M.I. SÃO JOÃO BATISTA S.A. E.M.I. CORAÇÃO DE JESUS						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	161	Isabel Pewapari	15/08/2000	29,0	5,0	34,0
2.	158	Rolf Tsywa'ru Dzaywa	18/11/1997	26,0	5,0	31,0
3.	044	Anderson Tsaipeto Tsadze	19/08/1986	19,0	10,0	29,0
ALDEIA:EGITO – E.M.I. EGITO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	221	Jurandy Wa	08/03/1981	23,0	5,0	28,0
2.	208	Jackson Tsererodi	28/11/1998	21,0	5,0	26,0
3.	249	Barnabe Ahoiru	07/08/2000	18,0	--	18,0
4.	210	Edelson Serezé	23/02/1980	4,0	10,0	Eliminado
5.	186	Deuselira Redzu'ara Sasu	11/12/1994	INDEFERIDO		
ALDEIA:ESPIRITO SANTO – E.M.I. LAGOA ENCANTADA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	195	Ronaldo Tserenhopo Owe Tsiwamo	03/11/1994	44,0	5,0	49,0
2.	214	Izoaldo Tserenhowe Tsiwadzu	08/06/1992	23,0	-	23,0
ALDEIA:ESTRELA – E.M.I.ESTRELA S.A. E.M.I. SANTA HELENA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	057	Anilton Tsip'ruiwari	13/02/1987	28,0	12,25	40,25
2.	243	Eliezer Daburu' Rawa	03/04/1998	14,0	5,0	19,0
ALDEIA:ETEIPORE - E.M.I. ETEIPORE S.A. E.M.I. SANTO ANTÔNIO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	252	Eto Tsere' U' Butse	08/08/1992	28,0	5,0	33,0
2.	049	Clóvis Owari Wairuirã	15/02/1991	20,0	5,0	25,0
3.	213	Valmir Tsiwa' Ru	23/10/1994	24,0	-	24,0
ALDEIA:HOIWPREDZAWI – EMI HOIWAPREDZAWI S.A. E.M.I. ABDZUWÊ						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	231	Edmar Mitu Tseredzanho Tserenhodza	11/05/1988	42,0	10,0	52,0
2.	146	Meire Pere'a Tsemrihu	03/03/1992	35,0	13,0	48,0
3.	232	Steffene Raiwari	17/04/1998	33,0	5,0	38,0
ALDEIA:HU´UHI – E.M.I. E.M.I.HU ' UHI S.A. E.M.I. SANTO AGOSTINHO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	142	Ronaldo Ajave	18/01/1975	32,0	8,0	40,0
ALDEIA:IMACULADA CONCEIÇÃO – E.M.I. WA´ANÉ S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	137	Ageu Tserenhowamre Pini Ru	22/11/1980	20,0	5,0	ELIMINADO
ALDEIA:JACU – E.M.I. JACU						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	212	Moradine A'ôihidi	29/01/1996	31,0	20,0	51,0
2.	083	Deonisio Tso Utuomore	15/05/1976	36,0	10,40	46,40
3.	070	Herculano A'uwedi	09/07/1998	34,0	7,0	41,0
4.	256	Ronny Maleval Waomate Tserebuto	29/10/2000	27,0	5,0	32,0
5.	204	Osvaldino Seremoni Babati Tobrodi	22/11/1979	25,0	5,0	30,0
ALDEIA:LAGOINHA – E.M.I. LAGOINHA S.A. E.M.I. LUIZÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	012	Valmor Sa'Hubu Tserewa'Uto	20/07/1997	11,0	5,0	16,0
ALDEIA:MADRE LAURA – E.M.I. MADRE LAURA S.A. E.M.I. SANTA CLARA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	091	Tobias Xavante	15/02/1975	33,0	6,25	38,25
2.	248	Tserenhowa Butse	01/04/1994	32,0	5,0	37,0
ALDEIA:MATA VERDE – E.M.I. MATA VERDE S.A. E.M.I. SÃO JORGE						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	229	Filemon Terobdza'Rã Tserewanne	25/01/1991	23,0	-	23,0
ALDEIA:MATO GROSSO – E.M.I. MATO GROSSO S.A. E.M.I. SÂO MIGUEL						

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO		
NÃO HOUVE INSCRITO						
ALDEIA:MATRICHÃ – E.M.I. MATRINCHÃ S.A. E.M.I. SÃO PAULO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	039	Dominques Buwi	01/09/1988	41,0	10,0	51,0
ALDEIA:MONTE PASCOAL – E.M.I. MONTE PASCOAL S.A. E.M.I. SÃO DOMINGOS SÁVIO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**		
1.	017	Floriano Tseredzadiwe Wa´rãwi	09/03/1987	13,0	10,0	23,0
ALDEIA:NATAL– E.M.I. NATAL S.A. E.M.I. LAGOA ENCANTADA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	228	Nazareno Rudzapariwe Tsihoridzadatsu	04/07/1975	17,0	5,0	22,0
ALDEIA:NOSSA SENHORA APARECIDA – E.M.I. NOSSA SENHORA APARECIDA S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	016	Dalmi Tserenhi'E Pronhopa	28/05/1999	25,0	5,0	30,0
ALDEIA:NOVO PARAISO – E.M.I. OWARA S.A. E.M.I. SANTA BERTIOGA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	253	Ro'Bre Warãi'Re	15/07/1997	35,0	5,0	40,0
2.	222	Tanmi Dadzate'Wa	13/11/1991	32,0	-	32,0
ALDEIA:PALMEIRAS – E.M.I. CORAÇÃO DE JESUS						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	157	Valtenir Dupari Omnhorowe	12/09/1994	38,0	--	38,0
2.	132	Marcolina Ro'ore Nomotse	20/02/1983	7,0	8,0	15,0
ALDEIA:PARABUBURE – E.M.I.DOM BOSCO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	084	Dzariwari Tserenhitôwe	18/07/1998	31,0	5,0	36,0
2.	066	Marcelinho Tseretomodi Tsarei'wa	18/03/1996	26,0	5,0	31,0
ALDEIA:PEDRA PRETA – E.M.I. PEDRA PRETA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
01	261	Angelo Neto Nomotsé Rudzaneeidi	23/07/1991	6,0	-	6,0
ALDEIA:PIRANHÃO – E.M.I. TOMOPSÉ						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	094	Andrezinho Tserejatso'Owe Sererotõdi	15/06/1994	25,0	6,0	31,0
2.	090	Edilio Tomoptsire	22/07/1990	13,0	5,0	18,0
ALDEIA:QUERENCIA – E.M.I. HOMOHI S.A. E.M.I. SANTO AGOSTINHO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	099	Vandeir Tsereropré Rairanawê	02/10/2000	9,0	5,0	14,0
ALDEIA:RIO KULUENE - E.M.I. RIO KULUENE S.A. E.M.I. ALDEINHAS						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	260	Lidinei Tsereuri	07/10/1990	32,0	5,0	37,0
2.	255	Joatão Tsi' Uwada	09/09/1977	17,0	10,0	27,0
3.	181	Silverio Tsi'Eihomowe	14/11/1993	3,0	5,0	ELIMINADO
ALDEIA:RIO MARIA – E.M.I. RIO MARIA S.A. E.M.I. SÂO MIGUEL						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	055	Laurem Sere Omowe	28/02/1999	23,0	5,0	28,0
ALDEIA:SALVADOR – E.M.I. SALVADOR S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	092	Jandir Tsere'Wa'Rã Tseretsu	01/04/1986	18,0	5,0	23,0
ALDEIA:SANTA BERTIOGA – E.M.I. SANTA BERTIOGA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	199	Alessio Tsere'Ubu'A'A	27/11/1985	19,0	10,0	29,0
ALDEIA:SANTA CLARA– E.M.I. SANTA CLARA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
2.	139	Adelmo Tsôwabdze	20/05/1999	45,0	7,75	52,75
3.	024	Luiz Fernando Wano'é'é	18/05/1998	43,0	6,0	49,0
4.	112	Adriano Tsiruipi	26/01/1999	43,0	5,0	48,0
5.	151	Juscelino Tserewahu	21/07/1982	36,0	11,0	47,0
6.	227	Valério Tseretsu	18/10/1998	40,0	5,0	45,0
7.	153	Ailton Tserewe	12/07/1984	35,0	10,0	45,0
8.	011	Jocelino Anahoa	06/07/1983	38,0	5,0	43,0
9.	079	Marcelino Tsi Eiwa Adi	28/06/1989	37,0	6,0	43,0
10.	077	Lindomar Tsirobó	19/01/1985	30,0	11,27	41,27
11.	147	Luzinaldo Temere Tsereuihodze	09/04/1995	36,0	5,0	41,0

12.	149	José Fábio We'Ru Tsere'U' Ra Xavante	14/11/1978	34,0	7,0	41,0
13.	115	Adinaldo Tsuwepte	25/06/1993	34,0	5,0	39,0
14.	220	Olivio Ranhibdzu	15/01/1994	33,0	5,0	38,0
15.	223	Augusto Propipa	01/08/1995	33,0	5,0	38,0
16.	224	Roseneide Ro'oraiho Tseretsu	08/06/1994	32,0	5,0	37,0
17.	250	Paulo Tsiwede' Rã	28/10/1992	30,0	5,0	35,0
18.	174	Darci Tserenhoto'õ	28/05/1994	29,0	5,0	34,0
19.	076	Joab Umoridzadadze	02/11/1989	23,0	11,0	34,0
20.	034	Linco Tserenhitomo Tsi'Omowe	15/05/1990	27,0	6,0	33,0
21.	143	Romário Tserewâiwê'Wari	06/06/1989	23,0	5,0	28,0
22.	009	Eliane Tsinhotse'Erei'õ	05/02/1990	17,0	5,0	22,0
23.	144	Andina Pe'Aiwe Etero'Owe	27/07/1983	16,0	5,0	21,0
24.	010	Augusto Tserenhoro	18/08/1994	7,0	5,0	ELIMINADO
25.	089	Ademilson Tsererõno	07/03/1993	INDEFERIDO		
26.	100	Arilson Teihidzatse	17/02/1997	INDEFERIDO		
27.	117	Edson Braga Tsere Dzadutu	11/02/1993	INDEFERIDO		
28.	103	Jorge Pratsi	11/02/1996	INDEFERIDO		
29.	104	Roman Tseremre	10/07/1987	INDEFERIDO		

ALDEIA:SANTA CRUZ – E.M.I. SANTO AGOSTINHO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	130	Narcisio Tserewahu Tseretomodzatsé	07/09/1967	39,0	11,0	50,0
2.	053	Cassio Tsuwapte Tseretopo	11/04/1989	31,0	10,0	41,0
3.	095	Tiberio Cesar Bupre Seretopo	03/05/1986	28,0	10,0	38,0
4.	006	Firmo Si Rupredu Sib'e	21/01/1984	28,0	5,0	33,0
5.	040	Rogelino Sere Ubzu Une'Edi	29/05/1996	26,0	5,0	31,0
6.	005	Jerilsom Sandro Aharare Waaire	24/12/1969	24,0	5,0	29,0
7.	041	Josimar Ciliano Etetsé	22/07/1996	21,0	5,0	26,0
8.	054	Alberto Tsereduiwawe	08/01/1999	19,0	5,0	24,0
9.	014	Nelson Tseretó Itseretópó	28/10/1984	NÃO COMPARECEU		

ALDEIA:SANTA FÉ – E.M.I. SANTA FÉ

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	189	Flavio Cassimiro Tseredza 'E Uneedi Waõmorã	25/06/1979	16,0	10,0	36,0
2.	175	Odérico Seresui'Re	30/09/1996	17,0	-	17,0
3.	245	Otárcio Seredési	12/09/1996	0,00	5,0	ELIMINADO

ALDEIA:SANTA HELENA – E.M.I. SANTA HELENA

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	244	Laura Pedzariri'O	17/04/2001	16,0	--	16,0
2.	110	Mario Jorge Seuredi	29/05/1985	8,0	10,0	ELIMINADO
3.	196	Euclides Sirapsari'Wa	02/03/1982	NÃO COMPARECEU		

ALDEIA:SANTA MARIA – E.M.I. SÃO CRISTÓVÃO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	193	Olicio Sirui'A	09/09/1983	32,0	--	32,0
2.	234	Napoleão Wa' Orinatse Wa'Adahite	29/05/1977	INDEFERIDO		

ALDEIA:SANTA RITA DE CÁSSIA – EMI E.M.I. SANTA RITA DE CÁSSIA S.A. E.M.I. PARINAI'A

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	109	José Zeferino Tsimrihu	29/11/1989	40,0	--	40,0
2.	105	Gercina Rêtsiwa Tserenho'A	05/08/1998	22,0	--	22,0
3.	107	Simeão Tsere'rã'rã Warowedewê	03/05/1991	16,0	--	16,0

ALDEIA:SANTA ROSA – E.M.I. SANTA ROSA

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	063	Bonifácio Tseretsiba Babati	24/07/1973	32,0	11,0	43,0
2.	136	Sinval Tomodze Tserenhi Omo	12/07/2000	33,0	5,0	38,0
3.	177	Gesiane Ba'Otodzaipe	12/04/1992	23,0	5,0	28,0
4.	263	Klenio Tsidowe	26/07/2000	19,0	5,0	24,0

ALDEIA:SANTO ANDRE – E.M.I. JERONIMO CONTADOR S.A. E.M.I. DOM BOSCO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	180	Edivaldo Tserewapipa	11/05/1999	30,0	5,0	35,0
2.	240	Jucelia Tsinhotse Eure Tsehite	07/08/1993	27,0	5,0	32,0

ALDEIA:SANTO DO CEU – E.M.I. SANTO DO CÉU E.M.I. SÃO MIGUEL

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	238	Montenegro Tsere Wanhitse	21/01/1992	40,0	5,0	45,0
2.	192	Paulo Cesar Oriwê Wa Aire	02/12/1977	34,0	10,0	44,0

ALDEIA:SÃO DOMINGOS SÁVIO – E.M.I. SÃO DOMINGOS SÁVIO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	172	Laurício Tsereisi Ewe Tsimitsute	27/11/1990	41,0	6,0	47,0
2.	176	Carlos Angelico Teihidzatse TsereWadzi	07/06/1998	38,0	5,0	43,0

3.	202	Pedro Magalhães Wadza'Itiwe	16/06/1999	32,0	6,0	38,0
4.	236	Fabrício Wercelli Assis Trihidzatse Maradze	16/11/1994	29,0	5,0	34,0
5.	216	Maria Gerciana Tsinhotsé' Ewa Rutuwe Tserebdza	23/05/2000	21,0	5,0	26,0
ALDEIA:SÃO FELIPE – E.M.I. SÃO FELIPE S.A. E.M.I. SANTA CLARA						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	087	Vitoriano Tso Ototi	04/04/1983	37,0	11,0	48,0
2.	226	Fabricio Tsorõdaze Runhamri	05/02/2000	33,0	5,0	38,0
3.	188	Ecolano Tsiwa'Ru	08/03/1992	33,0	5,0	38,0
4.	127	Claudemir Tsuwepte Wa'Radzere	22/05/1988	31,0	5,0	36,0
5.	190	Adilson Titsetsaré	14/04/1999	29,0	5,0	34,0
6.	114	Paranho' A Rãirãté	06/02/1994	24,0	10,0	34,0
7.	257	Geraldino Tserebre	02/03/1988	27,0	5,0	32,0
8.	061	Rivelino Tsudzawere Tsadzawe	17/02/1996	21,0	5,0	26,0
9.	182	José Vassamento Ti'iwiri'wa	31/10/1992	20,0	5,0	25,0
10.	184	Dian Carlo Wapuwe Teihidzatse	03/09/1999	12,0	5,0	17,0
11.	074	Roneuto Tsi'O'Ore Edi	14/08/1996	INDEFERIDO		
ALDEIA:SÃO FRANCISCO – E.M.I. SÃO FRANCISCO S.A. E.M.I. SÃO CRISTÓVÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	050	Natalicio Tsa'Rene Wawe'Ru	01/07/1986	11,0	5,0	16,0
ALDEIA:SÃO GABRIEL – E.M.I. SANTA LAURA DE MONTOYA S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	018	Wanderley Wadzatse Tsimi'udo	17/04/1986	33,0	--	33,00
ALDEIA:SÃO JORGE – E.M.I. SÃO JORGE						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	030	Elismar Tseredzaro Piuiwe	17/08/1999	5,0	5,0	10,0
ALDEIA:SÃO JOSÉ – E.M.I. PARINAI Á						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	246	Fábio Alves da Silva	15/09/1996	28,0	23,0	51,0
2.	242	Novo Tsa' Amri	03/04/2002	45,0	5,0	50,0
3.	258	Weverton Lelis de Oliveira	24/07/1987	27,0	23,0	50,0
4.	082	Odenilson Tsinamawe	01/03/2002	41,0	5,0	46,0
5.	145	Vandaira Francisca de Lima Santos	10/01/1973	24,0	22,0	46,0
6.	168	Nelsinho Tserenho'e Warowedwe	06/06/1987	39,0	5,0	44,0
7.	081	Graciano Apripri	08/12/1993	28,0	5,0	33,0
8.	071	Cleidia Aparecida de Souza	30/04/1985	18,0	23,0	ELIMINADO
9.	133	Lucas Alves Maciel	06/04/1990	INDEFERIDO		
10.	203	João Marcos Tehowe	02/07/1997	NÃO COMPARECEU		
ALDEIA:SÃO MATEUS – E.M.I. SÃO MATEUS S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	218	Josias Tserema'a Tsarorada	04/07/1985	39,0	10,0	49,0
ALDEIA:SÃO PAULO – E.M.I. SÃO PAULO S.A. E.M.I. PARINAI'A						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	093	Vitaro Manuel Tsereda' O Tserero Ori	30/05/1990	31,0	5,0	36,0
ALDEIA:SÃO PEDRO – E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**	**TITULOS**	**TOTAL**
1.	038	Afonso Tsudzawware Tsahobo	22/04/1988	40,0	11,0	51,0
2.	043	Lindomar Tsu'u're A'oiwe	20/03/1993	42,0	5,0	47,0
3.	035	Maria das Graças Wautomo Rahortõ	19/11/1990	39,0	8,0	47,0
4.	121	Cleiber Tsererowe Teropre'e	08/10/1987	33,0	12,85	45,85
5.	165	Rodolfo Tsere'Omo	05/12/1972	34,0	5,0	39,0
6.	088	Gedeão Rudazne'edi Teromnhi' Eiwe	26/07/1989	30,0	7,0	37,0
7.	078	Klenio Tseretsu	14/09/2000	31,0	5,0	36,0
8.	020	Erasmo Tserenhimiduwari Tserenhi'Re	23/03/1995	30,0	5,0	35,0
9.	086	Deuzelia Re'E'O Tsererawe	27/08/1990	29,0	6,0	35,0
10.	060	Jacinto tserewahuture Tsmrihu	30/09/1993	28,0	6,0	34,0
11.	015	Ervine Makuire Teropré ' É	11/04/1997	26,0	5,0	31,0
12.	026	Domingos Savio Paraptse Bododitu	03/03/1989	23,0	5,0	28,0
13.	002	Felisberto Nomotsé	05/04/1996	22,0	6,0	28,0
14.	045	Gianney Salvador Tsere Unhitetewe Tsererãnhiwa	10/07/1990	22,0	5,0	27,0
15.	008	Miguelito Tserewadzu Waradahite	07/06/1986	21,0	5,0	26,0
16.	007	Luis Antonio Ipe Wapari'A	03/04/1996	19,0	5,0	24,0
17.	058	Roberto Carlos Tsere'u'u	09/11/1988	17,0	7,0	24,0
18.	021	Demetrio Tserenhopru Ubre'A	30/11/1996	12,0	5,0	17,0
19.	097	Celio Tsibedi Tsere Ru	26/06/2000	8,0	5,0	ELIMINADO
ALDEIA:SÃO THIAGO – E.M.I. SÃO THIAGO S.A. E.M.I. SÃO DOMINGOS SÁVIO						
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**PONTUAÇÃO**		

NÃO HOUVE INSCRITOS

ALDEIA:SERRA VERDE – E.M.I. SERRA VERDE S.A. E.M.I. PARINAIÁ

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	141	Osmar Rudzano Dzariwari	17/05/1999	43,0	--	43,0

ALDEIA:SUCURI – E.M.I. SÃO CARME TSABABA

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	052	Eliberto Marãtsu	12/02/1996	37,0	5,0	42,0
2.	135	Servino Adzawe	10/10/1972	36,0	5,0	41,0
3.	098	Espadony Robsibwa Martins	28/06/1996	26,0	6,0	32,0
4.	028	Adilio Tserenhidzuriwe	16/03/1986	25,0	5,0	30,0
5.	037	Agenor Wahumrawe	01/06/1993	25,0	5,0	30,0
6.	067	Savio Hacai Wa'Rairo	16/07/1994	21,0	5,0	26,0
7.	025	Dalton Filho Tomodze	07/07/1996	16,0	5,0	21,0
8.	171	Odilia Tsinhotse' Tsipari'ô	13/09/1998	11,0	-	11,0

ALDEIA:TELA VIVE – E.M.I. TELA AVIVE S.A. E.M.I. SÃO MIGUEL

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	033	Evilacio Sere Upãri	23/09/1999	33,0	6,0	39,0
2.	187	Alair Wa Utômôdzupe	06/06/1997	25,0	-	25,0
3.	126	Glenda Tsinhotseenhi'õ	27/08/1999	12,0	5,0	17,0

ALDEIA:TIREREPÁ – EMI E.M.I. TIREREPÁ S.A. E.M.I. BENEDITO LOASO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	069	William Tsutata	15/05/1998	31,0	6,0	37,0

ALDEIA:TRÊS MARIAS – E.M.I. TRÊS MARIAS S.A. E.M.I. SANTO AGOSTINHO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	122	Luilton Tso Ru Tserewatsitsi Tseremey Wa	09/09/2001	32,0	5,0	37,0
2.	140	Angelo Tseredzadzub'Awe Wairotsu	24/02/1980	31,0	5,0	36,0
3.	029	Juvencio Tseredzato Tserupi	11/04/1993	29,0	5,0	34,0
4.	194	Marcelo Tserehirãti Marata'A' Wa	28/07/1998	2,0	5,0	Eliminado

ALDEIA:TRÊS REIS MAGOS – E.M.I. TRÊS REIS MAGOS S.A. E.M.I. SANTA CLARA

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO		
1.	173	Tsa'Amri Tserewawa'Rã	30/05/1993	34,0	5,0	39,0

ALDEIA:TSEREDZATSE – E.M.I. TSEREDZATSE S.A. E.M.I. KULUENE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	TOTAL
1.	191	Mariano Tsinhim Rudzane'Edi	31/08/1995	45,0	6,0	51,0

PROFESSOR BILINGUE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	TITULOS	Entrevista	TOTAL	Situação
1.	265	Raquel Paulina de Souza Miranda	02/02/1982	37,0	20,0	3,0	60,0	1º
2.	185	Leosmar Tsimu'udo Tseretsu	22/11/1990	26,0	20,0	3,0	49,0	2º
3.	117	Lucas Tserenhi Omo Tsupto	13/06/1967	31,0	--	3,0	34,0	3º

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - SEDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Situação
1.	139	Maria Aparecida Fernandes Diacari	01/01/1978	37,0	1º
2.	249	Fabiana Kerles da Silva	01/01/1994	36,0	2º
3.	098	Teonizia Martins Barroso	23/08/1972	34,0	3º
4.	244	Filipe Murilo Rodrigues	10/02/1998	30,0	4º
5.	130	Luciene Moreira da Silva	15/03/1986	30,0	5º
6.	022	Maria Flávia da Silva Santos	26/08/1983	28,0	6º
7.	219	Carla Cristina Torquato de Paiva	31/03/1991	27,0	7º
8.	108	Janaina Serejo de Sousa	12/06/1997	27,0	8º
9.	048	Vaina Ferreira da Silva e Silva	30/01/1971	27,0	9º
10.	073	Divanilda da Silva Pires	12/08/1983	26,0	10º
11.	166	Iracema Maria da Maia de Jesus	23/05/1965	26,0	11º
12.	082	Geaine Lemes Carvalho Silva	07/11/1995	26,0	12º
13.	009	Nubia Maria de Souza Silva	19/09/1983	25,0	13º
14.	079	Valdirene Alves da Fonseca	30/06/1977	25,0	14º
15.	167	Arthur Felipe Santana	02/04/1995	24,0	Eliminado
16.	230	Ana Dulce de Sousa Ferreira	22/01/1949	23,0	Eliminado
17.	112	Angela Aparecida da Silva	01/01/1979	23,0	Eliminado
18.	192	Hugneia Cardoso dos Santos	07/07/1984	19,0	Eliminado
19.	260	Hella Thabata da Silva Souza	15/01/1990	NAO COMPARECEU	
20.	165	Rosimeire Mendes da Cruz Mendanha	06/03/1981	NAO COMPARECEU	
21.	258	Celma Batista Guimarães Oliveira	16/10/1971	NAO COMPARECEU	
22.	211	Kelly Kisses Pagnoncelli	20/09/1986	NÃO COMPARECEU	
23.	207	Kerolaine Stefane Soares de Oliveira	14/04/1993	NÃO COMPARECEU	
24.	076	Kleber Araujo da Cruz	23/01/1986	NÃO COMPARECEU	
25.	061	Leandro Ribeiro Padilha	12/02/1993	NÃO COMPARECEU	

26.	236	Maria Santos Ferreira	04/05/1992	NÃO COMPARECEU
27.	188	Ocean Cordeiro Da Silva Filho	20/11/1992	NÃO COMPARECEU
28.	056	Rafaela Costa Oliveira	15/12/1993	NÃO COMPARECEU
29.	027	Rhavenna de Paula Moreira Luz	06/04/1993	NÃO COMPARECEU
30.	049	Roice Meire Silva da Costa	11/08/1980	NÃO COMPARECEU
31.	080	Weldes Charles Cazeca Da Silva Ferreira	01/04/1992	NÃO COMPARECEU
32.	268	Danyelle Alves Santana	02/10/1998	NAO COMPARECEU
33.	147	Evelen Ramos da Costa	20/01/1994	NAO COMPARECEU
34.	078	Fernanda Chrisostomo da Silva	05/10/1988	NAO COMPARECEU
35.	062	Franciele Lobato da Silva	23/09/1991	NAO COMPARECEU
36.	094	Francisco Barros Barbosa Filho	30/08/1974	NAO COMPARECEU
37.	159	Geovane Souza da Silva Oliveira	13/01/1991	NAO COMPARECEU
38.	081	Joao Lucas Gomes de Melo	26/02/1998	NAO COMPARECEU

AAE/TECNICO ADMINISTRATIVO – SEDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Situação
1.	096	Gláuber Dias Bauer	31/10/2000	31,0	1º
2.	011	Daniella Simões Braz Soares e Silva	04/12/2000	28,0	2º
3.	193	Raphael Santana Tertuliano	17/03/2002	28,0	3º
4.	233	Eldir de Oliveira	18/12/1999	27,0	4º
5.	031	Sara Mourão da Silva	10/02/1999	27,0	5º
6.	050	Amanda Maria Souza	06/03/1997	25,0	6º
7.	126	Gleice Goncalves Ferreira	02/03/1989	22,0	Eliminado
8.	200	Adelina Pewapariwe Tsereta Awe	29/09/2001	21,0	Eliminado
9.	039	Angela Maria Silva	30/10/1969	21,0	Eliminado
10.	118	Cássia Constantino Von Randow	08/04/2002	19,0	Eliminado
11.	032	Jessica Samira Naves	02/08/1991	19,0	Eliminado
12.	040	Dayanne Pricilla da Silva Carvalho	21/01/1978	18,0	Eliminado
13.	083	Elismar Silva de Lima	16/02/1993	18,0	Eliminado
14.	113	Elizangela Gonçalves Ricardo	15/08/1978	14,0	Eliminado
15.	046	Ábbia Priscilla Gomes de Andrade	08/07/1996	NAO COMPARECEU	
16.	256	Almedina Rosa Campos	18/12/1975	NAO COMPARECEU	
17.	190	Ana Carullyny de Oliveira Costa	30/09/2000	NAO COMPARECEU	
18.	141	Ana Lucia Silvério Gomes	08/06/1987	NAO COMPARECEU	
19.	136	Andrielly da Silva Santos	10/04/2002	NAO COMPARECEU	
20.	213	Bruna Rocha Sousa	21/07/1992	NAO COMPARECEU	
21.	065	Cíntia Aparecida de Souza Silva	30/06/1997	NAO COMPARECEU	
22.	097	Crislaine Claudia Alves dos Santos	25/08/1988	NAO COMPARECEU	
23.	215	Denise Gomes da Silva	09/02/1995	NAO COMPARECEU	
24.	034	Desiron Leite de Morais Júnior	07/02/2991	NAO COMPARECEU	
25.	224	Felipe Silva Bezerra	07/10/1990	NAO COMPARECEU	
26.	179	Geovane Tserewadze Rupawe Rupawe	30/12/1996	NAO COMPARECEU	
27.	180	Ilton Magalhães de Amorim	02/10/1980	NAO COMPARECEU	
28.	263	Kemelly da Silva Pinheiro	08/05/1999	NAO COMPARECEU	
29.	010	Railize Souza Lacerda Rodrigues	28/11/1992	NAO COMPARECEU	
30.	222	Selma Alves dos Santos	14/02/1999	NAO COMPARECEU	
31.	245	Thania Kellen de Spouza Silva	16/01/1996	NAO COMPARECEU	

FONOAUDIÓLOGO – SEC EDUCAÇÃO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Situação
1.	102	Edna Carvalho Felix	12/07/1985	27,0	1º

AAE/LIMPEZA – SEDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Situação
1.	086	Tatiane Mendes Lourenço da Silva	25/05/1994	38,0	1º
2.	153	Leliane Ferreira de França dos Santos	30/11/1983	37,0	2º
3.	234	Elivania Alves de Souza da Silva	01/05/1987	34,0	3º
4.	004	Franciele Mônique da Silva	12/10/1998	33,0	4º
5.	021	Jesus Sérgio de Sousa Farias	21/02/1988	30,0	5º
6.	109	Dayane Rosa Lemes	17/12/1988	30,0	6º
7.	160	Rosangela Herculano Luiz	21/11/1986	30,0	7º
8.	003	Izes Ribeiro Pereira	30/12/1996	27,0	8º
9.	127	Valtenira Silva de Azevedo	15/07/1979	27,0	9º
10.	067	Janete Dominga Bento Lima	10/04/1984	25,0	10º
11.	168	Luana Lelis da Silva	16/09/1996	25,0	11º
12.	115	Luciana Cândido Pereira	07/12/1999	24,0	Eliminado
13.	091	Cristiane Coelho Gonçalves	26/06/1981	23,0	Eliminado
14.	028	Nubia Poliana Soares Souza	11/12/1987	23,0	Eliminado
15.	155	Fabiana Moraes Silva	22/03/1986	22,0	Eliminado
16.	125	Joscineide Goncalves Ferreira	17/01/1988	20,0	Eliminado
17.	239	Lúcia Rodrigues Ferreira	02/10/1975	20,0	Eliminado
18.	197	Vanda Aparecida Faria Correa	08/09/1977	20,0	Eliminado
19.	114	Divina Claudia da Silva	11/02/1988	18,0	Eliminado
20.	110	Vanuza Martins da Silva	15/04/1992	18,0	Eliminado
21.	184	Marilda Alves da Silva	05/06/1968	14,0	Eliminado
22.	181	Darlene Ro o Uwaze Serenhira	15/04/1999	13,0	Eliminado
23.	156	Romerito Tserewawiwe	05/11/1984	13,0	Eliminado

24.	085	Maria Auxiliadora da Silva	19/06/1979	5,0	Eliminado
25.	017	Aldilene Bragança Rosa	13/11/1989	NAO COMPARECEU	
26.	191	Carlos Alberto Tseremahoronhoa Tserewara	15/10/1996	NAO COMPARECEU	
27.	157	Claudete Clementino Sousa da Silva	24/09/1985	NAO COMPARECEU	
28.	262	Damares Moura Silva	05/11/2003	NAO COMPARECEU	
29.	206	Jaqueline Rodrigues Santos	08/09/1988	NAO COMPARECEU	
30.	254	Leonardo Torquato da Silva	17/09/1998	NAO COMPARECEU	
31.	134	Luciana Gonçalves Ricardo	28/10/1983	NAO COMPARECEU	
32.	133	Marcel Tseredzabdi Tserehite	16/11/1999	NAO COMPARECEU	
33.	229	Márcia Santos Bento	07/12/1977	NAO COMPARECEU	
34.	205	Maria Neuza Cândida	01/12/1984	NAO COMPARECEU	
35.	036	Paulo Junho Nunes	05/09/1982	NAO COMPARECEU	
36.	231	Raiane Gonçalves Torquato	12/04/1996	NAO COMPARECEU	
37.	185	Rayane Felix Rodrigues	20/06/1995	NAO COMPARECEU	
38.	238	Roberta Samara Santos Bento	08/05/1995	NAO COMPARECEU	
39.	075	Sandra Aparecida Ribeiro	19/10/1981	NAO COMPARECEU	

AAE/NUTRIÇÃO – SEDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Situação
1.	101	Vilma do Nascimento Mendes	24/03/1976	34,0	1º
2.	066	Maria do Carmo Alves	15/04/1973	29,0	2º
3.	052	Rosiclene dos Reis Mendes de Oliveira	06/01/1991	27,0	3º
4.	201	Juliana Alves Borges	29/05/1998	23,0	Eliminado
5.	150	Luana Karolyne Ferreira de Jesus	14/01/2001	21,0	Eliminado
6.	071	Neida Inacio da Silva	29/11/1976	20,0	Eliminado
7.	210	Silvania Francisco Faria	09/02/1980	20,0	Eliminado
8.	138	Ana Paula Oliveira Santos	20/07/1984	NAO COMPARECEU	
9.	124	Cleide Souza da Silva Almeida	26/12/1979	NAO COMPARECEU	
10.	033	Eva Adriane Afanso Luz	04/04/1981	NAO COMPARECEU	
11.	093	Izidia Maria dos Santos	11/06/1976	NAO COMPARECEU	
12.	047	Keina Ribeiro Fernandes	23/12/1991	NAO COMPARECEU	
13.	029	Leticia Oliveira de Castro	13/01/1997	NAO COMPARECEU	
14.	194	Rosimeire Avelino dos Santos	05/11/1980	NAO COMPARECEU	
15.	250	Werica Pires da Silva Rocha	25/02/1999	NAO COMPARECEU	

AAE/TRANSPORTE ESCOLAR –SEDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Prova pratica	Situação
1.	111	Luana Izema Luzia Teixeira dos Reis Leite	10/04/1997	25,0	NAO COMPARECEU	Eliminado
2.	051	Carlos Henrique Beltrame	06/03/1977	NAO COMPARECEU		
3.	228	Claúdeones de Souza da Silva	16/08/1981	NAO COMPARECEU		
4.	242	Dayanne Rodrigues Farias	17/10/1998	NAO COMPARECEU		
5.	175	Frank Jeymes Santos Moura	20/08/1993	NAO COMPARECEU		
6.	225	Guilherme Santos	21/04/2000	NAO COMPARECEU		
7.	178	Jose de Fátima Silva Filho	30/09/1988	NAO COMPARECEU		
8.	023	Lucas da Cunha Alves	09/10/1998	NAO COMPARECEU		
9.	151	Ozaías dos Santos Fonseca	08/02/1976	NAO COMPARECEU		

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – DISTRITO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Classificação
1.	253	Rozania da Silva	19/06/1981	27,0	1º
2.	140	Grace Mara Alexandre Silva Oliveira	03/03/1987	26,0	2º
3.	001	Alan Alves Paz	05/11/1975	NAO COMPARECEU	
4.	172	Aurelino Silva da Conceiça	09/07/1987	NAO COMPARECEU	
5.	129	Edileia Cristina de Souza Ribeiro	11/04/1995	NAO COMPARECEU	
6.	089	Edriana Bernadina de Souza Santos	08/08/1972	NAO COMPARECEU	
7.	020	Eliane Fátima Wenzel	30/06/1989	NAO COMPARECEU	
8.	092	Fernando Pereira dos Santos	03/07/1992	NAO COMPARECEU	
9.	158	Jheliks Januário dos Anjos	02/01/1987	NAO COMPARECEU	
10.	100	Michele Vilela da Costa	19/07/1993	NAO COMPARECEU	
11.	149	Raquel Tenório Cavalcante	11/01/1983	NAO COMPARECEU	

AAE/LIMPEZA – DISTRITO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Classificação
1.	070	Sandra Maria da Silva	06/01/1983	26,0	1º
2.	252	Geysiely dos Santos Lima	26/02/1994	25,0	2º
3.	174	Leitiele Rodrigues Silva Melo Lima	10/05/1994	21,0	ELIMINADO
4.	182	Lucileine Renhimibza Serenhira	22/04/1997	13,0	ELIMINADO
5.	014	Tatiane Ferreira Martins	06/12/1993	NÃO COMPARECEU	
6.	266	Aidre Wamariro Buta Awe	16/05/1993	NAO COMPARECEU	
7.	255	Carlos Henrique Nunes Rocha	24/12/1994	NAO COMPARECEU	
8.	045	Carolaine Batista Silva	08/04/1999	NAO COMPARECEU	
9.	218	Elen Mara da Silva Parente de Souza	02/11/1991	NAO COMPARECEU	
10.	060	Esther Alves Torres	04/01/2003	NAO COMPARECEU	
11.	232	Fernanda Lagares Neves Castilho	11/06/1995	NAO COMPARECEU	
12.	012	Greiciana Aparecida da Silva	11/11/1986	NAO COMPARECEU	
13.	135	Jhennyfer Gouveia Gomes	18/10/2001	NAO COMPARECEU	

14.	041	Keli Ribeiro Fernandes	05/04/1993	NAO COMPARECEU
15.	057	Liandra Gularte Carvalho	16/11/2001	NAO COMPARECEU
16.	227	Lucas da Silva Rhis	14/08/1997	NAO COMPARECEU
17.	008	Luis Fernando Barbosa da Silva	06/09/1988	NAO COMPARECEU
18.	120	Maria de Fátima Andrade Trumai	13/02/1973	NAO COMPARECEU
19.	161	Marina Ferreira da Luz	18/01/1988	NAO COMPARECEU
20.	170	Nilva do Nascimento Pereira	29/05/1973	NAO COMPARECEU
21.	132	Rafaela Rodrigues Da Silva	02/10/2000	NAO COMPARECEU
22.	203	Rosilane Geralda Cardoso	16/10/1977	NAO COMPARECEU

AAE/NUTRIÇÃO – DISTRITO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Classificação
1.	116	Hellen Costa da Silva	07/10/1991	30,0	1º
2.	002	Islaine Paloma Silva Rodrigues	03/08/1986	30,0	2º
3.	173	Alan Marcos Santana Campos	21/03/1993	NAO COMPARECEU	
4.	177	Martelena Alves da Silva	29/04/1963	NAO COMPARECEU	
5.	214	Milena Mikaelly Almeida da Silva	18/01/2000	NAO COMPARECEU	

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA RURAL

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Classificação
1.	103	Raquel Rosa Silvério	28/07/1995	33,0	1º
2.	145	Pollyanne Costa Correia e Silva	02/08/1995	33,0	2º
3.	264	Higor Marcelo Mendes Cunha	05/01/1999	26,0	3º
4.	171	Magnete de Jesus Costa	10/02/1984	18,0	Eliminado
5.	164	Eliane Lopes Ribeiro	08/11/1974	NAO COMPARECEU	
6.	024	Gian uiwedetu nomotse	05/10/1994	NAO COMPARECEU	
7.	044	Graciely Conceição de Abreu	17/09/1976	NAO COMPARECEU	
8.	090	Lucio Wa omozabu Teihipa	30/08/1983	NAO COMPARECEU	
9.	162	Maria Onice de Sousa	17/05/2981	NAO COMPARECEU	
10.	059	Regiane Batista Da Silva Barbosa	19/04/1997	NAO COMPARECEU	
11.	187	Wylleryka Waldeane Pires Campos	05/06/1996	NAO COMPARECEU	

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ZONA RURAL

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	Classificação
1.	195	Renan Ribeiro Leite	03/04/1989	31,0	1º
2.	058	Ricardo Inacio Batista	16/06/1995	31,0	2º
3.	121	Ana Paula Lorini Moser Mattos	23/09/1982	23,0	Eliminado
4.	176	Maria Cristiane Feminino Lara	07/09/1981	24,0	Eliminado
5.	251	Roman Tseremre	10/07/1987	20,0	Eliminado
6.	241	Edson Braga Tsere Dzadute	11/02/1993	19,0	Eliminado
7.	237	Roneto Tsi o Ore Edi	14/08/1996	18,0	Eliminado
8.	247	Ademilson Tsererõno	07/03/1993	16,0	Eliminado
9.	243	Arilson Teihidzatse	17/02/1997	14,0	Eliminado
10.	055	Alexandra Monteiro Lima	13/05/1975	NAO COMPARECEU	
11.	026	Jair Lima Torres	26/12/1979	NAO COMPARECEU	
12.	144	José Maria de Lemos Eleres Junior	16/09/1968	NAO COMPARECEU	
13.	199	Maria José Ferreira costa	01/04/1980	NAO COMPARECEU	
14.	246	Mirian Celestina Pio Ywe	05/03/1999	NAO COMPARECEU	
15.	216	Nilton	24/07/1988	NAO COMPARECEU	
16.	265	Tainara de Paula Peixoto Santos	04/04/1998	NAO COMPARECEU	

OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA CNH "C" – SEDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA
01	037	Walter de Jesus Caldas	17/09/1963	NAO COMPARECEU

OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA CNH "C" – DISTRITO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA
01	209	Valteir Souza Pereira	24/12/1981	NAO COMPARECEU

MOTORISTA CNH "E" – SEDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	PROVA PRÁTICA	TOTAL	SITUAÇÃO
1.	107	Gerson Ribeiro Potenso	07/02/1980	35,0	-0,4	34,6	1º
2.	137	Adriano Luiz Chaves	12/05/1987	32,0	0,0	32,0	2º
3.	087	Walteir Cardoso Ramos	14/01/1991	20,0	-0,2	19,2	ELIMINADO
4.	088	Adegmar Ferreira Martins	11/03/1978	14,0	-0,6	12,4	ELIMINADO
5.	196	Valtuir Jose de Oliveira	23/03/1975	18,0	NC	0,0	ELIMINADO
6.	122	Túlio Martins de Oliveira	07/06/1982	NAO COMPARECEU			
7.	084	Deuzimar Da Silva	04/02/1985	NAO COMPARECEU			
8.	069	Fagner Souza Barbosa	22/01/1989	NAO COMPARECEU			

MOTORISTA CNH "D" – SEDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	PROVA PRÁTICA	TOTAL	SITUAÇÃO
1.	148	Bruno Gondim Pereira	11/05/1992	32,0	0,0	32,0	1º
2.	054	Weney Diogo Cardoso	12/07/1988	31,0	-0,2	30,8	2º
3.	217	Willian Alves da Silva	29/10/1984	29,0	0,0	29,0	3º
4.	053	Alexandre Marques	18/12/1993	26,0	0,0	26,0	4º
5.	183	Donizete de Jesus Moreira	20/11/1988	25,0	0,0	25,0	5º

6.	235	Ronicesar Rodrigues Ferreira	11/06/1978	26,0	NC	Eliminado
7.	257	Vinícius Peres de Souza Galvão	24/09/1996	22,0	-0,2	Eliminado
8.	131	Adolfo Leite Ramos	26/06/1985	18,0	-0,7	Eliminado
9.	074	Jodean Barbosa Faustino	22/11/1974	17,0	-0,4	Eliminado
10.	005	Tallis Milênio Nunes da Silva	22/03/1997	16,0	-0,8	Eliminado
11.	018	Lucas Vinicius Alves Oliveira	16/03/1994	15,0	-0,5	Eliminado
12.	025	Cleiton Antonio marino	15/04/1981	NAO COMPARECEU		
13.	208	Daniel Augustinho da Silva	21/08/1982	NAO COMPARECEU		
14.	016	Elias Cardoso dos Santos	07/11/1986	NAO COMPARECEU		
15.	154	Joilson Maciel Gomes Barbosa	19/04/1989	NAO COMPARECEU		
16.	152	Osmar Godoi da Silva	13/01/1985	NAO COMPARECEU		

MOTORISTA CNH "D" – DISTRITO

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	PROVA PRÁTICA	TOTAL	SITUAÇÃO
1.	042	Ademar Candido de Melo	08/06/1956	2,0	-1,2	0,8	Eliminado

DIGITADOR – SEDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	SITUAÇÃO
1.	142	Vitor Hugo dias Bauer	03/04/2002	31,0	1º
2.	063	Heloisa Cristina Martins Marques	17/01/2003	31,0	2º
3.	030	Kenia Almeida da Silva Moura	04/05/1986	31,0	3º
4.	198	Lourival Tobias Junior	08/04/1994	27,0	4º
5.	072	Raille Lima de Oliveira	03/11/1985	27,0	5º
6.	105	Sara Maria da Silva	25/03/1985	25,0	6º
7.	119	Lucas do Carmo Pereira	08/11/2002	25,0	7º
8.	267	Italla Lucia de Jesus	20/01/1996	23,0	8º
9.	007	Jeissykelle Araújo Silva Madalena	20/01/1987	21,0	Eliminado
10.	064	Joao Gabriel Caixeta	28/12/2000	21,0	Eliminado
11.	095	Kassia Benício Oliveira	05/11/1999	21,0	Eliminado
12.	015	Marcilio Tsame Tserenhi omo	20/10/1990	13,0	Eliminado
13.	123	Ana Claudia Monteiro Silva	13/04/1992	NAO COMPARECEU	
14.	169	Emanuela Queiroz Tomé	28/08/1999	NAO COMPARECEU	
15.	146	Ezequiel Costa Correia	12/10/1999	NAO COMPARECEU	
16.	186	Felizardo Tsité Tserehité	18/08/1990	NAO COMPARECEU	
17.	068	Fernanda Rosa da Silva	28/04/1983	NAO COMPARECEU	
18.	204	Gleison Lucas Vieira de Oliveira	24/10/1996	NAO COMPARECEU	
19.	163	Hingrid Reis Guimarães	19/09/1995	NAO COMPARECEU	
20.	013	Mariana Alves Costa dos Santos	17/02/1987	NAO COMPARECEU	
21.	221	Maxsuel Gomes Dillmann	03/03/1997	NAO COMPARECEU	
22.	019	Thayanne justina de Jesus	09/03/1995	NAO COMPARECEU	
23.	099	Valéria Reis Alves de Oliveira	18/10/1990	NAO COMPARECEU	

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – SEDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA	SITUAÇÃO
1.	261	Alyfer brendo da Silva santos	15/08/1997	37,0	1º
2.	038	Paulo Henrique Paulino De Souza	07/04/1999	37,0	2º
3.	104	Nayane dos Santos Brito	11/12/1988	35,0	3º
4.	226	Miriam Leles Ferreira	13/08/1975	28,0	4º
5.	077	Silvia Candida de Araujo	15/12/1981	27,0	5º
6.	035	Valdeilson Martins Oliveira	20/06/1996	27,0	6º
7.	189	Jorge Temrite Dzamra	13/08/1986	23,0	ELIMINADO
8.	220	Elvis Uptsatawe Tserenhi Omo	08/02/1996	19,0	ELIMINADO
9.	259	Sueli Mendes Bernardes da Silva	08/07/1983	16,0	ELIMINADO
10.	006	Alicia Vieira da Silva	09/12/1998	NAO COMPARECEU	
11.	143	Charles do Nascimento Apoliano	26/06/1981	NAO COMPARECEU	
12.	212	Cicero de Paula Camargos	14/07/1989	NAO COMPARECEU	
13.	128	Daniela Rodrigues da Silva	01/05/1996	NAO COMPARECEU	
14.	106	Flavia Daniele Rodrigues	26/11/1975	NAO COMPARECEU	
15.	240	Lucilene marques Inácio	27/07/1979	NAO COMPARECEU	
16.	248	Millena Aquino Duarte	01/01/2000	NAO COMPARECEU	
17.	043	Paulo Henrique Rodrigues de Souza	14/12/1997	NAO COMPARECEU	
18.	202	Wesley Alves Ferreira	07/03/1991	NAO COMPARECEU	

FONOAUDIÓLOGO – SEC DE SAÚDE

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROVA TEORICA
1.	223	Sabrina Garcia Toledo	08/10/1982	NAO COMPARECEU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.569 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

DECRETO Nº 3.569 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

"Dispõe sobre incidente ocorrido no Sistema de Informática do Município e determina a suspensão dos trabalhos e atendimentos neste dia."

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o computador utilizado como "servidor" do paço municipal queimou/danificou, afetando todos os dados nele lotados assim como o Sistema de Informação.

CONSIDERANDO que houve perdas de informações a serem restauradas via backup;

CONSIDERANDO que a restauração do computador utilizado como "servidor" requer a troca de peças e a reinstalação do Sistema de Informação e recuperação dos dados via backup, depende de auxílio de técnicos especializados da empresa Ágili, terceirizada responsável pelo Sistema de Informação;

D E C R E T A

Art.1°. Fica suspensa, por prazo indeterminado, toda e qualquer atividade que envolva trabalhos no Sistema de Informação danificado – Ágili Software, e, mantida as funções que não dependam dos dados prejudicados.

Parágrafo único. Não será possível o atendimento ao público junto à Prefeitura e demais unidade da Administração Pública Municipal que dependa do Sistema de Informática – **Ágili Software**, no período vespertino deste dia – 26.02.2021.

Art. 2º. O retorno às atividades será realizado após a liberação do Sistema pelos Técnicos de Informática do município, com a comunicação direta pelos mesmos em cada setor/ órgão, com as devidas orientações aos servidores.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Campinápolis – MT, 26 de fevereiro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

CHAMA PÚBLICA DISPENSA Nº 01/2021

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Campinápolis – MT torna público o resultado da Chamada Pública para Dispensa de Licitação nº 01/2020, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações para atender o programa nacional de alimentação escolar – PNAE, cuja vencedora foi: COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CAMPINÁPOLIS, CNPJ nº 09.541.356/0001-07, total de 248.155,00 (duzentos e quarenta e oito mil cento e cinquenta e cinco reais). Campinápolis, 05 de março de 2021. Ricardo Macelly Veloso Silva - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

PORTARIA Nº 218, DE 03 DE MARÇO DE 2021.

NOMEIA A SENHORA **HILDELANIA MARIA MELO TELES RODRIGUES** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE EDUCAÇÃO, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EXTRATO DE CONTRATO

O DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, PUBLICA:

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2020

CONTRATANTE: Fundo De Previdência dos Servidores Públicos Municipais De Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público e natureza autárquica, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.734.238/0001-09, com sede na Avenida Mato Grosso esquina com Rua Natal, nº 384, Centro, CEP 78.360-000, em Campo Novo do Parecis.

CONTRATADO: PAULO SÉRGIO DA SILVA LINDER – ME, com nome fantasiaGIGANET SERVIÇOS DE INTERNET, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.382.288/0001-49, com sede na Rua Roberto Carlos Brólio, nº 674, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Campo Novo do Parecis-MT.

OBJETO: Prestação de serviços de acesso à rede de computadores, através de protocolo TCP/IP, via rádio ou cabo.

FINALIDADE: prorrogação daprestação do Plano 20 MBPS FULL DEDICADO, para acesso à rede de computadores, através de protocolo TCP/IP, via rádio ou cabo, incluindo acesso aos mais variados bancos de dados, com possibilidade de envio, cópia e gravação de arquivos de distintas naturezas.

VALOR: **R$ 3.000,00 (três mil reais)**

PRAZO: 12 meses (05-03-2021 a 04-03-2022)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Modalidade dispensa de licitação inciso II do art. 24, cumulado com o artigo art. 57, inciso II, ambos da lei 8.666/93, e suas posteriores atualizações.

Campo Novo Do Parecis, 05 de março de 2021.

RAYMILSON SANTANA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro Interino

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA N° 022/2021

PORTARIA Nº 022/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021

Nomear agente fiscalizadora do Contrato nº 003/2021.

O DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - NOMEAR a servidora **CLAIR DIRLEI SCHEUERMANN,** brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 11024054, SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 883.124.371-34, residente na Rua Roberto Carlos Brolio, nº 599-NE, Bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade*, para exercer a função de agente fiscalizadora do Contrato nº 003/2021, de* prestação de serviços pesquisa de publicações nos diários oficiais para o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de março de 2021.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 01 de março de 2021.

RAYMILSON SANTANA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro Interino

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2021

ABERTURA: 23 de março de 2021.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 23 de março às 08h15min.

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de conjunto de motobomba submerso.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Reuniões dos Conselhos, localizada na Av. Mato Grosso, 206NE, centro, Campo Novo do Parecis - MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 05 de março de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PORTARIA Nº 216, DE 02 DE MARÇO DE 2021.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **IRIS FERRAZZO DO CARMO.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 25/02/2021 a 25/05/2021.

PORTARIA Nº 219, DE 03 DE MARÇO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR **UACY MELO** PARA OCUPAR O CARGO DE *AGENTE ADMINISTRATIVO 40 HORAS – DISTRITO MARECHAL RONDON*.

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 023/2021

PORTARIA Nº 023, DE 01 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – Especial de professora, com proventos integrais em favor da Sra. Salete de Nardin Schantz.

O DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003, cumulado com Art. 40, §5º da Constituição Federal e Art. 11, inciso III, alínea "a" e §3º, da Lei Municipal nº 1. 170/2007 e da Lei Municipal nº 2084/2019, cumulado pelo Decreto Executivo nº 015/2021. Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição – Especial de Professora, com proventos integrais em favor da servidora Sra.* Salete de Nardin Schantz, brasileira, casada, servidora pública municipal, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o nº 722, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1547318-0 – SSP/MT, inscrita no CPF sob nº 724.786.169-04, residente na Rua Terezina nº 403 NE Apto 01, Bairro Centro, Campo Novo do Parecis-MT, contando com um total de 9.127 dias, que corresponde à 25 anos e 02 dias, contributivos, efetivada no cargo de Professora, Classe "E", Nível "XVII – 18 anos", conforme o processo nº 2021.04.30152P, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se**.**

RAYMILSON SANTANA

Direto Executivo/Gestor Financeiro – FUNSEM Interino

Homologo:

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 167/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR CLAYTON KIRCHHOFF, CPF 995.691.409-68** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na a Av. Sorrento nº 770 NW QD 052 Lote 18 Jardim Itália, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências.**

Art. 37. Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância destA lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 14 de Janeiro de 2021.

PABLO OLIVEIRA SUNIGA - SIMONE SANTOS DE OLIVEIRA COBRA

Agente de Fiscalização Sanitária - Agente de Fiscalização Sanitária

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA Nº 027/2021

PORTARIA Nº 027/2021

Concede férias a funcionário público que especifica.

O DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO INTERINO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve**:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias a servidora Claudia Vanuza Esganzelarelativo ao período aquisitivo de 08/02/2020 à 07/02/2021, com gozo em 01/03/2021 a 30/03/2021.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2021.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, 04 de março de 2021

RAYMILSON SANTANA

Direto Executivo/Gestor Financeiro Interino FUNSEM

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 79/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR JOSEMAR NUNES PEREIRA**, **CPF 815.570. 001-15** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na a Rua Garibaldi nº 541 NW QD 058 Lote 10 Jardim Itália, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências.

Art. 37. Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância destA lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/ 2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 14 de Janeiro de 2021.

PABLO OLIVEIRA SUNIGA - SIMONE SANTOS DE OLIVEIRA COBRA

Agente de Fiscalização Sanitária - Agente de Fiscalização Sanitária

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA

AUTORIZAÇÃO

De: RAYMILSON SANTANA

Direto Executivo/Gestor Financeiro – Interino

Para: Comissão Técnica de Licitação

Assunto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço pesquisa de publicações divulgadas nos diários oficias em nome do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis.

Diante da justificativa apresentada pela Setor Jurídico, na qual demonstrou as razões necessárias para contratação de prestador de serviços de pesquisa de publicações nos Diários oficiais, existentes o que vierem a ser ajuizadas tendo como parte este Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, SOLICITO E AUTORIZO a abertura de processo de compra na modalidade pertinente para a referida contratação.

Campo Novo do Parecis, 19 de fevereiro de 2021.

RAYMILSON SANTANA

Direto Executivo/Gestor Financeiro – Interino

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO/DEMONSTRAÇÃO DE SISTEMA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 010/2021

A C**omissão Técnica de Avaliação designada pela Portaria nº 365/ 2019, alterada** pela Portaria nº 800/2020, designada **para fins de avaliação do software objeto do Pregão Eletrônico nº 010/2021, CONVOCA a empresa REDE NET COMERCIO, SERVICOS DE TECNOLOGIA LIMITADA-ME,** para que proceda a apresentação do sistema no moldes do Edital.

A apresentação deverá ser realizada no dia **11 de março de 2021, às 8h00min**. (horário local), na sede da Secretaria Municipal de Educação, cito Av. Brasil nº 930-NE, segundo piso.

A presente convocação se estende a todos os interessados.

Campo Novo do Parecis, 05 de março de 2021.

Luciana Evangelista da Silva

Membro

Flancielli Thais Peres Leal

Membro

Alan Nilton Melo da Silva

Membro

Iris Martins Zawaski

Membro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

O Diretor Executivo/Gestor Financeiro do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT, Sr. RAYMILSON SANTANA, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO os dispositivos legais estabelecidos pela Lei 8666/93, especialmente em seu Artigo 24, Inciso II;

CONSIDERANDO ainda o disposto no Artigo 1 do Decreto Federal nº 9. 412/2018, que altera os valores das modalidades licitatórias;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo nº 02/2021 – DISPENSA, Contrato Nº 003/2021 e diante do resultado apresentado pela Comissão Técnica de Licitação,

ADJUDICO o objeto da aludida Licitação a empresa **INFOJURIS INFORMAÇÕES JURIDICAS LTDA - ME**ao valor global de R$ 987,96 (novecentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos).

Campo Novo do Parecis/MT, 26 de fevereiro de 2021

RAYMILSON SANTANA

Direto Executivo/Gestor Financeiro – Interino

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 222, 05 DE MARÇO DE 2021

NOMEIA OS MEMBROS DO GRUPO INSTITUCIONAL DO PODER PUBLICO - GIPP.

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social - Coordenador;

Membro: Mariane Costa Moreira

II - 03 (três) representantes da Coordenadoria de Assistência Social;

Membro: Tárcio Moreira de Oliveira

Suplente: Roberta Cristina Freitas Silva

Membro: Neide Pantaleão dos Santos

Suplente: Bruna Nayara Faria de Menezes

Membro: Aline Costa Pereira

Suplente: Tábata Enoan Cavalcante Santos Behling

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

Membro: Stella Regina Pydd Pilger

Suplente: Maiara Anauana Simionatto

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte;

Membro: Diangelo Henrique Cecon

Suplente: Bruna Caroline Justen

V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

Membro: Jhonathan Iranche Soares

Suplente: Maria Alice da Silva

VI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

Membro: Lindineide Barros Lima

Suplente: Maria do Carmo de Jesus

VII -01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

Membro: Alan Nilton Melo da Silva

Suplente: Fabiana Aparecida Rubini

VIII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde

Membro: Fabiana Rodrigues de Oliveira Antunes

Suplente: Rosana Miola Klasen

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

O Diretor Executivo/Gestor Financeiro do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT, Sr. RAYMILSON SANTANA, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO os dispositivos legais estabelecidos pela Lei 8666/93, especialmente em seu Artigo 24, Inciso II e Decreto Federal nº 9.412/2018, que altera os valores das modalidades licitatórias;

Considerando o que consta nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2021 e diante do resultado apresentado pela Comissão Técnica de Licitação, HOMOLOGO o aludido Certame a empresa**INFOJURIS INFORMAÇÕES JURIDICAS LTDA - MEao valor global de R$** 987,96 (novecentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos)**.**

Campo Novo do Parecis/MT, 26 de fevereiro de 2021

RAYMILSON SANTANA

Direto Executivo/Gestor Financeiro – Interino

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 224/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR ANTONIO DE SENA REBOUÇAS, CPF 006. 953.928-67,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na **RUA ANDIROBA QUADRA 12 LOTE 14 e 15**, Jardim Alvorada, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências.

Art. 37. Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância destA lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de janeiro de 2021

Edna Mara Saibert Mallmann

Agente de Fiscalização Sanitária

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2021

OBJETO: contratação de pessoa jurídica especializada em prestador de serviços de pesquisa de publicações divulgadas no(s) Diário(s) da Justiça do Estado de Mato Grosso; da União; Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado Mato Grosso, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e publicações concernentes a Processo Judicial em trâmite perante a Comarca de Araripina do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco para o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT.

VALOR: R$ 987,96 (novecentos e oitenta sete reais e noventa e seis centavos).

PRAZO: 12 meses – 01/03/2021 a 28/02/2022.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Decreto n° 9.412/2018.

CONTRATANTE: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT.

CONTRATADO: INFOJURIS INFORMAÇÕES JURÍDICAS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o número 06.097.099/0001-78.

Campo Novo do Parecis/MT, 01 de março de 2021.

RAYMILSON SANTANA

Direto Executivo/Gestor Financeiro – Interino

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 170/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR CLAYTON KIRCHHOFF, CPF 995.691.409-68** efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na a Av. Sorrento nº 784 NW QD 052 Lote 01 Jardim Itália, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências.

Art. 37. Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância destA lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 14 de Janeiro de 2021.

PABLO OLIVEIRA SUNIGA - SIMONE SANTOS DE OLIVEIRA COBRA

Agente de Fiscalização Sanitária - Agente de Fiscalização Sanitária

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA N° 026/2021

PORTARIA Nº 26, DE 05 DE MARÇO DE 2021

Nomear agente fiscalizadora no Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 005/2020.

O DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - NOMEAR *a servidora* **ELIZANGELA VIEIRA BATISTA DA ROCHA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 34038577-7, SSPS/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 912.385.951-20, residente na Av. Lions Internacional, nº 861-NE, Bairro Jardim Alvorada, nesta cidade, para exercer a função de agente fiscalizadora do Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 005/2020 com a empresa **PAULO SERGIO DA SILVA LINDER – ME**, de prestação de serviços de acesso à rede de computadores através de conexão via fibra óptica ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 05 de março de 2021.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 05 de março de 2021.

RAYMILSON SANTANA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro Interino

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 018/2021

Recebimento das propostas: **a partir do dia 08 de março de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 24 de março de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 24 de março de 2021, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **24 de março de 2021, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de suprimentos para impressoras.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 05 de março de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PORTARIA Nº 217, DE 02 DE MARÇO DE 2021.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **MARIA DO SOCORRO DE FIGUEIREDO ALEXANDRE.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 18/01/2021 a 20/05/2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 019/2021

Recebimento das propostas: **a partir do dia 08 de março de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 25 de março de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 25 de março de 2021, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **25 de março de 2021, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de Tanque para armazenar cimento asfáltico de petróleo (CAP), para utilização na usina de asfalto de CBUQ.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 05 de março de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP 007/2021

ABERTURA: 22 de março de 2021.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 22 de março às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada em locação de mesas, cadeiras, caixas térmicas e tendas.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Reuniões dos Conselhos, localizada na Av. Mato Grosso, 206NE, centro, Campo Novo do Parecis - MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100

/ 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 05 de março de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI COMPLEMENTAR N°. 138/2021, DE 05 DE MARÇO 2021.

"ALTERA O §1º DO ARTIGO 6º DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 134/2021 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1°. Fica alterada a redação do §1º do Artigo 6º da Lei Complementar nº 134/2021 de 11 de fevereiro de 2021, que passará a contar com a seguinte Redação:

Art. 6°.

(...)

§ 1°. *Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do programa, o pagamento de despesas Cartoriais em caso de débitos protestados e, se os débitos estiverem em fase de Execução Fiscal, honorários sucumbenciais de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, além das custas processuais.*

Art. 2. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 05 de março de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DAS PORTARIAS N° 517 A 528 DE 2021.

EXTRATO DA PORTARIA N° 517/2021

PORTARIA Nº 517, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA BIANCA HARUMI YAMAGUTI GARCIA, PARA EXERCER O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 518/2021

PORTARIA Nº 518, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

EXONERA O SENHOR ALESSANDRO TIARAJU PALMEIRA DA COSTA DO CARGO DE GERENTE DE SERVIÇOS MÉDICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 519/2021

PORTARIA Nº 519, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR CICERO ALVES DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE SUPERVISOR DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 520/2021

PORTARIA Nº 520, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

EXONERA A SENHORA THALITA MESQUITA FIUZA DO CARGO DE GERENTE DE SERVIÇOS MÉDICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 521/2021

PORTARIA Nº 521, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

EXONERA O SENHOR HEMERSON DE SOUZA SABOIA DO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 522/2021

PORTARIA Nº 522, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

EXONERA O SENHOR NAMIR XERES CECCON DO CARGO DE COORDENADOR DO VIVEIRO MUNICIPAL E PARQUE DAS ARARAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 523/2021

PORTARIA Nº 523, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR CIRO PASCHE PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DO VIVEIRO MUNICIPAL E PARQUE DAS ARARAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 524/2021

PORTARIA Nº 524, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR ADEMIR JUNIOR MASETTO PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE INDÚSTRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 525/2021

PORTARIA Nº 525, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR MARCELO DICKLHUBER FURTADO PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE FISCALIZAÇÃO AGRÍCOLA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 526/2021

PORTARIA Nº 526, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL CHARLES PIERRE SALOME JUNIOR PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 527/2021

PORTARIA Nº 527, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR ROBERTO BRASIL DE ALENCAR PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE TRÂNSITO URBANO DA SECRETARIA MUNICIPAL INTEGRADA DE APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 528/2021

PORTARIA Nº 528, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL ROBERTO BRASIL DE ALENCAR PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS 2021 - 017 A 023.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 017/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CICERA JUCELIA ARAUJO MATERIAL

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.597,38 (TRES MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 01 DE MARÇO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 01 DE MARÇO DE 2022.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 018/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: TIERRY BOSCO BEZZERRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 11 DE FEVEREIRO DE 2022.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 019/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: THAMIRES DA SILVA SENNA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 16 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 020/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: DANIELY MARIA SOUZA DA ORA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 16 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 16 DE MAIO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 021/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ANA MARIA VARGAS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

VALOR: R$ 2.415,39 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 09 DE MAIO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 022/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GEOVANY PEREIRA DA COSTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 04 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 04 DE MAIO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 023/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JOSEANE VITURINO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 16 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 16 DE MAIO DE 2021.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2654/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE AÇÃO, NATUREZA DA DESPESA E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTE."

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir na LOA (Lei Orçamentária Anual) do corrente Exercício Lei nº 2628/2020 um Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 317.796,25 (Trezentos e Dezessete Mil Setecentos e Noventa e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos), nas seguintes classificação orçamentária:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 004 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0064 - COVID - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente do Coronavírus

Ação: 20196 - COVID - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO CORONAVÍRUS - AFM – LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020.

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0.3.27.076000	10.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0.3.27.076000	63.556,22
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANTE	0.3.27.076000	25.000,00
TOTAL DA AÇÃO			98.556,22

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 004 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0064 - COVID - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente do Coronavírus

Ação: 20197 - COVID - MANUTENÇÃO COM AÇÕES DE COMBATE AO COVID-19 - SUAS - EPI

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0.3.29.074000	51.729,90
TOTAL DA AÇÃO			51.729,90

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 004 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0064 - COVID - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente do Coronavírus

Ação: 20198 - COVID - MANUTENÇÃO E ENCARGOS PARA AÇÕES DE COMBATE AO COVID-19-ACOLHIMENTO

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0.3.29.074000	50.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0.3.29.074000	37.510,13
TOTAL DA AÇÃO			87.510,13

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 004 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0064 - COVID - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente do Coronavírus

Ação: 20199 - COVID - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO BLOCO DE PROTEÇÃO BÁSICA - AÇES DO COVID-19

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0.3.29.074000	50.000,00
TOTAL DA AÇÃO			50.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 004 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0064 - COVID - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente do Coronavírus

Ação: 20200 - COVID - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO BLOCO DE PROTEÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - AÇÕES COVID-19

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0.3.29.074000	30.000,00
TOTAL DA AÇÃO			30.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, a seguir;

Inciso I - O Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício anterior, no valor de R$ **317.796,25** (Trezentos e Dezessete Mil, Setecentos e Noventa e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Art. 3º - Fica incluído na Lei nº 2312/2017, de 17 de outubro de 2017, alterada pela Lei nº 2.631/2020, de 09 de dezembro de 2020, Plano Plurianual - PPA, a natureza de despesa e fonte de recursos, nas ações especificada no artigo 1º.

Art. 4º - Fica incluído na Lei nº 2607/2020 de 04/09/2020, alterada pela Lei nº 2.630/2020, 09 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, a natureza de despesa e fonte de recursos, nas ações especificada no artigo 1º.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 05 de março de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS 2021 - 017 A 023.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 017/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CICERA JUCELIA ARAUJO MATERIAL

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR.

VALOR: R$ 3.597,38 (TRES MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 01 DE MARÇO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 01 DE MARÇO DE 2022.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 018/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: TIERRY BOSCO BEZZERRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 11 DE FEVEREIRO DE 2022.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 019/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: THAMIRES DA SILVA SENNA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 16 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 16 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 020/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: DANIELY MARIA SOUZA DA ORA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 16 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 16 DE MAIO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 021/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ANA MARIA VARGAS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

VALOR: R$ 2.415,39 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 09 DE MAIO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 022/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GEOVANY PEREIRA DA COSTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 04 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 04 DE MAIO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 023/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JOSEANE VITURINO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 16 DE FEVEREIRO DE 2021 E COM TÉRMINO EM 16 DE MAIO DE 2021.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, homologado em 07 de Janeiro de 2020, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogadas por igual período, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 21.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 21.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 02 de Março de 2021.

Cargo: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CENTRAL**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
436855	JESSICA EDUARDA HOFFMANN	28/07/1996	50,0	5

Cargo: **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
434917	GISLANE PEREIRA COELHO	12/05/1988	62,5	1
436939	ELIANE MESQUITA MARINHEIRO	30/04/1988	57,5	2
435319	ALEXSANDRO AVILA DOS SANTOS	17/10/1981	57,5	3
437123	ADRIANA DA SILVA SANTOS	30/08/1992	57,5	4

Cargo: **ASSISTENTE SOCIAL**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
433554	ADRIANE WILLERS KRAKHECKE	15/05/1981	70,0	1
435222	NEILY MOREIRA DO NASCIMENTO	10/07/1973	62,5	2

Cargo: **FONOAUDIÓLOGO**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
438187	ANDREIA LAGE FONSECA	12/07/1984	88,0	1

Cargo: **MOTORISTA - VEÍCULOS LEVES**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
437039	VALMIR SALES SANTANA	28/10/1988	81,25	2

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00003, DE 05 DE MARÇO DE 2021. SEMFAZ - DGE - ITR

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003 MUNICÍPIO – CAMPO VERDE – MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00003, de 05 de Março de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA** o [s] sujeito [s] passivo [s] abaixo relacionado [s], a comparecer [em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do [s] Termo [s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado [s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo/ Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
CESAR AUGUSTO SAGBONI XAVIER	093.611.549-15	9779/00008/2021
JOAQUIM MARTINS DE SIQUEIRA	817.442.421-00	9779/00009/2021
APRIM ASSOC DOS PEQUENOS PRODUTORES	03.525.214/0001-70	9779/00010/2021
SERGIO ROSSETI	266.170.301-25	9779/00026/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Antonio Reis da Silva Filho Matrícula: 00004651 Cargo: Fiscal Municipal / 5232015 Assinatura:

Data de afixação: 05/03/2021

Data de desafixação: 20/03/2021

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI COMPLEMENTAR Nº 139/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 135/2021 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterada a redação do *caput* do Artigo 2º da Lei Complementar nº 135/2021 de 11 de fevereiro de 2021, que passará a contar com a seguinte redação:

Art. 2º - O IPTU de 2021 poderá ser parcelado em até 5 (cinco) parcelas, com vencimento da primeira parcela em 30/07/2021 e a última com vencimento em 30/11/2021.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 05 de março de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2653/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir na LOA (Lei Orçamentária Anual) do corrente Exercício Lei nº 2628/2020 um Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 2.803.600,47 (Dois Milhões Oitocentos e Três Mil, Seiscentos Reais e Quarenta e Sete Centavos), nas seguintes classificação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0062 - Atenção Especializada à Saúde

Ação: 20189 - COVID-19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO CORONAVÍRUS

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	0.3.42.000000	305.000,00
TOTAL DA AÇÃO			305.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0062 - Atenção Especializada à Saúde

Ação: 20189 - COVID-19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO CORONAVÍRUS

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	0.3.46.074000	1.440.000,00
TOTAL DA AÇÃO			1.440.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0062 - Atenção Especializada à Saúde

Ação: 20189 - COVID-19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO CORONAVÍRUS

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	0.1.42.000000	1.058.600,47
TOTAL DA AÇÃO			1.058.600,47

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, a seguir;

Inciso I - O Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício anterior, no valor de R$ 1.745.000,00 (Um Milhão Setecentos e Quarenta e Cinco Mil Reais).

Inciso II - Os provenientes de Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 1. 058.600,47 (Um Milão e Cinquenta e Oito mil, Seiscentos Reais e Quarenta e Sete Centavos).

Art. 3º - Fica incluído na Lei nº 2312/2017, de 17 de outubro de 2017, alterada pela Lei nº 2.631/2020, de 09 de dezembro de 2020, Plano Plurianual - PPA, o elemento de despesa e fonte de recursos, nas ações especificada no artigo 1º.

Art. 4º - Fica incluído na Lei nº 2607/2020 de 04/09/2020, alterada pela Lei nº 2.630/2020, 09 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o elemento de despesa e fonte de recursos, nas ações especificada no artigo 1º.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 05 de março de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2652/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

ALTERA A LEI Nº. 2.457/2019 – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o inciso IX (Secretaria Municipal de Saúde - SMS) para extinguir 01 (um) cargo de Gerência de Serviços Médicos dos 11 (onze) existentes, dispostos na alínea "*e"*, item 2 (dois), bem como altera-se o ANEXO I - QUADRO DE VAGAS E CARGOS COMISSIONADOS da Lei nº. 2.457 de 14 de julho de 2019.

Art. 2º. Fica alterado o artigo 5º, inciso IX, alínea "*p"*, item 1 (um), para alterar a nomenclatura do cargo de Supervisão de Vigilância Epidemiológica para Assessor de Vigilância Epidemiológica, bem como altera-se o ANEXO I - QUADRO DE VAGAS E CARGOS COMISSIONADOS da Lei nº. 2. 457 de 14 de julho de 2019.

Art. 3º. Fica alterado o artigo 5º, inciso XIII, alínea "*c*" para criar 01 (um) cargo de Supervisão de Engenharia disposto no item 3 (três) totalizando a quantia de 02 (dois) cargos ao total, bem como altera-se o ANEXO I - QUADRO DE VAGAS E CARGOS COMISSIONADOS da Lei nº. 2.457 de 14 de julho de 2019.

Art. 4º. Fica alterado o artigo 5º, inciso XIII para alterar a nomenclatura da alínea "*c*" de GERÊNCIA DE ENGENHARIA para GERÊNCIA DE PROJETOS, da Lei nº. 2.457 de 14 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º.

(...)

XIII

(...)

c) GERÊNCIA DE PROJETOS:"

Art. 5º. Fica alterado o artigo 5º, inciso XIII, alínea "*c*", para criar o cargo comissionado de Supervisão de Arquitetura, acrescentando o item 6 (seis); criar o cargo comissionado de Assessor de Arquitetura, acrescentando o item 7 (sete), bem como altera-se o ANEXO I - QUADRO DE VAGAS E CARGOS COMISSIONADOS da Lei nº. 2.457 de 14 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. (...)

XIII (...)

c) GERÊNCIA DE PROJETOS:

1. Gerência Municipal de Projetos

2. Gerência de Engenharia

3. Supervisão de Engenharia

4. Coordenadoria de Arquitetura e Urbanismo

5. Diretoria de Geologia

6. Supervisão de Arquitetura

7. Assessor de Arquitetura"

Art. 6º. Fica alterado o artigo 5º., inciso II, da Lei nº. 2.457 de 14 de julho de 2019, para alterar a nomenclatura da Secretaria Municipal de Administração – SMAD, para SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURCOS HUMANOS – SMADRH, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º.

(...)

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS:"

Art. 7. Ficam alterados os incisos e suas respectivas alíneas: II – alínea "*b*", IV – alínea "*b*", V – alínea "*b*" e IX – alínea "*a*" do artigo 5º da Lei nº. 2. 457 de 14 de julho de 2019, nos seguintes termos:

I – Fica alterado o inciso II, alínea "b" para alterar a nomenclatura do cargo comissionado de Gerência de Recursos Humanos para Gerência de Gestão de Recursos Humanos;

II – Fica alterado o inciso IV, alínea "b" para remanejar o cargo disposto no item 01 (um) para a alínea "*b*" do inciso II;

III - Fica alterada as atribuições e nomenclatura do cargo de Diretoria de Apoio Administrativo para Diretoria de Recursos Humanos, disposto no inciso V, alínea "*b*" item 01 (um), remanejando o referido cargo para a alínea "*b*" do inciso II;

IV – Fica alterada a nomenclatura do cargo de Gerência de Apoio Administrativo – Recursos Humanos para Gerência de Recursos Humanos, disposto no inciso IX, alínea "*a*" item 02 (dois), bem como remanejar o referido cargo para a alínea "*b*" do inciso II.

Parágrafo Único: A unidade de Gerência de Recursos Humanos disposta na alínea "b", inciso II, da Lei 2.457 de 14 de julho de 2019, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º.

(...)

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS:

(...)

b) GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS:

1. Gerência de Gestão de Recursos Humanos

2. Gerência de Recursos Humanos

3. Diretoria de Recursos Humanos

4. Coordenadoria de Recursos Humanos

5. Divisão de Serviços Administrativos"

Art. 8º. Fica alterado o artigo 5º, inciso XI, para acrescer a alínea "*e*" com a unidade de COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º.

(...)

XI – SECRETARIA MUNICIPAL INTEGRADA DE APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA:

(...)

e) COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL:

Art. 9º. Fica alterado o artigo 5º, inciso X, alínea "*e*" para remanejar o cargo comissionado Coordenadoria da Junta Militar disposto no item 04 (quatro) para o item 01 (um) da alínea "e", inciso X (Secretaria Municipal Integrada de Apoio a Segurança Pública) da Lei nº. 2.457 de 14 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º.

(...)

XI – SECRETARIA MUNICIPAL INTEGRADA DE APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA:

(...)

e) COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL:

1. Coordenadoria da Junta Militar

Art. 10º. Fica alterado a nomenclatura do ANEXO I - QUADRO DE CARGOS E VAGAS COMISSIONADOS para ANEXO I - QUADRO DE VAGAS E CARGOS COMISSIONADOS.

Art. 11º. Ficam alterados o ANEXO I - QUADRO DE VAGAS E CARGOS COMISSIONADOS dos incisos: I - GABINETE DO PREFEITO - GP; II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SMADRH; III - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SMFIN; IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME; V - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS - SMOVSP: VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SMARFHMA; VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E ESPORTE - SMCLE; IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS; X - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS; XI - SECRETARIA MUNICIPAL INTEGRADA DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA - SMIASP; XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – SMPLA, alterando o total de cargos comissionados, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

I - GABINETE DO PREFEITO - GP:			
CARGO	**SALÁRIO BASE**	**FG 40%**	**VAGAS**
Prefeito Municipal	**24.209,17**	-	1
Vice - Prefeito	**9.510,76**	-	1
Chefia de Gabinete	**9.510,76**	3.804,30	1
Procurador Geral do Município	**9.510,76**	3.804,30	1
Gerência de Comunicação	**6.649,06**	2.659,62	1
Supervisão de Comunicação	**4.668,92**	1.867,57	1
Supervisão de Serviços Jurídicos	**4.668,92**	1.867,57	1
Assessoria Executiva de Gabinete	**3.977,22**	1.590,89	1
Coordenadoria de Imprensa	**3.977,22**	1.590,89	1
Ouvidoria Pública	**2.420,89**	968,36	1
Assessoria da Procuradoria	**2.420,89**	968,36	1
TOTAL DE VAGAS DO GABINETE:		**11**	

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SMADRH:			
CARGO	**SALÁRIO BASE**	**FG 40%**	**VAGAS**
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Gerência de Compras e Licitações	**7.293,64**	2.917,46	1
Gerência de Gestão de Recursos Humanos	**5.746,06**	2.298,42	1
Gerência de Recursos Humanos	**5.187,68**	2.075,07	1
Supervisão de Licitações	**4.668,92**	1.867,57	1
Supervisão de Tecnologia da Informação	**4.668,92**	1.867,57	1
Assessoria Executiva de Gabinete	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Patrimônio Público	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Recursos Humanos	**3.977,22**	1.590,89	2
Coordenadoria de Almoxarifado Central	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Arquivo Público	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Atendimento ao Público	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Distribuições	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Licitações	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Patrimônio Público	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Recursos Humanos	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Tecnologia da Informação	**2.420,89**	968,36	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
Divisão de Distribuição de Documentos	**2.066,69**	826,68	1
Divisão de Serviços Administrativos	**2.066,69**	826,68	1
Setor de Compras	**1.690,93**	676,37	1
Setor de Distribuições	**1.690,93**	676,37	1
Setor de Licitações	**1.690,93**	676,37	1
Setor de Tecnologia da Informação	**1.690,93**	676,37	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**25**	

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SMFIN:			
CARGO	**SALÁRIO BASE**	**FG 40%**	**VAGAS**
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1

Gerência de Contabilidade	**7.293,64**	2.917,46	1
Gerência de Finanças	**5.746,06**	2.298,42	1
Diretoria de Auditoria Pública Informatizada de Contas - APLIC	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Convênios e Prestação de Contas	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Contratos	**3.977,22**	1.590,89	1
Coordenadoria de Serviços Administrativos	**2.420,89**	968,36	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
Divisão de Apoio ao Sistema GEO-BRAS	**2.066,69**	826,68	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**9**	

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Supervisão de Transporte Escolar	**4.668,92**	1.867,57	1
Diretoria de Compras	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Merenda Escolar e Material de Expediente	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Sistemas Educacionais	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Panificação	**2.934,74**	1.173,90	1
Coordenadoria de Distribuição de Vagas e Conselhos Municipais	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Estágio e Desenvolvimento Infantil	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Informática	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Prestação de Contas das Unidades Escolares	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Apoio à Alimentação Escolar	**2.420,89**	968,36	1
Divisão de Distribuição de Merenda Escolar	**2.066,69**	826,68	1
Coordenadoria Pedagógica de Educação Infantil	*Remuneração estabelecida no Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica do município de Campo Verde-MT, Lei Complementar N.º 057/2015.*		1
Coordenadoria Pedagógica de Ensino Fundamental - Séries Iniciais			1
Coordenadoria Pedagógica de Integração e Apoio ao Ensino			1
Coordenadoria Pedagógica de Ensino Fundamental Séries Finais			1
Coordenadoria Pedagógica de Educação Especial			1
Coordenadoria Pedagógica de Projetos Educacionais			1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**18**	

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS - SMOVSP:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Supervisão de Serviços Rurais	**4.668,92**	1.867,57	1
Supervisão de Serviços Urbanos	**4.668,92**	1.867,57	1
Diretoria de Compras	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Construção Civil - Zona Urbana	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Controle de Frota	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Manutenção Asfáltica	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Manutenção Elétrica da Iluminação Pública	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Manutenção Elétrica Predial	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Serviços Rurais	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Topografia	**3.977,22**	1.590,89	1
Coordenadoria de Apoio Administrativo	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Compras	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Controle de Estoque	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Controle de Frota	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Manutenção das Estradas Vicinais	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Mecânica	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Serviços Rurais	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Serviços Urbanos	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do Cemitério Municipal	**2.420,89**	968,36	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**21**	

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SMARFHM:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Gerência de Gestão da Agricultura Familiar	**6.649,06**	2.659,62	1
Gerência de Fiscalização Agrícola	**6.649,06**	2.659,62	1
Gerência de Habitação e Regularização Fundiária	**6.649,06**	2.659,62	1
Supervisão de Meio Ambiente	**4.668,92**	1.867,57	1
Supervisão de Habitação e Regularização Fundiária	**4.668,92**	1.867,57	1
Diretoria de Meio Ambiente	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria do Aterro Sanitário e Coleta Seletiva	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Planejamento Habitacional	**3.977,22**	1.590,89	1
Coordenadoria da Agricultura Familiar	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria da Área de Transbordo e Triagem	**2.420,89**	968,36	1

Coordenadoria do Aterro Sanitário	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do Viveiro Municipal e Parque das Araras	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Regularização Fundiária	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Serviços Administrativos	**2.066,69**	826,68	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**16**	

VII - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SMDE:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Coordenadoria da Incubadora de Empresas	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Comércio, Ciências Tecnológicas e Inovação	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Indústria	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Turismo e Eventos	**2.420,89**	968,36	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**6**	

VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E ESPORTE - SMCLE:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Supervisão das Escolinhas Esportivas	**4.668,92**	1.867,57	1
Supervisão de Cultura	**4.668,92**	1.867,20	1
Coordenadoria de Desenvolvimento do Esporte	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Atividades Culturais	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Transporte de Eventos Esportivos	**2.420,89**	968,36	1
Assessoria de Gabinete da Cultura	**2.066,69**	829,68	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**8**	

IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Gerência de Serviços Médicos	**16.229,89**	6.491,96	10
Gerência de Atenção à Saúde	**6.649,06**	2.659,62	1
Gerência de Serviços Jurídicos	**6.649,06**	2.659,62	1
Gerência de Vigilância em Saúde	**6.649,06**	2.659,62	1
Gerência de Gestão Estratégica	**6.649,06**	2.659,62	1
Supervisão da Unidade de Reabilitação - Psicologia II	**5.187,68**	2.075,07	1
Gerência do Programa de Saúde Bucal	**5.187,68**	2.075,07	1
Supervisão de Atenção Básica da Zona Rural	**5.187,68**	2.075,07	1
Supervisão de Atenção Básica da Zona Urbana	**5.187,68**	2.075,07	1
Supervisão de Recursos e Convênios	**5.187,68**	2.075,07	1
Supervisão de Serviços em Saúde do SAMU	**5.187,68**	2.075,07	1
Supervisão do Centro de Atenção Psicossocial	**5.187,68**	2.075,07	1
Supervisão de Gestão Estratégica	**5.187,68**	2.075,07	1
Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Compras	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Frotas	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Monitoramento, Controle e Avaliação	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Regulação	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Transporte	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Vigilância Ambiental	**3.977,22**	1.590,89	1
Assessor de Vigilância Sanitária	**3.458,46**	1.383,38	1
Assessor de Vigilância Epidemiológica	**3.458,46**	1.383,38	1
Coordenadoria da Agência Transfusional	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Assistência Domiciliar	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Atenção Básica	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Compras	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Faturamento	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Gestão Estratégica	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Monitoramento de Área I	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Monitoramento de Área II	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Odontologia	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Regulação	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Serviços Administrativos	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do Centro de Especialidades Médicas	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do Conselho Municipal de Saúde e Ouvidoria Municipal	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do Laboratório Municipal	**2.420,89**	968,36	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**47**	

X - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Gerência de Gestão Administrativa	**6.649,06**	2.659,62	1
Coordenadoria Social da Proteção de Alta Complexidade	**3.977,22**	1.590,89	1
Supervisão Social de Cursos	**4.668,92**	1.867,57	1

Coordenadoria Social de Proteção Básica	**3.977,22**	1.590,89	1
Coordenadoria de Proteção Especial	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Transferência de Renda	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do Centro do Idoso	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do PROCON	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do Serviço de Abordagem Social	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do Serviços da Família Acolhedora	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do Serviços de Alta Complexidade - Abrigo	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria do SINE	**2.420,89**	968,36	1
Orientadora Social de Proteção Básica	**2.420,89**	968,36	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
Assessoria Jurídica do Procon	**2.066,69**	826,68	1
Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais	**2.066,69**	826,68	1
Divisão de Identificação	**2.066,69**	826,68	1
Divisão de Operador Master do Cadastro Único	**2.066,69**	826,68	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**19**	

XI - SECRETARIA MUNICIPAL INTEGRADA DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA - SMIASP:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Diretoria de Monitoramento	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Trânsito Urbano	**4.668,92**	1.867,57	1
Coordenadoria da Função Delegada	**2.420,89**	1.867,20	1
Coordenadoria da Junta Militar	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Trânsito Urbano	**2.420,89**	968,36	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**7**	

XII - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SMFAZ:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Assessoria Executiva de Gabinete	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Atendimento ao Público	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Fiscalização	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Gestão Estratégica	**3.977,22**	1.590,89	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**6**	

XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SMPLA:

CARGO	SALÁRIO BASE	FG 40%	VAGAS
Secretário Municipal	**9.510,76**	3.804,30	1
Gerência de Engenharia	**7.293,64**	2.917,46	1
Supervisão de Engenharia	**7.056,73**	2.822,69	2
Supervisão de Arquitetura	**7.056,73**	2.822,69	1
Gerência Municipal de Projetos	**5.746,06**	2.298,43	1
Supervisão de Projetos	**4.668,92**	1.867,57	1
Assessor de Arquitetura	**3.458,46**	1.383,38	1
Diretoria de Geologia	**3.977,22**	1.590,89	1
Diretoria de Planejamento	**3.977,22**	1.590,89	1
Coordenadoria de Arquitetura e Urbanismo	**2.420,89**	968,36	1
Coordenadoria de Planejamento	**2.420,89**	968,36	1
Assessoria de Gabinete	**2.066,69**	826,68	1
TOTAL DE VAGAS DA SECRETARIA:		**13**	
TOTAL DE VAGAS CARGOS COMISSIONADOS:		**206**	

Art. 12º. Ficam alterados no ANEXO II - ATRIBUIÇÕES E ÁREAS DE ATUAÇÃO, da Lei nº. 2.457 de 14 de julho de 2019, a nomenclatura do inciso II, bem como os itens dispostos nos itens dos incisos II e XIII, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – SMADRH:

(...)

b) GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS:

1. Gerência de Gestão de Recursos Humanos: Estabelecer políticas e diretrizes para a área de Gestão de Recursos Humanos; promover ações articuladas, visando assegurar o cumprimento dos princípios básicos da administração pública, a uniformidade e padronização dos procedimentos de Recursos Humanos, gerenciar, elaborar e administrar planos de cargos e salários, folha de pagamento, sistemas de informações de Recursos Humanos, e legislações de pessoal; coordenar a regularização de planos, estudos e análise visando o aperfeiçoamento e a modernização das atividades de Gestão de Recursos Humanos; acompanhar programas, projetos e ações governamentais, específicos da área de gestão de recursos humanos, definindo objetivos sistêmicos de forma articulada; planejar e gerenciar programas de treinamento e desenvolvimento dos servidores públicos municipais; estudar, pesquisar, planejar, implantar e acompanhar a adoção de técnicas de trabalho de modernização e aperfeiçoamento, objetivando o aprimoramento contínuo, permanente e articulado das ações e atribuições das unidades administrativas; coordenar a realização de pesquisas, estudos e análises de melhoria de clima organizacional visando o desenvolvimento, aperfeiçoamento e modernização das atividades de Gestão de Recursos Humanos; manter registro das atividades executadas sob sua responsabilidade; executar tarefas correlatas, determinadas pelo Secretário Municipal; responsabilizar-se solidariamente com a secretaria municipal sobre todas as informações, documentos, relatórios e demais atos executados.

XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SMPLA:

(...)

c) GERÊNCIA DE PROJETOS:

(...)

6. Supervisão de Arquitetura: Responsável por coordenar, desenvolver e supervisionar os projetos arquitetônicos e complementares para as ampliações, reformas e readequações de ambientes e novas edificações; executar levantamentos e medições de edificações existentes ou áreas para fins de projetos; elaborar relatórios de avaliações das características das edificações para fins de reformas; elaborar as especificações nos projetos dos materiais das obras e reformas a serem construídas; elaborar

leiautes e avaliar as instalações dos ambientes da Prefeitura Municipal; subsidiar a elaboração de quantitativos, orçamentos, caderno de encargos e memoriais descritivos para a execução dos projetos; manter registro das atividades executadas sob sua responsabilidade; executar tarefas correlatas a Secretaria Municipal, determinadas pelo superior imediato; responsabilizar-se solidariamente com a chefia imediata sobre todas as informações, documentos, relatórios e demais atos executados.

7. Assessor de Arquitetura: Assessorar os profissionais de engenharia e arquitetura no desempenho de suas funções; coletar dados, fazer estudos, planejamentos, projetos e especificações nos projetos básicos de arquitetura; manter registro das atividades executadas sob sua responsabilidade; executar tarefas correlatas a Secretaria Municipal, determinadas pelo superior imediato; responsabilizar-se solidariamente com a chefia imediata sobre todas as informações, documentos, relatórios e demais atos executados.

Art. 13º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 05 de março de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2651/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CRIAR O PROJETO DE INCENTIVO AO ESPORTE DENOMINADO 'ESCOLINHAS ESPORTIVAS' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, o Projeto Governamental de Incentivo ao Esporte vinculado a Secretaria Municipal de Cultura Lazer e Esporte.

Art. 2º - São objetivos do Projeto de Incentivo ao Esporte promover e consolidar o esporte como direito social guiado pelos princípios da democratização e inclusão social, valorizando a acessibilidade, descentralização, intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações esportivas.

Art. 3º - O Projeto de Incentivo ao Esporte contemplará as seguintes modalidades esportivas: Handebol, Futebol, Futsal e Capoeira, sendo as referidas realizadas por profissionais da educação contratados de forma excepcional, nos termos da Lei 2.466/2019.

Art. 4º - A vigência do Projeto "Escolinhas Esportivas" se dará a partir do mês de março de 2021, com seu encerramento estabelecido em dezembro de 2021.

Art. 5º - O custo necessário para a manutenção dos Professores de Educação Física contratados para desempenho das atividades objeto da presente Lei, serão suportados pela Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Esporte, e observará o cronograma físico-financeiro, nos seguintes moldes:

PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA

VENCIMENTOS	R$ 3.597,38
PATRONAL RGPS	R$ 810,85
CUSTO TOTAL MENSAL	**4.408,23**

CUSTO ANUAL VENCIMENTOS (9 MESES)	R$ 39.674,07
CUSTO 13º SALÁRIO	R$ 3.306,17
CUSTO ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS	R$ 1.102,06
CUSTO TOTAL ANUAL (VENC + 13º SAL +1/3 FÉRIAS	**R$ 44.082,29**

QUANTIDADE DE VAGAS	**4**

CUSTO TOTAL:	**R$ 176.329,18**

Art. 6º - A promoção e o incentivo do desenvolvimento do esporte educacional e do esporte de participação se darão por meio de:

I – Criação de projetos e eventos esportivos nas seguintes modalidades: Handebol, Futsal, Futebol e Capoeira;

II – Criação de escolinhas;

III – Intermediação e estabelecimento de programas esportivos e de lazer com comunidades, instituições de ensino públicas e particulares, com intuito de abranger várias classes sociais, favorecendo o acesso e permanência do cidadão escolar e não escolar em espaços que oportunizem práticas sistematizadas e/ou não sistematizadas como elemento de convivência positiva;

Art. 7º - O incentivo e desenvolvimento do esporte realizado pelo projeto "Escolinhas Esportivas" serão executados por intermédio de:

I - Avaliação gradativa, durante todo o período que a criança/adolescente frequentar as escolinhas, a mesma terá cunho unicamente reflexivo, e se dará através da observação feita *in loco* pelo professor, que acompanhará o desenvolvimento esportivo e social do aluno.

II - Após a observação o professor fará um relatório descritivo que encaminhará para a coordenação da secretaria, que fica responsável pelo seu armazenamento e em casos específicos entrará em contato com a família.

Art. 8º - Os responsáveis pelo projeto deverão comprovar junto à Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Esportes a aplicação dos recursos repassados em até 60 (sessenta) dias após o pagamento, conforme estabelecido no organograma físico-financeiro aprovado.

§ 1º - As prestações de contas à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer serão efetuadas através de formulário próprio.

Art.9º - A presente Lei será regulamentada no que couber por meio de Decreto do Poder Executivo.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 05 de março de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 030/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO OPERACIONAL (AMBULÂNCIA TIPO B), VEICULO ÚTILITARIO E VAN.** SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 19 de Março de 2021, hora: 09:30 horas (Horário de Brasília – DF), Site: www.licitanet.com.br . LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: dias – segunda e sexta-feira (em dias de expediente), Horários – das 07:00 horas às 13:00 horas (Horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos Três Poderes, n° 03 – Campo Real II – Campo Verde – MT (sala de licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o edital acessando a página: www.campoverde.mt.gov.br , local “Compras Públicas”. Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde – MT, 05 de Março de 2021.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

SILVANA INEZ JUNGES e CLAUDETE INEZ BONZANINI, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 da QUADRA 15, LOCALIZADO NA CAMPO GRANDE, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LEI Nº. 1.208, DE 5 DE MARÇO DE 2021.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde **Unidade:** 06.01 Fundo Municipal de Saúde **Função:** 10 Saúde **Sub-função:** 301 Atenção Básica **Programa:** 02 Gestão Administrativa **Projeto:** 2.047 Gerenciamento das **Atividades da USF - II "Senador Jonas Pinheiro"** **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2021 R$ 155.000,00 **Valor Total:** R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) **Meta:** Prover os órgãos do município, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.151, de 26 de junho de 2020 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde **Unidade:** 06.01 Fundo Municipal de Saúde **Função:** 10 Saúde **Sub-função:** 301 Atenção Básica **Programa:** 02 Gestão Administrativa **Projeto:** 2.047 Gerenciamento das **Atividades da USF - II "Senador Jonas Pinheiro"** **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2021 R$ 155.000,00 **Valor Total:** R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) **Meta:** Prover os órgãos do município, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.178, de 25 de novembro de 2020, no valor de R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 - Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Saúde

PROJETO: 2.047 Gerenciamento das Atividades da USF - II "Senador Jonas Pinheiro"

ELEMENTO:

3.3.90.34.00.00.01.0002 R$ 35.000,00

3.3.90.34.00.00.01.0046 R$ 120.000,00

Total da Suplementação R$ 155.000,00

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 - Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Saúde

(330) 3.1.90.11.00.00.2.047.01.0046 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 120.000,00

(331) 3.1.90.11.00.00.2.047.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 35.000,00

Total anulação R$ 155.000,00

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 5 de março de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº. 1.207, DE 5 DE MARÇO DE 2021.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Educação **Unidade:** 08.01 Departamento de Educação **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 364 Ensino Superior **Programa:** 05 Educação com Qualidade Social **Projeto:** 1.208 Apoio a Associação dos Estudantes de Campos de Júlio **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2021 R$ 225.000,00 **Valor Total:** R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) **Meta:** Melhorar a qualidade e universalizar o atendimento na educação e elevar a escolarização da população campo-juliense.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.151, de 26 de junho de 2020 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Educação **Unidade:** 08.01 Departamento de Educação **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 364 Ensino Superior **Programa:** 05 Educação com Qualidade Social **Projeto:** 1.208 Apoio a Associação dos Estudantes de Campos de Júlio **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2021 R$ 225.000,00 **Valor Total:** R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) **Meta:** Melhorar a qualidade e universalizar o atendimento na educação e elevar a escolarização da população campo-juliense.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.178, de 25 de novembro de 2020, no valor de R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 Departamento de Educação

PROJETO: 1.208 Apoio a Associação dos Estudantes de Campos de Júlio

ELEMENTO:

3.3.50.41.00.00.01.0001 R$ 225.000,00

Total da Suplementação R$ 225.000,00

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 Departamento de Educação

(556) 4.4.90.51.00.00.1.116.01.0001 Obras e Instalações R$ 225.000,00

Total anulação R$ 225.000,00

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 5 de março de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PORTARIA Nº. 128, DE 5 DE MARÇO DE 2021.

CONCEDE AFASTAMENTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE SUA MÃE.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, inciso II, alínea "b" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão de óbito corroborando o falecimento da mãe do servidor adiante nominado,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço ao servidor **ARCILEI DA SILVA**, admitido na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de**Professor de Pedagogia,** inscrito no CPF sob nº. 429.770.961-91, pelo prazo de cinco dias consecutivos, contados a partir da data do falecimento de sua mãe, ocorrido no dia 25 de fevereiro do fluente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 25 de fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 5 de março de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

NOTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO TERMO DE INÍCIO DA FISCALIZAÇÃO

Nº: 15

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DTM

Referente ação fiscal: 845

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

CONTRIBUINTE:

SC CLINICA MEDICA LTDA

ENDEREÇO: FONE:

ADELINO JOSÉ ZAMO, , 148 S 9991-4026

BAIRRO: MUNICÍPIO:

CENTRO Campos de Júlio

CMC: 1589 CI / CPF / CNPJ: 24.059.879/0001-05

Aos 3 dias do mês de Março de 2021, foram iniciados os trabalhos de fiscalização e no estabelecimento e /ou contribuinte acima identificado constatou-se irregularidades

. O Levantamento Fiscal para esta intimação se refere ao art 183 da lei 049/97 - Codigo Tributario Municipal "... A inscrição deverá ser atualizada ou renovada pelo contribuinte, no prazo de trinta dias, contados da ocorrência de: mudança de endereço, alteração social, mudança de ramo ou transferência de estabelecimento ou qualquer outro fato que possam afetar o lançamento do imposto...."

" ....e Art. 207) - Sem prejuízo dos acréscimos legais referidos no parágrafo único do artigo 178, as infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de importância igual a 50 (cinqüenta) UFM: A) - falta de inscrição ou suas alterações;

B) - inscrição ou sua alteração, bem como a comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência do ramo de atividade, feitas fora do prazo legal;

...." Consta em nosso sistema divergencia de informações, no caso de não regularização até o encerramento desta intimação que terá o prazo de 30 (trinta) dias (art 183 do CTM) para sanar as irregularidades, lavrar-se-a o

auto de infração com multa. O prazo de 30 (trinta) dias será contado a partir do recebimento desta notificação

. Em caso de dúvidas oriundas a esta notificação, solicitamos que compareça ao Departamento de Tributação e /ou Fiscalização para esclarecimentos, sito Av. Valdir Masutti, 779W - Bom Jardim Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - Fone 065 3387-2800 / 065 9 9943-4208 - E-mail: fiscalizacao@camposdejulio.mt.gov.br.

Informações cadastrais do Imóvel divergente com a Receita Federal (CNPJ) - Endereço correto Av Valdir Masutti, Nº 99 W Centro Quadra 19 Lote 19.

PARA SEU CONHECIMENTO E ATENÇÃO AO QUE DISPOE O ART. 196 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (LEI Nº 5.172, DE 25/10/1966). LAVREI(AMOS) O PRESENTE TERMO, QUE VAI ASSINADO POR MIM (NÓS) E PELO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO.

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL AUTORIDADE FISCAL

NOME: NOME: MATRÍCULA: ASSINATURA:

SC CLINICA MEDICA LTDA DARCI RODRIGO TEIXEIRA 0916

ALINE HEINZ 1086

CPF/CNPJ:

24.059.879/0001-05

CIENTE

RECEBI A 2ª VIA DO PRESENTE TERMO

DATA: ASSINATURA:

LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2021 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2021

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 06/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2021

A Prefeitura do Municipio de Campos de Júlio-MT, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78.307-000, torna público que se acha aberto o Processo de Credenciamento nº 06/2021, para credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento de produtos de panificação e congêneres, nas condições estabelecidas no Edital e anexos.

O período de credenciamento ocorrerá do dia **09/03/2021 até 31/12/2021, de 2ª a 6ª feira, das 07:00hs às 10:30hs e das 13:00hs às 16:30hs, no endereço acima indicado.**

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos, por meio digital (pendrive), no Departamento de Licitação da Prefeitura do Municipio de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br, e através e-mail licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Informações através do telefone (65) 3387-2800 e (65) 9.9963-3595

Campos de Júlio - MT, 05 de março de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CL

Portaria nº 073/2021

DECRETO Nº.50, DE 5 DE MARÇO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDOo disposto no artigo 43, §1º, III da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.1.208, de 5 de março de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.178, de 25 de novembro de 2020, no valor de R$155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 - Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Saúde

PROJETO: 2.047 Gerenciamento das Atividades da USF - II "Senador Jonas Pinheiro"

ELEMENTO:

3.3.90.34.00.00.01.0002 R$ 35.000,00

3.3.90.34.00.00.01.0046 R$ 120.000,00

Total da Suplementação R$ 155.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 - Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Saúde

(330) 3.1.90.11.00.00.2.047.01.0046 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 120.000,00

(331) 3.1.90.11.00.00.2.047.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 35.000,00

Total anulação R$ 155.000,00

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 5 de março de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº.49, DE 5 DE MARÇO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDOo disposto no artigo 43, §1º, III da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.1.207, de 5 de março de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.178, de 25 de novembro de 2020, no valor de R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 Departamento de Educação

PROJETO: 1.208 Apoio a Associação dos Estudantes de Campos de Júlio

ELEMENTO:

3.3.50.41.00.00.01.0001 R$ 225.000,00

Total da Suplementação R$ 225.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 08 Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 Departamento de Educação

(556) 4.4.90.51.00.00.1.116.01.0001 Obras e Instalações R$ 225.000,00

Total anulação R$ 225.000,00

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 5 de março de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 184/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA N. 184/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Licença sem Remuneração de 2 anos para tratar de assuntos particulares, a Servidora Pública Municipal, Sra. **JAMILLA ALVES CAPANEMA,** matrícula 2078, ocupante do cargo de enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de saúde.

PERÍODO DE GOZO DA LICENÇA
02/03/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

De Brasília –DF para Canabrava do Norte – MT, em 05 de março de 2021.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA FREDERICO DE SOUSA BRITO NO MUNÍCIPIO DE CANABRAVA DO NORTE/MT. EXTRATO DA ATA DE ABERTURA, RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇO Nº 001/2021. No dia 05 (cinco) do mês de março do ano de 2021, às 08h30min, na Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Avenida Áurea Tavares de Amorim, S/nº, Vila São João, Canabrava do Norte/MT, reuniram-se os membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação, constituída através da Portaria nº 065, de 07 de janeiro de 2021, para dar início à sessão pública referente ao Processo Licitatório Tomada de Preço nº 001/2021, visando à Contratação de empresa especializada na execução de obra de Construção da Praça Frederico de Sousa Brito, nesta cidade. Dando início aos trabalhos, o presidente declarou aberta a sessão pública, sendo verificada a presença das empresas interessadas: **CONSTRUTORA IMPÉRIO EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ n. 18.363.482/0001-00; e **MV CONSTRUÇÕES E PROJETOS EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ n. 29.581.767/0001-33, que entregou os envelopes 01, contendo a documentação de habilitação, e envelope 02, contento a proposta financeira, ambos devidamente lacrados. Desta forma, o Presidente passou os envelopes para rubricas nos lacres pelos membros da comissão e demais participantes e, abriu o envelope nº 01. Dando prosseguimento, o presidente e os membros da Comissão Permanente de Licitações, após análise da habilitação, restou constatado que a licitante **CONSTRUTORA IMPÉRIO EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ n. 18.363.482/0001-00 entregou a documentação pedida nesta fase, onde se encontra de acordo com o Edital. Sendo assim declaramos **HABILITADA** a licitante: **CONSTRUTORA IMPÉRIO EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ n. 18.363.482/0001-00; No entanto a licitante **MV CONSTRUÇÕES E PROJETOS EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ n. 29.581.767/0001-33, deixou de atender o item 9.3.6 do Edital apresentando o contrato de vínculo com o profissional de engenharia/arquitetura sem reconhecimento de firma nas assinaturas. Sendo assim declaramos **INABILITADA** a licitante: **MV CONSTRUÇÕES E PROJETOS EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ n. 29.581.767/0001-33. Neste momento, questionado, o licitante presente declarou expressamente a intenção de interpor recurso acerca do julgamento da habilitação. A Comissão Permanente de Licitação decidiu suspender a sessão para posterior abertura e análise do envelope nº 2 da proposta de preços no dia 12 (doze) de março de 2021 às 08h30min na Sala da CPL juntamente com o setor técnico do município.

IRANIZO MATOS RODRIGUES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 010/2021/SAPLAFI

ATO DE DESIGNAÇÃO 010/2021/SAPLAFI

Canabrava do Norte-MT 05 de Março 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tatiana Silvestre Ferolla, Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal **OZÉIAS TRINDADE VALVERDE**, matrícula funcional nº 2080 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 031.594.651-28, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa **IURI FERREIRA PERES 06452580167** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº **CNPJ:** 40.167.760.0001.02, que tem por comercialização PRESTACAO DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO DE APOIO AO SETOR DE CONVENIOS**,** para atender a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal **JAKELINE TAVARES GRECCHI**, matrícula funcional nº 2239 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 035.116.061.28, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa **IURI FERREIRA PERES 06452580167** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº **CNPJ:** 40.167.760.0001.02, que tem por comercialização PRESTACAO DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO DE APOIO AO SETOR DE CONVENIOS**,** para atender a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

Tatiana Silvestre Ferolla

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria nº 151/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

DECRETO N.°3177/2021

Decreto N.°3177/2021

De 05 de março de 2021

Dispõe sobre a liberação do horário para o funcionamento do Comércio durante a vigência do Decreto Municipal n.º 3175/2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto Municipal n.º 3175/2021 que trata sobre medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 em todo o município de Canarana;

Decreta:

Art. 1°. Ficam suspensos os efeitos do disposto na Lei Complementar 097/2011 no tocante ao horário das 10:00 h às 12:00 durante a vigência do Decreto Municipal n.º 3175/2021.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos enquanto durar o Decreto de Toque de Recolher.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Canarana - MT, 05 de março de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 147 DE 05 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **JULIANA JUDITE DA SILVA** matricula nº 4547 cargo de Professora na data 05 de Março de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 05 de Março de 2021.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2021, de 05/03/2021.

De conformidade com o disposto no artigo 24, inciso V, da Lei Federal n° 8.666/93, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA (MADEIRA DE LEI), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT,** visando suprir as necessidades operacionais dos serviços na recuperação de pontes de madeira, propiciando trafegabilidade e segurança para quem utiliza as estradas rurais no município de Carlinda – MT.

VALOR GLOBAL: **R$ 11.250,00** (onze mil duzentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **TROPICAL IND. E COM. DE MADEIRAS EIRELI EPP CNPJ:27.591.753/0001-75.**

Carlinda - MT, 05 de Março de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

Presidente da C.P.L

PREVCAR
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT

PORTARIA Nº. 007/2021

A Diretora Executiva do PREVCAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 121 inciso VII da Lei Municipal nº. 1.044/2017 de 14 de setembro de 2017 e tendo em vista o Parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Previdência no Processo nº. 002/2021.

Resolve,

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Invalidez** a Sra. Tania Patrícia Campeão Evangelista, portadora do RG nº. 2947600-3 SESP/MT, CPF nº. 855.602.861-68, efetiva desde 05 de março de 2007, matrícula nº. 1930, cargo Professora, Classe C, Nível 05, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Carlinda, Estado de Mato Grosso, conforme processo do PREVCAR nº 002/2021.

Art. 2º - De acordo com a Averbação do Tempo de Contribuição, emitida no dia 03 de março de 2021 pela Prefeitura de Carlinda, a servidora conta com um total de 5.113 dias de contribuição, ou seja, 14 anos e 03 dias.

Art. 3º - A aposentadoria se dará com fulcro no Art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal de 05/10/1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41 de 19/12/2003, Art. 12, inciso I, combinado com art. 14 da Lei Municipal nº. 1.044/2017 de 14/09/2017.

Art. 4º - Conforme Emenda Constitucional nº. 41 de 19/12/2003 e Lei Municipal nº 1.044/2017 de 14/09/2017, o provento da Aposentadoria foi fixado calculando a **integralidade da média aritmética simples**, é assegurado os reajustes conforme o Art. 40 § 1º e § 8º da Emenda Constitucional nº. 41 de 19/12/2003 em consonância com o Art. 12 § 7º da Lei Municipal nº. 1.044/2017 de 14/09/2017.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlinda/MT, 05 de março de 2021.

Carmelinda Leal Martines Coelho

Prefeita Municipal de Carlinda

Eliane Aparecida da Silva Santos

Diretora Executiva

HOMOLOGO: Em 08 de março de 2021.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TELA E ARAME) A SEREM UTILIZADOS NO CERCAMENTO DE ÁREAS RURAIS E URBANAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/03/2021.

HORÁRIO: 14H30MIN **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 05 de Março de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO E DE INSUMOS PARA A PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS E DE HORTALIÇAS PARA ATENDER OS PROJETOS EM ATIVIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/03/2021.

HORÁRIO: 08H30MIN **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 05 de Março de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2021

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NA ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO.**

EMPRESAS VENCEDORAS:

C. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI inscrita no CNPJ sob o n.º **26.457.348/0001-04**

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **03.652.030/0001-70,**

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 05.782.733/0001-49,

COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI inscrita no CNPJ sob o n.º **09. 315.996/0001-07,**

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **02.520.829/0001-40,**

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI inscrita no CNPJ sob o n.º **25.279.552/0001-01,**

DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **01.417.694/0004-72,**

DROGAFONTE LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **08.778.201/0001-26,**

FARMACIA BOM PREÇO LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **11.504.314/ 0001-48,**

GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP inscrita no CNPJ sob o n.º **17.472.278/0001-64,**

HOSPVIDA LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **12.057.503/0001-82,**

INOVAMED HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **12.889.035/ 0001-02,**

LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A inscrita no CNPJ sob o n.º 17.159.229/0001-76,

LIGIA MARIA CARNEIRO inscrita no CNPJ sob o n.º **29.228.930/0001-89,**

LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 19.391.064/0001-99,

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **28.418.133/0001-00,**

MEDIC LIFE inscrita no CNPJ sob nº **31.030.858/0001-22,**

MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob nº **21.484.336/0001-47,**

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 81.706.251/0001-98,

TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 22.862.531/0001-26,

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **04.372.020/0001-44**,

HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA,inscrita no CNPJ sob o n.º**01.571.702/0001-98**

Carlinda – MT, 05 de Março de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 58/2021.

PORTARIA Nº 58/2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA OUTRO ORGÃO COM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o artigo 6º da Resolução 23.523 de 27 de junho de 2017 – TSE;

Considerando o Oficio nº 04/24ª ZE/2021, datado de 25 de Fevereiro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica cedido o servidor JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA GODOY no Cargo de FISCAL DE TRIBUTOS lotado na Secretaria de Administração e Finanças, para exercer atribuições no Cartório Eleitoral da 24º Zona Eleitoral, com ônus para o Município de Carlinda/MT, pelo período de 05 de março de 2021 a 05 de março de 2022.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 05 de Março de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N° 15/2021

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Pregoeira torna público que fará licitação do **PREGÃO PRESENCIAL N°15/2021,** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, objetivando: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA ESTADO DE MATO GROSSO,** com sessão marcada para o dia 18/03/2021 às 08:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 05 de Março de 2021.

MARIANA LEITNER RODRIGUES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°005/2021

PORTARIA N.º 075/2021.

PORTARIA N.º 075/2021.

Designa sem ônus Fiscal Sanitária a servidora ROSANGELA FREITAS DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1. Designar sem ônus para exercer a função de Fiscal Sanitária a Srª ROSANGELA FREITAS DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade n.º 23106085 SSP/MT inscrito no CPF/MF sob o n.º 048.134.851.46 residente e domiciliado no Município de Castanheira - MT, que exerce as atribuições do cargo de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO EM SAUDE, vencimento estabelecido pela Lei Municipal que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Poder Executivo, a partir de 05 de março de 2021.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira – MT, 05 de março de 2021.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** por afixação na data supra no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL N.º 025/2021

DECRETO MUNICIPAL N.º 025/2021

ALTERA O DECRETO N.º 022/2021 QUE ATUALIZA AS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA CONTER A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 NO MUNICIPÍO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº 842, de 04 de março de 2021, para adoção, pelos Municípios, de novas medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

DECRETA:

Art. O Munícipio de Chapada dos Guimarães, cumprirá na integra, os termos do Decreto Estadual 842/2021, com validade estabelecida no Decreto Municipal n.º 022/2021.

Art. 2º O descumprimento da regra de que trata este artigo, sujeita o infrator ao tipo penal previsto no Art. 268/CP, devendo a autoridade fiscal, tão logo tome conhecimento, encaminhar o caso às autoridades policiais para providências.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 05 de março de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA

PORTARIA N° 012/2021

DISPÕE SOBRE A DESTITUIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - **DESTITUIR** os seguintes servidores da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

I – EDUARDA REGINA DE MORAES – Presidente da Comissão;

II – MÁRCIA SCHMIDT GUERREIRO – Membro titular da Comissão;

III – EDSON MIRANDA RODRIGUES – Membro titular da Comissão;

IV – ROSA MARIA BLANCO MANZANO – Membro Substituto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos retroativos a 01 de março de 2021.

Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 04 de março de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
ATOS

ATO N° 093/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR o **Sr. ELITON LISBOA,** para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Serviços Públicos no Município de Chapada dos Guimarães/MT, vinculada a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

ATO N° 095/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SISTEMA ORÇAMENTARIO.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR o **Sr. JOSE MARIA DA SILVA,** para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Sistema Orçamentário no Município de Chapada dos Guimarães/MT, vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

ATO N° 098/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO

DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO DO TURISMO DE CHAPADA DOS GUIMARAES-MT.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR a **Srª. MARILENE APARECIDA BARBOSA,** para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Controle Administrativo do Turismo em chapada dos Guimarães/MT, vinculado na Secretaria Municipal de Turismo.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

ATO N° 100/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LAZER.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR o **Sr. LOURIVAL RAMOS,** para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Lazer no Município de Chapada dos Guimarães/MT, vinculada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

ATO N° 101/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA A PESSOA IDOSA.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR a **Srª. CARMERINDA ALVES PEDROSO,** para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Assistência a pessoa idosa no Município de Chapada dos Guimarães/MT, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social.

II – Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, com os efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

ATO N° 102/2021

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – REVOGAR a pedido o Ato nº093/2021 de nomeação do **Sr. ELIETON LISBOA,** do cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Serviços Públicos no Município de Chapada dos Guimarães/MT, vinculada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, tornando – o sem efeito.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

ATO N° 103/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR o **Sr. LUCAS DE FREITAS,** para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Relacionamento e Atendimento no Município de Chapada dos Guimarães/MT, vinculada ao Gabinete do Prefeito.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

ATO N° 105/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇO AO CIDADÃO.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR o **Sr. JOÃO CARLOS MONTEIRO,** para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Serviço ao Cidadão no Município de Chapada dos Guimarães/MT, vinculada a Secretaria de Assistência Social.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de Março de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

PORTARIA DP/PREF. Nº 5505 DE 01 DE MARÇO DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5505 DE 01 DE MARÇO DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AOS SERVIDORES MUNICIPAIS"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **GORDIANO CAMARGO CHAVES**, comissionado no cargo de **DIRETOR DE DIVISÃO DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-CPE**, lotado na **Divisão de Transporte**, junto a Secretaria Municipal de **Transportes**, em regime **estatutário**, iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **30 de março de 2.021**, pelo período aquisitivo de **01 de junho de 2.019 a 31 de maio de 2.020**.

Art. 2º Conceder **60 (Sessenta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **FRANCISCO ROSA LEITE**, efetivo no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS-CPE**, lotado na **Divisão de SERVIÇOS URBANOS**, junto a Secretaria Municipal de **OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**, em regime **estatutário**, iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**. Sendo 30 (trinta) dias pelo período aquisitivo de **01 de julho de 2.018 a 30 de junho de 2.019**, e30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de **01 de julho de 2.019 a 30 de junho de 2.020**.

Art. 3º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **MARIA CARDOSO BRITO**, efetiva no cargo de **AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA-CPE**, junto a Secretaria Municipal de **Assistência e Promoção Social**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **30 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **06 de maio de 2.019 ao dia 05 de maio de 2. 020**.

Art. 4º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **MARINETE CARLOS RAMALHO**, efetiva no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS-CPE**, lotada junto a Secretaria Municipal de **Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **30 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **01 de junho de 2.019 a 31 de maio de 2. 020.**

Art. 5º Conceder **30 (trinta) dias de férias** para o servidor Sr. **PAULINO TENÓRIO LEITE**, efetivo no cargo de **AUXILIAR DE CONTABILIDADE-CPE**, lotado junto a Secretaria Municipal de **Finanças**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **30 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **25 de abril de 2.018 a 24 de abril de 2.019.**

Art. 6º Conceder **20 (vinte) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **GETÚLIO RIBEIRO DE SOUZA**, efetivo no cargo de **CARPINTEIRO-CPE**, lotado junto a Secretaria Municipal de **Obras e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **20 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **23 de março de 2.019 a 22 de março de 2.020.**

Art. 7º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **DANIELLE PATRICIA DOMINGOS GARCIA**, efetiva no cargo de **ODONTÓLOGA-CPE**, lotado junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **30 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **09 de setembro de 2.019 a 08 de setembro de 2.020.**

Art. 8º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **DENIZE RAMOS DE SOUZA**, efetiva no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE- Processo Seletivo,** lotada junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **30 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **14 de janeiro de 2.020 a 13 de janeiro de 2.021.**

Art. 9º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **MARINEIS MACHADO MENDES**, efetiva no cargo de **AGENTE SANITÁRIA-CPE,** lotada junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **30 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **15 de setembro de 2.019 a 14 de setembro de 2.020.**

Art. 10. Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **FABRÍCIO DA SILVA COSTA**, eletivo no cargo de **Conselheiro Tutelar,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Assistência Social**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de março de 2.021**

finalizando no dia **30 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **10 de janeiro de 2.020 a 09 de janeiro de 2.021.**

Art. 11. Conceder **30 (trinta) dias de férias,** para a servidora Sra. **ANA PAULA ALVES SOARES GONÇALVES**, efetiva no cargo de **Agente de Serviços Urbanos- CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Administração**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **30 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **23 de julho de 2.019 a 22 de julho de 2.020.**

Art. 12. Conceder **30 (trinta) dias de férias,** para o servidor Sr. **GERALDO MARTINS RAMOS**, efetivo no cargo de **Fiscal de Tributos- CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Finanças**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de março de 2.021** finalizando no dia **30 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **23 de junho de 2.018 a 22 de junho de 2.019.**

Art. 13. Conceder **20 (vinte) dias de férias,** para o servidor Sr. **SIDNEY SILVEIRA DOS SANTOS**, efetivo no cargo de **Fiscal de Tributos- CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Finanças**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **04 de março de 2.021** finalizando no dia **23 de março de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **01 de abril de 2.017 a 31 de março de 2.018.**

Art. 14. Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DE MARÇO DE 2.021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 5503 DE 01 DE MARÇO 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5503 DE 01 DE MARÇO 2.021

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÕES DE FUNÇÃO PARA SERVIDORES COM CARGOS COMISSIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO **ARTIGO 64, 65 E 66 DA LEI MUNICIPAL Nº 056 DE FEVEREIRO DE 1.991 E LEI MUNICIPAL Nº 856 DE 03 DE ABRIL DE 2019.**

RESOLVE:

Art.1º Ficam ratificados, por este ato, as gratificações concedidas aos servidores municipais a partir do mês de janeiro de 2021, até a presente data conforme a seguir.

I- Gratificação salarial ao servidor **GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1916/2021, **CHEFE DE GABINETE**, sendo 100% de gratificação sob salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

II- Gratificação salarial ao servidor **JOEL LEVI TEIXEIRA PEDROSO** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1939/2021, **CHEFE DE SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR**, sendo 100% de gratificação sob salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.**III-** Gratificação salarial a servidora **THUANE RIZIA MARQUES DA SILVA OLIVEIRA** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1943/2021, **CHEFE DE SEÇÃO DE PROTOCOLO,** sendo 100% de gratificação sob salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

IV- Gratificação salarial ao servidor **JOSCELINO MONTEIRO DOS SANTOS** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1937/2021, **CHEFE DE SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO,** sendo 71,11% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

V- Gratificação salarial ao servidor **ELISVANDO MATIAS DE SOUZA** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1913/2021, **DIRETOR DE DIVISÃO DE ÁGUA E ESGOTO – DAE,** sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

VI- Concede Gratificação salarial ao servidor **VINICIUS SOUSA DA SILVA** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1910/2021, **DIRETOR DE DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO,** sendo 80% do salario base em janeiro, a partir de fevereiro concede gratificação de 100% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

VII- Gratificação salarial a servidora efetiva **ANA PAULA NOGUEIRA MATIAS CARDOSO** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1918/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE CONTABILIDADE**, sendo 100% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

VIII- Gratificação salarial a servidora **JULIANA ALVES FERREIRA** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1915/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE FINANÇAS**, sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

IX- Gratificação salarial ao servidor **EDIMAR OLIVEIRA MONTES** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1928/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE LIMPEZA**, sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

X- Gratificação salarial ao servidor **MAURICIO FRANCISCO DE ARAUJO** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1908/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE MATERIAL**, sendo 100% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XI- Gratificação salarial ao servidor **ANDRÉ LUIZ SOUSA DE CARVALHO** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1924/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE TRABALHO**, sendo 100% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XII- Gratificação salarial ao servidor efetivo **ALDENOR PEREIRA FILHO** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1919/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE TRANSITO RODOVIÁRIO MUNICIPAL**, sendo 66,67% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XIII- Gratificação salarial a servidora **NAIRA ROSANA NORONHA BORGES COELHO** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1911/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, sendo 100% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XIV- Gratificação salarial a servidora **SANDRA MARIA BARBOSA** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1946/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE CULTURA**, sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XV- Gratificação salarial ao servidor efetivo **ARTHUR OLIVEIRA NONATO** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1920/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO HOSPITALAR**, sendo 46,68% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XVI- Gratificação salarial ao servidor **MARCIO ANDRÉ DINIZ MELO** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1938/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE SAÚDE PUBLICA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XVII- Gratificação salarial ao servidor efetivo **ENIVALDO PEREIRA DOS SANTOS** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1942/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS**, sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XVIII- Gratificação salarial ao servidor **ANTONIO GONZAGA DE AGRICULTURA** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1941/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE AGRICULTURA**, sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XIX- Gratificação salarial ao servidor **CLESIO ANTONIO DE SOUZA,** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1958/2021**, DIRETOR DE DIVI-**

SÃO DE TRANSPORTE, sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XX- Gratificação salarial a servidora efetiva **KARITA NAYARA RODRIGUES,** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1958/2021**, CHEFE DE SEÇÃO DE MAQUINAS- TRANSPORTE DE SERVIÇOS URBANOS**, sendo 95,56% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XXI- Gratificação salarial ao servidor efetivo **CARLOS JERONIMO DA SILVA,** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1958/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE ESPORTES**, sendo 46,67% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XXII- Gratificação salarial ao servidor efetivo **MARIO CESAR VIEIRA LUZ,** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1958/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE SERVIÇOS**, sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XXIII- Gratificação salarial a servidora **NAYSA FERNANDA FERREIRA DA COSTA** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1964/2021**, DIRETOR DE DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMERCIO**, sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XXIV- Gratificação salarial ao servidor **GILCIMAR BRASILIO DE MEIO AMBIENTE** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1966/2021, **DIRETOR DE DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE**, sendo 80% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XXV- Gratificação salarial ao servidor efetivo **SERGIO AGUIAR MACHADO** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1962/2021, **VISTORIADOR DA AGENCIA DE TRÂNSITO-ADMINIS**, sendo 60,5% do salario base.

XXVI- Gratificação salarial a servidora **KATIA MARA MOURA SARDINHA** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1970/2021, **CHEFE DE SEÇÃO DE MANUTENÇÃO HOSPITALAR**, sendo 77,78% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

XXVII- Gratificação salarial a servidora **RONAIRES MACHADO FERRAZ** em cargo comissionado Decreto Municipal Nº 1971/2021, **CHEFE DE SEÇÃO DE REABILITAÇÃO**, sendo 77,78% do salario base, conforme Lei Municipal Nº 856 de 03 de Abril de 2019.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT AO PRIMEIRO DIA DE MARÇO DE 2.021.

_____

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 5504 DE 01 DE MARÇO DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5504 DE 01 DE MARÇO DE 2.021

“CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AOS SERVIDORES MUNICIPAIS”

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART. 106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Ficam ratificados, por este ato, as férias concedidas aos servidores no mês de fevereiro de 2.021, conforme a seguir.

I- Concede **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **LUCIMAR BARBOSA DE FARIAS**, efetivo no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS-CPE**, lotado na **Divisão de Serviços Urbanos**, junto a Secretaria Municipal de **Obras e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**, a partir do dia **01 de fevereiro de 2.021**, pelo período aquisitivo de **05 de janeiro de 2.020 a 04 de janeiro de 2.021,** data de tua **admissão**.

II- Concede **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **YORK MORAIS BRESCIANI**, efetivo no cargo de **Fiscal de Tributos-CPE**, lotado na **Divisão de Finanças**, junto a Secretaria Municipal de **Finanças**, em regime **estatutário**, a partir do dia **01 de fevereiro de 2.021**, pelo período aquisitivo de **01 de outubro de 2.019 a 30 de setembro de 2.020,** data de tua **admissão**.

III- Concede **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **NIRTON MAURO ABADIA DA SILVA**, efetivo no cargo de **Eletricista-CPE**, lotado na **Divisão de Transporte**, junto a Secretaria Municipal de **Transportes** em regime **estatutário**, a partir do dia **01 de fevereiro de 2.021,** pelo período aquisitivo de **01 de outubro de 2.019 a 30 de setembro de 2.020,** data de tua **admissão**.

IV- Concede **50 (cinquenta) dias de férias** para o servidor Sr. **OMIR CESAR PEREIRA ALVES**, efetivo no cargo de **Fiscal de Tributos-CPE**, lotado na **Divisão de Transito Rod. Municipal**, junto a Secretaria Municipal de **Administração** em regime **estatutário**, a partir do dia **01 de fevereiro de 2.021.** Sendo 20 (vinte) dias pelo período aquisitivo de **06 de junho de 2.018 a 05 de junho de 2.019 e** 30 (trinta)dias de fériasreferente ao período aquisitivode **06 de junho de 2.019 a 05 de junho de 2.020,** data de tua **reintegração**.

V- Concede **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **ZORAIMA CASTRO MIRANDA**, efetivo no cargo de **TÉCNICO EM ANALISE CLINICAS-CPE**, lotado na **Divisão de Saúde**, junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime **estatutário**, a partir do dia **01 de fevereiro de 2.021**, pelo período aquisitivo de **17 de fevereiro de 2.019 e 16 de fevereiro de 2.020,** data de tua **admissão**.

VI- Concede **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **HELEN SANDRA DE JESUS**, efetiva no cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM-CPE**, lotado na **Divisão de Saúde**, junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime **estatutário**, a partir do dia **01 de fevereiro de 2.021**, pelo período aquisitivo de **01 de fevereiro de 2. 018 e 31 de Janeiro de 2.019,** data de tua **admissão**.

VII- Concede **60 (sessenta) dias de férias,** para o servidor Sr. **DIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA GOMES**, efetivo no cargo de **MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS -CPE**, lotado na **Divisão de Transportes**, junto a Secretaria Municipal de **Transportes**, em regime **estatutário**, iniciando o gozo no dia **09 de fevereiro de 2.021** e finalizando em **10 de maio de 2.021**, pelo período aquisitivo de **01 de fevereiro de 2.018 e 31 de Janeiro de 2. 019,** data de tua **reintegração**.

VIII- Concede **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **CARLOS LUCAS DA SILVA** , efetivo no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS-CPE**, lotado na **Divisão de Saúde**, junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime **estatutário**, a partir do dia **03 de fevereiro de 2.021 a 05 de março de 2.021**, pelo período aquisitivo de **03 de fevereiro de 2.020 a 02 de fevereiro de 2.021,** data de tua **reintegração**.

IX- Concede **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **EVA PEREIRA DA SILVA** , efetiva no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS-CPE**, lotado na **Divisão de Saúde**, junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime **estatutário**, a partir do dia **01 de fevereiro de 2.021 a 03 de março de 2.021**, pelo período aquisitivo de **01 de julho de 2.019 a 30 de junho de 2.020,** data de tua **admissão**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO DE 2.021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 5506 DE 05 DE MARÇO DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5506 DE 05 DE MARÇO DE 2.021

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS **DA LEI MUNICIPAL 056 ART.102;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Licença Prêmio** à servidora Sra. **LUCIMAR BARBOSA DE FARIAS,** funcionária efetiva no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS- CPE**, lotado na **Divisão de Serviços Urbanos** junto a Secretaria Municipal de **Transportes e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**, sendo 90 (noventa) dias, a partir do dia **03 de março de 2.021,** pelos períodos aquisitivos de **16 de agosto de 2.015 a 15 de agosto de 2.020,** de acordo com as formalidades legais, especialmente o **Estatuto dos Funcionários Públicos e o Quadro de Pessoal do Município.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a três de março de dois mil e vinte e um.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT AOS CINCO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2.021.

_____

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONVITE Nº 002/2021

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o RESULTADO do julgamento do **Convite nº 002/2021**, cujo objeto é contratação de empresa para prestar serviços de assessoria tributária junto a Prefeitura Municipal de Colider/MT. Sagrou-se vencedora do certame licitatório a empresa **ANTONIO DIRSON HERMES EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ nº 14.744.570/0001-09 com valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Colider/MT, em 04 de Março de 2021.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Presidente da CPL

Publique-se

PREVILIDER
PORTARIA N.º 013/2021. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DA SRA. CATARINA PEREIRA BATISTA"

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso "I" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 210 da Lei Municipal nº. 2.408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 7º, inciso "I", Art. 28, inciso "I", Art. 29, inciso "I", da Lei Municipal n.º 2361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor da Sra. Catarina Pereira Batista (esposa), portadora do RG n.º 0437218-2 SESP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 411.433.451-34 e Título Eleitoral de n.º 008178311830, Zona "023", Seção "0010", pelo falecimento do inativo Sr. José Pedro Batista, portador do RG n.º 3469914-7 SESP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 140.340.349-04 e Título Eleitoral de n.º 008183691848, Zona "023", Seção "0010", aposentado por idade no cargo de Motorista, Classe "A", Nível "04", lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, Acórdão 126/2016, com 100% (cem por cento) dos proventos de forma integral e vitalícia, conforme o processo do PREVI-LIDER n.º 004/2021. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de janeiro de 2021, na data do óbito.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder-MT, 17 de fevereiro de 2021.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

HEMERSON LOURENÇO MAXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** sob o nº 013/2021; **TIPO**: Menor Preço por Item; **OBJETO:** Aquisição de Veículos para Serem Utilizados na Estruturação da Rede de Atendimento à Mulher no Município de Colider/MT; **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** 18/03/2021 às 15h30min. (Horário de Brasília/DF); **REALIZAÇÃO:** Por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br; **INTEGRA do EDITAL:** por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.colider.mt.gov.br (Ícone: Cidadão - Portal Transparência - Licitações).

Colider/MT, 05 de março de 2021

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2021

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Colniza – MT.

CONVENENTE: AssociaçãoMinistério da Esperança de Colniza-AMEC.

OBJETO RESUMIDO DO CONVÊNIO: Repasse de recursos financeiros próprios que se

destinarão à manutenção da associação, nos termos da lei municipal de nº. 896/2021.

VALOR DO CONVÊNIO: R$120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/02/2021

DATA VENCIMENTO: 31/12/2021

PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2021

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Colniza – MT.

CONVENENTE: Associação BeneficenteLar de Esperança-ABLE

OBJETO RESUMIDO DO CONVÊNIO: Repasse de recursos financeiros próprios

que se destinarão à manutenção da associação, nos termos da lei municipal de nº. 895/2021.

VALOR DO CONVÊNIO: R$42.000,00 (Quarenta e dois mil reais).

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/02/2021

DATA VENCIMENTO: 31/12/2021

PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2021

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Colniza – MT.

CONVENENTE: Associaçãode Pais e Amigos dos Excepcionais de Colniza – MT - APAE

OBJETO RESUMIDO DO CONVÊNIO: Repasse de recursos financeiros próprios que se

destinarão à associação, nos termos da lei municipal de nº. 897/2021.

VALOR DO CONVÊNIO: R$408.000,00 (Quatrocentos e oito mil reais).

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/02/2021

DATA VENCIMENTO: 31/12/2021

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 164/GP/2021

PORTARIA Nº164/GP/2021, DE 03 DEMARÇO 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido **Suely Santos Freiras de Matos,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1766121-8 SESP/MT e CPF n° 621.315. 401-91, do Cargo em Comissão de **Assessora de Departamento**, responsável pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 03 de março de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 03de março de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 165/GP/2021

PORTARIA Nº165/GP/2021, DE 03 DEMARÇO 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido **Fabiana Gonçalves da Cunha,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 2820257-0 SESP/MT e CPF n° 065.246. 121-24, do Cargo em Comissão de **Chefe de Divisão,** vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 03 de março de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 03de março de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2021

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade**AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO CAÇAMBA NOVO (ZERO KILÔMETRO) ANO DE NO MINIMO 2020 MODELO 2021, DIESEL, TRAÇADO 6X4,** EDITAL n° 006/2021,cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas (HORARIO DE BRASÍLIA) do dia 18/03/2021, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 05 de Março de 2021.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2021

CONTRATO Nº: 003/2021

DATA: 04/03/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: COPEMÁQUINAS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTONIVELADORA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº. 889280/2019/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA

DOTAÇÃO: 09.02.1.073. 44.90.52..00.00.00.00.00.01 0024 (890) – 09.02. 1.073. 44.90.52..00.00.00.00.00.01 0000 (703)

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 002/2021

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 004/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Rogério Vilela Victor de Oliveira**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Goiás nº 77 N, centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 47.20.84 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 396.119.141-72, doravante denominado de **GERENCIADOR**, e a empresa **CHURRASCARIA E LANCHONETE FAROL EIRELI**, instalada na Av. Victor Candelouro nº 92 setor S, Bairro Nova Vacaria, na cidade de Comodoro-MT, CNPJ: 39.755.729/0001-03, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União nº. **86F7. 71EA.3ª7B.C225** com validade de 20/01/2021 até 19/07/2021, representada neste ato pela sua proprietária a Srª **Ana Paula da Silva**, CPF: 740. 375.011-04, RG: 140.332.60 SESP/MT, residente e domiciliada na Cidade de Comodoro –MT, , denominada **FORNECEDORA,** acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 004/2021 – Processo Administrativo nº. 004/2021, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MARMITAS E SELF SERVICE PARA ATENDER À DIVERSAS SECRETARIAS**, sendo registrados os preços das empresas:

CHURRASCARIA E LANCHONETE FAROL EIRELI: para os itens de nº **01** no valor unitário de **R$ 22,95** (vinte e dois reais e noventa e cinco centavos) totalizando o valor total de **R$ 153.306,00** (cento e cinqüenta e três mil trezentos e seis reais).

CHURRASCARIA E LANCHONETE FAROL EIRELI: para os itens de nº **02 no valor unitário de R$ 26,95** (vinte e seis reais e noventa e cinco centavos) totalizando o valor total de **R$ 94.325,00** (noventa e quatro mil trezentos e vinte e cinco reais).

O valor total da presente ata é de **R$ 247.631,00 (duzentos e quarenta e sete mil seiscentos e trinta e um real).**

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, vigorando de **05/03/2021.**

Comodoro - MT, 05 de Março 2021.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Eletrônico com Registro de Preço nº 004/2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 040/2021 DE 05/03/2021

PORTARIA Nº 040/2021 DE 05/03/2021

Dispõe sobre o horário da sessão legislativa do dia 08 de março de 2021, ante as novas medidas estaduais e municipais de enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências.

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2021/2022, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979/2020, norma de caráter geral que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus";

Considerando a Lei Orgânica Municipal (Resolução n.º 06/2008, de 23. 12.2008), a qual em seu art. 176 elenca ser a saúde um direito de todos os munícipes e dever do poder público;

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de assegurar aos Governos Estaduais, Distrital e Municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19 (ADI nº. 6.341);

Considerando os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 361 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 04 de março de 2021, que indicam que a taxa de ocupação dos leitos de Terapia Intensiva existentes para o tratamento da Covid-19 pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado está em 96,86% (noventa e seis vírgula oitenta e seis por cento);

Considerando as prescrições do Decreto nº 836, de 1º de março de 2021, do Estado de Mato Grosso, que atualizou as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19;

Considerando o Decreto Municipal nº 16, de 02 de março de 2021, que tratou sobre as novas diligências temporárias a serem adotadas no âmbito de nosso município para reter os casos epidemiológicos em nossa região;

Considerando a união dos entes federados para, em conjunto, maximizar medidas para a contenção da proliferação do número de casos de coronavírus;

Considerando, portanto, a imprescindibilidade de diligências no âmbito da Câmara Municipal de Comodoro, ante o interesse público;

R E S O L V E

Art. 1º ***DEFINIR*** o ***horário da sessão legislativa do dia 08 de março de 2021*** da Câmara Municipal para às 18 (dezoito) horas, em atendimento ao Decreto Estadual nº 836/2021 e ao Decreto Municipal nº 16/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

Gleyscler Belussi Ribeiro Gonçalves - **Presidente Biênio 2021/2022**

Registre-se e Publique-se.

***Wender Bier de Souza* -** 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 46/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

DECRETO N° 46/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO QUE REGULAMENTA OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS AOS PROCURADORES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DECONFRESA.

O PREFEITO DE CONFRESA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fulcro no art. 6º, VI, da Lei Complementar Municipal n.º 168, de 22 de dezembro de 2020,

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica homologado o Regimento Interno que regulamenta os Honorários Advocatícios Sucumbenciais aos Procuradores Municipais do município deConfresa, na conformidade do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Confresa, aos 05 dias do mês de março de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito de Confresa

REGIMENTO INTERNO

FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

O COLÉGIO DOS PROCURADORES DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas competências legais, especialmente aquela prevista no art. 6º, VI, da Lei Complementar Municipal n.º 168, de 22 de dezembro de 2020, em sessão ordinária realizada em 22 de janeiro de 2021, RESOLVE elaborar e aprovar o seguinte REGIMENTO INTERNO QUE REGULAMENTA OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS AOS PROCURADORES MUNICIPAIS:

Art. 1º. Nas ações judiciais de qualquer natureza, de competência da Procuradoria-Geral do Município, em que for parte o Município de Confresa, os honorários advocatícios fixados por arbitramento, por acordo ou por sucumbência, são devidos aos titulares dos cargos de Procuradores efetivos, nominados de PNPJ Advogado e PNSS Advogado, assim como ao titular do cargo comissionado de Procurador-Geral que seja lotado e que exerça suas funções na Procuradoria Geral deste Município.

§ 2º - Os honorários advocatícios provenientes de decisão judicial transitada em julgado, acordos, sucumbência ou arbitramento serão rateados de forma igualitária entre os titulares do direito descritos no "caput" deste artigo, atendidos os critérios e condições fixados neste Regimento Interno.

§ 3º - Os honorários advocatícios já recebidos ou a receber, provenientes de decisões transitadas em julgado, acordos ou qualquer outro ato jurídico terminativo de processo, pertencem exclusivamente aos Procuradores efetivos do Município de Confresa titulares dos cargos de PNPJ Advogado e PNSS Advogado, como também ao titular do cargo comissionado de Procurador Geral do Município de Confresa.

§ 4º - O montante dos honorários recebidos, serão rateados integralmente, em periodicidade mensal e de forma igualitária entre os titulares do direito mencionados no "caput" deste artigo.

Art. 2º. Considera-se em efetivo exercício para os fins do disposto neste Regimento Interno, o servidor que estiver afastado de suas funções em virtude de:

I - férias e licença-prêmio;

II - casamento, até oito dias;

III - luto pelo falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até oito dias;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - licença-paternidade;

VI - licença-gestante;

VII - licença para tratamento de saúde decorrente de acidente de serviço ou de doença profissional;

VIII - missão ou estudo do interesse da Procuradoria-Geral do Município, nos termos da lei;

Art. 3º. Fica constituído o Colégio de Procuradores do Município de Confresa ao qual cabe a administração e gestão dos honorários advocatícios a serem rateados na forma deste Regimento Interno.

§ 1º - O Colégio de Procuradores será composto por todos os integrantes do quadro de procuradores do Município, e dentre esses, será escolhido 01 (um) representante por meio de Assembleia Geral designada para este fim, durante o período de 03 (anos) de cada mandato, sendo permitida a recondução ao cargo.

§ 2º - Compete ao Colégio de Procuradores:

I - Editar instrução normativa para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores dos honorários de sucumbência;

II - Fiscalizar a correta destinação dos honorários sucumbenciais;

III - Adotar as providências necessárias para que os honorários sucumbenciais sejam creditados pontualmente;

IV - Requisitar dos órgãos e das entidades públicas responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores e à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários;

§ 3º - Compete à Assembleia Geral dos Procuradores:

I - Eleger um Presidente para o Colégio de Procuradores, o qual ficará encarregado em manter relatório atualizado das entradas financeiras na conta específica do Fundo de Honorários, bem como em realizar a conferência dos valores repassados à título de rateio de honorários sucumbenciais.

II - decidir os casos omissos.

Art. 4º. Será excluído da distribuição de honorários o titular do direito ou beneficiário, que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento, ou pela posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação indevida.

Art. 5º. Será suspensa a distribuição de honorários ao titular do direito ou beneficiário, em qualquer das seguintes condições:

I - em licença para tratamento de interesses particulares;

II - em licença para atividade política;

III - em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

IV - no exercício de mandato eletivo;

V - preventivamente, quando afastado para averiguação de faltas cometidas no exercício do cargo;

VI - em cumprimento de penalidades;

VII – quando cedido para outro Ente ou Poder;

VIII – quando afastados para cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado;

Parágrafo Único - Os casos omissos serão decididos pela Assembleia Geral de procuradores, observados os limites deste Regimento.

Art. 6º. Configurada qualquer das hipóteses de exclusão ou de suspensão previstas nos artigos anteriores, o Procurador-Geral ao qual se subordina o Agente Público, comunicará imediatamente o fato ao Colégio de Procuradores.

Art. 7º. Recebida a comunicação de que trata o artigo anterior, o Colégio de Procuradores deverá, conforme o caso, excluir ou suspender o Agente Público do rateio de honorários.

§ 1º - Na hipótese do art. 5º, V, os valores relativos ao período da suspensão permanecerão retidos na conta única destinada ao depósito dos honorários, e serão repassados ao Agente Público, caso não se comprovem irregularidades praticadas pelo mesmo.

§ 2º - Ocorrendo pagamento indevido por ocasião do rateio, o Colégio de Procuradores determinará a compensação dos valores respectivos nos rateios futuros.

Art. 8º. O Fundo Especial será administrado pelo Colégio de Procuradores.

Art. 9º. Os valores repassados ao Fundo Especial serão depositados em conta corrente que será aberta em instituição bancária idônea, movimen-

tada pelo Prefeito (a) Municipal e pelo (a) Secretário (a) de finanças e fiscalizada pelo Colégio de Procuradores.

Art. 10. O Colégio de Procuradores fica obrigado a apresentar as contas dos recursos pertencentes ao Fundo Especial a cada ano, caso solicitado pela maioria dos titulares do direito em Assembleia Geral.

Art. 11. Os honorários advocatícios serão recolhidos à conta específica por meio de guia de depósito, ficha de depósito emitida pela própria instituição financeira, diretamente, ou através de outros estabelecimentos bancários, via documento de crédito (DOC), de ordem de pagamento, Transferência Eletrônica de Valores, Guia de Recolhimento Judicial, dentre outras.

§ 1º - Na hipótese de o devedor depositar os honorários em juízo ou a disposição dele, o Procurador responsável pelo processo deverá providenciar o levantamento da importância depositada, entregando-a em espécie, ou comprovando seu depósito bancário ao Grupo Gestor de Honorários.

§ 2º - Caso algum valor à título de honorários seja depositado em conta bancário do município diversa ao do Fundo de Honorários Sucumbenciais, o numerário deverá ser imediatamente remanejado à conta específica do FHS por meio de TEV, TED, DOC ou depósito.

Art. 12. O Colégio de Procuradores promoverá, em periodicidade mensal, o rateio e repasse dos honorários depositados e informará os valores disponíveis em conta corrente.

Art. 13. O Colégio de Procuradores deverá manter devidamente arquivada, cópia do extrato mensal da conta do Fundo de Honorários Sucumbenciais e cópia do relatório de rateios de honorários.

Art. 14. É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire dos titulares do direito o direito ao recebimento de honorários advocatícios e sucumbenciais de que trata a Lei Complementar Municipal n. 168/2020.

Art. 15. Os valores recebidos e rateados a título de sucumbência, conforme disposto na Lei Complementar Municipal n. 168/2020 não integrarão a remuneração do servidor para a qualquer título ou para qualquer efeito.

Art. 16. Os titulares do direito ao aposentarem-se continuarão a receber o equivalente à 50% (cinquenta por cento) do percentual que os demais ocupantes dos respectivos cargos que se encontram em atividade, por mais 02 (dois) anos após o ato administrativo que declarar a aposentadoria.

Art. 17. Este Regimento Interno entra em vigor na data da publicação do Decreto Municipal que o aprove.

Procuradoria-Geral do Município de Confresa, 22 de janeiro de 2021.

JOELMA ALVARES RODRIGUES

Presidente

NORTON MUSSALAN FERREIRA

Conselheiro

PAULO CÉSAR DA SILVA AVELAR

Conselheiro

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 48/2021 ADM DE 04 DE MARÇO DE 2021.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores público municipal como **FISCAIS DE CONTRATO,** do Contrato abaixo discriminado.

SECRETARIA	SERVIDOR (A)
SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE/MAC.	FISCAL TITULAR: JEANE LUZ COSTA MARTINS CPF: 015.310.281-01
SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE/ ATENÇÃO BÁSICA	FISCAL TITULAR: LUANA LEÃO CPF: 005.006.501-79 SUPLENTE: CLEYTON GEOVANI K. DE CESARO CPF:010.591.161-54
SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	GESTORA: MARIA CÉLIA RODRIGUES ABREU CPF:555.114.571-91 FISCAL TITULAR: ODETE DIAS DOS SANTOS CPF: 836.396.751-34
SEC. MUNICIPAL DE OBRAS	FISCAL TITULAR: WALTER RAMOS TELES CPF: 041.810.571-51

CONTRATO	029/2021	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	SCHIRMANN E WOLFART LTDA	04.909.944/ 0001-37	R$ 57. 490,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DECORATIVA E COMEMORATIVA (OBELISCO) CONFECCIONADO E INSTALADO EM CONCRETO ARMADO, COM PLACA EM ALTO RELEVO, EM ATENDIMENTOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MATO GROSSO.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	9 MESES E 27 DIAS, 04/03/2021 A 31/12/2021.		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 04 de Março de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.45/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

DECRETO N.45/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

APROVA O PLANO DE AÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA CONTROLADORIA INTERNO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo;

D E C R E T A:

Art. 1°. Fica aprovado o Plano de Ação para o Fortalecimento da Controladoria Interna do Município de Confresa - MT, cujo texto fica integrado ao presente Decreto como Anexo Único.

Parágrafo Único: Fica delegado aos responsáveis mencionados no Plano de que trata este artigo, a obrigatoriedade de cumprimento das ações, procedimentos e prazos nele constante.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Confresa - MT, em 05 de março de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO

PLANO DE AÇÃO PARA FORTALECIMENTO DA CONTROLADORIA INTERNA

DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT

1. INTRODUÇÃO

Este plano de ação consiste no planejamento das atividades a serem executadas e/ou aperfeiçoadas visando organizar e controlar as ações necessárias para o fortalecimento da Unidade de Controle Interno do município de Confresa - MT.

O Sistema de Controle Interno está previsto na Constituição Federal 1988, na Constituição Estadual de 1989, na Lei Complementar 101/2000 – Lei Responsabilidade Fiscal, bem como na Lei de nº 667/2015, de 12 de julho 2015, que dispõe sobre o sistema de controle interno municipal nos termos do artigo 31 da Constituição Federal e Artigo 59º da Lei Complementar nº 101/2000 e Resolução nº 001/2007 do TCE/MT, Cria a Unidade de Controle Interno do Município de Confresa - MT e dá outras providências.

A base para este instrumento de ação pautou-se no Acórdão de n° 117/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, atendendo também as determinações contidas no ofício circular 63/2020 do Gabinete do Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

A configuração ora apresentada é decorrente de uma composição de cenários identificados neste momento. Entretanto, face a dinâmica que envolve a administração pública, acentuada com as mudanças econômicas e políticas que definem o ambiente em que a organização desenvolve suas atividades, à medida que se modificam estas condições externas e internas que sobre o Plano influem, torna-se indispensável sua oportuna adequação e aprimoramento, com o intuito de serem redirecionadas estas orientações e os caminhos da Entidade.

2. OBJETIVOS

I – Atuar de acordo com os dispositivos legais concernentes ao Controle Interno, especialmente no fortalecimento da Unidade de Controle Interno do Município de Confresa - MT;

II - Cumprir e fazer cumprir o Acórdão de n°117/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT,

III - Constituir-se em instrumento de intermediação administrativa, visando compatibilizar as exigências legais e a Administração Pública;

3. DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna do Município de Confresa – MT exerce papel fundamental no controle da gestão pública municipal, auxiliando o gestor na busca da eficiência, eficácia, consolidação do controle e da transparência, contribuindo para melhoria dos resultados alcançados pelo governo.

No município de Confresa - MT, o Sistema de Controle Interno foi implantado no Poder Executivo e no Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa pela Lei n. 667/2015 de 12 de julho de 2015 e no Poder Legislativo pela lei 662/2015 de 17 de abril de 2015, com o objetivo de assegurar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, na gestão dos recursos e bens públicos e, na avaliação dos resultados obtidos pela administração, nos termos dos artigos 70º a 75º da Constituição Federal.

O Tribunal Pleno do TCE/MT, conhecendo as principais fragilidades existentes no Sistema de Controle Interno nos municípios mato-grossenses, por meio de levantamento realizado, recomendou a implementação de ações visando o fortalecimento do processo de orientação e de fiscalização do cumprimento dos requisitos de implantação e manutenção do controle interno pelos gestores municipais e controladores internos.

3. AÇÕES ESTRATÉGICAS

As ações estão organizadas em metas, procedimentos, responsáveis pela sua execução e prazo. Os prazos para início e conclusão deste plano de ação foram estipulados de acordo com a complexidade da atividade, pela necessidade de realizar aquisições de materiais e serviços, contratação de pessoal, entre outros.

4. PLANO DE AÇÃO E O DETALHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

O quadro a seguir demonstra o detalhamento das recomendações, as ações já realizadas e, as em andamento, sendo registradas as verificações significativas durante a elaboração do presente plano.

META 01 - SEGREGAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Analisem, juntamente com o Poder Legislativo a viabilidade de promover a segregação das unidades de controle interno dos respectivos poderes.	No município de Confresa - MT, o Sistema de Controle Interno foi criado no âmbito do Poder Executivo através da Lei Municipal n. 667/2015, de 12 de julho de 2015, que "*dispõe sobre o sistema de controle interno municipal nos termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e resolução nº 001/2007 do TCE/MT, cria a unidade de controle interno do município de Confresa - MT e dá outras providências*", incluindo o Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Confresa e pela lei 662/2015 onde instituiu o sistema de controle interno do Poder Legislativo, de forma integrada.	Prefeito e presidente da Câmara Municipal.	Indeterminado
Situação Encontrada			Contemplada

META 02 – ORÇAMENTO PRÓPRIO PARA A CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Definam valor suficiente para custeio das despesas inerentes a sua estrutura física e de pessoal, com a finalidade de assegurar a manutenção das atividades desempenhadas pelas UMCI.	Atualmente a Controladoria Interna do Município de Confresa - MT tem suas programações orçamentárias segregadas na secretaria Municipal de Administração, conforme lei municipal nº 985/2020 de 22 de dezembro de 2020, com os seus respectivos projetos atividades com dotações específicas. Na próxima Lei orçamentária será estabelecida como unidade orçamentária a Controladoria Interna do Município de Confresa	Prefeito e Chefe da Controladoria Interna do município de Confresa - MT	31/12/2021
Situação encontrada			Iniciada

META 03 – VINCULAÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO AO GABINETE DO PREFEITO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO

Adotem medidas efetivando a sua vinculação direta com a Unidade Municipal de Controle Interno.	Nos termos do artigo 7º, da Lei Municipal n. 667/2015, vincula Controladoria Interna do Município de Confresa - MT diretamente ao Gabinete do Prefeito, integrando a Unidade Orçamentária do Gabinete do Prefeito Municipal, em nível de assessoramento, com objetivo de executar as atividades.	Prefeito Municipal	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 04 – GARANTIR O EFETIVO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Adotem providências visando assegurar o desempenho das Atividades das unidades de controle interno.	Não há impedimento para o exercício das atividades da Controladoria Interna do Município de Confresa – MT.	Prefeito	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 05 – ESTRUTURA FÍSICA PRÓPRIA E ADEQUADA PARA A CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Avaliem a possibilidade de Concessão de local próprio para a instalação da unidade de controle interno, visando assegurar que as atividades sejam desempenhadas com autonomia e independência.	A Controladoria Interna do município encontra-se instalada em espaço físico específico em conjunto com a secretaria municipal de administração, não havendo interferência dos demais órgãos, ficando assegurada de certa forma, a sua autonomia e independência. Contudo observa-se a necessidade de disponibilizar alguns outros meios e equipamentos, como por exemplo, aquisição de mais um notebook para facilitar e algum equipamento de captação de imagem, tipo câmera fotográfica e que possa efetuar gravações, observando sempre as disponibilidades orçamentárias e financeiras.	Prefeito	31/07/2021
Situação encontrada			Em Andamento.

META 06 – ASSEGURAR O USO DE VEÍCULOS PARA DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Possibilitem o acesso a veículos, seja da administração com escalá de uso, seja do próprio órgão de controle ou de outro órgão, com o fito de garantir que as atividades sejam realizadas com autonomia e independência.	A Controladoria municipal de Confresa – MT, por força da Lei municipal nº 667/2015 tem status de secretaria municipal, para desenvolver as atividades de cada pasta todos os secretários, incluindo o controlador chefe e o chefe de gabinete recebe um valor de 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a titulo de verba indenizatória para fazer frente as despesas e manterem suas ações que foram programadas sem depender de veículos de outras unidades administrativas do município.	Prefeito.	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 07 – DISPONIBILIZAR MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ADEQUADOS PARA O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Disponibilizem mobiliários adequados à UMCI, a fim de assegurar o exercício da sua atividade.	Atualmente a UMCI dispõe de mobiliário, para a execução de suas atividades.	Prefeito.	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 08 – FORNECER EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ADEQUADOS PARA O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Forneçam equipamentos de informática Adequados às unidades de controle interno, visando atender suas necessidades.	A Controladoria Interna do município de Confresa - MT dispõe de equipamentos de informática, ou seja: 01 computador e a impressora que a unidade utiliza é compartilhada, porem não tem prejudicado os trabalhos da Controladoria. Em razão da pandemia do coronavirus um dos servidores da Controladoria, enquadrado no grupo de risco esta trabalhando a distância. Estamos esperando baixar o nível de contaminação para ampliar os equipamentos de informática da Controladoria Interna Municipal do Poder Executivo.	Prefeito.	31/12/2021
Situação encontrada			Em Andamento

META 09 – COMUNICAÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Aprimorem os meios de comunicações das unidades de controle interno, a fim de que esta possa desempenhar suas atividades com objetividade.	A Controladoria Interna do município de Confresa - MT faz uso dos meios eletrônicos atuais, como e-mail, watzap, e tem seu login e senha para acessar ao nosso sistema de protocolo, tanto para enviar quanto receber as comunicações das outras unidades administrativas, bem como do Gabinete do Prefeito Municipal. Utilizamos um sistema de comunicação interna chamado Kanban que funciona como gerenciamento e protocolo de todas as comunicações do publico interno do município, funciona via web, desta forma, não impedimento de horário para que a controladoria envie suas solicitações às demais secretarias.	Prefeito.	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 10 – EXIGÊNCIA DE FORMAÇÃO SUPERIOR PARA EXERCÍCIO DO CARGO DE CONTROLADOR INTERNO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Disponham em lei a necessidade de formação superior Como requisito para a aprovação ao cargo de controlador interno.de controle interno.	Na Lei Complementar Municipal n. **101/2015** de 12 de fevereiro de 2015, que "dispõe Sobre a Reestruturação do Plano de Carreiras Geral da Prefeitura Municipal de Confresa - MT, e da Outras Providências", está contida a exigência para o provimento do cargo de controlador Interno, sendo o requisito de escolaridade em nível superior para o preenchimento do cargo.	Prefeito.	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 11 – PLANO DE CARGO E CARREIRA PARA CONTROLADOR

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Definam PCCS para os servidores do controle interno, visando assegurar que as atividades sejam realizadas com autonomia e independência.	O cargo de Controlador Interno faz parte do PCCS dos servidores públicos do Poder Executivo do município de Confresa - MT, constante da Lei Complementar Municipal n. 101/2015.	Prefeito.	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 12 – FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O CARGO DE CONTROLADOR

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Promovam a regulamentação dos requisitos para o ingresso no cargo de controlador interno, por meio de formação superior específica, destinado a carreira, visando assegurar a qualificação técnica no desenvolvimento das atividades.	De acordo com o parágrafo único do artigo 8º, da Lei Municipal n. 667/2015, o cargo de **CONTROLADOR INTERNO:** Compreende a categoria funcional que requeira **escolaridade de nível superior em qualquer graduação**, e demonstrar conhecimento sobre as matérias orçamentária, financeira e contábil, respectiva legislação vigente, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à auditoria interna.	Prefeito.	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 13 – REMUNERAÇÃO ADEQUADA PARA O CARGO DE CONTROLADOR

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Avaliem a possibilidade de propor aumento, mediante lei, da remuneração dos controladores interno, considerando a complexidade das funções exercidas, devendo os subsídios serem compatíveis com as suas atribuições.	O Cargo de Controlador Interno, está no Grupo Ocupacional - Profissional de Nível Superior / Planejamento e Jurídico – onde constam os profissionais de nível superior, do Poder Executivo, como advogado, contador, controlador interno onde recebem as maiores remunerações do quadro funcional, nos termos da Lei complementar municipal nº 101/2015, que "dispõe Sobre a Reestruturação do Plano de Carreiras Geral da Prefeitura Municipal de Confresa - MT, e da Outras Providências".	Prefeito.	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 14 – CADASTRAMENTO DO CONTROLADOR JUNTO AO TCE/MT

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Promovam as medidas necessárias para o cadastramento dos controladores internos, efetivos, nos sistemas informatizados deste tribunal.	Não há pendência de cadastramento de controlador interno junto ao TCE/MT.	Prefeito.	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 15 – PESSOAL DE APOIO AO CONTROLE INTERNO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO COM A FORMAÇÃO NÍVEL SUPERIOR

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Promovam a ocupação do cargo de apoio ao controlador interno por servidor aprovado em concurso destinado a essa carreira, com nível superior.	A Controladoria Interna do município de Confresa - MT, em seus relatórios informa que a estrutura da controladoria interna do município é insuficiente para fazer um trabalho eficiente, preceitua que será necessário realizar concurso público para provimento de servidores a serem lotados na controladoria interna, tendo pelo menos mais um controlador interno e alguns auxiliares para fazer os trabalhos administrativos e os controladores ficarem mais focados nas auditorias internas e atuar fortemente nos programas de qualificação de servidores	Prefeito.	31/12/2022
Situação encontrada			Não Iniciada

META 16 – AÇÕES DE APOIO DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Realizem as adequações visando atender às necessidades da administração, com promoção de ações de apoio às atividades exercidas pela controladoria, a fim de garantir a independência deste setor.	A Controladoria Interna do município de Confresa - MT possui estrutura física adequada, devendo serem providenciados alguns equipamentos de informática, pois quando o servidor que esta trabalhando em casa voltar será necessário mais um computador.	Prefeito.	31/12/2021
Situação encontrada			Iniciada

META 17 – INTERAÇÃO E FORTALECIMENTO DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Promovam ações de fortalecimento da interação das unidades de controle interno com servidores e com a administração, mediante a implantação de política de educação corporativa.	Implantar a política de educação corporativa visando fortalecer a Unidade de Controle Interno e demais unidades da gestão.	Prefeito e Controlador interno	31/12/2021
Situação encontrada			Não Iniciada

META 18 – IMPLEMENTAR AÇÕES VISANDO ATENDER RECOMENDAÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Observem as recomendações formuladas pelas unidades de controle interno, com a implementação e adequação, se for o caso das medidas indicadas, apresentando resposta quanto à adoção ou não dos termos propostos.	Comprometer-se a observar e acolher se for o caso, as recomendações da A Controladoria Interna do município de Confresa - MT. Disciplinar por dispositivo legal os prazos para resposta e medidas a serem tomadas pela gestão com relação aos encaminhamentos da Controladoria Interna do município de Confresa - MT, bem como, disciplinar e definir prazo para análise e elaboração de parecer do controle interno tais como: Análise de abertura de concurso público, processo seletivo público, processo seletivo simplificado, contas de gestão, processos de aposentadorias/pensões, admissão de pessoal, entre outros. Disciplinar ainda, os prazos para o encaminhamento de informações e documentos a Controladoria Interna do município de Confresa – MT, para posterior análise e emissão de parecer.	Prefeito.	31/12/2021
Situação encontrada			Iniciada

META 19 – GARANTIR ACESSO DOS PROFISSIONAIS DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO AS INFORMAÇÕES GERENCIAIS

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Adotem as medidas necessárias para assegurar acesso irrestrito pelos profissionais do controle interno aos documentos e informações necessárias à realização de suas atribuições.	A Controladoria Interna do município de Confresa - MT tem acesso irrestrito a informações e documentos, sendo estes disponibilizados pelos órgãos que compõem a Estrutura Administrativa da Prefeitura sem nenhuma restrição, inclusive aos sistemas de informações e dados orçamentários, financeiros e gerenciais, entre outros, nos termos do art. 12 da lei municipal 667/2015.	Prefeito.	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 20 – COMPATIBILIDADE DE CONTROLADORES COM O VOLUME E COMPLEXIDADE DO TRABALHO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Analisem se a quantidade de Controladores Internos é compatível com o volume e complexidade dos trabalhos sob a responsabilidade da respectiva unidade e, caso necessário, promovam o aumen-	A Controladoria Interna do município de Confresa – MT é composta por apenas um servidor efetivo no cargo de controlador interno e um agente administrativo que exerce também outras funções, portanto, a estrutura de pessoal da A Controladoria Interna do município de Confresa – MT é insuficiente para conseguir desenvolver um trabalho eficien-	Prefeito.	31/12/2022

to do número de servidores da carreira e auxiliares mediante concurso público.	te, Desta forma, a administração deverá promover concurso público para ampliar o numero de controladores internos.		
Situação encontrada			Não Iniciada

META 21 – PROMOVER REUNIÕES COM A CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Promovam reuniões com os controladores internos com a finalidade de dirimir eventuais impropriedades decorrentes do não cumprimento das atribuições legais ou, caso essas não estejam expressamente previstas em lei, procedam à formalização mediante a edição de decreto regulamentar.	O município regulamentará em decreto a realização de reuniões com a Controladoria Interna do município de Confresa - MT para dirimir eventuais impropriedades decorrentes do não cumprimento das atribuições legais, abstendo-se de reunir-se com a Controladoria Interna do município de Confresa - MT para tratar de assuntos relativos a atos de gestão.	Prefeito.	31/12/2021
Situação encontrada			Não Iniciada

META 22 – FORTALECIMENTO E INTERAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Promovam ações que fortaleçam as unidades de controle interno e a interação com os servidores e, em especial, com os setores que integram a administração municipal, realizando a implantação de política de educação corporativa destinada a sanar as dúvidas relativas à importância do controle interno.	Implantar a política de Educação corporativa visando fortalecer a Unidade de Controle Interno e demais unidades da gestão.	Prefeito.	31/12/2021
Situação encontrada			Não Iniciada

META 23 – ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Promovam a elaboração do referido plano de ação, observando inclusive a importância da participação conjunta dos secretários quando da confecção.	Elaboração do Plano de Ação conforme Acórdão de n. 117/2020, para fortalecimento do processo de orientação e de fiscalização do Controle Interno.	Prefeito.	30/06/2021
Situação encontrada			Contemplada

META 24 – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Participem dos eventos de capacitação ofertados pelas instituições públicas e privadas, visando ao aprimoramento da gestão.	Com o objetivo de adquirir orientação e capacitação à prevenção de irregularidades e, como forma de alcançar os objetivos estratégicos e o fortalecimento das ações relacionadas à gestão pública, a participação nos eventos de capacitação nos mais variados temas tem sido efetiva.	Prefeito e Controlador Interno	Indeterminado
Situação encontrada			Contemplada

META 25 – OFERTAR MEIOS NECESSÁRIOS A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Promovam as condições e ofereçam os meios necessários ao desenvolvimento profissional contínuo dos controladores internos e servidores das UMCIs, inclusive por meio de treinamentos e cursos ofertados por esta corte e por outras instituições públicas e particulares.	Buscando o aperfeiçoamento na Administração Pública, a participação do controlador nos eventos de capacitação, especialmente os ofertados pelo TCE-MT, é expressiva, podendo ser constatada pelo próprio órgão, resultando num entendimento uniforme nos aspectos relativos ao controle das ações desenvolvidas pelas administrações municipais.	Prefeito.	Indeterminado
Situação encontrada			Contemplada

META 26 – AUDITORIA REFERENTE AO PROGRAMA APRIMORA

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Observem os encargos a eles atribuídos quanto ao controle interno, disponibilizando todas as informações necessárias à Realização das auditorias referente ao programa aprimora.	Apoiar a realização de auditorias referente ao Programa Aprimora, disponibilizando todas as informações necessárias ao Controle Interno.	Prefeito.	Indeterminado
Situação encontrada			Contemplada

META 27 – PLANOS DE AÇÃO DO PROGRAMA APRIMORA

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Observem o item 1.12, do anexo III, da resolução normativa n. 26/2014-TP, com a proposição do plano de ação para todos os sistemas que compõem o aprimora.	Todos os planos de ação dos Sistemas que compõem o Programa Aprimora foram elaborados em 2019. Deve-se, verificar agora, se as suas ações foram executadas, serão renovados neste ano para viger até o exercício de 2022.	Prefeito.	30/07/2021
Situação encontrada			Iniciada

META 28 – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDO POR INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Promovam as condições e meios necessários ao desenvolvimento profissional contínuo dos servidores pertencentes às UCIs, possibilitando a participação em eventos de capacitação promovidos por instituições públicas e privadas.	Conforme já devidamente explicitado no item anterior, buscando o Aperfeiçoamento na Administração Pública, a participação da controladora nos eventos de capacitação, especialmente os ofertados pelo TCE-MT, é expressiva, podendo ser constatada pelo próprio órgão, resultando num entendimento uniforme nos aspectos relativos ao controle das ações desenvolvidas.	Prefeito.	Indeterminado
Situação encontrada			Contemplada

META 29 – CONTROLADOR INTERNO EXCLUSIVAMENTE COMISSIONADO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Observem a necessidade de realização de concurso público para o provimento do referido cargo por servidor efetivo, em consonância com as resoluções de consulta n. 13/2012 e 24/2008 deste tribunal, caso o município possua controlador interno exclusivamente comissionado.	Não consta no quadro de servidores do município, pessoal com vínculo comissionado no cargo de controlador interno.	Prefeito.	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 30 – FORMALIDADES A NOMEAÇÃO DE CONTROLADOR GERAL

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Observem as formalidades e limites impostos à nomeação de servidor não pertencente à carreira para o cargo de controlador geral, nos termos da reso-	O Cargo de Controlador Chefe da Controladoria Interna do município é exercido por um servidor titular de cargo de provimento efetivo de controlador interno, com status de secretário municipal, conforme lei municipal nº	Prefeito Municipal	Concluído

lução normativa n. 05/2013.	667/2015, art. 7º, combinando com o art. 14.		
Situação encontrada			Contemplada

META 31 – FORMALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ELABORADOS PELA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Elaborem os documentos inerentes aos trabalhos desenvolvidos pelas UMCI de forma fundamentada.	Os documentos inerentes aos trabalhos desenvolvidos pela Controladoria Interna são elaborados de forma fundamentada na legislação vigente.	Controladora Interna	Concluído
Situação encontrada			Contemplada

META 32 – PLANEJAMENTO DA ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO EM RELAÇÃO AS ÁREAS AUDITADAS

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Elaborem o devido planejamento da sua atuação, em relação as áreas auditadas, em observância ao risco e materialidade.	Necessidade de capacitação por parte do TCE/MT para orientar a realização do respectivo planejamento conforme as exigências.	Controladora Interna	31/12/2021
Situação encontrada			Contemplada

META 33 – PRAZO RAZOÁVEL AO GESTOR PARA O APRIMORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EMANADAS DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Realizem de maneira formal as recomendações/notificações aos Prefeitos Municipais, sugerindo a implementação das correções das falhas detectadas, estipulando, ainda, prazo razoável para o aprimoramento.	As recomendações encaminhadas ao Gestores são geralmente formalizadas por meio de comunicação interna, ofício ou por intermédio de Relatório de Auditoria. Relativamente ao prazo para implementação das correções das falhas detectadas, será estipulado a partir dos próximos documentos elaborados ou quando fixados, não se leva em consideração nenhuma normativa de fixação e muitas das vezes são exíguos, necessitando de uma normativa com a sua fixação.	Prefeito e Controlador Interno	31/12/2021
Situação encontrada			Iniciada

META 34 – ELABORAR OS PARECERES TÉCNICOS COM AS INFORMAÇÕES PERTINENTES AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Elaborem os pareceres técnicos com as informações pertinentes às providências adotadas pelo Gestor das determinações e recomendações expedidas por este Tribunal, bem como as providências em razão dos apontamentos realizados pela UNCI.	No tocante as informações pertinentes às providências adotadas pelo Gestor relativas às determinações e recomendações expedidas pelo TCE/MT, a Controladoria Interna já contempla nos pareceres técnicos elaborados. No que tange as providências em razão dos apontamentos realizados pela Controladoria Interna, esta passará a citar nos próximos relatórios produzidos, de forma mais contundente.	Controlador Interno	Permanente
Situação encontrada			Iniciada

META 35 – ELABORAR PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO CONFORME PADRÃO ESTABELECIDO PELA RN 33/2012

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Elaborem Parecer Técnico Conclusivo conforme padrão	A Controladoria Interna elabora os Pareceres Técnicos Parciais e Conclusivos seguindo as orientações estabelecias pela Resolução Normativa n. 33/2012 TCE/MT, carecendo de aperfeiçoamento em alguns	Controlador Interno	Permanente
Estabelecido pela Resolução Normativa n. 33/2012.	aspectos, tais como: melhoria nos gráficos para deixar mais compreensivas as informações.		
Situação encontrada			Iniciada

META 36 – CONTROLE DAS RECOMENDAÇÕES ENCAMINHADAS AO GESTOR

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Realizem o controle das recomendações encaminhadas ao Gestor, a fim de que, não sendo observada as sugestões, instaure Representação de Natureza Externa, sob pena de responsabilidade solidária.	A Controladoria Interna atualmente realiza o controle das recomendações encaminhadas aos Gestores, precisando aprimorar as respostas da gestão quanto as determinações e ou recomendações.	Controlador Interno	30/07/2021
Situação encontrada			Contemplada

META 37 – ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELAS AS UNIDADES EXECUTORAS DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DE CONTROLE INTERNO.

AÇÃO	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Realizem o acompanhamento dos trabalhos realizados pelas UNCIs.	Acompanhar com plena e integral efetividade os trabalhos realizados pelas unidades executoras dos sistemas administrativos de controle interno. Necessita de melhorar a qualificação dos servidores designados para a acompanhar os controles internos estabelecidos em cada instrução normativa.	Controlador Interno	31/12/2021
Situação encontrada			Contemplada

Etevaldo Vasco Soares Rônio Condão Barros Milhomem Erviton Furtado Machado

Chefe da Controladoria Interna Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº053/2021.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 023/2021.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **26 de março de 2021, às 09:00** hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº023/2021, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818. **ramal 31** ou ainda pelo e-mail: licitaconfresa@hotmail.com

OBJETO:PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

CONFRESA-MT, 05 de março de 2021.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PORTARIA N° 017/2021.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 92/2020

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Item e valor na Ata **Nº 92/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 , Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: A.M. DE ABREU EIRELI inscrito no CNPJ:18.523.063/0001-98.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços em Manutenção Preventiva e Corretiva de Ar Condicionado para atender as necessidades das Secretarias do Poder Executivo do Município de Confresa/MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 92/2020.** Tem o objetivo de Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Item e valor**.**

SECRETÁRIA DE SAÚDE

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 2.019 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL

CÓD RED: 903 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0042 – TRANSFERENCIA DE RECEBIMENTO DO SISTEMA ÚNICO – SUS - ESTADO

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA P/SEC. SAÚDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO P/ SEC.SAÚDE
05	1	UND	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO – AR CONDICIONADO SPLIT DE 24000 BTUS, COM MANUTENÇÃO CORRETIVA. **PREVENTIVA:** - LIMPEZA DOS FILTROS DE AR; - LIMPEZA DAS BANDEJAS COLETORAS DE ÁGUA; - APLICAÇÃO DE PRODUTOS BACTERICIDA, FUNGICIDA E GERMICIDA NA EVAPORADORA (UNIDADE INTERNA); - VERIFICAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO, ELETRÔNICO E CONSUMO (TENSÃO, CORRENTE, ETC.); - VERIFICAÇÃO DA SERPENTINA DO EVAPORADOR; - VERIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS ENTUPIMENTOS NA MANGUEIRA DE DRENO DO EQUIPAMENTO; - MEDIÇÃO DA PRESSÃO DE EQUILÍBRIO DO GÁS REFRIGERANTE; - VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES, TERMOSTATOS, ETC; - VERIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DO EQUIPAMENTO EM FUNCIONAMENTO COM OS DEVIDOS AJUSTES; **CORRETIVA:** OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA ENGLOBAM TODOS OS PROCEDIMENTOS DE REPOSIÇÃO DE PEÇAS QUE INVIABILIZAM O BOM FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, DEIXANDO O MESMO PARADO OU IRREGULAR EM CONDIÇÕES QUE ACARRETAM O MAU FUNCIONAMENTO. GERANDO FALHAS DE REFRIGERAÇÃO (DEFEITOS OU QUEBRAS). ESTE SERVIÇO ABRANGERÁ INTERVENÇÃO TÉCNICA E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA ATRAVÉS DE SUBSTITUIÇÃO TOTAL E/OU PARCIAL DE COMPONENTES AVARIADOS, AJUSTES E LIMPEZA BEM COMO TESTE DE FUNCIONAMENTO E PERFORMANCE DO MESMO.	R$ 320,55	R$ 320,55

INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 2132 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENFRENTAMENTO COVID-19

CÓD RED: 2034 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE: 0026

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR REMANEJADO
05	1	UND	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO – AR CONDICIONADO SPLIT DE 24000 BTUS, COM MANUTENÇÃO CORRETIVA. **PREVENTIVA:** - LIMPEZA DOS FILTROS DE AR; - LIMPEZA DAS BANDEJAS COLETORAS DE ÁGUA; - APLICAÇÃO DE PRODUTOS BACTERICIDA, FUNGICIDA E GERMICIDA NA EVAPORADORA (UNIDADE INTERNA); - VERIFICAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO, ELETRÔNICO E CONSUMO (TENSÃO, CORRENTE, ETC.); - VERIFICAÇÃO DA SERPENTINA DO EVAPORADOR; - VERIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS ENTUPIMENTOS NA MANGUEIRA DE DRENO DO EQUIPAMENTO; - MEDIÇÃO DA PRESSÃO DE EQUILÍBRIO DO GÁS REFRIGERANTE; - VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES, TERMOSTATOS, ETC; - VERIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DO EQUIPAMENTO EM FUNCIONAMENTO COM OS DEVIDOS AJUSTES;	R$ 320,55	R$ 320,55

			CORRETIVA: OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA ENGLOBAM TODOS OS PROCEDIMENTOS DE REPOSIÇÃO DE PEÇAS QUE INVIABILIZAM O BOM FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, DEIXANDO O MESMO PARADO OU IRREGULAR EM CONDIÇÕES QUE ACARRETAM O MAU FUNCIONAMENTO. GERANDO FALHAS DE REFRIGERAÇÃO (DEFEITOS OU QUEBRAS). ESTE SERVIÇO ABRANGERÁ INTERVENÇÃO TÉCNICA E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA ATRAVÉS DE SUBSTITUIÇÃO TOTAL E/OU PARCIAL DE COMPONENTES AVARIADOS, AJUSTES E LIMPEZA BEM COMO TESTE DE FUNCIONAMENTO E PERFORMANCE DO MESMO.		

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 05 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021. PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 003/2021**, conforme segue

OBJETO:AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SENDO CARNE E FRIOS EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) MERENDA ESCOLAR, DESCRITOS NA PLANILHA ABAIXO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

Para as empresas:

TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI

CNPJ: 29.858.443/0001-08

END: AV AYRTON SENNA CIDADE: CONFRESA-MT.

CEP:**78.652-000**

E-MAIL: rodrigo_ferrari10@hotmail.com

(66) 8412-8448 / (66) 8444-2543

REPRESENTANTE: RODRIGO ANTONIO FERRARI

Vencedora do item 05 no valor global de **R$ 53.250,00(Cinquenta e Três Mil e Duzentos e Cinquenta Reais).**

P. F. L. TEIXEIRA

CNPJ: 40.776.404/0001-96

END: AV BRASIL, N°488 CIDADE: CONFRESA-MT.

CEP: 78.652-000 (66) 884142964

E-MAIL: LMCONTABILIDADE-2010@HOTMAIL.COM

Vencedora dos itens 01,02,03,04,06,07,08,09,10 no valor global de **R$ 585.620,00 (Quinhentos e Oitenta e Cinco Mil e Seiscentos e Vinte Reais).**

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

CONFRESA-MT, **05 de MARÇO de 2021**.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA 017/2021

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N°029/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 021/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

OBJETO:. AQUISIÇÃO DE PEÇAS DECORATIVA E COMEMORATIVA (OBELISCO) CONFECCIONADO E INSTALADO EM CONCRETO ARMADO, COM PLACA EM ALTO RELEVO, EM ATENDIMENTOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MATO GROSSO.

DO VALOR GLOBAL: R$ 57.490,00

VIGÊNCIA: 9 meses e 27 dias - 04/03/2021 a 31/12/2021.

DATA: Confresa, 04 de Março de 2021.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – MT – **CONTRATADA:** SCHIRMANN E WOLFART LTDA, inscrita no CNPJ com o n. 04.909.944/0001-37.

FORO: Porto Alegre do Norte - MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº056/2021. TOMADA DE PREÇOS Nº006/2021.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar no dia **06 de ABRIL de 2021, às 09h00min**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização da **TOMADA DE PREÇOS Nº006/2021,** Tipo: Empreitada pelo Menor Preço Global de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato **(66) 3564-1818, RAMAL 31** pelo e-mail: licitaconfresa@hotmail.com.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE TRANSFORMAÇÃO E DERIVAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E OBRAS, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

Confresa-MT, 05 de MARÇO de 2021.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Presidente da C.P.L.

PORTARIA Nº008/2021.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 63/2020

Apostilamento para inclusão de dotação orçamentária Remanejamento de Valores e itens, para respectivos itens na Ata **Nº 63/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva nr° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: SISTEMA TERRA FM DE COMUNICAÇÃO LTDA inscrito no CNPJ: 10.316.207/0001-23.

OBJETO: Prestação de Serviços de uma Emissora de Rádio para Divulgação dos Informativos de Utilidade Pública, atendendo à solicitação das Secretarias do Poder Executivo do Município de Confresa-MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 63/2020.** Tem o objetivo de inclusão de dotação orçamentária e Remanejamento de Valores e itens.Processo Licitatório nº 55/2019 na modalidade Pregão Presencial nº 45/2019.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj.ativ: 2.078-Manutenção e Encargos com IGD PBF

Cód Red: 1739- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 0029- Recurso Federal

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	UND	QUANTIDADE REMANEJADA P/SEC.SAÚDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR REMANEJADO P/SEC.SAÚDE
1	MIN	50	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMISSORA DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DOS INFORMATIVOS DE UTILIDADE PÚBLICA.	R$ 67.90	R$ 3.395,00

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE ITEM E VALOR

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde;

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.149- Manutenção e Encargos com UBS – COVID 19

Cód Red: 2029- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 0046

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	UND	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR REMANEJADO
1	MIN	50	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMISSORA DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DOS INFORMATIVOS DE UTILIDADE PÚBLICA.	R$ 67.90	R$ 3.395,00

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 04 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº047/2021.
TOMADA DE PREÇOS Nº004/2021.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar no dia **30 de Março de 2021, às 09h00min**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização da **TOMADA DE PREÇOS Nº004/2021,** Tipo: Empreitada pelo Menor Preço Global de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato **(66) 3564-1818, RAMAL 31** pelo e-mail: licitaconfresa@hotmail.com.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMAS E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

Confresa-MT, 05 de MARÇO de 2021.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Presidente da C.P.L.

PORTARIA Nº008/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
COVID-19: DECRETO Nº. 022, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

"Altera, acrescenta e revoga dispositivos do Decreto Municipal nº 020, de 02 de março de 2021, e dá outras providências".

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO a necessidade de melhor adequar a redação do Decreto Municipal nº 020, de 02 de março de 2021, com os termos do Decreto Estadual nº 836, de 01 de março de 2021, assim como de instituir medidas complementares.

RESOLVE:

Art. 1º Altera-se o caput do artigo 6º do Decreto nº 020, de 02 de março de 2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Os estabelecimentos privados e comerciais, inclusive igrejas e templos religiosos, poderão manter seu horário de funcionamento aberto ao público de **segunda à sexta feira das 5h às 19h** e **aos fins de semana das 5h às 12h"**.

Art. 2º Revoga-se o artigo 16 do Decreto nº 020, de 02 de março de 2021.
Art. 3º Altera-se o artigo 7º do Decreto nº 020, de 02 de março de 2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os estabelecimentos privados e comerciais poderão atender na modalidade ***delivery*** até às **23h**, inclusive aos domingos."

Art. 4º Inclui-se o artigo 7-Aº ao Decreto nº 020, de 02 de março de 2021, com a seguinte redação:

"Art. 7-Aº Os estabelecimentos privados e comerciais poderão atender na modalidade **Drive-thru**até às **21h,** inclusive aos domingos."

Art. 5º Inclui-se o artigo 7-Bº ao Decreto nº 020, de 02 de março de 2021, com a seguinte redação:

"Art. 7-Bº Os estabelecimentos privados e comerciais não poderão atender na modalidade de retirada em balcão, a fim de evitar a aglomeração de pessoas na entrada do estabelecimento.

Parágafo único. Somente será permitido o atendimento na modalidade de retirada em balcão, inclusive aos domingos e **até às 21h**, nas **conveniências, lanchonetes e congênes localizados em postos de combustíveis** situados às margens de Rodovias Estaduais ou Federais que passam dentro do território de Municipal, exclusivamente para fins de entrega de **marmitas e bebidas**, exceto bebidas alcoólicas, para o atendimento dos caminhoneiros que se encontram parados no local.

Art. 6º Inclui-se o inciso V ao §2º do artigo 20 **D**ecreto nº 020, de 02 de março de 2021, com a seguinte redação:

V. para fins de comparecimento em tradicionais fúnebres, velórios e funerais.

Art. 7º Inclui-se o artigo 20-A ao Decreto nº 020, de 02 de março de 2021, com a seguinte redação:

"Art. 20-A Fica permitida, inclusive dentro do horário definido no art. 20, a realização de tradicionais fúnebres, velórios e funerais, exceto quando o falecido for caso suspeito ou confirmado de Covid-19, devendo ser observadas as seguintes medidas:

I. Limite máximo de até 4 (quatro) horas de duração;

II. Alimentos e bebidas estão probidos de serem servidor e consumidos durante o velório;

III. Os presentes no velório não podem ultrapassado o número de 5 (cinco) pessoas ao mesmo tempo dentro do ambiente interno do velatório;

IV. Deverá ser observado o distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre cada pessoa no velório, bem como na cerimônia de sepultamento;

V. As janelas e portas do local do velório devem ser mantidas abertas para propiciar a ventilação constante;

VI. Idosos com mais de 60 anos, portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos, gestantes, lactantes, crianças com até 12 anos, pessoas com sintomas de problemas respiratórios como febre, tosse, dor de garganta, coriza ou congestão nasal, não devem ir aos velórios, mantendo o isolamento social;

VII. Ao entrar e sair dos locais dos velórios as pessoas devem realizar a desinfecção das mãos com álcool gel 70%, que deve estar disponibilizado na entrada e em outros lugares visíveis e identificados;

VIII. Todos deverão estar obrigatoriamente de máscara;

IX. Fica proibido qualquer tipo de aglomeração de pessoas em velórios e sepultamentos;

X. Fica proibida a realização de velórios em residências e em ambientes com área inferior a 30m² (trinta metros quadrados).

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, mantendo-se inalteradas as demais disposições contidas no Decreto nº 020, de 02 de março de 2021.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de publicação.

Gabinete do Prefeito, em 05 de março de 2021.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 042/2021

"Dispõe sobre a Convocação de Servidor em gozo de férias para retorno ao trabalho nos dias que menciona.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar, o servidor WARLEI ADRIANO DOS SANTOS, matricula: 255, lotado na Secretária Municipal de Fazenda, em gozo de férias, para retorno ao trabalho a partir do dia 03 de março do corrente ano, prorrogando-se a licença por igual prazo da convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de março de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTABILIDADE
ANEXOS CONTAS GESTÃO 2020 - 12 AO 17

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2020

Exercício: 2020

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**27.381.453,08**	**24.826.360,58**
Ordinária		**11.829.956,04**	**13.072.899,72**
Vinculada		**15.551.497,04**	**11.753.460,86**
Recursos Vinculados à Educação		4.145.071,41	4.389.678,96
Recursos Vinculados à Saúde		7.122.277,43	3.978.647,06
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		294.236,35	238.991,75
Outras Destinações de Recursos		3.989.911,85	3.146.143,09
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**68.207,29**	**115.499,19**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		68.207,29	115.499,19
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**4.527.377,44**	**4.021.228,35**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		777.663,08	762.477,31
Inscrição de Restos a Pagar Processados		797.900,00	593.429,43
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		2.918.668,46	2.649.035,81
Outros Recebimentos Extraorçamentários		33.145,90	16.285,80
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**8.047.094,97**	**5.139.616,42**
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.047.094,97	5.139.616,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**40.024.132,78**	**34.102.704,54**

Emissão: 15/02/2021 10:04:30 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2020

Exercício: 2020

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**23.225.081,87**	**21.145.415,00**
Ordinária		**10.703.098,71**	**10.745.904,89**
Vinculada		**12.521.983,16**	**10.399.510,11**
Recursos Destinados à Educação		4.411.694,15	4.402.148,68
Recursos Destinados à Saúde		5.737.049,37	3.769.947,67
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		170.145,28	187.937,50
Outras Destinações de Recursos		2.203.094,36	2.039.476,26
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**1.010.000,00**	**990.000,00**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		1.010.000,00	990.000,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**4.313.261,90**	**3.920.194,57**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		751.710,10	1.228.326,84
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		593.429,43	41.002,81
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		2.946.749,51	2.634.266,41
Outros Pagamentos Extraorçamentários		21.372,86	16.598,51
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**11.475.789,01**	**8.047.094,97**
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.475.789,01	8.047.094,97
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**40.024.132,78**	**34.102.704,54**

*Nota Explicativa:

Emissão: 15/02/2021 10:04:30 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2020

Exercício: 2020

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**11.854.880,50**	**24.924,46**	**11.829.956,04**	**13.096.340,78**	**23.441,06**	**13.072.899,72**
Vinculada	**18.830.998,96**	**3.279.501,92**	**15.551.497,04**	**14.941.950,11**	**3.188.489,25**	**11.753.460,86**
Recursos Vinculados à Educação	7.424.573,33	3.279.501,92	4.145.071,41	7.578.168,21	3.188.489,25	4.389.678,96
Recursos Vinculados à Saúde	7.122.277,43	0,00	7.122.277,43	3.978.647,06	0,00	3.978.647,06
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	294.236,35	0,00	294.236,35	238.991,75	0,00	238.991,75
Outras Destinações de Recursos	3.989.911,85	0,00	3.989.911,85	3.146.143,09	0,00	3.146.143,09
TOTAL	**30.685.879,46**	**3.304.426,38**	**27.381.453,08**	**28.038.290,89**	**3.211.930,31**	**24.826.360,58**

Emissão: 15/02/2021 10:04:30 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 15/2/2021

Exercício: 2020

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.475.789,01	8.047.094,97
Créditos a Curto Prazo		30.578,13	91.858,13
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques			
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		11.506.367,14	8.138.953,10
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		776.632,94	635.971,08
Créditos a Longo Prazo		776.632,94	635.971,08
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado		29.535.791,17	27.406.833,39
Intangível			
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		30.312.424,11	28.042.804,47
TOTAL DO ATIVO		41.818.791,25	36.181.757,57

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo			161.500,47
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		797.900,00	431.928,96
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo		28.273,36	58.569,04
Total do Passivo Circulante		826.173,36	651.998,47
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante			
Patrimônio Líquido			

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 15/2/2021

Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	40.992.617,89	35.529.759,10
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	40.992.617,89	35.529.759,10
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.818.791,25	36.181.757,57

Emissão: 15/02/2021 10:10:51

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 15/2/2021

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		11.475.789,01	8.047.094,97
Ativo Permanente		30.343.002,24	28.134.662,60
Total do Ativo		41.818.791,25	36.181.757,57
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		1.640.671,51	1.504.506,26
Passivo Permanente			
Total do Passivo		1.640.671,51	1.504.506,26
Saldo Patrimonial (I - II)		40.178.119,74	34.677.251,31

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantia e Contra garantias recebidas			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		778.960,96	845.865,42
Direitos Contratuais			
Outros atos potenciais ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos		778.960,96	845.865,42
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantia e Contra garantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres			
Obrigações Contratuais		2.483.042,35	4.498.303,44
Outros atos potenciais passivos			
Total dos Atos Potenciais Passivos		2.483.042,35	4.498.303,44

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 15/2/2021

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2020

		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS				
00	Recursos Ordinários		2.593.251,52	2.345.617,73
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		462.477,65	611.498,97
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		753.734,31	48.722,38
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		165.913,21	120.190,91
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		27.559,76	13.395,08
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		241.840,43	188.924,13
18	Transferências do FUNDEB 60%		101.567,93	77.497,39
19	Transferências do FUNDEB 40%		14.177,46	216,30
22	Transferências de Convênios - Educação		75.727,08	50.880,75
23	Transferências de Convênios - Saúde			47.068,21
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		2.563.927,02	1.307.973,67
26	Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		58.600,98	
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		200.691,95	138.783,59
30	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		424.193,21	301.924,07
42	Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		351.248,02	45.542,57
43	Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		100.618,07	28.189,76
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio d		1.241.380,96	779.272,93
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investime		52.525,60	66.520,17
82	Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/ Saúde/Assist. Social)		397.907,38	362.600,09
92	Alienação de Bens		7.774,96	7.770,01
Total das Fontes de Recursos			9.835.117,50	6.542.588,71

*Nota Explicativa:

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	I	2.140.947,49	2.798.134,54
Contribuições	II	0,00	129.780,61
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	109.426,46	260.729,25
Transferências e Delegações Recebidas	V	28.611.263,48	24.796.447,96
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	11.832,20	273.334,15
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	46.784,51	177.177,38
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		30.920.254,14	28.435.603,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	VIII	11.092.913,22	10.206.865,99
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	9.452.199,28	10.752.846,41
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	XI	1.487,02	8.043,01
Transferências e Delegações Concedidas	XII	4.305.701,92	4.194.689,25
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	99.877,79	443.893,20
Tributárias	XIV	287.921,51	232.958,43
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	189.415,56	167.668,94
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		25.429.516,30	26.006.965,23
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		5.490.737,84	2.428.638,66

QUADROS ANEXOS

Anexo I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos		1.731.885,71	2.702.670,84
Taxas		254.778,15	95.463,70
Contribuições de Melhoria		154.283,63	0,00
		2.140.947,49	2.798.134,54

Anexo II - Contribuições

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Contribuições			
Contribuição de Iluminação Pública		0,00	129.780,61
		0,00	129.780,61

Anexo IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Mora		78.007,83	168.602,53

Emissão: 15/02/2021 10:13:23 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

		Exercício: 2020
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	31.418,63	85.363,92
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	6.762,80
	109.426,46	260.729,25

Anexo V - Transferências e Delegações Recebidas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intra Governamentais		68.207,29	115.499,19
Transferências Inter Governamentais		28.543.056,19	24.680.948,77
		28.611.263,48	24.796.447,96

Anexo VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Reavaliação de Ativos		0,00	258.315,66
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	7.150,00
Desincorporação de Passivos		11.832,20	7.868,49
		11.832,20	273.334,15

Anexo VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		46.784,51	177.177,38
		46.784,51	177.177,38

Anexo VIII - Pessoal e Encargos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		10.720.505,03	9.913.001,31
Encargos Patronais		372.408,19	293.864,68
		11.092.913,22	10.206.865,99

Anexo X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	3.877.483,08	3.990.989,82
Serviços	3.546.252,00	3.637.478,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.028.464,20	3.124.378,13
	9.452.199,28	10.752.846,41

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

Anexo XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	8.043,01
Descontos Financeiros Concedidos		1.487,02	0,00
		1.487,02	8.043,01

Anexo XII - Transferências e Delegações Concedidas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Transferências e Delegações Concedidas			
Transferências Intra Governamentais		1.010.000,00	990.000,00
Transferências Inter Governamentais		3.295.701,92	3.204.689,25
		4.305.701,92	4.194.689,25

Anexo XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		12.453,76	15.901,40
Desincorporação de Ativos		87.424,03	427.991,80
		99.877,79	443.893,20

Anexo XIV - Tributárias

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Tributárias			
Contribuições		287.921,51	232.958,43
		287.921,51	232.958,43

Anexo XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Premiações		0,00	8.647,50
Resultado Negativo de Participações		146.669,67	148.300,16
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		42.745,89	10.721,28
		189.415,56	167.668,94

Variações Patrimoniais Qualitativas (decorrentes da execução orçamentária)

	Exercício Atual	Exercício Anterior

Emissão: 15/02/2021 10:13:23 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

		Exercício: 2020
Incorporação de Ativos	3.359.521,98	3.265.774,30
Desincorporação de Passivos	0,00	6.125,44

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE
CNPJ: 04.219.688/0001.56
Avenida dos Oitis - 0001200 - Centro
Telefone: (065)3265-1000
prefeitura@conquistadoeste.mt.gov.br

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Dezembro/2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.720.618,67	2.749.188,58
Receita de Contribuições	154.283,63	129.780,61
Receita Patrimonial	25.211,80	78.477,26
Receita de Serviços	182.072,39	141.293,87
Remuneração das Disponibilidades	31.418,63	85.363,92
Transferências correntes recebidas	25.263.554,27	21.585.637,60
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	3.024.017,25	2.829.621,05
Desembolsos		
Pessoal e demais despesas	18.354.447,24	17.451.931,03
Juros e encargos da dívida		8.043,01
Transferências concedidas	854.159,10	1.743.494,13
Outros desembolsos operacionais	3.977.824,28	2.643.046,43
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais(I)	7.214.746,02	5.752.848,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos		
Aquisição de ativo não circulante	3.786.051,98	2.839.244,30
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento(II)	-3.786.051,98	-2.839.244,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Desembolsos		
Outros desembolsos de financiamentos		6.125,44
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento(III)		-6.125,44
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	3.428.694,04	2.907.478,55

Emissão: 15/02/2021 10:16:25 Página 1

MCASP - 8ª EDIÇÃO Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE
CNPJ: 04.219.688/0001.56
Avenida dos Oitis - 0001200 - Centro
Telefone: (065)3265-1000
prefeitura@conquistadoeste.mt.gov.br

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Dezembro/2020

Caixa e Equivalente de caixa inicial	8.047.094,97	5.139.616,42
Caixa e Equivalente de caixa final	11.475.789,01	8.047.094,97

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Transferências correntes recebidas	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
da União	12.988.737,52	10.264.141,81
de Estados e Distrito Federal	9.446.042,54	8.698.856,36
Intragovernamentais		115.499,19
Outras transferências recebidas	2.828.774,21	2.507.140,24
Total das Transferências Recebidas	25.263.554,27	21.585.637,60

Transferências concedidas	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
a Consórcios Públicos	148.884,30	146.085,53
Intragovernamentais	705.274,80	1.597.408,60
Total das Transferências Concedidas	854.159,10	1.743.494,13

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
Essencial à Justiça	134.614,72	128.848,98
Administração	3.207.341,93	2.967.485,87
Assistência Social	814.637,93	936.773,01
Saúde	5.062.612,29	4.575.979,37
Educação	3.616.129,77	4.277.183,52
Cultura	180.355,06	481.765,86
Urbanismo	2.299.190,34	1.780.019,48
Saneamento	153.385,45	147.394,97
Gestão Ambiental	155.082,16	73.715,28
Agricultura	854.194,78	796.386,47
Energia	104.920,24	50.196,96
Transporte	1.390.163,06	929.097,73

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE CONQUISTA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE
CNPJ: 04.219.688/0001.56
Avenida dos Oitis - 0001200 - Centro
Telefone: (065)3265-1000
prefeitura@conquistadoeste.mt.gov.br

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Dezembro/2020

Desporto e Lazer	94.197,92	80.793,49
Encargos Especiais	287.621,59	226.290,04
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	18.354.447,24	17.451.931,03

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		8.043,01
Total dos Juros e Encargos da Dívida		8.043,01

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2020

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964) em R$

DÍVIDA FUNDADA INTERNA NÃO VINCULADA													
AUTORIZAÇÕES						SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS		DATA	VALOR EMISSÃO		EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
		TOT.	PAGAS									
445/2014	PARCELAMENTO COM INSS	60	60	13/03/2014	183.763,20							
TOTAL					**183.763,20**							
TOTAL GERAL					**183.763,20**							

Emissão: 15/02/2021 10:35:45

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2020

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO PERÍODO					SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSFERÊNCIAS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSSADOS INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA EM LIQUIDAÇÃO OU LIQUIDADO		
			PAGAMENTO	CANCELAMENTO	INSCRIÇÃO	BAIXA	
Restos a pagar (Subtotal)	1.448.151,85	1.575.563,08	1.345.139,53	66.177,25	751.710,10	751.710,10	1.612.398,15
PROCESSADOS							
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	593.429,43	0,00	593.429,43	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	797.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	797.900,00
Subtotal dos RPP	**593.429,43**	**797.900,00**	**593.429,43**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**797.900,00**
NAO PROCESSADOS							
2014	28.131,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.131,78
2016	64.113,33	0,00	0,00	64.113,33	0,00	0,00	0,00
2019	762.477,31	0,00	751.710,10	2.063,92	751.710,10	751.710,10	8.703,29
2020	0,00	777.663,08	0,00	0,00	0,00	0,00	777.663,08
Subtotal dos RPNP	**854.722,42**	**777.663,08**	**751.710,10**	**66.177,25**	**751.710,10**	**751.710,10**	**814.498,15**
Depósitos (Subtotal)	56.354,41	2.918.668,46	2.935.156,24	11.593,27	0,00	0,00	28.273,36
INSS	0,00	165.538,31	163.729,91	1.808,40	0,00	0,00	0,00
PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	686.170,44	682.375,64	3.794,80	0,00	0,00	0,00
IRRF SERVIDORES	0,00	721.553,42	721.553,42	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF - TERCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISSQN-IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	0,00	126.000,52	125.928,52	72,00	0,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	10.143,64	10.143,64	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXILIO DOENCA	0,00	969,54	969,54	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMOS SICREDI	0,00	800.620,88	800.620,88	0,00	0,00	0,00	0,00
DESCONTO UNIMED	0,00	187.482,27	187.482,27	0,00	0,00	0,00	0,00
ABONO PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESCONTO DIVERSOS	28.081,05	40.789,80	62.952,78	5.918,07	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMOS CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	179.399,64	179.399,64	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUICAO SINDICAL	28.273,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.273,36
TOTAL	**1.504.506,26**	**4.494.231,54**	**4.280.295,77**	**77.770,52**	**751.710,10**	**751.710,10**	**1.640.671,51**

Emissão: 15/02/2021 10:38:46

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

Página 1

Homologado

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 043/2021

"Designar servidor para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Administração."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE**:**

Art. 1º - Designar o servidor **WARLEI ADRIANO DOS SANTOS**, secretário municipal de Fazenda, para responder interinamente pela a Secretaria Municipal de Administração e secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, em substituição a Secretária da pasta Senhora Dorvalina Nunes que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria prevalecerá enquanto perdurar o afastamento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de março de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL N.º PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

OBJETO: SELEÇÃO DE PESSOAL PARA EXERCER, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL, AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS CONSTANTES DOS PLANOS DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO.

COTRIGUAÇU/2021

EDITAL N.º PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROCESSO N.º PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021

SELEÇÃO DE PESSOAL PARA EXERCER, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL, AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS CONSTANTES DOS PLANOS DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO.

PREÂMBULO:

A Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, *Jesuína Maria De Aquino Sulzbach*, nomeada pela Portaria Municipal n.º 111, de 03 de março de 2021, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal realizará na forma do presente Edital, Processo Seletivo Simplificado objetivando a seleção de Pessoal para exercer, em caráter temporário e excepcional, as atribuições dos cargos constantes dos Planos de Cargos, Carreira e Salários, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, mediante Contrato Administrativo Temporário, segundo as disposições do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; da Lei Complementar Municipal n.º 019/2005, que d**ispõe sobre a restruturação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cotriguaçu-MT; da Lei Municipal n.º** 1.134/2021, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, no âmbito do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso; da Lei Complementar n.º 048/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu MT, da Lei Municipal n.º 049/2014, que dispõe do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde; da Lei Municipal nº 1.132/2021 que regulamenta o procedimento a ser adotado pelos Poderes da Administração Pública, direta e indireta, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, na realização do Processo Seletivo Simplificado e nas Contratações Temporárias, em conformidade com as normas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT; da Portaria, que constituiu a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu MT; e, dos seguintes itens e disposições do presente Edital de Seleção:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Processo Seletivo Simplificado é destinado a seleção de Pessoal para exercer, em caráter temporário e excepcional, as atribuições dos cargos constantes dos Planos de Cargos, Carreira e Salários, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante Contrato Administrativo Temporário por prazo determinado, relacionados no *ANEXO I – "*QUADRO ESTIMATIVO DE VAGAS E VENCIMENTO/REMUNERAÇÃO", do presente Edital, passando desse a ser parte integrante.

1.2. A Seleção de Pessoal será realizada mediante a aplicação de Provas e Provas de Títulos, a ser regido pelas disposições do presente Edital e executado e organizado pela empresa, S.O.S. ASSESSORIA CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CRA-MT sob o n.º 301 e no CNPJ/MF sob o n.º 03.190.857/0001-00, sob a coordenação e supervisão da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu MT, constituída pela Portaria Municipal n.º 111, de 03 de março de 2021.

1.3. Antes de inscrever-se no PSS, o candidato deve observar as normas estabelecidas pelo presente Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá, todos os requisitos exigidos para a contratação.

1.4. A participação dos candidatos no Processo Seletivo Simplificado não implica obrigatoriedade de sua contratação, ocorrendo apenas à expectativa de contratação, ficando reservado à Administração Pública do Poder Executivo Municipal, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço público, obedecendo rigorosamente a ordem de Aprovação e Classificação Final, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, que será de 12 (doze) meses.

1.5. O regime jurídico dos servidores empossados através desse Processo Seletivo é o Regime Jurídico Administrativo Especial, e ainda, restando dúvidas, dirimir-se-á com a aplicação do Regime Jurídico Estatutário do Município, instituído pela Lei Complementar 019/2005.

1.6. O Regime Previdenciário dos servidores empossados pelo resultado desse Processo Seletivo Simplificado será o RGPS Regime Geral de Previdência Social.

1.7. O Quadro Estimativo de Vagas e Vencimento/Remuneração a ser selecionadas pelo Processo Seletivo Simplificado segue no ANEXO I, do presente Edital, passando desse a ser parte integrante.

2. DOS REQUISITOS:

2.1. Para participar do Processo Seletivo Simplificado, o candidato deve:

2.1.1. ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ainda, português, desde que amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 12, § 1.º, da Constituição Federal.

2.1.2. possuir no mínimo 17 (dezessete) anos completos, e não completado 70 (setenta) anos, no ato da inscrição, conforme disposto no art. 17, Parágrafo Único, da Lei Municipal n.º 1.132/2021, que **Regulamenta o procedimento a ser adotado pelos Poderes da Administração Pública, direta e indireta, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, na realização do Processo Seletivo Simplificado e nas Contratações Temporárias, em conformidade com as normas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.**

2.2. possuir 18 (dezoito) anos completos, no ato da contratação.

3. DO CADASTRO E DAS INSCRIÇÕES:

3.1. A inscrição implica conhecimento e aceitação integral das normas e condições estabelecidas no presente Edital, concordando com as mesmas, sobre as quais os candidatos não poderão alegar desconhecimento dessas.

3.2. A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu-MT será encarregada de coordenar e supervisionar o Processo Seletivo Simplificado que será executado pela empresa, S.O.S. ASSESSORIA CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CRA-MT sob o n.º 301 e no CNPJ/MF sob o n.º 03.190.857/0001-00.

3.3. O processo de validação, análise dos documentos, análise e julgamento de eventuais recursos interpostos, conforme previsto no presente Edital.

3.4. Os interessados em participar do presente Processo Seletivo Simplificado deverão fazer a sua inscrição, no período compreendido entre as datas de *18 a 31 de março de 2021*, no horário da 00:01 hora do primeiro dia até às 23:00 horas do último dia, horário de Mato Grosso, com o preenchimento

da Ficha de Inscrição, diretamente, no site: https://www.cotriguacu.mt.gov.br, clicando no banner “PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003”, assim como:

3.4.1. emitir o comprovante de inscrição e respectivo boleto bancário;

3.4.2. efetuar o pagamento do boleto bancário impreterivelmente até a data de 01 de abril de 2021; e,

3.4.3. acompanhar diariamente a andamento do Processo Seletivo Simplificado através de Editais Complementares no *site* do referido Processo Seletivo.

3.5. O ato de inscrição é de inteira responsabilidade do/a candidato/a. **3.6.** A empresa organizadora e a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu-MT não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, procedimentos indevidos do/a candidato/a, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. **3.7.** O/a candidato/a deverá ler e seguir atentamente as orientações para preenchimento da Ficha de Inscrição via *Internet*, confirmando os dados pessoais preenchidos antes de enviar a inscrição e gerar o boleto bancário para pagamento. **3.8.** O/a/s candidato/a/s que prestar/em qualquer declaração falsa ou inexata no ato da inscrição, ou caso não possam satisfazer a todas as condições enumeradas no presente Edital, terão a inscrição cancelada e todos os atos dela decorrentes, mesmo que classificado/a/s. **3.9.** A taxa de inscrição paga pelo/a candidato/a não será devolvida em nenhuma hipótese ou compensada com outra inscrição, mesmo que do/a próprio/a candidato/a. **3.10.** O descumprimento de qualquer das instruções para o preenchimento da Ficha de Inscrição via *Internet* implicará na não conclusão ou anulação da mesma. **3.11.** O candidato cuja documentação for considerada em desacordo com as disposições do presente Edital estará desclassificado automaticamente do Processo Seletivo Simplificado. **3.12.** O valor da taxa de inscrição será diferenciado por nível de escolaridade, da seguinte forma: **3.12.1.** Ensino de Nível Fundamental Incompleto e Completo: R$ 20,00 (vinte reais); **3.12.2.** Ensino de Nível Médio e Técnico: R$ 30,00 (trinta reais); **3.12.3.** Ensino de Nível Superior: R$ 50,00 (cinquenta reais). **3.13.** A única forma de realizar a inscrição será via *internet*. **3.14.** A informação prestada no ato da inscrição e os dados mencionados serão de inteira responsabilidade do/a candidato/a, respondendo este/a por qualquer falsidade na forma da Lei. **3.15.** A emissão do boleto bancário está diretamente vinculada aos dados da inscrição realizada, o pagamento indevido não dá ao/a candidato/a o direito de compensação por outra inscrição válida, tampouco, ser restituído do valor pago. **3.16.** O/A candidato/a que tiver sua inscrição anulada ou cancelada, mesmo que já paga a taxa de inscrição, não terá direito a devolução do valor, exceto se comprovada a culpa ou erro por parte da organização do Processo Seletivo. **3.17.** Aplica-se o disposto no subitem anterior, caso o/a candidato/a deixar de realizar qualquer prova, o que resultará na sua desclassificação do Processo Seletivo Simplificado. **3.18.** Caso o/a candidato/a pretender alterar a sua inscrição, deverá fazer inevitavelmente antes do pagamento, com a emissão de nova taxa de inscrição. **3.19.** No caso de eventual ajuste ou correção na inscrição, deverá o candidato acessar a Área Restrita ao Candidato/Dados Pessoais e promover os ajustes necessários ao bom desempenho de sua inscrição. **3.19.1.** Caso o/a candidato/a tenha dificuldades em corrigir sua inscrição, deve enviar e-mail, antes do pagamento da taxa de inscrição a empresa organizadora: contato@sosconsultoria.com.br até 48 horas antes do prazo final das inscrições, anexando cópia de um documento pessoal com foto e justificar a necessidade do ajuste. **3.20.** O comprovante de inscrição será emitido no ato da realização da inscrição e somente terá validade com a apresentação do boleto devidamente pago até a data do vencimento e deverá ser mantido em poder do/a candidato/a e apresentado nos locais de realização das provas (quando solicitado), juntamente com documento de identificação. **3.21.** Não será possível para o/a candidato/a inscrever-se simultaneamente para 02 (dois) ou mais cargos, mesmo diferentes, dada a vinculação do número do CPF/MF, portanto, antes de se inscrever, o/a candidato/a deve observar com atenção as informações prestadas e somente confirmar a inscrição após ter absoluta certeza sobre o cargo ao qual pretende concorrer. **3.22.** O/a candidato/a que pagar o boleto bancário com cartão de crédito deverá atentar para o tempo demorado pela concessionária do cartão repassar o recurso financeiro à Prefeitura Municipal. **3.22.1.** A liquidação do valor pago pelo cartão de crédito deverá ser repassado até a data do vencimento do boleto bancário, sob pena de indeferimento da inscrição, por pagamento extemporâneo (fora de prazo).

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

4.1. O/A/s candidatos/a/s deverão primeiramente se inscrever no sistema de geração das inscrições, após isso, poderão requerer a isenção da taxa de inscrição, desde que seja DOADOR SANGUÍNEO.

4.2. Para ter direito ao disposto no subitem anterior, o/a candidato/a doador/a de sangue, tem que comprovar que realizou pelo menos 03 (três) doações antes da publicação do presente Edital e, protocolar com o requerimento de isenção, cópia do documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular de sangue expedido por Banco de Sangue, público ou privado, conforme disposto na Lei Estadual n.º 7.713/2002;

4.3. Será excluído/a do Processo Seletivo Simplificado o/a candidato/a que não atendendo, no prazo de sua inscrição, os requisitos previstos em Lei, e tenha obtido vantagens, com uso de fraudes ou qualquer outro meio que evidencie má fé, à redução ou isenção da Taxa de Inscrição.

4.4. A exclusão que trata o subitem anterior será precedida de procedimento em que se garanta ao candidato a sua defesa; e, uma vez confirmada, importará a anulação da respectiva inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação vigente, cabíveis na espécie.

4.5. O período para requerimento de isenção da taxa de inscrição será entre as datas de 18 a 21 de março de 2021, no horário da 00:01 hora do primeiro dia até às 23:00 horas do último dia, horário de Mato Grosso, através do sistema de geração de inscrições, no qual o/a candidato/a deverá enviar a documento comprobatório convertido em arquivo PDF, anexado ao próprio Formulário de Inscrição.

4.6. Os Organizadores do Processo Seletivo Simplificado farão publicar no *site* https://www.cotriguacu.mt.gov.br, provavelmente, até a data de *23 de março de 2021*, a relação do/a/s candidato/a/s que terão as inscrições validadas gratuitamente e automaticamente pelo sistema de registro de inscrições.

4.7. O/A candidato/a que requereu a isenção da taxa de inscrição e não foi incluído na relação de Isenções da Taxa de Inscrição, poderá interpor recurso administrativo até às 17:00 horas do dia *25 de março de 2021* para ciência das razões e fundamentos do indeferimento do requerimento, bem como para pleitear a reforma da decisão da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, sem anexação de documentos adicionais.

4.8. Na data provável de *26 de março de 2021*, a organização do Processo Seletivo Simplificado fará publicar no *site* https://www.cotriguacu.mt.gov.br o Edital Complementar Definitivo da Relação do/a/s candidato/a/s contemplado/a/s com a gratuidade da inscrição, para homologação.

5. DO/A CANDIDATO/A CONSIDERADO/A PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD OU QUE NECESSITA DE ATENDIMENTO ESPECIAL:

5.1. Em atendimento as disposições da Lei Federal n.º 7.853/89 (Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes), e suas alterações posteriores, não está contemplada no presente Edital, vaga para Pessoa com Deficiência – PcD, porém nenhum candidato será cerceado do direito à ampla concorrência.

5.2. O/a candidato/a que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá requerer no ato da inscrição com a devida justificativa, conforme disposto no subitem 5.3., do presente Edital.

5.3. Para se inscrever como Pessoa com Deficiência Física - PcD, o/a candidato/a deverá no ato da inscrição anexar o Laudo Médico, com emissão não superior a 30 (trinta) dias, conforme determina o art. 15, § 5.º, da Lei Municipal n.º 1.132/2021, com a informação da Classificação Internacional de Doenças - CID-10, e as causas relacionados à sua saúde.

5.4. Caso o/a candidato/a que não requerer a prerrogativa disposta no subitem anterior, terá tratamento igualitário junto aos demais candidatos concorrentes.

5.5. O/a candidato/a que necessitar de atendimento especial para a realização das provas, tais como gestantes; lactantes e pessoas com deficiência física deverão assinalar o campo "NECESSIDADE ESPECIAL PARA O DIA DA PROVA" e inserir a justificativa e a necessidade de atendimento.

5.6. O deferimento para o tratamento especial será avaliado e dependerá de autorização da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

5.6.1. A disponibilização das condições ou recursos especiais para o dia da prova atenderá aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.7. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade, o/a qual assumirá total responsabilidade pela guarda da criança e não haverá descontos do tempo destinados à amamentação, sendo que, se não levar acompanhante para cuidar da criança, será impedida de realizar a prova, para não prejudicar os demais candidatos.

5.8. A relação dos candidatos que tiverem atendimento especial deferido será divulgada no site https://www.cotriguacu.mt.gov.br, assim como em Quadro de Aviso ou Mural no dia e local da prova.

5.9. Se o requerente de atendimento especial não tiver o nome incluído na relação que trata o subitem anterior, poderá solicitar junto aos integrantes da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado quais as razões e fundamentos do indeferimento.

6. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E SUBJETIVAS:

6.1. O local de realização das Provas Objetivas (múltipla escolha) e subjetivas (prova prática de direção e operação de máquinas) serão informadas ao/a/s candidato/a/s quando da publicação do ensalamento, mediante Edital Complementar, previsto para a data de *14 de abril de 2021*, conforme estabelecido no cronograma do presente Processo Seletivo Simplificado, no site https://www.cotriguacu.mt.gov.br.

6.2. As eventuais alterações suplementares serão informadas em Editais Complementares no site https://www.cotriguacu.mt.gov.br, no *banner* "PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/PE/COTRIGUAÇU2021".

7. DAS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

7.1. A seleção de que trata o presente Edital compreenderá Prova Objetiva e Prova de Títulos, e ainda, Prova Prática para alguns cargos, como estabelecido no *ANEXO I – "*QUADRO ESTIMATIVO DE VAGAS E VENCIMENTO REMUNERAÇÃO", do presente Edital.

7.2. A Prova Objetiva (múltipla escolha) terá a duração de 02 (duas horas) e será aplicada na data provável de *18 de abril de 2021*, no turno da manhã, das 08:00 as 10:00 horas, e será confirmada por Edital Complementar na divulgação do ensalamento, previsto para o dia *14 de abril de 2021*.

7.3. Os Gabaritos preliminares das Provas Objetivas serão publicados nos Quadros de Avisos e Murais da Prefeitura Municipal, e ainda, no Jornal Oficial dos Municípios AMM: www.amm.org.br e no site www.cotriguacu.mt.gov.br, no dia seguinte à realização das provas, conforme estabelecido no *ANEXO IV – "*CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO", do presente Edital, provavelmente na data de *19 de abril de 2021*.

7.4. Será de responsabilidade exclusiva do/a candidato/a à identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário predeterminado.

7.5. Todas as Provas do Processo Seletivo Simplificado estão com datas estabelecidas no *ANEXO IV – "***CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO",** do presente Edital.

7.6. A Prova de Títulos será realizada de acordo com os critérios estabelecidos no item 9., e seus subitens, do presente Edital.

7.7. A prova subjetiva (prova prática de direção e operacionalização de maquinários) será logo após o horário de término da prova objetiva, cujo local será avisado em sala de provas, no turno da manhã.

8. DAS PROVAS OBJETIVAS:

8.1. CANDIDATO/A/S DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO E COMPLETO:

8.1.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha para o/a/s candidato/a/s de Nível Fundamental Incompleto e Completo será composta de 20 (vinte) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

8.1.2. O Conteúdo Programático das Provas está disponível no *ANEXO III – "*CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE", do presente Edital, devidamente discriminado pelos cargos concorridos.

8.1.3. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: “A, B, C ou D”, sendo que o/a candidato/a deverá preencher na Folha de Respostas apenas o campo correspondente à resposta que julgar correta, de acordo com o enunciado da questão, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

8.1.4. O/A candidato/a não poderá zerar em qualquer das disciplinas da Prova Objetiva (múltipla escolha), e ainda, deverá obter o mínimo de 20 (vinte) pontos no somatório das notas, sob pena de desclassificação.

8.1.5. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo e totalizarão o máximo de 100 (cem) pontos:

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	5 (cinco)	4 (quatro) pontos	20 (vinte) pontos
Conhecimentos Gerais	5 (cinco)	4 (quatro) pontos	20 (vinte) pontos
Conhecimentos Específicos	10 (dez)	6 (seis) pontos	60 (sessenta) pontos
TOTAL.....			**100 (cem) pontos**

8.2. CANDIDATO/A/S DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO:

8.2.1. A Prova Objetiva (múltipla escolha): para o/a/s candidato/a/s do Nível Médio e Técnico será composta de 20 (vinte) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

8.2.2. O Conteúdo Programático das Provas está disponível no *ANEXO III – “*CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE”, do presente Edital, devidamente discriminado pelos cargos concorridos.

8.2.3. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: “A, B, C ou D”, sendo que o/a candidato/a deverá preencher na Folha de Respostas apenas o campo correspondente à resposta que julgar correta, de acordo com o enunciado da questão, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

8.2.4. O/A candidato/a não poderá zerar em qualquer das disciplinas da Prova Objetiva (múltipla escolha), e ainda, deverá obter o mínimo de 20 (vinte) pontos no somatório das notas, sob pena de desclassificação.

8.2.5. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo e totalizarão o máximo de 100 (cem) pontos:

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	5 (cinco)	4 (quatro) pontos	20 (vinte) pontos
Matemática	5 (cinco)	4 (quatro) pontos	20 (vinte) pontos
Conhecimentos Gerais	5 (cinco)	4 (quatro) pontos	20 (vinte) pontos
Conhecimentos Específicos	5 (cinco)	8 (oito) pontos	40 (quarenta) pontos
TOTAL.....			**100 (Cem) pontos**

8.3. CANDIDATO/A/S DE NÍVEL SUPERIOR:

8.3.1. A Prova Objetiva (múltipla escolha): para o/a/s candidato/a/s do Nível Superior será composta de 20 (vinte) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

8.3.2. O Conteúdo Programático das Provas está disponível no *ANEXO III – “*CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE”, do presente Edital, devidamente discriminado pelos cargos concorridos.

8.3.3. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: “A, B, C ou D”, sendo que o/a candidato/a deverá preencher na Folha de Respostas apenas o campo correspondente à resposta que julgar correta, de acordo com o enunciado da questão, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

8.3.4. O/A candidato/a não poderá zerar em qualquer das disciplinas da Prova Objetiva (múltipla escolha), e ainda, deverá obter o mínimo de 20 (vinte) pontos no somatório das notas, sob pena de desclassificação.

8.3.5. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva (múltipla escolha) terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo totalizando 100 (cem pontos):

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	5 (cinco)	4,0 (quatro) pontos	20 (vinte) pontos
Conhecimentos Gerais	5 (cinco)	4,0 (quatro) pontos	20 (vinte) pontos
Conhecimentos Específicos	10 (dez)	6,0 (seis) pontos	60 (sessenta) pontos
TOTAL.....			**100 (cem) pontos**

9. DA PROVA DE TÍTULOS E AVALIAÇÃO:

9.1. A Prova de Títulos terá seu resultado adicionado na soma das notas do/a/s candidato/a/s que obtiverem a classificação mínima na Prova Objetiva, cuja soma terá caráter meramente classificatório.

9.2. O Título de Pós Graduação deverá ser exclusivamente na área do cargo pretendido no Processo Seletivo Simplificado.

9.3. Receberá bônus através de comprovação de Título de Pós-Graduação o/a/s candidato/a/s do Nível Superior que obtiverem o mínimo de 20 (vinte) pontos na prova objetiva, de caráter meramente classificatório.

9.4. Será permitido apenas 1 (um) único título de Pós-Graduação cuja especialização seja na área específica da atuação no serviço público, e totalmente compatível às atribuições do cargo concorrido, conforme estabelecido no *ANEXO II – “*DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS”, do presente Edital, e a pontuação máxima do Título de Pós-Graduação se restringirá a 5 (cinco) pontos.

9.5. O Título de Pós Graduação (na área específica do cargo concorrido) será entregue em *cópia autenticada em cartório*, impreterivelmente, na data da realização da Prova Objetiva (turno da manhã) ao fiscal de sala, para as respectivas anotações na ata de sala, quando da realização das provas.

9.6. Será aceita declaração de conclusão de curso, desde que, devidamente juntado ao Histórico Escolar ou Certificado de conclusão registrado pelo MEC (ambos em cópias autenticadas em cartório), exceto as que obtiverem endereço eletrônico para autenticação.

9.7. Ao/s Título/s apresentados pelos candidatos será atribuída à pontuação estabelecida na tabela abaixo, observado o disposto no subitem 9.4., do presente Edital:

TÍTULOS ADMITIDOS PARA EFEITO DE PONTUAÇÃO	
Pós-Graduação (Especialização) na área do cargo pretendido (*lato sensu*)	**3 (três) pontos**
Pós-Graduação (Mestrado) na área do cargo pretendido (*stricto sensu*)	**5 (cinco) pontos**

10. DA PROVA PRÁTICA:

10.1. A Prova Prática de caráter ELIMINATÓRIO somente será aplicada aos candidatos inscritos para provimento dos cargos de **Motorista**: Veículo Pequeno, possuidor de CNH Cat. **"B"** em plena validade; **Motoristas:** Ambulância / SAMU; Caminhões Grande Porte e Transporte Escolar; **Operadores:** Máquinas Pesadas: Escavadeira Hidráulica; Motoniveladora/Patrola; Pá Carregadeira e Trator de Esteiras, todos portadores de CNH Cat. **"D"** em plena validade. **10.2.** A Prova Prática será realizada no dia *18 de abril de 2021*, a partir das 10:30 horas até o atendimento integral do/as candidatos/as, somente aos candidatos/as que realizaram a prova objetiva, seguindo a chamada em ordem de cargo e alfabética de candidatos/as, durante o período diurno, com continuação dia *19 de abril de 2021*, a partir das 08:00 horas, caso necessário. **10.3.** Os Avaliadores serão membros do corpo técnico da empresa contratada ou terceirizados para essa finalidade, desde que tenham competência técnica comprovada. **10.4.** Se for necessário, a Prova Prática poderá ser aplicada fora das dependências do local previamente indicado no Edital, a critério dos Avaliadores e da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado**. 10.5.** A Prova Prática consistirá na execução de tarefas e serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pelos Avaliadores, tomando-se por base as atribuições dos cargos, sendo que a avaliação objetivará aferir a experiência, adequação de atitudes, postura e habilidades do candidato em relação às atribuições do cargo pretendido, onde o candidato deverá demonstrar os seus conhecimentos e habilidades na execução prática das tarefas próprias dos ocupantes de tais cargos. **10.6.** Para a realização da Prova Prática, os candidatos aos cargos Motoristas e de Operadores de Máquinas deverão apresentar-se munidos de documento de identidade, da Ficha de Inscrição e da Carteira Nacional de Habilitação CNH, em plena validade, ou com a CNH anterior em plena validade e o protocolo eletrônico expedido pelo DETRAN do encaminhamento da futura CNH, compatível ao cargo concorrido. **10.7.** O candidato que não comparecer à Prova Prática ou que não puder realizá-la por não portar os documentos necessários e obrigatórios será automaticamente desclassificado, independente da nota obtida na Prova Objetiva. **10.8.** A Prova Prática constituir-se-á na execução de tarefas pertinentes a atividade laboral do cargo, e serão realizadas individualmente pelo candidato, e previamente elaboradas pelos Avaliadores, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base a execução das atribuições requeridas. **10.9.** Os Avaliadores registrarão em uma FICHA DE AVALIAÇÃO, por candidato, todas as tarefas desenvolvidas pelo avaliado, apontando as executadas de modo satisfatório e não satisfatório e, ao final, concluirão se o candidato é APTO ou INAPTO para o exercício das atribuições do cargo que está inscrito, adicionando à essa avaliação uma nota classificatória de 0 a 100 pontos. **10.10.** Os candidatos deverão chegar ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para o seu início, não sendo admitidos retardatários, sob pretexto algum, após o início de horário das provas.

11. DAS REGRAS SOBRE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS NO PSS:

11.1. O/a candidato/a deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário pré-fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica preferencialmente de tinta preta, fabricadas em material transparente, do comprovante de inscrição, do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, do documento de Identificação original.

11.2. Serão considerados documentos de identidade, para efeitos da realização das provas:

11.2.1. carteiras expedidas pelos Comandos Militares, Secretarias de Segurança Pública, Institutos de Identificação e pelo Corpos de Bombeiros Militares;

11.2.2. carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional, tais como ordens, conselhos e congêneres;

11.2.3. passaporte brasileiro;

11.2.4. certificado de reservista;

11.2.5. carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, são validas como documento de identidade; e,

11.2.6. carteira de trabalho e previdência social – CTPS e;

11.2.7. carteira nacional de habilitação CNH, desde que contenha a foto do candidato;

11.3. Não serão aceitos como documentos de identificação para a realização das provas:

11.3.1. documentos oficiais, que não possuam fotos.

11.3.2. documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

11.3.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

11.4. Por ocasião da realização das provas, o/a candidato/a que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 11.2, do presente Edital, não poderá fazer as provas e estará automaticamente EXCLUÍDO do Processo Seletivo Simplificado.

11.5. Caso o/a candidato/a esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de extravio, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro do Boletim de Ocorrência - BO em órgão policial lavrado, no máximo 30 (trinta)

dias, antes da data da realização das provas, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

11.6. A identificação especial será exigida, também, ao/a candidato/a cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do/a portador/a.

11.7. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos estabelecido no presente Edital ou em Edital Complementar.

11.8. Não será admitido ingresso de candidato/a no local de realização das provas após o fechamento dos portões das dependências do estabelecimento onde as provas serão realizadas.

11.8.1. Não será admitida dentro do pátio do estabelecimento de realização das provas, a presença de pessoas que não estejam previamente autorizadas.

11.9. O/A candidato/a deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas, no mínimo por 01 (uma) hora após o início das provas, sob pena de desclassificação do Processo Seletivo Simplificado.

11.10. O/A candidato/a que se retirar do ambiente de provas sem autorização, não poderá retornar sob nenhuma hipótese.

11.11. O/A candidato/a somente poderá se retirar do local de realização das provas por desconforto pessoal, para ir aos lavatórios/banheiros, acompanhados de um fiscal devidamente credenciado.

11.12. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

11.13. Não haverá segunda chamada para a realização das provas, sendo que o não comparecimento às etapas das provas implicará a exclusão automática do/a candidato/a do Processo Seletivo Simplificado.

11.14. Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, o/a candidato/a que, durante a realização das provas, for surpreendido utilizando quaisquer aparelhos eletrônicos ativos, tais como *bip*, telefone celular, *smartphone*, *walkman*, agenda eletrônica, despertador eletrônico, *palmtop*, *tablet*, receptor (ponto auditivo), gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme, relógio eletrônico (calculadora), óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, com a finalidade de facilitar tentativas de comunicação interna ou externa e possibilidade de fraude.

11.15. Para efeitos do presente Edital, entende-se como acessórios de chapelaria, objetos como chapéu, boné, gorro, quepe, boina e congêneres, ou outra vestimenta ou acessório que possibilite disfarces.

11.16. Recomenda-se ao/a/s candidato/a/s não levem nenhum dos objetos citados no subitem anterior, no dia de realização das provas, sendo que os Organizadores do Processo Seletivo Simplificado não ficarão responsável pela guarda de quaisquer objetos relacionados nos subitens 11.14. e 11.15, do presente Edital, menos ainda, por extravios, furtos e roubos de objetos, nem por danos neles causados.

11.17. Não será permitida a entrada de candidato/a/s no ambiente de provas portando armas, mesmo os autorizados por lei, sob pena de exclusão do Processo Seletivo Simplificado.

11.18. Terá suas provas anuladas e estará automaticamente excluído do Processo Seletivo Simplificado o/a candidato/a que, durante a sua realização das provas:

11.18.1. for surpreendido fornecendo ou recebendo auxílio para a execução da prova ou comunicando-se com outro/a candidato/a;

11.18.2. utilizar-se de quaisquer dos objetos constantes dos subitens 11.14. e 11.15, do presente Edital, além de quaisquer outros objetos que não forem expressamente permitidos;

11.18.3. faltar com o devido respeito para com qualquer membro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, da Equipe Técnica da empresa organizadora, Fiscais de Sala ou com os demais candidatos/as;

11.18.4. fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, comprovante de pagamento ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

11.18.5. não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

11.18.6. afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem a devida autorização e acompanhamento de fiscal;

11.18.7. ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;

11.18.8. descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou na Folha de Respostas;

11.18.9. perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

11.18.10. utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado;

11.18.11. não permitir a coleta de sua assinatura;

11.18.12. utilizar caneta fabricada em material não transparente, que contenha qualquer indício de fraude no Processo Seletivo Simplificado;

11.18.13. for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos; e,

11.19. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da Comissão, Fiscais de Sala, Equipe Técnica da empresa organizadora, informações referentes ao conteúdo das referidas provas e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

11.20. Se a qualquer tempo for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o/a candidato/a utilizado de processo ou meios ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente excluído do Processo Seletivo Simplificado.

11.21. O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a exclusão do/a candidato/a do Processo Seletivo Simplificado, constituindo-se na tentativa de fraude, sem prejuízo das punições legais.

11.22. Não será permitido que as marcações na Folha de Respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso do/a candidato/a tenha solicitado atendimento especial para esta finalidade, caso que, se necessário, o/a candidato/a será acompanhado por agente devidamente identificado e acompanhado por membro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, da Equipe Técnica da empresa organizadora e/ou Fiscal de Sala.

12. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO:

12.1. Todo/a/s o/a/s candidato/a/s terão suas provas objetivas corrigidas por processamento eletrônico.

12.2. A nota em cada questão das provas objetivas, feita com base nas marcações da Folha de Respostas, será igual a ponto positivo para os acertos e não haverá contagem negativa de pontos para os erros.

12.3. Serão desclassificados do Processo Seletivo Simplificado o/a/s candidato/a/s que não pontuarem (zerar) em qualquer das disciplinas da Prova Objetiva ou Subjetiva (múltipla escolha/prática), ou ainda, obterem nota menor que 20 (vinte) pontos, em qualquer fase das provas.

12.4. O/a/s candidato/a/s desclassificado/a/s na forma do subitem 12.3., do presente Edital, não terão qualquer classificação no Processo Seletivo Simplificado.

12.5. Os nomes do/a/s candidato/a/s classificado/a/s serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final nas Provas Objetivas e de Títulos, e, o nome do/a/s candidato/a/s aprovado/a/s serão ordenados dentro do número de vagas, em Relação única, observado o critério de desempate previsto no presente Edital.

12.6. Os cálculos porventura citados no presente Edital serão considerados até a segunda casa decimal.

13. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

13.1. Em caso de empate nas notas das provas e para fins de classificação, como critério de desempate, terá preferência o/a candidato/a que tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no art. 27, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), e, não sendo averiguada tal hipótese, será classificado/a, preferencial e sucessivamente, o/a candidato/a que possuir maior nota na Prova: **13.1.1.** Subjetiva (prova prática) se constar para o cargo; **13.1.2.** Objetiva; **13.1.3.** Disciplina de Conhecimentos Específicos; **13.1.4.** Disciplina de Língua Portuguesa; **13.1.5.** Disciplina de Matemática, se constar para o cargo; e, **13.1.6.** Disciplina de Conhecimentos Gerais; **13.1.7.** Persistindo o empate, será classificado o candidato com maior idade. **13.2.** Por fim, sorteio público, em data a ser previamente informada pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS:

14.1. Os candidatos poderão fundamentadamente arguir as Exceções de Suspeição e/ou Impedimento dos membros da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, até o dia útil subsequente da data de encerramento das inscrições, caso que o Prefeito Municipal apreciará e julgará a Exceção no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do protocolo da arguição. **14.2.** Qualquer cidadão ou interessado poderá impugnar o Edital do Processo Seletivo Simplificado por irregularidades ou ilegalidades, até o dia *10 de março de 2021*, caso que a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado apreciará e julgará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do protocolo da Impugnação. **14.2.1. A Impugnação ao Edital de Abertura devidamente fundamentada deverá ser encaminhada ao e-mail:** contato@sosconsultoria.com.br**.** **14.3.** Os candidatos poderão fundamentadamente interpor no Processo Seletivo Simplificado os seguintes recursos administrativos nos respectivos prazos. **14.3.1.** contra o edital prévio das inscrições deferidas para Homologação das Inscrições, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva publicação, caso que a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado apreciará e julgará no prazo de 24 (vinte e quatro), a contar da interposição; **14.3.2.** contra o Gabarito Prévio, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva publicação, nos seguintes casos: **14.3.2.1.** erros; **14.3.2.2.** omissões; **14.3.2.3.** inconsistências. **14.3.3.** contra o Edital de Classificação Prévia dos Candidatos Aprovados e Classificados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da respectiva publicação, sobre as seguintes questões: **14.3.3.1.** realização e aplicação das provas; **14.3.3.2.** pontuação atribuída às provas objetivas e aos títulos; **14.3.3.3. inaptidão na prova prática; e, 14.3.3.4.** aprovação e classificação final. **14.3.4.** No caso de recurso contra o Gabarito Prévio a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado apreciará e julgará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e, no caso de recurso contra a Relação dos Candidatos Aprovados e Classificados, no prazo de no prazo de 72 (setenta e duas) horas, ambos a contar da interposição do respectivo recurso. **14.4. As Exceções de Suspeição e/ou Impedimento, os Recursos Administrativos** deverão ser protocolados ou impetrados pelo/a próprio/a candidato/a no site: https://www.cotriguacu.mt.gov.br no *banner* "PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/PE/COTRIGUAÇU2021", na "ÁREA DO CANDIDATO". **14.4.1.** Os recursos deverão estar devidamente fundamentados e conter o nome do interessado ou candidato, número de documento de identidade e endereço para correspondência. **14.5.** Quando o recorrente for candidato, além das informações exigidas no subitem 14.4., do presente Edital, deverá ser indicado o número de sua inscrição. **14.6.** Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo e que apontarem os fundamentos e as circunstâncias que os justifiquem.

14.7. Não serão recebidos recursos apresentados por meios diversos do subitem 14.4., do presente Edital, salvo os recursos que atendem ao disposto no subitem 14.2.1. deste Edital.

14.8. Recursos protocolados fora das especificações estabelecidas no presente Edital não serão conhecidos.

14.9. Os recursos em relação ao Processo Seletivo Simplificado serão recebidos somente no efeito devolutivo e, em ambos, devolutivo e suspensivo, em relação a participação do candidato no recrutamento, o qual participará, condicionalmente, das provas que se realizar na pendência da decisão.

14.10. No caso da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado julgar pelo improvimento do recurso administrativo interposto, deverá fazê-lo subir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, devidamente informado ao Prefeito Municipal para fins de Reexame Recursal, caso que, deverá proferir decisão dentro do prazo 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento dos autos informados, sob pena de responsabilidade.

14.11. Todos os recursos não providos pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado deverão ser objeto de Reexame Recursal, salvo as Exceções de Suspeição e/ou Impedimento, devendo os autos do recurso ser encaminhados, devidamente informados, para apreciação e julgamento do Prefeito Municipal.

14.12. Todas as decisões recursais prolatadas pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado e pelo Prefeito Municipal deverão ser publicadas no local de costume no mural da Prefeitura Municipal, e, na Imprensa Oficial:

14.13. A decisão acerca do recurso administrativo não será encaminhada diretamente de forma individual ao candidato.

14.14. Cabe a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado fazer publicar as decisões recursais na data em que forem proferidas ou, na impossibilidade, no dia imediatamente subsequente.

14.15. No caso de provimento de recurso que altere a substância do ato que lhe deu causa, com extensão de seus efeitos aos demais candidatos ou não, o referido ato deverá ser republicado, mediante Edital Complementar, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, pelos meios previstos no presente Edital.

14.16. Não caberá pedido de reconsideração de decisão recursal no Processo Seletivo Simplificado, objeto do presente Edital.

15. DA CONTRATAÇÃO E DO EXERCÍCIO DO CARGO:

15.1. O/a candidato/a mesmo que aprovado/a nesse Processo Seletivo Simplificado NÃO terá garantida sua imediata contratação para o exercício do cargo público.

15.2. O critério de convocação será pela discricionariedade e necessidade da Administração Municipal, observado o limite de gastos imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

15.3. A Relação de Candidatos Aprovados e Classificados será sempre atualizada quando houver necessidade de contratação e vacância do cargo.

15.4. A alteração na Relação de Candidatos Aprovados e Classificados ocorrerá por vários motivos, entre elas a exoneração, aposentadoria ou morte de servidor, ou também, desistência de outros candidatos aprovados e classificados.

15.5. O/a candidato/a que constar na Relação de Candidatos Aprovados e Classificados terão somente expectativa de direito para fins de contratação, sendo que os candidatos CLASSIFICADOS ficarão automaticamente em CADASTRO DE RESERVA da Administração Pública Municipal, podendo ser contratados no caso de insuficiência de candidatos APROVADOS, vacância de vagas, ou criação de novas vagas, devidamente, autorizadas por Lei, dentro do prazo de vigência do Processo Seletivo Simplificado.

15.6. O/A candidato/a aprovado/a para as vagas existentes será convocado/a por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM, no Quadro de Avisos do Poder Executivo (PREFEITURA MUNICIPAL), e ainda, no endereço eletrônico do Município de Cotriguaçu-MT, site https://www.cotriguacu.mt.gov.br.

15.7. O/a candidato/a convocado/a terá até 10 (dez) dias para apresentar os seguintes documentos, sem prejuízos de outros que poderão ser exigidos pelo ato convocatório:

15.7.1. cópias do:

15.7.1.1. Documento de identidade – RG/CI;

15.7.1.2. Cadastro de Pessoa Física, no Ministério da Fazenda – CPF/MF;

15.7.1.3. Título de eleitor;

15.7.1.4. Certificado de reservista ou de dispensa (se candidato do sexo masculino);

15.7.1.5. Certidão negativa eleitoral;

15.7.1.6. PIS ou PASEP, caso já tenha sido empregado;

15.7.1.7. Comprovante de endereço;

15.7.1.8. Comprovante de Escolaridade e Registro no Órgão de Classe competente, quando exigido para o exercício do cargo;

15.7.1.9. Certidão de nascimento ou casamento;

15.7.1.10. Certidão de nascimento do/a/s filho/a/s, se for genitor ou genitora;

15.7.1.11. Certidão negativa civil e criminal, do Poder Judiciária Estadual ou Federal, do local que residiu nos últimos 5 (cinco) anos; e,

15.7.2. Declarações:

15.7.2.1. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15.7.2.2. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública; e,

15.7.2.3. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público.

15.8. Os modelos das Declarações exigidas serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos, por ocasião da contratação.

15.9. O/a candidato/a que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será excluído/a da Relação de Candidatos Aprovados e Classificados do Processo Seletivo Simplificado.

15.10. O local ou lotação que o contratado exercerá as atribuições do cargo está estabelecido no *ANEXO I – "*QUADRO ESTIMATIVO DE VAGAS E VENCIMENTO/REMUNERAÇÃO", do presente Edital.

16. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO:

16.1. Ser aprovado/a e/ou classificado/a no Processo Seletivo Simplificado.

16.2. Ter nacionalidade brasileira, ou ainda, portuguesa, desde que amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 12, § 1.º, da Constituição Federal.

16.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais e, no caso de candidato do sexo masculino, também com as militares.

16.4. Preencher todos os requisitos exigidos para o exercício do cargo.

16.5. Ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos e não completado 70 (setenta) anos, conforme disposto no art. 17, Parágrafo Único, da Lei Municipal n.º 1.132/2021, que **Regulamenta o procedimento a ser adotado pelos Poderes da Administração Pública, direta e indireta, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, na realização do Processo Seletivo Simplificado e nas Contratações Temporárias, em conformidade com as normas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.**

16.6. Possuir o nível de escolaridade exigida e, quando exigido para o exercício do cargo, o registro no Órgão de Classe competente, em especial, tratando-se de profissão regulamentada por Lei.

16.7. Não estar cumprindo sanção disciplinar por inidoneidade, ou por qualquer outra causa que impossibilite a contratação, aplicada por qualquer órgão público ou entidade das esferas federal, estadual ou municipal.

16.8. Não ficar com a contratação em situação de acúmulo ilícito de cargos, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

16.9. Estar devidamente registrado e em dia com o respectivo Órgão de Classe, de sua profissão, quando exigido para o exercício do cargo.

16.10. Cumprir todas as exigências e disposições do presente Edital.

17. DA VEDAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL E DA DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

17.1. Será vedada a contratação, ou terá o contrato rescindido, o candidato que:

17.1.1. não comprovar a escolaridade mínima exigida para o cargo que foi aprovado ou classificado;

17.1.2. está em situação de acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública, exceto os casos permitidos pelo art. 37, da Constituição Federal, que deverá ser declarada e justificada em termo próprio;

17.1.3. que tenha sofrido algum tipo de condenação criminal em qualquer âmbito judicial, com trânsito em julgado, nos últimos 5 anos;

17.1.4. foi demitido ou exonerado do Serviço Público, após Processo Administrativo Disciplinar, na forma da lei, nos últimos 2 (dois) anos;

17.1.5. possuir 70 (setenta) anos completos de idade, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.132/2021;

17.1.6. for aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;

17.1.7. que não apresentar a documentação exigida no subitem 15.7., e seus subitens, do presente Edital;

17.1.8. que se encontra respondendo em qualquer âmbito judicial que tenha por objeto denúncias de prática de pedofilia; e,

17.1.9. quando contratado, recusar-se ao cumprimento da jornada de trabalho contratada, horário ou local para o exercício do cargo estabelecido.

17.2. A rescisão ou a extinção do vínculo ocorrerão em conformidade com os fatos ou causas definidas em cláusulas do Contrato Administrativo Temporário por Prazo Determinado.

17.3. O candidato somente será considerado desistente do Processo Seletivo Simplificado se não atender o ato de convocação para firmar o contrato administrativo.

18. DO VENCIMENTO/REMUNERAÇÃO DOS CARGOS:

18.1. O Vencimento/Remuneração base a ser pago ao/a servidor/a contratado/a temporariamente, consta no *ANEXO I* – "QUADRO ESTIMATIVO DE VAGAS E VENCIMENTO/REMUNERAÇÃO", do presente Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES:

19.1. As informações relativas ao Processo Seletivo Simplificado estarão disponíveis no site: https://www.cotriguacu.mt.gov.br, clicando no banner "PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/PE/COTRIGUAÇU2021".

19.2. Toda documentação fornecida pela Administração Pública Municipal, mediante o presente Edital, somente poderá ser utilizada para fins do Processo Seletivo Simplificado, sendo vedada a sua reprodução, divulgação e/ou utilização, total ou parcial, para quaisquer outros fins, sob pena de responsabilidade pelo uso indevido desses documentos.

19.3. A Administração se reserva o direito de, a qualquer tempo, e a seu exclusivo critério, devidamente motivado por despacho fundamentado, adiar o presente Processo Seletivo Simplificado, sem que isso represente motivo para que os/as candidatos/as pleiteiem qualquer tipo de indenização.

19.4. Os/as candidatos/as obrigam-se a comunicar à Administração Pública Municipal, a qualquer tempo antes da assinatura do contrato, qualquer fato ou circunstância superveniente que altere as condições de participação no Processo Seletivo Simplificado, imediatamente após sua ocorrência.

19.5. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de qualquer ato do Processo Seletivo Simplificado, a data estabelecida pelo presente Edital será transferida, automaticamente, para o 1.º (primeiro) dia útil ou de expediente normal subsequente ao anteriormente fixado.

19.6. Nenhuma indenização será devida aos/as candidatos/as, pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.7. Os Candidatos respondem pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados nas diversas fases do Processo Seletivo Simplificado.

19.8. A não solicitação de informações complementares ou Impugnação ao Edital, por parte dos Candidatos implica na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

20.1. O presente Edital e seus ANEXOS poderão ser alterados, pela Administração Pública Municipal ou pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, com base no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento de documentos para os/as candidatos/as, se entender necessário.

20.2. A Administração Pública Municipal poderá revogar o presente Processo Seletivo Simplificado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão escrita e devidamente fundamentada.

20.3. Os atos de anulação ou revogação, total ou parcial, do Processo Seletivo Simplificado, nas hipóteses legais, não geram aos candidatos direito subjetivo à qualquer indenização ou compensação de qualquer natureza.

20.4. As dúvidas oriundas deste Edital serão dirimidas de acordo com as leis que regem este procedimento e pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

20.5. Havendo dúvida quanto à legalidade do Processo Seletivo Simplificado e de suas normas, prevalecem às disposições editalícias sobre as dos Contratos Administrativos Temporários - salvo se de forma diversa for, expressamente, disposto no presente Edital - e as legais sobre aquelas.

20.6. As normas disciplinadoras do Processo Seletivo Simplificado serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança do referido Procedimento.

20.7. Os candidatos que forem classificados além do número de vagas oferecidas ficarão no CADASTRO RESERVA, de acordo com a opção de inscrição, durante a vigência do presente Processo Seletivo Simplificado.

20.8. As alterações legislativas, anteriores a publicação do presente Edital serão objeto de avaliação pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, e objeto de Edital Complementar, caso for necessário à alteração ou readequação das disposições do presente Edital; se posteriores, e se tratar de norma de caráter processual, terão efeito imediato sobre as disposições do presente Edital.

20.9. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, e objeto de Edital Complementar, com suporte jurídico, se necessário, da Equipe Técnica da empresa organizadora, do Assessor Jurídico e/ou do Advogado da Municipalidade.

20.10. O procedimento do Processo Seletivo Simplificado e, respectivamente, o seu resultado final, deverão ser objeto de homologação pelo Prefeito Municipal, cujo ato deverá ser publicado no Quadro de Avisos e Murais do Poder Executivo de Cotriguaçu-MT (PREFEITURA MUNICIPAL), publicado no endereço eletrônico (site) (https://www.cotriguacu.mt.gov.br) e o resumo do Edital publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, sob pena de ineficácia para todos os efeitos jurídicos e legais.

20.11. Integram o presente Edital e passam a ser parte integrante do mesmo, os seguintes ANEXOS:

20.11.1. *ANEXO I – "*QUADRO ESTIMATIVO DE VAGAS E VENCIMENTO/REMUNERAÇÃO";

20.11.2. *ANEXO II – "*DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS";

20.11.3. *ANEXO III – "*CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE";

20.11.4. *ANEXO IV – "***CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO".**

20.12. Para conhecimento dos interessados, expediu-se o presente Edital de Processo Seletivo Simplificado e seus respectivos ANEXOS, que terá sua cópia afixado no Quadro de Avisos e Murais do Poder Executivo de Cotriguaçu-MT (PREFEITURA MUNICIPAL), publicado no endereço eletrônico (site) (https://www.cotriguacu.mt.gov.br) e o resumo do Edital publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM.

20.13. O presente Edital e seus ANEXOS também pode ser visualizado e baixado pelos interessados e candidatos junto ao site https://www.cotriguacu.mt.gov.br, no *banner* "PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/PE/COTRIGUAÇU2021".

20.14. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Processo Seletivo Simplificado e não havendo óbice administrativo ou judicial quanto ao referido procedimento, é facultada a empresa organizadora incinerar todos os registros escritos (físicos), devendo manter, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo Simplificado, os registros eletrônicos (virtuais).

Cotriguaçu MT, 05 de março de 2021.

JESUÍNA MARIA DE AQUINO SULZBACH

Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento

Processo Seletivo Simplificado

Portaria Municipal n.º 111/2021

Poder Executivo – Cotriguaçu-MT

O presente Edital de Processo Seletivo Simplificado foi devidamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica do Município.
Cotriguaçu-MT, 05 de março de 2021.
LUÍS FELÍPE AVILA PRADO
Assessor Jurídico
OAB/MT n.º 7.910-A
Portaria n.º 014/2021

ANEXO I

EDITAL N.º PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021

QUADRO ESTIMATIVO DE VAGAS E VENCIMENTO/REMUNERAÇÃO

NÍVEL DE ENSINO **FUNDAMENTAL INCOMPLETO**

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 20,00

CATEGORIA FUNCIONAL	CARGO	LOCAL DE LOTAÇÃO	PROVA PRÁTICA	VAGAS AC*1	C/ R*2	C/ H	VENC./ REMUNER
Agente de Manutenção e Conservação	MOTORISTA DE GRANDE PORTE - CNH Cat. "D"	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e manobras com Caminhões)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	MOTORISTA DE GRANDE PORTE - CNH Cat. "D"	Estrutura Geral Nova União	**SIM** (Direção e manobras com Caminhões)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - CNH Cat. “D” Motoniveladora	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e manobras com Motoniveladora)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - CNH Cat. “D” Motoniveladora	Estrutura Geral Nova União	**SIM** (Direção e manobras com Motoniveladora)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - CNH Cat. “D” Escavadeira Hidráulica	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e manobras com Escavadeira Hidráulica)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - CNH Cat. “D” Pá Carregadeira	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e manobras com Pá Carregadeira)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Manutenção e Conservação	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - CNH Cat. “D” Trator de Esteiras	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e manobras com Trator de Esteiras)	Não	01	40	R$ 1.956,49
Agente de Serviço Saúde	LIMPEZA	SMS Nova União	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente de Serviço Saúde	LIMPEZA	SMS Agrovila	**NÃO** (Não realiza)	01	Não	40	R$ 1.100,00
Agente de Serviço Saúde	LIMPEZA	SMS Ouro Verde do Norte	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente de Serviço Saúde	LIMPEZA	SMS Nova Esperança	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente de Serviço Saúde	LIMPEZA/COZINHA	SMS Sede	**NÃO** (Não realiza)	02	Não	40	R$ 1.100,00
Agente de Vigilância	AGENTE DE VIGILÂNCIA	SMS Sede	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente de Vigilância	AGENTE DE VIGILÂNCIA	SMS Nova União	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente de Vigilância	AGENTE DE VIGILÂNCIA	Estrutura Geral Sede	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente Operacional	MOTORISTA VEÍCULO PEQUENO + CNH Cat. "B"	Estrutura Geral Sede	**SIM** (Direção e Manobras com veículo pequeno)	Não	01	40	R$ 1.545,09
Agente Público	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Estrutura Geral Sede	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00
Agente Público	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Estrutura Geral Nova União	**NÃO** (Não realiza)	Não	01	40	R$ 1.100,00

OBS. AC*1 – Vagas de ampla concorrência e **C/R*2 –** Vagas para Cadastro de Reservas

NÍVEL DE ENSINO **FUNDAMENTAL COMPLETO**

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 20,00

CATEGORIA FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO	LOCAL DE LOTAÇÃO	PROVA PRÁTICA	VAGAS AC*1	C/ R*2	C/ H	VENC./ REMUNER
Agente Comunitário de Saúde	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SMS Sede MA 23	Não	01	Não	40	R$ 1.550,00
Agente Comunitário de Saúde	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SMS Agrovila MA 08 MA 14	Não	02	Não	40	R$ 1.550,00
Apoio Operacional	MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR + CNH Cat. "D"	SMEC Sede	SIM (direção e manobras c/ ônibus)	Não	01	40	R$ 1.871,88
Apoio Operacional	MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR + CNH Cat. "D"	SMEC Nova União	SIM (direção e manobras c/ ônibus)	Não	01	40	R$ 1.871,88
Apoio Operacional	MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR + CNH Cat. "D"	SMEC Nova Esperança	SIM (direção e manobras c/ ônibus)	Não	01	40	R$ 1.871,88
Apoio Operacional	MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR + CNH Cat. "D"	SMEC Ouro Verde dos Pioneiros	SIM (direção e manobras c/ ônibus)	Não	01	40	R$ 1.871,88
Auxiliar Administrativo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Estrutura Geral / Sede	Não	01	Não	40	R$ 1.100,00
Auxiliar Administrativo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Estrutura Geral Nova União	Não	Não	01	40	R$ 1.100,00
Auxiliar Administrativo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SMS Sede	Não	04	Não	40	R$ 1.100,00
Auxiliar Administrativo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SMS Nova União	Não	Não	01	40	R$ 1.100,00

Auxiliar Administrativo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SMS Agrovila	Não	Não	01	40	R$ 1.100,00
Auxiliar de Consultório Odontológico	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	SMS Sede	Não	Não	01	40	R$ 1.100,00
Auxiliar de Consultório Odontológico	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	SMS Agrovila	Não	Não	01	40	R$ 1.100,00
Auxiliar de Consultório Odontológico	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	SMS Nova União	Não	01	Não	40	R$ 1.100,00
Motorista	MOTORISTA + CNH "D" Motorista Ambulância/ SAMU	SMS SAMU	SIM (direção e manobras veiculares)	03	Não	40	R$ 1.320,59
Motorista	MOTORISTA + CNH "D" Motorista Ambulância ou de veículos leves	SMS	SIM (direção e manobras veiculares)	01	Não	40	R$ 1.320,59
Motorista	MOTORISTA + CNH "D" Motorista Ambulância	SMS Nova União	SIM (direção e manobras veiculares)	Não	01	40	R$ 1.320,59

OBS. AC*1 – Vagas de ampla concorrência e C/R*2 – Vagas para Cadastro de Reservas

NÍVEL DE ENSINO **MÉDIO E TÉCNICO**

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 30,00

CATEGORIA FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO	LOCAL DE LOTAÇÃO	VAGAS AC*1	C/ R*2	C/ H	VENC./ REMUNER.
Agente Administrativo	AGENTE ADMINISTRATIVO	Estrutura Geral Sede	Não	01	40	R$ 1.207,98
Agente Administrativo	AGENTE ADMINISTRATIVO	Estrutura Geral Nova União	Não	01	40	R$ 1.207,98
Agente Administrativo	AGENTE ADMINISTRATIVO	SMS Sede	Não	01	40	R$ 1.207,98
Assistente Técnico em Saúde	TÉCNICO EM ENFERMAGEM + COREN	SMS Sede	04	Não	40	R$ 1.680,77
Assistente Técnico em Saúde	TÉCNICO EM ENFERMAGEM + COREN	SMS Centro de Atendimento ao COVID	04	Não	40	R$ 1.680,77
Assistente Técnico em Saúde	TÉCNICO EM ENFERMAGEM + COREN	SMS SAMU	Não	01	40	R$ 1.680,77
Assistente Técnico em Saúde	TÉCNICO EM ENFERMAGEM + COREN	SMS Agrovila	01	Não	40	R$ 1.680,77
Assistente Técnico em Saúde	TÉCNICO EM ENFERMAGEM + COREN	SMS Nova União	02	Não	40	R$ 1.680,77
Assistente Técnico em Saúde	TÉCNICO EM ENFERMAGEM + COREN	SMS Nova Esperança	01	Não	40	R$ 1.680,77
Assistente Técnico em Saúde	TÉCNICO EM ENFERMAGEM + COREN	SMS Posto Vale Verde	01	Não	40	R$ 1.680,77
Assistente Técnico em Saúde	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL Agente Epidemiológico COVID	SMS Sede	Não	01	40	R$ 1.320,59
Assistente Técnico em Saúde	TÉCNICO EM RADIOLOGIA + CRTR	SMS Hospital	02	Não	20	R$ 1.560,72
Orientador Social	ORIENTADOR SOCIAL	Estrutura Geral Sede	Não	01	40	R$ 1.207,98

OBS. AC*1 – Vagas de ampla concorrência e C/R*2 – Vagas para Cadastro de Reservas

NÍVEL DE ENSINO **SUPERIOR**

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 50,00

CATEGORIA FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO	LOCAL DE LOTAÇÃO	VAGAS AC*1	C/R*2	C/H	VENC./ REMUNER
Especialista em Saúde	ASSISTENTE SOCIAL + CRESS	SMS Sede	Não	01	30	R$ 3.721,68
Especialista em Saúde	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO + CRF	SMS Hospital	Não	01	40	R$ 3.721,68
Especialista em Saúde	ENFERMEIRO + COREN	SMS Centro de Atendimento ao COVID	06	Não	40	R$ 3.721,68
Especialista em Saúde	ENFERMEIRO + COREN	SMS Nova Esperança	01	Não	40	R$ 3.721,68
Especialista em Saúde	ENFERMEIRO + COREN (Turno: Noturno)	SMS Nova União	02	Não	40	R$ 3.721,68
Especialista em Saúde	ENFERMEIRO + COREN	SMS Sede	Não	01	40	R$ 3.721,68
Especialista em Saúde	ODONTÓLOGO + CRO	SMS Nova União	01	Não	40	R$ 3.721,68
Especialista em Saúde	ODONTÓLOGO + CRO	SMS Sede	Não	01	40	R$ 3.721,68
Técnico de Nível Superior	ASSISTENTE SOCIAL + CRESS	Estrutura Geral Sede	Não	01	30	R$ 3.721,68
Técnico de Nível Superior	ENGENHEIRO CIVIL + CREA	Estrutura Geral Sede	Não	01	40	R$ 3.721,68
Técnico de Nível Superior	MÉDICO VETERINÁRIO + CRMV	SMA Sede	Não	01	40	R$ 3.721,68

OBS. AC*1 – Vagas de ampla concorrência e **C/R*2 –** Vagas para Cadastro de Reservas

ANEXO II

EDITAL N.º PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ENSINO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

1. AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - MOTORISTA GRANDE PORTE: MOTORISTA CNH "D":

- Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços na área de eletricidade, dirigir e operar caminhões de grande porte e máquinas pesadas como e demais atividades complementares e afins.

2. AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS:

- Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços na área de eletricidade, dirigir e operar caminhões de grande porte e máquinas pesadas como e demais atividades complementares e afins.

3. AGENTE DE SERVIÇO DE SAÚDE - LIMPEZA:

- Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza, zeladoria, executar serviços nas instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas, e outros locais de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, exercer funções administrativas no auxílio das chefias imediatas e demais atividades complementares afins.

4. AGENTE DE SERVIÇO DE SAÚDE - LIMPEZA/COZINHA:

- Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza, zeladoria, cozinhar, executar serviços de segurança das instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas, e outros locais de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, exercer funções administrativas no auxílio das chefias imediatas e demais atividades complementares afins.

5. AGENTE DE VIGILÂNCIA - AGENTE DE VIGILÂNCIA:

- Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de segurança das instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas, e outros locais de responsabilidade da Secretaria de Saúde demais atividades complementares afins.

6. AGENTE OPERACIONAL – MOTORISTA DE VEÍCULO PEQUENO:

- Compreende a categoria funcional com as atribuições de dirigir e conservar automóveis, caminhonetes e demais veículos de transporte de passageiros e cargas, dentro ou fora do Município e demais atividades complementares e afins.

7. AGENTE PÚBLICO – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

- Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza, manutenção conservação, transportar materiais, coletar lixo, jardinagem, zeladoria, executar tarefas internas e externas de correspondência, cozinhar, exercer funções administrativas no auxílio das chefias imediatas. Apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS e demais atividades complementares afins.

ENSINO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

1. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

- Compreende a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; A promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; O registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; O estímulo a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; A realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família e a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida, dispostas na legislação municipal.

2. AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

- Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços auxiliares de administração, nas áreas de secretariado, administração, digitação, arquivo, manipulação de dados, datilografia, protocolo, registro, arquivos, classificação e expedição de correspondência, operar máquinas de datilografia, copiadoras, digitação, telex, atender telefone, manusear fichários, recepcionar ao público, controlar entrada e saída de materiais de consumo e demais atividades complementares e afins.

3. APOIO OPERACIONAL - MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR - CNH "D":

- Composto de atribuições inerentes às atividades de conduzir veículos de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito com formação em nível de ensino e profissionalização específica.

4. AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO:

- Compreende a categoria funcional com as atribuições de Orientar pacientes sobre higiene bucal, Auxiliar no atendimento ao paciente, Auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados, Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços, Desenvolver suas atividades, aplicando normas e procedimentos de biossegurança, Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho, Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

5. MOTORISTA - (AMBULÂNCIA/SAMU OU VEÍCULO LEVE/CAMIONETE):

- Compreende vistoriar o veículo sob sua responsabilidade, verificando o estado dos pneus, nível de combustível óleo e água; testar os freios e a parte elétrica; dirigir o veículo observando as normas de trânsito, responsabilizando-se pelos usuários e cargas orgânicas e/ou inorgânicas conduzidas; providenciar a manutenção do veículo, comunicando as falhas e solicitando os reparos necessários; efetuar reparos de emergência no veículo; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade.

ENSINO DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

1. AGENTE ADMINISTRATIVO:

- Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços administrativos, nas áreas de secretariado, administração, digitação, arquivo, manipulação de dados, protocolo, registro, arquivos, digitação, controle orçamentário e contábil, manusear fichários, controlar entrada e saída de materiais de consumo e demais atividades complementares e afins.

2. ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE - TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

- Planeja, executa e avalia atividades técnicas sob orientação e supervisão, nas funções de Técnico em Enfermagem, orientando e assistindo os pacientes, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, cabendo-lhe assistir ao enfermeiro nas diversas atividades excetuadas as privativas, previstas legalmente; integrar a equipe de saúde; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.

3. ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE - TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA/AMBIENTAL/AGENTE EPIDEMIOLÓGICO E COVID:

- Desenvolver ações de inspeção, promoção e prevenção para evitar e/ou diminuir riscos à saúde da população e do meio ambiente, a partir de identificação de agentes causais e condicionantes do processo saúde doença, do processo de produção e consumo de bens e serviços e da ocupação dos espaços e da organização da sociedade. Executar medidas que quebrem o elo da cadeia de transmissão das doenças no trabalho e na comunidade. Monitorar riscos biológicos físicos e químicos; participar do planejamento, identificando as prioridades em conjunto com a equipe; assessorar e prestar suporte técnico de gestão em saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, respeitada a legislação pertinente.

4. ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE - TÉCNICO EM RADIOLOGIA:

- Colocar os filmes nos chassis, posicionando-os e fixando letras e números radiopacos; preparar o paciente para assegurar a validade do exame; acionar o aparelho de Raios-X, observando as instruções de funcionamento; colocar o paciente nas posições, medindo distâncias para a focalização da área a ser radiografada; registrar o número de radiografias realizadas, discriminando tipos, regiões e requisitantes; manter a ordem e a higiene do ambiente de trabalho, seguindo as normas para evitar acidentes; encaminhar o chassi com o filme a câmara escura para ser feita a revelação; operar máquinas reveladoras automáticas; selecionar os filmes a serem utilizados, atendendo o tipo de radiografia requisitada, para facilitar execução do trabalho; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade.

5. ORIENTADOR SOCIAL:

- Compreende a categoria funcional com as atribuições desenvolver atividades socioeducativa e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família. Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos construção da autonomia, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais e demais atividades complementares e afins.

ENSINO DE NÍVEL SUPERIOR

1. ESPECIALISTA EM SAÚDE - ASSISTENTE SOCIAL / ENFERMEIRO / FARMACÊUTICO / BIOQUÍMICO / ODONTÓLOGO:

- Compreende o cargo inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na sua dimensão técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional, Planeja, executa, avalia e supervisiona atividades inerentes às áreas de Biologia, Biomedicina, Bioquímica, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudióloga, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Química, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Arte Terapia, Musicoterapia, Medicina Veterinária e Educação Física, utilizando métodos e técnicas específicas voltadas para o exercício profissional nas áreas de promoção, prevenção, atenção à saúde e reabilitação desenvolvidas pelo Município.

2. TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR – ASSISTENTE SOCIAL:

- Compreende a categoria funcional com as atribuições de exercer atividades correspondentes à profissão regulamentada por lei e demais atividades complementares e afins, de nível superior, com registro no órgão competente.

3. TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR – ENGENHEIRO CIVIL:

- Compreende a categoria funcional com as atribuições de exercer atividades correspondentes à profissão regulamentada por lei e demais atividades complementares e afins, de nível superior, com registro no órgão competente.

4. TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR – MÉDICO VETERINÁRIO:

- Compreende a categoria funcional com as atribuições de exercer atividades correspondentes à profissão regulamentada por lei e demais atividades complementares e afins, de nível superior, com registro no órgão competente.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS: OBJETIVAS E SUBJETIVAS POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADES

1. ENSINO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO – DISCIPLINAS:

1.1. Língua Portuguesa: Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.2. Conhecimentos Gerais: Município de Cotriguaçu: Conhecimentos geográficos e históricos; Símbolos do Município (bandeira, brasão e hino); Atualidades e acontecimentos relacionados às áreas: econômica, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura e meio-ambiente social e política, desde o início da colonização. Mato Grosso: Conhecimentos sobre os acontecimentos atuais; As Regiões do Estado e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos e Biomas; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Culturais e Religiosos, Políticos e Sociais; Símbolos Estaduais (bandeira, brasão e hino).

História de Mato Grosso: Fundação de Cuiabá; A Rusga 1831-1840; Mato Grosso no 1º Império; Presidentes do 2º Império; A Guerra do Paraguai; Mato Grosso da 1ª à 4ª República; Ciclo das casas comerciais e das usinas; o Ciclo do Ouro; As estradas de ferro Noroeste do Brasil; Governos: Período republicano (1889 - 2019) de Antônio Maria Coelho (1889) a Mauro Mendes até a atualidade; Divisão do Estado; Folclore; Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Mato Grosso e seus Municípios. Brasil: Conhecimentos sobre os acontecimentos atuais; As Regiões Brasileiras e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos e Biomas; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Culturais e Religiosos, Políticos e Sociais; Símbolos Nacionais (bandeira, brasão e hino). A História: Pré-Colonial - as expedições e a exploração do pau-brasil. Brasil Colonial - Capitanias Hereditárias. Governo Geral. Invasões Estrangeiras. Entradas e Bandeiras. Conquista do território brasileiro. Economia da Colônia. Os movimentos de rebelião contra a Coroa. A família real no Brasil. A Revolução de 1817. Império: Política interna e externa do Império. Economia do Século XIX. República: A proclamação. A República Velha. Período Getulista; A Revolução de 1930; O Governo Constitucional; O Governo Ditatorial; Nacionalismo e Trabalhismo; O Fim do Estado Novo e a Volta de Getúlio Vargas (1945 – 1954); Ditadura Militar: Instalação do Regime Militar, os Governos Militares; O Milagre Econômico; A alta da Inflação e da Dívida Externa; O Fim do Governo Militar, os Governos de Sarney (1985) a Jair Bolsonaro (2021); Temas relacionados à questão econômica e social do País, do Mercosul.

OBS. *Nível de complexidade compatível com a escolaridade*.

1.3. Conhecimentos Específicos dos Cargos:

1.3.1. AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - MOTORISTA GRANDE PORTE: MOTORISTA CNH “D” - (CAMINHÃO BASCULANTE):

1.3.1.1. Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos; Conhecimento das manutenções obrigatórias e de defeitos simples do motor, câmbio, sistema de freios, diferenciais e transmissões; Defeitos do sistema elétrico. Procedimentos corretos para economizar combustível; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções básicas sobre segurança e higiene no trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs. Prevenção de acidentes e incêndios.

OBS. *Esse cargo realizará prova prática de direção, condução, estacionamento do veículo e operacionalização total.*

1.3.1.2. A **Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito)** a esse cargo consiste na posse efetiva da CNH “D” plenamente em vigor. A prova ao/a candidato/a desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória do veículo e seus equipamentos. Nessa fase da prova o/a candidato/a fará manobras e garagens e demonstrará o desempenho do veículo, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, e percurso no trânsito, carga e descarga com o veículo. Nessa modalidade de prova prática, o/a candidato/a será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por sua habilidade e com o equipamento ora conduzido. O candidato que incorrer em erros deixará de pontuar naquela manobra solicitada pelo fiscal. O equipamento utilizado nessa modalidade de provas será Caminhão basculante trucado disponibilizado pelo município. A pontuação obtida pelo candidato será adicionada aos pontos da Prova Objetiva, demonstrando a classificação do candidato. O candidato não poderá zerar nessa avaliação, tampouco provocar acidente, sob pena de desclassificação do certame. A prova prática valerá de 0-100 pontos.

1.3.2. AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS + CNH "D" - (PÁ CARREGADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA E TRATOR DE ESTEIRAS):

1.3.2.1. Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. (Código Nacional de Trânsito, seu regulamento e Resoluções do Contran). Regras gerais de circulação. Deveres e proibições. Infrações e penalidades. Dos veículos. Dos condutores. Prevenção de acidentes. Condição adversa. Colisão. Distância. Conhecimento básico de mecânica. Conhecimentos sobre máquinas pesadas dos diversos tipos para as situações reais de trabalho. Noções básicas sobre segurança e higiene no trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs. Conhecimento de defeitos simples do motor; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o equipamento em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do equipamento e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo; colegas de trabalho; Prevenção de acidentes e incêndio. OBS. Esse cargo realizará prova prática de Operador de Máquinas.

1.3.2.2. A **Prova Subjetiva (Prova prática):** consiste em Prova Prática de Trânsito a esse cargo será realizada com a respectiva CNH “D” plenamente em vigor. A prova ao/a candidato/a desse grupo, que consistirá na comprovação de conhecimento da manutenção mínima obrigatória dos equipamentos. Nessa fase das provas o/a candidato/a fará manobras e demonstrará o desempenho do equipamento, bem como sua habilidade, fará ainda as demonstrações de uso dos equipamentos acessórios. Prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito e operacionalização do equipamento. Nessa modalidade de prova prática, o/a candidato/a será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por sua habilidade e com o equipamento ora conduzido. O candidato que incorrer em erros deixará de pontuar naquela manobra solicitada pelo fiscal. O equipamento utilizado nessa modalidade de provas será Pá Carregadeira, Escavadeira Hidráulica, Motoniveladora e Trator de Esteiras disponibilizados pelo município. A pontuação obtida pelo candidato será adicionada aos pontos da Prova Objetiva, demonstrando a classificação do candidato. O candidato não poderá zerar nessa avaliação, tampouco provocar acidente, sob pena de desclassificação do certame. A prova prática valerá de 0-100 pontos.

1.3.3. AGENTE DE SERVIÇO DE SAÚDE – LIMPEZA:

1.3.3.1. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Estatuto do Idoso.

Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato. Conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos e seus mobiliários. Interpretação de desenhos básicos de redes de água e esgoto. Instalação, manutenção e reparos em tubulação de ferro e cobre, PVC e cerâmicas. Instalação dos vários tipos de conexões, passagens e caixas de redes de água e esgoto. Conhecimento de ferramentas manuais, elétricas e outras usadas em pequenos reparos. Noções práticas de como evitar acidentes e segurança do trabalho. Noções de podas de árvores; plantio; replantio; equipamentos utilizados; ferramentas manuais e utensílios comuns ao exercício dessas atividades; conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilização de materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene.

1.3.4. AGENTE DE SERVIÇO DE SAÚDE – LIMPEZA/COZINHA:

1.3.4.1. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Estatuto do Idoso. Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato. **LIMPEZA:** Conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos e seus mobiliários. Interpretação de desenhos básicos de redes de água e esgoto. Instalação, manutenção e reparos em tubulação de ferro e cobre, PVC e cerâmicas. Instalação dos vários tipos de conexões, passagens e caixas de redes de água e esgoto. Conhecimento de ferramentas manuais, elétricas e outras usadas em pequenos reparos. Noções práticas de como evitar acidentes e segurança do trabalho. Noções de podas de árvores; plantio; replantio; equipamentos utilizados; ferramentas manuais e utensílios comuns ao exercício dessas atividades; conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilização de materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene. **COZINHA** - Os alimentos; Proteção dos alimentos; Preparação dos alimentos; Como servir os alimentos. O gás de cozinha; Utilização e manuseio dos eletrodomésticos; Elaboração dos pratos; Estocagem dos alimentos; Controle de estoque; Melhor aproveitamento de alimentos; Conservação e validade dos alimentos; Relacionamento interpessoal; Conservação de alimentos e manipulação de carnes; Conservação e higiene; Conceitos básicos de alimentação, nutrição, nutrientes e alimentos; Relação entre saúde e alimento; A classificação dos alimentos; Os nutrientes e sua atuação no organismo; Seleção, conservação e condições inadequadas ao consumo dos alimentos; Cuidados ao compor frutas e verduras, alimentos enlatados, grão e farinhas, massas, doces e tortas, carnes, pescado, laticínios. Estocagem. Conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos e seus mobiliários.

1.3.5. AGENTE DE VIGILÂNCIA – AGENTE DE VIGILÂNCIA:

1.3.5.1. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Estatuto do Idoso. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Conhecimento sobre a manutenção da ordem e da disciplina; prevenção contra roubo; vigilância do patrimônio; comportamento profissional; uso de uniforme adotado; Noções de relacionamentos interpessoais, como: regras de comportamento no ambiente de trabalho; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo, colegas de trabalho e zelo pelo patrimônio público; Noções de limpeza e higiene; Noções de hierarquia; Conhecimento dos utensílios possíveis de utilização; Conhecimento básico da função; Telefones públicos de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar, Polícia Civil etc.

1.3.6. AGENTE OPERACIONAL – MOTORISTA DE VEÍCULO PEQUENO:

1.3.6.1. Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos; Conhecimento das manutenções obrigatórias e de defeitos simples do motor, câmbio, sistema de freios, diferenciais e transmissões; Defeitos do sistema elétrico. Procedimentos corretos para economizar combustível; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções básicas sobre segurança e higiene no trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs. Prevenção de acidentes e incêndios.

OBS. *Esse cargo realizará prova prática de direção, condução, estacionamento do veículo e operacionalização total.*

1.3.6.2. A **Prova Subjetiva:** consiste em Prova Prática de Trânsito à esse cargo será realizada com a respectiva CNH "B" plenamente em vigor. A prova ao/a candidato/a desse grupo, que consistirá na comprovação de conhecimento da manutenção mínima obrigatória dos equipamentos. Nessa fase das provas o/a candidato/a fará manobras e demonstrará o desempenho do veículo, bem como sua habilidade, fará ainda as demonstrações de uso do veículo e acessórios. Prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Nessa modalidade de prova prática, o/a candidato/a será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por sua habilidade e com o equipamento ora conduzido. O candidato que incorrer em erros deixará de pontuar naquela manobra solicitada pelo fiscal. O equipamento utilizado nessa modalidade de provas será veículo leve tipo camionete disponibilizado pelo município. A pontuação obtida pelo candidato será adicionada aos pontos da Prova Objetiva, demonstrando a classificação do candidato. O candidato não poderá zerar nessa avaliação, tampouco provocar acidente, sob pena de desclassificação do certame. A prova prática valerá de 0-100 pontos.

1.3.7. AGENTE PÚBLICO – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

1.3.7.1. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Noções de Higiene e limpeza pessoal, e no ambiente do trabalho. Conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos e seus mobiliários. Interpretação de desenhos básicos de redes de água e esgoto. Instalação, manutenção e reparo em tubulação de ferro, cobre, PVC e cerâmicas. Instalação dos vários tipos de conexões, passagens e caixas de redes de água e esgoto. Conhecimento de ferramentas manuais, elétricas e outras usadas em pequenos reparos. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Funções; ferramentas utilizadas; noções de podas de árvores; plantio; replantio; equipamentos utilizados; ferramentas e utensílios comuns ao exercício das funções acima; conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e imóveis; dependências internas e externas, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

2. ENSINO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO – DISCIPLINAS:

2.1. Língua Portuguesa: Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

OBS. *Nível de complexidade compatível com a escolaridade.*

2.2. Conhecimentos Gerais: Município de Cotriguaçu: Conhecimentos geográficos e históricos; Símbolos do Município (bandeira, brasão e hino); Atualidades e acontecimentos relacionados às áreas: econômica, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura e meio-ambiente social e política, desde o início da colonização. Mato Grosso: Conhecimentos sobre os acontecimentos atuais; As Regiões do Estado e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos e Biomas; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Culturais e Religiosos, Políticos e Sociais; Símbolos Estaduais (bandeira, brasão e hino). História de Mato Grosso: Fundação de Cuiabá; A Rusga 1831-1840; Mato Grosso no 1º Império; Presidentes do 2º Império; A Guerra do Paraguai; Mato Grosso da 1ª à 4ª República; Ciclo das casas comerciais e das usinas; o Ciclo do Ouro; As estradas de ferro Noroeste do Brasil; Governos: Período republicano (1889 - 2019) de Antônio Maria Coelho (1889) a Mauro Mendes até a atualidade; Divisão do Estado; Folclore; Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Mato Grosso e seus Municípios. Brasil: Conhecimentos sobre os acontecimentos atuais; As Regiões Brasileiras e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos e Biomas; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Culturais e Religiosos, Políticos e Sociais; Símbolos Nacionais (bandeira, brasão e hino). A História: Pré-Colonial - as expedições e a exploração do pau-brasil. Brasil Colonial - Capitanias Hereditárias. Governo Geral. Invasões Estrangeiras. Entradas e Bandeiras. Conquista do território brasileiro. Economia da Colônia. Os movimentos de rebelião contra a Coroa. A família real no Brasil. A Revolução de 1817. Império: Política interna e externa do Império. Economia do Século XIX. República: A proclamação. A República Velha. Período Getulista; A Revolução de 1930; O Governo Constitucional; O Governo Ditatorial; Nacionalismo e Trabalhismo; O Fim do Estado Novo e a Volta de Getúlio Vargas (1945 – 1954); Ditadura Militar: Instalação do Regime Militar, os Governos Militares; O Milagre Econômico; A alta da Inflação e da Dívida Externa; O Fim do Governo Militar, os Governos de Sarney (1985) a Jair Bolsonaro (2021); Temas relacionados à questão econômica e social do País, do Mercosul.

OBS. *Nível de complexidade compatível com a escolaridade.*

2.3. Conhecimentos Específicos dos Cargos:

2.3.1. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Constituição da República Federativa do Brasil – Saúde. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde e sobre a Participação da Comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde – SUS. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Ética Profissional. A organização social e comunitária. Lei 11. 350 de 05/10/2006 e alterações; Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Visitas Domiciliares; Como proceder em casos de doenças contagiosas; Normas e Diretrizes da Estratégia de Saúde da Família – ESF; Lei Federal nº 10.424, de 15 de abril de 2002, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes e regulamentando a assistência domiciliar no sistema único de saúde, processo saúde - doença; Estrutura Familiar, Relacionamento familiar; Normas e Diretrizes dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS: Aleitamento Materno; Calendário de Vacinação: criança, adulto e Gestante; Carta dos direitos dos usuários da saúde; Cuidados com a alimentação; Manual completo: "Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais" - Ministério da Saúde; Diretrizes Operacionais do ACS; Educação permanente; Entrevistas; Pesquisas e Coleta de dados; Noções de Hipertensão Arterial, Hanseníase, Diabetes e Tuberculose; Organização da demanda e Organização dos métodos e da rotina de trabalho; Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002 - Atividades do ACS á orientação às famílias e a comunidade para a prevenção e o controle de doenças endêmicas; Prevenção e Controle das DST/AIDS na comunidade; SUS - Princípios e diretrizes; Guia Completo: "Guia Prático do Programa Saúde da Família" – Ministério da Saúde; Planejamento local de atividades; Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011. Trabalho em Equipe; Qualidade na prestação de serviço; Relações interpessoais e atendimento ao público; Estatuto da Criança e do Adolescente – artigos 7º a 14, 19 a 32, 86 a 89; Estatuto do Idoso – Lei 10.741 de 1 de outubro de 2003. CORONAVÍRUS COVID-19.

2.3.2. APOIO OPERACIONAL – MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR - CNH "D":

2.3.3.1. Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de

sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos; Conhecimento das manutenções obrigatórias e de defeitos simples do motor, câmbio, sistema de freios, diferenciais e transmissões; Defeitos do sistema elétrico. Procedimentos corretos para economizar combustível; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções básicas sobre segurança e higiene no trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs. Prevenção de acidentes e incêndios.

OBS. *Esse cargo realizará prova prática de direção, condução, estacionamento e operacionalização total do veículo (ônibus do transporte escolar) ou equivalente.*

2.3.3.2. A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito) a esse cargo consiste na posse efetiva no mínimo da CNH "D" plenamente em vigor. A prova ao/a candidato/a desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória do veículo. Nessa fase da prova o/a candidato/a fará manobras e demonstrará o desempenho do veículo, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Também será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados pela sua habilidade e com o equipamento ora conduzido. O candidato que incorrer em erros deixará de pontuar naquela manobra solicitada pelo fiscal. O equipamento utilizado nessa modalidade de provas será ônibus escolares de uso no município. As Provas Subjetivas terão suas notas somadas e divididas por dois. O resultado da pontuação obtida pelo candidato será adicionado aos pontos da Prova Objetiva, demonstrando a classificação do candidato. O candidato que provocar acidente será desclassificado do certame. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos.

2.3.4. AUXILIAR ADMINISTRATIVO: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Noções de Direito Administrativo. Estatuto dos Servidores do Município. Noções básicas de cálculos matemáticos; Racionalização e simplificação dos trabalhos administrativos: conceitos básicos e critérios. Noções de cotações de preços de mercadorias e serviços. Noções de controle de estoque. Noções de controle Patrimonial. Noções de Comunicação: Manual de Redação da Presidência da República; Canais e finalidades. Redação de documentos e correspondência. Noções de prática de Qualidade Total. Atendimento ao público interno e externo. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Noções de Direitos humanos; Noções do Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções do Estatuto do Idoso. Noções do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Organização pelo ambiente de trabalho. Noções de Microinformática: utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

OBS. *Nível de complexidade compatível com a escolaridade.*

2.3.5. AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Conhecimentos sobre: Lei Orgânica da Saúde (Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90, e atualizações). O Sistema Único de Saúde - SUS. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS. Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Ética Profissional. Noções de ética e cidadania. Noções de Administração Pública. Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Materiais odontológicos: Nomenclatura, utilização, preparo, manipulação e acondicionamento; Equipamento e instrumental: nomenclatura, utilização, preparo, limpeza, esterilização/desinfecção, acondicionamento, funcionamento, lubrificação, manutenção e conservação; Ergonomia: espaço físico, postura, posição de trabalho, preparo do ambiente para o trabalho, etc.; Placa bacteriana: identificação, morfologia, fisiologia, relações no meio bucal; Higiene dentária: técnicas de escovação supervisionada; Anatomia e fisiologia da cavidade bucal; Principais doenças na cavidade bucal: cárie, doença periodontal, má oclusão e lesões de mucosa. Conceito, etiologia, evolução, medidas de promoção e prevenção: Manejo de pacientes na clínica odontológica; Medidas de prevenção/promoção da saúde bucal, organização de programas coletivos e individuais de promoção de saúde bucal, fluorterapia, educação em saúde bucal. Índices epidemiológicos utilizados em odontologia, preenchimento de fichas de controle e fichas clínicas, registros em odontologia; Técnicas de revelação radiológica, cartonagem e cuidados necessários para controle de infecção. Diagnóstico e primeiros socorros de situações de urgência e emergência no consultório dentário.

2.3.6. MOTORISTA - MOTORISTA DE AMBULÂNCIA E SAMU E VEÍCULO LEVE - CNH "D":

2.3.6.1. Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos; Conhecimento das manutenções obrigatórias e de defeitos simples do motor, câmbio, sistema de freios, diferenciais e transmissões; Defeitos do sistema elétrico. Procedimentos corretos para economizar combustível; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções básicas sobre segurança e higiene no trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs. Prevenção de acidentes e incêndios.

OBS. *Esse cargo realizará prova prática de direção, condução, estacionamento e operacionalização total do veículo, similar a ambulância.*

2.3.6.2. A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito) a esse cargo consiste na posse efetiva no mínimo da CNH "D" plenamente em vigor. A prova ao/a candidato/a desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória do veículo. Nessa fase da prova o/a candidato/a fará manobras e demonstrará o desempenho do veículo, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Também será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados pela sua habilidade e com o equipamento ora conduzido. O candidato que incorrer em erros deixará de pontuar naquela manobra solicitada pelo fiscal. O veículo utilizado nessa modalidade de provas será veículo camionete compatível à ambulância, disponibilizado pelo município. A pontuação obtida pelo candidato será adicionada aos pontos da Prova Objetiva, demonstrando a classificação do candidato. O candidato não poderá zerar nessa avaliação, tampouco provocar acidente, sob pena de desclassificação do certame. A prova prática valerá de 0-100 pontos.

3. ENSINO DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO – DISCIPLINAS:

3.1. Língua Portuguesa: Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

OBS. *Nível de complexidade compatível com a escolaridade.*

3.2. Matemática: Sistema de Numeração Decimal: Escrita e Leitura de Números; Operações elementares: Somar, subtrair, multiplicar e dividir; frações ordinárias e decimais, Sistema Métrico; perímetros e áreas das principais figuras planas, Sistema Monetário; Medidas de tempo; regra de três simples; juros simples, porcentagem, números pares e ímpares, equação de 1º grau. Relações métricas no triângulo retângulo. OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

3.3. Conhecimentos Gerais: Município de Cotriguaçu: Conhecimentos geográficos e históricos; Símbolos do Município (bandeira, brasão e hino); Atualidades e acontecimentos relacionados às áreas: econômica, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura e meio-ambiente social e política, desde o início da colonização. Mato Grosso: Conhecimentos sobre os acontecimentos atuais; As Regiões do Estado e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos e Biomas; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Culturais e Religiosos, Políticos e Sociais; Símbolos Estaduais (bandeira, brasão e hino). História de Mato Grosso: Fundação de Cuiabá; A Rusga 1831-1840; Mato Grosso no 1º Império; Presidentes do 2º Império; A Guerra do Paraguai; Mato Grosso da 1ª à 4ª República; Ciclo das casas comerciais e das usinas; o Ciclo do Ouro; As estradas de ferro Noroeste do Brasil; Governos: Período republicano (1889 - 2019) de Antônio Maria Coelho (1889) a Mauro Mendes até a atualidade; Divisão do Estado; Folclore; Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Mato Grosso e seus Municípios. Brasil: Conhecimentos sobre os acontecimentos atuais; As Regiões Brasileiras e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos e Biomas; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Culturais e Religiosos, Políticos e Sociais; Símbolos Nacionais (bandeira, brasão e hino). A História: Pré-Colonial - as expedições e a exploração do pau-brasil. Brasil Colonial - Capitanias Hereditárias. Governo Geral. Invasões Estrangeiras. Entradas e Bandeiras. Conquista do território brasileiro. Economia da Colônia. Os movimentos de rebelião contra a Coroa. A família real no Brasil. A Revolução de 1817. Império: Política interna e externa do Império. Economia do Século XIX. República: A proclamação. A República Velha. Período Getulista; A Revolução de 1930; O Governo Constitucional; O Governo Ditatorial; Nacionalismo e Trabalhismo; O Fim do Estado Novo e a Volta de Getúlio Vargas (1945 – 1954); Ditadura Militar: Instalação do Regime Militar, os Governos Militares; O Milagre Econômico; A alta da Inflação e da Dívida Externa; O Fim do Governo Militar, os Governos de Sarney (1985) a Jair Bolsonaro (2021); Temas relacionados à questão econômica e social do País, do Mercosul. Mundo: Globalização. Tópicos Relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, saúde, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, suas interrelações e suas vinculações históricas.

OBS. *Nível de complexidade compatível com a escolaridade.*

3.4. Conhecimentos Específicos dos Cargos:

3.4.1. AGENTE ADMINISTRATIVO: Conhecimentos básicos de administração (conceito, campo de aplicação, características básicas das organizações, natureza, finalidade). Processo organizacional (planejamento, coordenação, direção, organização e controle). Comportamento organizacional (motivação, liderança, comunicação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal). Noções de gestão de pessoas. Administração de materiais e patrimônio. Serviço de arquivo (tipos de Arquivos, acessórios do arquivo, fases, técnicas, sistemas e métodos de arquivamento). Protocolo (recepção, classificação, registro e distribuição de documentos). Noções sobre construção e interpretação de organogramas, fluxogramas, tabelas e gráficos estatísticos. Elaboração de documentos e correspondências oficiais (relatório, ofício, edital, memorando, carta, ata, decreto, despachos, portaria, ordem de serviço, requerimento). Conhecimento das rotinas de expedição de correspondências e documentos. Formas de tratamento em correspondências oficiais. Organização do local de trabalho. Noções básicas de cálculos matemáticos; Racionalização e simplificação dos trabalhos administrativos: conceitos básicos e critérios. Noções de prática de Qualidade Total. Noções de ética e cidadania; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. Noções de Microinformática: utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

3.4.2. ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE - TÉCNICO EM ENFERMAGEM: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Relações interpessoais no trabalho; técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, higienização, administração de medicamentos via oral e parenteral, cuidados especiais, coleta de material para exame. Cálculos de dosagens. Ética profissional: comportamento social e de trabalho, sigilo profissional. Introdução as doenças transmissíveis: terminologia básica, noções de epidemiologia, esterilização e desinfecção, doenças de notificação compulsória, isolamento, infecção hospitalar, vacinas. Socorros de urgência: parada cardiorrespiratória, hemorragias, ferimentos superficiais e profundos, desmaio, estado de choque, convulsões, afogamento, sufocamento, choque elétrico, envenenamento, mordidas de cobras, fraturas e luxações, corpos estranhos, politraumatismo, queimaduras. Pediatra: a criança: o crescimento e o desenvolvimento infantil, alimentação, doenças mais comuns, berçários e lactários. Centro cirúrgico: terminologia cirúrgica, cirurgias mais comuns. Técnica de trabalho para o atendimento em PSF, Postos de Saúde e Farmácia de distribuição de medicamento da rede pública municipal. CORONAVÍRUS COVID-19.

3.4.3. ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE - TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL/AGENTE EPIDEMIOLÓGICO/COVID: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Lei 11.350 de 05/10/2006 (Dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias). A organização social e comunitária. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Noções gerais de Vigilância Epidemiológica e vigilância sanitária. Endemias, epidemias. CORONAVÍRUS COVID-19. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Edificações e Instalações, área externa, pisos, tetos, paredes e divisórias, portas e janelas. Temperatura, validade e condições dos alimentos. Qualidade higiênico-sanitária dos produtos alimentícios, doenças transmitidas por alimentos, estabelecimentos que os comercializam. Limpeza e sanitização das instalações, iluminação, ventilação, avaliação dos manipuladores - vestuário, asseio pessoal, hábitos higiênicos. Fluxo de produção: matéria-prima e insumos, manipulação dos alimentos, embalagens e rotulagens, armazenamento e transporte do produto final; Abastecimento de água potável, destino dos resíduos e controle de pragas. Higienização e limpeza de máquinas e equipamentos, o ato de fiscalizar: o vigilante sanitário: função, legislação e ação. Higiene, profilaxia e política sanitária. Lixo: separação, reciclagem, destino e prevenção. Diretrizes e princípios do SUS. Saneamento comunitário. Função e normas da ANVISA. Conceito de Meio Ambiente, Meio Ambiente na Constituição, Poluição e contaminação, do ar, água, solo, Técnica de Manejo e Conservação do Solo, Gestão de Unidade de Conservação, Sociedade e Meio Ambiente, Saneamento Ambiental, Poder de Polícia Ambiental, Agrotóxico-uso, produção, transporte e Armazenamento.

3.4.4. ASSISTENTE TÉCNICO EM SAÚDE - TÉCNICO EM RADIOLOGIA: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Coronavírus COVID-19. História da Radiologia. Física das Radiações Ionizantes e não–ionizantes. Proteção Radiológica. Anatomia Humana. Anatomia Radiológica. Terminologia Radiográfica. Equipamentos radiográficos. Princípios Básicos de Formação da Imagem. Contrastes Radiológicos. Princípios de Posicionamento. Posicionamento Radiológico. Processamento Radiográfico (automático e manual). Técnicas e Procedimentos Radiológicos. Noções básicas de procedimentos Angiográficos, Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética. Humanização no atendimento. Ética Profissional. Parâmetros para o funcionamento do SUS. Noções de Microinformática: utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

3.4.5. ORIENTADOR SOCIAL: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente; Manual do Conselheiro Tutelar; A Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente no Município; Principais Modalidades de Violência contra a criança: violência intrafamiliar; exploração do trabalho infanto-juvenil; abuso e exploração sexual comercial; Identificando crianças e adolescentes vítimas da violência: indicadores físicos, comportamentais e psicológicos; As atribuições da Vara da Infância e Juventude; A Escola e as crianças e os adolescentes vítimas de violência: identificação, abordagem, notificação e encaminhamentos; A Ética na abordagem desse problema; Formulário de Notificação ao Conselho Tutelar. Ética e Postura Profissional; Uso de manuais de procedimentos. Conhecimentos sistemas informatizados. Noções de Comunicação: canais e finalidades. Atendimento ao público interno e externo. Redação de documentos e correspondência. Noções de Microinformática: utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

4. ENSINO DE NÍVEL SUPERIOR

4.1. Língua Portuguesa: Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal. *OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.*

4.2. Conhecimentos Gerais: Município de Cotriguaçu: Conhecimentos geográficos e históricos; Símbolos do Município (bandeira, brasão e hino); Atualidades e acontecimentos relacionados às áreas: econômica, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura e meio-ambiente social e política, desde o início da colonização. Mato Grosso: Conhecimentos sobre os acontecimentos atuais; As Regiões do Estado e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos e Biomas; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Culturais e Religiosos, Políticos e Sociais; Símbolos Estaduais (bandeira, brasão e hino). História de Mato Grosso: Fundação de Cuiabá; A Rusga 1831-1840; Mato Grosso no 1º Império; Presidentes do 2º Império; A Guerra do Paraguai; Mato Grosso da 1ª à 4ª República; Ciclo das casas comerciais e das usinas; o Ciclo do Ouro; As estradas de ferro Noroeste do Brasil; Governos: Período republicano (1889 - 2019) de Antônio Maria Coelho (1889) a Mauro Mendes até a atualidade; Divisão do Estado; Folclore; Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Mato Grosso e seus Municípios. Brasil: Conhecimentos sobre os acontecimentos atuais; As Regiões Brasileiras e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos e Biomas; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Culturais e Religiosos, Políticos e Sociais; Símbolos Nacionais

(bandeira, brasão e hino). A História: Pré-Colonial - as expedições e a exploração do pau-brasil. Brasil Colonial - Capitanias Hereditárias. Governo Geral. Invasões Estrangeiras. Entradas e Bandeiras. Conquista do território brasileiro. Economia da Colônia. Os movimentos de rebelião contra a Coroa. A família real no Brasil. A Revolução de 1817. Império: Política interna e externa do Império. Economia do Século XIX. República: A proclamação. A República Velha. Período Getulista; A Revolução de 1930; O Governo Constitucional; O Governo Ditatorial; Nacionalismo e Trabalhismo; O Fim do Estado Novo e a Volta de Getúlio Vargas (1945 – 1954); Ditadura Militar: Instalação do Regime Militar, os Governos Militares; O Milagre Econômico; A alta da Inflação e da Dívida Externa; O Fim do Governo Militar, os Governos de Sarney (1985) a Jair Bolsonaro (2021); Temas relacionados à questão econômica e social do País, do Mercosul. Mundo: Globalização. Tópicos Relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, saúde, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, suas interrelações e suas vinculações históricas.

OBS. *Nível de complexidade compatível com a escolaridade.*

4.3. Conhecimentos Específicos dos Cargos:

4.3.1. ESPECIALISTA EM SAÚDE – ASSISTENTE SOCIAL: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ética profissional. Legislação: Lei Maria da Penha. Código de Ética do Assistente Social. SUAS. LOAS. Estatuto da Criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90); Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93); Lei nº. 8.842/94 que fixa a Política Nacional do Idoso. Ambiente de atuação do assistente social. Instrumental de pesquisa em processos de investigação social: elaboração de projetos, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas. Propostas de intervenção na área social: planejamento estratégico, planos, programas, projetos, e atividades de trabalho. Avaliação de programas e políticas sociais. Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: sindicância, abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes, e com famílias, atuação na equipe interprofissional (relacionamento e competências). Diagnóstico. Estratégias de trabalho institucional. Conceitos de instituição. Estrutura brasileira de recursos sociais. Uso de recursos institucionais e comunitários. Redação e correspondências oficiais: laudo e parecer (sociais e psicossociais), estudo de caso, informação e avaliação social. Atuação em programas de prevenção e tratamento. Uso do álcool, tabaco e outras drogas: questão cultural, social e psicológica. Políticas Sociais. Relação Estado/Sociedade. Contexto atual e o neoliberalismo. Políticas de Seguridade e Previdência Social. Lei Orgânica da Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Política Nacional do Idoso. Legislação de Serviço Social. Níveis, áreas e limites de atuação do profissional de Serviço Social. Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Reflexões sobre as competências e atribuições privativas do assistente social. Lei nº 8.662/1993 – Regulamenta a profissão de Serviço Social. Serviço Social e suas dimensões: teórico-metodológica; ético-política; técnico-operativa. A instrumentalidade em Serviço Social. Dimensão investigativa no exercício profissional. Legislação Social e Serviço Social: direitos sociais no contexto atual brasileiro (assistência social, previdência social, idoso, mulher, pessoa portadora de deficiência, criança e adolescente). Trabalho interdisciplinar e trabalho em redes. Serviço Social e trabalho com famílias. Supervisão Profissional.

4.3.2. ESPECIALISTA EM SAÚDE – ENFERMEIRO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Abordagem do processo saúde-doença das famílias e do coletivo. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, no serviço público. Gerenciamento da Assistência de Enfermagem; Gerenciamento dos Serviços de Saúde; Saúde Coletiva/Epidemiologia; Vigilância Epidemiológica; Vigilância em Saúde e Vigilância Sanitária, Modelos Assistenciais em Saúde; SUS; Educação, comunicação e práticas pedagógicas em Saúde Coletiva; Programas de atenção à saúde dos diversos grupos: criança, adolescente, mulher, adulto, idoso e trabalhador. Programa Nacional de Imunização: esquema vacinal do Ministério da Saúde; rede de frio; vias e formas de administração e validade; Atuação do Enfermeiro no rompimento do ciclo de transmissão de doenças, biossegurança, processamento de artigos e superfícies; Atuação do Enfermeiro nas urgências e emergências; Relações humanas no trabalho, comunicação e trabalho em equipe. Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético.

4.3.3. ESPECIALISTA EM SAÚDE – FARMACÊUTICO/BIOQUIMICO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (*Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde)*; Portaria 2436/2017 (*Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS).* Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional.Princípios de farmacovigilância e farmacoeconomia. Erros de medicação. Assistência farmacêutica no SUS e Atenção básica: Incentivo a assistência farmacêutica. Política Nacional de Medicamentos. Programas Estratégicos de Responsabilidade do Ministério da Saúde. Programas para Aquisição dos Medicamentos Essenciais da Saúde. Responsabilidades e atribuições do farmacêutico na atenção à saúde. Atenção Farmacêutica: conceitos em Atenção Farmacêutica; metodologia de Seguimento de pacientes; atenção farmacêutica em distúrbios maiores e menores; educação sanitária. Farmacologia: Farmacocinética; farmacodinâmica; farmacoterapia; biodisponibilidade e bioequivalência; interações medicamentosas (interação medicamento - medicamento e medicamento-alimento); incompatibilidades entre fármacos; reações adversos; análise farmacêutica; farmacologia dos Sistemas Orgânicos: Sistema Nervoso Central, Sistema Cardiovascular, Sistema Digestivo, Sistema Endócrino, Sistema Respiratório, Sistema hematopoiético,

Farmacologia da dor, Antiinflamatórios, Antimicrobianos, Antiparasitários, Antituberculosos, Antineoplásicos, Antifúngicos, Antivirais, Vacinas, Anestésicos locais, Antialérgicos, Fármacos psicotrópicos. Toxicologia: avaliação toxicológica; intoxicações medicamentosas; drogas de abuso; inseticidas; herbicidas; fungicidas; rodenticidas; metais pesados; gases tóxicos; intoxicação por medicamentos; solventes. Deontologia e Legislação Farmacêutica: Código de Ética da Profissão Farmacêutica; Código de Processo Ético da Profissão Farmacêutica. Responsabilidade Civil do Farmacêutico. Portaria 344/98 (e suas atualizações). Medicamentos genéricos. RENAME (versão atualizada).

4.3.4. ESPECIALISTA EM SAÚDE – ODONTÓLOGO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto nº 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético. Epidemiologia das doenças bucais no Brasil. Índices epidemiológicos específicos em saúde bucal. Diagnóstico semiologia bucal, exames complementares. Cariologia: etiologia, diagnóstico e tratamento da doença, cárie dentária com ênfase na prevenção e promoção à saúde bucal. Formas de controle de infecção no ambiente de trabalho. Patologia Periodontal, doenças gengivais e periodontal - diagnóstico e tratamento. Algias orofaciais, tipos diagnósticos diferenciais. Cistos e tumores odontogênicos e não odontogênicos. Lesões mais frequentes da cavidade bucal: candidíase, gengivoestomatite herpética, lesões herpéticas secundárias, sífilis e AIDS. Preparo cavitário e atípico: conceitos atuais, materiais usados em dentística, proteção do complexo dentina-polpa. Patologia pulpar e periapical: características clínicas. Emergência e Urgência em odontologia. Traumatismo Dental, fraturas das coroas e raízes. Terapêutica Odontológica - analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos e anestésicos de uso local em odontologia. Fluorterapia - uso sistêmico e tópico. Aspectos toxicológicos e clínicos. Educação e Saúde Bucal. Diagnóstico bucal: patologia dos tecidos moles e duros da cavidade oral, cárie, placa bacteriana e doença periodontal. Métodos de prevenção da cárie e da doença periodontal. Flúor. Técnicas de anestesia intraoral. Princípios básicos do atendimento em odontopediatria. Proteção do complexo dentina-polpa. Materiais restauradores. Princípios gerais do preparo cavitário. Hepatites virais (A, B e C). AIDS. Imunizações. Técnica da lavagem das mãos. Uso de barreiras protetoras. Conduta frente a acidentes de trabalho. Exame clínico e radiográfico. Classificação. Lesões das estruturas dentárias mineralizadas e da polpa. Lesões dos tecidos periodontais. Dentição permanente - diagnóstico e tratamento. Trinca do esmalte. Concussão. Subluxação. Luxação. Deslocamento completo do dente.

4.3.5. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ASSISTENTE SOCIAL: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ética profissional. Legislação: Lei Maria da Penha. Código de Ética do Assistente Social. SUAS. LOAS. Estatuto da Criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90); Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93); Lei nº. 8.842/94 que fixa a Política Nacional do Idoso. Ambiente de atuação do assistente social. Instrumental de pesquisa em processos de investigação social: elaboração de projetos, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas. Propostas de intervenção na área social: planejamento estratégico, planos, programas, projetos, e atividades de trabalho. Avaliação de programas e políticas sociais. Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: sindicância, abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes, e com famílias, atuação na equipe interprofissional (relacionamento e competências). Diagnóstico. Estratégias de trabalho institucional. Conceitos de instituição. Estrutura brasileira de recursos sociais. Uso de recursos institucionais e comunitários. Redação e correspondências oficiais: laudos e pareceres (sociais e psicossociais), estudo de caso, informação e avaliação social. Atuação em programas de prevenção e tratamento. Uso do álcool, tabaco e outras drogas: questão cultural, social e psicológica. Políticas Sociais. Relação Estado/Sociedade. Contexto atual e o neoliberalismo. Políticas de Seguridade e Previdência Social. Lei Orgânica da Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Política Nacional do Idoso. Legislação de Serviço Social. Níveis, áreas e limites de atuação do profissional de Serviço Social. Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Reflexões sobre as competências e atribuições privativas do assistente social. Lei nº 8.662/1993 – Regulamenta a profissão de Serviço Social. Serviço Social e suas dimensões: teórico-metodológica; ético-política; técnico-operativa. A instrumentalidade em Serviço Social. Dimensão investigativa no exercício profissional. Legislação Social e Serviço Social: direitos sociais no contexto atual brasileiro (assistência social, previdência social, idoso, mulher, pessoa portadora de deficiência, criança e adolescente). Trabalho interdisciplinar e trabalho em redes. Serviço Social e trabalho com famílias. Supervisão Profissional.

4.3.6. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – ENGENHEIRO CIVIL: CF/88, Constituição do Estado de Mato Grosso e Lei Orgânica do Município. Incidência de tributos e encargos sociais em uma obra. Normas Técnicas da Construção Civil NBRs. Cálculos e direitos trabalhistas na construção civil. Projeto e execução de obras civis: sondagens; instalações provisórias; canteiro de obras; escavações; escoramento; execução de fundações rasas e profundas. Execução de estruturas em concreto armado, aço, madeira e alvenaria estrutural. Revestimentos de pisos e paredes. Impermeabilização das fundações, paredes, pisos, tanques, piscinas e coberturas. Pintura. Principais patologias: fundações, pisos, paredes, estruturas e revestimentos. Mecânica dos solos: índices físicos; caracterização, propriedades e pressões dos solos; compactação, compressibilidade e adensamento nos solos; resistência ao cisalhamento; empuxos de terra; estimativa de recalques; estabilidade de taludes; estruturas de arrimo; empuxos de terra. Instalações prediais: instalações elétricas; instalação hidrossanitária; telefonia e instalações especiais. Fiscalização e acompanhamento de obras civis. Engenharia de custos: planejamento de obras, cronogramas (Gant, Pert, Linha de Balanço), orçamentos, levantamento de quantitativos, custos unitários. Segurança e higiene no trabalho; segurança na construção civil, proteção coletiva e individual; ergonomia; acessibilidade universal; riscos ambientais (químicos, físicos, biológicos, mecânicos); riscos em eletricidade, em transporte e em movimentação de materiais. Conhecimento de legislações referentes aos serviços de engenharia, inclusive sobre a que se refere a licitações públicas e contratos. Representação de projetos: arquitetura; instalações, fundações e estruturas, com o auxílio de softwares (AutoCAD). Noções de gestão de pessoas; liderança de equipe. Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e alterações posteriores (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); Conhecimento dos procedimentos de licitações de obras e serviços de engenharia e de contratos de obras públicas. Noções de Informática: utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

4.3.7. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - MÉDICO VETERINÁRIO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético. Conhecimentos Específicos: Código Sanitário Estadual. Vigilância sanitária e epidemiológica de alimentos: Intoxicações e toxi-infecções de origem alimentar. Profilaxia das intoxicações e toxi-infecções alimentares. Investigação de surtos. Colheita de Amostras. Epidemiologia: Epidemiologia geral e aplicada - princípios gerais, definição e classificação. Cadeia epidemiológica e transmissão. Métodos epidemiológicos aplicados à vigilância sanitária. Estatística vital: Definições e conceitos. Levantamento de dados. Estatística de morbidade. Prevalência. Incidência. Proporções, coeficientes, índices utilizados em estudo de saúde. Coeficiente ou taxas de mortalidade, morbidade e letalidade. Gerais. Específicas. Doenças infectocontagiosas de importância em Saúde Pública Veterinária: Determinada por bactérias. Tuberculose. Brucelose. Leptospirose. Salmoneloses. Estreptococciases. Estafilococciases. Determinadas por vírus. Raiva. Encefalites equinas. Determinadas por protozoários. Leishmaniose. Toxoplasmose. Determinadas por nematoides. Ascaridíase. Ancilostomíase. Determinadas por cestoides. Teníases. Cisticercoses. Equinococoses. Zoonoses: Conceituação e classificação de zoonoses. Controle da raiva. Controle de roedores. Controle de vetores. Quirópteros.

ANEXO V

EDITAL N.º PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

OCORRÊNCIAS PREVISTAS	DATAS PROVÁVEIS
Período de ampla divulgação: Jornal Oficial AMM e; site eletrônico: https://www.cotriguacu.mt.gov.br	A partir de 05/03/2021
Prazo para impetrar recursos contra o Edital	Até 17:00hs do dia 10/03/2021
Período de requerimento de Inscrição Isenta de taxa, doadores de sangue	18/03/2021 até 23:00hs do dia 21/03/2021
Publicação do rol do/a/s candidato/a/s com isenção da taxa de inscrição	23/03/2021
Prazo de recursos ao/a/s candidato/a/s com isenção da taxa de inscrição indeferidas	até 17:00hs do dia 25/03/2021
Apresentação da defesa dos recursos e rerratificação das isenções	Até dia 26/03/2021
Período de realização das Inscrições gerais via Internet	18/03/2021 a 31/03/2021
Vencimento dos boletos impreterivelmente (sem prorrogação)	01/04/2021
Publicação das Inscrições Deferidas	07/04/2021
Prazo de recursos acerca do indeferimento das Inscrições	Até 17:00hs do dia 09/04/2021
Apresentação da defesa dos recursos e rerratificação dos indeferimentos	12/04/2021
Publicação da Homologação das Inscrições Deferidas	12/04/2021
Publicação do Edital de ensalamento, confirmação do local e horário das Provas: Objetiva e Subjetiva	14/04/2021
Realização das Provas: Objetiva e Subjetiva	18/04/2021
Gabarito Prévio: Mural da Câmara e no site: https://www.cotriguacu.mt.gov.br	19/04/2021
Prazo para interpor recursos contra o Gabarito Prévio. Recurso através do site https://www.cotriguacu.mt.gov.br	Até as 17:00hs de 21/04/2021
Apresentação da defesa dos recursos e rerratificação dos Gabaritos	23/04/2021
Previsão para a publicação do Gabarito Oficial	26/04/2021
Publicação das Notas das Provas e Classificação Prévia	27/04/2021
Prazo para recurso contra o resultado prévio apresentado	Até as 12:00hs de 29/04/2021
Divulgação do Resultado Final - Local: Mural da Prefeitura e no site: https://www.cotriguacu.mt.gov.br	Previsão: 30/04/2021

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO N° 087/2019

Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula (Do Prazo), referente ao Contrato nº 087/2019, do objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA REESTRUTURAÇÃO DO VIVEIRO PARA PRODUÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, COM RECUSROS DO CONVENIO Nº853519/2017/MAPA, CONFORME PLANILHAS E PROJETO EM ANEXO".**

De um lado a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 37.465.309/0001-67 localizada na Av. 20 de Dezembro, nº 725 – Centro – Cotriguaçu / MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº: JAIR KLASNER, doravante denominada "CONTRATANTE" e a empresa **MARCOS FERREIRA DOS SANTOS 87685922134 CNPJ: 33.545.874/0001-83**, localizada no logradouro Est Terceira Vicinal Lestes Número 17, Cep 78.330-000 Bairro/Distrito Setor Chácaras, Município Cotriguaçu Uf -MT, doravante denominada "CONTRATADO", conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula do prazo, prorrogando de 06/03/2021 a 06/06/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato, as quais serão respeitadas pelas partes.

E por estarem justos e acordados, ambas as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Cotriguaçu-MT, 05 de março de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

CONTRATANTE

_____

MARCOS FERREIRA DOS SANTOS 87685922134

CNPJ: 33.545.874/0001-83

CONTRATADO

EXTRATO DO CONTRATO 014/2021

DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 37.465.309/0001-67, SITUADA À AV. 20 DE DEZEMBRO, Nº 725 – BAIRRO CENTRO EM COTRIGUAÇU-MT, NESTE ATO REPRESENTADA PELO PREFEITO MUNICIPAL SRº: **OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS**, QUE DORAVANTE PASSA A SER IDENTIFICADO E CHAMADO DE "CONTRATANTE", E A EMPRESA **TRIUNFO COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 28.739.782/0001-02**, ENDEREÇO RUA IRMÃ ALICE BITAR, S/N – QUADRA 40, LOTE 07, JARDIM SÃO JOSÉ, CEP: 74.494-745, GOIÂNIA-GO, DENOMINADO "CONTRATADO". OBJETO: **"ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019 DO PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2019, GERENCIADO MINISTÁRIO DA DEFESA – EXERCITO BRASILEIRO CMO – 3° GPT E 9° BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE (9° BATALHÃO DE ENGENHARIA/1942) BATALHÃO CARLOS CAMISÃO "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E VIATURAS QUE SERÃO EMPREGADAS PELO 9° BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE (AQUIDAUANA-MS) NO APOIO ÀS OPERAÇÕES MILITARES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS, INCLUSIVE AS ENCAMINHADAS PELOS ORGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES, POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES". PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.** O PRESENTE CONTRATO TEM O VALOR GLOBAL DE R **R$ 355.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL REAIS),** QUE INTEGRA O PRESENTE INSTRUMENTO E QUE É DE PLENO CONHECIMENTO DAS PARTES. O PRESENTE CONTRATO TEM VIGÊNCIA A PARTIR DE**05 DE MARÇO DE 2021 ATÉ 03 DE MAIO DE 2021. OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL**

EXTRATO ORDEM DE INICIO DE SERVIÇO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021 PROCESSO DE COMPRA 003/2021

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, Estado De Mato Grosso, Inscrita No Cnpj: 13.465.309/0001-67, autoriza a empresa **S.O.S ASSESSORIA CONTABIL E ADMINISTRATIVA LTDA – ME, CNPJ: 03.190.857/0001-00**, endereço- Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº 306, sala 01 – Setor C – CEP: 78.580.000, Alta Floresta – MT.

A Licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021 PROCESSO DE COMPRA 003/2021 Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT". A dar início aos serviços do objeto do contrato acima, obedecendo os padrões técnicos e as exigências descritas no edital e contrato assinado entre as partes.

Valor: R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais)

Vigência: 05/02/2021 à 05/04/2021

Data de assinatura: 05/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico nº 001/2021, do tipo "Menor Preço por Item", cujo objeto é Aquisição de Patrulha Agrícola, conforme Convênio MAPA Nº 890778/2019, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Curvelândia/MT, cujo certame teve como vencedora a empresa: CASA DA LAVOURA LTDA-EPP inscrita no CNPJ: 01.721.310/0001-68, para os itens: 01 R$ 112.950,00; 02 R$ 29.990,00; perfazendo o valor total do pregão em R$ 142.940,00 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e quarenta reais).

Curvelândia/MT, 05 de março de 2021.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei Federal n° 10.520/2001 e art. 43, VI, da Lei Federal n° 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Pregoeiro e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve, **HOMOLOGAR** o processo licitatório nº 004/2021, na modalidade Pregão Presencial nº 002/2021, do tipo "Menor Preço por Item", exclusivo para micro e pequenas empresas, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na publicação de matérias no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e Jornal de Grande Circulação Diária do Estado de Mato Grosso, para divulgação de atos oficiais de interesse do município de Curvelândia/MT, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para futura contratação da empresa: JOÃO DIAS RAMOS-EPP inscrita no CNPJ: 03.805.679/0001-84, para os itens: 01 R$ 38,00; 02 R$ 16,00; 03 R$ 11,50; perfazendo o valor total do pregão em R$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais).

Curvelândia/MT, 05 de março de 2021.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA Nº 38/2021/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidoraTânia Maria Rossi, Professora, matrícula nº481-1, CPF nº 346.743.301-49, RG nº 487144 SSP/MT lotada na Escola Municipal de Educação Infantil "Tia Alair", para a Escola Municipal José Francisco Krholinga partir de 04 de Janeiro de 2.021, onde a mesma desenvolverá suas funções docentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 05de Março de 2021.

Profª Rosilei Carris Montini

Secretária Municipal de Educação e Cultura

AVISO DE ADESÃO Nº 003/2021 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2020.

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO– MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu **a Ata de Registro de Preço nº 018/2020 do Pregão Presencial 013/2020 do município de POCONÉ–MT**, através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020 – PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONE – MT,** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEICULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL EMPREGO E RENDA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ.**

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

A

RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES EIRELI

CNPJ nº 13.243.771/0001-07

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL
02	LOCAÇÃO DE 1 VEICULO TIPO CAMINHONETE 4X4, 4 PORTAS, CAPACIDADE 5 PESSOAS, COM AR CONDICIONADO, DIESEL, TRAÇÃO 4X4, SEM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL COM KM LIVRE PARA CIRCULAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	MÊS	12	R$ 6. 200,00	R$ 74. 400,00
03	LOCAÇÃO DE 1 VEICULO TIPO CAMINHONETE 4X4, 4 PORTAS, CAPACIDADE 5 PESSOAS, COM AR CONDICIONADO, DIESEL, TRAÇÃO 4X4, SEM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL COM KM LIVRE PARA CIRCULAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	MÊS	12	R$ 6. 200,00	R$ 74. 400,00
TOTAL:					**R$ 148. 800,00**

Valor Total Estimado R$ 148.800,00 (Cento e Quarenta e Oito mil Oitocentos e reais).

Vigência: 12 (DOZE) MESES.

Diamantino– MT, 04 de Março de 2020.

MANOEL LOUREIRO NETO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ERRATA DA PORTARIA Nº20/2021/SMEC

Correção:

ONDE SE LÊ: Art. 1º - DESIGNAR a servidora **Rosicleia Silveira Montalvão Konrad**, Técnica Administrativa Educacional matrícula nº2932-1, CPF nº 722. 757.311-72 RG nº14236871-4 SESP/MT, Com função gratificada de Secretária de Unidade Escolar, lotada na Escola Municipal de Educação Infantil Carinha de Anjo, a partir de **04 de Janeiro de 2.021**, onde a mesma responderá pelas documentações escolares e trabalhos administrativos na referida unidade.

LEIA-SE- Art. 1º - DESIGNAR a servidora **Rosicleia Silveira Montalvão Konrad**, Técnica Administrativa Educacional matrícula nº 2932-1, CPF nº722.757.311 - 72RG nº 14236871-4 SESP/MT, Com função gratificada de Secretária de Unidade Escolar, lotada na Escola Municipal de Educação Infantil Carinha de Anjo, a partir de **04 de Janeiro de 2.021**, onde a mesma responderá pelas documentações escolares e trabalhos administrativos na referida unidade e da **Escola Municipal José Francisco Krohling .**

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE.

Diamantino – MT, em 05 de Março de 2021.

Profª Rosilei Carris Montini

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 006/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 006/2021

DATA ASSINATURA: 22 DE FEVEREIRO DE 2021

CREDOR: R.D. COMÉRCIAL DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LTDA-EPP

VIGÊNCIA: 21 DE FEVEREIRO DE 2022

VALOR: R$: 51.250,00 (CINQUENTA E UM MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS.)

LICITAÇAÕ: ADESÃO Nº 003/2021

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E CÓPIAS DIGITALIZADAS EM PRETO E BRANCO E COLORIDA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS, INSUMOS E ACESSÓRIOS DE IMPRESSÃO, EXCETO PAPEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT.

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 007/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 007/2021

DATA ASSINATURA: 22 DE FEVEREIRO DE 2021

CREDOR: WESGLY DE M. SALES-ME

VIGÊNCIA: 22 DE FEVEREIRO DE 2022

VALOR: R$: 121.000,00 (CENTO E VINTE E UM MIL REAIS)

LICITAÇAÕ: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSES-

SORIA PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO 9° ANO E IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTAL DE PLANEJAMENTO PARA GESTORES E PROFESSORES, ACOMPANHAMENTO DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA COM ALUNOS, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO ONLINE COM CORREÇÃO, ENTRE OUTROS SERVIÇOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

DELIBERAÇÃO

Aos 05 (cinco) dias do mês de março do presente ano, presentes os membros da comissão processante, designada pela Portaria Municipal nº. 068/2021 (presidente, secretário e membro), após encerrado as oitivas e colhido o depoimento do Investigado a Comissão processante declara encerrado a instrução processual.

Diante disso fica o Investigado INTIMADO por intermédio de seus advogados devidamente constituídos nos autos, nos termos do artigo 223 da Lei Municipal 132/2001 apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias.

Por fim, encaminhe-se a presente deliberação aos patronos do Investigado no endereço eletrônico: samira.devasconcellos@gmail.com , mgattass_adv@hotmail.com .

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que serve como termo de citação, intimação, e informação devendo ser expedida cópia da mesma para as diligências deliberadas anteriormente, que vai assinada pelo Presidente e pelos demais membros da Comissão Processante.

Gaúcha do Norte-MT, 05 de março de 2021.

Michele Pancotte Dani Luis Guarienti

Presidente Secretário

Rafael Ferri

Membro

EXTRATO DE CONTRATO 204/2021

Contrato nº. 204/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **LUANA APARECIDA DA SILVA MARTINS**

CPF: 951.370.091-72

Objeto: Contratado (a) no cargo de: FISCAL DE TRIBUTOS

Legalidade:LC 04 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021 Classificação: 01

Vigência: 08/03/2021

Valor Mensal: 2.068,17

Data Assinatura: 08/03/2021

Fonte: Or.11/Un. 001/Proj. Atv .20045/ El. 3190110000/ CR 384

EXTRATO DE CONTRATO 203/2021

Contrato nº. 203/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **ALINY HELLEN NOGUEIRA DOS SANTOS**

CPF: 058.580.831-70

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AGENTE ADMINISTRATIVO

Legalidade: LC 04 e LO 1008/2020

Processo Seletivo: 01/2021- Classificação: 01

Vigência: 08/03/2021

Valor Mensal: 1.704,87

Data Assinatura: 08/03/2021

Fonte: Or.11/Un. 004/Proj. Atv .20045/ El. 3190110000/ CR 384

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 015/2021

Contrato nº. 85/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **AYRA MUNIK FERREIRA DOS SANTOS DANTAS**

CPF: 041.699.431-80

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AGENTE ADMINISTRATIVO

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 05/02/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: 1.704,87

Data da rescisão: 05/03/2021

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

Contrato nº. 105/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **FELIPE RICARDO WIEBBELLING FOLLIMANN**

CPF: 067.263.961-04

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AGENTE ADMINISTRATIVO

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 05/02/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: 1.704,87

Data da rescisão: 05/03/2021

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 016/2021

Contrato nº. 93/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **MARLI GONÇALVES CONSTANTE**

CPF: 009.303.991-37

Objeto: Contratado (a) no cargo de: FISCAL DE TRIBUTOS (AGENTE TRIBUTÁRIO)

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 05/02/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: 2.068,17

Data da rescisão: 05/03/2021

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

Contrato nº. 83/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **CLAUDINEI MARCELO KLEIN**

CPF: 013.593.271-85

Objeto: Contratado (a) no cargo de: CONTADOR

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 05/02/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: 7.194,37

Data da rescisão: 08/03/2021

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

INTIMAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2021

Prezado Sr. Elias Andre Lima Sanches

Advogados: Dr. Marcos Gattas, OAB/MT 12.264, Dra. Samira de Vasconcellos Farias, OAB/MS nº. 20.294

Ref. Intimação para apresentar defesa/alegações finais

Na qualidade de Presidente da Comissão Processante designada pela Portaria Municipal nº. 068/2021, venho por meio deste, nos termos do artigo 223 da Lei Municipal 132/2001 INTIMAR Vossa Ilustre Senhoria para no prazo de 10 (dez) dias apresentar defesa escrita/alegações finais.

Gaúcha do Norte-MT, 05 de Março de 2021.

Michele Pancotte

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 029/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***BEATRIZ BONDEZAN CARDERALLI*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2019. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/ 2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **BEATRIZ BONDEZAN CARDERALLI**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R. G. nº 9.318.667-2 SESP/PR e do CPF Nº. 059.034.529.06, residente e domiciliada na Rua Santo Antonio, Quadra 31, Lote 17, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Fisioterapeuta – 20 Horas** para à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/ 2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2019, Item 1.3.1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **20 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 005/2019 de 12/12/2019, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2019.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 30.261,71 (trinta mil, duzentos e sessenta e um reais e setenta e um centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 11 (onze) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 10 (dez) de fevereiro de 2022, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/ 2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde

05.002.10.301.0034.2063.3190.04.00.00.00 Red. 0149

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

BEATRIZ BONDEZAN CARDERALLI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2021

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina n° 314, centro, Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público o resultado da Licitação na Modalidade **Pregão Presencial n° 017/2021**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".** Tendo resultado DESERTO, por não comparecer nenhuma empresa licitante para o presente certame.

Itanhangá-MT, 05 de março de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 023/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***NEIDE AGUIAR*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **NEIDE AGUIAR**, brasileira, viúva, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1069764-0 SJ/MT e do CPF Nº. 858.098.371.15, residente e domiciliada na Rua Buritis, Quadra 10, Lote 04, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Merendeira – 30 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 12.801,62 (doze mil, oitocentos e um reais e sessenta e dois centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

NEIDE AGUIAR

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 030/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 030/2021/ DRH/PMI

*TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. **FRANCIELI CAPPELLARI** APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2019. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **FRANCIELI CAPPELLARI**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1970089-0 SESP/MT e do CPF Nº. 050.005.371.57, residente e domiciliada na Rodovia MT338, KM 165, Zona Rural, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Psicóloga – 40 Horas** para à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2019, Item 1.3.1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 005/2019 de 12/12/2019, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2019.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 43.230,70 (quarenta e três mil, duzentos e trinta reais e setenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 16 (dezesseis) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 15 (quinze) de fevereiro de 2022, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde

05.002.10.301.0034.2063.3190.04.00.00.00 Red. 0149

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

FRANCIELI CAPPELLARI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 022/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***VIVIAN APARECIDA GOMES*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **VIVIAN APARECIDA GOMES**, brasileira, união estável, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1366382-8 SESP/MT e do CPF Nº. 007.510.841.07, residente e domiciliada na Rua Santo Antonio, Lote 12, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Auxiliar de Serviços Gerais – 30 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 12.801,62 (doze mil, oitocentos e um reais e sessenta e dois centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

VIVIAN APARECIDA GOMES

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 021/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 021/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***ANDREIA LOPES DA SILVA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **ANDREIA LOPES DA SILVA**, brasileira, união estável, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 23626623 SESP/MT e do CPF Nº. 059.622.761.24, residente e domiciliada na Chácara Porfirio Lopes, Zona Rural, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Auxiliar de Serviços Gerais – 30 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 12.801,62 (doze mil, oitocentos e um reais e sessenta e dois centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município,

conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

ANDREIA LOPES DA SILVA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 001/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***GISELE COELHO CRUZ SCHEWE*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/ 2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **GISELE COELHO CRUZ SCHEWE**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R. G. nº 53236987 SESP/PR e do CPF nº. 749.502.829.72, residente e domiciliada na Rua Fortaleza, S/N, Loteamento Ozorio, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Segundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

GISELE COELHO CRUZ SCHEWE

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 002/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***ANA LUCIA DOS SANTOS GLORIA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/ 2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **ANA LUCIA DOS SANTOS GLORIA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 304889337 SSP/SP e do CPF nº. 270.575.568.37, residente e domiciliada na Rua Nova Maringá, Rural, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

ANA LUCIA DOS SANTOS GLORIA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 003/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***KELLY LUNARDI DA SILVA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **KELLY LUNARDI DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 001491575 SSP/MS e do CPF nº. 024.759.751.13, residente e domiciliada na Rua Murici, quadra 08, lote 24, centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas nega-

tivas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

KELLY LUNARDI DA SILVA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 004/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 004/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***ROSANE MARIA RECH BARON*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **ROSANE MARIA RECH BARON**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 3894637 SESP/SC e do CPF nº. 033.333.289.09, residente e domiciliada na Rua dos Canários, quadra 73, lote 21, centro, Município de Ipiranga do Norte (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o

valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

ROSANE MARIA RECH BARON

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 005/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 005/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A

*SRA. **GISSELI IZOTON BINI** APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **GISSELI IZOTON BINI**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 91079097 SESP/PR e do CPF nº. 050.847.979.70, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, , quadra 45, lote 14, centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamen-

to ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

GISSELI IZOTON BINI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 006/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***SABRINA EICHELT SCHWEIG*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **SABRINA EICHELT SCHWEIG**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1980299-4 SSP/MT e do CPF nº. 037.642.971.23, residente e domiciliada na Rua São Jorge do Oeste, quadra 08, lote 16, centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

SABRINA EICHELT SCHWEIG

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 007/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 007/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***INDIANARIA EROTILDES ANDRADE*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/ 2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **INDIANARIA EROTILDES ANDRADE**, brasileira, união estável, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1728802-9 SSP/MT e do CPF nº. 020.710.131.07, residente e domiciliada na Avenida Rio Borges, Loteamento do Tonhão, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

INDIANARIA EROTILDES ANDRADE

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 008/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 008/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***LUIZA MODESTI*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **LUIZA MODESTI**, bra-

sileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 3005301712 SJS/RS e do CPF nº. 740.789.170.20, residente e domiciliada na Rua Passo Fundo, centro, lote 12, quadra 26, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

LUIZA MODESTI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 009/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 009/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***EDIELI CLEICI DOS SANTOS*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **EDIELI CLEICI DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2173137-3 SESP/MT e do CPF nº. 027.729.621.80, residente e domiciliada na Rua dos Trabalhadores, centro, quadra 29, lote 01, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição

Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

EDIELI CLEICI DOS SANTOS

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 010/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 010/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***KARINE OHANA PACHECO*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **KARINE OHANA PACHECO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 21868042 SSP/MT e do CPF nº. 036.195.041.13, residente e domiciliada na Rua Passo Fundo, bairro pioneiro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

KARINE OHANA PACHECO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 011/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 011/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***JOSELAINE VAIS TUSSET*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **JOSELAINE VAIS TUSSET**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2044317-0 SESP/MT e do CPF Nº. 028.683.381.60, residente e domiciliada no LOTE 36 - FAZ. SÃO FRANCISCO, zona rural, Município de Porto dos Gaúchos (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da

Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

JOSELAINE VAIS TUSSET

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 012/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 012/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***JULLY ANNE ALVES DE BRITO CLEMENTINO*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **JULLY ANNE ALVES DE BRITO CLEMENTINO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2280705-5 SEJSP/MT e do CPF Nº. 040.776.431. 39, residente e domiciliada na Rua Murici, centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumi-

das, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

JULLY ANNE ALVES DE BRITO CLEMENTINO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 013/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 013/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***JOICE DA SILVA DOS SANTOS*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **JOICE DA SILVA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2473055-6 SEJSP/MT e do CPF Nº. 037.239.461.27, residente e domiciliada na rodovia MT 338, rodovia rural, S/N, fazenda pai e filho, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão des-

te contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

JOICE DA SILVA DOS SANTOS

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 014/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 014/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***ANA LUCIA NASCIMENTO COSTA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/ 2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **ANA LUCIA NASCIMENTO COSTA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R. G. nº 19997914 SSP/MT e do CPF Nº. 049.859.421.11, residente e domiciliada na Avenida Santa Catarina, Agrovila Monte Alto, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**,

sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

ANA LUCIA NASCIMENTO COSTA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 015/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 015/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***HAYDEE SAYURI JACONI*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **HAYDEE SAYURI JACONI**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2308216-0 SSP/MT e do CPF Nº. 035.411.241.48, residente e domiciliada na Estrada Rural, Zona Rural, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena em Educação Física 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

HAYDEE SAYURI JACONI

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 016/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 016/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***JENNIFER KAUANE PRESTES DA SILVA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **JENNIFER KAUANE PRESTES DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2348591-4 SSP/MT e do CPF Nº. 061.025.991.10, residente e domiciliada na Avenida Espirito Santo, Rio Verde, Município de Lucas do Rio Verde (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena em Educação Física 24 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **24 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 27.230,40 (vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

JENNIFER KAUANE PRESTES DA SILVA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 017/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 017/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***CLEISE REGINA POLETTO DOS SANTOS*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **CLEISE REGINA POLETTO DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 5.375.978-5 SESP/PR e do CPF Nº. 036.534.939.94, residente e domiciliada na Rua Buriti, Quadra 10, Lote 11, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena - 18 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **18 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 20.422,09 (vinte mil, quatrocentos e vinte e dois reais e nove centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

CLEISE REGINA POLETTO DOS SANTOS

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 018/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 018/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***MARILENE SCHEWE*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI*

MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **MARILENE SCHEWE**, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 4.852.203-3 SESP/PR e do CPF Nº. 000.328.899.41, residente e domiciliada na Rua Fortaleza, Loteamento do Osorio, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Professor Licenciatura Plena - 18 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **18 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 20.422,09 (vinte mil, quatrocentos e vinte e dois reais e nove centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 60% Fundamental

04.003.12.361.0015.2026.3190.04.00.00.00 Red. 090

Fundeb 60% Infantil

04.003.12.365.0015.2114.3190.04.00.00.00 Red. 094

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

MARILENE SCHEWE

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 019/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 019/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***TATIANE OLIVEIRA DE LIMA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **TATIANE OLIVEIRA DE LIMA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2350938-4 SSP/MT e do CPF Nº. 045.884.041.64, residente e domiciliada na Rua Valdecir Martins, S/N, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Técnico Administrativo Educacional – 40 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 22.758,38 (vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

TATIANE OLIVEIRA DE LIMA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 020/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 020/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***SHIRLEY KUESTER FURTADO*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **SHIRLEY KUESTER FURTADO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 7853282 SESP/SC e do CPF Nº. 061.237.021.65, residente e domiciliada na Avenida Rio Grande do Sul, Lote 16, Quadra 20, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Técnico Administrativo Educacional – 40 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 22.758,38 (vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

SHIRLEY KUESTER FURTADO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 028/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 028/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***SONIA GARCIA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **SONIA GARCIA**, bra-

sileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 0954037-7 SESP/MT e do CPF Nº. 572.058.921.04, residente e domiciliada na Avenida Rio Borges, Bairro Pioneiro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Auxiliar de Serviços Gerais – 30 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 14.497,72 (quatorze mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 03 (três) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 02 (dois) de fevereiro de 2022, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

SONIA GARCIA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 027/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 027/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***LEDIANE SANTIAGO DE MELLO*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/ 2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **LEDIANE SANTIAGO DE MELLO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2050510-8 SEJSP/SP e do CPF Nº. 029.393.371.52, residente e domiciliada na Rua Jandira Comaretto Selzein, Quadra 04, Lote 04, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Nutricionista – 40 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 37.946,96 (trinta e sete mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 02 (dois) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação – Gabinete do Secretário

04.001.12.122.0012.2016.3390.39.00.00.00 Red. 049

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

LEDIANE SANTIAGO DE MELLO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

GABINETE DO PREFEITO
REQUERIMENTO

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, CNPJ nº 07.209.225/0001-00, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Previa (LP) e Licença de Instalação (LI), referente ao Projeto de Obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem a serem realizadas em diversas vias, zona urbana do município de Itanhangá-MT.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 031/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 031/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***JANAINA FARIAS GUIMARAES*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **JANAINA FARIAS GUIMARAES**, brasileira, união estável, portadora da Cédula de Identidade R. G. nº 1999854-6 SSP/MT e do CPF Nº. 026.652.821.00, residente e domiciliada na Avenida Sergipe, S/N, Quadra 80, Lote 20, Agrovila Monte Alto, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Motorista de Ônibus e Veículos Escolares – 40 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 20.894,49 (vinte mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante

nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

JANAINA FARIAS GUIMARAES

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 032/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***LURDES ALVES FORTES DO NASCIMENTO*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **LURDES ALVES FORTES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 9.446.148-0 SESP/PR e do CPF Nº. 799.831.039.15, resi-

dente e domiciliada na Estrada 242, Zona Rural, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Motorista de Ônibus e Veículos Escolares – 40 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 20.894,49 (vinte mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

LURDES ALVES FORTES DO NASCIMENTO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 026/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 026/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E O SR. ***GENILDO NUNES DE MACENA*** *APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADO, Sr**. **GENILDO NUNES DE MACENA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 14415640 SEJSP/MT e do CPF Nº. 956.770.891.68, residente e domiciliado na Rua Campo Grande, Quadra 51, Lote 05, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Motorista de Ônibus e Veículos Escolares – 40 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **40 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 22.078,52 (vinte e dois mil, setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

GENILDO NUNES DE MACENA

CONTRATADO

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 025/2021/ DRH/PMI

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 025/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***MATILDES GREQUI GERMANO*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **MATILDES GREQUI GERMANO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 12394997 SSP/SP e do CPF Nº. 004.959.668.35, residente e domiciliada na Estrada 242, Agrovila Simione, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Merendeira – 30 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 12.801,62 (doze mil, oitocentos e um reais e sessenta e dois centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

MATILDES GREQUI GERMANO

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL Nº 024/2021/ DRH/PMI

TERMO DE CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT E A SRA. ***MONIKE DE OLIVEIRA TEIXEIRA*** *APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020. COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUICIONAL (Art. 37, inciso IX da C.F) E NO TEOR DO DISPOSITIVO NA LEI MUNICIPAL Nº. 267/2011 E LEIS COMPLEMENTARES 023/ 2009 E 024/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.*

Pelo presente instrumento de Contrato Temporário de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 07.209.225/0001-00, com sede na Avenida Santa Catarina, 314, Centro, Itanhangá - MT, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA, Sra**. **MONIKE DE OLIVEIRA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1405047-1 SSP/MT e do CPF Nº. 928.106.831.15, residente e domiciliada na Rua das Flores, Bairro Pioneiro, Centro, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm certos e ajustados o que se segue:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem como objeto a Contratação de Serviço por Tempo Determinado de **Merendeira – 30 Horas** para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), conforme regulamentado no Artigo 2º, da Lei Municipal 267/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020, Item 1.

DA FORMA E REGIME DE PRESTAÇÃO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço ora contratado será prestado de segunda-feira à sexta-feira, perfazendo um total de **30 horas semanais**, sob a forma de Contrato Temporário de Serviço, conforme regulamentado

na Lei Municipal 267/2011. O local de atuação e atribuições dos serviços prestados, está vinculado a vaga que o servidor se classificou, conforme Edital Complementar 009/2020 de 21/12/2020, Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020.

Parágrafo Único: Na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica autorizado descontar do(a) contratado(a) o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas e acrescentar o valor equivalente às eventuais horas trabalhadas.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O preço certo e ajustado entre as partes para a prestação do serviço é de R$ 12.801,62 (doze mil, oitocentos e um reais e sessenta e dois centavos);

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLAUSULA QUARTA: O preço fixado pela cláusula anterior será pago da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: Os valores fixados na Clausula Quarta serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, em moeda corrente deste país.

Parágrafo Segundo: O valor ajustado neste contrato será fixado, em importância não superior ao vencimento base de início de carreira constante nos quadros de cargos e salários dos Servidores Públicos do Município, conforme disposto nas Leis Complementares 023/2009 e 024/2009 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro: Sobre os valores acima, ajustados conforme a Cláusula Terceira incidirá os seguintes gravames:

a) Em favor da Previdência Social Oficial; **b)** Imposto de Renda Retido na Fonte conforme tabela/alíquotas determinada pela Receita Federal.

DO INÍCIO E FIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA: A prestação do serviço aqui avençado iniciará no dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2021 e encerrar-se-á no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2021, conforme regulamentado no Artigo 4º, da Lei Municipal 267/2011.

Parágrafo Primeiro: Em casos de calamidade pública, pandemia declarada, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outro motivo grave devidamente justificado, fica expressamente autorizada a suspensão deste contrato por tempo determinado, não gerando, durante todo o período de suspensão, o direito de recebimento de salários por parte do(a) contratado(a), nem haverá recolhimento de contribuição previdenciária, sendo facultado ao(à) contratado(a) o recolhimento na modalidade facultativo.

Parágrafo Secundo: Em havendo a necessidade de banco negativo, poderá ser autorizado pelo gestor da pasta a compensação das horas negativas, existente no controle/banco de horas, que deverá ser compensado até a data de vencimento do contrato.

FORMA DE RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA, dentro dos prazos já pactuados receberá o valor da prestação do serviço por meio de deposito em conta salário no nome da contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SETIMA: As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, devidamente consignada no Orçamento Programa para o corrente exercício:

Dotação Orçamentária:

Fundeb 40% Fundamental

04.004.12.361.0015.2027.3190.04.00.00.00 Red. 098

Fundeb 40% Infantil

04.004.12.365.0015.2116.3190.04.00.00.00 Red. 102

DO REGIME JÚRIDICO DOS CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA declara-se ciente que o Regime Jurídico aplicado na contratação será o regulamentado pela Lei Municipal Nº. 267/2011 que institui o Regime Jurídico Especial de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, aplicando-se subsidiariamente a regulamentação da Lei Federal 8.666/93.

DA RESCISÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro: O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas conforme Lei Municipal 267/2011 no termo de contrato firmado, a CONTRATADA que não cumprir as exigências deste contrato fica sujeito a rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo: Os contratos firmados nos termos desta Lei serão regidos pela teoria geral dos contratos aplicando-se supletivamente o disposto na Lei 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Quarto: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) Pelo término do prazo contratual; b) Por iniciativa do contratado; c) Pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regulamentar.

Parágrafo Quinto: A extinção do contrato, por iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado do valor proporcional aos dias trabalhados acrescidos de Décimo Terceiro Salário e Férias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para prestar o serviço pactuado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Foro da Comarca de Tapurah (MT), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem justas e contratadas as partes deste instrumento, assinamno, por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistem.

ITANHANGÁ – MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

MONIKE DE OLIVEIRA TEIXEIRA

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICA

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE REVOGAÇÃO DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2020

ITANHANGÁ - MT, 04 DE MARÇO DE 2021

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a Decisão Judicial do Processo 1000545-11.2021.4.01.36 que determina a suspensão da nomeação da candidata a partir do 2º lugar de classificação do Processo Seletivo Simplificado 001/2020, homologação em 11 de janeiro de 2021.

RESOLVE revogar a Convocação da seguinte aprovada no Processo Seletivo Simplificado 001/2020, Edital de Convocação 06/2021 de 03 de março de 2021.

Em garantia ao direito de convocação futura os candidatos que tiverem sua convocação cancelada, retornam à lista de candidatos a serem chamados nos termos do referido Certame.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 562/2021

Retifica a publicação da LEI MUNICIPAL Nº 562/2021, divulgada na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XVI | N° 3.679, na data de 04 de março de 2021.

ONDE SE-LÊ:

SÚMULA: “DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUMPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

LEIA-SÊ:

SÚMULA: “DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
DECRETO 049-2021 - CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR

DECRETO Nº 049/2021

SÚMULA: “Dispõe sobre o cancelamento do valor de Restos a Pagar Inscritos Não Processados em exercícios anteriores, e dá outras Providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal:

Considerando que os Restos a Pagar Insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo e ainda que o não cancelamento de restos a pagar não processados no encerramento do exercício subsequente constitui desrespeito ao art. 68 do Decreto n° 93.872/86, bem como a exigência do artigo 62 e 63 da Lei 4.320/64;

Considerando que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação da liquidez do Município durante todo o Exercício;

Considerando as disposições legais sobre o cancelamento de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores, a administração Municipal de Itanhangá;

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Finanças autorizada a proceder ao cancelamento parcial do saldo do Restos a Pagar Não Processados conforme relação em anexo.

Parágrafo Único: O cancelamento citado no artigo 1º, será do saldo remanescente dos empenhos conforme anexo I no valor de R$ 34.632,57(Trinta e Quatro Mil Seiscentos e Trinta e Dois Reais e Cinquenta e Sete Centavos), em virtude de Rescisão Contratual e de Termo de Supressão de valor.

Art. 2º - Os empenhos de restos a pagar cancelados poderão ser reempenhados à conta do orçamento vigente de 2021, caso seja reconhecida e comprovada a entrega do material ou a prestação de serviços, constante do respectivo processo de cancelamento.

Art.3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 26 de fevereiro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2021
Emerson Sabatine
Secretário Municipal de Finanças
Portaria 001/2021

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de seu pregoeiro, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/ e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **25 DE MARÇO DE 2021, ÀS 09h00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, em 05 de março de 2021.

Aloizio Magno Fischer Lopes Júnior

Pregoeiro Designado

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2021

CONCORRÊNCIA Nº 001/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, senhora Luciana Gonçalves Ribeiro, torna público que realizará **ÀS 09h00 DO DIA 07 DE ABRIL DE**

2021,na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 001/2021**, do tipo **MAIOR OFERTA POR BLOCO**, tendo por finalidade a **CONCESSÃO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO EXCLUSIVA DE IMÓVEIS NO MUNICIPIO DE ITIQUIRA**,os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, em 05 de março de 2021.

LUCIANA GONÇALVES RIBEIRO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de seu pregoeiro, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 18 DE MARÇO DE 2021**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA E LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSOS SIMULTÂNEOS PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até **ÀS 08h00 DO DIA 18 DE MARÇO DE 2021.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito Praça Frei Liberato Keterrer, Nº 311, Centro, Itiquira/MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, aos 05 de março de 2021.

Aloizio Magno Fischer Lopes Junior

Pregoeiro Designado

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 136, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

Nomeia o Servidor que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, como segue:

1- **ILDECINO NOGUEIRA DE MELO**

CPF: 916.513.101-06

Encarregado de Controle de Frotas

2- **ELOÁ RIBEIRO RODRIGUES**

CPF: 071.895.121-28

Gerente de Meio Ambiente

3- **RONIVON SILVA MINGOTI**

CPF: 617.259.431-15

Gerente da Patrulha Agrícola

4- **JOELMA RODRIGUES DA SILVA**

CPF: 921.313.871-72

Gerente de Habitação

5- **NATASCHA AMARAL DE MORAES**

CPF: 011.621.071-03

Gerente de departamento de Agua e Esgoto

6- **EDSON DIVINO CARPANINI**

CPF: 386.631.982-72

Gerente de Manutenção Paisagismo

7- **ALESSANDRA DOLORES SOBRINHO**

CPF: 015.975.361-99

Gerente de Controle de Pessoal

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogase as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 05 de março de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de seu pregoeiro, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/ e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **23 DE MARÇO DE 2021, ÀS 09h00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, em 05 de março de 2021.

Aloizio Magno Fischer Lopes Júnior

Pregoeiro Designado

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de seu pregoeiro, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 31 DE MARÇO DE 2021**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS LÁCTEAS E FRALDAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até **ÀS 08h00 DO DIA 31 DE MARÇO DE 2021.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito Praça Frei Liberato Keterrer, Nº 311, Centro, Itiquira/MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, aos 05 de março de 2021.

Aloizio Magno Fischer Lopes Junior

Pregoeiro Designado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PORTARIA Nº 122 DE 02 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA Nº 122 DE 02 DE MARÇO DE 2021.

ANDREIA WAGNER, Prefeita do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, os membros da COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS do Município;

IVAN DE ALMEIDA SILVA – Contabilidade;

CAMILA DOSS – Engenharia;

CLAUDÉCIO GOÇALVES ROCHA – Tributação;

ADEVANIR MARCOS RODRIGUES DE ARAÚJO – Licitação;

FABIANO MARCOS CONCI – Tributação;

KIZI AMORIM KROTH – Turismo.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Paço Municipal, 02 de março de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

PORTARIA Nº 123 DE 02 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA Nº 123 DE 02 DE MARÇO DE 2021.

"Dispõe sobre Nomeação de Ordenador (a), Tesoureiro (a) de Despesas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Jaciara – MT e dá outras providências".

ANDREIA WAGNER, Prefeita do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e;

CONSIDERNADO o Art. 30 da Lei 1.1180, de 22 de julho de 2009;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 005/2021/CMDCA/MT, do Conselho Municipal da Criança e Adolescente;

CONSIDERANDO que o Fundo Municipal da Infância e Adolescente é Órgão captador de recursos, tendo como Gestor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, que os implicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações conforme Art. N.º 29 da Lei n.º 1.180 de 22 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - DELEGAR a Sra. DELIA MOURA CUNHA, Portaria de Nomeação n.º 014/2021 de 04 de Janeiro de 2021, as atribuições não gratificadas de Ordenadora de Despesas da Unidade Orçamentária do Fundo da Infância e Adolescente – FIA/MT;

Art. 2º - DELEGAR o Sr. DEMIRO ALVES DA SILVA**,** exercer a função não gratificada de 1ºTesoureiro do Fundo da Infância e Adolescência – FIA/MT;

Art. 3º - **DELEGAR** a Sra. PAULA KARLINE SALDANHA VIERIA SONSIN, exercer a função não gratificada de 2ª Tesoureira do Fundo da Infância e Adolescência – FIA/MT;

Art. 4º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Paço Municipal, 02 de março de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 006/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 006/2021**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Expediente para atender as diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT",** onde foram vencedoras as empresas **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO –ME** ao valor global de **R$ 130.854,20** (cento e trinta mil oitocentos e cinquenta quatro reais e vinte centavos), **ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS LTDA – EPP** ao valor global de **R$ 85.452,40** (oitenta cinco mil quatrocentos e cinquenta dois reais e quarenta centavos), **M.N DE OLIVEIRA FILHO EIRELLI-ME** ao valor global de **R$ 144.017,70** (cento e quarenta quatro mil, dezesse-

te reais e setenta centavos), **SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI** ao valor global de **R$ 42.175,00** (quarenta e dois mil , cento e setenta cinco reais), **MARIA ALICE DA SILVA EIRELLI a**o valor global de **R$ 186. 900,00 (**cento e oitenta seis mil, novecentos reais).Jaciara, 05 de março de 2021.

Adevanir Marcos Rodrigues de Araújo

Pregoeiro Interino da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

DECRETO Nº 3636 DE 02 DE MARÇO DE 2021

DECRETO Nº 3636 DE 02 DE MARÇO DE 2021

Disciplina o Parcelamento de Débitos em Atraso com a Fazenda Pública Municipal.

ANDREIA WAGNER, Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 321 da Lei Municipal nº 1.060/2007, de 13 de Julho de 2007;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar normas para concessão de parcelamento de tributos e preço público de competência municipal;

CONSIDERANDO as normas de finanças públicas e a necessidade de recuperar créditos tributários e preço público em atraso com a Fazenda Pública do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta e disciplina o Parcelamento de Débitos Inscritos ou não em Dívida Ativa, a fim de possibilitar o parcelamento de débitos tributários e preço público, de qualquer espécie desde que seja requerido pelo contribuinte, preposto ou interessado.

Art. 2º. O pedido de parcelamento abrange os débitos originários de tributos e preço público vencidos, constituídos ou não, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

Art. 3º. O pedido de parcelamento dar-se-á por opção do contribuinte, responsável tributário ou terceiro interessado, mediante requerimento apresentado ao Departamento de Tributação.

Art. 4º. Para obter os benefícios do parcelamento, deve o devedor confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações, incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa ora instituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos.

Art. 5º. Podem pleitear o parcelamento as pessoas responsáveis pela respectiva obrigação tributária e preço público, inclusive sucessores, responsáveis tributários e/ou terceiros interessados.

Parágrafo único - As pessoas legitimadas a optar pelo parcelamento podem fazer-se representar por procurador, desde que devidamente constituído por procuração com firma reconhecida.

Art. 6º. No ato do protocolo do requerimento de parcelamento o servidor poderá solicitar documentação complementar conforme cada caso para instruir o processo.

Art. 7º. Deferido o parcelamento, o débito será recalculado, atualizado e consolidado por natureza de tributo ou preço público até a data do deferimento do pedido, segundo os critérios estabelecidos no Código Tributário Municipal e legislação aplicável a espécie.

Art. 8º. Consolidado o débito nos termos do artigo anterior, o pagamento e o parcelamento obedecerão aos seguintes critérios:

I - o pagamento da 1ª (primeira) parcela far-se-á mediante o respectivo recolhimento na data da assinatura do correspondente termo de parcelamento;

II - o pagamento poderá ser efetuado em até 40 (quarenta) parcelas mensais e consecutivas, observando-se o que estabelece o artigo anterior;

III - cada parcela mensal, atualizada monetariamente e acrescida dos juros e multa previstos pela legislação tributária do Município, será expressa em reais e deverá ser quitada até o seu vencimento junto aos bancos e instituições contratadas com o Município.

IV - nenhuma será inferior a:

a) R$ 50,00 (cinquenta reais), para tributos municipais; b) R$ 25,00 (vinte e cinco reais), para preço público.

V - o pagamento de parcela em atraso somente dar-se-á mediante a solicitação de emissão de nova guia para pagamento com as onerações legais junto à Secretaria de Finanças do Município.

Art. 9º. Deferido o parcelamento, a exigibilidade do crédito permanece suspensa até sua efetiva liquidação, ficando o devedor com direito à obtenção de certidão positiva de débito com força ou efeito de negativa, ressalvada a hipótese de inadimplência.

Art. 10. O pedido de parcelamento incluirá débitos relativos aos respectivos cadastros imobiliário ou mobiliário, ou inscrição municipal, de responsabilidade do contribuinte, de acordo com a solicitação deste.

Art. 11. Deferido o pedido de parcelamento, o pagamento do débito mediante a assinatura do respectivo termo de parcelamento fica condicionada à comprovação da desistência, com renúncia expressa e irrevogável, de todas as ações ou recursos judiciais ou processos administrativos que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar os respectivos lançamentos ou débitos incluídos no programa ora criado, devendo, outrossim, renunciar ao respectivo direito sobre que se fundam os respectivos pleitos.

§1º Na desistência de ação judicial deve o contribuinte suportar as custas processuais e as despesas judiciais, bem como os honorários advocatícios fixados pelo Juízo.

§2º A comprovação da desistência e renúncia de ação judicial ou pleito administrativo, na forma estabelecida por este artigo, dar-se-á mediante apresentação da respectiva petição ou requerimento devidamente protocolado no órgão competente.

§3º Se, por qualquer motivo, a desistência e renúncia da ação ou recurso judicial não for homologada por sentença, o Poder Executivo Municipal, a qualquer momento, pode cancelar o respectivo termo de parcelamento e cobrar o débito integralmente, desprezando os benefícios concedidos no pedido de parcelamento.

§4º Se o débito incluído no parcelamento estiver ajuizado, o Poder Executivo Municipal requererá a suspensão da respectiva ação de execução fiscal até a efetiva quitação, mas esta suspensão não desconstituirá a penhora já realizada nos autos, sendo essa, condição para o deferimento do pedido de parcelamento.

Art. 12. Após deferido o parcelamento nos termos deste Decreto, fica vedado o reparcelamento no âmbito administrativo dos débitos reconhecidos e confessados, em caso de atraso em seus pagamentos, os quais serão cobrados judicialmente.

Art. 13. Deixando o contribuinte de efetuar o pagamento de duas parcelas consecutivas ou três alternadas, acarretarão o vencimento antecipado de todas as demais prestações, devendo o Setor de Tributação elaborar o cálculo do saldo devedor, acrescido dos encargos legais, fazendo expedir certidão atualizada da dívida ativa e será automaticamente rescindido o termo de parcelamento, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ficando o inadimplente sem possibilidade de reparcelamento da dívida confessada, o qual será submetida e execução fiscal judicial.

Art. 14. O cancelamento do parcelamento por descumprimento as regras deste Decreto implica na exigibilidade imediata da totalidade do crédito remanescente, descontando-se os valores pagos do débito original, com a consequente inscrição do débito em dívida ativa em caso de dívida não inscrita e consequente cobrança judicial.

Art. 15. O pedido de parcelamento não impede que a exatidão dos valores confessados, quanto a débitos relativos ao ISSQN, sejam posteriormente revisados pelo Fisco Municipal, para efeito de eventual lançamento suplementar.

Parágrafo único - Apurada pelo Fisco Municipal inexatidão do valor confessado, o respectivo montante poderá ser incluído no pedido de parcelamento, desde que cumpridos pelo contribuinte os requisitos e as exigências deste Decreto.

Art. 16. O Setor de Tributação é o órgão competente para decidir sobre todos os atos relacionados com a aplicação deste Decreto.

Art. 17. A opção pelo pedido de parcelamento da dívida sujeita o contribuinte à aceitação plena de todas as condições estabelecidas neste decreto e constitui confissão irrevogável da dívida relativa aos débitos nele incluídos.

Art. 18. A administração do parcelamento será exercida pelo Setor de Tributação do Município, a quem compete o gerenciamento e a implementação dos procedimentos necessários à execução do programa de parcelamento notadamente:

I - expedir atos normativos necessários à execução do programa;

II - promover a integração das rotinas e procedimentos necessários à execução do programa de parcelamento;

III - excluir do programa de parcelamento os optantes que descumprirem suas condições.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, 02 de Março de 2021.

ANDREA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO CARTA/CONVITE Nº 001/ 2021

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o Art. 43 inciso VI da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. ADJUDICA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s):

Objeto

CONTRATACAO DE PESSOA JURIDICA HABILITADA PARA PRESTACAO SERVICOS DE ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE SERVICOS NO AMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL, RELACIONADOS COM AS PRESTACOES DE CONTAS DE CONVENIOS PRETERITOS,

JANGADA - MT, sexta-feira, 5 de março de 2021

KENNY FERNANDO SOARES LOPES

Presidente Comissão Licitação

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 016/2020.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO SITUADO NA RUA FEIRÃO DO NORTE, S/Nº, NOVA JANGADA-MT, PARA USO E INSTALAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE

PRAZO: 10/02/2021 À 10/02/2022

CONTRATADO: JULIA DUARTE DA SILVA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANGADA/MT – ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

JANGADA/MT, 10 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONTRATO Nº 011/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE SERVIÇOS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL, RELACIONADOS COM AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS PRETÉRITOS, FIRMADOS COM A UNIÃO E O ESTADO, EM FACE DAS PENDÊNCIAS JUNTO AOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA UNIÃO, DO ESTADO, TCE E AS AÇÕES JUDICIAIS RELACIONADAS AS CONTAS DOS CONVÊNIOS PENDENTES, COM POTENCIAL RISCO DE PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO.

PRAZO: 05/03/2021 À 05/03/2022

VALOR: R$ 132.000,00 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL REAIS)

CONTRATADO: VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANGADA/MT – ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

JANGADA/MT, 05 DE MARÇO DE 2021.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 002/2021.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Administração, no processo de contratação direta da Pessoa Jurídica: **L. RICARDO DE MAGALHAES EIRELI - EPP,** objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE DE ORÇAMENTO ELETRÔNICO, DE PEÇAS E SERVIÇOS COM REGISTRO DE PREÇO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS E VALOR DA HORA HOMEM/TRABALHADO DESTINADAS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS NACIONAIS E IMPORTADOS DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT**, mediante o pagamento de valor total de R$ 9.900,00 (nove mil novecentos e noventa reais). Onde formulou-se expediente de dispensa de licitação nº 002/2021, conforme disposição do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, e no que couber o Decreto Federal Nº 9.412/2018, **RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Prestação Serviço Licitado.**

Jangada/MT, 05 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 010/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE DE ORÇAMENTO ELETRÔNICO, DE PEÇAS E SERVIÇOS COM REGISTRO DE PREÇO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS E VALOR DA HORA HOMEM/TRABALHADO DESTINADAS

À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS NACIONAIS E IMPORTADOS DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT.

PRAZO: 05/03/2021 À 05/03/2022

VALOR: R$ 9.900,00 (NOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS)

CONTRATADO: L. RICARDO DE MAGALHAES EIRELI - EPP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANGADA/MT – ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

JANGADA/MT, 05 DE MARÇO DE 2021.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CARTA/CONVITE N° 001 /2021

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é:

CONTRATACAO DE PESSOA JURIDICA HABILITADA PARA PRESTACAO SERVICOS DE ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE SERVICOS NO AMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL, RELACIONADOS COM AS PRESTACOES DE CONTAS DE CONVENIOS PRETERITOS,

Vencedor(es)

Código Nome CPF/CNPJ

6385 VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIADOS 21. 944.357/0001-06

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

JANGADA - MT sexta-feira, 5 de março de 2021

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 009/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT.

PRAZO: 01/03/2021 À 01/04/2021

VALOR: R$ 16.730,75 (DEZESSEIS MIL SETECENTOS E TRINTA REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)

CONTRATADO: J.J FAMILIA AUTO POSTO LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANGADA/MT – ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

JANGADA/MT, 01 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA N.º 037/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por morte ao filho menor Matheus Victor Mendes Ponce em decorrência do falecimento do servidor Sr. Helton Carlos da Silva Ponce".

O Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Jangada - PREV JANGADA, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 15, inciso II, art. 7º, inciso I, art. 17, inciso I, e art. 19, § 1º, inciso II da Lei Municipal nº 719, de 14 de outubro de 2019, que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jangada/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Pensão por morte, em decorrência do falecimento do servidor Sr. HELTON CARLOS DA SILVA PONCE, brasileiro, portador do RG nº 1368986-0 SSP-MT e do CPF nº 916.504.371 - 53, efetivo no cargo de Técnico de Vigilância Sanitária, Classe "B", Nível 05", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no equivalente a 100% (cem por cento) em favor do filho menor, Matheus Victor Mendes Ponce, portador do RG nº 3110091-0 SESP/MT e do CPF sob. n. 061.827.321-21, conforme processo administrativo do PREVI JANGADA, no ano de 2020.07.00003 P, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 12 de agosto de 2020 a 03 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Jangada/MT, 04 de Março de 2021.

PAULO NERIS DE ASSUNÇÃO

Diretor Executivo

Homologo:

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 001/2021

TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO Nº 001/2021

TERMO DE CESSÃO que celebram entre si o Município de Juara, por meio da Secretaria Municipal de Administração e o Estado de Mato Grosso junto a Secretaria Estadual de Segurança Pública de Mato Grosso objetivando a cessão de servidor público municipal com ônus para o CEDENTE (MUNICÍPIO DE JUARA) .

O **MUNICÍPIO DE JUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n° 15. 072.663/0001-99, com sede administrativa situada na Rua Niterói, 81-N, Centro, Município de Juara/MT, CEP: 78575-000, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **CARLOS AMADEU SIRENA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n° 2.181.389-3 SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n° 578.160.189-91, domiciliado no endereço supra indicado doravante denominado **CEDENTE** e de outro lado a **SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO**, com sede na Rua Júlio Domingos de Campos, s/n, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, CEP: 78049-927, neste ato representado pelo Senhor Secretário Estadual de Segurança Pública, **ALEXANDRE BUSTAMANTE DOS SANTOS**, nos termos do Despacho nº 6688/2020/GAB/SESP (doc. anexo), doravante denominado, **CESSIONÁRIA**, resolvem celebrar o presente Termo de Cessão, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem por objeto a cessão da servidora pública municipal **JULIANY MARA GOUVEIA DE OLIVEIRA**, cargo de auxiliar administrativo, matrícula nº 4402, funcionária com lotação de origem na Prefeitura Municipal de Juara/MT, para laborar e exercer suas funções na Cadeia Pública do Município de Juara pelo período de 01 (um) ano.

CLÁUSULA SEGUNDA — DO PAGAMENTO E DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

2.1. Caberá ao **CEDENTE** todas as despesas relacionadas ao pagamento dos vencimentos, férias, 13° salário, encargos tributários e demais vantagens de direito da servidora cedida.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR

3.1. O servidor cedido deverá exercer atividades com zelo e eficiência, sujeitando-se às normas e procedimentos internos, bem como à legislação que o rege.

3.2. O servidor cedido deverá assinar o presente Termo de Cessão, ficando ciente das suas obrigações e demais cláusulas a serem cumpridas.

CLÁUSULA QUARTA — DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

4.1. Colocar o servidor cedido à inteira disposição da CESSIONÁRIA.

4.2. Garantir ao servidor cedido todos os direitos assegurados por Lei.

CLÁUSULA QUINTA — DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

5.1. Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor, a fim de evitar carga horária superior ao previsto em lei.

5.2. Processar a folha de frequência mensal do servidor cedido e encaminhar ao **CEDENTE** até o dia 30 (trinta) de cada mês.

5.3. Encaminhar à **CEDENTE** quaisquer eventos relativos à vida funcional do servidor, inclusive, para fins de controle funcional, a escala de férias do servidor cedido, assim como eventuais pedidos de licença.

5.4. Atender, após formal comunicação, requisição do **CEDENTE** visando à substituição ou o retorno do servidor cedido.

5.5. Não colocar o servidor cedido para o exercício de função que não esteja compreendida dentre as que são desenvolvidas pela entidade ou pelo órgão Cessionário.

5.6. Não ceder o servidor cedido para outro órgão ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

5.7. Promover os esclarecimentos acerca do objeto da cessão que porventura venham a ser solicitados pelo **CEDENTE**.

5.8. Fiscalizar os serviços desenvolvidos pelo servidor cedido.

5.9. Comunicar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término da vigência do presente Termo de Cessão, seu interesse em promover a prorrogação deste instrumento de Cessão.

CLÁUSULA SEXTA— DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Cessão terá vigência de 04 (quatro) anos, a partir de **04/01/2021 até 31/12/2024**, podendo ser Prorrogado se houver interesse das partes, ficando resguardado ao Órgão Cedente o direito de Requisitar, a qualquer tempo, o retomo do servidor público cedido, mediante manifestação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL

7.1. O presente instrumento foi redigido conforme disposto na Lei Complementar nº 028 de 2007.

7.2. O servidor cedido permanecera regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Mato Grosso e pelas demais normas que lhes são aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA — DA RESCISÃO

8.1. O presente Termo de Cessão poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes nele envolvidas, mediante comunicação escrita do interessado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.2. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste Termo de Cessão poderá acarretar a sua rescisão, mediante comunicação formal.

CLÁUSULANONA— DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juara para dirimir quaisquer controvérsias deste Instrumento que porventura não tenham sido solucionadas administrativamente pelas partes.

9.2. E por estarem de pleno acordo e ajustados, os participes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor, forma e validade, para que se produzam os efeitos legais.

Juara/MT, em 04 de janeiro de 2021.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal

Alexandre Bustamante dos Santos

Secretário Estadual de Segurança Pública

Juliany Mara Gouveia De Oliveira

Auxiliar Administrativo

Matrícula nº 4402

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROC. 012 - POSTO ARINOS

Juara/MT, 05 de Março de 2021.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO FC/2021 Nº 012/2021

Trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro realizado pela empresa AUTO POSTO ARINOS LTDA, devidamente qualificada nos autos do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 033/2020/SECAD, objeto da Ata de Registro de Preço nº 023/2020/SECAD, que tem por objeto: *"Registro de Preços para Futura e Eventual fornecimento de combustíveis (gasolina comum, etanol, óleo diesel S-10 e óleo diesel S-500) para atender às diversas necessidades da Administração Municipal"*, passo às considerações:

Com fundamento no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, bem como o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, a empresa solicita o reequilíbrio de preço dos itens, 02, 05 e 06 *(gasolina comum, óleo diesel S-10 e óleo diesel S-500)*.

A empresa vencedora da licitação informou que o valor dos referidos itens sofreram reajuste financeiro nos últimos meses em razão do cenário atual, para tanto, trouxe ao processo a composição de custos e as respectivas Notas Fiscais a fim de comprovar o alegado.

A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, em seu artigo 65, prevê a possibilidade de ajustamento do contrato, sendo que a alínea "d" do mesmo artigo versa sobre a possibilidade/dever de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Conforme notas fiscais encaminhadas pela Fornecedora, bem como cotação de preço realizada pela Fiscal de Contratos, o preço dos produtos supracitados sofreu oscilação.

O preço praticado atualmente, firmado no Oitavo termo de apostilamento da Ata de Registro de Preço nº 023/2020, não condiz com a atual média de mercado, devendo haver reajuste na proporção da oscilação do mercado.

Contudo, cumpre ressaltar que a Lei de Licitações não prevê que o reequilíbrio deva favorecer unicamente o particular. O reequilíbrio também deve acobertar a administração quando da ocorrência de fatos imprevisíveis ou imprevistos que alterem a equação em seu desfavor, posto que o contrato administrativo se desequilibra quando o lucro pretendido pelo

particular é excessivamente minorado, assim como quando é excessivamente e injustificadamente aumentado às custas do poder público, indo de encontro ao interesse público.

Cabe à Administração Pública analisar, de forma minuciosa e criteriosa, cada caso concreto, sempre buscando, junto ao mercado, os valores atuais dos produtos e serviços, com a finalidade de evitar uma majoração excessiva ou até descabida e, posteriormente, a devida responsabilização.

Portanto, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo não beneficia somente o contratado. Não apenas a elevação, mas também a diminuição dos encargos justifica o aumento ou a redução da retribuição paga pela Administração contratante. E mais importante ainda, é a consideração de que: A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria Administração, eis que deve sempre zelar pela primazia do interesse público.

Desse modo, a estimativa de preços realizadas pela Administração, por meio da fiscal de contrato, tem o condão de verificar quais parâmetros estão sendo cobrados pelo mercado no âmbito público e/ou privado, de forma a cumprir com as exigências da Lei nº 8.666/1993.

O artigo 884 do Código Civil veda o enriquecimento sem causa, ante a divergência do valor de referência dos produtos licitados na data do pregão com a média de mercado praticado atualmente.

Do Exposto:

Considerando que o ordenamento não veda a recomposição da equivalência material entre prestação e contraprestação em favor da administração pública e considerando que esta não tem a livre disponibilidade do interesse público, conclui-se que o poder público tem o dever de buscar a recomposição do equilíbrio econômico dos contratos em que figure como parte, em razão do interesse público.

Com efeito, pela Pesquisa de Preço realizada pela Fiscal de Contratos, o preço do referido produto tem oscilado, conforme planilha anexo, **razão pela qual, com o fito de preservar a relação contratual, a administração decidirá por acompanhar o menor valor, isso porque o reajuste deve beneficiar ambas as partes.**

Assim sendo, **DEFIRO O PEDIDO de reequilíbrio de preço dos itens nº 02, 05 e 06 (gasolina comum, óleo diesel S-10 e óleo diesel S-500),** objeto da Ata de Registro de Preço nº 23/2020/SECAD, Pregão nº 033/2020/SECAD, de modo a viabilizar a continuidade do fornecimento dos produtos, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e evitar o enriquecimento sem causa, obtendo assim o valor final de reajuste dos produtos abaixo:

Item 02 – GASOLINA COMUM

Valor com o Reequilíbrio: R$ 5,30

Item 05 – OLEO DIESEL S-10

Valor com o Reequilíbrio: R$ 4,64

Item 06 – OLEO DIESEL S-500

Valor com o Reequilíbrio: R$ 4,55

Determino que a empresa contratada seja cientificada da presente decisão e conseguinte nova pauta de pagamento.

RECOMENDE –SE à empresa que a mesma dê cumprimento à presente decisão sob pena de incorrer nas penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e demais pertinentes.

Remeta-se cópia desta decisão á Secretaria Municipal de Finança, Departamento de Licitação, Coordenadoria de Compras e à Coordenadoria da Divisão de Fiscalização de Contratos para conhecimento da presente decisão e providências necessárias.

Nada sendo requerido e após as devidas formalidades, arquive-se.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 198/2021.

PORTARIA Nº 198/2021.

Designar como Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfaltica com TSD, na Rua Oliveira e Rua Florianópolis do Bairro Jardim Paranaguá no Município de Juara/MT.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 2.537 de 01/03/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **ALLAN SALES GOMES,** portador do RG n° 1.046.682 SSP/TO, CPF n° 039.640.791-97 e CREA RN n° 2418470776, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Execução de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfaltica com TSD, na Rua Oliveira e Rua Florianópolis do Bairro Jardim Paranaguá no Município de Juara/MT. Conforme Tomada de Preço nº 013/2020 e instrumento Contratual nº 187/2020.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de março de 2021.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: ADESÃO

AVISO DE RESULTADO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2021 PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO E PREGÃO N.º 015/2021/SECAD

A **PREFEITURA MUNICIPA**L, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, torna público para conhecimento dos interessados, que ADERIU a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2021 PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, através do Processo Administrativo de Adesão e Pregão n.º 015/2021/SECAD, cujo objeto é o **AQUISICAO DE VEICULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA EM ATENDIMENTO A CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO DE JUARA-MT,** conforme edital e seus anexos, cujo fornecedor registrado é a empresa: **TATIANA CAPITANIO VEICULOS - ME**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 09.103.941/0001-25, sendo vencedora do Item 01 com valor global de **R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais).**

Juara –MT 05 de março de 2021.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DECRETO Nº. 3029 DE 05 DE MARÇO DE 2021.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, REVOGA O DECRETO MUNICIPAL N.º 3017 DE 29 DE JANEIRO DE 2021, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu Art. 85º e Lei Municipal nº. 763, de 11 de dezembro de 2008.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica estabelecida a composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde biênio 2021/2023, que será a seguinte:

REPRESENTANTE DO GOVERNO MUNICIPAL

1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Titular: **PATRICIA DE OLIVEIRA MOREIRA**

RG: 1686849-8 SSP/MT – CPF: 025.111.241-14

Suplente; **TATIANA ROCHA**

RG: 14544954 SSP/MT – CPF: 965.834.951-04

2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: ISABEL LOREZENTTI

Cédula de Identidade: 7R2915667 SSP/SC - CPF n° 621.322.611-72

Suplente: CLAUDIA REGINA STEIN

Cédula de Identidade: 1858632-6 SSP/MT - CPF n° 019.003.411-40

3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: ELZIMAR BATISTA CASSIANO

Cédula de Identidade RG: 13.118972 SSP/MG - CPF n° 010.810.771-07

Suplente: VIVIANE GOMES DIAS ABREU

Cédula de Identidade RG: 2683727-7 SSP/MT - CPF n° 977.337.849-72

TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE

4 - CLASSE DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

Titular: RAYANE KELEN DORNELAS

Cédula de Identidade: 16973528 PC-MG - CPF 103.367.916-07

Suplente: ALCIONE VALÉRIO DIAS COSTA

Cédula de Identidade: 2929523-8 /SSPMT - CPF 048.820.266-35

5 - CLASSE DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

Titular: MARIA JANINHA MULLER

Cédula de Identidade: 11514795 SSP/MT - CPF 007.407.441-51

Suplente: MARCELO PHILIPPSEN

Cédula de Identidade: 1211435-9/SSP MT - CPF 009.874.491-76

6 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS

Titular: LEIDIMARA NOGUEIRA CAO

Cédula de Identidade: 2091255-2 SSP/MT - CPF 046.271.001-75

Suplente: **ELISIANE SANTOS DA SILVA**

Cédula de Identidade: 2194012-6 - CPF: 036.119.591-54

ENTIDADES REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

1 - GRUPO DA TERCEIRA IDADE

Titular: JOSÉ CARLOS VOLTOLINI

Cédula de Identidade: 1.121.700 SSP/SC - CPF: 283.934.579-04

Suplente: VANIR DALMOLIN BRATKOSKI

Cédula de Identidade: 3.903374-7 SSP/PR - CPF: 792.829.201-76

2 - ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA DR. BEZERRA DE MENEZES

Titular: LUIZ CARLOS MIGUEL

Cédula de Identidade: 2534126-0 SSP/MT - CPF: 524.214.229-49

Suplente: SIDNEI CARO LOPES

Cédula de Identidade: 18654233 SSP/SP - CPF: 075.735.738-55

3 - ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JURUENA – APJ

Titular: VIVIANE RIBEIRO VIDAL

Cédula de Identidade: 11181731 SSP/MG - CPF: 040.064.146-17

Suplente: JEAN ROCHA CARVALHAIS

Cédula de Identidade: 37163769-7 SSP/SP - CPF: 307.949.348-62

4 - COMUNIDADE CATÓLICA – PARÓQUIA SÃO PEDRO APÓSTOLO

Titular: DIRCE BASEGGIO

Cédula de Identidade: 94208-6 SSP/MT - CPF: 567.353.241-53

Suplente: ARNILDA SCHOTTEN DOS SANTOS

Cédula de Identidade 6093261-1 SSP/PR - CPF: 627.669.701-00

5 - COMUNIDADE EVANGÉLICA – IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

Titular: MEIRE PEREIRA LEAL ROSA

Cédula de Identidade: 17361237 SSP/MG - CPF: 119.896.477-40

Suplente: RADIME DE LIMA

Cédula de Identidade 6767410-3 SSP/PR - CPF: 005.722.519-20

6 - PASTORAL DA SAÚDE E PASTORAL DA CRIANÇA

Titular: **ADRIANA KNIESS VOLTOLINI**

Cédula de Identidade: 000774875 SSP/RO - CPF: 008.794.771-48

Suplente: GISELI CRISTINA DILELE DE AGUIAR

Cédula de Identidade: 4.238.813-0 SSP/PR - CPF: 067.199.196-52

Artigo 2º - A função do referido Conselho é considerado serviço público relevante e não remunerado.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal n.º 3017 de 29 de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 05 de março de 2021.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

Oficio nº 085/2021/Licitação/PMJURUENA

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2020

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 040/2020

A empresa **CARMEM RENITA FLECK & CIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.150.162/0001-80, protocolou junto à Prefeitura Municipal de Juruena – MT, requerimento de Reajuste no valor dos itens dos quais foi sagrada vencedora no Pregão Presencial 027/2020, **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento de Materiais para Construção, Materiais Elétricos e Hidráulicos, Ferramentas e Ferragens, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias,** conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, pelo período de 12 (doze) meses.

Em que pese em processos administrativos não haja severidade quanto ao formalismo, para que o recurso seja recebido e analisado pela Administração, deverá haver a observância de requisitos mínimos como a identificação correta da empresa e o modo correto de encaminhamento, bem como ao formalismo inerente ao processo administrativo, sendo os mesmos observados do referido Requerimento.

Após análise da assessoria Jurídica deste município, tem-se o seguinte parecer:

A empresa Detentora do referido Pregão, sagrou-se vencedora do Item:

ITEM	CÓD. SIST.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
64	36473	ARAME - ARAME RECOZIDO, NUMERO 14	MULTILIT	KILO	80	R$ 9,00	R$ 720,00
68	36478	ARAME - GALVANIZADO LISO, NUMERO ZERO, COM DIAMETRO DE 2,40X3MM, APRESENTADO EM ROLO COM 1.000 MTS	GERDAU	UNIDADE	5	R$ 385,00	R$ 1.925,00
80	36496	ARGAMASSA - DE CIMENTO COLANTE ACI, PARA ASSENTAMENTO DE CERÂMICA, EMBALAGEM DE 20 KG, CONFORME NBR 14.081. USO INTERNO.	ARGAMAZON	UNIDADE	330	R$ 13,20	R$ 4.356,00
83	36499	ARGAMASSA - DE CIMENTO, AGREGADOS MINERAIS, ADITIVOS QUIMICOS E IMPERMEABILIZANTES,PARA UTILIZACAO EM PISOS E CONTRAPISOS (PISO SOBRE PISO) SACO 20	QUARZOLIT	UNIDADE	220	R$ 35,00	R$ 7.700,00
102	36525	BARRA DE AÇO PARA CONSTRUÇÃO - EM AÇO, COM DIÂMETRO NOMINAL DE 6,3 MM(1/4), ALO TIPO CA50 (500MPA), NORMALIZAÇÃO CONFORME NBR 6118, 6152, 6153, 6215, 7477, 7478, 8965) COM 12 M DE COMPRIMENTO, BARRAS FORNECIDAS EM SUPERFÍCIE NERVURADA.	GERDAU	BARRA	210	R$ 18,00	R$ 3.780,00
109	36533	BARRA DE FERRO - DE FERRO, FERRO 4.2 C.A 60 (1,31 KILOGRAMAS) 12 METROS	GERDAU	UNIDADE	130	R$ 9,00	R$ 1.170,00
201	36676	CADEADO - DE 40MM, AÇO, EM CAIXA, Nº DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E NOME DO FABRICANTE.	PADO	UNIDADE	50	R$ 21,50	R$ 1.075,00
207	36684	CAIXA D'AGUA - EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, 500 LITROS, COM TAMPA	FORTLEV	UNIDADE	18	R$ 210,00	R$ 3.780,00
208	36685	CAIXA D'AGUA - EM POLIETILENO,DE 1.000 LITROS,COM TAMPA COM TRAVA SOBRE PRESSAO	FORTLEV	UNIDADE	21	R$ 350,00	R$ 7.350,00
227	36708	CANTONEIRA - DE PVC EM U 100MM BARRA 6 METROS (MEIA-CANA)	MULTIPLUS	UNIDADE	205	R$ 19,20	R$ 3.936,00
243	36732	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 22 MM	TRAMONTINA	UNIDADE	2	R$ 15,50	R$ 31,00
262	36757	CIMENTO PORTLAND - COMPOSTO COM POZOLANA - CP II-Z,COM RESISTENCIA DE 32MPA,CONFORME NORMA NBR-11578, EB-208, MB-1153, SACO COM 50 KG	LIZ	UNIDADE	6.810,00	R$ 33,80	R$ 230.178,00
269	36767	COLUNA PARA LAVATÓRIO - EM LOUÇA, NA COR BRANCA, 65X40 CM, COMO PARA LAVATÓRIO	ICASA	UNIDADE	35	R$ 65,00	R$ 2.275,00
271	36770	CONDUITE - DE PVC CORRUGADO, , COM DIAMETRO DE 1¨, MEDINDO 25M	FORTEPLAST	METRO	100	R$ 1,50	R$ 150,00
298	36808	CUMEEIRA - DE AMIANTO, COM COMPRIMENTO DE 1,10M, COM LARGURA DE 30CM, NA COR CINZA, NO FORMATO ARTICULADA SUPERIOR, PARA ATENDER UMA INCLINACAO DE 30 GRAUS UNIDADE	MULTILIT	UNIDADE	200	R$ 33,50	R$ 6.700,00
299	36809	CUMEEIRA - DE BARRO (PRIMEIRA), COM COMPRIMENTO DE 42CM, COM LARGURA DE 24CM, NA COR VERMELHA	DRUMOND	UNIDADE	500	R$ 3,30	R$ 1.650,00
388	36940	FECHADURA - DE METAL, MODELO BICO DE PAPAGAIO, PARA USO EM PORTAS INOX OU DE MADEIRA	SOPRANO	UNIDADE	45	R$ 45,00	R$ 2.025,00
418	36985	FORRO DE PVC, 6 MM MEDINDO 6 METROS, TIPO N (OVAL), NA COR BRANCA/ NEVE/ GELO. UNIDADE	MULTIPLUS	M2	150	R$ 17,00	R$ 2.550,00
419	36988	FORRO - DE PVC,MEDINDO 8 MM X 20CM DE LARGURA, 8M DE COMPRIMENTO E 0,7CM DE ESPESSURA,NA COR BRANCO UNIDADE	MULTIPLUS	M2	130	R$ 16,50	R$ 2.145,00
420	36989	FORRO DE PVC RÍGIDO MODULADO, MEDINDO (1,00MX10CMX6METROS) NA COR BRANCA. FUNDO ISOLANTE PARA PINTURA - TIPO LIQUIDO PREPARADOR E SELADOR DE SUPERFICIE PARA PINTURA A TINTA LATEX, USO EXTERNO/INTERNO, A BASE DE PVA, NA COR BRANCA, EMBALADO EM LATA D	MULTIPLUS	M2	1.600,00	R$ 18,00	R$ 28.800,00
435	37019	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE FERRO, 1,00M X 1,50M X 0,14, NO MODELO VENEZIANA UNIDADE	RAMASSOL	UNIDADE	5	R$ 250,00	R$ 1.250,00
436	37024	JANELA - DE ALUMINIO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE ANODISADO BRILHANTE, 1,20M X 1,00M, NO MODELO UNIDADE	RAMASSOL	UNIDADE	5	R$ 294,00	R$ 1.470,00
437	37025	JANELA - DE ALUMINIO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE LISA, 1,00 X 1,50 CM, NO MODELO SIMPLES UNIDADE	RAMASSOL	UNIDADE	10	R$ 380,00	R$ 3.800,00
463	37077	JOGO DE CHAVE - TIPO COMBINADA, DE ACO, CROMADA, ESCALA DE < 6 A 32 > MM, CONTENDO 15 PECAS	TRAMONTINA	UNIDADE	19	R$ 150,00	R$ 2.850,00
536	37195	MANGUEIRA - DE POLIETILENO TRANSPARENTE,COM COMPRIMENTO DE 3,00M,COM DIAMETRO DE 24,00MM,PARA SER UTILIZADA EM IRRIGACAO	DURIN	METRO	600	R$ 6,00	R$ 3.600,00
624	37333	PERFIL - EM PVC, TIPO H, COM 6,00M	MULTIPLUS	UNIDADE	250	R$ 19,00	R$ 4.750,00
640	37357	PISO CERAMICO - PEI 4, PARA SER APLICADO EM PISO INTERNO,MEDINDO 43,00 X 43,00 CM,EMBALADO ADEQUADAMENTE,COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO CORES VARIADAS METRO (COD.: 2)	NARDINI	M2	500	R$ 18,00	R$ 9.000,00
641	37358	PISO CERAMICO - PEI 5, PARA SER APLICADO EM PISO,COR CLARA, MEDINDO 45,00 X 45,00 CM,EMBALADO ADEQUADAMENTE,COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO METRO (COD.: 2)	NARDINI	M2	1.210,00	R$ 18,00	R$ 21.780,00
663	37452	PREGO - MEDINDO 18X27 POL, PARA FIXAÇÃO DE TELHA - PACOTE COM 01 KG.	GERDAU	KILO	65	R$ 12,00	R$ 780,00
664	37453	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 19 X 36 PACOTE 1 QUILO (COD.: 2527)	GERDAU	KILO	50	R$ 12,00	R$ 600,00

665	37455	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 18 X 24 PACOTE 1 QUILO (CÓD.: 2527)	GERDAU	KILO	20	R$ 12,00	R$ 240,00
666	37456	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 18 X 30 PACOTE 1 QUILO (CÓD.: 2527)	GERDAU	KILO	250	R$ 12,00	R$ 3. 000,00
667	37457	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 13 X 15 (JPXLPP) PACOTE 1 QUILO (CÓD.: 2527)	GERDAU	KILO	20	R$ 15,00	R$ 300,00
668	37459	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 24 X 60 PACOTE 1 QUILO (CÓD.: 2527)	GERDAU	KILO	10	R$ 14,90	R$ 149,00
672	37482	PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 19 X 39, PACOTE COM 1 KG.	GERDAU	KILO	30	R$ 12,00	R$ 360,00
673	37483	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18 X 30 PACOTE 1 QUILO (CÓD.: 2527)	GERDAU	KILO	20	R$ 12,00	R$ 240,00
675	37485	PREGO COM CABEÇA - EM FERRO, MEDINDO 19X36 - PACOTE COM 01 KG	GERDAU	KILO	170	R$ 12,00	R$ 2. 040,00
676	37489	PREGO COM CABEÇA EM AÇO GALVANIZADO, COM CABEÇA CHATA, MEDINDO 18X24 - PACOTE COM 01 KG	GERDAU	KILO	20	R$ 12,00	R$ 240,00
677	37598	PREGO SEM CABECA - DE 17 X 21, DE ACO, SENDO O MATERIAL GALVANIZADO PACOTE 1 KG	GERDAU	KILO	10	R$ 12,50	R$ 125,00
678	37599	PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X27 PACOTE 1 QUILO (CÓD.: 2527)	GERDAU	KILO	110	R$ 12,50	R$ 1. 375,00
789	37742	TELHA - DE AMIANTO, COMUM, MEDINDO 2,44MX4MM	MULTILIT	UNIDADE	480	R$ 17,80	R$ 8. 544,00
790	37743	TELHA - DE BARRO, ROMANA, MEDINDO (33CMX20CMX2CM)	DRUMON	UNIDADE	100	R$ 2,40	R$ 240,00
791	37744	TELHA - DE BARRO, TIPO PAULISTINHA CONCAVA, MEDINDO (33CMX12CMX2CM)	DRUMON	UNIDADE	130	R$ 2,55	R$ 331,50
792	37745	TELHA - DE BARRO, TIPO ROMANA (VERMELHA), MEDINDO (40CMX20CMX1CM), NBR 5640,5639,8055	DRUMON	UNIDADE	1. 300,00	R$ 2,40	R$ 3. 120,00
794	37747	TELHA - DE FIBROCIMENTO SEM AMIANTO, COMUM, MEDINDO 2,44MX4MM	MULTILIT	UNIDADE	430	R$ 17,80	R$ 7. 654,00
796	37749	TELHA DE FIBROCIMENTO - MEDINDO 3,05X1,10X0,6MM	MULTILIT	UNIDADE	300	R$ 79,00	R$ 23. 700,00
797	37750	TELHA DE FIBROCIMENTO - TIPO ONDULADA, MEDINDO (2,44MX1,10MX5MM), NBR5640,5639,8055	MULTILIT	UNIDADE	1. 000,00	R$ 54,00	R$ 54. 000,00
798	37751	TELHA DE FIBROCIMENTO - TIPO ONDULADA, MEDINDO (3,05MX1,10MX6MM), NBR 5640,5639,8055	MULTILIT	UNIDADE	1. 100,00	R$ 79,00	R$ 86. 900,00
807	37761	TIJOLO - DE BARRO, MEDINDO 15X25CM, DO TIPO CONVENCIONAL, COM 6 FUROS	STA SOFIA	MILHEIRO	70	R$ 560,00	R$ 39. 200,00
808	37762	TIJOLO - DE 8 FUROS DE PRIMEIRA QUALIDADE, MEDINDO 20CM X 20CM X 9CM	STA SOFIA	MILHEIRO	120	R$ 560,00	R$ 67. 200,00
924	37908	TUBO - DE PVC (COR BRANCO), 200MM, 6 METROS, COLA	FORTPLAS	UNIDADE	100	R$ 200,00	R$ 20. 000,00
926	37911	TUBO - PVC MARROM, 75MM VARA 6 METRO (CÓD.: 1575)	FORTPLAS	UNIDADE	70	R$ 112,00	R$ 7. 840,00
929	37914	TUBO - PVC, 20MM, 6 METROS, SOLDAVEL	FORTPLAS	UNIDADE	33	R$ 11,00	R$ 363,00
930	37915	TUBO - PVC, 32MMX6MVARA 6 METRO (CÓD.: 1575)	FORTPLAS	UNIDADE	170	R$ 22,80	R$ 3. 876,00

O Tribunal de Contas da União, em sessão plenária realizada no dia 12 de junho de 2013, proferiu o entendimento de que: *"o desequilíbrio econômico financeiro do contrato não pode ser constatado a partir da variação de preços de apenas um serviço ou insumo, devendo resultar de um exame global da variação de todos os itens da avença" (Acórdão nº 1466/2013 – Plenário).*

O Sistema de Registro de Preços adotado no Pregão presencial 027/2020*, visa justamente o Registro do valor o objeto licitado por um período de 12 meses, e conforme previsão Editalícia em seu item 9.1.*

" Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços";

O valor praticado pode sofrer variações no período de vigência da Ata de Registro de Preços, onde alguns itens podem sofrer reajustes para valores maiores enquanto outros podem sofrer reajustes para valores menores, devido a inúmeras razões.

Conforme o instrumento convocatório, sobre o valor registrado deve incidir alguns cálculos, conforme segue:

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

No tocante ao Requerimento postulado pela empresa **CARMEM RENITA FLECK & CIA LTDA***, a assessoria jurídica do município de* Juruena entende que confirma o desequilíbrio *econômico financeiro, principalmente devido a que a empresa Licitante ofertou valores globais por* ITENS*, adequando o valor unitário de cada item a seu critério.*

*O Parecer da assessoria jurídica foi acatado pelo Pregoeir*o *e Equipe de apoio, entendendo de igual forma* ***PROCEDENTE*** **O AUMENTO DE REAJUSTE dos itens, Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento de Materiais para Construção, Materiais Elétricos e Hidráulicos, Ferramentas e Ferragens, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias,** conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, pelo período de 12 (doze) meses**,** *o pedido postulado pela empresa* **CARMEM RENITA FLECK & CIA LTDA.**

ITEM	CÓD. SIST.	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR REAJUSTADO
64	36473	ARAME - ARAME RECOZIDO, NUMERO 14	MULTILIT	KILO	80	R$ 9,00	R$ 16,00

68	36478	ARAME - GALVANIZADO LISO, NUMERO ZERO, COM DIAMETRO DE 2,40X3MM, APRESENTADO EM ROLO COM 1.000 MTS	GERDAU	UNIDADE	5	R$ 385,00	R$ 800,00
80	36496	ARGAMASSA - DE CIMENTO COLANTE ACI, PARA ASSENTAMENTO DE CERÂMICA, EMBALAGEM DE 20 KG, CONFORME NBR 14.081. USO INTERNO.	ARGAMAZON	UNIDADE	330	R$ 13,20	R$ 18,50
83	36499	ARGAMASSA - DE CIMENTO, AGREGADOS MINERAIS, ADITIVOS QUIMICOS E IMPERMEABILIZANTES,PARA UTILIZACAO EM PISOS E CONTRAPISOS (PISO SOBRE PISO) SACO 20	QUARZOLIT	UNIDADE	220	R$ 35,00	R$ 39,00
102	36525	BARRA DE AÇO PARA CONSTRUÇÃO - EM AÇO, COM DIÂMETRO NOMINAL DE 6,3 MM(1/4), ALO TIPO CA50 (500MPA), NORMALIZAÇÃO CONFORME NBR 6118, 6152, 6153, 6215, 7477, 7478, 8965) COM 12 M DE COMPRIMENTO, BARRAS FORNECIDAS EM SUPERFÍCIE NERVURADA.	GERDAU	BARRA	210	R$ 18,00	R$ 24,00
109	36533	BARRA DE FERRO - DE FERRO, FERRO 4.2 C.A 60 (1,31 KILOGRAMAS) 12 METROS	GERDAU	UNIDADE	130	R$ 9,00	R$ 29,00
201	36676	CADEADO - DE 40MM, AÇO, EM CAIXA, Nº DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E NOME DO FABRICANTE.	PADO	UNIDADE	50	R$ 21,50	R$ 265,00
207	36684	CAIXA D'AGUA - EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, 500 LITROS, COM TAMPA	FORTLEV	UNIDADE	18	R$ 210,00	R$ 460,00
208	36685	CAIXA D'AGUA - EM POLIETILENO,DE 1.000 LITROS,COM TAMPA COM TRAVA SOBRE PRESSAO	FORTLEV	UNIDADE	21	R$ 350,00	R$ 25,00
227	36708	CANTONEIRA - DE PVC EM U 100MM BARRA 6 METROS (MEIA-CANA)	MULTIPLUS	UNIDADE	205	R$ 19,20	R$ 20,00
243	36732	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 22 MM	TRAMONTINA	UNIDADE	2	R$ 15,50	R$ 39,00
262	36757	CIMENTO PORTLAND - COMPOSTO COM POZOLANA - CP II-Z,COM RESISTENCIA DE 32MPA,CONFORME NORMA NBR-11578, EB-208, MB-1153, SACO COM 50 KG	LIZ	UNIDADE	6.810,00	R$ 33,80	R$ 80,00
269	36767	COLUNA PARA LAVATÓRIO - EM LOUÇA, NA COR BRANCA, 65X40 CM, COMO PARA LAVATÓRIO	ICASA	UNIDADE	35	R$ 65,00	R$ 2,50
271	36770	CONDUITE - DE PVC CORRUGADO, , COM DIAMETRO DE 1¨, MEDINDO 25M	FORTEPLAST	METRO	100	R$ 1,50	R$ 40,00
298	36808	CUMEEIRA - DE AMIANTO, COM COMPRIMENTO DE 1,10M, COM LARGURA DE 30CM, NA COR CINZA, NO FORMATO ARTICULADA SUPERIOR, PARA ATENDER UMA INCLINACAO DE 30 GRAUS UNIDADE	MULTILIT	UNIDADE	200	R$ 33,50	R$ 4,70
299	36809	CUMEEIRA - DE BARRO (PRIMEIRA), COM COMPRIMENTO DE 42CM, COM LARGURA DE 24CM, NA COR VERMELHA	DRUMOND	UNIDADE	500	R$ 3,30	R$ 70,00
388	36940	FECHADURA - DE METAL, MODELO BICO DE PAPAGAIO, PARA USO EM PORTAS INOX OU DE MADEIRA	SOPRANO	UNIDADE	45	R$ 45,00	R$ 30,00
418	36985	FORRO DE PVC, 6 MM MEDINDO 6 METROS, TIPO N (OVAL), NA COR BRANCA/ NEVE/ GELO. UNIDADE	MULTIPLUS	M2	150	R$ 17,00	R$ 32,00
419	36988	FORRO - DE PVC,MEDINDO 8 MM X 20CM DE LARGURA, 8M DE COMPRIMENTO E 0,7CM DE ESPESSURA,NA COR BRANCO UNIDADE	MULTIPLUS	M2	130	R$ 16,50	R$ 32,00
420	36989	FORRO DE PVC RÍGIDO MODULADO, MEDINDO (1,00MX10CMX6METROS) NA COR BRANCA. FUNDO ISOLANTE PARA PINTURA - TIPO LIQUIDO PREPARADOR E SELADOR DE SUPERFICIE PARA PINTURA A TINTA LATEX, USO EXTERNO/INTERNO, A BASE DE PVA, NA COR BRANCA, EMBALADO EM LATA D	MULTIPLUS	M2	1.600,00	R$ 18,00	R$ 300,00
435	37019	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE FERRO, 1,00M X 1,50M X 0,14, NO MODELO VENEZIANA UNIDADE	RAMASSOL	UNIDADE	5	R$ 250,00	R$ 400,00
436	37024	JANELA - DE ALUMINIO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE ANODISADO BRILHANTE, 1,20M X 1,00M, NO MODELO UNIDADE	RAMASSOL	UNIDADE	5	R$ 294,00	R$ 580,00
437	37025	JANELA - DE ALUMINIO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE LISA, 1,00 X 1,50 CM, NO MODELO SIMPLES UNIDADE	RAMASSOL	UNIDADE	10	R$ 380,00	R$ 220,00
463	37077	JOGO DE CHAVE - TIPO COMBINADA, DE ACO, CROMADA, ESCALA DE < 6 A 32 > MM, CONTENDO 15 PECAS	TRAMONTINA	UNIDADE	19	R$ 150,00	R$ 8,50
536	37195	MANGUEIRA - DE POLIETILENO TRANSPARENTE,COM COMPRIMENTO DE 3,00M,COM DIAMETRO DE 24,00MM,PARA SER UTILIZADA EM IRRIGACAO	DURIN	METRO	600	R$ 6,00	R$ 24,00
624	37333	PERFIL - EM PVC, TIPO H, COM 6,00M	MULTIPLUS	UNIDADE	250	R$ 19,00	R$ 27,00
640	37357	PISO CERAMICO - PEI 4, PARA SER APLICADO EM PISO INTERNO,MEDINDO 43,00 X 43,00 CM,EMBALADO ADEQUADAMENTE,COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO CORES VARIADAS METRO (COD.: 2)	NARDINI	M2	500	R$ 18,00	R$ 27,00
641	37358	PISO CERAMICO - PEI 5, PARA SER APLICADO EM PISO,COR CLARA, MEDINDO 45,00 X 45,00 CM,EMBALADO ADEQUADAMENTE,COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO METRO (COD.: 2)	NARDINI	M2	1.210,00	R$ 18,00	R$ 18,25
663	37452	PREGO - MEDINDO 18X27 POL, PARA FIXAÇÃO DE TELHA - PACOTE COM 01 KG.	GERDAU	KILO	65	R$ 12,00	R$ 18,25
664	37453	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 19 X 36 PACOTE 1 QUILO (COD.: 2527)	GERDAU	KILO	50	R$ 12,00	R$ 18,25
665	37455	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 18 X 24 PACOTE 1 QUILO (COD.: 2527)	GERDAU	KILO	20	R$ 12,00	R$ 18,25
666	37456	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 18 X 30 PACOTE 1 QUILO (COD.: 2527)	GERDAU	KILO	250	R$ 12,00	R$ 24,00
667	37457	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 13 X 15 (JPXLPP) PACOTE 1 QUILO (COD.: 2527)	GERDAU	KILO	20	R$ 15,00	R$ 24,00
668	37459	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 24 X 60 PACOTE 1 QUILO (COD.: 2527)	GERDAU	KILO	10	R$ 14,90	R$ 18,25
672	37482	PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 19 X 39, PACOTE COM 1 KG.	GERDAU	KILO	30	R$ 12,00	R$ 18,25
673	37483	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18 X 30 PACOTE 1 QUILO (COD.: 2527)	GERDAU	KILO	20	R$ 12,00	R$ 18,25
675	37485	PREGO COM CABEÇA - EM FERRO, MEDINDO 19X36 - PACOTE COM 01 KG	GERDAU	KILO	170	R$ 12,00	R$ 18,25
676	37489	PREGO COM CABEÇA EM AÇO GALVANIZADO, COM CABEÇA CHATA, MEDINDO 18X24 - PACOTE COM 01 KG	GERDAU	KILO	20	R$ 12,00	R$ 19,00
677	37598	PREGO SEM CABECA - DE 17 X 21, DE ACO, SENDO O MATERIAL GALVANIZADO PACOTE 1 KG	GERDAU	KILO	10	R$ 12,50	R$ 19,00
678	37599	PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X27 PACOTE 1 QUILO (CÓD.: 2527)	GERDAU	KILO	110	R$ 12,50	R$ 9,60

789	37742	TELHA - DE AMIANTO, COMUM, MEDINDO 2,44MX4MM	MULTILIT	UNIDADE	480	R$ 17,80	R$ 9,60
790	37743	TELHA - DE BARRO, ROMANA, MEDINDO (33CMX20CMX2CM)	DRUMON	UNIDADE	100	R$ 2,40	R$ 25,50
791	37744	TELHA - DE BARRO, TIPO PAULISTINHA CONCAVA, MEDINDO (33CMX12CMX2CM)	DRUMON	UNIDADE	130	R$ 2,55	R$ 2,70
792	37745	TELHA - DE BARRO, TIPO ROMANA (VERMELHA), MEDINDO (40CMX20CMX1CM), NBR 5640,5639,8055	DRUMON	UNIDADE	1.300,00	R$ 2,40	R$ 4,70
794	37747	TELHA - DE FIBROCIMENTO SEM AMIANTO, COMUM, MEDINDO 2,44MX4MM	MULTILIT	UNIDADE	430	R$ 17,80	R$ 25,50
796	37749	TELHA DE FIBROCIMENTO - MEDINDO 3,05X1,10X0,6MM	MULTILIT	UNIDADE	300	R$ 79,00	R$ 90,00
797	37750	TELHA DE FIBROCIMENTO - TIPO ONDULADA, MEDINDO (2,44MX1,10MX5MM), NBR5640,5639,8055	MULTILIT	UNIDADE	1.000,00	R$ 54,00	R$ 64,00
798	37751	TELHA DE FIBROCIMENTO - TIPO ONDULADA, MEDINDO (3,05MX1,10MX6MM), NBR 5640,5639,8055	MULTILIT	UNIDADE	1.100,00	R$ 79,00	R$ 90,00
807	37761	TIJOLO - DE BARRO, MEDINDO 15X25CM, DO TIPO CONVENCIONAL, COM 6 FUROS	STA SOFIA	MILHEIRO	70	R$ 560,00	R$ 750,00
808	37762	TIJOLO - DE 8 FUROS DE PRIMEIRA QUALIDADE, MEDINDO 20CM X 20CM X 9CM	STA SOFIA	MILHEIRO	120	R$ 560,00	R$ 750,00
924	37908	TUBO - DE PVC (COR BRANCO), 200MM, 6 METROS, COLA	FORTPLAS	UNIDADE	100	R$ 200,00	R$ 400,00
926	37911	TUBO - PVC MARROM, 75MM VARA 6 METRO (CÓD.: 1575)	FORTPLAS	UNIDADE	70	R$ 112,00	R$ 120,00
929	37914	TUBO - PVC, 20MM, 6 METROS, SOLDAVEL	FORTPLAS	UNIDADE	33	R$ 11,00	R$ 25,00
930	37915	TUBO - PVC, 32MMX6MVARA 6 METRO (CÓD.: 1575)	FORTPLAS	UNIDADE	170	R$ 22,80	R$ 40,00

Desta forma, a empresa Detentora da Ata de Registro de Preços deverá nos enviar um aceite de reequilíbrio de, **para Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento de Materiais para Construção, Materiais Elétricos e Hidráulicos, Ferramentas e Ferragens, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias,** conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, pelo período de 12 (doze) meses, e *deverá seguir com o fornecimento dos produtos ofertados, conforme solicitação da Secretaria, sob pena de sanções previstas no instrumento Convocatório, bem como na Lei de Licitações de n 8.666/1993.*

Nada mais havendo, lavrou-se a presente que vai assinada pelos membros abaixo identificado.

Juruena, 05 DE MARÇO DE 2021.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA 003/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000004/2021
Modalidade Nr.: 00000003/2021
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO
Classificação: Dispensa de licitação para compras e serviços
Processo Nr.: 00000221/2021
Data da Adjudicação: 04/03/2021
Data da Homologação:05/03/2021
Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES DE CADASTRAMENTO, PARA ATENDER O POSTO DE IDENTIFICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)		Detalhamento	Marca	Unid. Forn.	Qtd.	Vlr. Unitário	Total
105634 - AKIYAMA S.A - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SISTEMAS							
CNPJ: 02.688.100/0001-88							
40879	DISPOSITIVO DE CAPTURA DE IMAGEM		AKIYAMA	UNIDADE	1,0000	3.538,0600	3.538,06
40880	LICENÇA DE USO OPENBIO FACE FULL		AKIYAMA	UNIDADE	1,0000	800,1100	800,11
40881	LEITOR BIOMETRICO BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL		AKIYAMA	UNIDADE	1,0000	2.703,0000	2.703,00
40882	COLETOR DE ASSINATURA AK 560		HANVON	UNIDADE	1,0000	3.982,5800	3.982,58
40883	SOFTWARE OPENBIO IDEM		AKIYAMA	UNIDADE	1,0000	4.472,1900	4.472,19
Total Itens:	5					**Total Fornecedor:**	15.495,9400
						Total Geral:	15.495,9400

JUSCIMEIRA, Sexta-feira, 5 de Março de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PORTARIA Nº 092/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 092/2021, **DE 01 DE MARÇO DE 2021**

"Concede Gratificação por Produtividade ao Servidor Efetivo ILSON PEREIRA ROSA, Fiscal de Tributos e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 10, §1º, da Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor Efetivo ILSON PEREIRA ROSA, Fiscal de Tributos, Gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), sobre seus vencimentos, a título de Gratificação ora designado.

Art. 2º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, ao dia primeiro do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 083/2021, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 083/2021, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Nomeia os Membros do Conselho Municipal do Idoso, do Município de Lambari D'Oeste/MT"

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os seguintes Membros abaixo discriminados de acordo com respectivo órgão ou entidade correspondente para compor o Conselho Municipal do Idoso no Município de Lambari D'Oeste – MT, pelo período de **25/02/2021 à 25/02/2023**, conforme Lei Municipal nº 526/2015 de 17 de julho de 2015.

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social: Titular: Camila Ávila - CPF: 032.860.541-78 Suplente: Fabiana Jean da Silva - CPF: 019.249.171-73 **Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:** Titular: Jossué Modesto Pinto - CPF: 055.426.461-74 Suplente: Tais Tosta Vitorazzi Magosso - CPF: 019.650.251-96 **Representantes da Secretaria Municipal de Educação:** Titular: Valdinei Ribeiro dos Santos - CPF: 007.189.231-11 Suplente: Luisa Martins da Cruz - CPF: 429.832.311-00

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento: Titular: Rodrigues de Souza Bortolozzo - CPF: 037.063.591-46. Suplente: Denilson Vitorazzi – CPF: 004.198.811-66

Representantes da Igreja Adventista: Titular: Geisibell Chaves Coelho de Assis - CPF: 020.565.321-90 Suplente: Renata Ventura - CPF: 0030.718.721-78

Representantes da Igreja Católica: Titular: Rafael Pinheiro Campos - CPF: 009.082.991-33 Suplente: Josilene Rodrigues de Souza - CPF: 955.001.621-87

Representantes da Igreja Assembleia de Deus: Titular: Ozimeire Pereira da Silva - CPF: 019.875.231-80 Suplente: Bruno dos Santos -CPF: 050.863.681-70

Representantes dos Idosos: Titular: João Henrique da Silva – CPF: 202.647.631-49 Suplente: Clarice Vallera Caetano - CPF: 651.392.161-91

Art. 2º Sendo eleito para presidente e vice-presidente:

Presidente: Fabiana Jean da Silva – CPF: 019.249.171-73

Vice-Presidente: João Henrique da Silva – CPF: 202.647.631-49

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste/MT, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 093/2021, **DE 01 DE MARÇO DE 2021**

"Concede Gratificação por Produtividade ao Servidor Efetivo VALENTIM APARECIDO DOS SANTOS, Fiscal de Tributos e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 10, §1º, da Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor Efetivo VALENTIM APARECIDO DOS SANTOS, Fiscal de Tributos, Gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), sobre seus vencimentos, a título de Gratificação ora designado.

Art. 2º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, ao dia primeiro do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 082/2021, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 082/2021, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

"Nomeia Membros da Comissão Municipal de Habitação e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições conforme as disposições contidas na Lei n° 337/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os seguintes membros abaixo discriminados de acordo com respectivo órgão ou entidade correspondente para compor a Comissão Municipal de Habitação, para o período de 25/02/2021 a 25/02/2023.

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Assistência Social

ü Camila Ávila - CPF: 032.860.541-78

ü Suplente: Rute Soares de Souza Aleixo - CPF: 011.154.711-39

Secretaria Municipal de Educação

ü Titular: Jéssica Rodrigues de Oliveira – CPF: 035.272.621-05 ü Suplente: Luiza Martins da Cruz - CPF: 429.832.311-00

Secretaria Municipal de Saúde

ü Titular: Jossué Modesto Pinto - CPF: 055.426.461-74 ü Suplente: Tais Tosta Vitorazzi Magosso - CPF: 019.650.251-96

I I– REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Edemarcio Pereira Lopes – CPF: 989.809.041-34 Jovelino Ferreira de Souza – CPF: 615.880.081-34

III – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Igreja Católica São José Operário ü Titular: Rafael Pinheiro Campos - CPF: 009.082.991-33 ü Suplente: Josilene Rodrigues de Souza - CPF: 955.001.621-87 **CEAK- Centro Espírita Alan Kardec** ü Titular: Nelçy Carvalho Magosso - CPF: 010.830.398-57 ü Suplente: Anísio Magosso - CPF: 685.942.408-72

CONSELHO TUTELAR

ü Titular: Jéssica Pereira de Souza - CPF: 061.659.751-78 ü Suplente: Thalia Domingos Santos - CPF: 041.865.721-19

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 095/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 095/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021

"Nomeia Médico responsável pela emissão de Autorização de Internação Hospitalar /AIH e, de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Auto Custo/APA no Município, segundo o que menciona".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, nos termos da Norma Operacional Básica /SUS -01/93, constante no Anexo Único da Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993, do Ministério de Estado da Saúde,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Médica **GISELLY DA SILVA LARA PICADA,** conforme Prestação de Serviços Técnicos Especializados, referente à Secretaria Municipal de Saúde, como responsável pela emissão de Autorização de Internação Hospitalar/AIH e de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Auto Custo/APA no Município, em cumprimento as exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, emanadas dos órgãos competentes, para operacionalização do Sistema Único de Saúde/SUS, de acordo com o processo de municipalização sob condição de gestão parcial.

Art. 2° – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 084/2021, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 084/2021, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

"Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Municipal de Lambari D' Oeste/MT."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear e dar posse aos membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, para o período de 25/02/2021 à 25/02/2023, conforme composição abaixo, de acordo com os termos da Lei Municipal nº 500/2014, de 12 de março de 2014.

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social

Titular: Camila Ávila - CPF:032.860.541-78

Suplente: Fabiana Gean da Silva - CPF:019.249.171-73

II - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Valdinei Ribeiro dos Santos - CPF: 007.189.231-11

Suplente: Luiza Martins da Cruz - CPF:429.832.311-00

III - Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Jossué Modesto Pinto - CPF:055.426.461-74

Suplente: Tais Tosta Vitorazzi Magosso - CPF:019.650.251-96

IV - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Titular: Rodrigues de Souza Bortolozzo - CPF: 037.063.591-46

Suplente: Denilson Vitorazzi – CPF: **004.198**.811-66

ÓRGÃOS NÃO- GOVERNAMENTAIS:

Organizações dos Usuários:

V – Representantes da Igreja Católica

Titular: Rafael Pinheiro Campos - CPF:009.082.991-33

Suplente: Josilene Rodrigues de Souza - CPF: 955.001.621-87

VI – Representantes da Igreja Adventista do 7º dia

Titular: Geisibell Chaves Coelho de Assis - CPF:020.565.321-90

Suplente: Renata Ventura - CPF: 030.718.721-78

VII – Representantes da Igreja Assembleia de Deus

TITULAR: Ozimeire Pereira da Silva - CPF:019.875.231-80

SUPLENTE: Bruno dos Santos - CPF: 050.856.863-70

VIII– Representantes da Igreja Batista

Titular: Delzeni Rosa Pimenta - CPF: 003.818.971-25

Suplente: Daiane Resende de Souza - CPF: 058.870.871-29

Art. 2° Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, exercerão as atividades pertinentes sem ônus para o município.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO: 004/2021 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 002/2021 TIPO: MENOR PREÇO

A Prefeitura Municipal de Luciara-MT, através de sua pregoeira e Equipe de Apoio, torna público aos interessados que no processo de licitação na modalidade Pregão Presencial – Tipo Menor Preço por ÍTEM, realizado no dia 05 de Março de 2021, às 09:00h, paraRegistro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para atender as secretarias da Prefeitura Municipal de Luciara e Fethab, conforme especificações constantes do Edital, sagrou-se vencedora Empresa C.JUSTINIANO ROCHA CIA LTDA- EPP, inscrita no CNPJ: 04.624.593/0001-18.

Comissão de Pregão, 05 de março de 2021.

TALITA TEIXEIRA FEITOSA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICONº 005/2021 – SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como objeto o **registro de preços para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal e ar comprimido para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Marcelândia/MT**.

ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 19 de março de 2021, às 09h00-min. (Horário de Brasília-DF);

REALIZAÇÃO: Por meio do Site **www.bll.org.br**;

INTEGRA do EDITAL: por meio do site: www.bll.org.br e no site da Prefeitura: **www.marcelandia.mt.gov.br**.

Marcelândia/MT, 05 de março de 2021.

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. FERNANDO ZAFONATO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS – ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.05.678.551/0001-22 e Inscrição Estadual n° 13.220.139-9, com sede na Av. Alcides Moreno Capeline nº 478, Bairro Centro, na Cidade de Guarantã do Norte/ MT, Telefone (66)3552-3583, e-mail fernandoplsantos@uol.com.br, neste ato representado pelo Srº. **FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS**, portador do CPF nº 002.952.701-52 e RG nº 15489582 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL E GÁS LP P13 E P45 EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
364301	AGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFAO PLASTICO, CONTENDO 20,00 LITROS, COM TAMPA DE PRESSAO E LACRE.	GARRAFAO 20,000 LITRO	LEBRINHA	2107	11,9500	25.178,65
364307	GARRAFAO VAZIO - DE POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS, NO MODELO USUAL EM FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL, NO FORMATO REDONDO, PARA AGUA	UNIDADE	LEBRINHA	65	14,9700	973,05
374970	GAS DE COZINHA - ACONDICIONADO EM BOTIJAO COM CAPACIDADE PARA 13 KG, COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO, ALTAMENTE TOXICO E INFLAMAVEL, TIPO A GRANEL RESIDENCIAL, FORNECIDO DE ACORDO COM A PORTARIA 47 DE 24/03/99 ANP E NBR-14024 DA ABNT	BOTIJAO 13,000 QUILO	SUPERGASBRAS	393	109,4800	43.025,64
374969	GAS DE COZINHA - ACONDICIONADO EM CILINDRO COM CAPACIDADE PARA 45 KG, COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO, ALTAMENTE TOXICO E INFLAMAVEL, TIPO A GRANEL COMERCIAL, FORNECIDO DE ACORDO COM A PORTARIA 47 DE 24/03/99 ANP E NBR-14024 DA ABNT	UNIDADE	SUPERGASBRAS	193	364,0000	70.252,00
374968	VASILHAME DE GÁS DE COZINHA - VAZIO, 13 KG, BOTIJÃO PARA GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO DO TIPO GLP	UNIDADE	SUPERGASBRAS	18	156,0000	2.808,00
Total Fornecedor						142.237,34

5 – DOS PRODUTOS

5.1 – O prazo máximo para entrega objeto do pedido, é de (24) vinte e quatro horas, contados a partir do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas NADs (Nota de Autorização de Despesas), correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.3 - Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor o Posto de Saúde Rural e os caminhões e maquinas que fazem as manutenções das estradas rurais;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de (03) três horas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no serviço e sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

5.6 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, ANP (Agencia Nacional do Petróleo) etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor;

5.8 O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.8.1 Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.8.2 Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.8.3 O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93;

5.8.4 Não apresente avaria ou adulteração.

5.9 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.10 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

5.11 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas;

5.12 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Sicredi Ag. Nº 818 Conta Corrente nº 5827-0 em nome de FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS – ME

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 12.001.04.122.0019.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCFV	Leandro Ricardo Marilhano	8939/2021
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria Municipal de Saúde - Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria de Obras	Antonia Werica Galvão Costa Paixão	8945/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 08/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 05 de março de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

_____

FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS – ME

CNPJ sob o nº.05.678.551/0001-22

FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS

CPF nº 002.952.701-52

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 013/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 22 de março de 2021 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE CAMINHÕES BASCULANTE POR HORA TRABALHADA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES". Maiores informações através do Edital nº. 028/2021, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 05 de março de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 8945 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de Atas eContratos da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte, e dá outras providências".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos, e zelar pela qualidade das compras e serviços;

Tendo em vista o cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a ***SR. ANTONIA WERICA GALVAO COSTA PAIXÃO***, Técnica em Nível Superior, portadora do CPF nº 003.457.743-29, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atas e contratos, celebrado com o município que atendam a Secretaria municipal e Obras.

Art. 2º - O servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá quadrimestralmente relatório, ou excepcionalmente, quando necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo único – O relatório **quadr**imestral deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de 22 de fevereiro de 2021, revogando as demais disposições em contrário, em especial, a Portaria nº. 8889 de 13/01/2021.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se - Publique-se

FERNANDO ZAFONATO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou **o** PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE FRASCOS DE SULFATO DE ZINCO CONCENTRAÇÃO 17,60 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO ORAL EM ATENDIMENTO A FARMÁCIA BÁSICA PARA AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19, onde se contratou a Empresa Myralis Industria Farmacêutica Ltda – Inscrita no CNPJ 17.440.261/0003-97 **no valor de R$ 8.932,00**. O processo tem Fundamento Legal no Art. 4 da Lei Federal 13.979/2020 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 05 de março de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 3502 DE 05 DE MARÇO DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 19/02/2021;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; Publique-se.

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: MANUTENÇÃO E LIMPEZA ZONA URBANA

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
EVILIN BOIAN DE OLIVEIRA	28285239	25	2º	Aprovado

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZONA URBANA

NOME	RG	NOTA	TÍTULO	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
JOSIELMA RODRIGUES MARINHO	585499755	15	4	19	18º	Classificado
LUCIENE DA SILVA VERAS	21624500	19	-	19	19º	Classificado
ANDREZA FERREIRA DA SILVA RAMALHO	16608801	15	4	19	20º	Classificado

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO CONTRATO DE ENGENHARIA Nº 127/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO. Contidas nos anexos do Edital 143/2019, TOMADA DE PREÇO 036/2019, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.

CONTRATADA: J. M. S. CONSTRUTORA EIRELI

OBJETIVO: Fica alterada a *Cláusula Quinta* – 5.1 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Quinta – Vigência do Contrato

O novo prazo de **vigência** do contrato é aditado em **60 (sessenta)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **08 DE MAIO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 05/03/2021.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº. 8962 DE 05 DE MARÇO DE 2021

"DISPÕE SOBRE, AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA MARILEI APARECIDA TRINDADE DA ROCHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o artigo nº 154 da Lei Complementar Municipal n°. 081/2013, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matupá– MT;

RESOLVE:

ART. 1° - Averbar o tempo de contribuição, conforme as certidões de tempo de contribuição do INSS Nº 10021080.1.00006/19-9 e MTPREV Nº 10021080.1.00006/19-9, paraa servidora MARILEI APARECIDA TRINDADE DA ROCHA, portadora do RG n.º 3452572-6 SESP/MT e do CPF n.º 674.308.569-34, residente e domiciliada em MATUPÁ-MT, servidora efetiva no cargo de PROFESSORA, CLASSE B, NÍVEL 07, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **conforme processo Administrativo de Averbação nº 001/2021**.

ART. 2º **-** O total de tempo averbado nas certidões de Contribuição compreende **2.175 (dois mil, cento e setenta e cinco) dias,** correspondente a **05 (cinco) Anos, 11 (onze) meses e 20 (vinte) dias.**

ART. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Matupá - MT, em 05 de março de 2021.

FERNANDO ZAFONATO

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

Bruno Santos Mena

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 008

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 003

No dia 03 de Março de 2021, no(a)

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT

, inscrito(a) no CNPJ07.745.657/0001-27, com sede à RUA RICARDO DRUZIAN GALLO n° 167 CEP 78280-000 – Mirassol d'Oeste-MT neste ato legalmente representado por

Tulio Cezar Guimarães

, portador do CPF n°

05106219612

, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s)da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: NELIA MARIA CYRINO LEAL - ME

CNPJ: 11.109.083/0001-78

Representante:

NELIA MARIA CYRINO LEAL - ME

Telefone:

(32) 3722-1971

Email:

auxiliar@fanuel.com.br

Endereço:

ROD MURIAE/ERVALIA, 000 - ZONA RURAL, Muriaé - MG - 36880-970

Item

Descrição

Qtde

Unidade

Marca

Modelo

Preço Unitário

Valor Total

38

COLAR DE TOMADA FERROFUNDIDO 150 MM

50,00

UNIDADE

FANUEL

FANUEL

R$ 33,00

R$1.650,00

42

COLAR DE TOMADA DE FERROFUNDIDO 100MM

30,00

UNIDADE

FANUEL

FANUEL

R$ 22,00

R$660,00

53

JUNTA GIBAULT FOFO DN 200.

20,00

UNIDADE

FANUEL

FANUEL

R$ 470,00

R$9.400,00

54

JUNTA GIBAULT FOFO DN 250.

10,00

UNIDADE

FANUEL

FANUEL

R$ 590,00

R$5.900,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro dePreços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até

03/03/2022

, a contar do dia

03/03/2021

.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT

07.745.657/0001-27

NELIA MARIA CYRINO LEAL - ME

11.109.083/0001-78

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021PROCESSO LICITATÓRIO 0002TERMO DE ADJUDICAÇÃO

P**REGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021PROCESSO LICITATÓRIO 0002TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

O(a) PREGOEIRO(A) do(a) **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT** comunica aos interessados e participantes **do PREGÃO ELETRÔNICO 002/2021** referente à *AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA VEICULAR NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS*, que **ADJUDICA** nos termos do Inciso IX do Art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : JS COMERCIO DE PNEUS LTDA - 17.537.488/0001-93

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. R$
1	40,00	UNIDADE	PNEUMATICO PARA CAMINHAO DIMENSOES 10.00R20, COM CERTIFICADO INMETRO	APOLLO	RACE HA	R$ 1.816,00	R$ 72.640,00	R$ 2.266,97	R$ 90.678,80	R$ 450,97
2	15,00	UNIDADE	PNEUMATICO PARA CAMINHÃO DIMENSÕES 7.50-16,COM CERTIFICADO DO INMETRO	WEST LAKE	CR832	R$ 542,00	R$ 8.130,00	R$ 792,28	R$ 11.884,20	R$ 250,28
3	30,00	UNIDADE	PNEUMATICO PARA CAMINHÃO DIMENSÕES 275/80R22,5,COM CERTIFICADO DO INMETRO	TRAZANO	CR976A	R$ 1.499,00	R$ 44.970,00	R$ 2.058,77	R$ 61.763,10	R$ 559,77
4	15,00	UNIDADE	PNEUMATICO PARA CAMIONETE DIMENSÕES 215/80R16, COM CERTIFICADO DO INMETRO	TRAZANO	SL369	R$ 624,00	R$ 9.360,00	R$ 1.300,00	R$ 19.500,00	R$ 676,00
5	15,00	UNIDADE	PNEUMATICO PARA CAMIONETE DIMENSÕES 31X10.50R15LT, COM CERTIFICADO DO INMETRO	ONYX	AT187	R$ 649,00	R$ 9.735,00	R$ 1.063,73	R$ 15.955,95	R$ 414,73
6	15,00	UNIDADE	PNEUMATICO PARA MAQUINAS PESADAS DIMENSÕES 12.16.5, RETRO ESCAVADEIRA COM CERTIFICADO DO INMETRO	ATF	5014 L2	R$ 1.028,00	R$ 15.420,00	R$ 1.206,20	R$ 18.093,00	R$ 178,20
7	15,00	UNIDADE	PNEUMATICO PARA MAQUINAS PESADAS DIMENSÕES 19.5L-24, RETRO ESCAVADEIRA COM CERTIFICADO DO INMETRO	ATF	1324 R4	R$ 3.140,00	R$ 47.100,00	R$ 4.164,00	R$ 62.460,00	R$ 1.024,00

Subtotal Adjudicado: R$ 207.355,00	Subtotal Orçado: R$ 280.335,05	26,03%	72.980,05

Fornecedor : D. P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS - 21.711.134/0001-90

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. R$
8	10,00	UNIDADE	PNEUMATICO PARA MOTOCICLETA DIMENSÕES 90/90-18 BS32 COM CERTIFICADO DO INMETRO	RINALDI	BS 32	R$ 135,00	R$ 1.350,00	R$ 281,30	R$ 2.813,00	R$ 146,30

	Subtotal Adjudicado: R$ 1.350,00	**Subtotal Orçado: R$ 2.813,00**	**52,01%**	**1.463,00**

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 208.705,00	R$ 283.148,05	26,29%	74.443,05

Mirassol d'Oeste - Mato Grosso, 04 de Março de 2021VANESSA GONÇALVES RIBEIROPREGOEIRO(A)

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI
PORTARIA N.º 009/2021

PORTARIA N.º 009/2021

"Dispõe sobre a ***RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N. 002/2021*** *que versa sobre a* ***concessão do benefício de Pensão por morte*** *a cônjuge Sra.* ***Adelaide de Souza Leite*** *em decorrência do falecimento do servidor Sr.* ***Antônio Faria Leite ".***

O Diretor Executivo do MIRASSOL-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 160, de 21 de dezembro de 2016 que Institui o Regime Próprio de Previdência do município de Mirassol D' Oeste-MT; art. 28, e art. 30, inciso I, **art. 32 § 1º, inciso "V", alínea "C", item "6",** da Lei **Complementar** nº 199, de 30 de **abril** de 2020, que Dispõe sobre à adequação da legislação do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos do Município de Mirassol D' Oeste/MT;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria n. 002/2021, publicada no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na data de 25 de janeiro de 2021, Edição 3.653, que concedeu o benefício de **Pensão por morte**, em decorrência do falecimento do servidor **Sr**. **Antônio Faria Leite**, brasileiro, portador do RG nº 607.353 SSP-MT e do CPF nº 432.661.001-82, aposentado por tempo de contribuição, no cargo de Vigia, Classe "A", Referência "08", com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; no equivalente a 100% (cem por cento) em favor da "*cônjuge*", **Sra. Adelaide de Souza Leite**, portadora do RG nº 0523965-6 SESP/MT e do CPF sob. Nº. 378.820.231-91, conforme processo administrativo do **MIRASSOL - PREVI**, n.º **2021.07.00001P**, até posterior deliberação.

Onde se lê: Considerando o artigo 40**, § 7º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003,** (...).

Leia-se: Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no artigo 40, § 7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019 (...);

Onde se lê: (....) Referência "08" (...).

Leia-se: (....) Nível "08" (...).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a partir da data do falecimento, 15 de dezembro de 2020**, revogadas as disposições em contrário.

Mirassol D' Oeste/MT, 05 de março de 2021.

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

Diretor Executivo do MIRASSOL-PREVI

Homologo:

HECTOR ALVARES BEZERRA

PREFEITO MUNICIPAL

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 009

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 003

No dia 03 de Março de 2021, no(a) SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT , inscrito(a) no CNPJ

07.745.657/0001-27, com sede à RUA RICARDO DRUZIAN GALLO n° 167 CEP 78280-000 – Mirassol d'Oeste-MT neste ato legalmente representado por

Tulio Cezar Guimarães, portador do CPF n° 05106219612, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s)

da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: PIPEPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS E CONEXOES EIRELI CNPJ: 34.823.982/0001-33

Representante: PIPEPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS E CONEXOES EIRELI

Telefone: (41) 3246-9739

Email: PIPEPLAST@PIPEPLAST.COM.BR

Endereço: RUA ALBINO FERREIRA , 220 - BARIGUI, Curitiba - PR - 83707-452

Item Descrição Qtde Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total

59 LUVA CORRER PVC DEFOFO JE

DN 100, COM ANEL

60,00 UNIDADE MARCA PROPRIA MARCA PROPRIA R$ 22,00 R$1.320,00

60 LUVA CORRER PVC DEFOFO JE

DN 150, COM ANEL

76,00 UNIDADE MARCA PROPRIA MARCA PROPRIA R$ 48,00 R$3.648,00

64 LUVA DE CORRER COLETOR DE

ESGOTO JEI/JE DN 100MM, COM

ANEL

70,00 UNIDADE MARCA PROPRIA MARCA PROPRIA R$ 5,90 R$413,00

65 LUVA DE CORRER COLETOR DE

ESGOTO JEI/JE DN 150MM, COM

ANEL

70,00 UNIDADE MARCA PROPRIA MARCA PROPRIA R$ 14,00 R$980,00

100 TUBO PVC COLETOR DE

ESGOTO OCRE JEI DN 100MM,

COM ANEL

200,00 BARRAS FENIX FENIX R$ 170,00 R$34.000,00

101 TUBO PVC COLETOR DE

ESGOTO OCRE JEI DN 150MM,

COM ANEL

200,00 BARRAS FENIX FENIX R$ 420,00 R$84.000,00

102 TUBO PVC DEFOFO EB-1208 P/

REDE AGUA JE 1 MPA DN

100MM, COM ANEL

100,00 BARRAS FENIX FENIX R$ 465,00 R$46.500,00

103 TUBO PVC DEFOFO EB-1208 P/

REDE AGUA JE 1 MPA DN

150MM, COM ANEL

40,00 BARRAS FENIX FENIX R$ 890,00 R$35.600,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de

Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até 03/03/2022 , a contar do dia 03/03/2021 .

03/03/2021 LICITANET - Ata de Registro de Preço

https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 2/2

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT

07.745.657/0001-27

PIPEPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS E CONEXOES EIRELI

34.823.982/0001-33

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 003

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 003

No dia 03 de Março de 2021, no(a) SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT , inscrito(a) no CNPJ

07.745.657/0001-27, com sede à RUA RICARDO DRUZIAN GALLO n° 167 CEP 78280-000 – Mirassol d'Oeste-MT neste ato legalmente representado por

Tulio Cezar Guimarães, portador do CPF n° 05106219612, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s)

da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: TALENTOS D AGUA REPRESENTACAO PROJETOS ASSESSORIA LTDA CNPJ: 24.419.445/0001-79

Representante: TALENTOS D AGUA REPRESENTACAO PROJETOS ASSESSORIA LTDA

Telefone: (47) 3804-4480

Email: licitacao@talentosdagua.com.br

Endereço: RUA MARQUES DE OLINDA, 955 - SANTO ANTONIO, Joinville - SC - 89218-252

Item Descrição Qtde Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total

1 ADAPTADOR PVC P/

POLIETILENO PE-5 20 MM X 3/4

2.000,00 UNIDADE IPAL IPAL R$ 1,25 R$2.500,00

33 CAP PVC PBA, JE, DN 50 / DE 60

MM, PARA REDE DE AGUA (NBR

10351), COM ANEL

50,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 7,40 R$370,00

36 CAP, PVC PBA, JE, DN 75 / DE 85

MM, PARA REDE DE AGUA (NBR

10351), COM ANEL

30,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 12,00 R$360,00

39 COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS

SAIDA ROSCA DE 110 MM X 3/4

LIGACAO PREDIAL.

300,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 9,90 R$2.970,00

40 COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS

SAIDA ROSCA DE 60 MM X 3/4 P/

LIGACAO PREDIAL.

1.300,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 6,40 R$8.320,00

41 COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS

SAIDA ROSCA DE 85 MM X 3/4 P/

LIGACAO PREDIAL.

180,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 8,00 R$1.440,00

49 GUARNIÇÃO (ANEL) PARA TUBET

½ ".

400,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 0,19 R$76,00

70 LUVA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL,

PVC, ¾" X ½" , PARA ÁGUA FRIA

PREDIAL

500,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 1,20 R$600,00

81 REGISTRO PVC ESFERA ROSCA

MACHO E FÊMEA C/ BORBOLETA

DN 1/2.

200,00 UNIDADE DOAL PLASTIC DOAL PLASTIC R$ 5,90 R$1.180,00

03/03/2021 LICITANET - Ata de Registro de Preço

https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 2/2

Item Descrição Qtde Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total

92 TÊ PVC PBA 90G MARROM

100MM PARA AGUA FRIA COM

ANEL

30,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 80,00 R$2.400,00

93 TÊ PVC PBA 90G MARROM 60MM

PARA AGUA FRIA COM ANEL

40,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 17,00 R$680,00

94 TÊ PVC PBA 90G MARROM 85MM

PARA AGUA FRIA COM ANEL

20,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 49,00 R$980,00

110 UNIÃO PVC, ROSCÁVEL, ¾”,

PARA ÁGUA FRIA

1.500,00 UNIDADE TIGRE TIGRE R$ 5,00 R$7.500,00

116 VÁLVULA DE RETENÇÃO 4

POLEGADAS

3,00 UNIDADE GENEBRA GENEBRA R$ 980,00 R$2.940,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de

Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até 03/03/2022 , a contar do dia 03/03/2021 .

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT

07.745.657/0001-27

TALENTOS D AGUA REPRESENTACAO PROJETOS ASSESSORIA LTDA

24.419.445/0001-79

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
DECRETOS PLANEJAMENTO 2021

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3937 , DE 03 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1650

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 4.346.001,04 distribuídos as seguintes dotações:

02	02	01	GABINETE DO PREFEITO		
	780	04.122.0002.2002.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEI	400.000,00	
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 3	00
		3	Recursos de Exercícios Anteriores		
		110 000	GERAL		
02	02	02	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		
	779	04.122.0002.2004.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA ASSESSORIA JURIDICA	170.000,00	
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 3	00
		3	Recursos de Exercícios Anteriores		
		110 000	GERAL		
02	05	02	COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA		
	745	12.361.0005.1039.0000	AQS. DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	213.581,03	
		4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 3	25
		3	Recursos de Exercícios Anteriores		
		200 011	FEE - TRANSP. ESCOLAR		
	746	12.361.0005.1039.0000	AQS. DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	352.110,54	
		4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 3	30
		3	Recursos de Exercícios Anteriores		
		200 012	Transprote escolar - fethab		
	747	12.361.0012.1018.0000	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REF. DE UND. ESCOLARES	262.935,92	
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 0 3	15
		3	Recursos de Exercícios Anteriores		
		200 006	SALARIO-EDUCACAO		
	748	12.361.0012.1041.0000	CONSTRUCAO, AMPLIAÇÃO, REF. DE UND. ESCOLARES -	19.896,14	
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 0 3	15
		3	Recursos de Exercícios Anteriores		
		200 008	Conv. p/ Prog. Educação		
	749	12.361.0012.1220.0000	CONSTUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MAN. DE UNID. ES	3.509,40	
		4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	15
		3	Recursos de Exercícios Anteriores		
		200 000	EDUCAÇÃO		

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3937 , DE 03 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1650

02 05 03 FUNDO DE MAN. E DESENV.DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB

751	12.365.0008.2028.0000	MANUNTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 60% C	269.791,98	
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.: 0 3	18
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	200 002	FUNDEB 60%		
750	12.361.0012.1228.0000	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REF. E MAN. UND. ESCOLAR	740.617,49	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 0 3	19
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	200 003	FUNDEB 40%		

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

784	15.451.0002.2131.0000	MAN. E CONSERV. DOS SERVICOS URBANOS EM GERAL	9.299,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	16
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	100 025	CIDE		
785	15.451.0013.1060.0000	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS	93.394,72	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	37
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	110 000	GERAL		
786	26.782.0016.1043.0000	AQUISIÇÃO DE VEICULO - TIPO CAMINHÃO	484.535,29	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 3	30
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	100 004	FETHAB		

02 07 04 FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINACAO PUBLICA

787	25.752.0017.1045.0000	AQUISIÇÃO DE VEICULO - TIPO CAMIONETA	320.000,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 3	17
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	110 002	Iluminação Publica		
788	25.752.0017.2047.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A ILUMINAÇAO PUBL	175.273,28	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	17
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	110 002	Iluminação Publica		

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3937 , DE 03 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1650

02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

792	08.244.0007.2184.0000	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM EVENTOS SOCIAIS	15.332,62	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	00
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	110 000	GERAL		
758	08.242.0035.2106.0000	SERVICO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COM	2.426,70	
	3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 007	Prog. PAC I		
759	08.242.0035.2083.0000	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESP. A FAMILIA	20.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 019	PAEFI		
760	08.242.0035.2083.0000	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESP. A FAMILIA	8.682,47	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 019	PAEFI		
761	08.122.0035.2105.0000	ACOES DE GESTAO E APOIO AS POLITICAS DE ASSIST. S	45,63	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 002	Prog. IGDSUAS		
762	08.122.0035.1042.0000	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA FMAS	200.000,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 001	Prog. SCFV		
763	08.244.0035.2062.0000	SERVICO DE PROTECAO E ATENCAO INT. A FAMILIA - PAI	25.923,18	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 003	Prog. PAIF		
764	08.242.0035.2108.0000	SERV. DE ATENCAO SOC. A PESSOA C/ DEFICIENCIA - BP	1.820,64	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 006	Prog. BPCE		
765	08.244.0035.2179.0000	COFINANCIAMENTO ESTADUAL	58.233,69	
	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU	F.R.: 0 3	43
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 013	Cofinanciamento Estadual		
767	08.244.0035.2078.0000	PROG. DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRAB	6.384,91	
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 017	ACESSUAS		
768	08.244.0035.2078.0000	PROG. DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRAB	4.098,77	
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 017	ACESSUAS		
754	08.244.0036.2064.0000	ACOES DO PROGRAMA DE TRANFERENCIA DE RENDA - IG	30.000,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 004	Prog.IGDBF		



PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3937 , DE 03 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1650

02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

755	08.244.0036.2064.0000	ACOES DO PROGRAMA DE TRANFERENCIA DE RENDA - IG	30.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 004	Prog.IGDBF		
756	08.244.0036.2064.0000	ACOES DO PROGRAMA DE TRANFERENCIA DE RENDA - IG	14.307,87	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 004	Prog.IGDBF		
757	08.242.0036.2109.0000	SERVICO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA CO	32.520,81	
	3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 009	Progr. PTMC		
771	08.244.0039.2098.0000	AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19	50.000,00	
	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 021	ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)		
772	08.244.0039.2098.0000	AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19	26.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 021	ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)		
773	08.244.0039.2098.0000	AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19	8.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 021	ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)		
774	08.244.0039.2098.0000	AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19	6.976,90	
	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 021	ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)		
775	08.244.0039.2093.0000	AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19	9.187,22	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 021	ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)		
776	08.244.0039.2099.0000	AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMBATE AO COVID-19	43.784,05	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	27
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 021	ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)		
777	08.244.0039.2083.0000	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESP. A FAMILIA	72.347,58	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 021	ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS (COVID-19)		

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3937 , DE 03 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1650

02 09 03		FUNDO MUN.DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE		
	789	08.243.0022.2066.0000	MANUTENÇAO DAS AÇOES DESENVOLVIDAS PELO FMDC	100.000,00
		3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R.: 0 3 00
		3	Recursos de Exercícios Anteriores	
		110 000	GERAL	
	790	08.243.0022.2066.0000	MANUTENÇAO DAS AÇOES DESENVOLVIDAS PELO FMDC	7.015,78
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3 00
		3	Recursos de Exercícios Anteriores	
		110 000	GERAL	
02 09 05		FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS		
	766	08.244.0021.2067.0000	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMIS	12.728,46
		4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 0 3 43
		3	Recursos de Exercícios Anteriores	
		500 012	FUMIS	
02 09 06		FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A POLITICA DO IDOSO		
	769	08.241.0021.2077.0000	APOIO FINANCEIRO À FUNDAÇÃO DE INT. SOCIAL	1.176,04
		3.3.90.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R.: 0 3 29
		3	Recursos de Exercícios Anteriores	
		511 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL-REMUN.APLIC.FINANC.	
	791	08.241.0021.2068.0000	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMAPI	44.062,93
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3 00
		3	Recursos de Exercícios Anteriores	
		100 006	FUMAPI	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: **4.346.001,04**

Fontes de Recurso	
3 00	736.411,33
3 15	286.341,46
3 16	9.299,00
3 17	495.273,28
3 18	269.791,98
3 19	740.617,49
3 25	213.581,03
3 27	43.784,05
3 29	549.898,72
3 30	836.645,83
3 37	93.394,72
3 43	70.962,15

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 03 de março de 2021

HECTOR ALVARES BEZERRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI
PORTARIA Nº 008/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idadea ***Sra. Cleide Rossin da Silva."***

PORTARIA Nº 008/2021.

O Diretor Executivo do MIRASSOL-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o art. 12, inciso III, "b", da Lei n.º 160, de 21 de dezembro de 2016, que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mirassol D'Oeste/MT; e Lei Complementar n.º 158 de 21/12/2016 que dispõe sobre o plano de carreiras dos servidores público do Poder Executivo do Município de Mirassol D´Oeste; e Portaria n.º 087 de 02/02/2021, que altera o anexo único da portaria nº 064 de 20 de janeiro do corrente ano que divulga tabela de vencimentos dos servidores públicos do poder executivo municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Idade** a **Sra. CLEIDE ROSSIN DA SILVA**, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 0270891-1 SSP-MT e CPF sob o nº 162.249.141-68 servidora efetiva no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, Classe "C", Nível "08", lotada na Secretaria de Saúde, matriculada sob nº 1516, com carga horária de 40 horas semanais; contando com **21 anos, 10 meses e 08 dias** de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculado pela média aritmética simples**, conforme processo administrativo do **MIRASSOL-PREVI**, n.º **2021.02.00004P, a partir de 01 de março de 2021,** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Mirassol D'Oeste/MT, 04 de março de 2021.

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

Diretor Executivo do MIRASSOL-PREVI

Homologo:

HECTOR ALVARES BEZERRA

PREFEITO MUNICIPAL

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 007

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 003

No dia 03 de Março de 2021, no(a) SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT , inscrito(a) no CNPJ

07.745.657/0001-27, com sede à RUA RICARDO DRUZIAN GALLO n° 167 CEP 78280-000 – Mirassol d'Oeste-MT neste ato legalmente representado por

Tulio Cezar Guimarães, portador do CPF n° 05106219612, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s)

da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: APPOLARI INFORMATICA LTDA CNPJ: 09.057.206/0001-22

Representante: APPOLARI INFORMATICA LTDA

Telefone: (65) 3241-5244

Email: appolari1@hotmail.com

Endereço: R 28 DE OUTUBRO, 2745 - CENTRO, Mirassol d'Oeste - MT - 78280-000

Item Descrição Qtde Unidade Marca Modelo

Preço

Unitário Valor Total

11 BOTAS PVC IMPERMEÁVEL

CANO MÉDIO N°42

4,00 PAR BRACOL PVC CANO MEDIO R$

43,00

R$172,00

12 BOTAS PVC IMPERMEÁVEL

CANO MÉDIO N°43

4,00 PAR BRACOL PVC CANO MEDIO R$

43,00

R$172,00

13 BOTAS PVC IMPERMEÁVEL

CANO MÉDIO N°44

4,00 PAR BRACOL PVC CANO MEDIO R$

43,00

R$172,00

21 BOTINA DE SEGURANÇA PRETA

CONFECCIONADA EM COURO,

FECHAMENTO EM ELÁSTICO

LATERAIS, SOLADO EM PU

BIDENSIDADE N°38

20,00 PAR CRIVAL EM COURO, FECHAMENTO EM

ELÁSTICO LATERAIS, SOLADO EM PU

BIDENSIDADE

R$

49,00

R$980,00

22 BOTINA DE SEGURANÇA PRETA

CONFECCIONADA EM COURO,

FECHAMENTO EM ELÁSTICO

LATERAIS, SOLADO EM PU

BIDENSIDADE N°39

20,00 PAR CRIVAL EM COURO, FECHAMENTO EM

ELÁSTICO LATERAIS, SOLADO EM PU

BIDENSIDADE

R$

49,00

R$980,00

71 LUVA DE VAQUETA 150,00 UNIDADE COUROS

& CIA

LUVA DE VAQUETA R$

14,90

R$2.235,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de

Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até 03/03/2022 , a contar do dia 03/03/2021 .

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT

07.745.657/0001-27

03/03/2021 LICITANET - Ata de Registro de Preço

https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 2/2

APPOLARI INFORMATICA LTDA

09.057.206/0001-22

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 010

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 003

No dia 03 de Março de 2021, no(a)

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT

, inscrito(a) no CNPJ07.745.657/0001-27, com sede à RUA RICARDO DRUZIAN GALLO n° 167 CEP 78280-000 – Mirassol d'Oeste-MT neste ato legalmente representado por

Tulio Cezar Guimarães

, portador do CPF n°

05106219612

, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s)da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: COMERCIAL VOIGT - EIRELI

CNPJ: 10.897.089/0001-94

Representante:

COMERCIAL VOIGT - EIRELI

Telefone:

(41) 3373-0048

Email:

licitacao@voigt.ind.br

Endereço:

R MAURICIO ANTONIASSI, 520 - SANTO INACIO, Curitiba - PR - 82010-550

Item

Descrição

Qtde

Unidade

Marca

Modelo

Preço Unitário

Valor Total

88

TAMPÃO DE PV

50,00

UNIDADE

VOIGT

TAMPÃO DN 600

R$ 380,00

R$19.000,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro dePreços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até

03/03/2022

, a contar do dia

03/03/2021

.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT

07.745.657/0001-27

COMERCIAL VOIGT - EIRELI

10.897.089/0001-94

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI
DECRETO Nº 3940 DE 05 DE MARÇO DE 2021

DECRETO Nº 3940 DE 05 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Previdenciário do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mirassol D´Oeste – MIRASSOL-PREVI e dá outras providências."

HECTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, **no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando o disposto no art. 1º, VI da Lei nº 9.717, de 27/11/1998; considerando o disposto nos arts. 77 e 78 da Lei Complementar nº 160 de 21/12/2016 e, considerando a realização de eleições em 03/03/2021, nos termos dos artigos supracitados;**

D E C R E T A

Artigo 1º - Ficam nomeados como membros do Conselho Previdenciário, para mandato de 02 (dois) anos, conforme designação ou eleição:

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

Masterson Felipe da Silva – Registro nº 591

Bruno Vilas Boas Panaro Leite – Registro nº 1212

REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO

Maria da Silva – Registro nº 20

Valmir Borges Virtuoso – Registro nº 04

REPRESENTANTES DOS SEGURADOS ATIVOS, INATIVOS E AUTARQUIA

Titulares:

Alenizio de Souza Gomes – Registro nº 38

Fatima Borghi Martins – segurada inativa

Juvêncio Ribeiro Nunes Junior – Registro nº 196

Valmir Ribeiro da Silva – Registro nº 332

Suplentes:

Ana Maria de Jesus Pires – Registro nº 579

Regina Lopes Marques Tomicha – Registro nº 1605

Lazaro Lucas de Souza - Registro nº 698

Artigo 2º - Os servidores acima nomeados serão regidos pela Lei Complementar nº 160/2016 e pela Lei Complementar nº 199/2020 e seus respectivos regimentos internos.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 05 de março de 2021.

Hector Alvares Bezerra

Prefeito

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO
EDITAL Nº005/2021 - COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO

SECRETARIA DE FAZENDA

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO

"E D I T A L Nº 005/2021"

NESTA DATA, PELO PRESENTE, FICA OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS, CIENTES QUE A PARTIR DESTA PUBLICAÇÃO, TERÃO O PRAZO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 24 E 25 DA LEI MUNICIPAL DE Nº 1.360/2016, **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, PARA LIMPEZA DOS TERRENOS CONSTANTES NOS AUTOS DE INFRAÇÕES ANEXOS, LAVRADOS EM DESFAVOR DOS MESMOS, APÓS DENÚNCIAS ANÔNIMAS VIA OUVIDORIA MUNICIPAL, TENDO EM VISTA QUE FORA CONSTATADO **IN-LOCO,** PELA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL, INFRINGÊNCIA AO ARTIGO 11 DA LC Nº 1.360/2016, EM CONSONÂNCIA COM A LC DE Nº 001/1990 - CÓDIGO DE POSTURAS.

O NÃO CUMPRIMENTO DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO, IMPLICARÁ NAS PENALIDADES CONSTANTES NOS ARTIGOS 22, 26 E/OU 25 § ÚNICO DA LC Nº 1.360/2016, INICIAL DE **5 (UFM)** - UNIDADE FISCAL DE MIRASSOL, E NÃO SENDO ATENDIDAS AS EXIGÊNCIAS, APÓS A PLICADA A MULTA INICIAL, SUJEITAM-SE A MULTA POR REINCIDÊNCIA **10 (UFM)**, E AINDA, LANÇAMENTO DA TARIFA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA DE CAPIM EM LOTES INDIVIDUAIS (**ATÉ 375 m²**) EQUIVALENTE A **1.93 (UFM)**, CONFORME ESTABELECE A LEI MUNICIPAL DE Nº 1.591 DE 23 DE ABRIL DE 2020, ANEXO ÚNICO, SEGUE ABAIXO RELAÇÃO DAS AUTUAÇÕES:

AUTO DE INFRAÇÃO Nº60/2021- L: 05 DA Q: E - JD DAS FLORES III - JOÃO BATISTA DOS SANTOS;

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 63/2021- L: 05 DA Q: 20 - RES. INTERLAGOS - CARLOS CAMPOS DOS SANTOS;

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 64/2021- L: 06 DA Q: 20 - RES. INTERLAGOS - CARLOS CAMPOS DOS SANTOS;

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 65/2021- L: 23 DA Q: G - JD DAS FLORES III - GENIVALDO F. DO NASCIMENTO;

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 66/2021- L: 12 DA Q: G - JD DAS FLORES III - RONEY LEAL COSTA MONÇÃO;

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70/2021- L: 16 DA Q: F - JD DAS FLORES III - RAFAEL CAMILO GUERRA;

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 76/2021- L: 05 DA Q: 001 - PQ BANDEIRANTES II - ENIVALDO GOLMINI;

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO EM, 05 DE MARÇO DE 2021.

JOSÉ CARLOS ALVES MARTINS

COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO

Secretaria Municipal de Fazenda Coordenadoria de Fiscalização **AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA Nº 60/2021**							
ORDEM DA AÇÃO FISCALIZADORA			MOMENTO DA LAVRATURA				
PROGRAMA	MÊS/INÍCIO	MÊS/TÉRMINO	HORA	MINUTO	DIA	MÊS	ANO
"Mirassol Cidade Limpa"	02		**16**	**13**	**24**	**02**	**2021**
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE E IMÓVEL							
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA **106.047.0225.001**	NOME DO CONTRIBUINTE OU RAZÃO SOCIAL **JOÃO BATISTA DOS SANTOS BORGES**				**CPF/CNPJ** **496.277.911-72**		
TIPO **RUA**	LOGRADOURO – NOME **JOSÉ COLOMBO**		Nº **1.818**	BAIRRO –DISTRITO – SUB-DISTRITO. **JARDIM DAS FLORES III**			
MUNICÍPIO **MIRASSOL D'OESTE**		**LOTE(S)** **05**		**QUADRA** **E**		CEP **78.280-000**	
Descrição das Infrações							
Considerando a ampla divulgação, com equipamento de som volante, bem como, os demais meios de divulgação; inclusive inúmeras reclamações de terceiros via denúncias anônimas, dando conta de que no referido bairro/rua/avenida consta(m) inúmeros terrenos baldios, que estão constantemente coberto com matagal, depósito de lixos e outros; Nos termos do artigo 1º parágrafo único e incisos I, II, III e IV, artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, no poder de Polícia que é concedido ao município; Conforme vistoria ***in loco*** realizada no imóvel mencionado, na data de 24/02/2021 às 11hs:24min (**foto 02 anexa**), nós fiscais municipais, constatamos que o imóvel autuado se encontra totalmente em desacordo com o disposto no artigo 11 da mesma lei, em estado de abandono e oferecendo riscos aos moradores vizinhos; Considerando a solicitação do **Ministério Público**, e **C.I da administração municipal**, exigindo a fiscalização periódica para limpeza dos terrenos na zona urbana, em detrimento da legislação existente; e que a atuação fiscal visa também, combate a proliferação de mosquito e outros animais transmissores de doenças em terrenos; Fica os responsáveis, proprietários e/ou adquirentes, autuados, cientes que o não cumprimento do prazo abaixo estipulado, implicará no lançamento da multa inicial, abaixo discriminada, devendo os responsáveis **manter periodicamente limpos os imóveis**, *não sendo aceito simplesmente roçagem mecânica*							

ou manual, veneno etc.., uma vez que esses procedimentos não inibem a proliferação de mosquitos e insetos peçonhentos como, cobras, escorpiões, ratos e outros tipos de animais;
Dessa forma, de acordo com a legislação em vigor, lavramos o presente **auto de infração** em **2 (duas) vias de igual teor**, assinadas por nós e pelo contribuinte ou seu representante legal, ficando em seu poder uma via e outra na Coordenadoria de Fiscalização.

Classificação das Infrações
Lei nº 1.360 de 10 de março de 2016.

Art. 22 inciso I alíneas "a", "b", "c" e "d"	**Art. 26 incisos I,II,III e IV**
1 – (**X**) **Leve**: Com mato e/ou sujeiras diversas;	05 UFM.s - **R$ 586,00**
2 – ( ) **Médio:** Com mato e/ou 01 a 02 focos no mesmo imóvel;	10 UFM.s - **R$ 1.172,00**
3 – ( ) **Grave:** Com mato e/ou 03 a 04 focos no mesmo imóvel;	15 UFM.s - **R$ 1.758,00**
4 – ( ) **Gravíssima**: Com mato e/ou 05 focos ou mais no mesmo imóvel, piscina ou caixa d'água e outros;	20 UFM.s - **R$ 2.344,00**

DESCRIÇÃO DA MULTA

LEI OU DECRETO	ARTIGO(S)	INCISOS	ALINEA	%	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA MULTA INICIAL
LEI Nº 1.360/2016	22 e 26 e/ou 25 § único	I	"a"		***05 UFMs***	**R$ - 586,00**

Enquadramento do fato gerador da Multa

1ª VISTORIA	**2ª VISTORIA (reincidência)**
Data: 24/02/2021. 11h:24min **(X) - Art. 24 § único**	Data: / /2021. ___h:___min **( ) - Art. 25 § único**

Total da Multa

Sem reincidência	**Reincidência**
R$: **586,00** (**Quinhentos e oitenta e seis reais)**	R$: **1.172,00** (M**il cento e setenta e dois reais)**

INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte acima identificado, notificado da presente autuação fiscal, por descumprimento ao artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, para que no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas úteis,** a contar do recebimento deste, providencie a limpeza do referido lote.
O não cumprimento a presente autuação dentro do prazo estabelecido em lei, sujeita-se a **multa em dobro por (reincidência)** sem prejuízo das demais aplicadas anteriormente, devendo-as, serem recolhidas aos cofres do município em **15 (quinze) dias**, nos termos dos parágrafos 4º, 5º e 6º da mesma lei.

AMPLA DEFESA

Conforme **Art. 28** da Lei nº 1.360/2016, fica concedido prazo de **5 (cinco) dias** após recebimento, para apresentar defesa contra o auto de infração.

FISCAIS AUTUANTES

NOME	**MATRICULA/PORTARIA**	**CARIMBO E ASSINATURA**
JOSÉ CARLOS ALVES MARTINS	Mat. 4686 e Portaria nº 172/2018	
CRISTIANO JOSÉ DE OLIVEIRA	Mat. 1103 e Portaria nº 098/2016	
CLÁUDIO R. D. NUNES	Mat. 3992 e Portaria nº 047/2006	

Secretaria Municipal de Fazenda
Coordenadoria de Fiscalização
AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA Nº 63/2021

ORDEM DA AÇÃO FISCALIZADORA			MOMENTO DA LAVRATURA				
PROGRAMA	MÊS/INÍCIO	MÊS/TÉRMINO	HORA	MINUTO	DIA	MÊS	ANO
"Mirassol Cidade Limpa"	02		**16**	**59**	**26**	**02**	**2021**

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE E IMÓVEL

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	NOME DO CONTRIBUINTE OU RAZÃO SOCIAL	**CPF/CNPJ**
101.193.0216.001	**CARLOS CAMPOS DOS SANTOS**	**970.715.521-34**

TIPO	LOGRADOURO – NOME	Nº	BAIRRO –DISTRITO – SUB-DISTRITO.
RUA	**JOÃO PONCE DE ARRUDA**	**390**	**RESIDENCIAL INTERLAGOS**

MUNICÍPIO	**LOTE(S)**	**QUADRA**	CEP
MIRASSOL D'OESTE	**06**	**020**	**78.280-000**

Descrição das Infrações

Considerando a ampla divulgação, com equipamento de som volante, bem como, os demais meios de divulgação; inclusive inúmeras reclamações de terceiros via denúncias anônimas ouvidoria de **nº 36/2021**, dando conta de que no referido bairro/rua/avenida consta(m) inúmeros terrenos baldios, que estão constantemente coberto com matagal, depósito de lixos e outros;
Nos termos do artigo 1º parágrafo único e incisos I, II, III e IV, artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, no poder de Polícia que é concedido ao município;
Conforme vistoria ***in loco*** realizada no imóvel mencionado, na data de 26/02/2021 às 11hs:12min (**foto 02 anexa**), nós fiscais municipais, constatamos que o imóvel autuado se encontra totalmente em desacordo com o disposto no artigo 11 da mesma lei, em estado de abandono e oferecendo riscos aos moradores vizinhos;
Considerando a solicitação do **Ministério Público**, e **C.I da administração municipal**, exigindo a fiscalização periódica para limpeza dos terrenos na zona urbana, em detrimento da legislação existente; e que a atuação fiscal visa também, combate a proliferação de mosquito e outros animais transmissores de doenças em terrenos;
Fica os responsáveis, proprietários e/ou adquirentes, autuados, cientes que o não cumprimento do prazo abaixo estipulado, implicará no lançamento da multa inicial, abaixo discriminada, devendo os responsáveis **manter periodicamente limpos os imóveis**, *não sendo aceito simplesmente roçagem mecânica ou manual, veneno* etc.., uma vez que esses procedimentos não inibem a proliferação de mosquitos e insetos peçonhentos como, cobras, escorpiões, ratos e outros tipos de animais;
Dessa forma, de acordo com a legislação em vigor, lavramos o presente **auto de infração** em **2 (duas) vias de igual teor**, assinadas por nós e pelo contribuinte ou seu representante legal, ficando em seu poder uma via e outra na Coordenadoria de Fiscalização.

Classificação das Infrações
Lei nº 1.360 de 10 de março de 2016.

Art. 22 inciso I alíneas "a", "b", "c" e "d"	**Art. 26 incisos I,II,III e IV**
1 – (**X**) **Leve**: Com mato e/ou sujeiras diversas;	05 UFM.s - **R$ 586,00**
2 – ( ) **Médio:** Com mato e/ou 01 a 02 focos no mesmo imóvel;	10 UFM.s - **R$ 1.172,00**
3 – ( ) **Grave:** Com mato e/ou 03 a 04 focos no mesmo imóvel;	15 UFM.s - **R$ 1.758,00**
4 – ( ) **Gravíssima**: Com mato e/ou 05 focos ou mais no mesmo imóvel, piscina ou caixa d'água e outros;	20 UFM.s - **R$ 2.344,00**

DESCRIÇÃO DA MULTA

LEI OU DECRETO	ARTIGO(S)	INCISOS	ALINEA	%	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA MULTA INICIAL

LEI Nº 1.360/2016	22 e 26 e/ou 25 § único	I	"a"		***05 UFMs***	**R$ - 586,00**

Enquadramento do fato gerador da Multa

1ª VISTORIA	**2ª VISTORIA (reincidência)**
Data: 26/02/2021. 11h:12min **(X) - Art. 24 § único**	Data: / /2021. ___h:___min **( ) - Art. 25 § único**

Total da Multa

Sem reincidência	**Reincidência**
R$: **586,00** (**Quinhentos e oitenta e seis reais**)	R$: **1.172,00** (**Mil cento e setenta e dois reais**)

INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte acima identificado, notificado da presente autuação fiscal, por descumprimento ao artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, para que no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas úteis,** a contar do recebimento deste, providencie a limpeza do referido lote.
O não cumprimento a presente autuação dentro do prazo estabelecido em lei, sujeita-se a **multa em dobro por (reincidência)** sem prejuízo das demais aplicadas anteriormente, devendo-as, serem recolhidas aos cofres do município em **15 (quinze) dias**, nos termos dos parágrafos 4º, 5º e 6º da mesma lei.

AMPLA DEFESA

Conforme **Art. 28** da Lei nº 1.360/2016, fica concedido prazo de **5 (cinco) dias** após recebimento, para apresentar defesa contra o auto de infração.

FISCAIS AUTUANTES

NOME	**MATRICULA/PORTARIA**	**CARIMBO E ASSINATURA**
JOSÉ CARLOS ALVES MARTINS	Mat. 4686 e Portaria nº 172/2018	
CRISTIANO JOSÉ DE OLIVEIRA	Mat. 1103 e Portaria nº 098/2016	
CLÁUDIO R. D. NUNES	Mat. 3992 e Portaria nº 047/2006	

Secretaria Municipal de Fazenda
Coordenadoria de Fiscalização
AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA Nº 64/2021

ORDEM DA AÇÃO FISCALIZADORA			MOMENTO DA LAVRATURA				
PROGRAMA	MÊS/INÍCIO	MÊS/TÉRMINO	HORA	MINUTO	DIA	MÊS	ANO
"Mirassol Cidade Limpa"	02		**17**	**00**	**26**	**02**	**2021**

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE E IMÓVEL

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	NOME DO CONTRIBUINTE OU RAZÃO SOCIAL	**CPF/CNPJ**
101.193.0204.001	**CARLOS CAMPOS DOS SANTOS**	**970.715.521-34**

TIPO	LOGRADOURO – NOME	Nº	BAIRRO –DISTRITO – SUB-DISTRITO.
RUA	**JOÃO PONCE DE ARRUDA**	**378**	**RESIDENCIAL INTERLAGOS**

MUNICÍPIO	**LOTE(S)**	**QUADRA**	CEP
MIRASSOL D'OESTE	**05**	**020**	**78.280-000**

Descrição das Infrações

Considerando a ampla divulgação, com equipamento de som volante, bem como, os demais meios de divulgação; inclusive inúmeras reclamações de terceiros via denúncias anônimas ouvidoria de **nº 36/2021**, dando conta de que no referido bairro/rua/avenida consta(m) inúmeros terrenos baldios, que estão constantemente coberto com matagal, depósito de lixos e outros;
Nos termos do artigo 1º parágrafo único e incisos I, II, III e IV, artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, no poder de Polícia que é concedido ao município;
Conforme vistoria ***in loco*** realizada no imóvel mencionado, na data de 26/02/2021 às 11hs:10min (**foto 01 anexa**), nós fiscais municipais, constatamos que o imóvel autuado se encontra totalmente em desacordo com o disposto no artigo 11 da mesma lei, em estado de abandono e oferecendo riscos aos moradores vizinhos;
Considerando a solicitação do **Ministério Público**, e **C.I da administração municipal**, exigindo a fiscalização periódica para limpeza dos terrenos na zona urbana, em detrimento da legislação existente; e que a atuação fiscal visa também, combate a proliferação de mosquito e outros animais transmissores de doenças em terrenos;
Fica os responsáveis, proprietários e/ou adquirentes, autuados, cientes que o não cumprimento do prazo abaixo estipulado, implicará no lançamento da multa inicial, abaixo discriminada, devendo os responsáveis **manter periodicamente limpos os imóveis**, *não sendo aceito simplesmente roçagem mecânica ou manual, veneno* etc.., uma vez que esses procedimentos não inibem a proliferação de mosquitos e insetos peçonhentos como, cobras, escorpiões, ratos e outros tipos de animais;
Dessa forma, de acordo com a legislação em vigor, lavramos o presente **auto de infração** em **2 (duas) vias de igual teor**, assinadas por nós e pelo contribuinte ou seu representante legal, ficando em seu poder uma via e outra na Coordenadoria de Fiscalização.

Classificação das Infrações
Lei nº 1.360 de 10 de março de 2016.

Art. 22 inciso I alíneas "a", "b", "c" e "d"	**Art. 26 incisos I,II,III e IV**
1 – (**X**) **Leve**: Com mato e/ou sujeiras diversas;	05 UFM.s - **R$ 586,00**
2 – ( ) **Médio:** Com mato e/ou 01 a 02 focos no mesmo imóvel;	10 UFM.s - **R$ 1.172,00**
3 – ( ) **Grave:** Com mato e/ou 03 a 04 focos no mesmo imóvel;	15 UFM.s - **R$ 1.758,00**
4 – ( ) **Gravíssima**: Com mato e/ou 05 focos ou mais no mesmo imóvel, piscina ou caixa d'água e outros;	20 UFM.s - **R$ 2.344,00**

DESCRIÇÃO DA MULTA

LEI OU DECRETO	ARTIGO(S)	INCISOS	ALINEA	%	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA MULTA INICIAL
LEI Nº 1.360/2016	22 e 26 e/ou 25 § único	I	"a"		***05 UFMs***	**R$ - 586,00**

Enquadramento do fato gerador da Multa

1ª VISTORIA	**2ª VISTORIA (reincidência)**
Data: 26/02/2021. 11h:10min **(X) - Art. 24 § único**	Data: / /2021. ___h:___min **( ) - Art. 25 § único**

Total da Multa

Sem reincidência	**Reincidência**
R$: **586,00** (**Quinhentos e oitenta e seis reais**)	R$: **1.172,00** (**Mil cento e setenta e dois reais**)

INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte acima identificado, notificado da presente autuação fiscal, por descumprimento ao artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, para que no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas úteis,** a contar do recebimento deste, providencie a limpeza do referido lote.

O não cumprimento a presente autuação dentro do prazo estabelecido em lei, sujeita-se a **multa em dobro por (reincidência)** sem prejuízo das demais aplicadas anteriormente, devendo-as, serem recolhidas aos cofres do município em **15 (quinze) dias**, nos termos dos parágrafos 4º, 5º e 6º da mesma lei.

AMPLA DEFESA

Conforme **Art. 28** da Lei nº 1.360/2016, fica concedido prazo de **5 (cinco) dias** após recebimento, para apresentar defesa contra o auto de infração.

FISCAIS AUTUANTES

NOME	MATRICULA/PORTARIA	CARIMBO E ASSINATURA
JOSÉ CARLOS ALVES MARTINS	Mat. 4686 e Portaria nº 172/2018	
CRISTIANO JOSÉ DE OLIVEIRA	Mat. 1103 e Portaria nº 098/2016	
CLÁUDIO R. D. NUNES	Mat. 3992 e Portaria nº 047/2006	

Secretaria Municipal de Fazenda
Coordenadoria de Fiscalização
AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA Nº 65/2021

ORDEM DA AÇÃO FISCALIZADORA			MOMENTO DA LAVRATURA				
PROGRAMA	MÊS/INÍCIO	MÊS/TÉRMINO	HORA	MINUTO	DIA	MÊS	ANO
"Mirassol Cidade Limpa"	02		**17**	**26**	**26**	**02**	**2021**

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE E IMÓVEL

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	NOME DO CONTRIBUINTE OU RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
106.045.0420.001	**GENIVALDO FLORES DO NASCIMENTO**	**000.197.031-39**

TIPO	LOGRADOURO – NOME	Nº	BAIRRO –DISTRITO – SUB-DISTRITO.
RUA /AV	**TEREZINHA ZIMERMANN**	**1937**	**JARDIM DAS FLORES III**

MUNICÍPIO	LOTE(S)	QUADRA	CEP
MIRASSOL D'OESTE	**23**	**G**	**78.280-000**

Descrição das Infrações

Considerando a ampla divulgação, com equipamento de som volante, bem como, os demais meios de divulgação; inclusive inúmeras reclamações de terceiros via denúncias anônimas ouvidoria, dando conta de que no referido bairro/rua/avenida consta(m) inúmeros terrenos baldios, que estão constantemente coberto com matagal, depósito de lixos e outros;
Nos termos do artigo 1º parágrafo único e incisos I, II, III e IV, artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, no poder de Polícia que é concedido ao município;
Conforme vistoria ***in loco*** realizada no imóvel mencionado, na data de 25/02/2021 às 09hs:39min (**foto 05 anexa**), nós fiscais municipais, constatamos que o imóvel autuado se encontra totalmente em desacordo com o disposto no artigo 11 da mesma lei, em estado de abandono e oferecendo riscos aos moradores vizinhos;
Considerando a solicitação do **Ministério Público**, e **C.I da administração municipal**, exigindo a fiscalização periódica para limpeza dos terrenos na zona urbana, em detrimento da legislação existente; e que a atuação fiscal visa também, combate a proliferação de mosquito e outros animais transmissores de doenças em terrenos;
Fica os responsáveis, proprietários e/ou adquirentes, autuados, cientes que o não cumprimento do prazo abaixo estipulado, implicará no lançamento da multa inicial, abaixo discriminada, devendo os responsáveis **manter periodicamente limpos os imóveis**, *não sendo aceito simplesmente roçagem mecânica ou manual, veneno* etc.., uma vez que esses procedimentos não inibem a proliferação de mosquitos e insetos peçonhentos como, cobras, escorpiões, ratos e outros tipos de animais;
Dessa forma, de acordo com a legislação em vigor, lavramos o presente **auto de infração** em **2 (duas) vias de igual teor**, assinadas por nós e pelo contribuinte ou seu representante legal, ficando em seu poder uma via e outra na Coordenadoria de Fiscalização.

Classificação das Infrações
Lei nº 1.360 de 10 de março de 2016.

Art. 22 inciso I alíneas "a", "b", "c" e "d"	**Art. 26 incisos I,II,III e IV**
1 – (**X**) **Leve**: Com mato e/ou sujeiras diversas;	05 UFM.s - **R$ 586,00**
2 – ( ) **Médio:** Com mato e/ou 01 a 02 focos no mesmo imóvel;	10 UFM.s - **R$ 1.172,00**
3 – ( ) **Grave:** Com mato e/ou 03 a 04 focos no mesmo imóvel;	15 UFM.s - **R$ 1.758,00**
4 – ( ) **Gravíssima**: Com mato e/ou 05 focos ou mais no mesmo imóvel, piscina ou caixa d'água e outros;	20 UFM.s - **R$ 2.344,00**

DESCRIÇÃO DA MULTA

LEI OU DECRETO	ARTIGO(S)	INCISOS	ALINEA	%	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA MULTA INICIAL
LEI Nº 1.360/2016	22 e 26 e/ou 25 § único	I	"a"		***05 UFMs***	**R$ - 586,00**

Enquadramento do fato gerador da Multa

1ª VISTORIA	**2ª VISTORIA (reincidência)**
Data: 25/02/2021. 09h:39min **(X) - Art. 24 § único**	Data: / /2021. ___h:___min **( ) - Art. 25 § único**

Total da Multa

Sem reincidência	**Reincidência**
R$: **586,00** (**Quinhentos e oitenta e seis reais)**	R$: **1.172,00** (M**il cento e setenta e dois reais)**

INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte acima identificado, notificado da presente autuação fiscal, por descumprimento ao artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, para que no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas úteis**, a contar do recebimento deste, providencie a limpeza do referido lote.
O não cumprimento a presente autuação dentro do prazo estabelecido em lei, sujeita-se a **multa em dobro por (reincidência)** sem prejuízo das demais aplicadas anteriormente, devendo-as, serem recolhidas aos cofres do município em **15 (quinze) dias**, nos termos dos parágrafos 4º, 5º e 6º da mesma lei.

AMPLA DEFESA

Conforme **Art. 28** da Lei nº 1.360/2016, fica concedido prazo de **5 (cinco) dias** após recebimento, para apresentar defesa contra o auto de infração.

FISCAIS AUTUANTES

NOME	MATRICULA/PORTARIA	CARIMBO E ASSINATURA
JOSÉ CARLOS ALVES MARTINS	Mat. 4686 e Portaria nº 172/2018	
CRISTIANO JOSÉ DE OLIVEIRA	Mat. 1103 e Portaria nº 098/2016	
CLÁUDIO R. D. NUNES	Mat. 3992 e Portaria nº 047/2006	

Secretaria Municipal de Fazenda
Coordenadoria de Fiscalização
AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA Nº 66/2021

ORDEM DA AÇÃO FISCALIZADORA			MOMENTO DA LAVRATURA				
PROGRAMA	MÊS/INÍCIO	MÊS/TÉRMINO	HORA	MINUTO	DIA	MÊS	ANO
"Mirassol Cidade Limpa"	02		**18**	**11**	**26**	**02**	**2021**

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE E IMÓVEL

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	NOME DO CONTRIBUINTE OU RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
106.045.0090.001	**RONEY LEAL COSTA MONÇÃO**	**060.185.926-06**

TIPO	LOGRADOURO – NOME	Nº	BAIRRO –DISTRITO – SUB-DISTRITO.
RUA	**MANOEL GONÇALVES DE CASTRO**	**3.801**	**JARDIM DAS FLORES III**

MUNICÍPIO	LOTE(S)	QUADRA	CEP
MIRASSOL D'OESTE	**12**	**G**	**78.280-000**

Descrição das Infrações

Considerando a ampla divulgação, com equipamento de som volante, bem como, os demais meios de divulgação; inclusive inúmeras reclamações de terceiros via denúncias anônimas ouvidoria, dando conta de que no referido bairro/rua/avenida consta(m) inúmeros terrenos baldios, que estão constantemente coberto com matagal, depósito de lixos e outros;
Nos termos do artigo 1º parágrafo único e incisos I, II, III e IV, artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, no poder de Polícia que é concedido ao município;
Conforme vistoria ***in loco*** realizada no imóvel mencionado, na data de 25/02/2021 às 09hs:52min (**foto 08 anexa**), nós fiscais municipais, constatamos que o imóvel autuado se encontra totalmente em desacordo com o disposto no artigo 11 da mesma lei, em estado de abandono e oferecendo riscos aos moradores vizinhos;
Considerando a solicitação do **Ministério Público**, e **C.I da administração municipal**, exigindo a fiscalização periódica para limpeza dos terrenos na zona urbana, em detrimento da legislação existente; e que a atuação fiscal visa também, combate a proliferação de mosquito e outros animais transmissores de doenças em terrenos;
Fica os responsáveis, proprietários e/ou adquirentes, autuados, cientes que o não cumprimento do prazo abaixo estipulado, implicará no lançamento da multa inicial, abaixo discriminada, devendo os responsáveis **manter periodicamente limpos os imóveis**, *não sendo aceito simplesmente roçagem mecânica ou manual, veneno* etc.., uma vez que esses procedimentos não inibem a proliferação de mosquitos e insetos peçonhentos como, cobras, escorpiões, ratos e outros tipos de animais;
Dessa forma, de acordo com a legislação em vigor, lavramos o presente **auto de infração** em **2 (duas) vias de igual teor**, assinadas por nós e pelo contribuinte ou seu representante legal, ficando em seu poder uma via e outra na Coordenadoria de Fiscalização.

Classificação das Infrações
Lei nº 1.360 de 10 de março de 2016.

Art. 22 inciso I alíneas "a", "b", "c" e "d"	**Art. 26 incisos I,II,III e IV**
1 – (**X**) **Leve**: Com mato e/ou sujeiras diversas;	05 UFM.s - **R$ 586,00**
2 – ( ) **Médio:** Com mato e/ou 01 a 02 focos no mesmo imóvel;	10 UFM.s - **R$ 1.172,00**
3 – ( ) **Grave:** Com mato e/ou 03 a 04 focos no mesmo imóvel;	15 UFM.s - **R$ 1.758,00**
4 – ( ) **Gravíssima**: Com mato e/ou 05 focos ou mais no mesmo imóvel, piscina ou caixa d'água e outros;	20 UFM.s - **R$ 2.344,00**

DESCRIÇÃO DA MULTA

LEI OU DECRETO	ARTIGO(S)	INCISOS	ALINEA	%	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA MULTA INICIAL
LEI Nº 1.360/2016	22 e 26 e/ou 25 § único	I	"a"		***05 UFMs***	**R$ - 586,00**

Enquadramento do fato gerador da Multa

1ª VISTORIA	**2ª VISTORIA (reincidência)**
Data: 25/02/2021. 09h:52min **(X) - Art. 24 § único**	Data: / /2021. ___h:___min **( ) - Art. 25 § único**

Total da Multa

Sem reincidência	**Reincidência**
R$: **586,00 (Quinhentos e oitenta e seis reais)**	R$: **1.172,00** (M**il cento e setenta e dois reais)**

INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte acima identificado, notificado da presente autuação fiscal, por descumprimento ao artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, para que no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas úteis,** a contar do recebimento deste, providencie a limpeza do referido lote.
O não cumprimento a presente autuação dentro do prazo estabelecido em lei, sujeita-se a **multa em dobro por (reincidência)** sem prejuízo das demais aplicadas anteriormente, devendo-as, serem recolhidas aos cofres do município em **15 (quinze) dias**, nos termos dos parágrafos 4º, 5º e 6º da mesma lei.

AMPLA DEFESA

Conforme **Art. 28** da Lei nº 1.360/2016, fica concedido prazo de **5 (cinco) dias** após recebimento, para apresentar defesa contra o auto de infração.

FISCAIS AUTUANTES

NOME	**MATRICULA/PORTARIA**	**CARIMBO E ASSINATURA**
JOSÉ CARLOS ALVES MARTINS	Mat. 4686 e Portaria nº 172/2018	
CRISTIANO JOSÉ DE OLIVEIRA	Mat. 1103 e Portaria nº 098/2016	
CLÁUDIO R. D. NUNES	Mat. 3992 e Portaria nº 047/2006	

Secretaria Municipal de Fazenda
Coordenadoria de Fiscalização
AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA Nº 70/2021

ORDEM DA AÇÃO FISCALIZADORA			MOMENTO DA LAVRATURA				
PROGRAMA	MÊS/INÍCIO	MÊS/TÉRMINO	HORA	MINUTO	DIA	MÊS	ANO
"Mirassol Cidade Limpa"	02		**18**	**24**	**26**	**02**	**2021**

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE E IMÓVEL

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	NOME DO CONTRIBUINTE OU RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
106.046.0045.001	**RAFAEL CAMILO GUERRA**	**044.256.311-61**

TIPO	LOGRADOURO – NOME	Nº	BAIRRO –DISTRITO – SUB-DISTRITO.
RUA	**MARIANA ALVES DO PRADO**	**3.857**	**JARDIM DAS FLORES III**

MUNICÍPIO	LOTE(S)	QUADRA	CEP
MIRASSOL D'OESTE	**16**	**F**	**78.280-000**

Descrição das Infrações

Considerando a ampla divulgação, com equipamento de som volante, bem como, os demais meios de divulgação; inclusive inúmeras reclamações de terceiros via denúncias anônimas ouvidoria, dando conta de que no referido bairro/rua/avenida consta(m) inúmeros terrenos baldios, que estão constantemente coberto com matagal, depósito de lixos e outros;
Nos termos do artigo 1º parágrafo único e incisos I, II, III e IV, artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, no poder de Polícia que é concedido ao município;

Conforme vistoria ***in loco*** realizada no imóvel mencionado, na data de 25/02/2021 às 10hs:04min (**foto 12 anexa**), nós fiscais municipais, constatamos que o imóvel autuado se encontra totalmente em desacordo com o disposto no artigo 11 da mesma lei, em estado de abandono e oferecendo riscos aos moradores vizinhos;
Considerando a solicitação do **Ministério Público**, e **C.I da administração municipal**, exigindo a fiscalização periódica para limpeza dos terrenos na zona urbana, em detrimento da legislação existente; e que a atuação fiscal visa também, combate a proliferação de mosquito e outros animais transmissores de doenças em terrenos;
Fica os responsáveis, proprietários e/ou adquirentes, autuados, cientes que o não cumprimento do prazo abaixo estipulado, implicará no lançamento da multa inicial, abaixo discriminada, devendo os responsáveis **manter periodicamente limpos os imóveis**, *não sendo aceito simplesmente roçagem mecânica ou manual, veneno* etc.., uma vez que esses procedimentos não inibem a proliferação de mosquitos e insetos peçonhentos como, cobras, escorpiões, ratos e outros tipos de animais;
Dessa forma, de acordo com a legislação em vigor, lavramos o presente **auto de infração** em **2 (duas) vias de igual teor**, assinadas por nós e pelo contribuinte ou seu representante legal, ficando em seu poder uma via e outra na Coordenadoria de Fiscalização.

Classificação das Infrações
Lei nº 1.360 de 10 de março de 2016.

Art. 22 inciso I alíneas "a", "b", "c" e "d"	**Art. 26 incisos I,II,III e IV**
1 – (**X**) **Leve**: Com mato e/ou sujeiras diversas;	05 UFM.s - **R$ 586,00**
2 – ( ) **Médio:** Com mato e/ou 01 a 02 focos no mesmo imóvel;	10 UFM.s - **R$ 1.172,00**
3 – ( ) **Grave:** Com mato e/ou 03 a 04 focos no mesmo imóvel;	15 UFM.s - **R$ 1.758,00**
4 – ( ) **Gravíssima**: Com mato e/ou 05 focos ou mais no mesmo imóvel, piscina ou caixa d'água e outros;	20 UFM.s - **R$ 2.344,00**

DESCRIÇÃO DA MULTA

LEI OU DECRETO	ARTIGO(S)	INCISOS	ALINEA	%	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA MULTA INICIAL
LEI Nº 1.360/2016	22 e 26 e/ou 25 § único	I	"a"		***05 UFMs***	**R$ - 586,00**

Enquadramento do fato gerador da Multa

1ª VISTORIA	**2ª VISTORIA (reincidência)**
Data: 25/02/2021. 10h:04min **(X) - Art. 24 § único**	Data: / /2021. ___h:___min **( ) - Art. 25 § único**

Total da Multa

Sem reincidência	**Reincidência**
R$: **586,00** (**Quinhentos e oitenta e seis reais**)	R$: **1.172,00** (M**il cento e setenta e dois reais**)

INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte acima identificado, notificado da presente autuação fiscal, por descumprimento ao artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, para que no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas úteis,** a contar do recebimento deste, providencie a limpeza do referido lote.
O não cumprimento a presente autuação dentro do prazo estabelecido em lei, sujeita-se a **multa em dobro por (reincidência)** sem prejuízo das demais aplicadas anteriormente, devendo-as, serem recolhidas aos cofres do município em **15 (quinze) dias**, nos termos dos parágrafos 4º, 5º e 6º da mesma lei.

AMPLA DEFESA

Conforme **Art. 28** da Lei nº 1.360/2016, fica concedido prazo de **5 (cinco) dias** após recebimento, para apresentar defesa contra o auto de infração.

FISCAIS AUTUANTES

NOME	**MATRICULA/PORTARIA**	**CARIMBO E ASSINATURA**
JOSÉ CARLOS ALVES MARTINS	Mat. 4686 e Portaria nº 172/2018	
CRISTIANO JOSÉ DE OLIVEIRA	Mat. 1103 e Portaria nº 098/2016	
CLÁUDIO R. D. NUNES	Mat. 3992 e Portaria nº 047/2006	

Secretaria Municipal de Fazenda
Coordenadoria de Fiscalização
AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA Nº 76/2021

ORDEM DA AÇÃO FISCALIZADORA			MOMENTO DA LAVRATURA				
PROGRAMA	MÊS/INÍCIO	MÊS/TÉRMINO	HORA	MINUTO	DIA	MÊS	ANO
"Mirassol Cidade Limpa"	02		**19**	**21**	**26**	**02**	**2021**

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE E IMÓVEL

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	NOME DO CONTRIBUINTE OU RAZÃO SOCIAL	**CPF/CNPJ**
101.169.0236.001	**ENIVALDO GOLMINI**	**522.311.941-04**

TIPO	LOGRADOURO – NOME	Nº	BAIRRO –DISTRITO – SUB-DISTRITO.
RUA	**JOSÉ ANTONIO DE CAMPOS**	**0**	**PARQUE BANDEIRANTES II**

MUNICÍPIO	**LOTE(S)**	**QUADRA**	CEP
MIRASSOL D'OESTE	**05**	**001**	**78.280-000**

Descrição das Infrações

Considerando a ampla divulgação, com equipamento de som volante, bem como, os demais meios de divulgação; inclusive inúmeras reclamações de terceiros via denúncias anônimas ouvidoria nº 32/2021, dando conta de que no referido bairro/rua/avenida consta(m) inúmeros terrenos baldios, que estão constantemente coberto com matagal, depósito de lixos e outros;
Nos termos do artigo 1º parágrafo único e incisos I, II, III e IV, artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, no poder de Polícia que é concedido ao município;
Conforme vistoria ***in loco*** realizada no imóvel mencionado, na data de 23/02/2021 às 11hs:22min (**foto 02 anexa**), nós fiscais municipais, constatamos que o imóvel autuado se encontra totalmente em desacordo com o disposto no artigo 11 da mesma lei, em estado de abandono e oferecendo riscos aos moradores vizinhos;
Considerando a solicitação do **Ministério Público**, e **C.I da administração municipal**, exigindo a fiscalização periódica para limpeza dos terrenos na zona urbana, em detrimento da legislação existente; e que a atuação fiscal visa também, combate a proliferação de mosquito e outros animais transmissores de doenças em terrenos;
Fica os responsáveis, proprietários e/ou adquirentes, autuados, cientes que o não cumprimento do prazo abaixo estipulado, implicará no lançamento da multa inicial, abaixo discriminada, devendo os responsáveis **manter periodicamente limpos os imóveis**, *não sendo aceito simplesmente roçagem mecânica ou manual, veneno* etc.., uma vez que esses procedimentos não inibem a proliferação de mosquitos e insetos peçonhentos como, cobras, escorpiões, ratos e outros tipos de animais;
Dessa forma, de acordo com a legislação em vigor, lavramos o presente **auto de infração** em **2 (duas) vias de igual teor**, assinadas por nós e pelo contribuinte ou seu representante legal, ficando em seu poder uma via e outra na Coordenadoria de Fiscalização.

Classificação das Infrações
Lei nº 1.360 de 10 de março de 2016.

Art. 22 inciso I alíneas "a", "b", "c" e "d"	**Art. 26 incisos I,II,III e IV**
1 – (**X**) **Leve**: Com mato e/ou sujeiras diversas;	05 UFM.s - **R$ 586,00**

2 – ( ) **Médio:** Com mato e/ou 01 a 02 focos no mesmo imóvel;	10 UFM.s - **R$ 1.172,00**
3 – ( ) **Grave:** Com mato e/ou 03 a 04 focos no mesmo imóvel;	15 UFM.s - **R$ 1.758,00**
4 – ( ) **Gravíssima**: Com mato e/ou 05 focos ou mais no mesmo imóvel, piscina ou caixa d'água e outros;	20 UFM.s - **R$ 2.344,00**

DESCRIÇÃO DA MULTA

LEI OU DECRETO	ARTIGO(S)	INCISOS	ALINEA	%	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA MULTA INICIAL
LEI Nº 1.360/2016	22 e 26 e/ou 25 § único	I	"a"		***05 UFMs***	**R$ - 586,00**

Enquadramento do fato gerador da Multa

1ª VISTORIA	**2ª VISTORIA (reincidência)**
Data: 23/02/2021. 11h:22min **(X) - Art. 24 § único**	Data: / /2021. ___h:___min **( ) - Art. 25 § único**

Total da Multa

Sem reincidência	**Reincidência**
R$: **586,00** (**Quinhentos e oitenta e seis reais)**	R$: **1.172,00** (M**il cento e setenta e dois reais)**

INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte acima identificado, notificado da presente autuação fiscal, por descumprimento ao artigo 2º e 11 da Lei 1.360 de 10 de março de 2016, para que no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas úteis,** a contar do recebimento deste, providencie a limpeza do referido lote.
O não cumprimento a presente autuação dentro do prazo estabelecido em lei, sujeita-se a **multa em dobro por (reincidência)** sem prejuízo das demais aplicadas anteriormente, devendo-as, serem recolhidas aos cofres do município em **15 (quinze) dias**, nos termos dos parágrafos 4º, 5º e 6º da mesma lei.

AMPLA DEFESA

Conforme **Art. 28** da Lei nº 1.360/2016, fica concedido prazo de **5 (cinco) dias** após recebimento, para apresentar defesa contra o auto de infração.

FISCAIS AUTUANTES

NOME	**MATRICULA/PORTARIA**	**CARIMBO E ASSINATURA**
JOSÉ CARLOS ALVES MARTINS	Mat. 4686 e Portaria nº 172/2018	
CRISTIANO JOSÉ DE OLIVEIRA	Mat. 1103 e Portaria nº 098/2016	
CLÁUDIO R. D. NUNES	Mat. 3992 e Portaria nº 047/2006	



PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 164/2021

PORTARIA N. 164 DE 05 DE MARÇO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, de acordo com o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016 e Lei 911 de 14 de janeiro de 2009 e alterações;

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder, 120 (cento e vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE** conforme o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016**,** para a servidora **GRACIELLY DA SILVA DIAS**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **PROFESSORA,** conforme requerimento e atestado médico.

Artigo 2° - Concede 60 (sessenta) dias de **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE** para a servidora **GRACIELLY DA SILVA DIAS**, conforme Lei Municipal n°. 911/2009.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 18/02/2021.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 05 de março de 2021.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

JKO/jder

LICITAÇÃO
ERRATA

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – RATIFICAÇÃO DE AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2021. O Prefeito comunica que na publicação no DOM n. 3.680 de 05/03/2021, pagina nº 395, ONDE SE LÊ: **"Pregão Eletrônico nº 07/2021"** LEIA-SE: "**Pregão Eletrônico nº 08/2021"**. Ficam mantidas as demais disposições da publicação. M. D' Oeste, 06/03/2021. CELIA REGINA DE MATTOS PRADO – Pregoeira. Hector Alvares Bezerra – Prefeito.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 160 DE 05 DE MARÇO DE 2021

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HECTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, LUCIENE FERREIRA LUPERINE, CPF nº 030.434.491-50 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 011/2021** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a Srª. MARINEIDE APARECIDA DO PRADO VILERÁ, CPF nº 531.786.291-49, referente ao Chamamento Público nº 001/2020 e Inexigibilidade nº 03/2020.

Art. 2º - Fica designada para substituta, nos impedimentos, a servidora Queiliane Coutinho Moura, CPF nº 030.434.491-50.

Art. 3º - Compete a fiscal ora designada as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 05 de março de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PORTARIA Nº 161 DE 05 DE MARÇO DE 2021

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HECTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, LUCIENE FERREIRA LUPERINE, CPF nº 030.434.491-50 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 012/2021** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a Srª. MARINEIDE APARECIDA DO PRADO VILERÁ, CPF nº 531.786.291-49, referente ao Chamamento Público nº 001/2020 e Inexigibilidade nº 03/2020.

Art. 2º - Fica designada para substituta, nos impedimentos, a servidora Queiliane Coutinho Moura, CPF nº 030.434.491-50.

Art. 3º - Compete a fiscal ora designada as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 05 de março de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PORTARIA Nº 162 DE 05 DE MARÇO DE 2021

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HECTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora, LUCIENE FERREIRA LUPERINE, CPF nº 030.434.491-50 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 013/2021** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e o Sr. GABIEL FAZOLO DA SILVA, CPF nº 010.957.481-81, referente ao Chamamento Público nº 001/2020 e Inexigibilidade nº 03/2020.

Art. 2º - Fica designada para substituta, nos impedimentos, a servidora Queiliane Coutinho Moura, CPF nº 030.434.491-50.

Art. 3º - Compete a fiscal ora designada as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 05 de março de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 004

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 003

No dia 03 de Março de 2021, no(a)

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT

, inscrito(a) no CNPJ07.745.657/0001-27, com sede à RUA RICARDO DRUZIAN GALLO n° 167 CEP 78280-000 – Mirassol d'Oeste-MT neste ato legalmente representado por

Tulio Cezar Guimarães

, portador do CPF n°

05106219612

, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s)da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: C. E. MACEDO - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS - EIRELI

CNPJ: 07.965.552/0001-83

Representante:

C. E. MACEDO - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS - EIRELI

Telefone:

(41) 3078-2790

Email:

vendas@cemacedo.com.br

Endereço:

R CARLOS ESSENFELDER, 1326 - BOQUEIRAO, Curitiba - PR - 81650-090

Item

Descrição

Qtde

Unidade

Marca

Modelo

Preço Unitário

Valor Total

2

ADAPTADOR PVC SOLDÁVELCURTO COM BOLSA E ROSCA,25MM X ¾", PARA ÁGUA FRIA

500,00

UNIDADE

PLASTILIT

PLASTILIT

R$ 0,60

R$300,00

5

ANEL DE VEDAÇÃO PARA PVCDEFOFO DIAMETRO DE 100 MM

160,00

UNIDADE

GIBABOR

GIBABOR

R$ 3,00

R$480,00

6

ANEL DE VEDAÇÃO PARA PVCDEFOFO DIAMETRO DE 150 MM

160,00

UNIDADE

GIBABOR

GIBABOR

R$ 4,00

R$640,00

9

BOTAS PVC IMPERMEÁVELCANO MÉDIO N°40

4,00

PAR

GENOVA

GENOVA

R$ 44,00

R$176,00

10

BOTAS PVC IMPERMEÁVELCANO MÉDIO N°41

4,00

PAR

GENOVA

GENOVA

R$ 44,00

R$176,00

14

BOTINA DE SEGURANÇA PRETACONFECCIONADA EM COURO,FECHAMENTO EM ELÁSTICOLATERAIS, SOLADO EM PUBIDENSIDADE N°36

20,00

PAR

PADOVA

PADOVA

R$ 50,00

R$1.000,00

15

BOTINA DE SEGURANÇA PRETACONFECCIONADA EM COURO,FECHAMENTO EM ELÁSTICOLATERAIS, SOLADO EM PUBIDENSIDADE N°37

20,00

PAR

PADOVA

PADOVA

R$ 50,00

R$1.000,00

16

BOTINA DE SEGURANÇA PRETACONFECCIONADA EM COURO,FECHAMENTO EM ELÁSTICOLATERAIS, SOLADO EM PUBIDENSIDADE N°40

20,00

PAR

PADOVA

PADOVA

R$ 50,00

R$1.000,00

03/03/2021 LICITANET - Ata de Registro de Preço

https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 2/4

Item

Descrição

Qtde

Unidade

Marca

Modelo

Preço Unitário

Valor Total

17

BOTINA DE SEGURANÇA PRETACONFECCIONADA EM COURO,FECHAMENTO EM ELÁSTICOLATERAIS, SOLADO EM PUBIDENSIDADE N°41

20,00

PAR

PADOVA

PADOVA

R$ 50,00

R$1.000,00

18

BOTINA DE SEGURANÇA PRETACONFECCIONADA EM COURO,FECHAMENTO EM ELÁSTICOLATERAIS, SOLADO EM PUBIDENSIDADE N°42

20,00

PAR

PADOVA

PADOVA

R$ 50,00

R$1.000,00

19

BOTINA DE SEGURANÇA PRETACONFECCIONADA EM COURO,FECHAMENTO EM ELÁSTICOLATERAIS, SOLADO EM PUBIDENSIDADE N°43

20,00

PAR

PADOVA

PADOVA

R$ 50,00

R$1.000,00

20

BOTINA DE SEGURANÇA PRETACONFECCIONADA EM COURO,FECHAMENTO EM ELÁSTICOLATERAIS, SOLADO EM PUBIDENSIDADE N°44

20,00

PAR

PADOVA

PADOVA

R$ 50,00

R$1.000,00

34

CAP PVC TIPO OCRE PARAESGOTO DN 100MM, COM ANEL

80,00

UNIDADE

C&M

C&M

R$ 9,00

R$720,00

35

CAP PVC TIPO OCRE PARAESGOTO DN 150MM, COM ANEL

80,00

UNIDADE

C&M

C&M

R$ 20,00

R$1.600,00

43

CRUZETA PVC PBA MARROMPARA AGUA FRIA 60 MM, COMANEL

10,00

UNIDADE

AMANCO

AMANCO

R$ 35,00

R$350,00

44

CURVA LONGA PVC PBAMARROM DN 100MM, COM ANEL

10,00

UNIDADE

C&M

C&M

R$ 58,00

R$580,00

45

CURVA LONGA PVC PBAMARROM DN 60MM, COM ANEL

10,00

UNIDADE

C&M

C&M

R$ 10,00

R$100,00

46

CURVA LONGA PVC PBAMARROM DN 85MM, COM ANEL

10,00

UNIDADE

C&M

C&M

R$ 30,00

R$300,00

47

DERIVAÇÃO BROCA EM PP DEACORDO COM NORMA SABESPNTS 178

1.000,00

UNIDADE

POLIERG

POLIERG

R$ 14,00

R$14.000,00

48

FITA VEDA ROSCA EM ROLOS18MMX25M COM 30 UNIDADESCADA CAIXA

2.400,00
CAIXA
MULTIFITA
MULTIFITA
R$ 2,07
R$4.968,00
50
HIDRÔMETRO MULTIJATO VAZÃONOMINAL 1,5 M³/H E DIAMETRO¾".
2.000,00
UNIDADE
SAGA
SAGA
R$ 97,00
R$194.000,00
55
KIT BISOLADOR E TESOURA
24,00
UNIDADE
METALVAX
METLAVAX
R$ 150,00
R$3.600,00
74
LUVA SOLDÁVEL E COM ROSCA(LR)
500,00
UNIDADE
PLASTILIT
PLASTILIT
R$ 0,99
R$495,00
77
NIPLE PVC, ROSCÁVEL, ¾",AGUA FRIA PREDIAL
800,00
UNIDADE
PLASTILIT
PLASTILIT
R$ 0,67
R$536,00
03/03/2021 LICITANET - Ata de Registro de Preço
https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 3/4
Item
Descrição
Qtde
Unidade
Marca
Modelo
Preço Unitário
Valor Total
79
REGISTRO 200 MM 8 FUROSCOM FRANJA
5,00
UNIDADE
AVK
AVK
R$ 1.600,00
R$8.000,00
80
REGISTRO ESFERA UNIÃO 3/4
4,00
UNIDADE
PLASTILIT
PLASTILIT
R$ 9,00
R$36,00
83
REGISTRO PVC ESFERASOLDÁVEL C/ BORBOLETADIAMETRO 60MM.
100,00
UNIDADE
PLASTILIT
PLASTILIT
R$ 29,00
R$2.900,00
87
SERRINHA.
200,00
UNIDADE
NICHOLSON
NICHOLSON
R$ 9,80
R$1.960,00
89
TARRACHA ½.
15,00
UNIDADE
MEIKON
MEIKON
R$ 26,90
R$403,50
90
TARRACHA ¾.
60,00
UNIDADE
MEIKON
MEIKON
R$ 32,90

R$1.974,00

91

TE PVC C/ROSCA 90G P/ AGUAFRIA PREDIAL 3/4

800,00

UNIDADE

PLASTILIT

PLASTILIT

R$ 1,70

R$1.360,00

95

TUBET PP CURTO ¾".

1.600,00

UNIDADE

KALTEX

KALTEX

R$ 0,30

R$480,00

96

TUBO DE FERRO FUNDIDO DE200 MM

3,00

BARRA

PAM

PAM

R$ 7.900,00

R$23.700,00

97

TUBO DE POLIETILENO DE ALTADENSIDADE, PEAD, PE-80,SABESP NTS 048, DIAMETROEXT. 20 MM X 2,3 MM DEPAREDE, P/ LIGACAO PREDIALDE AGUA, BOBINAS 100M.

4.000,00

METROS

POLIERG

POLIERG

R$ 3,30

R$13.200,00

98

TUBO DE PVC ROSCAVEL, DE 3/4(NBR 5648).

300,00

BARRAS

PLASTILIT

PLASTILIT

R$ 38,00

R$11.400,00

99

TUBO DE PVC SOLDAVEL, 25 MM(NBR-5648).

100,00

BARRAS

PLASTILIT

PLASTILIT

R$ 20,00

R$2.000,00

104

TUBO PVC DEFOFO EB-1208 P/REDE AGUA JE 1 MPA DN250MM, COM ANEL

10,00

BARRAS

MULTILIT

MULTILIT

R$ 2.000,00

R$20.000,00

105

TUBO PVC PBA 12 JE NBR 5647P/REDE AGUA DN 100/DE 110MM, COM ANEL

100,00

BARRAS

MULTILIT

MULTILIT

R$ 390,00

R$39.000,00

106

TUBO PVC PBA 12 JE NBR 5647P/REDE AGUA DN 50/DE 60 MM,COM ANEL

1.000,00

BARRAS

MULTILIT

MULTILIT

R$ 100,00

R$100.000,00

107

TUBO PVC PBA 12 JE NBR 5647P/REDE AGUA DN 75/DE 85 MM,COM ANEL

50,00

BARRAS

MULTILIT

MULTILIT

R$ 250,00

R$12.500,00

109

TUBO SOLDAVEL 50 MM

10,00

UNIDADE

PLASTILIT

PLASTILIT

R$ 100,00

R$1.000,00

111

VÁLVULA BORBOLETA 200MM

2,00

UNIDADE

GENEBRE

GENEBRE

R$ 770,00

R$1.540,00

112

VÁLVULA RETENÇÃO COMPORTINHOLA ÚNICA BOLSA EROSCA HORIZONTAL 2”

3,00

UNIDADE

DOCOL

DOCOL

R$ 210,00

R$630,00

03/03/2021 LICITANET - Ata de Registro de Preço

https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 4/4

Item

Descrição

Qtde

Unidade

Marca

Modelo

Preço Unitário

Valor Total

113

VÁLVULA RETENÇÃO COMPORTINHOLA ÚNICA BOLSA EROSCA HORIZONTAL 4”

20,00

UNIDADE

DOCOL

DOCOL

R$ 1.000,00

R$20.000,00

114

VÁLVULA RETENÇÃO PARAÁGUA PORTINHOLA DUPLADIAMETRO 150 MM

2,00

UNIDADE

GENEBRE

GENEBRE

R$ 1.900,00

R$3.800,00

117

VENTOSA SIMPLES FOFO COMFLANGES, PN-25, DN = 2” .

2,00

UNIDADE

INAPI

INAPI

R$ 360,00

R$720,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro dePreços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até

03/03/2022

, a contar do dia

03/03/2021

.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`OESTE - SAEMI/MT

07.745.657/0001-27

C. E. MACEDO - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS - EIRELI

07.965.552/0001-8

RH
PORTARIA N. 164/2021

PORTARIA N. 164 DE 05 DE MARÇO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, de acordo com o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016 e Lei 911 de 14 de janeiro de 2009 e alterações;

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder, 120 (cento e vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE** conforme o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016**,** para a servidora **GRACIELLY DA SILVA DIAS**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **PROFESSORA,** conforme requerimento e atestado médico.

Artigo 2° - Concede 60 (sessenta) dias de **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE** para a servidora **GRACIELLY DA SILVA DIAS**, conforme Lei Municipal n°. 911/2009.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 18/02/2021.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D’Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 05 de março de 2021.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

JKO/jder

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3.939 DE 05 DE MARÇO DE 2021

ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA, NOMEADO PELO DECRETO Nº 3.808 DE 24 DE AGOSTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e, considerando a exoneração da representante da 26ª CIRETRAN com consequente nomeação de outro titular,

D E C R E T O

Artigo 1º - Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana, que passa a constar da seguinte nominata:

REPRESENTANTE DA COORDENADORIA DE TRÂNSITO

Titular: **MIGUEL FRANCISCO DE MELO**

CPF: 415.492.101-06 RG: 524971SSP/MT

END: Rua Benedito Cezário da Cruz, nº 77 - Jardim PLanalto - Mirassol D' Oeste-MT

TEL: 65-996773717 EMAIL: obras@mirasoldoeste.mt.gov.br

Suplente: **HAROLDO GUSTAVO GREVE**

CPF: 726.189.491-53 RG: 1363655-3 SSP/MT

END.: Rua Francisco Botelho Neto, 154 - Centro - Mirassol D' Oeste-MT

TEL.: 65-99949-9695 EMAIL: fiscalizacao@mirassoldoeste.mt.gov.br

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Titular: **MARCIO JOSÉ RIGONI**

CPF: 841.485.231-72 RG: 11252669

END.: Rua Jânio Quadros, 47 – Condomínio Terra Rica - Mirassol D' Oeste-MT

TEL. 65-99989-7920 E-MAIL: obras@mirassoldoeste.mt.gov.br

Suplente: **VALDINEY FONSECA SALVIONI**

CPF: 028.676.071-16 RG: 19856822

END: Rua 28 de Outubro, 1170 – Cidade Tamandaré - Mirassol D' Oeste-MT

TEL.: 65-99933-5465 E-MAIL: obras@mirassoldoeste.mt.gov.br

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE FAZENDA

Titular: **JOSÉ CARLOS ALVES MARTINS**

CPF: 983.863.871-49 RG: 1511171-7

END.: Rua Miguel Botelho de Carvalho, 3580 - Centro - Mirassol D' Oeste-MT

TEL.: 65-99614-5188 E-MAIL: fiscalização@mirassoldoeste.mt.gov.br

Suplente: **CRISTIANO JOSÉ DE OLIVEIRA**

CPF: 929.921.531-68 RG: 1425631-2 SSP/MT

END: Rua Dom Pedro I, snº - Jardim das Oliveiras - São José dos Quatro Marcos/MT

TEL: 65-3241-3090 E-MAIL: fiscalização@mirassoldoeste.mt.gov.br

REPRESENTANTE DA ENGENHARIA

Titular: **MARCUS VINICIOS GRANADO PARPINELLI**

CPF: 03844251197 RG: 1932626-2

ENDEREÇO: RUA DAS JACARANDAS Nº 10 – BAIRRO PONTE NOVA

TELEFONE: 65- 99971-7881

EMAIL: marcus_parpinelli@hotmail.com

Suplente: **LARISSA MATSUSHITA**

CPF Nº 051.150.291-54 RG Nº 22862450

ENDEREÇO: Rua Ricardo Druzian Galo, nº 326

TELEFONE: 65-696135274 - Email: engenharia@mirassoldoeste.mt.gov.br

REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Titular: **LUIZ EMILIO TOLON**

CPF: 705.522.311-34 RG: 1036525-7 SJ/MT

ENDEREÇO: RUA LUIZ BORDONE Nº 3573 – JARDIM DAS FLORES III

TELEFONE: 65-99991-4752

EMAIL: contato@camaramirassoldoeste.mt.gov.br

Suplente: **VALMIR BORGES VIRTUOSO**

CPF: 702.850.711-49 RG: 14646480 SSP/MT

ENDEREÇO: RUA ARVILINO DIAS Nº 1851 – PARQUE SHANGRILÁ

TELEFONE: 65-99909-3897

EMAIL: contato@camaramirassoldoeste.mt.gov.br

REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR

Titular: **3º Sgt. PM LUIS ALBERTO DA COSTA GUERRA**

CPF: 981.921.321-53 RG: 882690

ENDEREÇO: RUA JANIO QUADROS, 47 – CONDOMINIO TERRA RICA

Suplente: **TEN. PM BRUNO DA COSTA SOARES**

CPF: 024.259.501-41 RG: 885.688

ENDEREÇO: RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, 290 - CENTRO

TELEFONE: 65-99621-2039

EMAIL: 17bpm@pm.mt.gov.br

REPRESENTANTE DA 26ª CIRETRAM

Titular: **CLAUDINES FRANCISCO DA COSTA**

CPF: 411.389.021-87 RG: 06490360-SEJUSP/MT

ENDEREÇO: MADALENA MARIANA MARQUES, 63 – MORUMBI II

TELEFONE: 65- 99905-1542

EMAIL: crtmirassoldooeste@detran.mt.gov.br

Suplente: **SUZAMAR LEITE AIRES**

CPF: 034.460.291-50 RG: 22012842

ENDEREÇO: AV. ALMIRANTE TAMANDARÉ, 770 – CIDADE TAMANDARÉ

TELEFONE: 65 - 99694-2899

EMAIL: crtmirassoldooeste@detran.mt.gov.br

REPRESENTANTE DO CONSELHO DA CIDADE

Titular: **EVANILDO LUIZ DA SILVA**

CPF: 570.328.901-72 RG: 1247310-3

ENDEREÇO: RUA MARIANO RODRIGUES PAIVA, 3790 - CENTRO

TELEFONE: 65-99993-5653

EMAIL:

Suplente: **PAULO SILVANO DAS CHAGAS**

CPF: 567.732.931-20 RG: 882951 SSP/MT

ENDEREÇO: RUA PEDRO MELO Nº 167 – LOTEAMENTO TELES

FONE: 3241-2845

REPRESENTANTE DO CONSEG

Titular: **EMERSON TEIXEIRA**

CPF: 884.988.831-72 RG: 1322587-1 SSP/MT

ENDEREÇO: RUA GERMANO GREVE, 534 - CENTRO

TELEFONE: 65-99914-7135

EMAIL: modelo.contabil@hotmail.com

Suplente: **PEDRO GREGORIO MARIANO**

CPF: 089.501.801-20 RG: 1.160.0337-2/SJ

ENDEREÇO: RUA MARIANO RODRIGUES PAIVA – BAIRRO CENTRO

TELEFONE: 65-99989-3951

EMAIL: modelo.contabil@hotmail.com

REPRESENTANTE DA UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE MIRASSOL D´OESTE

Titular: **FRANCISCO ANTONIO DE MATOS**

CPF: 383.473.771-20 RG: 20191778

END.: Chacara Matos, 785 – Jd Aparecida - Mirassol D' Oeste-MT

TEL.: 65-99614-5648

REPRESENTANTE DE PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Titular: **PEDRO JIMENEZ DOS REIS**

CPF: 651.003.441-72 RG: 1063781-8 SJ MT

ENDEREÇO: RUA MADALENA MARQUES N 1688, BAIRRO MIRASSOL 2

TELEFONE: 65-8105-8459

EMAIL: pedrocpdmirassol@hotmail.com

Suplente: **SANDRO GANDOLFFI FERREIRA**

CPF: 705.278.301-00 RG: 1328789-3 SSP/MT

ENDEREÇO: RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 1296 - CENTRO

TELEFONE: 65-99933-0726

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TAXISTAS

Titular: **JOSÉ JORGE MAZOTE**

CPF: 148.279.051-34 RG: 343474 SSP/MT

ENDEREÇO: RUA PADRE TIAGO, - CIDADE TAMANDARÉ

TELEFONE:65-99618-7209

Suplente: **ADEMIR ROSSI**

CPF: 298.096.579-00 RG: 3688909-8

ENDEREÇO: RUA RAUL DA SILVA – MIRASSOL II

TELEFONE: 65-99614-6752

REPRESENTANTE DE MOTO-TAXISTAS

Titular: **JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA**

CPF: 269.628.702-30 RG: 4295919

ENDEREÇO: AV. TANCREDO NEVES, 4074 – MIRASSOL II

TELEFONE: 65-99908-6468

Suplente: **SEBASTIÃO BARBOSA DE BRITO**

CPF: 513.009.051-87 RG: 365526 SSP/MT

ENDEREÇO: RUA PROJETADA 1 - CHÁCARA

TELEFONE: 65-99912-0406

REPRESENTANTE DE AUTO ESCOLA

Titular: **ONIVALDO BARBIZANI PEREIRA**

CPF: 393.938.601-49

RG: 18306292

ENDEREÇO: RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 751 - CENTRO

TELEFONE: 65-99800-2670

EMAIL: cfcmodelomirassol@bol.com.br

Suplente: **MARCOS MAIA LACERDA**

CPF: 011.987.021-50

RG: 1695528-5

ENDEREÇO: RUA GERMANO GREVE, 524 - CENTRO

TELEFONE: 99957-2241

EMAIL: bill_parreira@hotmail.com

REPRESENTANTE DE PROFISSIONAL EM PERITO DE TRÂNSITO (Psicólogo)

Titular: **MARIA APARECIDA GOUVEIA NUNES**

CPF: 821.675.671-20 RG: 11083247 SJ/MT

ENDEREÇO: RUA VALDECIR AGRIPINO DE SOUZA, 1398 – CIDADE TAMANDARÉ

TELEFONE: 65-99991-9361

EMAIL: mariagouveia_gn@hotmail.com

Titular: **CARLOS ROBERTO GREVE JUNIOR**

CPF: 01101152109 RG: 642470-0/SSP/M

ENDEREÇO: RUA MARIANO RODRIGUES PAIVA, 3236 – CENTRO

TELEFONE: 65-99922-2888

EMAIL: juniorgreve@hotmail.com

Artigo 2º - Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 3.808/2020.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D' Oeste-MT, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em, em 05 de março de 2021

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 166/2021.

PORTARIA Nº 166 DE 05 DE MARÇO DE 2021.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - SUSPENDER,férias do servidor **MARCIO LUIZ PEREIRA,** referente ao período aquisitivo de 02/03/2013 a 01/03/2014, registrada através da portaria nº 126/2021**,** lotado na Secretária de Administração e Planejamento, a partir de 08/03/2021, restando 18 (dezoito) dias para gozo em data oportuna.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 05 de março de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/jder

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

DECRETO N.°026/2021

“Dispõe sobre a formulação do Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOBRES, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO o que dispõe a Constituição Federal no que diz respeito a elaboração do Plano Plurianual e em comprimento art. 165, I, §1º.

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes que disciplinarão a formulação do Plano Plurianual do Municipio de Nobres para o quadriênio 2022-2025 (PPA 2022-2025).

Art. 2º A lei que instituir o PPA 2022-2025 estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para o respectivo quadriênio.

Parágrafo único. O PPA 2022-2025 apresentará os programas e ações planejadas para o período, observando diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal, aos quais deverão ser alinhados os objetivos e planos setoriais.

Art. 3º A formulação do PPA 2022-2025 compete a todos os órgãos e entidades da esfera municipal, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão:

I- definir a estrutura e os conceitos a serem adotados para o PPA 2022-2025, bem como o processo, o cronograma e as regras da formulação, que deverão ser seguidos por todos os órgãos e entidades;

II- definir o Grupo de Trabalho que atuará na formulação do PPA 2022-2025, sem prejuízo da participação de outros servidores no processo;

III- estabelecer os produtos a serem entregues pelos órgãos e entidades durante a formulação do PPA 2022-2025;

IV - disponibilizar material orientativo e quando necessário expedir normas a serem observadas para a formulação do PPA 2022-2025.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Finanças:

I- fornecer aos orgãos e entidades o padrão do formato e estrutura das informações do PPA 2022-2025 para inclusão no sistema informatizado;

II- efetuar os lançamentos, no sistema informatizado, da programação referentes ao PPA 2022- 2025, incluindo seu detalhamento quantitativo, fornecidos pelos órgãos e entidades.

Art. 6º Para a constituição do Grupo de Trabalho que atuará na formulação do PPA 2022-2025, a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão poderá designar servidores de quaisquer órgãos e entidades.

Art. 7º Sem prejuízo de outros produtos, os órgãos e entidades são responsáveis pela entrega de suas respectivas programações, desdobradas e detalhadas, nos moldes estabelecidos pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão.

§ 1º Os dirigentes máximos devem organizar os trabalhos decorrentes das competências ordinárias de seus respectivos órgãos e entidades, de modo a compatibilizá-los com a agenda de formulação do PPA 2022-2025, entregando à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, dentro dos prazos estabelecidos, os produtos de cada etapa do processo.

§ 2º Todos os servidores envolvidos na formulação do PPA 2022-2025, independentemente de integrarem o Grupo de Trabalho a que se refere o art. 6º, deverão priorizar as tarefas do processo, dedicando o tempo necessário à sua execução.

Art. 8º Os produtos prioritários constantes do Anexo I deste Decreto deverão ser entregues pelas áreas responsáveis nos prazos indicados, sem prejuízo de outros inerentes à formulação do PPA 2022-2025.

Art. 9°. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Nobres/MT, 03 de março de 2021.

Anexo I - Produtos prioritários do PPA 2022-2025

PRODUTOS		RESPONSÁVEIS	PRAZOS (Até)
1	Portaria de instituição do GT de formulação do PPA 2022-2025 publicada	Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão	05/03/2021
2	Formulário com o formato e estrutura das informações do PPA 2022-2025 para lançamento no sistema informatizado	Secretaria de Finanças	15/03/2021
3	Orientações/Objetivos estratégicos	Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão	18/03/2021
4	Apresentação das Orientações/Objetivos estratégicos	Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão	25/03/2021
5	Manual do PPA 2022-2025 disponibilizado	Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão	30/03/2021
6	Tetos dos programas e ações do PPA disponibilizados às áreas	Secretaria de Finanças	17/05/2021
7	Programação dos órgãos e entidades Formulada	Coordenações Temáticas	28/06/2021
8	Anexo de metas e prioridades do primeiro exercício do PPA elaborado	Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão	06/08/2021
9	Audiências Publicas do PPA 2022-2025	Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão	12/08/2021 e 16/08/2021
10	Minuta do Projeto de Lei do PPA 2022-2025, com anexos, consolidada.	Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão	20/08/2021
11	Projeto de Lei do PPA 2022-2025 encaminhado à Câmara Municipal.	Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão	30/08/2021

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 09/2021

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Quézia da Rosa Ferreira, nomeada pela portaria 16/2021, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 09/2021**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 18/03/2021, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS COM FORNECIMENTO DE URNAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 05 de Março de 2021.

Quézia da Rosa Ferreira

PREGOEIRA

DECRETO N. º 025/2021

Dispõe sobre novo horário de atendimento ao público externo na Administração Pública do município de Nobres/MT, e dá outras providências.

O Sr**. Leocir Hanel**, prefeito municipal de Nobres/MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

DECRETA:

Art. 1º. A Administração Pública direta e indireta, para fins de atendimento ao público externo, observadas as exceções previstas no parágrafo único, funcionará entre as 7h e as 11h.

§ 1 º. A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento e a Secretaria Municipal de Infraestrutura, para fins de atendimento ao público externo, funcionará entre as 7h e as 11h e entre as 13h e 17h.

§ 2 º. As sessões públicas de procedimentos licitatórios poderão ocorrer no horário designado no art. 2º deste Decreto.

Art. 2º. A Administração Pública direta e indireta, para fins de expediente interno, funcionará entre as 7h e as 11h e entre as 13h e 17h.

Art. 3º. Este Decretoentra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições que lhe são contrárias.

Gabinete do Prefeito, em 04 de março de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 313/2021

"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra. ***Neusa Maria da Silva****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder FG de 10% para *a Sra.* ***Neusa Maria da Silva***, portadora do RG nº. 0816709-5 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 496.853.681-04.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando a disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de março de 2021.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PORTARIA Nº. 319 /2021

"Dispõe sobre a estrutura de coordenação e sobre a designação de servidores para atuar na formulação do Plano Plurianual - PPA 2022-2025 do Município de Nobres."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOBRES, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer a forma como será coordenado o processo de formulação do Plano Plurianual - PPA 2022- 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de designar servidores públicos para atuarem na formulação do Plano Plurianual - PPA 2022-2025;

RESOLVE:

Art. 1º Definir a estrutura de coordenação e designar servidores para atuar na formulação do Plano Plurianual do Município de Nobres para o quadriênio 2022-2025 - PPA 2022-2025.

Art. 2º A coordenação dos trabalhos de formulação do PPA 2022- 2025 será constituída pela seguinte estrutura:

I- Coordenação Geral;

II- Coordenações Temáticas;

Art. 3º A Coordenação Geral será formada por servidores da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, com assessoria de servidores de outros órgãos ou entidades e terá a atribuição de coordenar o processo de formulação do PPA 2022-2025 junto a todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Nobres, bem como junto aos Poderes.

Parágrafo único. A Coordenação Geral será constituída das seguintes funções:

I- Coordenador Geral;

II- Coordenador Técnico;

III- Equipe de Assessoramento Técnico à Coordenação Geral;

Art. 4º Compete ao Coordenador Geral:

I- conduzir todo o processo de formulação do PPA, até a publicação da respectiva lei;

II- gerir a agenda de formulação do PPA 2022-2025;

III- validar a programação consolidada do Município de Nobres junto à Alta Administração em nível macro;

IV- apresentar o projeto de lei do PPA 2022-2025 quando da realização de audiências públicas;

V- acompanhar a tramitação do projeto de lei do PPA 2022- 2025 até sua publicação, articulando com as áreas envolvidas, visando ao cumprimento dos prazos legais.

Art. 5º Compete ao Coordenador Técnico:

I- liderar os trabalhos técnicos a serem realizados por todas as coordenações instituídas para a formulação do PPA 2022-2025;

II- disponibilizar os insumos que embasarão a formulação do PPA 2022-2025;

III- gerir a agenda de formulação junto às coordenações instituídas para esse fim;

IV- conduzir a atuação articulada das Coordenações Temáticas;

V- conduzir os trabalhos de consolidação do projeto de lei do PPA 2022-2025;

VI- encaminhar a minuta do projeto de lei do PPA 2022-2025, consolidada, ao Coordenador Geral, para os demais trâmites.

Art. 6º Compete à Equipe de Assessoramento Técnico à Coordenação Geral:

I- definir metodologia, técnicas e ferramentas para a formulação do PPA 2022-2025;

II- prestar assessoramento e suporte à Coordenação Geral durante todo o processo;

III- atuar na capacitação dos servidores designados para a formulação do PPA 2022-2025, diretamente ou prestando suporte;

IV- redigir e consolidar o projeto de lei do PPA 2022-2025, com seus anexos.

Art. 7º As Coordenações Temáticas serão formadas, por servidores das Secretarias envolvidas nos respectivos grupos e terão a atribuição de coordenar e assessorar a atuação dos órgãos e entidades na formulação do PPA 2022-2025 em cada temática específica.

§ 1º As Coordenações Temáticas atuarão sob a orientação da Coordenação Geral e deverão atender às suas convocações e solicitações.

§ 2º As Coordenações Temáticas do PPA serão constituídas das seguintes funções:

I- Coordenador Temático;

II- Equipe de Assessoramento Temático.

Art. 8º. Compete ao Coordenador Temático:

I- acompanhar os trabalhos desenvolvidos nos órgãos e entidades sob sua coordenação, fazendo cumprir a agenda de formulação do PPA 2022-2025;

II- conduzir o suporte e a assessoria prestados pela Equipe de Assessoramento Temático, promovendo a distribuição de tarefas e responsabilidades;

III- analisar as propostas de programação e propor ajustes, buscando a correta aplicação da metodologia de formulação do PPA 2022- 2025 e o alinhamento com as diretrizes e orientações de Governo.

IV- articular órgãos e entidades para o tratamento de transversalidades verificadas nas programações formuladas sob sua coordenação;

V- articular outras Coordenações Temáticas para o tratamento de transversalidades que extrapolem seu âmbito de atuação, com apoio da Coordenação Geral sempre que necessário;

VI- garantir o alinhamento entre as diretrizes e orientações de Governo e a programação dos órgãos e entidades sob sua coordenação;

VII- entregar à Coordenação Geral o material produzido pelas Equipes Temáticas nos trabalhos de formulação, nos moldes estabelecidos na metodologia do PPA 2022-2025.

Art. 9º. Compete à Equipe de Assessoramento Temático:

I- cumprir tarefas, individual ou coletivamente, conforme distribuição de responsabilidades feita pelo Coordenador Temático;

II- organizar e liderar os trabalhos internos de formulação do PPA 2022-2025;

III- fazer cumprir, no respectivo órgão ou entidade, o cronograma, a metodologia de trabalho e quaisquer outras regras definidas pela Coordenação Geral;

IV- manter a Coordenação Temática informada sobre o andamento dos trabalhos e solicitar sua intervenção, quando necessário;

V- definir o cronograma de trabalho interno, respeitando o cronograma geral;

VI- definir técnicas e ferramentas suplementares a serem usadas nos trabalhos;

VII- realizar o tratamento de transversalidades identificadas entre programas e ações, com auxílio da Coordenação Temática, quando necessário;

VIII- definir a programação do órgão ou entidade e validá-la junto à Coordenação Temática;

IX - entregar à Coordenação Temática o material produzido nos trabalhos de formulação, nos moldes estabelecidos na metodologia do PPA 2022-2025;

Art. 10. Os servidores constantes do Anexo I desta Portaria ficam designados para compor as Coordenações Geral e Temáticas de formulação do PPA 2022-2025.

Parágrafo único. Os componentes das Coordenações Geral e Temáticas deverão priorizar os trabalhos relacionados à formulação do PPA, reservando tempo suficiente de sua carga horária para a execução das tarefas necessárias.

Art. 11. Também deverão atuar no processo de formulação do PPA 2022-2025, independentemente de designação todas as unidades administrativas e servidores dos órgãos e entidades, sempre que demandados para auxiliar em áreas de sua competência.

Art. 12. Todos os envolvidos na formulação do PPA 2022-2025 deverão atender ao disposto nos instrumentos normativos e manuais do processo expedidos pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão.

Art. 13. Os casos omissos e controversos serão sanados pela Coordenação Geral do PPA 2022-2025.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Nobres/MT, 03 de março de 2021.

ANEXO I

COORDENAÇÃO DO PPA 2022-2025	
COORDENAÇÃO GERAL DO PPA	
Coordenadora Geral do PPA	Mara Lurdes Ohlweiler
Coordenador Técnico do PPA	Elizabeth G. P. Machado
Equipe de Assessoramento Técnico	Simone Aparecida de Oliveira Elza de Oliveira Souza
COORDENAÇÕES TEMÁTICAS DO PPA	
Grupo: EDUCAÇÃO	
Coordenador Temático	Edilman Rondon
Equipe de Assessoramento Témático	Edson Friedrich Lucélia Sebastiana de Almeida
Grupo: SAÚDE	
Coordenador Temático	Evelyn Bonatelli Hanel
Equipe de Assessoramento Témático	Ana Lígia Martins de Lima Andeia C. S. Pinho Mattar
Grupo: INFRAESTRUTURA	
Coordenador Temático	Leidinete Santana Pereira
Equipe de Assessoramento Témático	Rafael Botini Acendino Mendes
Grupo: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL	
Coordenador Temático	Lucienne de Loyola Felizardo
Equipe de Assessoramento Témático	Flávio Dalmolin Edna da Silva Araújo Maria Sidnei Modesto
Grupo: GESTÃO PUBLICA	
Coordenador Temático	Amilton B. dos Reis
Equipe de Assessoramento Témático	Mara L. Ohlweiler Marcos A. Albuquerque Leonardo de Almeida Souza Paulo R. Campos Filho

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
ATA DE RP

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 17/2021.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **JOSIANE BATISTA ESPINDOLA03905633159**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.536.208/0001-77, e Inscrição Estadual n.º 13.859.681-6 estabelecida na Avenida Principal, s/n.º, no Distrito da Coqueiral, neste ato representada pela Sra. Jeisiane Batista Espindola, portador do CIRG n.º 2797519-3 SSP/MT, e CPF n.º 039.056.331-59, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 03/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é Registro de preços para eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO NA ZONA RURAL (DISTRITO DE COQUEIRAL E BOM JARDIM), NO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 03/2021, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços serão retirados ou consumidos nos estabelecimentos contratados conforme requisição de compra.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Descrição	*Unidade*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Valor Total*
REFEICAO EM EMBALAGEM MARMITEX Nº08, COM NO MINIMO 03 (TRES) TIPOS DE CARNE, ARROZ, FEIJÃO, FAROFA, MACARRÃO E SALADA. **(Almoço e Jantar)**	UNIDADE	3690	R$ 15,00	R$ 55.350,00
SELF-SERVICE: ALIMENTO SERVIDO À VONTADE NO BUFFET COMPOSTO NO MINIMO COM: ARROZ, FEIJAO, TRES TIPOS DE SALADA, FAROFA, TRES TIPOS DE CARNE E UM TIPO DE MASSA. (Almoço e Jantar)	UNIDADE	3420	R$ 15,00	R$ 51.300,00

O valor global deste registro de preço é de R$ 106.650,00 (cento e seis mil seiscentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 03/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** serão fornecidos mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termo do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o fornecimento das refeições devem ser readequadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.5. A não aceitação do produtos/serviços, bem como a não adequação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ficarão a disposição do fornecedor, contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados prestação de serviço inadequado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Secretaria Mun. de Administração.....67-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Secretaria Mun. de Infraestrutura.....472-08.001.15.452.0032.2053.339039000000

Secretaria Mun. de Ação Social.....385-07.002.08.244.0025.2069.339039000000

Secretaria Mun. de Ação Social.....369-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Secretaria Mun. de Ação Social.....399-07.002.08.2440025.2076.339039000000

Secretaria Mun. de Ação Social.....435-07.004.08.241.0025.2072.339039000000

Secretaria Mun. de Fiscalização.....540-10.001.04.129.0017.2058.2058.339039000000

Secretaria Mun. de Meio Ambiente.....501-09.001.20.122.0024.2032.339039000000

Secretaria Mun. de Turismo.....572-11.001.23.695.0015.2046.339039000000

Secretaria Mun. Desporto.....214-05.005.27.812.0014.2044.339039000000

Secretaria Mun. Desporto.....121-05.001.12.361.0013.2063.339039000000

Secretaria Mun. Desporto.....216-05.005.27.812.0014.2045.339039000000

Sub Prefeitura.....648-17.001.04.122.0008.2023.339039000000

Sec. Mun. Saúde.....228-06.002.10.122.0029.2086.339039000000

Sec. Mun. Saúde.....265-06.002.10.301.0029.2081.339039000000

Sec. Mun. Saúde.....349-06.002.10.305.0029.2084.339039000000

Sec. Mun. Saúde.....357-06.002.10.305.0029.2085.339039000000

Sec. Mun. Saúde.....277-06.002.10.301.0029.2096.339039000000

Sec. Mun. Saúde.....312-06.002.10.302.0029.2082.339039000000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo "PROMITENTE FORNECEDOR", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas mediante requisição, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 03/2021, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório. **CLAUSULA DECIMA QUARTA - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

14.1. Atuará como fiscal da Ata de Registro de Preço originada do presente procedimento, o servidor nomeado através da Portaria n° 194/2021, especifica para tal finalidade sendo o(a) Servidor(a) Willian de Souza Romero, a Servidora Sra. Gizeli de Fátima Zandonadi Rondon, nomeada pela portaria n/ 167/2021, a servidora Sra. Leidinete Santana Pereira, nomeada pela portaria n° 71/2021, a servidora Sra. Lucienne Loyola Felizardo, nomeada pela portaria n° 227/2021, o servidor Sr. Micael Miqueias Calisto, nomeado pela portaria n° 277/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 03/2021 a proposta da empresa **JOSIANE BATISTA ESPINDOLA03905633159**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.536.208/0001-77, classificada no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8. 666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres – MT, 05 de Março de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

JOSIANE BATISTA ESPINDOLA03905633159

CNPJ sob o n.º 36.536.208/0001-77

Sra. Jeisiane Batista Espindola

CPF n.º 039.056.331-59

Contratado

Testemunhas:

Nome: CC.P.F. n.º AAssinatura:_____	Nome: CC.P.F.n.º AAssinatura:_____

PORTARIA Nº. 317/2021

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à Sra**. Lucila das Graças Ojeda Ferreira**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade a servidora ***Lucila das Graças Ojeda Ferreira*** portadora do RG nº. 0403556-3 SSP/MT, inscrita no CPF nº.304.241.431-00, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar do dia 01/03/2021, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 04 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 318/2021

*Dispõe sobre a concessão de 30 dias de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora **Jucelma Aparecida Ribeiro**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora ***Jucelma Aparecida Ribeiro***, portadora do RG nº. 748627 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 654.431.361-00, a contar a partir do dia 01 de fevereiro de 2021. Período aquisitivo em 02/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 04 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 302/2021

*"Dispõe sobre a Exoneração do Sr. **Marcelo Pereira dos Santos,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar o Sr. ***Marcelo Pereira dos Santos,*** portador do RG nº. 32.585.009-4 SSP/BA, devidamente cadastrado no CPF nº. 659.787.815-91, do cargo em Comissão de Chefe de Departamento da Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 303/2021

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. **Marcelo Pereira dos Santos,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Marcelo Pereira dos Santos,*** portador do RG nº. 32.585.009-4 SSP/BA, devidamente cadastrado no CPF nº. 659.787.815-91, para o cargo em Comissão de Supervisor de Departamento da Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 02/03/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº.316/2021

*"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. **Ronivan dos Reis Torres,**e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr. **Ronivan dos Reis Torres,*** portador do RG nº. 001639619 SJ/MS, devidamente cadastrado no CPF nº. 030.601.271-58, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 315/2021

*"Dispõe sobre a Exoneração do Sr. **Thomas Antônio Fernandes de Souza,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar a pedido o Sr. ***Thomas Antônio Fernandes de Souza,*** portador do RG nº. 17924537 SJSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 045.975.061-52, do cargo em Comissão de Encarregado de Divisão Jurídico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 05/03/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 314/2021

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra. **Gisele Antônia de Oliveira**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder FG de 15% para *a Sra. **Gisele Antônia de Oliveira***, portadora do RG nº. 2032181-3 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 026.017.551-05.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando a disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de março de 2021.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PORTARIA Nº. 312/2021

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra. **Neuza Ribeiro de Souza**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder FG de 15% para *a Sra.* ***Neuza Ribeiro de Souza***, portadora do RG nº. 1575984-9 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 006.102.441-40.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando a disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de março de 2021.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PORTARIA Nº. 311/2021

"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra. ***Eva Conceição de Pinho****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder FG de 15% para *a Sra.* ***Eva Conceição de Pinho***, portadora do RG nº. 2267792-5 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 041.652.001-40.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando a disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de março de 2021.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PORTARIA Nº. 310/2021

"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra. ***Niraci de Almeida Santos****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder FG de 15% para *a Sra.* ***Niraci de Almeida Santos***, portadora do RG nº. 1087559-0 SJ/MT, e inscrita no CPF nº. 913.631.601-68.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando a disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de março de 2021.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PORTARIA Nº. 309/2021

"Dispõe sobre a designação do Sr. ***Rogério de Almeida Pires Camargo****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o Servidor ***Rogério de Almeida Pires Camargo***, inscrito no RG n.º 2151866-1 SSP/MT e devidamente cadastrado no CPF n.º 056. 724.011-80, para o cargo de Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 308/2021

"Dispõe sobre Nomeação da Sra. ***Lorena Tais Borges Carvalho****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear a Sra. ***Lorena Tais Borges Carvalho***, portadora do RG nº. 2649464-7 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 057.121. 401-01, para o cargo em Comissão de Chefe de Departamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos no dia 01/03/2021, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 307/2021

"Dispõe sobre Nomeação da Sra. ***Elizabete Cristina Claudino Soares****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear a Sra. ***Elizabete Cristina Claudino Soares***, portadora do RG nº. 1676054-9 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 040. 020.551-32, para o cargo em Comissão de Monitor Técnico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos no dia 01/03/2021, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

BALANÇO PATRIMONIAL - 2020

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 5/3/2021

Exercício: 2020

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.619.027,66	5.606.299,86
Créditos a Curto Prazo		8.907.073,72	7.273.914,61
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques			13.000,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		22.526.101,38	12.893.214,47
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Créditos a Longo Prazo			
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado		29.336.684,56	27.268.284,08
Intangível			
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		29.336.684,56	27.268.284,08
TOTAL DO ATIVO		51.862.785,94	40.161.498,55
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		436.697,68	408.243,53
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		257.125,91	346.638,84
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo		345.179,87	209.318,61
Total do Passivo Circulante		1.039.003,46	964.200,98
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		4.767.925,07	2.829.439,19
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante		4.767.925,07	2.829.439,19
Patrimônio Líquido			

Emissão: 05/03/2021 17:01:53

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 5/3/2021

Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	46.055.857,41	36.367.858,38
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	46.055.857,41	36.367.858,38
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.862.785,94	40.161.498,55

Emissão: 05/03/2021 17:01:53

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 5/3/2021

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		13.623.263,89	5.606.299,86
Ativo Permanente		38.239.522,05	34.555.198,69
Total do Ativo		51.862.785,94	40.161.498,55
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		2.346.501,56	1.434.541,76
Passivo Permanente		4.777.036,65	2.850.237,60
Total do Passivo		7.123.538,21	4.284.779,36
Saldo Patrimonial (I - II)		44.739.247,73	35.876.719,19

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantia e Contra garantias recebidas			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		488.047,81	524.065,01
Direitos Contratuais			
Outros atos potenciais ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos		488.047,81	524.065,01
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantia e Contra garantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		349.406,90	349.406,90
Obrigações Contratuais		18.835.475,40	11.695.895,41
Outros atos potenciais passivos		1.494.940,00	1.494.940,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		20.679.822,30	13.540.242,31

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 5/3/2021

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2020

		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS				
00	Recursos Ordinários		4.598.061,34	14.861,83
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		1.395.921,46	230.815,39
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		609.455,78	187.435,37
14	Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao			38.523,34
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		421.851,83	142.203,70
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		5.331,39	6.020,19
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		12.351,32	29.243,04
18	Transferências do FUNDEB 60%		11.825,24	-81.856,31
19	Transferências do FUNDEB 40%		117.602,22	-74.544,04
22	Transferências de Convênios - Educação		12.213,80	87.298,08
23	Transferências de Convênios - Saúde		135.662,65	255.211,55
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		11.801,59	246.625,47
26	Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde		155.186,36	
27	Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social		40.153,11	
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		291.831,67	165.448,63
30	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		457.321,57	294.955,54
37	Transferência da União referente à Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei n. 13.885/2019		4.941,98	604.437,84
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado		716.704,11	394.563,93
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio d		1.752.997,12	888.812,04
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investime		246.395,55	68.397,72
93	Outras Receitas Não-Primárias		299.152,24	284.634,53
Total das Fontes de Recursos			11.296.762,33	3.783.087,84

*Nota Explicativa:

Emissão: 05/03/2021 17:01:53

Página 4

Homologado

BALANÇO FINANCEIRO -2020

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)
BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2020

Exercício: 2020

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**64.548.400,63**	**55.118.510,13**
Ordinária		**35.185.819,42**	**27.298.573,53**
Vinculada		**29.362.581,21**	**27.819.936,60**
Recursos Vinculados à Educação		12.582.916,75	12.780.960,45
Recursos Vinculados à Saúde		14.066.427,99	11.563.896,12
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		961.758,87	590.187,88
Outras Destinações de Recursos		1.751.477,60	2.884.892,15
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**0,00**	**8.154,24**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		0,00	8.154,24
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**6.486.714,04**	**5.730.884,26**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		1.265.292,94	491.439,19
Inscrição de Restos a Pagar Processados		678.185,65	601.587,38
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		4.429.334,27	4.419.764,46
Outros Recebimentos Extraorçamentários		113.901,18	218.093,23
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**5.606.299,86**	**5.404.856,16**
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.606.299,86	5.404.856,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**76.641.414,53**	**66.262.404,79**

Emissão: 05/03/2021 16:33:19 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2020

Exercício: 2020

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**54.814.419,40**	**52.651.057,19**
Ordinária		**23.284.513,55**	**20.713.877,06**
Vinculada		**31.529.905,85**	**31.937.180,13**
Recursos Destinados à Educação		12.616.498,73	13.694.530,66
Recursos Destinados à Saúde		15.777.433,40	14.610.836,63
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		696.148,80	724.212,61
Outras Destinações de Recursos		2.439.824,92	2.907.600,23
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**2.632.000,00**	**2.469.600,00**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		2.632.000,00	2.469.600,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**5.575.967,47**	**5.535.447,74**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		439.822,45	361.266,84
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		727.557,60	585.045,76
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		4.293.473,01	4.366.145,03
Outros Pagamentos Extraorçamentários		115.114,41	222.990,11
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**13.619.027,66**	**5.606.299,86**
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.619.027,66	5.606.299,86
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**76.641.414,53**	**66.262.404,79**

*Nota Explicativa:

Emissão: 05/03/2021 16:33:19

Homologado

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO-2020

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**52.400.000,00**	**55.263.725,00**	**64.228.912,63**	**8.965.187,63**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.112.800,00	8.975.840,00	6.199.101,47	-2.776.738,53
Receita de Contribuições	500.000,00	500.000,00	104.008,28	-395.991,72
Receita Patrimonial	485.400,00	485.400,00	73.755,69	-411.644,31
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes	43.190.800,00	45.191.485,00	57.713.460,52	12.521.975,52
Outras Receitas Correntes	111.000,00	111.000,00	138.586,67	27.586,67
Receitas de Capital (II)	**2.100.000,00**	**2.100.000,00**	**319.488,00**	**-1.780.512,00**
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	2.100.000,00	2.100.000,00	319.488,00	-1.780.512,00
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**54.500.000,00**	**57.363.725,00**	**64.548.400,63**	**7.184.675,63**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**54.500.000,00**	**57.363.725,00**	**64.548.400,63**	**7.184.675,63**

Emissão: 05/03/2021 16:57:26 Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2020 Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	**54.500.000,00**	**57.363.725,00**	**64.548.400,63**	**7.184.675,63**
Saldos de Exercícios Anteriores			**2.111.088,00**	
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro			2.111.088,00	
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**47.386.000,00**	**53.561.968,00**	**50.164.801,29**	**49.105.801,73**	**48.444.486,08**	**3.397.166,71**
Pessoal e Encargos Sociais	25.288.000,00	29.703.080,84	27.697.036,20	27.692.852,49	27.266.540,78	2.006.044,64
Juros e Encargos da Dívida	34.000,00					
Outras Despesas Correntes	22.064.000,00	23.858.887,16	22.467.765,09	21.412.949,24	21.177.945,30	1.391.122,07
Despesas de Capital (IX)	**4.504.000,00**	**5.019.195,00**	**4.649.618,11**	**4.443.324,73**	**4.426.454,73**	**369.576,89**
Investimentos	3.284.000,00	3.364.095,00	3.029.964,21	2.823.670,83	2.806.800,83	334.130,79
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida	1.220.000,00	1.655.100,00	1.619.653,90	1.619.653,90	1.619.653,90	35.446,10
Reserva de Contingência (X)	**150.000,00**	**150.000,00**				**150.000,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**52.040.000,00**	**58.731.163,00**	**54.814.419,40**	**53.549.126,46**	**52.870.940,81**	**3.916.743,60**

Emissão: 05/03/2021 16:57:26 Página 2
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**52.040.000,00**	**58.731.163,00**	**54.814.419,40**	**53.549.126,46**	**52.870.940,81**	**3.916.743,60**
Superávit (XIII)			9.733.981,23			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**52.040.000,00**	**58.731.163,00**	**64.548.400,63**	**53.549.126,46**	**52.870.940,81**	**3.916.743,60**
Reserva do RPPS						

Emissão: 05/03/2021 16:57:26 Página 3
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes		**249.270,69**	**197.653,95**	**197.653,95**		**51.616,74**
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		249.270,69	197.653,95	197.653,95		51.616,74
Despesas de Capital		**242.168,50**	**242.168,50**	**242.168,50**		
Investimentos		242.168,50	242.168,50	242.168,50		
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL		**491.439,19**	**439.822,45**	**439.822,45**		**51.616,74**

Emissão: 05/03/2021 16:57:26 Página 4
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	**131.646,58**	**547.453,38**	**673.423,60**		**5.676,36**
Pessoal e Encargos Sociais		387.445,12	386.170,73		1.274,39
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	131.646,58	160.008,26	287.252,87		4.401,97
Despesas de Capital	**550,00**	**54.134,00**	**54.134,00**		**550,00**
Investimentos	550,00	54.134,00	54.134,00		550,00
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	**132.196,58**	**601.587,38**	**727.557,60**		**6.226,36**

Emissão: 05/03/2021 16:57:26 Página 5
Homologado

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial/Adesão Nº 12/2021

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, torna público para amplo conhecimento que a licitação modalidade **Pregão n° 12/2021/ADESAO ao PREGÃO ELETRONICO Nº 15/2020**, **da Ata de Registro de Preço n° 69/2020**, **do** Consorcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - Codanorte, cujo objeto visa a ***Contratação de empresa para fornecimento de veículos para atender as necessidade dos municípios consorciados ao Codanorte,*** com abertura no dia 04/03/2021 as 14:00hs, sagrou-se vencedora a empresa **MABELÊ COMERCIO DE VEICULOS EIRELI EPP, CNPJ N° 35.457.127/0001-19**, com o valor global de R$ 390.482,60 (trezentos e noventa mil quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos).

Nobres, 05 de Março de 2021.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

DEMONSTRAÇÃO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	I	8.859.635,79	9.535.881,18
Contribuições	II	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	III	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	186.107,92	597.581,60
Transferências e Delegações Recebidas	V	64.655.088,13	54.014.736,48
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	59.089,04	364.389,28
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	138.586,67	101.011,88
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		73.898.507,55	64.613.600,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	VIII	27.798.725,79	25.906.225,93
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	IX	348.595,46	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	20.741.160,00	23.094.484,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	XI	3.547.592,95	505,00
Transferências e Delegações Concedidas	XII	9.976.828,51	9.308.405,26
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	1.093.262,86	1.618.172,78
Tributárias	XIV	593.752,09	443.262,83
Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados	XV	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	45.721,95	125.511,25
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		64.145.639,61	60.496.567,34
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		9.752.867,94	4.117.033,08

QUADROS ANEXOS

Anexo I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos		7.520.477,27	7.754.794,77
Taxas		1.235.150,24	1.668.708,80
Contribuições de Melhoria		104.008,28	112.377,61
		8.859.635,79	9.535.881,18

Anexo II - Contribuições

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Contribuições			
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
		0,00	0,00

Emissão: 05/03/2021 17:05:06 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

Anexo III - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos			
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		0,00	0,00
		0,00	0,00

Anexo IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		111.450,08	440.112,83
Variações Monetárias e Cambiais		902,15	579,80
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		73.755,69	156.888,97
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
		186.107,92	597.581,60

Anexo V - Transferências e Delegações Recebidas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intra Governamentais		0,00	8.154,24
Transferências Inter Governamentais		64.575.088,13	54.006.582,24
Transferências das Instituições Privadas		80.000,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
		64.655.088,13	54.014.736,48

Anexo VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		47.844,09	198.875,00
Desincorporação de Passivos		11.244,95	165.514,28

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

		Exercício: 2020
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
	59.089,04	364.389,28

Anexo VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
VPA a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		138.586,67	101.011,88
		138.586,67	101.011,88

Anexo VIII - Pessoal e Encargos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		22.861.090,25	21.146.647,42
Encargos Patronais		4.937.635,54	4.759.578,51
Benefícios a Pessoal		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		0,00	0,00
		27.798.725,79	25.906.225,93

Anexo IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Aposentadorias e Reformas		0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		348.595,46	0,00
		348.595,46	0,00

Anexo X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	5.965.811,92	6.424.485,63
Serviços	13.944.419,47	15.477.531,27
Depreciação, Amortização e Exaustão	830.928,61	1.192.467,39
	20.741.160,00	23.094.484,29

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

Anexo XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		3.547.592,95	505,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		0,00	0,00
		3.547.592,95	505,00

Anexo XII - Transferências e Delegações Concedidas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Transferências e Delegações Concedidas			
Transferências Intra Governamentais		2.632.000,00	2.469.600,00
Transferências Inter Governamentais		6.542.139,61	6.057.346,37
Transferências a Instituições Privadas		802.688,90	781.458,89
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
		9.976.828,51	9.308.405,26

Anexo XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		995.874,53	1.480.004,03
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involutárias		53.307,47	13.788,91
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		44.080,86	124.379,84
		1.093.262,86	1.618.172,78

Anexo XIV - Tributárias

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Tributárias			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		593.752,09	443.262,83
		593.752,09	443.262,83

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

Anexo XV - Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados			
Custo de Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados		0,00	0,00
		0,00	0,00

Anexo XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Premiações		0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		37.500,00	0,00
Incentivos		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	2.350,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
Constituição de Provisões		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		8.221,95	123.161,25
		45.721,95	125.511,25

Emissão: 05/03/2021 17:05:06 Página 5

Homologado

PORTARIA Nº. 306/2021

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Carlos Rapis da Costa,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Carlos Rapis da Costa,*** portador do RG nº. 3077484-5 SESP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 065.295. 131-75, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 305/2021

"Dispõe sobre aConcessão de FG ao Sr. ***Carlos Bueno Rocha,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder o FG de 40% ao Sr. ***Carlos Bueno Rocha*** portador do RG nº. 556.884 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 405.238.881-04.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 301/2021

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Gidalti Ferreira de Jesus****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Nomear Sr. ***Gidalti Ferreira de Jesus***, portador do RG nº. 14774607 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 973.995. 231-34, para o cargo em Comissão de Gestor Técnico de Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de março de 2021.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

DECRETO Nº 027/2021

Regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Município de Nobres, Mato Grosso.

O Prefeito Municipal De Nobres/MT, senhor Leocir Hanel, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, incisos II, IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, em especial § 1º do art. 2º,

DECRETA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Município de Nobres

§ 1º É obrigatória a utilização do pregão, na forma eletrônica, de que trata este decreto, pelos órgãos da administração pública municipal direta e autárquica.

§ 2º Nas licitações para aquisição de bens e contratação de serviços comuns realizadas com a utilização de recursos da União oriundos de convênios, contratos de repasse ou de transferências fundo a fundo, será obrigatória a utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos deste Decreto, exceto nos casos em que a Lei ou regulamentação específica que trata da modalidade de transferência discipline forma diversa para a realização das contratações com os recursos do repasse.

§ 3º Excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, será admitida a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput, desde que fique comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica.

Princípios norteadores

Art. 2º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, desenvolvimento sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Definições

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se alterado o decreto 10024/19

I - Aviso do edital: documento contendo a definição precisa, suficiente e clara do objeto; a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital; bem como o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização.

II - Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

III - Bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não possam ser descritos na forma do inciso II deste artigo.

IV – Estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação e que dá base ao termo de referência, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

V - Obras: toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta.

VI - Serviços: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração.

VII - Serviços comuns de engenharia: toda a atividade ou conjunto de atividades que necessite da participação e acompanhamento de profissional engenheiro habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela Administração, mediante especificações usuais de mercado.

VIII - Termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e condições de entrega do objeto, diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma objetiva, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes

ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame.

IX - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para cadastramento dos órgãos e das entidades da administração pública, das empresas públicas e dos participantes de procedimentos de licitação, dispensa ou inexigibilidade promovidos pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - Sisg;

X - sistema de dispensa eletrônica - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Siasg, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia; e

XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.

Vedações

Art. 4º: A licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, não se aplica a:

I - contratações de obras;

II - locações imobiliárias e alienações em geral, e

III – bens e serviços especiais, inclusive os serviços especiais de engenharia.

CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS

Forma de realização

Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou contratação de serviços comuns for feita à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras adotado pelo Município de Nobres/MT, acessado no endereço eletrônico indicado pelo município.

§ 1º O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 3º do art. 1º, além do disposto no **caput**, poderão ser utilizados sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias.

Etapas

Art. 6º Serão observadas as seguintes etapas para a modalidade de licitação que trata este Decreto, nesta ordem:

I - preparatória ou planejamento da contratação;

II - publicação do aviso de edital;

III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

IV - abertura da sessão e envio de lances, ou fase competitiva;

V - julgamento; VI - habilitação; VII - recursal;

VIII - adjudicação; e IX - homologação.

Critério de Julgamento das propostas

Art. 7º Para a seleção da proposta mais vantajosa para Administração Pública, serão utilizados os critérios de julgamento pelo menor preço ou maior desconto, previamente definidos no edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para balizamento do melhor preço, considerando os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Documentos

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

XI- proposta de preços do licitante;

XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;

d) os lances ofertados, na ordem de classificação;

e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

f) a aceitabilidade da proposta de preço;

g) a habilitação;

h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

j) o resultado da licitação;

XIII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do extrato do contrato; e

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e

XIV - ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

CAPÍTULO III

ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

Credenciamento

Art. 9º Deverão ser previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico: a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica.

Parágrafo único. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema.

Licitante

Art. 10 É de responsabilidade exclusiva do licitante qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido do certificado digital, ainda que por terceiros.

Art. 11 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Autoridade competente, Pregoeiro e equipe de apoio

Art. 12. Caberá à autoridade competente solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, bem como do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio.

CAPÍTULO IV CONDUÇÃO DO PROCESSO

Órgão ou entidade promotora da licitação

Art. 13. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional da equipe de apoio.

Autoridade competente

Art. 14. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

I - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;

II - indicar o provedor do sistema;

III - determinar a abertura do processo licitatório;

IV - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VI - homologar o resultado da licitação;

VII - celebrar o contrato.

CAPÍTULO V

FASE PREPARATÓRIA OU PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Orientações gerais

Art. 15. Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração de estudo técnico preliminar e de termo de referência;

II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;

III- elaboração do edital, estabelecendo critérios de julgamento das propostas, modo de disputa, aceitação das propostas e, se houver, valor ou percentual de redução ou acréscimo mínimo entre os lances;

IV- definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Valor estimado ou valor máximo aceitável

Art. 16. Se não constar do edital, o valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§1º. Para efeito do disposto no caput, o valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§2º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o valor estimado ou valor máximo aceitável constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

Designações do pregoeiro e da equipe de apoio

Art. 17. As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, ou de órgão ou entidade integrante do Sistemas de Serviços Gerais (Sisg).

§ 1o A equipe de apoio deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou pertencentes aos quadros permanentes do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 2o A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para uma licitação específica, para um período determinado, admitindo-se reconduções, ou por período indeterminado, podendo ser revogada a qualquer tempo.

§ 3º Os órgãos e entidades de que trata o § 1º do art. 1º deverão estabelecer planos anuais de capacitação contendo iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório, a serem implementadas com base em gestão por competências.

Responsabilidade do Pregoeiro

Art. 18. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I- conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelos setores responsáveis pela sua elaboração e de seus anexos;

III - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no edital;

IV - dirigir a etapa de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VII - indicar o vencedor do certame;

VIII - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a homologação.

Responsabilidade da equipe de apoio

Art. 19. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Responsabilidade do licitante

Art. 20. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no sítio eletrônico constante no edital;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, os documentos de habilitação e a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no provedor terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

CAPÍTULO VI

PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL

Publicação

Art. 21. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso de edital, no Diário Oficial do Município e quando for o caso no Diário Oficial do Estado e da União, bem como em jornais de grande circulação regional.

Edital

Art. 22. O município disponibilizará os editais de licitação na íntegra em meio eletrônico www.nobres.mt.gov.br/transparencia.

Modificação do Edital

Art. 23. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Esclarecimentos

Art. 24. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

§1º. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital e pela equipe de apoio, responder os pedidos de esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis.

§2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos devem ser divulgadas pelo sistema e possuem caráter vinculante a todos os participantes e à própria Administração.

Impugnação

Art. 25. Até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º A impugnação não possui, a priori, efeito suspensivo, cabendo ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis.

§ 2º Eventual necessidade de efeito suspensivo decorrente de impugnação deverá ser motivado pelo pregoeiro, nos autos do processo de contratação.

§ 3o Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

Prazo

Art. 26. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

Apresentação da proposta e documentos de habilitação pelo licitante

Art. 27. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes deverão encaminhar, juntamente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, essa fase.

§ 1º O envio da proposta, juntamente com os documentos de habilitação exigidos no edital, de que trata o caput, dar-se-á por meio de chave de acesso e senha.

§ 3º O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

§ 4o A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 5º Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

§ 6º Observado o disposto no caput, na fase de apresentação de proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante interessado, não haverá ordem de classificação das propostas, ocorrendo somente após os procedimentos estabelecidos no Capítulo IX.

§ 7º Os documentos de habilitação exigidos no edital e encaminhados pelos licitantes somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

§ 8º Os documentos complementares à proposta, quando necessários, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após a fase de lances.

CAPÍTULO VIII

ABERTURA DA SESSÃO E ENVIO DE LANCES

Horário de Abertura

Art. 28. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1o Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Conformidade das propostas

Art. 29. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 1o A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

Art. 30. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

Ordenação e classificação das propostas

Art. 31. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Início da fase competitiva

Art. 32. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1o O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2o Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando, quando houver, o valor ou percentual de redução mínimo entre os lances.

§ 4o Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5o Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Envio de lances

Art. 33. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - Aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II – Aberto e Fechado: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com proposta final fechada, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

§ 1º A etapa de lances da sessão pública, de que trata o inciso I, terá duração de dez minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 2º A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o § 1º, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

§ 3º Não havendo novos lances na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, a partir do registro no sistema do último lance que ensejou prorrogação automática ou após dez minutos da etapa de lances, sem novos lances ofertados.

§ 4º Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema de que trata o § 3º, poderá o pregoeiro, em conjunto com a equipe de apoio, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º.

§ 5º A etapa de lances da sessão pública, de que trata o inciso II, terá duração de 15 minutos, sem prorrogações.

§ 6º Encerrado o prazo de que trata o § 5º, o sistema abrirá oportunidade para que os licitantes com lances de até dez por cento superiores ao melhor lance possam ofertar

uma proposta final e fechada em até três minutos, a qual será sigilosa até o encerramento deste prazo.

§ 7º Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no § 6º, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer uma proposta final em até três minutos, a qual será sigilosa até o encerramento deste prazo.

§ 8º Após o término dos prazos estabelecidos nos §§ 6º e 7º, o sistema ordenará as propostas segundo a ordem crescente de valores.

§ 9º Não havendo classificados na forma estabelecida nos §§ 6º e 7º, poderá o pregoeiro, em conjunto com a equipe de apoio, admitir o reinício da sessão pública de lances, para que os licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar uma proposta final e fechada em até três minutos, a qual será sigilosa até o encerramento deste prazo, observando-se, após, o § 8º.

Desconexão do sistema na etapa de lances

Art. 34. Se houver desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro, no decorrer da etapa de envio lances, e o sistema permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 35. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após 24 horas da comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Critérios de desempate

Art. 36. Após a etapa de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos no art. 44, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se houver licitante que atenda a esse requisito, seguido da aplicação do critério art. 3º, § 2º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 37. Caso não haja envio de lances, após o início da fase competitiva, haverá a aplicação dos critérios de desempate, conforme estabelecido no art. 36.

Parágrafo único. Persistindo o empate, haverá o sorteio pelo sistema eletrônico entre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX JULGAMENTO

Negociação da proposta

Art. 38. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer o prazo mínimo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

Julgamento da proposta

Art. 39. Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 38, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º, o §8º do art. 27 e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o Capítulo X.

CAPÍTULO X HABILITAÇÃO

Documentação obrigatória

Art. 40. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso;

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7o da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 41. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, incialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Caso seja vencedor o licitante estrangeiro, para assinatura do contrato será requerido que os documentos, de que trata o caput, sejam autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 42. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante a União;

II - Apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - Demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - Responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - Obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Procedimentos de verificação

Art. 43 Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados conforme disposto no art. 27.

§ 1º Após o julgamento da proposta, caso haja a necessidade de envio de anexos, estes deverão ser apresentados de forma digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 2º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 3o Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 4o No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada por meio eletrônico, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 5o No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, consoante Capítulo X.

§ 6o Os demais procedimentos referentes ao sistema de registro de preços ficam submetidos à norma específica que regulamenta o art. 15 da Lei no 8.666, de 1993.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 8o Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI RECURSO

Intenção de recorrer e prazo para recurso

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante prazo concedido em sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1o A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2o O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XII ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Autoridade competente

Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, consoante inciso V do art. 14.

Pregoeiro

Art. 46. Não havendo recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, conforme inciso IX do art. 18.

CAPÍTULO XIII

SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

Erros ou falhas

Art. 47. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

CAPÍTULO XIV CONTRATAÇÃO

Art. 48. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§ 1o Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital,

as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2o Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no § 1o ou quando se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios, analisados os eventuais anexos da proposta e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das sanções previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 3o O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, podendo-se estabelecer outro prazo, desde que fixado em edital.

CAPÍTULO XV SANÇÃO

Impedimento de licitar e contratar

Art. 49. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 1o As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem, injustificadamente ou com justificativa não aceita pela administração, o compromisso assumido.

CAPÍTULO XVI REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Revogação e Anulação

Art. 50. A autoridade competente para homologação do procedimento licitatório de que trata este Decreto somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1o A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2o Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Art. 51. Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 52. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 53. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Vigência

Art. 54. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nobres,04 de março de 2021

LEOCIR HANEL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 304/2021

"Dispõe sobre a Exoneração do Sr. ***Carlos Bueno Rocha,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Carlos Bueno Rocha,*** portador do RG nº. 556.884 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 405.238.881-04, do cargo em comissão de Supervisor de Departamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/03/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 02 de março de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA N° 281/2021

PORTARIA N° 281/2021

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia a Senhora **Janahina Rodrigues da Silva,** para o Cargo em Comissão de Supervisora Escolar – DAS-2, na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, a partir de 01/03/2021.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 02 de Março de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 094 2020

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 094 2020 PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA EXERCICIO 2021 EMPRESA: DEFANT CAPELOSSA SILVA LTDA

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento Contrato 094/2020 **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - INSTALADA SOBRE ESTEIRAS, MOTOR DIESEL TURBO COM NO MINIMO 4 CILINDROS, POTENCIA BRUTA MINIMA DE 140HP, CONCHA COM VOLUME MINIMO DE 1,2 M3, SAPATAS DE LARGURA MINIMA DE 600 MM COM GARRAS TRIPLAS, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 20.000KG, CABINA FECHADA COM AR CONDICIONADO, CERTIFICAÇÃO ROPS (PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO).OBJETO DO CONVÊNIO Nº nº 871674/2018 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

O presente instrumento advém **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 Processo Administrativo n.°532/2020** ; Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - INSTALADA SOBRE ESTEIRAS, MOTOR DIESEL TURBO COM NO MINIMO 4 CILINDROS, POTENCIA BRUTA MINIMA DE 140HP, CONCHA COM VOLUME MINIMO DE 1,2 M3, SAPATAS DE LARGURA MINIMA DE 600 MM COM GARRAS TRIPLAS, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 20.000KG, CABINA FECHADA COM AR CONDICIONADO, CERTIFICAÇÃO ROPS (PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO).OBJETO DO CONVÊNIO nº 871674/2018 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**.,**"**e outro lado **Empresa: DEFANT CAPELOSSA SILVA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.086.529/0001-29 , com sede a Rua Ayrton Senna da Silva, 397, KM 397,4, Bairro Distrito Industrial, município de Cuiabá/MT CEP: 78.098-870 neste ato representado pelo proprietário senhor Leonardo Defant, inscrito no CPF nº 075.484.308-41, residente e domiciliado Rua Julio Martins Benevides 2198-S casa Vila Alta CEP: 78.300-000 Tangara da Serra/MT doravante denominado **CONTRATADA.**

1.1 CLAUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE CLAUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS –DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNDAMENTO: Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 826/2021** e o parecer jurídico municipal nº 149/2021 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 01/2021, cujo objetivo éInclusão do Disposto n**a Clausula SEXTA Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, Secretaria Desenvolvimento Rural referente ao código reduzido conforme descrição abaixo.

2 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Modificação unilateral do Contrato Administrativo quanto a alteração de Dotação Orçamentária para Secretaria Desenvolvimento Rural, oriundo da **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 Processo Administrativo n.°532/2020**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ONDE SE LÊ

CLAÚSULA SEXTA— DA DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

5.1. As despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente licitação correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária ao contrato :

Secretaria/Unidade	Recurso	ProjetoAtividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
10 – Sec. Desenvolvimento Rural	Federal	2036 – Manutenção e Encargos da Secretaria	429	44.90.52	124	480.000,00

LEIA-SE:

CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. **As despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente licitação correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:** conforme estabelecidos no Processo Administrativo nº 0826/2021 e parecer Jurídico nº 0149/2021

Secretaria	Recurso	ProjetoAtividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
10 – Sec. Desenvolvimento Rural	Federal	2036 – Manutenção e Encargos da Secretaria	383	44.90.52	124	480.000,00

3. CLAUSULA TERCEIRA– DAS DEMAIS CLAUSULAS

3.1 As demais clausulas constantes no contrato 094/2020, permanecem inalterados. O disposto do presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento 05 de Março 2021

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

ERRATA 8º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 61/2019

ERRATA 8º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 61/2019 PUBLICADO NO DIA 05 DE MARÇO DE 2021 NO JORNAL TCE MT E NO DIA 04 DE MARÇO DE 2021 NO AMM/MT

8º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 61/2019 ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CRECHE TIPO C CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 Nº 1518/2011 NO DISTRITO DE PIRIZAL NESTE MUNICÍPIO,*** **QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA BKP CONSTRUTORA LTDA EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00770/2019, TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019, AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00770/2019, TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 0510/2021 de aditivação de prazo ao contrato nº 061/2019 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

1.1.O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela empresa e parecer do setor de engenharia através do no Processo Administrativo nº 0510/2021 de aditivo de prazo do contrato 069/2019 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93, contratação de empresa especializada na execução de ***obras e serviços de engenharia para a Conclusão da Obra de Construção de Creche Tipo C conforme Termo de Compromisso PAC2 nº 1518/2011 no Distrito de Pirizal neste Município***, mediante o regime empreitada por preço global, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERENCIA 0011/2018 que é parte integrante do Edital Tomada de Preço 002/2019. , com **Empresa: BKP CONSTRUTORA LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº,16.939.495/0001-59 localizada na Rua

Alisios (JD BOM CLIMA), nº 332, Bairro: Despraiado, município de Cuiabá-MT CEP: 78048-226, firmam o presente termo aditivo de prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA

2.1 O presente termo aditivo terá sua vigência de 03 (três) meses a contar a partir do termino da vigência do sexto termo aditivo de prazo 02/02/2021

ONDE SE

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº106/2020.

CLÁUSULA QUARTA– DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 061/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 01 de Fevereiro 2020

LEIA-SE

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº106/2021.

CLÁUSULA QUARTA– DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 061/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 01 de Fevereiro 2021

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Empresa BKP CONSTRUTORA LTDA

CNPJ sob o nº 16.939.495/0001-59

Representado neste ato pelo **Sr. Fernando Augusto Carvalho Junior**

RG nº: 16050061 SSP/MT CPF/MF sob o nº 024.848.881-39

ATA N° 001/2021 - NUPDEC PIRIZAL

ATA N° 001/2021

Ao terceirodia do mês de março do ano de 2021, na Escola Estadual JoséCassemiro de Pinho, a Defesa Civil do Estado de Mato Grosso fomentou através dos seu servidores Arilson Soares da Silva, Érika Cristina Soares Silva e Gustavo Lopes Barbosa a criação do NÚCLEO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO DISTRITO DE PIRIZAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, onde estiveram reunidos representantes da comunidade, tendo como pauta da reunião, a fundação do Primeiro NUPEDC, em votação aberta, foi decidido pela maioria que o Núcleo de Proteção e Defesa Civil, terão os seguintes representantes: Presidente:Edésio Ferreira Pompilho CPF:487012621 - 49, Vice Presidente:Geison José Guimarães CPF:004543721 - 16, Primeira Secretaria:Maiara Ramos CPF: 065113061 - 19, Segunda Secretária:Luciene Carmo Silva CPF:039779491 - 60,Chefe de Logística:Leidelaine Gonçalves de Almeida Silva CPF: 021918231 - 06,Segundo Chefe de Logística: Letícia Rodrigues do Carmo CPF:067555331 - 81,Primeiro Chefe de Planejamento:Elena Maria da Silva CPF: 978468641 – 49, Segundo Chefe de Planejamento:LuziethAntonia Mendes CPF: 036905141 – 69 , Chefe de Resposta:Pompilio Ferreira GomesCPF:063469191 - 05, Equipe de Resposta:Maiara Ramos, Luciene Carmo Silva, Leidelaine Gonçalves de Almeida Silva, Elena Maria da Silva, LuziethAntonia Mendes, Letícia Rodrigues do Carmo, PompilioFerreira Gomes, Geison José Guimarães, . Com base na Lei Estadual de nº 10.670 de 16 de janeiro de 2018, que versa em seu Art. 7º ASAPDEC tem a seguinte estrutura:

V - órgãos de apoio: entidades privadas e sociedade civil organizada de modo geral e Núcleos de Proteção e Defesa Civil - NUPDECs.

Foi deliberado sobre a instalação do Núcleo de Proteção e Defesa Civil do distrito de Pirizal no município de Nossa Senhora do Livramento - MT, onde terá como sedea Escola Estadual José Cassemiro de Pinho, sendo deliberado e eleito o corpo de Coordenação, e os demais membros presentes,que terão suma importância em auxiliar e executar as ações devidamente debatidas por todos. Após a decisão para ocupação dos cargos, sendo realizada por voto aberto, e por ampla maioria, foi discutido e decidido pela primeira reunião a ser realizada, bem como a primeira ação a ser desenvolvida pelo Núcleo de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC. Estiveram presentes os seguintes membros:

Und.	Nome	Assinatura
1.	Edésio Ferreira Pompilho	
2.	Geison José Guimarães	
3.	Maiara Ramos	
4.	Luciene Carmo Silva	
5.	Leidelaine Gonçalves de Almeida Silva	
6.	Heládio Mendes de Campos Maciel	
7.	Paulo Leite de Araújo	
8.	Ademir Gustavo de Morais	
9.	Hiago Silva de Queluz	
10.	Letícia Rodrigues do Carmo	
11.	Elena Maria da Silva	
12.	LuziethAntonia Mendes	
13.	Pompilio Ferreira Gomes	
14.	Luciana Carmo Silva	
15.	ElimaraGrasiele de Arruda Costa	
16.	Maria Juliane da Cruz Arruda	

Arilson Soares da Silva - 2º Ten BM

Agente de Proteção e Defesa Civil

Érika Cristina Soares Silva

Coordenadora de Logística Humanitária

Gustavo Lopes Barbosa

Gerente de Logística e Suprimentos

DECRETO Nº 04 /2021

DECRETO Nº 04 /2021

Regulamenta a centralização das compras publicas na Prefeitura Municipal e da outras providências.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito do Município de Nossa Senhora do Livramento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido, no âmbito da Administração Direta, que todas as compras públicas serão centralizadas na Secretaria de Administração e Planejamento, através do Departamento de Compras e Licitações, salvo as compras que se enquadram em dispensas de licitação.

Art. 2º - Cada secretário deverá designar um servidor responsável na secretaria para, previamente, elaborar as especificações do objeto a ser licitado e encaminhar para o Departamento de Compras e Licitações, conforme modelo anexo a este decreto que será encaminhado às secretarias.

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento, 20 de janeiro de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO DO DECRETO 04-2021

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO (Pregão/ Adesão/Tomada de Preço/ RDC)

1. OBJETO: (descrição clara e objetiva do objeto a ser licitado) 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:DA RAZÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO E/OU EXECUÇÃO DE SERVIÇO 3. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

ITEM	IDENTIFICAÇÃO APLIC	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1				

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TECNICAS DO BEM: 5. CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO / DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (Prazo de Entrega ou de Execução, Local, Condições, Prazo de Aceite) 6. PÚBLICO ALVO: quem será beneficiado pelo objeto 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Indicar a dotação orçamentária para a execução do objeto 8. DA VIGÊNCIA DA ATA E/OU CONTRATO 9. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO: indicar o fiscal responsável pelo acompanhamento da execução do objeto 10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (comprovação da capacidade em fornecer o objeto licitado, no caso de objeto específico e ou obras solicitar especificação técnica na área) 11. ELABORAÇÃO DE ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PORTARIA N° 283/2021

PORTARIA N° 283/2021

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **Jesse Jesiel da Costa Santos,** para exercer o Cargo em Comissão de Gerente na Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – DAS- 1, a partir de 01/03/2021.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 02 de Março de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 25/2021.

DECRETO Nº 25/2021.

"ALTERA O ARTIGO 3º DO DECRETO MUNICIPAL N. 023/2021 QUE DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ADOTA MEDIDAS TEMPORÁRIAS MAIS RESTRITIVAS PARA FAZER FACE A ESCALADA DE CASOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVIRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO o abrupto aumento de casos diagnosticados de contágio pela COVID 19 no território do Município de Nossa Senhora do Livramento;

CONSIDERANDO a notícia da circulação de novas cepas do Coronavirus mais virulentas e mais agressivas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 462, de 22 de abril de 2020, que autorizou a revisão das medidas não farmacológicas excepcionais, restritivas à circulação e às atividades privadas, adotadas até o momento no Estado de Mato Grosso, caso a taxa de ocupação de leitos públicos de UTIs, exclusivos para Covid-19, atingisse o percentual de 60% (sessenta por cento);

CONSIDERANDO os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 358 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 01º de março de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, que indicam que a taxa de ocupação dos leitos públicos de UTIs no Estado de Mato Grosso está em 87,95% (oitenta e sete vírgula noventa e cinco por cento);

CONSIDERANDO, ainda, que em função do crescimento da taxa de contaminação do novo coronavírus em todos os municípios do Estado de Mato Grosso, o Governador do Estado editou os Decretos n.836 e 837 de 1º de março de 2021.

CONSIDERANDO a necessidade de estarmos adequando a nossa realidade local, aumentando ou diminuindo a intensidade das medidas de isolamento social, incluídas ai as restrições para diversas atividades tanto dos poderes públicos como da iniciativa privada implementadas no âmbito do Município de Nossa Senhora do Livramento com o fito de diminuir a proliferação da COVID-19;

CONSIDERANDO que o aumento acelerado dos casos de infecção pela COVID19 no município demonstram um quadro de extrema gravidade eis que a livre circulação de pessoas e o afrouxamento nas restrições ao comércio e demais atividades econômicas tendem a acelerar os casos de contágio, podendo trazer consequências graves para a nossa população, inclusive a lamentavel ocorrência de óbitos;

CONSIDERANDO o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde e bem estar de toda população livramentense;

DECRETA:

Art.1° O Artigo 3º do Decreto Municipal n. 023/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O funcionamento de todas as atividades e serviços ficará sujeito às seguintes condições:

I – de segunda à sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 19h00m;

II – aos sábados, domingos e feriados, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 12h00m;

§ 1º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de transporte coletivo, transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de manutenção de fornecimento de energia, água, telefonia, coleta de lixo, não ficam sujeitas às restrições de horário do presente artigo.

§ 2º Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados neste decreto, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 3º Os supermercados, mercearias e demais estabelecimentos comerciais voltados à venda de produtos alimentícios in natura, por serem considerados serviços essências, terão o seu funcionamento no sábado no período compreendido entre as 05h00m e 19h00m e nos demais dias seguem os horários fixados nos incisos I e II do Art. 3º deste Decreto.

§ 4º Os restaurantes situados nas margens da Rodovia BR 070 e que são destinados a atender caminhoneiros e demais pessoas em trânsito terão seu funcionamento entre as 05h00m e 21h00m de segunda a domingo, sendo proibida a venda de bebidas alcoólicas à partir das 19h00m.

§ 5º Durante a vigência deste decreto os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, cinemas, museus, teatros e a prática de esportes coletivos estão proibidos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento MT, 03 de março de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

ATA DE SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS ATA Nº 001/2021

ATA DE SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

ATA Nº 001/2021

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se no auditório do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sito à Rua Tancredo Neves, s/n.º, Bairro Cohab Nova, Nossa Senhora do Livramento/MT, os membros do Comitê Gestor Municipal de NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO a fim de deliberar sobre a seguinte pauta: **Aprovação das Famílias da sede selecionadas para receber o benefício do Programa SER Família**. As famílias selecionadas são: **01) Abgail da S. Pinho** NIS: 203.340.254-21 RG: 01864882-7 CPF: 020.691.921-21; **02) Aderciane Braga Cazeli** NIS: 127.700.894-06 RG: 1269948-9 CPF: 972.523.871-00; **03) Adriana Campos Ribeiro** NIS: 206.407.950-18 RG: 2145117-6 CPF: 040.188.361-20; **04) Adriana Lina da Silva** NIS: 132. 909.004-00 RG: 1805370-0 CPF: 018.443.241-33; **05) Alda Rodrigues da Silva** NIS: 209.262.362-31 RG: 1660672-8 CPF: 204.687.091-34; **06) Alessandra Lucia de Assis** NIS: 212.741.990-28 RG: 016357639 CPF: 023.546.231-43; **07) Aline Fátima da Silva** NIS: 161.326.006-05 RG: 2254824-6 CPF: 050.755.281-47; **08) Amanda Catarina de Arruda Costa** NIS: 161.408.276-48 RG: 2966592-2 CPF: 077.435.471-24; **09) Ana Maria da Silva** NIS: 209.365.164-58 RG: 1648155-0 CPF: 738.656.561-53; **10) Andréia Jessica as Silva** NIS: 212.504.839-15 RG: 2310118-0 CPF: 044.278.671-97; **11) Anny Carolini Aparecida Alcantara** NIS: 210.464. 938-51 RG: 2480352 CPF: 035.143.381-32; **12) Benedita Auxiliadora da Silva** NIS: 209.365.317-67 RG: 1625033-8 CPF: 018.283.911-74; **13) Berenice de Miranda** NIS: 160.920.679-36 RG: 2021770-6 CPF: 038. 518.491-32; **14) Bruna Cristiane de Campos dos Santos** NIS: 212.748. 152-84 RG: 2432511-2 CPF: 051.076.561-02; **15) Bruna Gonçalina Silva Santos** NIS: 160.342.668-24 RG: 2578375-0 CPF: 062.457.071-10; **16) Camila Adriana Curvo** NIS: 162.460.201-44 RG: 02653843-1 CPF: 057. 384.721-52; **17) Cassia Rosa Araújo** NIS: 164.390.974-32 RG:1461336-0 CPF: 016.993.561-22; **18) Catarina Domingas Santos** NIS: 161.993. 061-21 RG: 1594196-5 CPF: 023.001.901-33; **19) Célia Jessika da Silva** NIS: 166.082.801-07 RG: 02416067-9 CPF: 061.626.261-21; **20) Cheila Camila da Silva** NIS: 203.340.261-93 RG: 021640009 CPF: 039.504. 201-18; **21) Cícera Alves de Rezende** NIS: 236.362.003-52 RG: 19048335 CPF: 020.921.451-18; **22) Clarice de Campos Silva** NIS 165. 078.179-11 RG: 17567483 CPF: 021.052.321-24; **23) Creonice Silva Campos** NIS: 164.929.309-33 RG: 1771477-0 CPF: 015.504.741-89; **24) Crislayne de Almeida Silva** NIS: 203.340.256.77RG 1921441-3 CPF: 038.304.231-36; **25) Cristiane Rosa Araújo** NIS: 204.097.706-92 RG: 01461332-8 CPF: 976.192.481-53; **26) Cristina Aurélia Silva Espírito Santo** NIS: 163.733.551-10 RG: 65088-6 CPF: 522.803.651-20; **27) Daiane Campos Silva** NIS: 156.945.026-24 RG: 2552247-7 CPF: 705.570. 911-36; **28) Daiane Kelly Deniz da Silva** NIS: 236.550.731-90 RG: 1775418-6 CPF: 044.230.761-60; **29) Darlen Keila Deniz da Silva** NIS: 160.260.168-65 RG: 1754584-6 CPF: 034.175.701-23; **30) Dinalva Cristina da Silva** NIS: 161.326.652-27 RG: 3002256-8 CPF: 073.923.881-77; **31) Dora Maria da Silva** NIS: 161.326.677-26 RG: 2126525-9 CPF: 028. 614.871-43; **32) Edilaine Caroline Pinho da Silva Leite** NIS: 206.407. 962-35 RG: 2024277-8 CPF: 041.917.181-93; **33) Elaine de Oliveira Santos** NIS: 161.326.791-83 RG: 2205282-9 CPF: 048.574.471-69; **34) Elidia Maria do Espírito Santo** NIS: 204.097.701-37 RG: 16695860 CPF: 037. 108.141-52; **35) Elisa Cristina Carvalho Rodrigues** NIS: 212.245.672-52 RG: 2006499-3 CPF: 027.650.951-08; **36) Erica Tamires Silva Pereira** NIS: 203.340.262-23 RG: 2415948-4 CPF: 074.643.341-75; **37) Erika Lorrayne Lemes do Nascimento** NIS: 204.437.685-22 RG: 2414589-0 CPF: 058.075.381-61; **38) Ezilda Maria Correa da Silva** NIS: 162.426.207-24 RG: 1476009-6 CPF; 012.386.331-70; **39) Flávia Maria da C. Ferreira** NIS: 220.094.025-01 RG: 19045459 CPF: 026.713.081-32; **40) Francisca Maria da Silva** NIS: 209.264.715-75 RG: 043419 CPF: 161.724.261-68; **41) Geovana Campos de Almeida**; NIS: 206.407.952-12 RG: 023358122 CPF: 054.884.011-30; **42) Gonçalina Maria da Silva Campos** NIS: 162. 613.972-88 RG: 3394900-0 CPF: 103.937.001-27; **43) Heloisa Maria Pinto** NIS: 200.364.227-08 RG: 1090113-2 CPF: 014.083.811-25; **44) Iara Borges da Silva** NIS: 204.097.676-16 RG: 2425066-0 CPF: 059.441. 811-92; **45) Janete Silva de Arruda** NIS: 162.200.841-01 RG: 66371-4 CPF: 327.445.951-87; **46) Jenifer Gonçalves Leite** NIS: 163.482.917-08 RG: 24646717 CPF: 047.631.661-82; **47) Jessica Loreane da Silva** NIS: 209.540.934-15 RG: 2233943-4 CPF: 040.188.391-46; **48) Jessica Vanessa da Silva** NIS: 162.002.460-18 RG: 2565667-8 CPF: 053.718. 251-93; **49) Jocenil Benedita Oliveira** NIS: 210.632.256-65 RG: 16696069 CPF: 039.504.221-61; **50) Joelita Nunes dos Santos** NIS:203. 130.180-35 RG: 15610381 CPF: 025.003.301-17; **51) Josiane Paula de Campos** NIS: 162.011.503-67 RG: 2349035-7 CPF: 048.573.611-08; **52) Jucinira de Oliveira Campos** NIS 162.610.486-31 RG: 1490681-3 CPF: 022.951.421-99; **53) Juliana Thaisa de Morais** NIS: 220.026.842-34 RG: 1818845-1 CPF: 010.228.291-90; **54) Katiane da Silva** NIS: 203.340. 262-82 RG: 2931240-7 CPF: 077.815.971-09; **55) Kathyane da Silva Martins** NIS: 164.217.085-10 RG: 02448921-2 CPF: 049.023.521-25; **56) Kethily Kelry Monteiro** NIS: 164.426.990-14 RG: 2771818-2 CPF: 047.

974.681-81; **57) Laís Araujo da Silva** NIS: 237.021.507-37 RG: 2164041-4 CPF: 035.997.121-07; **58) Ledir Sofia de Campos** NIS: 163. 750.775-41 RG: 0474219-2 CPF: 697.306.951-72; **59) Leduvina Avelina de França** NIS: 164.323.402-50 RG: 1568881-0 CPF: 032.645.971-52; **60) Luara Braz da Silva** NIS: 228.221.048-31 RG: 21894485 CPF: 053. 288.551-16; **61) Luciana Cristina de Almeida** NIS: 164.544.202-57 RG: 018423744 CPF: 032.477.331-59; **62) Maitana Maria da Silva** NIS: 164. 344.481-64 RG: 2969706-9 CPF: 073.610.211-66; **63) Manoel Benedito Figueiredo** NIS 209.269.416-36 RG: 1444237-0 CPF: 017.980.841-98; **64) Marcela Acácia Ferreira Pedrosa** NIS: 164.908.136-54 RG: 02042356-0 CPF: 034.954.901-08; **65) Maria Delucia de Oliveira** NIS: 164.935.307-26 RG: 10505318 CPF: 036.716.441-84 **66) Maria do Carmo Escandelaria** NIS: 203.340.259-36 RG: 0774615-6 CPF: 042.417.671-84; **67) Maria Eva da Silva** NIS: 164.344.820-52 RG: 1194959-7 CPF: 028. 719.501-56; **68) Maria Gonçalina de Paula** NIS: 203.130.194-06 RG: 01648167-4 CPF: 011.129.081-37; **69) Maria Jaqueline da Silva** NIS: 164.544.796-50 RG: 2056624-7 CPF: 035.721.431-52; **70) Maria Lucia de Campos** NIS: 209.365.165-39 RG: 1730307-9 CPF: 020.691.911-50; **71) Maria Lucia Santos Ferreira** NIS: 163.812.736-59 RG: 181.801-40 CPF: 042.260.321-01; **72) Maria Madalena dos Santos** NIS: 164.577.237-22 RG: 1422830-0 CPF: 025.808.801-00; **73) Marinil Francisca dos Santos** NIS: 164.935.396-42 RG: 1898086-4 CPF: 027.082.581-92; **74) Meiry Fátima de Campos** NIS: 131.361.124-06 RG: 011782862 CPF: 017.308. 111-83; **75) Micherllene Laurice Xavier de Lima** NIS: 164.713.216-52 RG: 2416017-2 CPF: 048.624.771-60; **76) Mirian de Onizia Galvão** NIS: 164.349.194-50 RG: 0801434-5 CPF: 776.595.541-15; **77) Monique Keneen Nascimento de Sá** NIS: 166.299.610-79 RG: 02415994-8 CPF: 048. 623.811-38; **78) Natalina de Jesus dos Santos** NIS: 236.091.868-40 RG: 01311454-9 CPF: 028.474.411-58; **79) Naziele Rosa de arruda** NIS: 204. 097.683-88 RG: 1475126-7 CPF: 000.133.891-90; **80) Nilza do Carmo Oliveira** NIS: 166.107.200-46 RG: 16775503 CPF: 016.870.921-09; **81) Odineia Catarina de Morais** NIS: 166.180.185-10 RG: 860103-8 CPF: 438.671.661-53; **82) Patrícia da Cruz de Almeida** NIS: 210.048.089.519 RG: 2558673-4 CPF: 703.672.231-20; **83) Priscila Gonçalves Leite** NIS: 165.499.201-41 RG: 20841590 CPF: 3291156188; **84) Ramona Aparecida Godoy** NIS: 162.178.634-01 CPF: 037.774.491-30; **85) Raquel Porto Nogueira** NIS: 166.587.457-74 RG: 019193203 CPF: 011.607.381-06; **86) Regina Gonçalina de Campos** NIS: 203.340.238-95 RG: 22972374 CPF: 047.826.051-29; **87) Regina Laura dos Santos** NIS: 206.407.937-32 RG: 1919318-1 CPF: 027.282.101-28; **88) Rita Marcia de Arruda** NIS: 166. 262.853-95 RG: 21265631 CPF: 046.802.311-90; **89) Rosa de Lima da Silva** NIS: 165.500.375-90 RG: 01571621-0 CPF: 241.122.751-53; **90) Rose dos Santos Ferraz** NIS: 170.621.783-12 RG: 80150-6 CPF: 784. 147.171-87; **91) Rosilene dos Santos** NIS: 207.395.082-23 RG: 1396132-2 CPF: 742.743.921-04; **92) Rosilene Silva dos Santos** NIS: 166.822.526-34 RG: 20375484 CPF: 040.101.111-94; **93) Rosinete Maria Deniz** NIS 209. 364.619-55 RG: 015766360 CPF: 983.562.241-87; **94) Talia Cida da Silva** NIS: 165.970.335-91 RG: 0272238-3 CPF: 064.687. 821-20; **95) Tatiane Acosta** NIS: 166.091.795.15RG 1923940-8 CPF: 024.588.621-44; **96) Tatiane Cristina da Silva** NIS: 165.490.369-93 RG: 017754780 CPF: 021.043.121-08; **97) Viviann Ketelly da Silva** NIS: 166. 107.972-35 RG: 2415960-3 CPF: 073.159.681-13; **98) Zenaide Almeida da Silva Darsia** NIS: 203.422.235-47 RG: 132434336 CPF: 280.011. 702-63. Atestamos que as famílias selecionadas atendem aos critérios de elegibilidade e condicionalidades do Programa SER Família. Assim, encerrada a reunião, todos os membros do Comitê Gestor Municipal assinam a presente ata e encaminhamos para publicação em veículo oficial.

Luciene Rodrigues de Morais (Titular) _____

Hellen Regina da Costa Amorim (Suplente)_____

Kelly Aparecida Silva de Souza (Titular) _____

Joenio João da Silva (Suplente)_____

Alice Luiza Silva (Titular)_____

Mariana Fátima de Oliveira (Suplente)_____

Valéria Vanessa Porfíria da Silva (Titular)_____

Mayara Tereza Freitas e Silva (Suplente)_____

7º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO AO CONTRATO 086/2018

7º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO AO CONTRATO 086/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE ENCONTRA-SE EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD), QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE O PESSOA FISICA SENHOR VALDEVINO TEODORO DE MORAISPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882/**2017** MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018**.**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 0371/2021 de aditivação de valor e prazo ao contrato nº 086/2018 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

Resolvem celebrar o **7º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO AO CONTRATO 086/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE ENCONTRA-SE EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD), QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O PESSOA FISICA SENHOR VALDEVINO TEODORO DE MORAIS PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018**". de acordo com que prescreve o artigo 65 inc II , alínea ¨d¨da Lei nº8.666/93.

1. CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto do Presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico- financeiro dos itens 01, 02. Preço adjudicados ao CONTRATADO no**PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018. Abaixo descrito conforme Processo Administrativo 371/2021 parecer jurídico nº 146/2021.**

Lote	Descrição	Unidade	Valor Adjudicado Pregão Eletrônico 039/2017	Varrição%	Preço Atual a Partir do Parecer Jurídico 146/2021 Data 03/03/2021
01	Serviço de Transporte de pacientes, compreendendo o percurso entre a comunidade Ninho das Águias e localidades próximas, na zona rural do Município de Nossa Senhora do Livramento e o Trevo do Lagarto, no Município de Várzea Grande. Carro de passeio que possa atender no mínimo quatro passageiros que esteja em condições de transportá-los em segurança	56	139,00	30%	R$ 176,80
02	Serviço de Transporte de pacientes, compreendendo o percurso entre a comunidade do Faval e localidades próximas, passando pela Comunidade Estrela do Oriente, na zona rural do Município de Nossa Senhora do Livramento, e o posto de combustível FREE, situado à margem da BR-070. Carro de passeio que possa atender no mínimo quatro passageiros que esteja em condições de transportá-los em segurança.		190,00	30%	R$ 247,00

2.CLAUSUAL SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Originário não alterado neste termo aditivo. E por estarem justo e contratado, firmam o presente termo aditivo, em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT 03 de Março de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Pessoa Física – Valdevino Teodoro de Morais

RG: nº 636.950 SSP/MT

CPF nº 473.923.201-49

ERRATA EXTRATO DO CONTRATO 094 2020

ERRATA EXTRATO DO CONTRATO 094 2020

ONDE SE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - INSTALADA SOBRE ESTEIRAS, MOTOR DIESEL TURBO COM NO MINIMO 4 CILINDROS, POTENCIA BRUTA MINIMA DE 140HP, CONCHA COM VOLUME MINIMO DE 1,2 M3, SAPATAS DE LARGURA MINIMA DE 600 MM COM GARRAS TRIPLAS, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 20.000KG, CABINA FECHADA COM AR CONDICIONADO, CERTIFICAÇÃO ROPS (PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO). OBJETO DO CONVÊNIO Nº 832641/2016 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: DEFANT CAPELOSSA SILVA LTDA CNPJ/MF 33.086.529/0001-29 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 Processo Administrativo n.°532/2020

LEIA-SE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - INSTALADA SOBRE ESTEIRAS, MOTOR DIESEL TURBO COM NO MINIMO 4 CILINDROS, POTENCIA BRUTA MINIMA DE 140HP, CONCHA COM VOLUME MINIMO DE 1,2 M3, SAPATAS DE LARGURA MINIMA DE 600 MM COM GARRAS TRIPLAS, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 20.000KG, CABINA FECHADA COM AR CONDICIONADO, CERTIFICAÇÃO ROPS (PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO).OBJETO DO CONVÊNIO nº 871674/2018 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: DEFANT CAPELOSSA SILVA LTDA CNPJ/MF 33.086.529/0001-29 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 Processo Administrativo n.°532/2020

DO OBJETO

1.1 O presente instrumento contratual é a **AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - INSTALADA SOBRE ESTEIRAS, MOTOR DIESEL TURBO COM NO MINIMO 4 CILINDROS, POTENCIA BRUTA MINIMA DE 140HP, CONCHA COM VOLUME MINIMO DE 1,2 M3, SAPATAS DE LARGURA MINIMA DE 600 MM COM GARRAS TRIPLAS, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 20.000KG, CABINA FECHADA COM AR CONDICIONADO, CERTIFICAÇÃO ROPS (PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO).OBJETO DO CONVÊNIO Nº 832641/2016 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**A, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 Processo Administrativo n.°532/2020** que é parte integrante desta contrato, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	DEFANT CAPELOSSA SILVA LTDA CNPJ/MF 33.086.529/0001-29
Endereço:	AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA 397 BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL MUNICIPIO DE CUIABA/MT
Contatos:	65 3665-0272 EMAIL cleo.santos@pampa.net
Representante:	CLEO CESAR DOS SANTOS (Procurador)

Razao Social	CNPJ	Lote	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qdade do Item	Valor do Item	Valor Total do Item
DEFANT E CAPELOSSA SILVA LTDA	33086529000129	6	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - INSTALADA SOBRE ESTEIRAS, MOTOR DIESEL TURBO COM NO MINIMO 4 CILINDROS, POTENCIA BRUTA MINIMA DE 140HP, CONCHA COM VOLUME MINIMO DE 1,2 M3, SAPATAS DE LARGURA MINIMA DE 600 MM COM GARRAS TRIPLAS, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 20.000KG, CABINA FECHADA COM AR CONDICIONADO, CERTIFICAÇÃO ROPS (PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO).	UN	JCB	JS22O	1	480.000,00	480.000,00

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas neste contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
10 – Sec. Desenvolvimento Rural	Federal	2036 – Manutenção e Encargos da Secretaria	429	44.90.52	124	480.000,00

VALIDADE DO CONTRATO

5.2 A validade do presente contrato será de 06 (seis) meses a partir de sua assinatura contratual.

Nossa Senhora do Livramento – MT 21 de Setembro de 2020.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa: DEFANT CAPELOSSA SILVA LTDA,

CNPJ sob o nº 33.086.529/0001-29

Representado pelo proprietário senhor Leonardo Defant,

CPF nº 075.484.308-41

PORTARIA N° 282/2021

PORTARIA N° 282/2021

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia a Senhora **Erica Gonçalina da Silva,** para o Cargo em Comissão de Supervisora Escolar – DAS-2, na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, a partir de 01/03/2021.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 02 de Março de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

7º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO AO CONTRATO 086/2018

7º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO AO CONTRATO 086/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE ENCONTRA-SE EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD), QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE O PESSOA FISICA SENHOR VALDEVINO TEODORO DE MORAISPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882**/2017** MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018**.**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 0371/2021 de aditivação de valor e prazo ao contrato nº 086/2018 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

Resolvem celebrar o **7º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO AO CONTRATO 086/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE ENCONTRA-SE EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD), QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O PESSOA FISICA SENHOR VALDEVINO TEODORO DE MORAIS PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018**". de acordo com que prescreve o artigo 65 inc II , alínea ¨d¨da Lei nº8.666/93.

1. CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto do Presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico- financeiro dos itens 01, 02. Preço adjudicados ao CONTRATADO no**PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018. Abaixo descrito conforme Processo Administrativo 371/2021 parecer jurídico nº 146/2021.**

Lote	Descrição	Unidade	Valor Adjudicado Pregão Eletrônico 039/2017	Varrição%	Preço Atual a Partir do Parecer Jurídico 146/2021 Data 03/03/2021
01	Serviço de Transporte de pacientes, compreendendo o percurso entre a comunidade Ninho das Águias e localidades próximas, na zona rural do Município de Nossa Senhora do Livramento e o Trevo do Lagarto, no Município de Várzea Grande. Carro de passeio que possa atender no mínimo quatro passageiros que esteja em condições de transportá-los em segurança	56	139,00	30%	R$ 176,80
02	Serviço de Transporte de pacientes, compreendendo o percurso entre a comunidade do Faval e localidades próximas, passando pela Comunidade Estrela do Oriente, na zona rural do Município de Nossa Senhora do Livramento, e o posto de combustível FREE, situado à margem da BR-070. Carro de passeio que possa atender no mínimo quatro passageiros que esteja em condições de transportá-los em segurança.		190,00	30%	R$ 247,00

2.CLAUSUAL SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Originário não alterado neste termo aditivo. E por estarem justo e contratado, firmam o presente termo aditivo, em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT 03 de Março de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Pessoa Física – Valdevino Teodoro de Morais

RG: nº 636.950 SSP/MT

CPF nº 473.923.201-49

PORTARIA Nº 006/2021 - EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 006/2021

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Estudos Técnicos Preliminares e da outras providências. Conforme, Decreto nº 10.024 de 20 de Setembro de 2019, artigo 3º, IV e

Instrução Normativa de nº 05 de Maio de 2017, artigos 21, alínea ''d'' e artigo 24, do mesmo dispositivo.

A Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições gerais:

Considerando que o Decreto nº 10.024 de 20 de Setembro de 2019 em seu artigo 3º, IV e Instrução Normativa nº 05 de Maio de 2017 em seu artigo 21, alínea ''d'' e artigo 24, do mesmo dispositivo, estabelecem a necessidade de formalização de documento que sirva de bojo aos termos de referência elaborados por esta secretaria;

Considerando, a carência de criação da presente comissão, a par de tornar mais céleres, transparentes e públicos os procedimentos licitatórios;

RESOLVE:

Art. 1º. *Nomear a Comissão de Estudos Técnicos Preliminares:*

1 – Maria Auxiliadora da Silva Cunha – Secretária Municipal de Educação e Esportes

2 – Marinaldo Rodriguês da Silva – Coordenador de Transporte Escolar

3 – Joênio João da Silva – Coordenador de Merenda Escolar

4 – Gilson Luiz de Freitas Junior – Coordenador de Esportes

5 – Antônio Carlos Maciel – Coordenador Pedagógico

Art. 2º. *Atribuições da Comissão de Estudos Técnicos Preliminares.*

I – Planejar, elaborar, acompanhar e analisar, os Estudos Técnicos Preliminares.

Art. 3º. *Esta portaria entra em vigor a partir desta data.*

Nossa Senhora do Livramento – Mato Grosso, em 08 de Fevereiro de 2021.

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Secretária Municipal de Educação e Esportes

SEM EFEITO DE PUBLICAÇÃO CONFORME PARCER JURIDICO 145/2021 O 1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 080 2020

SEM EFEITO DE PUBLICAÇÃO CONFORME PARCER JURIDICO 145/2021 O 1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 080 2020 PUBLICADO NA AMM/MT EM 24 DE DEZEMBRO DE 2020 E NO JORNAL TCE/MT EM 29 DE DEZEMBRO 2020

1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 080 2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE PONTE DE MADEIRA VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA FERNANDES E. EIRELI PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°1159/2020.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 05 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N° 284/2021

PORTARIA N° 284/2021

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **Ana Dare da Costa Medeiros,** para exercer o Cargo em Comissão de Gerente na Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – DAS- 1, a partir de 01/03/2021.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 02 de Março de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285/2021

PORTARIA Nº 285/2021

"Cria Comissão Técnica Especial de Conferência com a finalidade de conferir os documentos e informações apresentados pela Comissão de Transmissão de Mandato e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições legais decreta:

Art. 1º Fica criada a Comissão Técnica Especial de Conferência com a finalidade de conferir os documentos e informações apresentados pela Comissão de Transmissão de Mandato, a qual será composta pelos seguintes servidores:

Otarci Nunes da Rosa

Vladimir de Lima Brandão

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Art. 2º À Comissão Técnica Especial de Conferência compete:

I. Conferir os saldos das disponibilidades financeiras remanescentes da gestão anterior, de caixa e ou bancárias; II. Conferir os inventários de bens móveis, imóveis e materiais, para fins de emissão de novos Termos de Responsabilidade; III. Levantar os compromissos financeiros para o período do mandato seguinte: IV. Conferir demais informações apresentadas pela Comissão de Transmissão de Mandato, de acordo com a priorização dada pelo novo mandatário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 18 de Janeiro de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2021

CONTRATADA:**WESGLY DE M SALES**

CNPJ sob nº 27.612.207/0001-73

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO 9° ANO E IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTAL DE PLANEJAMENTO PARA GESTORES E PROFESSORES, ACOMPANHAMENTO DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA COM ALUNOS, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO ON-LINE COM CORREÇÃO, ENTRE OUTROS SERVIÇOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**

VALOR GLOBAL R$ 104.500,00 (Cento e quatro mil e quinhentos reais) que serão pagos em 11 (onze) parcelas mensais no valor de R$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais).

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 100/2021

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

JOSE MARTINES FERNANDES**,** Chefe Depto de Esporte e Lazer, portador do CPF 444.056.699-53, matricula 5179.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução do **Contrato Nº 39/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e os fornecedores: **JOSE JADIR FACCIO EIRELI**, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS PARA PAISAGISMO E CONSTRUÇÃO CIVIL**, utilizando-se os termos da **Ata de Registro de Preços nº 222/2020,** oriunda do Pregão Presencial nº 063/2020, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

JOSE PAULO NEVES DOS SANTOS**,** Professor Efetivo, portador do CPF 030.634.281-24, matricula 4403.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 05 de março de 2021.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

Suplente

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2021

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 014/2021, adjudicando a **AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, (IMPRESSORA TERMICA), PARA FINS DE IMPRESSÃO SIMULTÂNEA DE FATURAS DE CONSUMO DE ÁGUA, EM ATENDIMENTO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT,** conforme especificações em anexo.

Adjudique-se a empresa:

CONTRATADA:GESTTI – GESTAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

CNPJ Nº: **14.393.106/0001-07**

VALOR TOTAL: R$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais).

ITEM	DESCRICAO	MARCA MODELO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Impressora térmica com conexão bluetooth, bateria, carregador, capa de proteção.	ZEBRA ZQ-520	Unid.	01	R$ 4.850,00	R$ 4.850,00

VALOR TOTAL: R$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais).

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes - MT, 05 de março de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2021

CONTRATADA:**OI S.A.**

CNPJ sob nº 76.535.764/0001-43

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA, COM ACESSO CELULAR, PACOTE 20 LINHAS, COM LIGAÇÕES ILIMITADAS E COM FRANQUIA DE 6 GB CADA, LINK DEDICADO COM NO MÍNIMO 50 MBPS DE UPLOAD X 50MBIT/S DOWNLOAD, COM 8 ENDEREÇOS VALIDOS NA REDE MUNDIAL, COM ABORDAGEM VIA FIBRA ÓTICA (80% DE BANDA GARANTIDA), SERVIÇOS ANTI DDOS E ROTEADOR PPP FORNECIDO PELA OI, E PACOTE DIGITRONCO SERVIÇO DDR (E1), TELEFÔNICO DE 10 CANAIS, CHAMADAS FIXO E CELULAR ILIMITADAS PARA QUALQUER OPERADORA DO BRASIL, E PACOTE DE 7.000 MIL MINUTOS PARA INTERURBANO ISENTOS DE TAXA DE INSTALAÇÃO.

VALOR GLOBALR$ 110.148,00 (Cento e dez mil cento e quarenta e oito reais) que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais no valor R$ 9. 179,00 (Nove mil cento e setenta e nove reais).

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2021

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 014/2021, na **AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, (IMPRESSORA TERMICA), PARA FINS DE IMPRESSÃO SIMULTÂNEA DE FATURAS DE CONSUMO DE ÁGUA, EM ATENDIMENTO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT,** conforme especificações em anexo.

CONTRATADA:GESTTI – GESTAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

CNPJ Nº: **14.393.106/0001-07**

VALOR TOTAL: R$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 05 de março de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 011/2021

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 011/2021, na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL, (MOTOBOMBA PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA) E (BOMBA DOSADORA PARA MANUTENÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS), DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme especificações em anexo.

CONTRATADA:UISCE PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ Nº: **27.072.924/0001-50**

VALOR TOTAL: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

CONTRATADA:CASA DAS BOMBAS COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA

CNPJ Nº: **04.603.686/0001-66**

VALOR TOTAL: R$ 9.850,00 (nove mil oitocentos e cinquenta reais).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 03 de março de 2021

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 061/2020

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 061/2020 DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAMa **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES** E AEMPRESA**EDSON APARECIDO DA SILVEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS EPP.**

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram o **MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.001.064-6 SSP/PR e inscrito no CPF nº 037.458.769-89, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa **EDSON APARECIDO DA SILVEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS EPP**, com sede na Rua: Avenida Erico Antonio de Carli nº 171, Setor E, cep: 78. 580-0000, município de Alta Floresta – MT, inscrita no CGC/MF sob o n.º 26.560.349/0001-71, e-mail: gabifguevara@gmail.com, telefones: (66) 98437-3812/99641-5813, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **Edson Aparecido da Silveira,** titular do CPF nº 532.001.101-63 e portador do RG nº 0800882-5 SSP/MT, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **GABRIELA FERREIRA GUEVARA** portador da carteira profissional N.º. **MT48898.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_06/2016 (REF. SINAPI 94267), EXCETO FORNECIMENTO DE MATERIAL).**

1.2.Poreste ato de aditivo de Prorrogação de prazo, ajustam e acordam entre si o presente **TERMO ADITIVO**, mediantes as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93, na clausula 5ª, subitem 5.6 do contrato nº 061/2020.

2.2. A Contratante providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do município (AMM-MT), conforme estabelece a Lei.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1.Prorrogação do prazo de duração do Contrato original, por mais **46 (quarenta e seis)** dias, passando a vigorar do dia **05/03/2021** até a data de **20/04/2021.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 05 de março de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

EDSON APARECIDO DA SILVEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS EPP

CNPJ: **26.560.349/0001-71**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA ADEMIR URTADO JUNIOR

CPF: 041.729.241-40 CPF: 040.719.819-

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 011/2021

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 011/2021, adjudicando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL, (MOTOBOMBA PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA) E (BOMBA DOSADORA PARA MANUTENÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS), DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme especificações em anexo.

Adjudique-se as empresas:

CONTRATADAS:

CONTRATADA:**UISCE PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA**

CNPJ Nº: **27.072.924/0001-50**

VALOR TOTAL: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

ITEM	*DESCRICAO*	MARCA	UNIDADE	*QUANT*	*VALOR UNITARIO*	*VALOR TOTAL*
01	BOMBA DOSADORA TRIPLEX (03 CABEÇAS).	GRU 250	UNID	*01*	*R$ 7.200,00*	*R$ 7.200,00*

CONTRATADA:**CASA DAS BOMBAS COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA**

CNPJ Nº: **04.603.686/0001-66**

VALOR TOTAL: R$ 9.850,00 (nove mil oitocentos e cinquenta reais).

ITEM	*DESCRICAO*	MARCA	UNIDADE	*QUANT*	*VALOR UNITARIO*	*VALOR TOTAL*

032	*MOTOBOMBA MANCALIZADA PARA MOTOR 50CV 2 POLOS PRESSAO MAXIMA 86 MCA, VAZAO MAXIMA 114,5 M³ HORA, COM SUCCAO DE 3" RECALQUE DE 2 ½ VEDACAO SELO MECANICO COM FLANGE NORMA DIN*	FAMAC	UNID	*01*	*R$ 9. 850,00*	*R$ 9. 850,00*

VALOR TOTAL **R$ 17.050,00 (dezessete mil e cinquenta reais).**

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes - MT, 03 de março de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 096/2021

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

AMIBSON EVANGELISTA DE ARRUDA, Agente de fiscalização, portador do CPF 014.704.271.25, matricula 4138.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO Nº 038/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **SUPERNET COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**, tendo como objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, CONFIGURAÇÕES DE SERVIDORES EM AMBIENTES LINUX CENTOS, MIKROTIK E WINDOWS E MANUTENÇÃO EM REDE FÍSICA WIRED E WIRELESS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, COM ATENDIMENTO IN-LOCO.**Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

ROBERTO LIMA DA SILVA, Agente administrativo, portador do CPF 039. 080.999.35, matricula 910.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 05 de março de 2021.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

Suplente

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 094/2021

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

COSME DE OLIVEIRA NETO TECNICO NIVEL MEDIO, portador do CPF: 681.218.494-20, matricula 883.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes tendo como objeto:**REGISTRO DE PREÇO EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO COM ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT.**Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

GLAUCIA APARECIDA SAMPAIO, AGENTE ADMINISTRATIVO, portador do CPF: 095.599.428-40, matricula 3393.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 05 de março de 2021.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

Suplente

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2021 PREGÃO PRESENCIAL N°. 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Srª. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº.9.001.064-6 SSP/SP, e do CIC/CPF nº.037.458.769-89 **RESOLVE** registrar os preços da empresa **NITROVALLE DISTRIBUIDORA E NITROGENIO LIQUIDO EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ. 10.176.887/0001-27, situada na Avenida Luiz Bramatti, n° 2.012, na cidade de Fernandópolis/SP, neste ato representado pelo senhor **PEDRO BORELLA NETO**, portador do RG n°. 26.605.710-x- SSP/SP e inscrito (a) sob o CPF n°. 275.422.238-36, residente e domiciliada situada na Alameda Romênia, n°. 518, na cidade de Barretos/SP, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor preço por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório **Pregão Presencial nº. 012/2021** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO COM ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme Anexo I – Especificações dos Itens.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: NITROVALLE DISTRIBUIDORA E NITROGENIO LIQUIDO EIRELI

CNPJ: 10.176.887/0001-27

ENDEREÇO: Avenida Luiz Bramatti, n° 2.012, na cidade de Fernandópolis/SP

TELEFONE: (65) 999185404

DESCRIÇÃO DO ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	LITROS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	NITROGENIO LIQUIDO (NO2), ESTADO FÍSICO, COR INCOLOR, ODOR INODORO	1.740	LITROS	R$ 18.00	R$ 31.320,00

Valor total do fornecedor R$ 31.320,00 (Trinta e um mil trezentos e vinte reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os itens licitados dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues de forma fracionada, conforme solicitação pelo setor competente no prazo máximo de **03 (três) dias a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega**, conforme especificado no Termo de Referência Anexo I desde Edital de convocação.

5.3. A embalagem dos produtos deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto, data de validade vigente e demais informações exigidas na Legislação em vigor, quando for o caso.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **02 (dois) dias**, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.14. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.15. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 e Art. 13 da Presente Ata.

5.16. A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

7.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

7.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

7.4 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

7.5 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 094/2021, Servidor COSME DE OLIVEIRA NETO o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 002 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0037 – COVID - enfrentamento da emergência de saúde pública
Atividade: 2200 - Enfrentamento da Emergência COVID -19
Fonte de Recursos: 0.146.074000 - Ações de saúde p/ enfrentamento do Corona vírus - COVID 19
Natureza da Despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo
Natureza da Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA

247 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
250 - Natureza da Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 012/2021,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 05 de março de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NITROVALLE DISTRIBUIDORA E NITROGENIO LIQUIDO EIRELI

CNPJ: 10.176.887/0001-27

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2021

CONTRATADA:**CASA DO COMPUTADOR LTDA**

CNPJ sob nº 10.199.390/0001-24

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.**

VALOR GLOBAL**R$ 22.195,00 (vinte e dois mil cento e noventa e cinco reais).**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DECRETO Nº 018/2021, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

"CONSOLIDA, ESTABELECE E FIXA CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS EXCEPCIONAIS, EMERGENCIAIS E TEMPORÁRIAS APLICADAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E ÀS ATIVIDADES PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT".

A Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, Senhora **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO as prescrições contidas na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, norma de caráter geral que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de COVID-19;

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de assegurar aos Governos Estaduais, Distrital e Municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que na *ADI nº. 1007811-16.20208.11.0000*, manejada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso entendeu que os municípios têm autonomia e competência legislativa para adoção de medidas restritivas de circulação de pessoas e de atividades econômicas privadas conforme as peculiaridades locais;

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 4º e 5º do Decreto nº. 658 de 30 de setembro de 2020 do Governo do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto nº. 783 de 18 de janeiro de 2021 do Governo do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a necessidade de unificar as normas municipais e a deliberação ordinária do Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus realizada na data de 02 de março de 2021;

DECRETA:

Art. 1°- Ficam atualizadas as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 no município de Nova Brasilândia -MT.

Art. 2º- O Comitê de Enfrentamento ao Corona Vírus é constituído pelos seguintes membros:

I – Prefeita do Município;

II – Secretaria Municipal de Saúde;

III - Procuradoria Geral do Município;

IV – Secretária Municipal de Administração;

V – Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

VI – Secretaria Municipal de Assistência Social;

VII – 01 (um) Representante da Gerência de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde; indicado pelo Secretário da Pasta;

VIII – O Coordenador da Equipe Técnica – COVID, indicado pelo Secretário Municipal de Saúde;

IX – 01 (um) representante do Poder Legislativo;

§ 1º - O Comitê a que alude esse dispositivo será presidido pela Prefeita do Município de Nova Brasilandia, devendo ser substituído em suas ausências e impedimentos pelo Secretário Municipal de Saúde.

§ 2º - O Comitê se reunirá, de forma ordinária, sendo a primeira reunião estabelecida no dia 02/03/2021 às 14:00 horas, para fins de deliberação e acompanhamento das ações e medidas aplicadas e extraordinariamente sempre que devidamente convocado por qualquer de seus membros. Na hipótese de a reunião coincidir em dia que não houver expediente, a referida será realizada no próximo dia útil.

§ 3º - Diante da necessidade, serão convidados a participar das reuniões entidades públicas ou privadas das áreas correlatas às temáticas no âmbito do Comitê e demais pessoas da sociedade civil, mediante oficio expedido pelos membros permanentes disposto nos incisos I, II e III, do caput.

Art. 3º - Compete ao Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19):

I - Planejar, coordenar e controlar as medidas de prevenção e enfrentamento ao contágio do Coronavírus (COVID-19);

II - Realizar reuniões e explanações aos servidores públicos municipais cujas funções demandem atendimento ao público para o esclarecimento de ações e medidas de profilaxia a serem observadas, visando a evitar a proliferação do COVID-19;

III - Acompanhar todas as medidas de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19) a serem adotadas pelos órgãos e entidades do Município de Nova Brasilandia;

IV - Adotar todas as medidas necessárias com o fito de cumprir o disposto neste Decreto, podendo, inclusive, convocar servidores públicos municipais para o auxílio no que for necessário.

Art. 4º - Novas propostas de alteração realizadas após a publicação do presente decreto, no que tange ao funcionamento das atividades socioeconômicas desenvolvidas no município de Nova Brasilandia, antes de serem levadas a conhecimento do Comitê de enfretamento do COVID-19.

Art. 5º - A divulgação de informações não oficiais, fotos ou gravações que exponham os serviços de saúde ou pacientes, assim como a divulgação e compartilhamento de informações falsas (*Fake News*) nas redes sociais, aplicativos de mensagens, e-mail, congêneres ou qualquer meio, sujeitará o servidor ou empregado público às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

Art. 6º - Enquanto subsistir esta crise pandêmica, fica instituído o Comitê de Enfretamento ao Coronavírus, com a finalidade de coordenar as ações do Poder Público Municipal, visando o combate à disseminação do COVID-19 no Município de Nova Brasilandia/MT.

Art. 7º - Ficam suspensas por tempo indeterminado as aulas regulares no Município de Nova Brasilandia do ensino infantil, fundamental e médio:

I - Públicos estaduais;

II - Públicos municipais;

DAS ATIVIDADES PERMITIDAS SOB CONDIÇÕES

Art. 8º-O funcionamento de todas as atividades e serviços ficará sujeito às seguintes condições:

I - De segunda à sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 19h00m;

II - Aos sábados e domingos, autorizado o funcionamento o somente no período compreendido entre às 05h00m e 12h00m;

§ 1º - As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de transporte coletivo, transporte individual remunerado de passageiros

por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de manutenção de fornecimento de energia, água, telefonia, coleta de lixo, não ficam sujeitas às restrições de horário do presente artigo.

§ 2º - Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos do *caput*, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 3º - Durante a vigência deste decreto os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, e a prática de esportes coletivos são permitidos com no máximo 50 (cinquenta) pessoas por evento, respeitado o limite de 30% (trinta) por cento da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos do *caput*.

Art. 9º - O funcionamento de serviço na modalidade *delivery* ficará autorizado somente até às 23h00m, inclusive aos domingos.

Parágrafo Único: as farmácias e congêneres poderão funcionar, na modalidade *delivery*, sem restrição de dias e horários.

Art. 10º - Todos os estabelecimentos em atividade no município de Nova Brasilândia-MT devem observar os seguintes protocolos de saúde e normas sanitárias durante seu funcionamento:

I - Evitar circulação de pessoas pertencentes ao grupo de risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - Disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III- ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV - Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - Controlar o acesso de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI - Vedar o acesso de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,5º;

VIII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

IX - Adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

X - Observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público.

Art. 11º- fica instituída restrição de circulação de pessoas (toque de recolher) em todo o território de Nova Brasilândia -MT a partir das 21h00m até às 05h00m.

§ 1º- Excetuam-se da restrição disposta no *caput* do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 19h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade policial responsável pela fiscalização.

§ 2º- A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.

Art. 12º - A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I - Órgãos de vigilância sanitária municipal;

II - Polícia Militar - PM/MT;

III - outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório;

§ 1º- A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

§ 2º- O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

§ 3º- As autoridades estaduais e municipais que não aplicarem as medidas restritivas instituídas por este Decreto ficam sujeitas à aplicação das sanções penais cabíveis, por infração às medidas sanitárias preventiva, conforme previsão do art. 268 do Código Penal.

§ 4º- Caberão aos órgãos competentes, inclusive ao Ministério Público Estadual, fiscalizar se os agentes públicos estaduais e municipais estão cumprindo e fazendo cumprir as determinações deste Decreto, propondo, quando julgar pertinente, as demandas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

§ 5º- O descumprimento das medidas restritivas por pessoas jurídicas, inclusive residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais e municipais, conforme estabelecido em lei específica.

§ 6º - Velório, com duração de 06 (seis) horas e realização somente em período diurno, com até 50 (cinquenta) pessoas;

§ 7º- Salões de beleza, barbearias e clínicas de estética fica limitado a 1 (um) cliente para cada atendente mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 metros entre os clientes;

DAS REGRAS GERAIS PARA ÀS ATIVIDADES PERMITIDAS

Art. 13º - Consideram-se permitidos o funcionamento de todas as atividades não arroladas, ficando obrigado seguir as regras das Notas Recomendatórias e normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 14º - os estabelecimentos que estão autorizados a funcionar deverão adotar as seguintes medidas de prevenção e combate ao Coronavírus:

I - Fica proibido o uso compartilhado de pegadores ou qualquer outro utensílio em todos os estabelecimentos que fornecem produtos na modalidade *self-service* (autoatendimento) disponibilizados em buffet ou expositores de produtos, alimentos, salgados e afins, especialmente em mercados, panificadoras, restaurantes, sorveteria, lanchonetes, que deverão designar funcionários para servir os consumidores ou fornecer luvas descartáveis para que os consumidores possam se servir na modalidade *self-service*, neste caso, o estabelecimento fica responsável em fiscalizar e não permitir o autoatendimento sem luvas.

II - Fica proibido em todos os estabelecimentos o uso de bebedouros à jato d`água e o uso compartilhado de copos, devendo ser fornecidos copos descartáveis e individuais.

III - Uso obrigatório de máscara, em todos os estabelecimentos, por seus funcionários, colaboradores e clientes com acesso às suas dependências;

IV - Os bancos, lotéricas, supermercados, comércio em geral, demais estabelecimentos públicos e privados são responsáveis pela organização das filas internas e externas e pela quantidade de pessoas dentro do estabelecimento, devendo evitar aglomeração, e, poderão utilizar as calçadas e as áreas demarcadas como estacionamentos nas vias para organizar as filas e instalação de barraca, se necessário, com as devidas sinalizações;

a).Os estabelecimentos descritos acima deverão restringir o ingresso de consumidores, devendo permitir a permanência de 1 (um) pessoa a cada 10 m² (dez metros quadrados) da área interna de acesso ao público, computando-se clientes, funcionários e colaboradores.

b). Deverá ser afixado em local visível, próximo à entrada, cartaz informativo da capacidade máxima de pessoas do estabelecimento, nos termos da alínea anterior.

V - Lojas de móveis, eletrodomésticos, lojas de materiais para construção, lojas de roupas e calçados deverão restringir o acesso ao estabelecimento de 1 (um) cliente para cada atendente/vendedor.

VI - Disponibilizar locais com água e sabão para lavar as mãos com frequência e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70% (setenta por cento);

VII - ampliar a frequência de limpeza de pisos, corrimãos, maçanetas e banheiros;

VIII - adotar medidas para controle de acesso e impedir aglomerações, tais como a manutenção de distância mínima de 1,5m entre os frequentadores;

IX - Quando possível, realizar atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

X - Recomenda-se a locomoção em automóveis de transporte individual e coletivo com vidros abertos.

DAS REGRAS PARA CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

Art. 15º - Fica determinado a todas as pessoas que estiverem em circulação no município:

I - O uso obrigatório de máscaras, que se aplica mesmo ao ar livre, ainda que durante a prática de exercícios físicos, devendo ainda ser observadas as demais normas estabelecidas nas Notas Recomendatórias.

II - Evitar a aglomeração de pessoas nas vias públicas;

III - Manter pelo menos 1,5 metro de distância das outras pessoas;

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 16º - Os servidores designados pelo Município de Nova Brasilandia **deverão fiscalizar os estabelecimentos públicos e privados com a finalidade de orientar acerca das regras de Decretos e Notas Recomendatórias que regulamentam as medidas restritivas de enfretamento ao contágio a COVID-19.**

Parágrafo Único - As atividades de fiscalização das medidas de combate à disseminação ao Coronavírus (COVID-19), estabelecidas neste Decreto, Notas Recomendatórias e demais normas, devem ser realizadas por todos os servidores investidos no cargo de fiscal, independentemente da secretaria que estiver lotado, todos com a mesma atribuição e sem qualquer subdivisão de competências.

Art. 17º - Em caso de descumprimento às determinações fixadas neste Decreto, ou qualquer ato normativo, os fiscais do município deverão solicitar apoio da autoridade policial e efetuar a prisão em flagrante, encaminhando o responsável à Delegacia de Polícia, em razão da prática, em tese, nos termos do Código Penal Brasileiro, dos crimes:

INFRAÇÃO DE MEDIDA SANITÁRIA PREVENTIVA

"Art. 132. Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente

Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. Em casos reiterados de descumprimento do decreto implicará na interdição compulsória do estabelecimento e multa."

"Art. 268. Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro."

"Art.: 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa."

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18º - Os professores da rede pública municipal deverão realizar carga horária de trabalho de 20 (vinte horas) semanais por concurso, distribuído em 05 (cinco) dias semanais, em atividades internas em suas unidades escolares de lotação, elaborando os planos de trabalho pedagógico, elaboração de atividades para alunos, no Planejamento Diário e Anual, preparando para um possível retorno do volta aulas seja à distância, ou presencial e um possível atendimento aos alunos, conforme for definido em conjunto com gestão escolar de cada unidade escolar e no planejamento do retorno às aulas, os mesmos deverão cumprir da carga horária destinada a hora atividade semanal na modalidade *home office*.

§ 1º - Cada professor irá cumprir sua carga horária na escola de lotação e conforme sua atribuição de classes/Aulas.

ü Escola Municipal Nova Finlândia das 12:30 as 16:30 ü Escola Municipal Pequeno Príncipe 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00.

§ 2° - Em caso de não cumprimento do cronograma de atividades, deverão ser descontados os dias não trabalhados em folha de pagamento.

Art. 19º - Para orientação da população a respeito da pandemia do Coronavírus (COVID-19), deverá ser utilizado o número (66) 98435-2006, (66) 98442-4764 ou (66) 33851375 de segunda a sexta ás 7:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas.

Art. 20º- As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis em caso de necessidade.

Art. 21º- Durante a vigência do presente Decreto, ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 96, de 06 de outubro de 2020

Gabinete da Prefeita, 04 de março de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 01: AS CLÍNICAS PRIVADAS DE ATENDIMENTO EM SAÚDE NO ENFRENTAMENTO AO CORONA VÍRUS (COVID-19):

A Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19 recomenda que:

1. Orientações e recomendações de reorganização de fluxos assistenciais e de processo de trabalho, e medidas de proteção para os profissionais de saúde e pacientes:

1.1 - Pacientes:

I - Oferecer máscaras cirúrgicas para todas as pessoas com sintomas respiratórios ao entrarem na Clínica.

II - Orientar uso correto da máscara cirúrgica (cobrir boca e nariz);

III - A retirada da máscara deve ser dentro da técnica asséptica: retirar a máscara puxando pelo elástico ou tiras, cuidando para que não haja o contato com a superfície externa;

1.2 - Médicos, enfermeiros E técnicos de enfermagem:

I - Atender em salas arejadas com janela aberta e porta fechada e com ar-condicionado ou ventilador desligado;

II - Seguir as instruções de biossegurança: limpeza e desinfecção da sala antes e após o atendimento e dos instrumentais utilizados com álcool 70% ou hipoclorito de sódio 5%; uso de máscara, avental, óculos, luvas (quando contato com aerossóis);

III - A retirada dos EPI deve ser dentro da técnica asséptica: retirar a máscara puxando pelo elástico ou tiras, cuidando para que não haja o contato com a superfície externa, da mesma forma com as luvas, aventais.

IV - Desprezar os materiais descartáveis no lixo infectante;

V - Usar máscara cirúrgica para o atendimento ao usuário com sintoma respiratório. A máscara Nº 5/PFF2 somente está indicada nos procedimentos que podem gerar aerossóis (como coleta de swab nasal, nebulização, broncoscopia, aspiração de paciente intubado, entre outros);

VI - Evitar tocar olhos, nariz e boca;

VII - Higienizar as mãos com água e sabonete líquido ou utilizar álcool 70%, seguindo os 5 momentos (1: antes do contato com o paciente; 2: antes da realização de procedimento; 3: após risco de exposição a fluidos biológicos; 4: após contato com o paciente e; 5: após contato com objetos tocados pelo paciente).

VIII - Realize limpeza e desinfecção com álcool 70% de equipamentos utilizados para avaliação do paciente (estetoscópio, termômetro, etc.) e superfícies (mesa do consultório, maçaneta, etc.)

IX - Solicitar ao profissional de higienização a troca do lixo contaminado quando atingir dois terços da capacidade de armazenamento do saco de lixo infectante ou ao final do período de trabalho.

1.3 - Administrativo/ Recepção:

I - Manter distanciamento social de 2 metros dos usuários. Não havendo possibilidade de distanciamento, admite-se o uso de máscara cirúrgica por esses profissionais;

II - A retirada da máscara deve ser dentro da técnica asséptica: retirar a máscara puxando pelo elástico ou tiras, cuidando para que não haja o contato com a superfície externa;

III - Higienizar, frequentemente, as mãos com água e sabonete líquido, seguindo os 5 momentos;

IV - Realizar limpeza frequente do balcão com álcool 70%.

1.4 - Dentistas/Auxiliares de Saúde Bucal/Técnicos de Higiene Bucal:

I - Manter rotinas de biossegurança padrão com a particularidade de uso das máscaras Nº 5/PFF2, preferencialmente, ou cirúrgica, para o atendimento dos pacientes com sintomas respiratórios;

II - Higienizar as mãos com água e sabonete líquido, seguindo os 5 momentos (1: antes do contato com o paciente, 2. antes da realização de procedimento; 3. após risco de exposição a fluidos biológicos; 4. após contato com o paciente e; 5. após contato com objetos tocados pelo paciente).

2. Afixar nos serviços de saúde cartazes com a indicação de uso de máscara por toda pessoa com sintoma respiratório (febre, tosse, falta de ar, catarro, nariz entupido ou coriza, olhos vermelhos ou dor de garganta ou dificuldade para engolir). Disponível na página do coronavírus do Ministério da Saúde: https://portalarquivos2.saude.gov.br/campanhas/cor...

3. Orientações gerais de segurança e o Uso de EPI:

I - Utilizar calçado fechado durante o expediente de trabalho;

II - Retirar os adornos (anéis, alianças, pulseiras, relógios, colares, brincos, etc.);

III - Usar de luvas em caso de risco de contato com sangue, secreções ou excreções em membranas ou mucosas. Calce-as imediatamente antes do contato com o paciente e retire-as logo após o uso, higienizando as mãos em seguida;

IV - Usar óculos quando houver risco de respingos de sangue, secreções ou excreções na mucosa dos olhos (desinfetar após o uso);

V - Utilizar avental descartável quando houver risco de contato de sangue, secreções ou excreções nas roupas e superfícies corporais;

VI - Realizar descarte da máscara cirúrgica sempre que tiver suja ou úmida.

VII - Não reutilizar máscara cirúrgica.

VIII - Orientar que a roupa utilizada pelo profissional de saúde seja lavada separadamente das demais roupas da casa;

IX - Realizar o controle ambiental: realizar desinfecção de superfície com álcool líquido 70% nas superfícies em que o usuário teve contato direto ou indiretamente;

X - Realizar assepsia com álcool 70% nos instrumentais utilizados para o exame físico (estetoscópio, termômetro, entre outros).

4. Orientações sobre a organização do processo de trabalho nas clínicas caso tenha atendimentos a casos sintomáticos respiratórios e suspeitos de Covid-19 a fim de evitar propagação e contaminação do vírus:

I - Se houver espaço na clínica, manter uma sala de priorização de atendimento e um ou mais consultórios destinados exclusivamente a atendimento de pessoas com sintomas respiratórios;

II - Caso não tenha infraestrutura adequada para separar uma sala específica, manter uma sala com melhor ventilação e menos circulação de pessoas para realizar os atendimentos e proceder à desinfecção de cada atendimento conforme normas de biossegurança (descrito acima) ou inclusive espaço confortável na área externa da clínica.

4.1 - Sala de priorização:

I - Uma alternativa é reservar um lugar externo para que o paciente com sintomas respiratórios aguarde atendimento; deverá ser, preferencialmente, distante de outras salas de atendimento e próxima ou com banheiro para uso individual; deverá ser uma sala ventilada e mantida com a janela aberta, porta fechada e com ventilador / ar-condicionado desligado; não deve ter carpete ou tapetes; deve-se deixar disponíveis lenços de papel para higiene nasal e álcool 70%/pia com água e sabão para permitir higienização frequente de mãos, além de dispor de lixeira específica para descarte do lixo contaminado.

II - Oriente que a pessoa sintomática respiratória a higienizar adequadamente as mãos pelo menos antes e após entrar na sala e que evite tocar os objetos do ambiente. Explicar para a pessoa sintomática respiratória o porquê de ela estar sendo isolada dos demais. Se a pessoa tiver acompanhante, este deve permanecer na sala de espera padrão do serviço de saúde; caso essa pessoa estiver acompanhada de criança/s (ou outras pessoas que necessitem de acompanhamento), deverá preferencialmente aguardar em ambiente externo ao serviço de saúde. Se as condições climáticas não permitirem, deverá aguardar com a pessoa sintomática respiratória, seguindo todas as recomendações de biossegurança.

5. Todos os profissionais da saúde devem estar atualizados e com seu papel definido em relação ao combate à epidemia de Covid-19 e ter acesso aos materiais atualizados (protocolos, POP, notas técnicas, etc.), assim como saber os fluxos de referência para pacientes graves. Disponível pelo link https://portalarquivos2.saude.gov.br/campanhas/cor...

REFERÊNCIAS: Texto Adaptado do documento: Procedimento operacional padronizado equipamento de proteção individual e segurança no trabalho para profissionais de saúde da APS no atendimento às pessoas com suspeita ou infecção pelo novo corona vírus (Covid-19) Brasília - DF Março de 2020 Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) | Versão 1. Disponível em: https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/25/...

Atenciosamente,

Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19

Nova Brasilândia - MT, 02 de março de 2021.

NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 02: AOS TRABALHADORES DE FAZENDAS

A Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19 recomenda que:

I - Resguardar os grupos vulneráveis: trabalhadores (as) com condições de risco (hipertensão, diabetes, imunodeprimidos, doenças pulmonares etc.) e aqueles (as) com mais de 60 anos devem ser dispensados (as) das atividades que impliquem contato social ou deslocamento para fora de suas residências;

II - Manter vigilância para identificação de casos suspeitos de infecção e orientação aos trabalhadores para que comuniquem imediatamente sintomas da doença;

III - Afastar os trabalhadores com sinais e sintomas de suspeita de infecção por Covid-19, independentemente do grau de intensidade dos sinais e sintomas, orientando-o a procurar serviço de saúde para esclarecimento e encaminhamento do caso;

IV - Manter os ambientes de trabalho limpos e arejados por ventilação natural, com portas e janelas abertas. Nos ambientes onde a ventilação e climatização são exclusivamente através de sistemas artificiais, realizar a adequada manutenção e limpeza dos sistemas;

V - Proporcionar o distanciamento social recomendado, com distância maior que 1 metro entre as pessoas;

VI - Evitar a aglomeração de pessoas no local de trabalho;

VII - Realizar a higienização das mãos com água e sabão, com a maior frequência possível, sendo que o procedimento deve durar pelo menos 20 segundos para garantir uma efetiva higienização; em anexo o cartaz para ser fixado nos locais de lavagem das mãos.

VIII - Como alternativa complementar, solução de higienização de mãos a base de álcool em gel 70%;

IX - Usar lenço descartável para higienização nasal, com descarte em lixeira;

X - Ao tossir ou espirrar cobrir a boca e nariz com antebraço;

XI - Evitar tocar mucosas dos olhos, nariz e boca;

XII - Promover com maior frequência, a higienização de objetos, superfícies e equipamentos de trabalho, compartilhados ou não, onde haja possibilidade de contato com as mãos ou outras partes do corpo (mesa, telefone, teclado, ferramentas, botões, alavancas, corrimões, maçanetas, bancadas, torneiras, equipamento sanitário, etc.) utilizando detergente neutro, seguida de aplicação de solução de álcool 70% ou outros desinfetantes, conforme o material permitir;

XIII - Evitar o compartilhamento de objetos pessoais de trabalho, tais como fone de ouvido, celulares, canetas, lápis, copos, vasilhas e outros objetos;

XIV - Fica proibido em todos os estabelecimentos o uso de bebedouros à jato d`água e o uso compartilhado de copos, devendo ser fornecidos copos descartáveis e individuais.

XV - Fica proibido o uso compartilhado de pegadores ou qualquer outro utensílio em todos os estabelecimentos que fornecem produtos na modalidade *self-service* (autoatendimento) disponibilizados em buffet ou expositores de produtos, alimentos, salgados e afins, especialmente em mercados, panificadoras, restaurantes, sorveteria, lanchonetes, que deverão designar funcionários para servir os consumidores ou fornecer luvas descartáveis para que os consumidores possam se servir na modalidade *self-service*

XVI - Na retirada da marmita, se necessário fila, realizar com distanciamento de no mínimo 1,5 entre as pessoas;

XVII – Utilizar máscaras cobrindo nariz;

Estas são algumas medidas gerais visando a proteger os trabalhadores e a conter a transmissão do novo Coronavírus nos locais de trabalho, devendo-se atentar sempre a qualquer nova orientação do Ministério da Saúde.

Atenciosamente,

Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19

Nova Brasilândia- MT – 02 de março de 2021.

NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 03: RESTAURANTES, PIZZARIA, SORVETERIAS, LANCHONETES, PADARIAS E CAFÉS.

A Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19 recomenda que:

I - Fica proibido o uso compartilhado de pegadores ou qualquer outro utensílio em todos os estabelecimentos que fornecem produtos na modalidade self-service (autoatendimento) disponibilizados em buffet ou expositores de produtos, alimentos, salgados e etc, que deverão designar funcionários para servir os consumidores ou fornecer luvas descartáveis para que os consumidores possam se servir na modalidade self-service, neste caso, o estabelecimento fica responsável em fiscalizar e não permitir o auto atendimento sem luvas.

II - Fica obrigado o uso de máscara, mesmo que artesanal, em todos os estabelecimentos, por seus funcionários, colaboradores e clientes com acesso às suas dependências, que não estejam em consumo;

III - Fica autorizado a utilização e até 3 (três) mesas com 4 (quatro) cadeiras cada, nos espaços externos (calçadas), respeitado em todo caso, todas as demais medidas de higiene e cuidados especificadas nesta nota, além da vedação de aglomeração com no máximo 4(quatro) cadeiras por mesa e proibida a junção de mesas;

IV - As mesas, disponibilizadas de forma individual, deverão ser ocupadas por no máximo 4 pessoas, ficando permitido o agrupamento de 2 (duas) mesas que deverão ser ocupadas por no máximo 6 (seis) pessoas e de 3 (três) mesas que deverão ser ocupadas por no máximo de 8 (oito) pessoas, podendo ser utilizados os espaços internos e externos dos estabelecimentos, desde que respeitadas todas medidas de higiene e cuidados especificadas nesta nota e manter a distância entre as mesas dos consumidores em 2 m (dois metros);

V - Todos os funcionários e/ou colaboradores que apresentem sintomas suspeitos da COVID-19, devem encaminhar-se imediatamente ao serviço de saúde de sua referência e não comparecer ao trabalho no período de 10 (dez) dias após início dos sintomas;

VI - Disponibilizar a todos os funcionários e colaboradores acesso fácil a pias providas de água corrente, sabonete líquido, toalhas descartáveis, lixeiras com tampa acionada por pedal. Não usar toalhas de tecido para enxugar as mãos (utilizar papel toalha descartável);

VII - Devem ser afixados cartazes de orientação aos manipuladores sobre a correta lavagem e anti-sepsia das mãos e demais hábitos de higiene, em locais de fácil visualização, inclusive nas instalações sanitárias e lavatórios;

VIII - Reforçar as medidas de higienização das mãos, principalmente nos seguintes momentos;

IX - Após manipular os alimentos, após qualquer interrupção do serviço, após tocar materiais contaminados, após usar os sanitários e sempre que se fizer necessário;

X - Fornecimento regular de máscaras, toucas, aventais e calçado fechado aos trabalhadores que desempenham as atividades em que haja manipulação de gêneros alimentícios;

XI - O contato físico entre os cozinheiros deve ser o menor possível, os manipuladores não devem fumar, falar desnecessariamente, cantar, assobiar, espirrar, cuspir, tossir, comer, manipular dinheiro, telefone celular ou praticar outros atos que possam contaminar o alimento, durante o desempenho das atividades;

XII - Intensificação do processo operacional de higienização de equipamentos, móveis e utensílios com produtos registrados nos órgãos Ministério da Saúde e álcool 70%;

XIII - As operações de higienização devem ser realizadas por funcionários comprovadamente capacitados e com frequência que garanta a manutenção dessas condições e minimize o risco de contaminação do alimento;

XIV - A área de preparação do alimento deve ser higienizada quantas vezes forem necessárias e imediatamente após o término do trabalho;

XV - O descarte dos resíduos deve atender ao disposto em legislação específica;

XVI - Devem ser tomadas precauções para impedir a contaminação dos alimentos causada por produtos saneantes, pela suspensão de partículas e pela formação de aerossóis;

XVII - Substâncias odorizantes e ou desodorantes em quaisquer das suas formas não devem ser utilizadas nas áreas de preparação e armazenamento dos alimentos;

XVIII - Os produtos saneantes utilizados devem estar regularizados pelo Ministério da Saúde. A diluição, o tempo de contato e modo de uso/aplicação dos produtos saneantes devem obedecer às instruções recomendadas pelo fabricante;

XIX - Os produtos saneantes devem ser identificados e guardados em local reservado para essa finalidade;

XX - Os utensílios e equipamentos utilizados na higienização devem ser próprios para a atividade e estar conservados, limpos e disponíveis em número suficiente e guardados em local reservado para essa finalidade;

XXI - Os utensílios utilizados na higienização de instalações devem ser distintos daqueles usados para higienização das partes dos equipamentos e utensílios que entrem em contato com o alimento;

XXII - Os funcionários responsáveis pela atividade de higienização das instalações sanitárias devem utilizar uniformes apropriados e diferenciados daqueles utilizados na manipulação de alimentos;

XXIII - No salão a limpeza deve ser reforçada com a lavagem constante das mãos dos garçons e a disponibilização de álcool 70% (seja um produto registrado nos órgãos do Ministério da Saúde e acondicionados na embalem original ou devem ser identificados com dados do rótulo) em todas as mesas;

XXIV - Intensificar a limpeza dos pisos e equipamentos com água e sabão ou produto próprio para limpeza;

XXV - Realizar com maior regularidade a desinfecção friccionando com pano limpo embebido com álcool 70% (seja um produto registrado nos órgãos do Ministério da Saúde) por 20 segundos dos seguintes materiais:

a) Maçanetas, portas, bancadas e corrimões;

b) Cardápios e galheteiros;

c) As mesas e cadeiras para consumo de alimentos dos restaurantes antes e após a utilização;

d) Equipamentos de pagamento eletrônico (máquinas de cartão de crédito e débito) a cada pagamento;

XXVI - Orientar os garçons a manter uma distância segura do cliente durante o atendimento, sem contato físico e também conversando apenas o necessário, cuidando da dispersão de gotículas de saliva;

XXVII - Recomenda-se que os restaurantes evitem deixar pratos, talheres, guardanapos e copos expostos;

XXVIII - Todos os clientes devem ser orientados quanto aos sintomas do COVID-19. Em caso de presença desses sintomas buscar atendimento médico e evitar locais aglomerados. Essa orientação deverá ser feita de forma verbal e através de cartazes;

XXIV - Estimular os clientes a higienização frequente das mãos e orientar a evitar tocar olhos, nariz e boca e compartilhar objetos pessoais. Essa orientação deverá ser feita de forma verbal e através de cartazes;

XXXV - Para clientes disponibilizar álcool 70% (seja um produto registrado nos órgãos do Ministério da Saúde) na entrada do estabelecimento e no início das filas para servir no buffet;

XXXVI - Para clientes disponibilizar acesso fácil a pias providas com água corrente, sabonete líquido, toalhas descartáveis, lixeiras com tampa acionada por pedal ou álcool 70% (seja um produto registrado nos órgãos do Ministério da Saúde e acondicionados na embalem original ou devem ser identificados com dados do rótulo) em pontos estratégicos;

XXXVII - Orientar e incentivar os clientes a evitar o manuseio de seus pertences pessoais, caso celular, chave de carro e acessórias femininos na bolsa, enquanto estiver na fila para servir o alimento e durante a refeição;

a) Utilizar lenço descartável para higiene nasal.

b) Cobrir o nariz e a boca com lenços/papéis descartáveis quando tossir ou espirrar.

c) O lenço utilizado deve ser descartado.

d) Caso não haja lenço ou toalha de papel disponível, ao espirrar ou tossir é preferível cobrir nariz e a boca com a manga da camisa "espirrar no cotovelo" do que fazê-lo com as mãos, por meio das quais os vírus são facilmente transferidos para outras pessoas ou para o ambiente (telefone, maçanetas, computadores, etc).

XXXVII - Orientar aos clientes o pagamento de contas: preferencialmente via cartão bancário;

XXXIX - Na modalidade delivery os entregadores devem higienizar as mãos constantemente entre uma entrega e outra e no retorno ao estabelecimento. E também devem evitar contato físico ou conversas desnecessárias com os clientes e que limpem as mãos após receber o pagamento do cliente.

XXXVI - Térmicas que guardam os alimentos no transporte precisam ser constantemente higienizadas com álcool 70% (seja um produto registrado nos órgãos do Ministério da Saúde);

XXXVII - Manter todos os ambientes bem arejados;

XXXVIII - Serviços que possuírem ar condicionado, manter limpos os componentes do sistema de climatização (bandejas, serpentinas, umidificadores, ventiladores e dutos) de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a qualidade interna do ar;

XXXIX - Todas as recomendações deste documento devem ser impressas e afixadas em local visível ao público;

Além das recomendações citadas acima todos os estabelecimentos devem seguir as orientações da RDC Nº 216_ ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária Resolução da Diretoria Colegiada nº 216_ Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação de 15 de setembro de 2004.

Atenciosamente,

Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19

Nova Brasilândia - MT – 02 de março de 2021.

NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 04: TEMPLOS RELIGIOSOS

A Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19 pontua neste momento as seguintes recomendações aos templos religiosos, com uso obrigatório de máscaras;

I - Recomendamos da não participação de fiéis com 60 (sessenta) anos ou mais, ou portadores de comorbidades, ressalvado o atendimento individual pelos respectivos responsáveis, tais como Sacerdotes, Pastores, Bispos e demais orientadores dos respectivos templos;

II - Limitação no número de fiéis durante cada celebração, de modo que mantenham distância mínima de 1,5 (um vírgula cinco) metros entre cada pessoa presente nas Igrejas, templos ou congêneres;

III - O ingresso dos fiéis devem se limitar às cadeiras disponíveis em número de até 50 % (setenta por cento) da capacidade total e, os assentos que não forem utilizados devem ser interditados, observando-se as regras do inciso anterior;

IV - Admissão de fiéis dentro das Igrejas, templos ou congêneres se estiverem usando máscaras;

V - Deve-se fazer o controle de entrada e saída dos frequentadores para evitar qualquer tipo de aglomeração;

VI - Deverá ser fixado em local visível cartaz informativo da capacidade de ocupação no limite estabelecido nesta nota, do distanciamento entre as pessoas, e, da obrigação de higienização das mãos antes de entrar na Igreja, templos ou congêneres.

VII - Todos os frequentadores de missas ou cultos que apresentem sintomas suspeitos da COVID-19 devem encaminhar-se imediatamente ao serviço de saúde de sua referência e não participar e/ou realizar os eventos religiosos (cultos, missas etc);

VIII - Todos os frequentadores de missas ou cultos devem ser orientados quanto aos sintomas suspeitos da COVID-19 ser orientado a evitar locais aglomerados. Essa orientação deverá ser feita de forma verbal e através de cartazes;

IX - Estimular aos frequentadores de missas ou cultos a higienização frequente das mãos e orientar a evitar tocar olhos, nariz e boca e compartilhar objetos pessoais. Essa orientação deverá ser feita de forma verbal e através de cartazes;

X - Disponibilizar a todos os frequentadores de missas ou cultos álcool 70% (seja um produto registrado nos órgãos do Ministério da Saúde) na entrada da igreja ou templo;

XI - Disponibilizar a todos os frequentadores de missas ou cultos acesso fácil a pias providas de água corrente, sabonete líquido, toalhas descartáveis, lixeiras com tampa acionada por pedal. Não usar toalhas de tecido para enxugar as mãos em sanitários públicos (utilizar papel toalha descartável);

XII - Realizar a desinfecção de mobiliários de uso comum, friccionando com pano limpo embebido com álcool 70% (seja um produto registrado nos órgãos do Ministério da Saúde) por 20 segundos, incluindo maçanetas, torneiras, porta papel toalha, bancos, etc;

XIII - Intensificar a higienização dos sanitários e pisos existentes, sendo que o funcionário deverá utilizar (luva de borracha, avental de manga longa, calça comprida, calçado fechado). Realizar a limpeza e desinfecção das luvas com água e sabão seguido de fricção com álcool a 70%, por 20 segundos, reforçando o correto uso das mesmas (não tocar com as mãos enluvadas enquanto as luvas estão sujas as maçanetas, telefones, corrimões, etc.)

XIV - Redobrar a atenção para qualquer medida de contato, portanto todos frequentadores de missas ou cultos devem evitar:

a) Tocar as mãos uns dos outros e evitar tocar em objetos ou imagens simbólicas;

b) Durante as missas e celebrações, não abraçar ou dar aperto de mãos;

c) Não se deve realizar as orações de mãos dadas;

d) Devem redobrar o cuidado com a higienização das mãos durante a hóstia ou celebração da Santa Ceia, se possível uma pessoa apenas deve realizar essa manipulação utilizando-se de máscara;

e) A sagrada comunhão deve ser entregue, exclusivamente, na mão dos fiéis e não mais na boca;

f) As ofertas devem ser direcionadas para cestos ou urnas de recolhimento em pontos estratégicos, não sendo as ofertas recolhidas apenas por um colaborador, ou passando de mão em mão;

XV - Proibido o uso de bebedouros à jato d´água e o suo compartilhado de copos, devendo ser fornecidos copos descartáveis e individuais;

a) Utilizar lenço descartável para higiene nasal.

b) Cobrir o nariz e a boca com lenços/papéis descartáveis quando tossir ou espirrar.

c) O lenço utilizado deve ser descartado.

d) Caso não haja lenço ou toalha de papel disponível, ao espirrar ou tossir é preferível cobrir nariz e a boca com a manga da camisa "espirrar no cotovelo" do que fazê-lo com as mãos, por meio das quais os vírus são facilmente transferidos para outras pessoas ou para o ambiente (telefone, maçanetas, computadores, etc).

XVI - Manter os ambientes ventilados e, por isso, portas e janelas de Igrejas ou espaços usados para cultos e/ou missas fiquem abertas.

XVII - Uso obrigatório de máscaras.

Atenciosamente,

Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19

Nova Brasilândia - MT – 02 de março de 2021.

NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 05: PRÁTICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS AO AR LIVRE

A Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19 pontua neste momento as seguintes recomendações:

1 - Sabemos que as atividades físicas podem prevenir diversas enfermidades, principalmente as doenças crônicas, além de exercer um importante papel na manutenção da saúde mental e reforçar nosso sistema imunológico.

2 - Como equipe técnica reforçamos todas as considerações pontuadas anteriormente, fica proibido:

I – Ao utilizar aparelhos de ginástica compartilhados, realizar a desinfecção antes e após o uso com álcool 70%.

3 - Diante desse cenário de crescente número de infecções pelo COVID19 e a necessidade da população se manter fisicamente ativa, a população pode manter a prática de caminhada, corridas e funcionais, respeitando as seguintes orientações:

I - Manter pelo menos 1,5 m de distância em relação aos demais;

II - Não usar bebedouros à jato d´água e evitar tocar superfícies;

III - Não compartilhar nenhum tipo de objeto;

IV - Ao chegar em casa, higienizar as mãos incluindo os punhos com água e sabão, com tempo de duração não inferior de 20 a 30 segundos;

V - Após o exercício, tirar os tênis antes de entrar em domicílio e separar e lavar as roupas separadamente;

VI - Para aqueles que fazem parte do grupo de risco e/ou as pessoas apresentarem sintomas como febre, dor de garganta, tosse ou espirros, recomendamos que os exercícios fora de casa não devem ser realizados;

VII - O uso obrigatório de máscaras, que se aplica mesmo ao ar livre, ainda que durante a prática de exercícios físicos, devendo ainda ser observadas as demais normas estabelecidas nas Notas Recomendatórias.

Atenciosamente,

Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19

Nova Brasilândia - MT – 02 de março de 2021.

NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 06: FUNCIONAMENTO DAS ACADEMIAS E ESTÚDIOS DE GINÁSTICA, MUSCULAÇÃO E FUNCIONAL.

A Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19 pontua neste momento as seguintes recomendações para as Academias e Estúdios de Ginástica, Musculação e Funcional.

I - Limitação de pessoas por horário, incluindo funcionários, colaboradores e praticantes, há 01 (uma) pessoa a cada 10m² da área total do estabelecimento, de modo que mantenham distância de no mínimo 1,5 metros entre as pessoas, incluindo professores e instrutores e funcionários em geral;

II - Deverá ser fixado em local visível cartaz informativo da capacidade de ocupação no limite estabelecido nesta norma, do distanciamento entre as

pessoas, e, da obrigação de higienização das mãos antes de entrar no estabelecimento;

III - Manter informes de grande visibilidade sobre os procedimentos da Instituição relação à COVID-19 e decretos municipais;

IV - Recomendamos que as pessoas acima de 60 anos, os portadores de doenças crônicas, crianças e gestantes não frequentem as academias e estúdios;

V - Deve-se fazer o controle de entrada e saída dos frequentadores para evitar qualquer tipo de aglomeração;

VI - Todos os frequentadores que apresentem sintomas suspeitos da COVID-19, devem encaminhar-se imediatamente ao serviço de saúde de sua referência e não frequentar as academias e estúdios;

VII - Todos as pessoas que estiverem cumprindo medidas de isolamento domiciliar por suspeita ou confirmação de COVID-19 não devem frequentar as academias e estúdios;

VIII - Todos os frequentadores devem ser orientados quanto aos sintomas suspeitos da COVID-19. Essa orientação deverá ser feita de forma verbal e através de cartazes;

IX - Estimular aos frequentadores a higienização frequente das mãos e orientar a evitar tocar olhos, nariz e boca e compartilhar objetos pessoais. Essa orientação deverá ser feita de forma verbal e através de cartazes;

X - Disponibilizar a todos os frequentadores álcool 70% (seja um produto registrado nos órgãos do Ministério da Saúde) ou outros produtos desinfetantes como poderes semelhantes ou superiores, na entrada do estabelecimento e com entrega para o uso obrigatório;

XI - Disponibilizar a todos os frequentadores acesso fácil a pias providas de água corrente, sabonete líquido, toalhas descartáveis, lixeiras com tampa acionada por pedal. Não usar toalhas de tecido para enxugar as mãos em sanitários públicos (utilizar papel toalha descartável);

XII - Realizar a desinfecção de mobiliários e objetos de uso comum, friccionando com pano limpo embebido com álcool 70% (seja um produto registrado nos órgãos do Ministério da Saúde) por 20 segundos, incluindo maçanetas, torneiras, porta papel toalha, bancos, etc;

XIII - Higienizar equipamentos utilizados para a prática com frequência, inclusive quando houver troca de usuário para utilização do equipamento friccionando com pano limpo embebido com álcool 70% (seja um produto registrado nos órgãos do Ministério da Saúde) por 20 segundos.

XIV - Intensificar a higienização dos sanitários e pisos existentes (principalmente a cada troca de alunos), sendo que o funcionário deverá utilizar (luva de borracha, avental de manga longa, calça comprida, calçado fechado). Realizar a limpeza e desinfecção das luvas com água e sabão seguido de fricção com álcool a 70%, por 20 segundos, reforçando o correto uso das mesmas (não tocar com as mãos enluvadas enquanto as luvas estão sujas as maçanetas, telefones, corrimões, etc.)

XV - Redobrar a atenção para qualquer medida de contato, portanto todos frequentadores das academias e estúdios devem evitar:

a) Tocar o rosto, especialmente mucosas, boca, nariz e olhos, mesmo após o uso do álcool gel ou após lavar as mãos;

b) Não compartilhar objetos de uso pessoal como garrafas de água, toalhas de rosto e similares;

c) Não abraçar ou dar aperto de mãos;

XVI – Recomenda que seja evitado o contato físico entre aluno e professor e/ou instrutor, e, entre os alunos deve ser respeitado o distanciamento de 1,5 metros;

XVII - Proibido o uso de bebedouros à jato d´água nos estabelecimentos e o compartilhamento de copo;

XVIII - Orientar e incentivar todos os frequentadores para o uso da etiqueta respiratória:

a) Utilizar lenço descartável para higiene nasal.

b) Cobrir o nariz e a boca com lenços/papéis descartáveis quando tossir ou espirrar.

c) O lenço utilizado deve ser descartado.

d) Caso não haja lenço ou toalha de papel disponível, ao espirrar ou tossir é preferível cobrir nariz e a boca com a manga da camisa "espirrar no cotovelo" do que fazê-lo com as mãos, por meio das quais os vírus são facilmente transferidos para outras pessoas ou para o ambiente (telefone, maçanetas, computadores, etc).

XIX - Manter os ambientes ventilados e, por isso, portas e janelas dos espaços usados para atividades físicas fiquem abertas.

XX - Fica obrigado a todos os frequentadores e funcionários de Academias, Estúdios de Ginástica, Musculação e Funcional, o uso obrigatório de máscaras.

Atenciosamente,

Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19

Nova Brasilândia - MT – 02 de março de 2021

NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 07: AOS FEIRANTES E CONSUMIDORES DAS FEIRAS LIVRES

A Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19 pontua neste momento as seguintes recomendações:

I - Adotar medidas de controle de aglomeração, especialmente, o distanciamento entre os expositores, sendo de responsabilidade de cada feirante evitar aglomeração de pessoas;

II - Disponibilização álcool 70% para uso dos clientes e uso obrigatório de máscaras pelos feirantes, consumidores e frequentadores;

III - Recomendamos que os boxes tenham pias instaladas;

IV - As barracas que possuem pia, reforçar a higienização das mãos com água e sabão, principalmente nos seguintes momentos: ao tocar nos alimentos, ao manipular dinheiro, após utilizar o banheiro e ao tossir ou espirrar.

V - As barracas que não possuem pia devem disponibilizar obrigatoriamente álcool na porcentagem 70% e utilizar principalmente nos seguintes momentos: ao tocar nos alimentos, ao manipular dinheiro, após utilizar o banheiro e ao tossir ou espirrar.

VI - Estabelecer rotina frequente de desinfecção de balcões e vitrines com álcool 70% ou utilizar 1 litro de água sanitária diluído em 400 ml de água, fricção por 20 segundos, utilizar somente nas superfícies;

VII - Recomendamos que os feirantes acima de 60 anos e os portadores de doenças crônicas não estejam trabalhando nas barracas, podendo ser substituídos por outros familiares.

VIII - Devem ser informados aos consumidores que frequentarem as feiras livres, as seguintes orientações:

a) Pessoas do grupo de risco e idosos com mais de 60 anos devem evitar ir à feira;

b) Manter pelo menos 1,5 metro de distância das outras pessoas;

c) Ao tocar em superfícies ou manipular dinheiro não tocar nos olhos, boca ou nariz e realizar a higienização das mãos com álcool 70%;

d) Ao retornar à residência realizar a desinfecção (álcool 70%, fricção por 20 segundos) de sacolas e carrinhos de compras;

Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19

Nova Brasilândia - MT – 02 de março de 2021.

NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 08: REALIZAÇÃO DE VELÓRIOS

A Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19 pontua as seguintes recomendações a todos os que participem do velório e funerais:

I - O uso obrigatório de máscaras;

II - Os velórios e funerais de pacientes confirmados ou suspeitos da COVID-19 NÃO são recomendados.

III - Caso seja realizado velórios e funerais de pacientes confirmados ou suspeitos de COVID-19, recomenda-se manter a urna funerária fechada durante todo o velório e funeral, evitando qualquer contato (toque/beijo) com o corpo do falecido em qualquer momento post-mortem;

IV - Para todos os outros velórios e funerais realizados no âmbito municipal:

a) Disponibilizar água, sabão, papel toalha e álcool em gel a 70% para higienização das mãos durante todo o velório;

b) Disponibilizar a urna em local aberto ou ventilado;

c) Devem ser evitados apertos de mão e outros tipos de contato físico entre os participantes do funeral;

d) Evitar, especialmente, a presença de pessoas que pertençam ao grupo de risco para agravamento da COVID-19: idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactantes, portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos;

e) Não permitir a presença de pessoas com sintomas suspeitos de COVID-19;

f) Para bebidas, devem-se observar as medidas de não compartilhamento de copos;

g) A cerimônia de sepultamento e funerais não devem contar com aglomerado de pessoas, respeitando a distância mínima de 1,5m entre elas, bem como outras medidas de isolamento social.

Atenciosamente,

Equipe Técnica Municipal de Enfrentamento ao COVID-19

Nova Brasilândia - MT – 02 de março de 2021.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2021.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: METODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA-ME**

CNPJ: 22.817.081/0001-50

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Contratação de Empresa Especializada para Prestar Serviços na “Organização, Realização e Aplicação de Processo Seletivo” para atender a demanda das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT.

VALOR R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais)

ASSINATURA: **04 de março de 2021.**

VIGENCIA: **04 de março de 2021 a 02 de julho de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2021 REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2021 REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.018/2021 - REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 001/2021

TIPO: MENOR PREÇO ITEM

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público que realizará licitação na Modalidade Pregão Eletrônico **n°.001/2021** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** no modo de disputa **ABERTO**, de acordo com as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/1993 e as alterações posteriores, **Lei Complementar Federal 123/2006 alterada pela Lei 147, de 07/08/2014, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013** edos Decretos Municipais nº 025/2016 de 06/05/2016 e 052/2020 de 10/06/2020. Foi **DECLARADO DESERTO**, pela ausência de interessados no certame no **dia 05 de março de 2021 as 08h:00** horas, Horário do Estado de Brasília/DF, Local bllcompras.com, Pregão Eletrônico **n° 001/2021** por Registro de Preços do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** no modo de disputa **ABERTO,** objeto:**CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE E TURISMO DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT, CONFORME CONVÊNIO SUDAM Nº.902269/2020, CELEBRADO COM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM,** observado as especificações contidas no Termo de Referência deste edital e em seus anexos.

DAS INFORMAÇÕES:: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br ou bllcompras.com, para maiores informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1280.

Nova Brasilândia/MT, 05 de março de 2021.

_____

Cíntia Karine Carvalho dos Santos Souza

Pregoeira

Portaria: 056/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2021.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: K3 COMERCIO VAREJISTA DE JORNAIS REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES LTDA ME**

CNPJ: 10.676.614/0001-41

OBJETO: ADESÃO PARCIAL À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020, E QUE SE REGERÁ PELO QUE DISPÕE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2020, E ANEXOS DA PREFEITURA MUNCIPAL DE ALTO TAQUARI/MT, O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SEUS DEPARTAMENTOS DE NOVA BRASILÂNDIA/MT - EXCLUSIVA PARA MEI, MICRO E PEQUENA EMPRESA.

VALOR R$ 7.733,00 (sete mil setecentos e trinta e três reais).

ASSINATURA: **03 de março de 2021.**

VIGENCIA: **03 de março de 2021 a 03 de junho de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL Nº. 001/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2021

PROCESSO Nº. 170/2021

COMPRADOR: MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

VENDEDORA: IRMA MARIA SALVI GIACOMELLI - **CPF**: **145.711.370-87**

OBJETO: PELO PRESENTE INSTRUMENTO E NA MELHOR FORMA DE DIREITO, AS PARTES ACIMA QUALIFICADAS SE COMPROMETEM DE VENDER E COMPRAR, RESPECTIVAMENTE, UMA ÁREA DE 2. 400,00 M², DESMEMBRADA DA SUPRACITADA MATRICULA Nº. 8.474, POSSUINDO 20,00 M DE FRENTE E FUNDO E 120,00 M DE LATERAIS, COM AS SEGUINTES CONFRONTAÇÕES E COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

FRENTE: 20,00M, CONFRONTANDO COM A RUA DAS SAMAMBAIAS;

FUNDO: 20,00M, CONFRONTANDO COM A RUA DAS GOIABEIRAS;

LATERAL DIREITA: 120,00M, CONFRONTANDO COM A PROPRIEDADE DA SRA. IRMA MARIA SALVI GIACOMELLI E MARLENE TEREZINHA TOMAS BORGES;

LATERAL ESQUERDA: 120,00M, CONFRONTANDO COM A PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: 10º18'41.41"S E 55º24'26.96"O.

VALOR: R$ 130.000,00 (GLOBAL).

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 4.4.90.61.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0001.1.101.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

DE LICITAÇÃO Nº. 002/2021

Objeto	Aquisição de imóvel urbano, composto por terreno, possuindo área de 2.400,00 m², sendo 20,00 m de frente e fundos e 120,00 m de laterais, localizado no Município de Nova Guarita, a ser desmembrado da matricula nº. 8.474 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Terra Nova do Norte, conforme certidão anexa ao presente processo.
Favorecido	**Irma Maria Salvi Giacomelli - portadora do RG Nº. 13/C. 3.298. 683-SSP/SC e inscrita no CPF Nº. 914.982.529-15.**
Valor global	R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).
Fundamento Legal	Artigo 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Ratificamos a Dispensa de Licitação nº 002/2021 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Nova Guarita – MT, 03 de março de 2021.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação

Inexigibilidade 01/2021

Chamada Pública 01/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Inexigibilidade n.º 01/2021 do Tipo Chamada Pública, cujo objeto é a **Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atender os alunos da rede pública municipal**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.

Os interessados deverão procurar a **EMPAER**, entre os dias **09 a 17** de Março de 2021, para estarem realizando o preenchimento do Projeto de Venda e a entrega dos mesmos na Prefeitura Municipal das **07:00 hrs** às **12:00 hrs**.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **22/03/2021**, às 08:30 horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 07:00 às 12:00, ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404 ou e-mail licitacao@novaguarita.mt.gov.br.

Nova Guarita – MT, em 05 de março de 2021.

Yana Maria Marcon

Presidente da C.P.L

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 019/2021/SMA/PMNG

PROCESSO Nº. 169/2021

PRAZO: 01/03/2021 A 30/05/2021

CONTRATADO: JF COMÉRCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 13.307.089/0001-85

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IN LOCO PARA MANUTENÇÃO DE 21 (VINTE E UMA) COPIADORAS MULTIFUNCIONAIS SOB A RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA, COMPREENDENDO OS SEGUINTES SERVIÇOS:

VALOR: R$ 9.180,00 (GLOBAL).

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0001.2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO N°.004/2021

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°.001/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, com sede á Rua 16 de Julho, n° 815, Centro, inscrito no CNPJ sob o n°. 01.614.519/00001-22, através da Comissão Permanente de Licitação, constituída pela portaria n° 225/2020 de 01 de fevereiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação modalidade Tomada de Preços nº. 001/2021, cujo o **objeto**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS E SINALIZACAO VIARIA E PASSEIO PUBLICO EM VIAS,**

TRECHO RUA SÃO RAFAEL E AV. SÃO LUIZ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOVA LACERDA, Projeto Básico, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo, prevista para a abertura no **dia 05 de março de 2021, as 07h:30** horário do Estado de Mato Grosso, Critério de Julgamento**:** Menor Preço Global foi **DESERTA**, por não comparecerem interessados ao Certame. Fundamentado na Lei 8. 666/93, o Processo deverá ser repetido no dia 24 de março de 2021, ás 07:30 horas. O Presidente deu por encerrado os trabalhos, lavrando a presente Ata, que vai assinada pelo presidente, juntamente com os membros.

Nova Lacerda/MT, 05 de março de 2021.

Roseli dos Santos

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 75/2021

PORTARIA N.º 075/2021

05 de março de 2021

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o

Contrato nº 13/2021 DEPTO/RH

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 013/2021 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 1100/2021, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e EDERVAN DA SILVA RIBEIRO** para a prestação de serviço como encanador com vigência prevista de 01 (um) ano, a partir da data de 05 de março de 2021.

Art. 2º - Nomear a servidora **MARLENE ALVES QUINTINO,** Matrícula nº061, CPF nº385. 509.621-04, RG nº16. 856.006 SSP/SP, Assistente de Controle Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear a servidora **TANIA DA SILVA JUSTO**, matrícula nº 2346, CPF nº 027.360.841-01, RG nº 205.3229-6 SSP/MT, Coordenador de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 05 de março de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 016/2021.

Data: 04/03/2021.

Dispõe sobre as Medidas Temporárias de Prevenção ao Contágio pelo COVID-19 (Coronavírus), a serem adotadas pelo Poder Legislativo, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

EDER FERNANDES DA SILVA, VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, **no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:**

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual nº 836, de 01 de março de 2021, expedido pelo Governador do Estado de Mato Grosso, sobre as novas regras para o combate ao novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 358 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 01 de março de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, que indicam que a taxa de ocupação dos leitos públicos de UTIs no Estado de Mato Grosso está em 87,95% (oitenta e sete vírgula noventa e cinco por cento);

CONSIDERANDO, ainda, o crescimento da taxa de contaminação do novo Coronavírus em todos os municípios do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a competência do Estado e do Município em estabelecer medidas preventivas ao combate e a disseminação do novo Coronavírus bem como a reavaliação do cenário Pandêmico em seu território;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 061/2021, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.,

CONSIDERANDO que um membro do Poder Legislativo testou positivo para o COVID-19, e outros aguardam resultado de exames.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica suspenso temporariamente o expediente externo na Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT, no período de 04 a 10 de março de 2021, inclusive suspende a Sessão Ordinária do dia 08 de março de 2021.

Artigo 2º - Fica estabelecido que os servidores desempenharão suas atividades funcionais em regime de trabalho “home office”, porém, havendo necessidade de atendimento presencial, deverá ser observada a escala de plantão dos Servidores, fixada na porta de entrada da Câmara Municipal, com dias, horários e telefone de cada Servidor respectivamente;

Segue Escala de Plantão Presencial:

Sexta-feira dia 05 de março de 2021, das 07:00 às 13:00 horas a Servidora Pública Aparecida Picon Fornazieri (66)984357005);

Segunda-feira dia 08 de março de 2021, das 07:00 às 13:00 horas a Servidora Agna Urdiale dos Santos (66)984257709);

Terça-feira dia 09 de março de 2021, das 07:00 às 13:00 horas a Servidora Maria Estela Noetzold (66)984419332;

Quarta-feira dia 10 de março de 2021, das 07:00 às 13:00 horas a Servidora Agna Urdiale dos Santos (66)984257709.

Artigo 3º - Os Servidores e Parlamentares poderão ser convocados a qualquer tempo, para realização de sessões extraordinárias em razão de relevante interesse público, com restrição de público, apenas com Vereadores e Funcionários, efetuando os mecanismos de publicidade e transparência, devendo manter-se acessíveis e com atenção especial às medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus, sendo a convocação realizada por contato telefônico ou aplicativo de mensagens whatsapp.

Artigo 4º - O horário de expediente normal nas dependências do Poder Legislativo retornará no dia 11 de março de 2021, a partir das 07h00min.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, em 04 de março de 2021.

EDER FERNANDES DA SILVA

Vereador Presidente

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 069, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

DECRETO Nº 069, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: NOMEIA REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOESCENTE.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I. REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

Titular: Mirian Barbosa Camargo Maciel, Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Suplente: Tânia da Silva Justo, Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Titular: Ana Carolina Teixeira da Rocha, Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

Suplente: Mariana Gomes Martins, Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadani

Titular: Maria de Fátima da Silva Negrão, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Suplente: Neire Helena Nunes Assis Rosa, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Titular: Flavia Martins Correa, Secretaria Municipal de Saúde

Suplente: Alexandra Szczerba, Secretaria Municipal de Saúde

III. REPRESENTANTES DAS ENTIDADES CIVIL:

Titular: Katia Helena Rodrigues da Cunha, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

Suplente: Aline Henrique Fuzinato, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

Titular: Carla Vanessa Gozzi Vaccaro – Lions Clube

Suplente: Luciana Brustolin Pereira – Lions Clube

Titular: Márcio Antônio dos Santos – Igreja Batista Nacional

Suplente: Antônia Ribas – Igreja Presbiteriana do Brasil

Titular: Angelica Schedler Citadin Maller, Pastoral da Criança

Suplente: Judilse Silva de Oliveira Martins, Pastoral da Criança

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua afixação ou publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT,04 de março de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO 13/2021

RESUMO CONTRATO Nº 013/2021.

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e **EDERVAN DA SILVA RIBEIRO**

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCANADOR CUJA ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 05 DE MARÇO DE 2021.

4. VIGÊNCIA: 05 de maço de 2022.

5. VALOR: R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

6. BASE LEGAL: Lei 1100/2021.

LICITACAO
PORTARIA N.º 74/2021 NOMEIA FISCAL ADMINISTRATIVO PARA O CONTRATO Nº 08/2021 DEPTO/ADM/COMPRAS

PORTARIA N.º 74/2021

04 de março de 2021

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para O Contrato nº 08/2021 DEPTO/ADM/COMPRAS.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do Contrato nº08/2021/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e empresa **JOÃO A. POSSANI OINASKI ENGENHARIA ME**

CONTRATO Nº 08/2021/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 260/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ENGENHEIRO SANITARISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE.

VIGÊNCIA: 04 DE MARÇO DE 2021 ATÉ 04 DE MARÇO DE 2022

VALOR: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), pagos em 12 (doze) parcelas fixas mensais no valor de **R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)**.

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

FISCAL: Emerson Vaz Maciel

RG N°: 6.083.421-0

CPF: 904.243.609-34

CARGO: GERENTE DO DAE

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

MATRÍCULA: 046

FISCAL: JOAQUIM AZEVEDO

RG Nº: 13442694

CPF Nº: 178.255.631-15

CARGO: FISCAL DE OBRAS E POSTURA

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

MATRICULA: 05

25Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 04 de março de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

LICITACAO
PORTARIA N.º 76/2021 NOMEIA FISCAL ADMINISTRATIVO PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2021 DEPTO/ADM/COMPRAS

PORTARIA N.º 76/2021

05 de MARÇO de 2021

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para Ata de Registro de Preços N° 04/2021 DEPTO/ADM/COMPRAS.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos da ata de registro de preço nº04/2021/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e a empresa **JOSE DOS SANTOS 03543275186 CNPJ: 23.527.428/0001-92**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2021/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 449/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANIPULAÇÃO DE MADEIRA À FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES

VIGÊNCIA: 04 de Março de 2021 até 4 de Março de 2022

VALOR: R$ 83.100,00 (oitenta e três mil e cem reais)

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

FISCAL: LIZANDRO LEHRBACH DLUGOKENSKI

RG Nº: 1889860-2 SSP/MT

CPF Nº: 023.128.491-86

CARGO: OPERADOR DE MOTONIVELADORA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

MATRICULA: 3125

FISCAL: ALEX SANDRO DA SILVA DIAS

RG Nº: 14363160 SSP/MT

CPF Nº: 971.874.351-49

CARGO: MOTORISTA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

MATRICULA: 3158

25Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 05 de março de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 015/2021.

Data: 04/03/2021.

Dispõe sobre as Medidas Temporárias de Prevenção ao Contágio pelo COVID-19 (Coronavírus), a serem adotadas pelo Poder Legislativo, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

EDER FERNANDES DA SILVA, VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, **no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:**

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual nº 836, de 01 de março de 2021, expedido pelo Governador do Estado de Mato Grosso, sobre as novas regras para o combate ao novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 358 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 01 de março de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, que indicam que a taxa de ocupação dos leitos públicos de UTIs no Estado de Mato Grosso está em 87,95% (oitenta e sete vírgula noventa e cinco por cento);

CONSIDERANDO, ainda, o crescimento da taxa de contaminação do novo Coronavírus em todos os municípios do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a competência do Estado e do Município em estabelecer medidas preventivas ao combate e a disseminação do novo Coronavírus bem como a reavaliação do cenário Pandêmico em seu território;

CONSIDERANDO, ainda o Decreto Municipal 061/2021, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

RESOLVE:

Art. 1º - Determina-se a aplicação das medidas estabelecidas no Decreto Municipal 061/2021, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, estado de Mato Grosso, neste Poder Legislativo.

Art. 2º - O funcionamento de todas as atividades e serviços ficam sujeitos às seguintes condições:

I – expediente de segunda-feira à sexta-feira das 07h00min às 13h00min;

II – realização das Sessões Ordinárias nas segundas-feiras, nos termos da Resolução 002/2021, de 08 de fevereiro de 2021;

III - atendimento ao público dentro das instalações físicas da Câmara Municipal de Vereadores, observando todos os procedimentos no que cinge aos cuidados necessários para conter o contágio da Covid-19, referentes a higiene pessoal, uso de máscaras, álcool em gel e aglomeração de pessoas, nos termos do Artigo 4º do Decreto Municipal da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT., número 061/2021.

Parágrafo Único: O atendimento ao público também poderá ser realizado por meio de contato telefônico *(66) 3597-1145/1448,* e/ou eletrônico, através de e-mails e da ouvidoria, constantes no site institucional www.novamonteverde.mt.leg.br.

Art 3º -Quaisquer matéria ou proposta extra às obrigações do Poder Legislativo, ficarão sujeitas a deferimento da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, em 03 de março de 2021.

EDER FERNANDES DA SILVA

Vereador Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que fica CANCELADA A PUBLICAÇÃO da Portaria nº 015/2021 e Portaria nº 16/2021 vinculada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 05 de março de 2021 nas páginas n° 415 e 416, edição nº 3.680, por motivo de erro na publicação.

Nova Monte Verde-MT, 05 de março de 2021.

EDER FERNANDES DA SILVA

Presidente

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2021 AO EDITAL 001/2020 – CONCURSO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2021 ao Edital 001/2020 – Concurso Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE - MT, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos relacionados neste edital, que foram aprovados ou classificados no Concurso Público 001/2020, a comparecerem e apresentarem os documentos a seguir, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT, Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida Mato Grosso, 51, Paço Municipal - Centro, Nova Monte Verde/MT, CEP: 78.593-000, no prazo de 30 dias corridos, no horário das 07h00min às 13h00min, portando os seguintes documentos:

Documentos originais e 02 (duas) fotocópias dos seguintes itens:

Original e Cópia da Carteira de Identidade; Original e Cópia Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE; Original e Cópia do CPF; Original e Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino); Comprovante de endereço atualizado em nome do candidato; Original e Cópia da Certidão de nascimento ou Comprovante do estado civil (casado), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois); Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP; Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; Duas fotografias 3x4 recentes, colorida;

10. Número de conta bancária (Banco do Brasil);

11. Original e Cópia do Diploma ou dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado no Edital Normativo nº 001/2020 - complementar 001, e respectivo registro no Conselho de Classe se for o caso;

12. Histórico escolar

Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo); Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio; (anexo II) Declaração de não acumulação remunerada de cargos e empregos públicos e quando houver a acumulação, a declaração de compatibilidade de cargo e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal; (anexo III e V)

16. Declaração de não ter sofrido, no exercício do cargo público, penalidades impeditivas de assumir cargo público; (anexo IV)

17. Certidão cível e criminal

18. Atestado médico, que após análise de exames laboratoriais e exame clínico, ateste aptidão física e mental para o exercício do cargo (deve constar no laudo a discriminação de todos os exames exigidos pelo edital);

19. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, ou menores de 24 (vinte e quatro) anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

20. Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 (quatorze) anos;

21. Telefone

22. E-mail

Exames médicoPré-Admissionais a seguir:

Os exames são de responsabilidade do candidato.

Item I - Para todos os cargos:

Hemograma completo em jejum, plaquetas, creatinina; Glicemia em jejum; Perfil lipídico (colesterol L.D.L, colesterol, H.D.L e triglicerídeos); Eletrocardiograma (E.C.G.); RX de tórax em P.A. e perfil e os laudos correspondentes; E.A.S. (exame de urina tipo I); Citopatológico (para mulheres com idade igual ou cima de 40 anos de idade); P.S.A. – antígeno Prostático específico (para homens com idade igual ou cima de 40 anos de idade). Exame de acuidade visual e fundo de olho

Item III – aos cargos da Secretaria de saúde:

Exames do Item I HIV; HEP.B; Pesquisa de BK no escarro.

ANEXO I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CLASS.	NOME	LOTAÇÃO	CARGO
09	APARECIDA NUNES DA SILVA GONÇALVES	SAÚDE	TÉCNICA EM ENFERMAGEM
CLASS.	**NOME**	**LOTAÇÃO**	**CARGO**
02	SUEUDES DE PONTES ALEXANDRE	ADMINISTRAÇÃO	ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados no prazo indicado, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Todos os exames e cópias dos documentos apresentados ficarão retidos no Departamento de Recursos Humanos na pasta individual dos servidores.

Nova Monte Verde, 05 de março de 2021

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) Bem... Valor

2) Bem... Valor

3) Bem... Valor

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração. (localidade), (dia) de (mês) de (ano). _____ (nome completo) (assinatura)

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo) (assinatura)

OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público ou privado. Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo) Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data não sofri penalidades impeditivas de assumir cargos públicos nos últimos 05 (cinco) anos. Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo) (assinatura)

OBS: Em caso de estar respondendo e já ter respondido a inquérito ou a processo administrativo disciplinar, substituir a última parte por "respondi ou estou respondendo a inquérito ou a processo administrativo disciplinar. "

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que o cargo que exerço na administração pública tem carga horária compatível com o cargo que vou assumir no concurso público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo) (assinatura)

OBS: Declaração necessária apenas para os candidatos que irão acumular funções públicas.

CAMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, em cumprimento do disposto no § único, do Art. 61, da Lei 8.666/93, faz a publicação resumida do extrato do seguinte contrato:

CONTRATO: **001/2021**

CONTRATADO: **SUPERNET COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME**

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviço mensal de manutenção e suporte em estações de trabalho, serviços de dados, internet, roteadores e switch para atender a necessidades dos departamentos desta Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT.

PERÍODO: 05/03/2021 a 04/03/2022

VALOR GLOBAL: R$: 6.600,00

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 014/2021

Ementa: Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Celebrado com a Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1 º - Designar a servidora Aparecida Picon Fornazieri, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante no Contrato Nº 001/2021 e seus respectivos Termos Aditivos, Firmado com a Empresa Supernet Comercio e Serviços de Informática Ltda - ME CNPJ 19.175.586/0001-53, no qual a Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT é a Contratante, e que, será substituída em suas ausências e em seus impedimentos, pela Servidora Agna Urdiale dos Santos.

Art. 2 º - Determinar que a fiscal ora designada, ou na ausência desta, o fiscal substituto, deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos produtos entregues pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento para pagamento.

Art. 3 º - Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Nova Monte Verde-MT, 05 de março de 2.021

EDER FERNANDES DA SILVA

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021

REGISTRO DE PREÇOS

'' EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME – EPP "

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.688/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de recargas de oxigênio (gás medicinal) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde,** conforme especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **18/03/2021 às 08h30min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8. 666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3467. 1019, no horário das 07h00min às 12h00min, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 05 de março de 2021.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA
PORTARIA Nº 1510 DE 03 DE MARÇO DE 2.021.

PORTARIA Nº 1510 DE 03 DE MARÇO DE 2.021.

"Dispõe sobre a nomeação do cargo em Comissão de Coordenadora da Escola de Educação Infantil Prof.ª. Simone Lopes de Paula".

O Senhor ***JOÃO TEODORO FILHO*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º – Nomear a Senhora LUCILENE AVILA DE OLIVEIRA**,** inscrita no CPF sob o nº 902.830.821-00,do cargo de ***COORDENADORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL Prof.ª. SIMONE LOPES DE PAULA***, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos tres dias do mês de março de 2021.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇAO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº009/2021/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 072/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que que RETIFICA o edital de Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL **- Nº. 006/2021/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONECIMENTO E PLANTIO DE GRAMA E PODA DE ARVORES ESTINADOS AOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. **As alterações encontra-se em destaque no edital retificado de licitação disponível na integra no site da prefeitura municipal de Nova Olímpia/MT.** A Abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 25 de março de 2021**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida 259 S- Jardim Ouro Verde, no horário de 07:00 às 13: horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 05 de março de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

DECRETO MUNICIPAL Nº. 016 DE 03 DE MARÇO DE 2021.

QUE DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, NA FORMA DA LEI E PRESCRITAS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica lançado o **IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxa de Limpeza Pública para o exercício de 2021, c**om vencimento previsto para **14 de junho de 2021**, podendo o contribuinte optar pelo pagamento em **04 (quatro) parcelas mensais**, com vencimento em 14 de junho de 2021, 14 de julho de 2021, 16 de agosto de 2021 e 16 de setembro de 2021.

Art. 2º - O pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano efetuado até 14 de junho de 2021, em cota única, conforme previsto no Artigo anterior, gozará de 25% (vinte e cinco) por cento de desconto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 03 dias do mês março de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

WEBER VIEIRA MARTINS

Secretário Municipal de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1.210 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte:

Artigo 1º – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº 1.206/2020 – Lei Orçamentária Anual, um Credito Adicional Suplementar no valor R$ 3.455.343,89 (tres milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e tres reais e oitenta e nove centavos) a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	**08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**	
Proj. /Ativ.	08.002.15.451.0036.1.079- PAVIMENTAÇÃO URBANA E OBRAS COMPLEMENTARES	
Elemento	4.4.90.51.00.00-0190000 – Obras e Instalações	3.455.343,89
TOTAL GERAL		**3.455.343,89**

Artigo 2º - Para cobertura dos créditos autorizados serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, Art. 43º § 1º inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte	Objeto	Recurso	Valor R$
01900000	Operação de Credito Interna	Vinculado	**3.455.343,89**

Artigo 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.203/2020 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020, e na Lei Municipal nº. 1.164/2017, Plano Plurianual.

Artigo 4º – Esta Lei entrara em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º **-** Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Olímpia – MT, em 04 de março de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO DO PREGÃO PRESENCIAL- SRP N.º 005/2021/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 04/03/2021 **DATA DO TERMINO DA SESSAO:** 04/03/2021 **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CALHAS DESTINADOS AOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.

RESULTADO: DESERTO (AUSENCIA DE LICITANTES)

Nova Olímpia/MT, 04 de março de 2021.

Eliete Silva

Port. 072/2020

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO DO PREGÃO PRESENCIAL- SRP N.º 006/2021/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 05/03/2021 **DATA DO TERMINO DA SESSAO**: 05/03/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E DESENTUPIMENTO DE CAIXAS DE GORDURA DE REDE MESTRE DOS ORGAOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT.

LICITANTE VENCEDOR: J.A.R. DE JESUS SERVIÇOS EIRELI inscrita sob o CNPJ- 08.008.540/0001-23.

VALOR GLOBAL: R$ 198.270,00 (cento e noventa e oito mil e duzentos e setenta reais)

Nova Olímpia/MT, 05 de março de 2021.

Eliete Silva

Port. 072/2020

Pregoeira Oficial

LEI MUNICIPAL Nº 1.211 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE, PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO AGENTE CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS,".

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº 1.206/2020 – Lei Orçamentária Anual, um Credito Adicional Especial no valor R$ 914.736,16 (Novecentos e quatorze mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos) a serem consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	
Proj. /Ativ.	06.002.10.122.0040.2.317 - Enfrentamento Emergencial (COVID-19)	
Elemento	3.3.90.30.00.00-0146074 Material De Consumo	363.958,76
	33.90.32.00.00-146074O. Material de Distribuição Gratuita	218.410,20
	3.3.90.39.00.00-0146074 O. Serv. de Terceiros – P. Jurídica	145.723,30
	4.4.90.52.00.00-0146074 – Equip. e Material Permanente	145.548,56
TOTAL GERAL		**873.640,82**

Órgão	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Proj. /Ativ.	07.002.08.244.0040.2314- Ações do COVID-19 no SUAS para EPI	
Elemento	3.3.90.30.00.00-0129074 - Material De Consumo	14.734,36
TOTAL GERAL		**14.734,36**

Órgão	07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Proj. /Ativ.	07.002.08.244.0040.2313- Ações do COVID-19 no SUAS para Acolhimento	
Elemento	3.3.90.30.00.00-0129074 Material De Consumo	11.960,98
	3.3.90.36.00.00-0129074 O. Serv. de Terceiros – P. Física	6.000,00
	3.3.90.39.00.00-0129074 O. Serv. de Terceiros – P. Jurídica	4.200,00
	4.4.90.52.00.00-0129074 – Equip. e Material Permanente	4.200,00
TOTAL GERAL		**26.360,98**

Artigo 2º - Para cobertura dos créditos autorizados serão utilizados os recursos provenientes de Superavit Financeiro apurado no exercicio anterior, Art. 43º § 1º inciso I da Lei 4.320/64.

Fonte	Objeto	Recurso	Valor R$
146074	COVID19- SAUDE	Vinculado	**873.640,82**
129074	COVID19- SOCIAL	Vinculado	**41.095,34**

Artigo 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.203/2020 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020, e na Lei Municipal nº. 1.164/2017, Plano Plurianual.

Artigo 4º – Esta Lei entrara em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º **-** Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Olímpia – MT, em 04 de março de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Sr. ADEMIR DIAS DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no Artigo 24 inciso II da Lei Federal 8.666/93, a DISPENSA DE LICITAÇÃO a favor da contratação da empresa **VANESSA ARAUJO MINATTI** inscrita no CNPJ nº 23.416.206/0001-00 para prestação de serviço de fotografia e filmagem de eventos realizados pela Câmara Municipal de Nova Santa Helena – incluindo divulgação dos trabalhos no site oficial, bem como transmissão ao vivo das sessões ordinárias e divulgação dos conteúdos nas redes sociais, perfazendo o valor total da contratação em R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

Nova Santa Helena/MT, 05 de março de 2021

ADEMIR DIAS DA SILVA

Presidente

P U B L I Q U E – S E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 120/2021

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Transferir o servidor ANDREY RICARDO ROMAO, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.241.227-1 SSP/MT e do CPF nº 034.385. 081.84, da Secretaria Municipal de Administração para o Departamento de Água e Esgoto, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 04 de março de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 04/ 03/2021 a 04/04/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 121/2021

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.° PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor GILBERTO DE SOUZA DA PAIXAO, portador da Cedula de Identidade de nº 1.254.553-8 SSP/MT e do CPF de nº 864. 561.131.72como Titular e o Servidor RODERSON BEZERRA FURQUIM, portador da Cedula de Identidade de nº 1.534.769-9 SSP/MT e do CPF de nº 005.538.771.35como Suplente, para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preço, conforme abaixo relacionado:

ATA 001/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO DE NOVA SANTA HELENA/ MT.

EMPRESA: L. M. COMBUSTÍVEIS SANTA HELENA LTDA

CPF Nº: 631.762.201-97

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de março 2021.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/ 03/2021 a 03/04/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 119/2021

NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr. Paulinho Bortolini no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe o Capitulo III, do Processo Disciplinar, da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2.002.

Considerando a necessidade de instaurar Processo Administrativo em face dos Servidores Karin Dayane Verona da Silva, Recepcionista, matricula 930, Vagner Barbosa Araújo, Agente Administrativo II, matricula 840 e Elieldri Alberti, Técnico Químico, matricula 1071, para apurar suposto cometimento de conduta incompatível com a moralidade administrativa e ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar responsabilidades, dos servidores Karin Dayane Verona da Silva, Recepcionista, matricula 930, Vagner Barbosa Araújo, Agente Administrativo II, matricula 840 e Elieldri Alberti, Técnico Químico, matricula 1071, em suposto cometimento de conduta incompatível com a moralidade administrativa e ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

Art. 2° - A comissão de que trata o artigo anterior desta Portaria será composta pelos servidores da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, conforme abaixo descritos:

a) Willians André Fogo – Odontólogo - Matricula 521 - Presidente

b) Patrícia Maria Maccari – - Chefe de Divisão de Valorização de Recursos Humanos Matricula 649 - Secretária

c) Edson Defácio – Auxiliar de Saneamento Matrícula 143 – Membro

Art. 3º- Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º- A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 04 de março de 2021.

Paulinho Bortolini

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 118/2021

PORTARIA N° 118/2021

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, ESTRADA DA COLIDINHA NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT COORDENADAS GEOGRÁFICAS INÍCIO: 10°49'33.20"S 55°7'48.95"O. FIM: 10°49'9.84"S 54°53'23.14"O. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.° PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1° - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Nova Santa Helena/MT, tornar pública a APROVAÇÃO do projeto de Conservação de Estradas Vicinais, Estrada da Colidinha no Município de Nova Santa Helena-MT, Coordenadas Geográficas: Início: 10°49'33. 20"S 55°7'48.95"O. Fim: 10°49'9.84"S 54°53'23.14"O. na Proposta 089/ 2021/SIGCON, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE OBJETO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

ELABORAÇÃO DO PROJETO Conservação de Estradas Vicinais, Estrada da Colidinha no Município de Nova Santa Helena-MT, Coordenadas Geográficas.

Início: 10°49'33.20"S 55°7'48.95"O

Fim: 10°49'9.84"S 54°53'23.14"O ENGENHEIRO CIVIL: Kade. R. D. Porfírio

CREA/MT nº 044319

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO: ENGENHEIRO CIVIL: Kade R. D. Porfírio - CREA/MT nº 044319.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 04 de março 2021.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

KADE RICHARD DINIZ PORFIRIO

Responsável pela Aprovação – CREA/MT nº ° 044319

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 04/ 03/2021 a 04/04/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2021 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

ATA 001/2021

VALIDADE: 12 MESES

VIGÊNCIA: 03/03/2021 À 03/03/2022

EMPRESA VENCEDORA: L. M. COMBUSTÍVEIS SANTA HELENA LTDA

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO DE NOVA SANTA HELENA/MT.

EMPRESA	ITEM	VALOR TOTAL
L. M. COMBUSTÍVEIS SANTA HELENA LTDA	ETANOL	118.140,00
L. M. COMBUSTÍVEIS SANTA HELENA LTDA	GASOLINA COMUM	415.380,00
L. M. COMBUSTÍVEIS SANTA HELENA LTDA	DIESEL COMUM	1.031.680,00
L. M. COMBUSTÍVEIS SANTA HELENA LTDA	DIESEL S-10	626.220,00
	TOTAL GERAL (R$)	2.191.420,00

Nova Santa Helena/MT, 03 de março de 2021

EDINALVA NUNES

Pregoeira Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO N° 007/2021 – SRP

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021 – SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 007/2021, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de madeira serrada para ser utilizada na manutenção de pontes de madeira e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos de Nova Santa Helena/MT. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA: J. FRANCIO ME

ITEM: 01

VALOR TOTAL: R$ 468.000,00

Nova Santa Helena/MT, 05 de Março de 2021

EDINALVA NUNES

Pregoeira Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO N° 009/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 19 de Março de 2021, ás 08:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso), na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação Pública Urbana de Natureza Paisagística e Urbanística Consistente em Varrição e Limpeza Manual dentro do Perímetro Urbano do Município de Nova Santa Helena/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Site da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT, no seguinte endereço eletrônico: www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)).

Nova Santa Helena/MT, em 05 de março de 2021

EDINALVA NUNES

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 019/2021

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 019/2021

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 019/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) VANDERLEI CESAR PEGORARO,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **3653673 SSP/SC** inscrito (a) no CPF sob o n° **913.727.201.20,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação de **PROFESSOR II – 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 01 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VANDERLEI CESAR PEGORARO

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº. 157/2019

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Nº. 157/2019

Aos Quatro Dias do Mês de Março do Ano de Dois Mil e Vinte e Um, no Setor de Pessoal e Recursos Humanos, eu **EDEGAR JOSÉ BERNARDI**, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso das atribuições que me confere, dou **POSSE** a **INGRID DANIELI E FREITAS DOS SANTOS,** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 2717777-7 SSP/MT e inscrita(o) no CPF nº. 060.574.311.89 para o cargo de **Técnico Administrativo Educacional - Secretário Escolar - CEMEI – Sede,** lotada (o) na Estrutura Administrativa – Classificado(a) em 4º lugar no Concurso Público Municipal nº. 001/2019realizado em 12/05/2019, com carga horária semanal de **40 (quarenta) horas**, assumindo o mesmo o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente. O nomeado comprova neste ato, através da inspeção médica, estar apto físico e mentalmente para o exercício do cargo, bem como **DECLARA** que não exerce outro cargo, emprego ou função pública remunerada na Administração Direta ou em autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresas públicas. O nomeado apresenta ainda neste ato **DECLARAÇÃO** de seus bens e valores que constituem seu patrimônio.

Nova Ubiratã – MT, 04 de Março de 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

DE ACORDO EM:

INGRID DANIELI E FREITAS DOS SANTOS

CPF nº 060.574.311.89

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 40/2020

O MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **Hercon Construtora Eireli**, inscrita no CNPJ nº 14.020.137/0001-12, situada na Avenida Araés, 2455, sala C, bairro Montes Claros, Nova Xavantina, MT adiante denominada, CONTRATADA, resolvem celebrar primeiro termo aditivo ao contrato nº 40/2020, de alteração de valor contratual, conforme Parecer Jurídico nº 34/2021 e Tomada de Preços nº 11/2020, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica inserida de comum acordo a redação do subitem 6.1 da Cláusula Sexta, que passa a ter a seguinte redação:

6.1 - Pela execução dos serviços, objeto deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R$ 441.726,08 (Quatrocentos e quarenta e um mil, setecentos e vinte e seis reais e oito centavos), acrescidos de mais 123.806,63 (cento e vinte e três mil, oitocentos e seis reais e sessenta e três centavos), que totalizam R$ 565.532,71 (quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos), constantes do Anexo de Julgamento e Planilha Orçamentária, parte integrante da Tomada de Preços 011/2.020.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos as cláusulas e condições contratuais originais, que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente termo, que faz parte integrante e inseparável do contrato 40/2020.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Xavantina, MT, 05 de março de 2021.

JOAO MACHADO NETO - Bang

Prefeito Municipal

Hercon Construtora Eireli

Contratada

LICITAÇÃO
3º TERMO DE APOSTILAMENTO À ARP N° 071/2.020

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **PARREIRA QUEIROZ & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 15.350.473/0001-96, resolvem fazer o equilíbrio econômico-financeiro previsto no artigo 65 da Lei 8. 666/1993, desta forma a Ata de Registro de Preços nº 071/2.020, passa a vigorar com os seguintes valores: **Item 43559** – Óleo diesel comum de R$ 4,49 (quatro reais e quarente a nove centavos) para R$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos) e **Item 43560** – Óleo diesel S10 de R$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos) para R$ 4,45 (quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Nova Xavantina - MT, 05 de março de 2.021.

João Machado Neto

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 409/2021

PORTARIA N.º 409/2021

Dispõe sobre a designação de ***Celso Anselmo Bicudo Paula Souza Júnior,*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e demais legislação que trata da matéria;

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da moralidade e impessoalidade;

Considerando que a Procuradora do Município é parte no processo, já tendo apresentado manifestação;

Considerando a necessidade de evitar confusão na defesa pessoal da servidora e defesa do ente público;

Considerando que o Município não possui outro servidor no cargo de Procurador; **resolve**:

Art. 1º Designar o servidor público municipal ***Celso Anselmo Bicudo Paula Souza Júnior***, brasileiro, portador do CI/RG n.º 1586600-9-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 025.024.801-83, OAB 17474/0, Matricula Funcional 4384, para apresentar pelo Município de Nova Xavantina (MT), manifestação e demais peças referente instrução processual nos Autos 1001899-02.2020.8.11.0012, em trâmite junto a 1ª Vara Cível da Comarca de Nova Xavantina - MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de fevereiro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 59/2020.

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 59/2020.

O Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, sediada no Paço Municipal, na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº 249, inscrita no CNPJ 15.024.45/0001-73, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JOAO MACHADO NETO – JOÃO BANG,** brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 581.980.241.15 e no RG nº. 698.029 SSP/MT, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr (a) **ELLEN GONCALVES DE SOUSA,** brasileiro (a), **matricula funcional nº 4463,** inscrito (a) no CPF/MF nº 987.762.232.72 e no RG n. º 386308 SSP/AM, neste ato denominado contratado (a), na qualidade de **TECNICO (A) DE ENFERMAGEM - 40 HS,** detentores do contrato celebrado entre si em **01 de agosto de 2020**, resolvem celebrar o **1º** Termo Aditivo ao contrato nº **59/2020:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. Tendo em vista a necessidade de adequação do presente contrato, o qual se justifica diante da necessidade temporária e urgente do Município frente à pandemia do COVID-19, e do alto índice de casos confirmados, a contratada passara a desempenhar suas atividades no setor de imunização, realizando o recebimento, distribuição e acompanhamento das vacinas (contra a covid-19), bem como o planejamento para administração das doses dos grupos prioritários e lançamentos no sistema do Ministério da Saúde. Como se trata de pandemia, fica justificada a presente contratação temporária, não se tratando de vaga a ser provida por Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente TERMO, que fica fazendo parte integrante e inseparável do Contrato nº **59/2020.**

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Xavantina-MT, 05 de março de 2021.

JOÃO MACHADO NETO – JOÃO BANG ELLEN GONCALVES DE SOUSA

Prefeito Municipal Contratado (a)

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº. 4.056, DE 5 DE MARÇO DE 2021

DECRETO Nº. 4.056, DE 5 DE MARÇO DE 2021

"*Dispõe sobre a prorrogação da validade do* ***Processo Seletivo Simplificado 02/2019****, e dá outras providências*".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislação que trata da matéria; **Decreta:**

Art. 1º Fica prorrogado para mais 01 (um) ano a validade do Processo Seletivo Simplificado 02/2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de março de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 23/2019

O MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **JEZIEL DE A. OLIVEIRA & CIA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ nº 97.527.315/0001-23, representada pelo Sr. Jeziel de A. Oliveira, portador do CPF nº 014.448.041-70 e RG nº 14545209 SSP/MT, em Nova Xavantina, MT adiante denominada, CONTRATADA, resolvem celebrar terceiro termo aditivo ao contrato nº 23/2019, de alteração do prazo de execução da obra, conforme Parecer Jurídico nº 32/2021 e edital de Concorrência Pública nº 001/2019, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica inserida de comum acordo a redação do subitem 4.1 da Cláusula Quarta, que passa a ter a seguinte redação:

4.1. O prazo total do empreendimento é de 540 (quinhentos e quarenta) dias consecutivos, acrescentado mais 90 (noventa) dias, passa o término da vigência total do empreendimento para 07/03/2021, e acrescentado mais 60 (sessenta) dias, passa o término da vigência total do empreendimento para 06/05/2021, e deverá atender as Especificações do Município e Normas da ABNT para sua aceitação, mantendo-se atendidos durante todo o período do contrato, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, nas hipóteses previstas no artigo 57, § 1º da Lei federal n°. 8.666/93, mediante prévia justificativa.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1 Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente termo, que faz parte integrante e inseparável do contrato 23/2019.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Xavantina, MT, 05 de março de 2021.

JOAO MACHADO NETO - Bang

Prefeito Municipal

JEZIEL DE A. OLIVEIRA & CIA LTDA EPP

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 034/2021 de 21/01/2021, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preços, no dia **25/03/2021**, às 08H00, para contratação de empresa visando a "**CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO – BLOCO 01, COMUNIDADE CRISTALINO DO NORTE, NOVO MUNDO - MT",** conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações das 07H00min às 11H00min de segunda a sexta e/ou no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 05 de março de 2021.

Eliel Kuss

Presidente CPL

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Eletrônico"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, através do site: www.bll.org.br, às 10h00min do dia 25 de fevereiro de 2021, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS Á MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagraram – se vencedoras do citado certame as seguintes licitantes: **BOM JESUS SUPERMERCADOS LTDA** com o valor de **R$ 309.713,50** (Trezentos e nove mil e setecentos e treze reais e cinquenta reais), **COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP** com o valor de **R$ 85.198,50** (oitenta e cinco mil e cento e noventa e oito reais e cinquenta centavos), **DILIMAS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA** com o valor de **353.513,50** (trezentos e cinquenta e três mil e quinhentos e treze reais e cinquenta centavos). Assim por terem apresentado propostas com preço compatíveis ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 05 de março de 2021.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2021

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa **A.S ASSESSORIA E CONSULTORIA - EIRELI**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com sede na Rua Leonildo de Castro e Silva, s/n°, Centro, CEP 76.235-000, cidade de Arenópolis - GO, inscrita no CNPJ n.º 26.248.828/0001-57, neste ato representada pela senhora **Sinara de Moura Silva**, empresária, portador do RG n.º 5161545 SSP/GO e CPF n.º 024.012.041-80, têm entre si justo e acertado o que contém nas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos e obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com a Dispensa de Licitação n.º **028/2021** e dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.
Objeto	Contratação de empresa especializada em Consultoria e Auditoria Tributária para Assessoramento ao Departamento de Tributos visando levantamento de créditos tributários junto as Instituições Financeiras localizada no Município de Novo Mundo – MT.
Valor	O valor global para a execução do contrato é R$17.000,00 (dezessete mil reais), a ser pago em parcela única mediante NF devidamente atestada pelo fiscal do contrato.
Prazo de Vigência e	O prazo de vigência do presente contrato é de **17 de fevereiro de 2021 até 17 de março de 2021.**
Dotação Orçamentaria	**0162.04.003.04.129.0002.2123.3390.39.00.00.00.** Órgão: Secretaria de Finanças
	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2021

Novo Mundo/MT, 17 de fevereiro 2021.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021 PROCESSO Nº 014/2021

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

PROCESSO Nº 014/2021

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, através de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo "**MENOR PREÇO**". O critério de julgamento **Menor Preço por item**, objetivando o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO SERVIÇOS DE EXAMES DO TIPO (ULTRASSONOGRAFIA, RAIO X, MAMOGRAFIA, TOMOGRAFIA, RADIOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E ENDOSCOPIA) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT."** em conformidade com as Leis 10.520/2002 e Lei 8.666/93. O Credenciamento será realizado das 13h: 30mim até às 14h: 00 min do dia 19 **de Março de 2021**. Na Avenida 29 de setembro, nº 244 - Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 14h: 00 min, (horário de Brasília) na mesma data e local". O Edital completo está à disposição dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no horário das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas e também disponibilizado pelo site ***www.novosantoantonio.mt.gov.br*** ou através do e-mail ***licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br***, demais esclarecimentos pelo telefone (66)3548-1140.

Novo Santo Antônio – MT, 08 de Março de 2021.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO PARCIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 074/2020

PREGÃO ELETRÔNICO 074/2020

Extrato do Termo de Cancelamento Parcial Ata de Registro de Preços N° 074/2020 - Pregão Eletrônico 074/2020.CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT**, **CNPJ: 15.023.971/0001-24**.Objeto: Constitui Objeto da presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais de Consumo e Medicamentos (II etapa) para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal, Pronto Atendimento e PSF,s** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Vigência até a data do dia 21/01/2022. Item cancelado e empresa abaixo:

Empresa:						CNPJ da Empresa
GOLDENPLUS COM DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITAL						CNPJ: 17.472.278/0001-64
Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
2	492830	AGULHA HIPODERMICA, 20 x 5,5, Corpo em aco inox siliconizadobisel curto trifacetsdo, conector em plastico luer, protetor plástico descartavel, esteril, embalagem individual. CX c/ 100	CAIXA	600,00	7,80	4.680,00
3	497266	AGULHA HIPODERMICA, 25 x 7 OU 26G X 1/2", Corpo em aco inox siliconizado bisel curto trifacetsdo, conector em plastico luer, protetor plastico descartavel, esteril, embalagem individual. CX c/ 100	CAIXA	600,00	7,49	4.494,00
4	497267	AGULHA HIPODERMICA, 25 x 8mm, Corpo em aco inox siliconizado bisel curto trifacetsdo, conector em plastico luer, protetor plastico descartavel, esteril, embalagem individual. CX c/ 100	CAIXA	600,00	8,00	4.800,00
5	492831	AGULHA HIPODERMICA, 30 x 7, Corpo em aco inox siliconizado bisel curto trifacetsdo, conector em plastico luer, protetor plastico descartavel, esteril, embalagem individual. CX c/ 100	CAIXA	600,00	8,00	4.800,00
6	492833	AGULHA HIPODERMICA, 40 x 12, Corpo em aco inox siliconizado bisel curto trifacetado, conector em plastico luer, protetor plastico descartavel, esteril, embalagem individual. CX c/ 100	CAIXA	600,00	7,9900	4.794,00

Departamento de Licitações e Contratos, em 03 de março de 2021.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 096 DE 05 DE MARÇO DE 2021

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a Sra. **RODRIGO ALVES MACIEL**, inscrita no CPF sob o número 036.659.651-95 e portador do RG de número 21987211 SSP/MT, para responder pelo Cargo de **GERENTE DE COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL,** conforme a Lei Municipal n. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 04 de março de 2021.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 05 de março de 2021

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial

Nº 09/2021

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro ***Devenilson da Silva,*** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021 - REGISTRO DE PREÇOS,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto**: Constitui objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de **Empresa de Engenharia Cartográfica especializada na Prestação de Serviço de Elaboração do Mapeamento Digital georeferência através de aerofotogrametria, imagens de satélite e perfilamento a laser para o Município de Paranatinga - MT, sendo a área levantada de aproximadamente 70 KM², ** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Abertura da Sessão: Dia 23/03/2021. Ás 08:00 h (Hora Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou - Telefone 66 3573-1329/1756. Em 05 de março de 2021. Pregoeiro Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1937 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

"**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO FECHADO DONA LEONOR, LOCALIZADO RODOVIA MT-130, BAIRRO RUI BARBOSA, DÁ OUTRAS PROVIDENCIAIS**. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento do Lote 13 -G2, matricula nº. 5.004, registrado no cartório de 1º **SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PARANATINGA-MT**, denominado "**LOTEAMENTO FECHADO DONA LEONOR**", com coordenada de localização **Lat. 14°27'42.36"S, Long. 54°2'29.63"0,** endereço rodovia MT- 130, margem direita sentido Paranatinga-Primavera do Leste de frente com o **FRIGORIFICO MINERVA** Bairro Rui Barbosa, com área de **8.000,00(Oito Mil) metros quadrados**, de propriedade da **CONSTRUTORA, INCORPORADORA e LOCADORA MANAWA EIRELLI-EPP** portadora do Cnpj n° **28.170.703/0001-87** estabelecida na **Avenida XV de Novembro n° 750**, bairro **Novo Horizonte**, nesta cidade de **Paranatinga MT CEP 78.870-000**, o loteamento encontra-se no Eixo de Desenvolvimento do Comercio e do Adensamento Residencial(ECAR), estando em conformidade com o **PLANO DIRETOR LEI 12902/2015**, alterações Lei **1293/2015** e **1527/2017 e LEI DE USO E OCUPAÇÃO DE SOLO 1292/2015.**

Art. 2º - É de total responsabilidade do loteador a infraestrutura tais como: **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, RE-**

DE DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO, REDE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, REDE DISTRIBUIÇÃO URBANA E RESIDENCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA TRÍFASICA EM 34,5 KV, se o mesmo não o fizer o Prefeito Municipal poderá revogar a qualquer momento o Decreto acima mencionado.

Art. 3º- Fica concedido prazo de 03 (três) anos para a conclusão das obras de infraestrutura, nos termos do art. 49, da Lei Municipal nº. 1293/2015, alterado pela Lei Municipal nº. 1527/2015.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 04 de março de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

ATO DE APROVAÇÃO

Aos 04 (quatro) dias do mês de março de 2021, após análise da documentação técnica apresentada pelo(a) loteador(a) do **"LOTEAMENTO FECHADO DONA LEONOR**'' composta do Mapa Planimétrico do Perímetro e Memoriais Descritivos dos lotes e outras áreas, sistema viário, Projeto de Parcelamento do Solo, Projeto de Pavimentação Asfáltica, Rede de Distribuição Urbana e Residencial de Agua, Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto(Fossa Séptica e Sumidouro) , Rede Urbana e Residencial de Energia Elétrica Trifásica em 34,5Kv, Projeto de Drenagem de Águas Pluviais. O "**LOTEAMENTO FECHADO DONA LEONOR**", localizado na rodovia MT-130, Bairro Rui Barbosa, Lote 13-G2, matricula nº. 5.004, do cartório de **1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PARANATINGA-MT**, com área de **80.000,00 m² (oitenta mil metros quadrados)**, **RESOLVE APROVAR** o projeto urbanístico para fins específicos de **LOTEAMENTO FECHADO DONA LEONOR**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 04 de março de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2021.

Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT.

Dispensa de Licitação 15/2021.

RATIFICAÇÃO:

Contratada: ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A; CNPJ: 03.467.321/0001-99.

Objeto; Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Energia Elétrica de acordo com as normas regularizadoras da ANEEL, suprindo as necessidades da Iluminação Pública a pedido da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Paranatinga-MT.

Fundamento Legal: Com fulcro no artigo 24, Inciso XXII da Lei 8.666/93.

Valor da contratação: R$: 1.320.000,00 (um milhão e trezentos e vente mil reais).

Data da contratação: 05/03/2021.

Dispensa de Licitação 14/2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pelo ilustre Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o Senhor **CLAUDECY BARRETO DOS SANTOS** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT., 05 de março de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 0169/2021 - FÉRIAS REGULARES ELEINE CARRIJO MACHADO DE MELO

DE 02 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **23/12/2019 à 23/12/2020.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **ELEINE CARRIJO MACHADO DE MELO,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professora, a serem usufruídas no período de **08/03/2021 à 27/03/2021**, sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 011/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 055/2021, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico - SRP nº 011/2021, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal nº 040/2008, subsidiado pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item objetivando**: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MATERIAL PERMANENTE) E EPis (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA COMBATE DE ARBOVIROSES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Início da Sessão **19/03/2021 - Horário: 10:00** horas (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: das **09h do dia 08/03/2021** às **18h do dia 18/03/2021** através do site **www.bll.org.br.** O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente nos seguintes endereços eletrônicos: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e no site www.bll.org.br, informações pelo telefone: (66) 3575-5100, Local: Sala de Licitações no Paço Municipal Milton José Santana, situado a Rua Ministro César Cals,

nº 226, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000 e também pelo suporte da BLL (41) 3042-9909.

Peixoto de Azevedo/MT, 08 de março de 2021.

Natália Fernandes da Silva

Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é"**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (LIMPEZA GERAL), REPOSIÇÃO DE GÁS E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME TERMO".** Sagrou-se vencedora as empresas **L DOS ANJOS SILVA – CNPJ : 14.453.445/0001-31** com o valor total de **R$ 51. 085,00 (cinquenta e um mil e oitenta e cinco reais).** Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT,

05 de Março de 2021.

NATÁLIA FERNANDES DA SILVA

PREGOEIRA OFICIAL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2020

O Município de Peixoto de Azevedo-MT comunica que em despacho proferido no processo de Dispensa de Licitação nº 029/2020, o Sr. Maurício Ferreira de Souza, Prefeito Municipal, RATIFICOU a Dispensa de Licitação em epígrafe, para a **"LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA DO INDEA, POSTO DA SEFAZ, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE, TRIBUTAÇÃO E CORREIOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO, LOCALIZADONO DISTRITO DE UNIÃO DO NORTE",** com a proprietária do imóvel em questão; **ELIZANGELA JUSTINA DA SILVA -** CPFnº **000.233.631-69,** no valor total de **R$ 19.200,00 (Dezenove mil de duzentos reais), parcelas mensais de R$ 1.600,00.** Para atender as necessidades dessa administração. Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993. Peixoto de Azevedo-MT, 05 de Março de 2021.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que em despacho proferido no processo de Dispensa de Licitação nº 004/2021, Maurício Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, RATIFICOU a Licitação em epígrafe, para a **"SERVIÇO DE REVISÃO E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REVISÃO MECÂNICA OBRIGATÓRIA DE 20.000 KM DOS CAMINHÕES VW 31.280 CRM 6X4 PLACA OAW-8H75, VW 31.280 CRM 6X4 PLACA OAW-7D65 E VW 24.280 CRM 6X2 PLACA QCJ-3J15, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS" -** no valor total de **R$ 6. 161,29 (SEIS MIL CENTO E SESSENTA E UM REAIS E VINTE NOVE CENTAVOS**), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo-MT, Fundamentação Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Peixoto de Azevedo-MT, 05 de março de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal, de Peixoto de Azevedo-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DO CONTRATO N°015/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT

EXTRATO DO CONTRATO N°015/2021

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em consultoria na recuperação do ICMS para o índice definitivo e do imposto territorial rural-ITR, no cumprimento dos termos e na implementação dos repasses destes tributos ao Município De Planalto Da Serra-MT, *conforme termo de referência.*

CONTRATANTE: Prefeitura municipal de Planalto da Serra-MT.

CONTRATADA:ASSCONPEM- Assessoria E Consultoria Publica Empresarial LTDA

CNPJ:34.914.672/0001-24

VIGÊNCIA:24/02/2021à 24/12/2021.

VALOR GLOBAL:R$10.000,00

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO – Prefeito Municipal

PORTARIA N° 080/2021

PORTARIA N° 080/2021.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇAO DA LICENÇA PRÊMIO DO SERVIDOR MARCKO ANTONIO TOCANTINS BORGES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 112, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Considerando o disposto no parecer jurídico nº 31/2021/PROC/PMPS, anula-se a portaria 075/2021.

Art. 2º - Convoca-se, portanto, o servidor **MARCKO ANTONIO TOCANTINS BORGES**, matricula 1319, efetivo no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para retornar as atividades imediatamente.

Artigo 3° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, 05 de março 2021.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA - IMPAS

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV.

OBJETO: "O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n. º 11.107/05. "

VIGÊNCIA: a vigência é de 12 (doze) meses, contando de 04/01/2021 até 31/12/2021, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR ANUALde R$ 1.140,00 (um mil cento e quarenta reais)

DATA: 04/01/2021

EXTRATO DO CONTRATO N°013/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT

EXTRATO DO CONTRATO N°013/2021

OBJETO: Contratação de empresa visando à aquisição de uma maca retrátil mrs51 versátil adaptado para transporte de pacientes atendendo assim a Secretaria MunicipaldeSaúdedePlanalto Da Serra-MT, conforme termo de referência anexo a esta.

CONTRATANTE: Prefeitura municipal de Planalto da Serra-MT.

CONTRATADA:REAL PRODUTOS HOSPITALARES E ORTOPÉDICOS-LTDA

CNPJ:22.346.491/0001-60

VIGÊNCIA:19/02/2021à 19/05/2021.

VALOR GLOBAL:R$3.530,00.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO – Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Natal Alves de Assis Sobrinho, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado do Mato Grosso, torne-se público para o conhecimento de todos que as **CONTAS ANUAIS DE GOVERNO**, referente ao exercício financeiro de 2020, encontra-se à disposição de qualquer contribuinte ou cidadão deste Município, para exame e apreciação, na Sede da Prefeitura Municipal, situada a Praça São Carlos, 755, no período de 15 de Fevereiro de 2021 a 15 de Abril de 2021 em cumprimento ao que determina a Constituição Federal e da Lei Orgânica do Tribunal de Contas (LC 269/2007) Resolução 014/2007 e resolução TCEMT 10/2008e Lei complementar 101 de 04 de Maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

Planalto da Serra - MT, 12 de Fevereiro de 2020.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°014/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT

EXTRATO DO CONTRATO N°014/2021

OBJETO: Contratação de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública, denominada banco de preços, que consiste num sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas, para auxiliar a seção de compras nas pesquisas de preços das aquisições de bens e serviços da Prefeitura Municipal De Planalto Da Serra-MT.

CONTRATANTE: Prefeitura municipal de Planalto da Serra-MT.

CONTRATADA:Np Capacitação E Soluções Tecnológicas-LTDA

CNPJ:07.797.967/0001-95

VIGÊNCIA:23/02/2021à 23/02/2022.

VALOR GLOBAL:R$8.700,00

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 005/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 005/2021.

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no **artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS ITENS, subitem 7.1** constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **18/02/2021** para mais **05** (cinco) meses, passando a estabelecer o fim da vigência em **19/07/2021. CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra- MT. **CONTRATADO**: Wagno Gomes Machado**, CPF nº** 062.873.681.95**.** Data de assinatura do termo **08/02/2021.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 006/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 006/2021.

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no **artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS ITENS, subitem 7.1** constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **18/02/2021** para mais **05** (cinco) meses, passando a estabelecer o fim da vigência em **19/07/2021. CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra- MT. **CONTRATADO**: Valdeci Nunes Rodrigues**, CPF nº** 064.037.341-05**.** Data de assinatura do termo **08/02/2021.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 006/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 006/2021.

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no **artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS ITENS, subitem 7.1** constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **18/02/2021** para mais **05** (cinco) meses, passando a estabelecer o fim da vigência em **19/07/2021. CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra- MT. **CONTRATADO**: Valdeci Nunes Rodrigues**, CPF nº** 064.037.341-05**.** Data de assinatura do termo **08/02/2021.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 008/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 008/2021.

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no **artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS ITENS, subitem 7.1** constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **18/02/2021** para mais **05** (cinco) meses, passan-

do a estabelecer o fim da vigência em **19/07/2021. CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra- MT. **CONTRATADA**: Ana Carolina Pontes Moreira Costa**, CPF nº** 056.772.871-48**. Data de assinatura do termo** 08/02/2021**.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2021

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 101/2021, de 24/02/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA são:	
Vencedores:	
Licitante	**CNPJ/CPF**
3M COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS, CONSTRUCAO E EQUIPAMENTOS LTDA	**04.347.124/0001-07**
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI	**00.226.324/0001-42**
LUZ & CIA EIRELI	**31.075.299/0001-77**
RUBENS JORGE PEREIRA VASCONCELOS 47483334134	**39.928.631/0001-00**
POCONÉ, 4 de Março de 2021	
Erasmo Paulo de Lima Pregoeiro	

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 078/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 078/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: ERENDIRAH MAXIMA DE BALBINO E TRINDADE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ 30.936.635/0001-66

CLAUSULA PRIMEIRA – DO ACRÉSCIMO DO VALOR

1.1 Fica estabelecido o acréscimo de **25**% (**vinte e cinco** por cento) do valor do contrato que se encontra na quantia de R$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais) sendo acrescida a montante de R$ 113.000,00 (cento e treze mil reais), passando a vigorar a montante de R$ **565.000,00** (quinhentos e sessenta e cinco mil reais**), pagos conforme pactuado inicialmente.**

Poconé/MT, 04 de março de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2020

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 004/2020, torna público para conhecimento de todos os interessados que o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MANILHA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INGRAESTRUTURA****, foi* ***PRORROGADO*** *para o dia* ***17 de MARÇO DE 2021.***

DIA DA ABERTURA: 17/03/2021 às 08h00min.

Poconé-MT, 05 de Março de 2021.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal, Senhor ADELCINO FRANCISCO LOPO, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § IV, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R**$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais)**, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, GEOLÓGICO, HIDROLÓGICO E ESTUDOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS A CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA, ADUELA DE CONCRETO OU BUEIRO METÁLICO TUBULAR, COMO DESCRITO NO PROGRAMA MAIS MT- SUBSTITUIÇÃO DE PONTES COM RECURSOS DO FINISA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SINFRA-MT). Resolve RATIFICAR o presente processo a favor da empresa **ÊXITO EMPREENDIMENTOS LTDA** ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto do art. 24 do supracitado diploma legal

Pontal do Araguaia – MT, 03 de Março de 2021.

Adelcino Francisco Lopo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
DECRETO Nº 23, DE 05 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe sobre o horário de funcionamento das repartições públicas municipais, e dá Outras Providências."

CLENEI PARREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência e,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual que dispõe sobre as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) a serem adotados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde de uma pandemia de COVID-19 (Novo Coronavírus);

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Covid-19;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Horário de Expediente dos Órgãos Públicos Municipais de Ponte Branca – MT, das 07h00min às 12h00min.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Recursos Humanos, Departamento de Contabilidade e Departamento de Licitações funcionarão também no período vespertino, desde que tenham atividades a desenvolver.

Art. 2º O CRAS – Centro de Referência da Assistência Social funcionará das 07h00min às 12h00min, em sistema de rodízio entre seus servidores, o qual será organizado pela Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Os servidores municipais poderão ser solicitados no período vespertino, para desempenhar suas atividades em seus locais de trabalho a

critério de sua chefia imediata, a fim de garantir o funcionamento dos órgãos públicos.

Art. 4º As determinações deste decreto não se aplicam ao servidor público e empregado público que desempenham suas funções:

I – em regime de plantão;

II – em regime de escala;

III – em unidade escolar;

IV – em unidades de atendimento à saúde;

V – em unidades de assistência social que funcionem em período integral; e

VI – na área de limpeza pública.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 05 de Março de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Clenei Parreira da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO RGF 3º QUADRIMESTRE 2020

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS													
	Setembro/2019	Outubro/2019	Novembro/2019	Dezembro/2019	Janeiro/2020	Fevereiro/2020	Março/2020	Abril/2020	Maio/2020	Junho/2020	Julho/2020	Agosto/2020	Total dos Últimos 12 Meses	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.296.652,86	1.345.316,79	1.373.226,87	1.910.171,04	1.287.866,56	1.382.847,17	1.431.949,35	1.288.449,55	1.562.674,30	1.341.407,08	1.348.614,67	1.427.270,61	16.996.446,85	
Pessoal Ativo	1.168.672,86	1.231.256,79	1.244.881,87	1.792.796,04	1.157.451,56	1.254.607,17	1.300.649,35	1.262.968,13	1.275.834,30	1.184.172,08	1.241.869,67	1.289.606,61	15.404.766,43	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	958.813,25	1.024.511,04	1.039.915,21	1.377.983,92	931.142,62	1.047.387,49	1.088.505,63	1.053.983,74	1.064.762,27	1.070.036,40	1.124.625,95	1.189.522,43	12.971.189,95	
Obrigações Patronais	209.859,61	206.745,75	204.966,66	414.812,12	226.308,94	207.219,68	212.143,72	208.984,39	211.072,03	114.135,68	117.243,72	100.084,18	2.433.576,48	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas	127.980,00	114.060,00	128.345,00	117.375,00	130.415,00	128.240,00	131.300,00	25.481,42	286.840,00	157.235,00	106.745,00	137.664,00	1.591.680,42	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Serviços Médicos	127.980,00	114.060,00	128.345,00	117.375,00	130.415,00	128.240,00	131.300,00	25.481,42	286.840,00	157.235,00	106.745,00	137.664,00	1.591.680,42	
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					3.300,00		3.300,00	6.600,00	3.300,00	3.300,00	3.300,00		23.100,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária					3.300,00		3.300,00	6.600,00	3.300,00	3.300,00	3.300,00		23.100,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.296.652,86	1.345.316,79	1.373.226,87	1.910.171,04	1.284.566,56	1.382.847,17	1.428.649,35	1.281.849,55	1.559.374,30	1.338.107,08	1.345.314,67	1.427.270,61	16.973.346,85	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)														16.973.346,85

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	39.810.717,61	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)		-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	39.810.717,61	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	16.973.346,85	42,64 %
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF)		0,00 %
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %		0,00 %

FONTE: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

Emissão: 28/09/2020 17:33:49
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.
PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

NOTAS:

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.862.824,81	3.687.876,36	6.420.732,42	0,00
Disponibilidade de Caixa	2.862.824,81	3.687.876,36	6.420.732,42	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.750.773,08	4.219.896,61	6.903.453,70	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.887.948,27	532.020,25	482.721,28	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.862.824,81	-3.687.876,36	-6.420.732,42	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	34.921.151,08	36.847.148,42	39.810.717,61	0,00
(-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V)	0,00	0,00	0,00	0,00
= R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)=(IV - V)	34.921.151,08	36.847.148,42	39.810.717,61	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL) (I/VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL) (III/VI)	-8,20	-10,01	-16,13	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [90,00%]	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	372.025,57	311.303,34	395.152,68	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.456.116,11	2.251.468,09	2.112.779,52	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 28/09/2020 17:19:02 — Page 1 de 1
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homolc

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2020 - QUADRIMESTE MAIO/AGOSTO

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) em Reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
A ENTIDADES CONTROLADAS(III)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	34.921.151,08	36.847.148,42	39.810.717,61	
(-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(VII)				
R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VI	34.921.151,08	36.847.148,42	39.810.717,61	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %				

CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)				

Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 28/09/2020 17:21:02

Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2020 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	0,00	0,00
TOTAIS (III)	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	39.810.717,61	100,00
(-) Transf. Obrigatória União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V)	0,00	0,00
R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)F)(V)	39.810.717,61	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII) - (Ia + IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

Emissão: 28/09/2020 17:24:51

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2020 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (I)	**1.404.376,84**	**217.880,41**	**478.604,98**	**826.378,44**	**198.136,62**	**0,00**	**-316.623,61**	**767.977,29**	**0,00**	**-1.084.600,90**
Recursos Ordinários	1.404.376,84	217.880,41	478.604,98	826.378,44	198.136,62	0,00	-316.623,61	767.977,29	0,00	-1.084.600,90
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	**5.543.228,75**	**264.840,87**	**1.121.388,88**	**1.286.401,08**	**252.402,48**	**0,00**	**2.618.195,44**	**2.309.706,87**	**0,00**	**308.488,57**
Transferências do FUNDEB	417.954,43	607,41	38.370,67	0,00	64.794,24	0,00	314.182,11	0,00	0,00	314.182,11
Outros Recursos Destinados à Educação	3.131.492,28	134.869,43	302.879,32	1.093.466,71	43.937,66	0,00	1.556.339,16	340.140,49	0,00	1.216.198,67
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	74.291,93	0,00	8.400,00	0,00	0,00	0,00	65.891,93	0,00	0,00	65.891,93
Outros Recursos Destinados à Saúde	777.579,11	74.645,46	720.897,70	73.403,88	143.670,58	0,00	-235.038,51	1.363.448,96	0,00	-1.598.487,47
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	1.141.911,00	54.718,57	50.841,19	119.530,49	0,00	0,00	916.820,75	606.117,42	0,00	310.703,33
TOTAL (III) = (I + II)	**6.947.605,59**	**482.721,28**	**1.599.993,86**	**2.112.779,52**	**450.539,10**	**0,00**	**2.301.571,83**	**3.077.684,16**	**0,00**	**-776.112,33**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 28/09/2020 17:28:46
Portaria nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2020 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

LRF, art. 48 - Anexo 06 — em Reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		39.810.717,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		39.810.717,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		39.810.717,61
DIVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-6.420.732,42	-16,13
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 28/09/2020 17:31:38
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2.019.

Page 1 de 1
Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 1239/2021 EGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO, SIMPLIFICADO E REGIONALIZADO PARA MICRO EMPRESAS

DECRETO N° 1239/2021

REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO, SIMPLIFICADO E REGIONALIZADO PARA MICRO EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES PUBLICAS NO

ÂMBITO DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. ¨

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 47, 48 e 49 da Lei Complementar Federal nº123, de 14 de Dezembro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar o comercio local e regional;

CONSIDERANDO a necessidade de melhorar a qualidade dos produtos e serviços ofertados ao Município de Porto Alegre do Norte;

DECRETA:

Art. 1º- Nos processos de licitações publicas do Município de Porto Alegre do Norte, para aquisição de bens, serviços e obras, a administração poderá conceder tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

Art. 2º- Considerando-se Municípios da Região do Norte Araguaia, os estabelecidos pelo Governo do Estado de Mato Grosso através do consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social Ambiental Norte Araguaia - CIDESA, a saber:

I. Canabrava do Norte; II. Confresa; III. Porto Alegre do Norte; IV. Santa Cruz do Xingu; V. Santa Terezinha; VI. São Jose do Xingu; VII. Vila rica

Art.3º- Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Publica Municipal direta, os fundos especiais e as autarquias.

Art.4º- Os certames atendidos por este Decreto deverão especificar condição de tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas e empresas de pequeno porte no respectivo edital, sem prejuízo às demais normas vigentes de favorecimentos de micro empresa e empresa de pequeno porte no município de Porto alegre do Norte.

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e revogam- se as disposições em contrario.

Prefeitura de Porto Alegre do Norte, em 03 de março de 2021.

DANIEL ROSA DO LAGO:481979399 34

Assinado de forma digital por DANIEL ROSA DO LAGO:48197939934

Dados: 2021.03.03 14:28:25

-03'00'

Daniel Rosa do Lago Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO RREO 6º BIMESTRE 2020

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.255.913,00	41.159.084,30	6.491.863,73	37.498.850,79	3.660.233,51	6.730.080,18	35.222.645,36	5.936.438,94	34.704.551,49	2.276.205,43
DESPESAS CORRENTES	27.319.036,24	34.021.852,62	5.495.677,51	32.540.728,98	1.481.123,64	6.289.799,49	32.111.335,38	1.910.517,24	31.641.087,40	429.393,60
Pessoal e Encargos Sociais	14.097.500,00	17.246.317,56	3.724.206,52	16.909.428,41	336.889,15	3.734.030,72	16.909.428,41	336.889,15	16.781.909,44	
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	1.000,00			1.000,00			1.000,00		
Outras Despesas Correntes	13.220.536,24	16.774.535,06	1.771.470,99	15.631.300,57	1.143.234,49	2.555.768,77	15.201.906,97	1.572.628,09	14.859.177,96	429.393,60
DESPESAS DE CAPITAL	6.916.876,76	7.137.231,68	996.186,22	4.958.121,81	2.179.109,87	440.280,69	3.111.309,98	4.025.921,70	3.063.464,09	1.846.811,83
Investimentos	6.915.876,76	7.136.231,68	996.186,22	4.958.121,81	2.178.109,87	440.280,69	3.111.309,98	4.024.921,70	3.063.464,09	1.846.811,83
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	1.000,00	1.000,00			1.000,00			1.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	34.255.913,00	41.159.084,30	6.491.863,73	37.498.850,79	3.660.233,51	6.730.080,18	35.222.645,36	5.936.438,94	34.704.551,49	2.276.205,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)		41.159.084,30	6.491.863,73		3.660.233,51					
Amortização da Dívida Interna		41.159.084,30	6.491.863,73		3.660.233,51					
Dívida Mobiliária		41.159.084,30	6.491.863,73		3.660.233,51					
Outras Dívidas		41.159.084,30	6.491.863,73		3.660.233,51					
Amortização da Dívida Externa		41.159.084,30	6.491.863,73		3.660.233,51					
Dívida Mobiliária		41.159.084,30	6.491.863,73		3.660.233,51					
Outras Dívidas		41.159.084,30	6.491.863,73		3.660.233,51					
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	34.255.913,00	41.159.084,30	6.491.863,73	37.498.850,79	3.660.233,51	6.730.080,18	35.222.645,36	5.936.438,94	34.704.551,49	2.276.205,43
SUPERÁVIT (XIII)				4.127.374,52			6.403.579,95		6.921.673,82	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	34.255.913,00	41.159.084,30	6.491.863,73	41.626.225,31	-467.141,01	6.730.080,18	41.626.225,31	-467.141,01	41.626.225,31	2.276.205,43
RESERVA DO RPPS										

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 26/02/2021 18:27:59
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.000.000,00	40.360.980,18	8.438.348,53	20,91	41.626.225,31	103,13	-1.265.245,13
RECEITAS CORRENTES	31.596.753,30	35.632.230,51	7.301.476,93	20,49	39.153.526,73	109,88	-3.521.296,22
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.210.400,00	3.577.727,47	657.399,27	18,37	3.923.225,69	109,66	-345.498,22
Impostos	3.031.900,00	3.399.227,47	646.980,92	19,03	3.789.078,75	111,47	-389.851,28
Taxas	178.500,00	178.500,00	10.418,35	5,84	134.146,94	75,15	44.353,06
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	98.045,20	49,02	204.383,68	102,19	-4.383,68
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Soci							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação F	200.000,00	200.000,00	98.045,20	49,02	204.383,68	102,19	-4.383,68
RECEITA PATRIMONIAL	300.000,00	774.236,57	10.257,64	1,32	70.931,07	9,16	703.305,50
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	300.000,00	774.236,57	10.257,64	1,32	70.931,07	9,16	703.305,50
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.838.788,32	30.648.438,12	6.201.974,00	20,24	34.115.603,67	111,31	-3.467.165,55
Transferências da União e de suas Entidades	13.780.052,42	16.589.702,22	3.228.305,56	19,46	19.232.543,51	115,93	-2.642.841,29
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de s	9.858.735,90	9.858.735,90	2.064.731,26	20,94	10.417.991,39	105,67	-559.255,49
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.200.000,00	4.200.000,00	908.937,18	21,64	4.465.068,77	106,31	-265.068,77
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identific							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.564,98	421.828,35	333.800,82	79,13	839.382,62	198,99	-417.554,27
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	13.000,00	13.000,00	649,87	5,00	5.062,31	38,94	7.937,69
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	20.000,00	404.263,37	333.150,95	82,41	834.320,31	206,38	-430.056,94
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Pú							
Demais Receitas Correntes	4.564,98	4.564,98					4.564,98
RECEITAS DE CAPITAL	4.403.246,70	4.728.749,67	1.136.871,60	24,04	2.472.698,58	52,29	2.256.051,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS		88.050,00			88.050,00	100,00	
Alienação de Bens Móveis		88.050,00			88.050,00	100,00	
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.403.246,70	4.640.699,67	1.136.871,60	24,50	2.384.648,58	51,39	2.256.051,09
Transferências da União e de suas Entidades	2.745.952,62	2.745.952,62	635.075,00	23,13	1.655.543,95	60,29	1.090.408,67
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de s	1.657.294,08	1.894.747,05	501.796,60	26,48	729.104,63	38,48	1.165.642,42
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identific							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	36.000.000,00	40.360.980,18	8.438.348,53	20,91	41.626.225,31	103,13	-1.265.245,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	36.000.000,00	40.360.980,18	8.438.348,53	20,91	41.626.225,31	103,13	-1.265.245,13
DÉFICIT (VI)[1]							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	36.000.000,00	40.360.980,18	8.438.348,53	20,91	41.626.225,31	103,13	-1.265.245,13

Emissão: 26/02/2021 18:27:59
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.018.186,03			2.018.186,03		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		2.018.186,03			2.018.186,03		

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 26/02/2021 18:27:59
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019

Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	34.255.913,00	41.159.084,30	6.491.863,73	37.498.850,79	100,00	3.660.233,51	6.730.080,18	35.222.645,36	100,00	5.936.438,94	2.276.205,43
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	5.727.236,24	7.426.978,64	1.247.088,02	7.208.341,13	19,22	218.637,51	1.426.994,43	7.096.267,93	20,15	330.710,71	112.073,20
Administração Geral	3.833.236,24	5.062.313,10	754.976,64	5.032.042,28	13,42	30.270,82	919.898,05	4.981.641,10	14,14	80.672,00	50.401,18
Administração Financeira	1.320.000,00	1.775.767,38	396.793,24	1.590.219,60	4,24	185.547,78	380.695,77	1.528.547,58	4,34	247.219,80	61.672,02
Controle Interno	140.000,00	168.804,53	39.055,89	168.289,03	0,45	515,50	39.055,89	168.289,03	0,48	515,50	0,00
Normatização e Fiscalização	50.000,00	1.981,38	0,00	0,00	0,00	1.981,38	0,00	0,00	0,00	1.981,38	0,00
Formação de Recursos Humanos	24.000,00	1.850,00	0,00	1.527,97	0,00	322,03	0,00	1.527,97	0,00	322,03	0,00
Administração de Receitas	360.000,00	416.262,25	56.262,25	416.262,25	1,11	0,00	87.344,72	416.262,25	1,18	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.751.900,00	1.762.540,84	282.010,56	1.550.445,69	4,13	212.095,15	301.832,01	1.530.636,50	4,35	231.904,34	19.809,19
Administração Geral	707.000,00	948.541,30	173.059,90	910.202,09	2,43	38.339,21	173.059,90	910.202,09	2,58	38.339,21	0,00
Assistência ao Idoso	25.000,00	14.302,00	0,00	10.800,00	0,03	3.502,00	2.100,00	10.200,00	0,03	4.102,00	600,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	380.000,00	446.610,96	60.008,84	363.628,31	0,97	82.982,65	71.636,79	355.149,44	1,01	91.461,52	8.478,87
Assistência Comunitária	639.900,00	353.086,58	48.941,82	265.815,29	0,71	87.271,29	55.035,32	255.084,97	0,72	98.001,61	10.730,32
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	9.605.776,76	13.639.006,70	1.620.613,29	13.179.955,23	35,15	459.051,47	2.128.982,94	12.534.942,59	35,59	1.104.064,11	645.012,64
Administração Geral	560.000,00	1.433.418,89	283.740,48	1.284.576,36	3,43	148.842,53	288.405,74	1.276.276,68	3,62	157.142,21	8.299,68
Atenção Básica	3.900.000,00	5.352.813,70	692.556,57	5.337.006,26	14,23	15.807,44	811.007,94	5.255.797,01	14,92	97.016,69	81.209,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.502.276,76	6.120.228,84	598.370,65	5.876.801,47	15,67	243.427,37	944.590,97	5.352.201,38	15,20	768.027,46	524.600,09
Suporte Profilático e Terapêutico	165.000,00	145.917,00	3.378,75	145.829,75	0,39	87,25	10.014,11	128.610,06	0,37	17.306,94	17.219,69
Vigilância Sanitária	433.500,00	539.724,77	42.053,34	491.019,39	1,31	48.705,38	60.644,18	490.448,46	1,39	49.276,31	570,93
Vigilância Epidemiológica	45.000,00	46.903,50	513,50	44.722,00	0,12	2.181,50	14.320,00	31.609,00	0,09	15.294,50	13.113,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	8.295.000,00	8.550.692,53	1.594.301,12	7.839.419,15	20,91	711.273,38	1.730.138,57	7.737.466,49	21,97	813.226,04	101.952,66
Administração Geral	705.000,00	605.270,00	53.371,03	589.471,57	1,57	15.798,43	82.457,76	588.868,68	1,67	16.401,32	602,89
Ensino Fundamental	5.836.000,00	6.310.812,90	1.232.026,36	5.748.155,58	15,33	562.657,32	1.289.163,95	5.699.015,21	16,18	611.797,69	49.140,37
Ensino Superior	55.000,00	4.969,83	0,00	0,00	0,00	4.969,83	0,00	0,00	0,00	4.969,83	0,00
Educação Infantil	1.503.000,00	1.537.111,80	295.730,28	1.412.568,44	3,77	124.543,36	343.196,91	1.360.359,04	3,86	176.752,76	52.209,40
Demais Subfunções	196.000,00	92.528,00	13.173,45	89.223,56	0,24	3.304,44	15.319,95	89.223,56	0,25	3.304,44	0,00
CULTURA	415.000,00	247.621,74	36.952,40	156.981,75	0,42	90.639,99	52.098,04	156.981,75	0,45	90.639,99	0,00
Administração Geral	166.000,00	133.347,74	28.043,93	118.240,53	0,32	15.107,21	30.036,57	118.240,53	0,34	15.107,21	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	50.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Difusão Cultural	199.000,00	99.274,00	8.908,47	38.741,22	0,10	60.532,78	22.061,47	38.741,22	0,11	60.532,78	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	2.665.000,00	3.347.845,11	411.930,05	2.901.465,78	7,74	446.379,33	529.647,40	2.771.492,12	7,87	576.352,99	129.973,66
Infra-Estrutura Urbana	2.000.000,00	1.925.704,53	159.688,32	1.486.075,45	3,96	439.629,08	239.170,45	1.367.084,45	3,88	558.620,08	118.991,00
Serviços Urbanos	665.000,00	1.422.140,58	252.241,73	1.415.390,33	3,77	6.750,25	290.476,95	1.404.407,67	3,99	17.732,91	10.982,66

Emissão: 26/02/2021 18:32:15

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	590.000,00	610.193,23	0,00	70.102,34	0,19	540.090,89	288,62	70.097,47	0,20	540.095,76	4,87
Saneamento Básico Urbano	590.000,00	610.193,23	0,00	70.102,34	0,19	540.090,89	288,62	70.097,47	0,20	540.095,76	4,87
GESTÃO AMBIENTAL	53.000,00	27.546,00	1.982,13	25.711,41	0,07	1.834,59	1.482,03	25.211,31	0,07	2.334,69	500,10
Preservação e Conservação Ambiental	38.000,00	26.967,00	1.982,13	25.711,41	0,07	1.255,59	1.482,03	25.211,31	0,07	1.755,69	500,10
Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00	579,00	0,00	0,00	0,00	579,00	0,00	0,00	0,00	579,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	890.000,00	1.946.922,29	865.384,67	1.884.160,01	5,02	62.762,28	85.279,14	657.205,20	1,87	1.289.717,09	1.226.954,81
Administração Geral	230.000,00	641.978,46	49.804,24	641.756,47	1,71	221,99	70.046,38	641.526,47	1,82	451,99	230,00
Abastecimento	500.000,00	466.696,19	0,00	426.377,12	1,14	40.319,07	0,00	0,00	0,00	466.696,19	426.377,12
Extensão Rural	60.000,00	804.965,50	799.688,00	799.688,00	2,13	5.277,50	0,00	0,00	0,00	804.965,50	799.688,00
Promoção da Produção Agropecuária	100.000,00	33.282,14	15.892,43	16.338,42	0,04	16.943,72	15.232,76	15.678,73	0,04	17.603,41	659,69
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	68.000,00	43.281,23	0,00	3.800,00	0,01	39.481,23	0,00	3.800,00	0,01	39.481,23	0,00
Turismo	68.000,00	43.281,23	0,00	3.800,00	0,01	39.481,23	0,00	3.800,00	0,01	39.481,23	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	3.708.000,00	3.193.936,87	371.546,16	2.365.457,76	6,31	828.479,11	402.347,35	2.325.533,46	6,60	868.403,41	39.924,30
Transporte Aéreo	850.000,00	827.140,00	0,00	0,00	0,00	827.140,00	0,00	0,00	0,00	827.140,00	0,00
Transporte Rodoviário	2.858.000,00	2.366.796,87	371.546,16	2.365.457,76	6,31	1.339,11	402.347,35	2.325.533,46	6,60	41.263,41	39.924,30
DESPORTO E LAZER	465.000,00	360.519,12	60.055,33	313.010,54	0,83	47.508,58	70.989,65	313.010,54	0,89	47.508,58	0,00
Administração Geral	225.000,00	296.367,12	45.210,13	286.399,49	0,76	9.967,63	56.144,45	286.399,49	0,81	9.967,63	0,00
Desporto Comunitário	240.000,00	64.152,00	14.845,20	26.611,05	0,07	37.540,95	14.845,20	26.611,05	0,08	37.540,95	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	34.255.913,00	41.159.084,30	6.491.863,73	37.498.850,79	100,00	3.660.233,51	6.730.080,18	35.222.645,36	100,00	5.936.438,94	2.276.205,43

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 26/02/2021 18:32:15
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 3 de 3
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.588.851,37	2.896.584,64	3.001.739,03	3.157.288,67	2.662.870,71	3.569.263,62	4.608.781,67	4.099.623,49	4.872.274,21	3.528.612,58	3.104.244,50	4.972.197,39	43.062.331,88	39.502.230,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	266.966,89	227.850,33	234.609,80	294.172,27	418.477,29	342.440,32	279.285,95	280.616,34	633.190,73	288.216,50	244.960,16	412.439,11	3.923.225,69	3.577.727,47
IPTU	12.643,00	9.723,97	8.218,37	23.618,20	78.196,39	138.106,25	13.231,32	20.828,74	24.646,38	20.672,13	8.734,96	48.784,94	407.404,65	370.000,00
ISS	80.516,76	119.066,84	118.296,50	180.213,41	146.931,06	94.372,48	125.774,79	138.518,70	167.453,18	127.409,32	115.612,36	126.401,92	1.540.567,32	1.759.827,47
ITBI	90.430,21	6.554,77	27.301,96	17.309,67	112.843,75	25.681,91	126.498,08	34.199,02	335.384,70	41.995,35	13.490,22	58.776,99	890.466,63	424.400,00
IRRF	63.138,92	66.990,86	73.817,44	65.304,72	65.424,72	70.125,59	6.234,89	76.444,75	99.576,80	88.401,93	103.044,99	172.134,54	950.640,15	845.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	20.238,00	25.513,89	6.975,53	7.726,27	15.081,37	14.154,09	7.546,87	10.625,13	6.129,67	9.737,77	4.077,63	6.340,72	134.146,94	178.500,00
Contribuições	11.941,28	9.374,57	7.297,31		6.435,35				27.180,43	44.109,54	45.223,11	52.822,09	204.383,68	200.000,00
Receita Patrimonial	6.760,78	9.770,78	8.762,56	5.946,35	4.825,14	4.477,12	3.618,84	4.803,44	4.832,85	6.875,57	5.735,67	4.521,97	70.931,07	774.236,57
Rendimentos de Aplicação Financeira	6.760,78	9.770,78	8.762,56	5.946,35	4.825,14	4.477,12	3.618,84	4.803,44	4.832,85	6.875,57	5.735,67	4.521,97	70.931,07	774.236,57
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														10.000,00
Transferências Correntes	2.301.558,74	2.648.908,66	2.749.984,29	2.854.740,34	2.232.046,11	3.217.491,90	4.321.728,09	3.812.030,79	3.722.136,13	3.186.844,81	2.801.750,34	4.175.188,62	38.024.408,82	34.518.438,12
Cota Parte do FPM	808.390,54	1.168.088,24	683.013,50	669.504,45	700.449,39	570.203,37	983.228,96	624.407,69	502.965,89	676.789,07	897.032,66	1.337.544,99	9.621.618,75	13.181.595,02
Cota Parte do ICMS	685.798,13	616.203,13	924.332,96	582.126,28	545.956,65	694.058,22	739.549,94	700.594,08	993.529,99	892.288,10	798.941,29	1.088.101,69	9.261.480,46	7.800.000,00
Cota Parte do IPVA	48.368,52	50.451,30	55.198,10	39.318,46	67.826,88	55.764,17	50.714,71	36.838,19	41.189,29	25.561,52	36.883,61	49.787,09	557.901,84	500.000,00
Cota Parte do ITR	19.065,38	1.456,86	36.488,81	3.238,06	2.464,45	8.594,70	35.915,18	11.835,37	35.278,75	484.772,42	32.848,10	32.581,26	704.539,34	470.000,00
Transferência da LC 87/1966														30.000,00
Transferência LC 61/1989														50.000,00
Transferências FUNDEB	351.085,39	365.406,16	425.824,32	289.142,96	284.717,64	326.825,69	337.168,83	324.788,50	419.741,44	431.430,66	396.939,36	511.997,82	4.465.068,77	4.200.000,00
Outras Transferências Correntes	388.850,78	447.302,97	625.126,60	1.271.410,13	630.631,10	1.562.045,75	2.175.150,47	2.113.566,96	1.729.430,77	676.003,04	639.105,32	1.155.175,77	13.413.799,66	8.286.843,10
Outras Receitas Correntes	1.623,68	680,30	1.085,07	2.429,71	1.086,82	4.854,28	4.148,79	2.172,92	484.934,07	2.566,16	6.575,22	327.225,60	839.382,62	421.828,35
DEDUÇÕES (II)	312.270,62	367.203,51	339.767,92	298.661,57	263.312,67	265.700,79	281.816,59	274.710,80	314.537,13	415.858,59	352.858,53	422.106,43	3.908.805,15	3.870.000,00
Contrib. Servidor para o Plano de Previdência														
Comp. Financeira entre Regimes de Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	312.270,62	367.203,51	339.767,92	298.661,57	263.312,67	265.700,79	281.816,59	274.710,80	314.537,13	415.858,59	352.858,53	422.106,43	3.908.805,15	3.870.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**2.276.580,75**	**2.529.381,13**	**2.661.971,11**	**2.858.627,10**	**2.399.558,04**	**3.303.562,83**	**4.326.965,08**	**3.824.912,69**	**4.557.737,08**	**3.112.753,99**	**2.751.385,97**	**4.550.090,96**	**39.153.526,73**	**35.632.230,51**
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)(CF) (IV)	**2.276.580,75**	**2.529.381,13**	**2.661.971,11**	**2.858.627,10**	**2.399.558,04**	**3.303.562,83**	**4.326.965,08**	**3.824.912,69**	**4.557.737,08**	**3.112.753,99**	**2.751.385,97**	**4.550.090,96**	**39.153.526,73**	**35.632.230,51**
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)IV)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)(V)	**2.276.580,75**	**2.529.381,13**	**2.661.971,11**	**2.858.627,10**	**2.399.558,04**	**3.303.562,83**	**4.326.965,08**	**3.824.912,69**	**4.557.737,08**	**3.112.753,99**	**2.751.385,97**	**4.550.090,96**	**39.153.526,73**	**35.632.230,51**

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20		

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 26/02/2021 18:43:15
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + (III - II))	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil								
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								

Emissão: 26/02/2021 18:44:41
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDÊNCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Em 2020	Em 2019
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XV) = (XIII) + (XIV)								
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XVI) = (XII) - (XV)								

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) Em reais

Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 26/02/2021 18:44:41
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

Page 3 de 3
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até DEZEMBRO / 2020
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	35.632.230,51	39.153.526,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.577.727,47	3.923.225,69
IPTU	370.000,00	407.404,65
ISS	1.759.827,47	1.540.567,32
ITBI	424.400,00	890.466,63
IRRF	845.000,00	950.640,15
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	178.500,00	134.146,94
Contribuições	200.000,00	204.383,68
Receita Patrimonial	774.236,57	70.931,07
Aplicações Financeiras (II)	774.236,57	70.931,07
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	30.648.438,12	34.115.603,67
Cota-parte do FPM	11.081.595,02	7.856.464,30
Cota-parte do ICMS	6.240.000,00	7.369.669,52
Cota-parte do IPVA	400.000,00	446.969,82
Cota Parte do ITR	376.000,00	563.631,60
Transferências da LC 87/1996	24.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	40.000,00	0,00
Transferências do FUNDEB	4.200.000,00	4.465.068,77
Outras Transferências Correntes	8.286.843,10	13.413.799,66
Demais Receitas Correntes	431.828,35	839.382,62
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	431.828,35	839.382,62
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = ((I) - (II + III))	34.857.993,94	39.082.595,66
RECEITAS DE CAPITAL (V)	4.728.749,67	2.472.698,58
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	88.050,00	88.050,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	88.050,00	88.050,00
Transferências de Capital	4.640.699,67	2.384.648,58
Convênios	4.640.699,67	2.384.648,58
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = ((V) - (VI + VII + VIII + IX + X))	4.728.749,67	2.472.698,58
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**39.586.743,61**	**41.555.294,24**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até DEZEMBRO / 2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	34.021.852,62	32.540.728,98	32.111.335,38	31.641.087,40	1.179.588,20	339.100,59	336.106,59
Pessoal e Encargos Sociais	17.246.317,56	16.909.428,41	16.909.428,41	16.781.909,44	464.359,79	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.774.535,06	15.631.300,57	15.201.906,97	14.859.177,96	715.228,41	339.100,59	336.106,59
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	16.636.435,06	15.493.300,57	15.063.906,97	14.722.385,46	703.728,41	339.100,59	336.106,59
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	34.020.852,62	32.540.728,98	32.111.335,38	31.641.087,40	1.179.588,20	339.100,59	336.106,59
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	7.137.231,68	4.958.121,81	3.111.309,98	3.063.464,09	237.678,79	20.736,00	19.680,00
Investimentos	7.136.231,68	4.958.121,81	3.111.309,98	3.063.464,09	237.678,79	20.736,00	19.680,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	7.136.231,68	4.958.121,81	3.111.309,98	3.063.464,09	237.678,79	20.736,00	19.680,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**41.157.084,30**	**37.498.850,79**	**35.222.645,36**	**34.704.551,49**	**1.417.266,99**	**359.836,59**	**355.786,59**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	**5.077.689,17**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada - Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**50.000,00**

Emissão: 04/03/2021 às 20:05 — Page 1 de 2
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

JUROS NOMINAIS	Até DEZEMBRO / 2020
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XXV)	70.931,07
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVO (XXVI)	0,00

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**5.148.620,24**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**-350.000,00**

ABAIXO DA LINHA		
CALCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez / 2019 (a)	Até DEZEMBRO / 2020) (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	2.862.824,81	7.814.757,54
Disponibilidade de Caixa	2.862.824,81	7.814.757,54
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.750.773,08	8.289.488,82
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	1.887.948,27	474.731,28
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-2.862.824,81	-7.814.757,54
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		**4.951.932,73**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até DEZEMBRO / 2020)
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	1.413.216,99
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC(XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV -) XXXVI	**3.538.715,74**

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	**3.467.784,67**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.018.186,03
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.018.186,03
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 04/03/2021 às 20:05
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2019				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2019					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	512.835,03	1.375.113,24	1.382.166,86		505.781,41	1.362.981,77	1.093.134,34	359.836,59	355.786,59		2.100.329,52	2.606.110,93
EXECUTIVO	512.835,03	1.375.113,24	1.382.166,86		505.781,41	1.362.981,77	1.093.134,34	359.836,59	355.786,59		2.100.329,52	2.606.110,93
(NE)-GABINETE DO PREFEITO	7.182,14	54.282,60	44.747,69		16.717,05		850,00	850,00	850,00			16.717,05
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	54.816,52	119.248,52	107.981,28		66.083,76		25.863,30	25.863,30	24.092,30		1.771,00	67.854,76
(NE)-SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO	73.585,68	371.178,90	397.597,78		47.166,80	1.224.942,68	4.820,08	134.296,05	134.296,05		1.095.466,71	1.142.633,51
(NE)-SECRETARIA DE SAUDE	159.052,06	424.741,79	418.896,82		164.897,03	9.887,96	98.820,92	35.305,00	33.400,00		75.308,88	240.205,91
(NE)-SECRETARIA DE AGRICULTURA E COMERCIO	5.995,98	30.407,80	30.407,80		5.995,98		758.127,80				758.127,80	764.123,78
(NE)-SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS	144.320,33	240.714,10	248.471,08		136.563,35	118.530,49	177.816,04	136.686,04	136.686,04		159.660,49	296.223,84
SECRETARIA DE FINANCAS	54.875,92	82.731,33	82.709,83		54.897,42	5.000,00	12.435,00	12.435,00	12.435,00		5.000,00	59.897,42
(NE)-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	13.006,40	47.571,40	47.121,11		13.456,69	4.620,64	12.427,20	12.427,20	12.427,20		4.620,64	18.077,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO		4.236,80	4.233,47		3,33		1.974,00	1.974,00	1.600,00		374,00	377,33
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	**512.835,03**	**1.375.113,24**	**1.382.166,86**		**505.781,41**	**1.362.981,77**	**1.093.134,34**	**359.836,59**	**355.786,59**		**2.100.329,52**	**2.606.110,93**

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)												

Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 04/03/2021 às 20:21
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO [1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.137.231,68	4.958.121,81	2.179.109,87
Investimentos	7.136.231,68	4.958.121,81	2.178.109,87
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	1.000,00		1.000,00
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE			
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	7.137.231,68	4.958.121,81	2.179.109,87
RESULTADO PARA A APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	7.137.231,68	4.958.121,81	2.179.109,87

Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 26/02/2021 19:35:02
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) em Reais

Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DANIEL ROSA DO LAGO	PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA	CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Prefeito	Contador	Secretario

Emissão: 26/02/2021 19:37:52 Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) — em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	88.050,00	88.050,00	
Receita de Alienação de Bens Móveis	88.050,00	88.050,00	
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receita de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimento de Aplicações Financeiras			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo a Pagar (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2019 (i)	2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)		88.050,00	88.050,00

Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE - MT

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 26/02/2021 19:39:16
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) — em Reais

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2020	
		No Bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Do Ente Federado, exceto estatatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	34.921.151,08	39.153.526,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESP. CONSIDERADAS P/ LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito

PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
Contador

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO
Secretario

Emissão: 26/02/2021 19:48:38 — Page 1 de 1
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. — Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE
DECRETO Nº 15/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Complementar nº 107, de 30 de setembro de 2019, e alterações:

Considerando que compete ao Município, legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e a estadual no que couber (art. 30, I e II, da CF/88).

Considerando o Decreto Estadual n.º 836/2021, de 01 de março de 2021, que atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid 19.

Considerando o Decreto n.º 13/2021, de 02 de março de 2021, que atualiza as medidas restritivas para a contenção da disseminação do Coronavirus.

Considerando a necessidade de atualização dos prazos estabelecidos no Decreto n.º 02/2021, de 14 de janeiro de 2021, que estabeleceu o calendário fiscal de arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido novo calendário fiscal do Município de Porto Esperidião, Mato Grosso, para a cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) no exercício financeiro de 2021.

Art. 2° - O prazo para pagamento, sem juros e multas, se estenderá até o dia 31 de maio de 2021;

Art. 3° - O contribuinte que optar pelo pagamento em Cota Única até o dia 31 de maio de 2021 terá um **DESCONTO DE 20%** (vinte por cento) no valor do imposto;

Art. 4º - O valor do imposto poderá ser pago em até 03(três) parcelas com vencimento a partir de 31 de maio de 2021, a segunda parcela para o dia 30 de junho de 2021 e a terceira para o dia 30 de julho de 2021.

Art. 5° - O não pagamento no exercício implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa para efeito de cobrança administrativa e/ou judicial;

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de março de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003/2021

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021

.

CONTRATADO: **I F. ATUARIAL CONSULTORIA EIRELI**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REAVALIAÇÃO ATUARIAL

CNPJ Nº: 10.541.510/0001-20

ENDEREÇO: **RUA MONSENHOR TREBAURE, 210.**

CIDADE: CUIABA-MT

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R**$ 8.350,00(OITO MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)**

VALOR PAGO EM PARCELA ÚNICA APÓS EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE R$ 8.350,00(OITO MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS) Fundamento legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93 atualizada pelo decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

Tendo em vista o que consta dos autos, tudo ratifico e, por consequência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no art. 24, II da Lei nº 8.666/93, cujo ao teor aderimos na íntegra;

RESOLVO,

RATIFICAR a justificativa apresentada, em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666/93, determinando sua publicação na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

PORTO ESPERIDIÃO - 05 Março de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNIICPAL

GABINETE
DECRETO Nº 14/2021, DE 02 DE MARÇO DE 2021.

DECRETO Nº 14/2021, DE 02 DE MARÇO DE 2021.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 3.º, Inciso IV, da Lei Federal n.º 10.520/2002:

DECRETA:

Art. 1º. – Ficam designados para compor a equipe da Secretaria Municipal de Administração responsável pela licitação na modalidade pregão, regida pela Lei Federal n.º 10.520/02, com suas respectivas funções, os seguintes servidores:

I – COORDENADOR PREGOEIRO:

- RONEY BATISTA CARDOSO

II – EQUIPE DE APOIO:

- ADELINO AGUILAR (pregoeiro substituto)

- CÁSSIA MARIA ANTERO RIBEIRO

- JULIANE ROSÁRIO CEBALHO

Art. 2º - Ficam definidas as atribuições do Coordenador/Pregoeiro:

I – Zelar pela legalidade, moralidade e eficiência do certame licitatório;

II – Auditar o processo e propor alterações, caso necessário, visando atendimento à legislação;

III – Consolidar entendimentos visando a celeridade das licitações;

IV – Aprovar, e após a análise da assessoria jurídica, assinar o respectivo Edital;

V – Determinar a publicidade da licitação, na conformidade da legislação;

Decreto N.º 14/2021

VI – Receber examinar e decidir, dentro de sua competência, sobre recursos;

VII – Credenciar os interessados em participar do pregão;

VIII – Receber os envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

IX – Realizar a abertura, exame e classificação das propostas de preços;

X – Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance menor;

XI – Exigir habilitação do fornecedor vencedor;

XII – Adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor;

XIII – Elaborar e assinar a ata da licitação;

XIV – Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

VX – Informar sobre os recursos interpostos; e

XVI – Encaminhar o processo devidamente formalizado, após a adjudicação, ao Prefeito para a homologação e contratação.

Art. 3º - Constitui atribuição essencial da equipe de apoio, assistir ao pregoeiro na condução dos trabalhos, relativos ao certame licitatório, no sentido de:

I – Buscar permanentemente o conhecimento da legislação específica e esmerar na sua aplicação;

II – cumprir as determinações do pregoeiro, desde que manifestantemente legais;

III – Instruir e viabilizar o processo licitatório com os documentos e anexos necessários para atender a legislação;

IV – Operar o sistema de pregão;

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente, o Decreto n.º 07/2021.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião/MT, 02 de março de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA 003/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito de porto Esperidião- MT, no uso de suas atribuições legais, resolve HOMOLOGAR a DISPENSA de licitação nº 003/2021 do objeto definido como **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REAVALIAÇÃO ATUARIAL.**

HOMOLOGO *em favor da empresa ATUARIAL CONSIULTORIA (***I. F. ATUARIAL CONSULTORIA EIRELI***). CNPJ:* 10.541.510/0001-20 *no valor total* ***de*** **R$ 8.350,00(OITO MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)**

VALOR PAGO EM PARCELA ÚNICA APÓS EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE R$ 8.350,00(OITO MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS) Fundamento legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93. Determina ainda que seja tomada as providencias cabíveis para que proceda a contratação do objeto, em atendimento a solicitação do requerente.

PORTO ESPERIDIÃO - 05 Março de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 003/2021.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO PARA Registros de

Preço para futura e eventual contratação de empresa visando a aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Porto Estrela - MT, que **acontecerá no dia 18 de março de 2021, às 09:30h**, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, https://bll.org.br/ ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 13:00 hrs.

Porto Estrela – MT, 05 de março de 2021.

Vinícius Ignacio de Borja Santos

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 035/2021 QUE RETIFICA A PORTARIA Nº. 032/2021 (QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR COMISSIONADO NO CARGO DE COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR O SENHOR REDORANES DE SOUZA DENIS SAN MA

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando: a possibilidade de a Administração Pública rever os seus atos, nos termos da Súmula 473 - STF; o Princípio da Legalidade, a que está estritamente vinculada a Administração Pública,

R E S O L V E:

Artigo 1º - RETIFICAR o artigo 1º da PORTARIA Nº. 032/2021 de 01 de março de 2021, publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO AMM de 04/03/2021, PÁG. 349, da seguinte forma:'

Art 1º - (...)

ONDE SE LÊ:

Artigo 1º - do cargo comissionado de COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR.

LEIA-SE:

Artigo 1º - do cargo comissionado de ASSESSOR DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais situações.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 05 de Março de 2021.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 153, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 153, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **SIMONE RESPLANDE DE FREITAS,** para o cargo de Limpeza Predial, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 212, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 212, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. **RONALDO RODRIGUES PINHEIRO,** do cargo de Enfermeiro Lei 1955 a partir de 24/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,24 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 211, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 211, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **LEILIANE CORREIA DE JESUS,** para o cargo de Limpeza Predial, Secretaria de Educação, a partir de 23/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,23 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 210, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 210, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **NALVA LUCIA TAVARES DA COSTA,** para o cargo de Professor (Contrato), Secretaria de Educação, a partir de 22/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,22 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 209, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 209, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **VANUZETE FRANCISCA DA SILVA,** para o cargo de Professor (Contrato), Secretaria de Educação, a partir de 18/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 18 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 208, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 208, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **CLEONICE SIQUEIRA ALVES RODRIGUES,** para o cargo de Professor Contratado - Lei 1953, Secretaria de Educação, a partir de 18/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 18 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 207, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 207, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

NELSON ANTONIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréuno uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 113, II, "c" da Lei Orgânica Municipal de 19/12/2007, pela presente Portaria.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família, com a Lei 10.657que altera e acrescenta dispositivos ao programa e Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

Considerando a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC Nº. 001 DE 10/10/2020:

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família com as seguintes competências:

I - Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

II - Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firmado pelo município;

III - apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

IV - Definir competências, composição e funcionamento;

V - Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

VI - a seleção das famílias beneficiárias será feita por equipes de referência municipal da Assistência Social, atuantes no Programa, nos municípios, competindo ao Comitê Gestor Municipal a aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas, encaminhados para posterior aprovação e/ou reprovação, a inserção ou o descredenciamento das famílias pelo Comitê Gestor Estadual;

VII - articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VIII - elaborar seu Regimento Interno;

IX - o Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias substituídas, acrescentando se a família que será incluída no Programa em substituição à família excluída, bem como o motivo da substituição, e

anexar a publicação deste procedimento, aprovados pelo Comitê Municipal;

Art. 2º - Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor;

Art. 3º - A gestão municipal da Assistência Social, de acordo com o que dispõe a legislação estadual que criou o Programa SER Família, instituirá o Comitê Gestor Municipal do Programa, presidido pelo/a Secretário/a Municipal de Assistência Social, composto por representantes de Secretarias Municipais, estratégicas para o sucesso do Programa.

Assim, o Comitê poderá ser composto pelas seguintes Secretarias:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Secretaria Municipal de Educação;

III - Secretaria de Municipal de Saúde;

O Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria dos votos presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - O (A) Presidente do Comitê Municipal, Gestor (a) Secretário (a) Municipal de Assistência Social, deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 206, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 206, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação membros que compõe o Conselho Municipal do FETHAB**, na forma que menciona.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear os membros que compõe o Conselho Municipal do FETHAB:

I. Representantes do Poder Executivo Municipal: a) Luciano Hudson Sol da Costa b) Alan Pereira da Silva c) Wanderson da Cruz Cirilo d) Marildo Mazetto e) José Nilton Pereira dos Santos f) Wislene Rosa Oliveira **II. Representantes da Sociedade Civil:** a) Titular: Pe. Alexandre Umbelino Pereira – Escola Técnica de Poxoréu. Suplente: Renata de Jesus Araújo b) Titular: José Jorge Sobrinho – Sindicato Patronal Rural Suplente: Donizete Benedito Cirilo c) Titular: Onofre Alves Borges – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Suplente: Felississimo de Jesus Lepres d) Titular: Arthur Belton Carr de Muzio – Empaer Suplente: Fernando Thiago Alves de Oliveira Xavier e) Titular: Fernando Lucchesi Sandrini – Indea Suplente: Denilson Nunes Pereira

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,17 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 205, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 205, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a Sra. **ROSANI MARIA RODRIGUES**, matrícula 287, servidora concursada, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço de Assentamento de Lajotas e Meio Feios, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 204, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 204, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alí-

nea “c” da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o Sr. **VANDERLEI FRANCISCO DA SILVA**, matrícula 637, servidora concursado, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço do Pregão de Químico de laboratório e produtos Químico, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 203, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 203, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea “f” da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **ROMULO JOSE MOREIRA DOS SANTOS E SANTOS,** para o cargo de Professor De Educação Física (Habilidade em Vôlei), Secretaria de Educação, a partir de 16/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 16 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 202, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 202, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea “f” da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear a Sra. **MARIA CLARA SOUZA BORGES,** para o cargo comissionado de Assessor Municipal do PSF Nível IV a partir de 15/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,15 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 201, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 201, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea “f” da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **TURIBIO HOROWAWE NOMOTSE,** para o cargo de Professor (Indígena Pedagogo), Secretaria de Educação, a partir de 15/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 15 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 200, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 200, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea “f” da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **MARCIO BRU RE,** para o cargo de Professor (Indígena Pedagogo), Secretaria de Educação, a partir de 15/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 15 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 199, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 199, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **DIONISIO WE WEJ TSERENHI´ODI,** para o cargo de Professor (Indígena Pedagogo), Secretaria de Educação, a partir de 15/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 15 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 198, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 198, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **ARQUIMEDES UNE WERE E,** para o cargo de Professor (Indígena Pedagogo), Secretaria de Educação, a partir de 15/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 15 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 197, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 197, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **ARQUIMEDES UNE WERE E,** para o cargo de Professor Indígena Pedagogo, Secretaria de Educação, a partir de 15/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 15 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 196, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 196, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Nomeia servidor para cargo efetivo, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear **ANDREIA CLEMENTINA DO PRADO,** para o cargo de carreira de Nutricionista, Grupo de Subsidio D, lotando-o na Secretaria de Educação, esporte e Lazer, tendo tomado posse em 15/02/2021 e efetivo exercio a partir do dia 15/02/2021, tendo em vista a sua habilitação e classificação em Concurso Público de 01/2019.

Art. 2º - A sua investidura no cargo acima dar-se-á mediante o cumprimento, no que lhe couber, do exigido no Edital nº 001/2019, de 30/07/2019 e da legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 15 de fevereiro de2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 195, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 195, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido a Sra. **SORAIA SILVA DOS SANTOS,** do cargo de Professor Contratado - Lei 1953 a partir de 15/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,15 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 194, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 194, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido a Sra. **WANIA FIGUEIREDO DOS SANTOS,** do cargo de Limpeza Predial a partir de 12/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,12 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 193, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 193, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido a Sra. **MARIA APARECIDA LOPES,** do cargo de Limpeza Predial a partir de 11/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,11 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 192, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 192, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Nomeia servidor para cargo efetivo, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear **SAMUEL BATISTA DOURADOS**, para o cargo de carreira de Técnico Em Enfermagem, Grupo de Subsidio C, lotando-o na Secretaria de Saúde, tendo tomado posse em 10/02/2021 e efetivo exercício a partir do dia 10/02/2021, tendo em vista a sua habilitação e classificação em Concurso Público de 01/2019.

Art. 2º - A sua investidura no cargo acima deu-se mediante o cumprimento da apresentação de todos os documentos exigidos no Edital nº 001/2019, de 30/07/2019 e da legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de fevereiro de2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 191, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 191, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **SORAIA SILVA DOS SANTOS,** para o cargo de Professor Contratado - Lei 1953, Secretaria de Educação, a partir de 10/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 190, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 190, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **RODRIGO NUNES PEREIRA,** para o cargo de Vigia, Secretaria de Obras, a partir de 10/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 189, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 189, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre elevação de classe do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Elevar da classe B para C na tabela de vencimento da servidora Sra. **NILVANDA ALVES DE SOUZA**, da sua tabela, por ter concluído o curso Pós-graduação.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de janeiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 188, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 188, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre elevação de classe do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Elevar da classe A para B na tabela de vencimento da servidora Sra. **RUBIA CRISTINA RIBEIRO ROCHA**, da sua tabela, por ter concluído o curso Superior.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de janeiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 187, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 187, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre elevação de classe do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Elevar da classe B para C na tabela de vencimento da servidora Sra. **ELY VIEIRA CELIO NETO**, da sua tabela, por ter concluído o curso de Pós-graduação.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 186, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 186, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra o afastamento do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento do Sr. **PABLO BATEMARQUE PEREIRA**,cargo de Professor 30 Hs, 2 Anos, a partir 10/02/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 185, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 185, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra o afastamento do servidor, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento da Sra. **NAYANE CRISTINA SANTOS DA SILVA**,cargo de Ap. Ed. Ii 30 Hs N Prof.(Inst. De Informática), 24 meses, a partir 09/02/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 184, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 184, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a Sra. **ROSANI MARIA RODRIGUES**, matrícula 297, servidora concursada, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço Reforma e Reconstrução de Ponte de Madeira Tipo III, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 183, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 183, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear a Sra. **ROSIANE ALVES BATISTA,** para o cargo comissionado de Encarregados De Equipe De Trabalho a partir de 28/01/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 182, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 182, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear o Sr. **WANDERSON DA CRUZ CIRILO,** para o cargo comissionado de Coordenador de Transporte Escolar a partir de 10/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 181, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 181, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a Sra. **LEYDIANE VIEIRA CORREA MARTINS**, matrícula 2222, servidor concursado, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Apoio Técnico, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 180, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 180, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o Sr. **CESAR MARCOS CORREIA DE OLIVEIRA**, matrícula 430, servidor concursado, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço Aquisição de um Analisador Automático de Imunoensaio por Florescência, para diagnosticar "in vitro" de parâmetro de perfis cardíacos, hemostático, infectivo, hormonais e renais em amostras de sangue total, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 179, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 179, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido a Sra. **JENNYFER FERREIRA BATHEMARQUE,** do cargo de Advogada a partir de 10/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,10 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 175, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 175, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **TEDNA DOS SANTOS CARDOSO,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 08/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 08 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 174, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 174, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **OLINDINA DA ROCHA PERES,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 08/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 08 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 173, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 173, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **FATIMA BENEDITA DE ANUNCIACÃO,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 08/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 08 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 172, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 172, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear o Sr. **RAFAEL PATRICK SOUSA SILVA,** para o cargo comissionado de Gerente Administrativo E Financeiro Do DAE a partir de 08/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,08 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 171, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 171, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear o Sr. **EVANGELISTA DA SILVA VIEIRA,** para o cargo comissionado de Assessor De Assuntos Polípticos Nível II a partir de 08/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,08 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 170, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 170, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. **JOSE MARCOS LOPES DOS SANTOS,** do cargo de Enfermeiro Lei 1955 a partir de 08/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,08 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 169, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 169, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Nomeia servidor para cargo efetivo, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear **DANIELE MEDEIROS DA SILVA**, para o cargo de carreira de Agente Administrativo, Grupo de Subsidio B, lotando-o na Secretaria de Administração, tendo tomado posse em 29/01/2021 e efetivo exercício a partir do dia 01/02/2021, tendo em vista a sua habilitação e classificação em Concurso Público de 01/2019.

Art. 2º - A sua investidura no cargo acima deu-se mediante o cumprimento da apresentação de todos os documentos exigidos no Edital nº 001/2019, de 30/07/2019 e da legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 05 de fevereiro de2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 168, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 168, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o Sr. **CESAR MARCOS CORREIA DE OLIVEIRA**, matrícula 430, servidor concursado, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço Aquisição de Matérias e Equipamentos para atender a demanda toda Secretaria de Saúde, Pronto Atendimento Municipal e todos os PSFs, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 05 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 167, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 167, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o Sr. **CESAR MARCOS CORREIA DE OLIVEIRA**, matrícula 430, servidor concursado, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço Aquisição de Utensílios e Equipamentos Hospitalares em Geral e outros para atender a demanda toda Secretaria de Saúde, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 05 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PP 010/2021 - SERVIÇOS DE ANÁLISES TRATAMENTO ÁGUA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2021

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 018/2018, de 25 de maio de 2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço para **CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NO TRATAMENTO, CONTROLE E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA, DESTINADA PARA CONSUMO HUMANO, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 30/03/2021, A PARTIR DAS 08h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **eletrônica** disponívelnomesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 05 de março 2021.

JOELMA LOURENÇO DE SOUZA

PRESIDENTE CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 166, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 166, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea “c” da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o Sr. **CESAR MARCOS CORREIA DE OLIVEIRA**, matrícula 430, servidor concursado, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço Aquisição de Prestação de serviço de hospedagem/diária em casa de apoio, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 05 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 165, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 165, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea “c” da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o Sr. **JOÃO VICTOR DE MORAIS PIO**, matrícula 3983, servidor comissionado, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço Adquirir Material de Expediente e Escolar, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 05 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 164, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 164, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea “c” da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o Sr. **JONNY DIAS DOS REIS**, matrícula 261, servidor concursado, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço de Aquisição de EPIs, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 05 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 163, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 163, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. **DIEGO ROBERTO DE ALMEIDA SILVA,** do cargo de Agente De Serviços Gerais (Serviço Braçal) a partir de 05/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,05 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 162, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 162, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **JOSUE TAVARES DE JESUS,** para o cargo de Vigia, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 05/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 05 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 161, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 161, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **SELMA FERREIRA LEMES DOS SANTOS,** para o cargo de Limpeza Predial, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 04/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 04 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 160, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 160, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **JANAIRA FERREIRA DO NASCIMENTO,** para o cargo de Vigia, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 03/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 159, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 159, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **NEUSANIRA PEREIRA DE SOUZA,** para o cargo de Limpeza Predial, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 02/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 158, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 158, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **MARIA APARECIDA LOPES,** para o cargo de Limpeza Predial, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 02/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 157, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 157, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **ALEXSANDER VINICIUS PEREIRA KLOCZINSKI,** para o cargo de Vigia, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 02/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 156, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 156, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **ZIZIANE SUHELEN GOMES DOS SANTOS,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATTO 3º TERMO ADITIVO DE CONTRATO 015/2020 - TP 001/2020

3º Extrato Termo Aditivo de Prazo do contrato nº 015/2020, que tem por objeto: FINALIZAÇÃO DA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DO MUNICÍPIO DE POXORÉU. Decorrente da Tomada de Preços n° 001/2020, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU e a empresa PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI-ME inscrita no CNPJ sob nº. 03.155.687/0001-22. Aditivam o contrato na importância de R$ 85.706,87 (oitenta e cinco mil, setecentos e seis reais e oitenta e sete centavos) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

POXOREU 01 de março de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM
PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 155, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 155, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **WANIA FIGUEIREDO DOS SANTOS,** para o cargo de Limpeza Predial, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 154, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 154, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **SULENY MESSIAS PEREIRA,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 152, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 152, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **ROSINEY BRAGANCA LOPES,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 151, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 151, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **RODRIGO COELHO DE JESUS,** para o cargo de Vigia, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 150, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 150, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **PRISCILA FERREIRA DE REZENDE,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 149, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 149, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **PATRICIA ROSA DA SILVA,** para o cargo de Limpeza Predial , Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 148, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 148, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **NILDETE LEMES NOVAIS,** para o cargo de Vigia, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 147, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 147, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **MAURILUZIA GALVÃO DE ANDRADE ALVES MOREIRA,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 146, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 146, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **MARTA ALVES GUIA DE ALMEIDA,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 145, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 145, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **MARINALVA DE SOUZA GALVAO LEITE,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 144, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 144, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **MARIA LUCIA GOMES SANTOS,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 143, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 143, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **MARIA DO CARMO MACEDO,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 142, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 142, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **LIBERALINA NUNES VIEIRA ALVES DA SILVA,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 141, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 141, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **LEIDINAURA ALVES REGO SILVA,** para o cargo de Professora, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 140, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 140, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, conforme menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear a Sra. **LAIS GRASIELA PEREIRA FONSECA,** para o cargo comissionado de Assessor De Pronto Atendimento- Nível IV a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 139, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 139, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **FRANCISCA MICELANGE BARBOSA FREITAS,** para o cargo de Cozinheira, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de AdministraçãoRegistra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **FRANCISCA MICELANGE BARBOSA FREITAS,** para o cargo de Cozinheira, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 138, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 138, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa a servidor para a função de Fiscal de Contrato/ Ata de Preço, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e observando o artigo 73, inciso I, alínea b e inciso II alíneas a e b, da Lei Federal 8.666, de 21/06/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a Sra. **SIMONE FERNANDES BARBOSA**, servidora concursada, para atuar como Fiscal de Contrato/Ata de Preço de aquisição Kit Biométrico homologado no Sistema de Identificação Civil que só é fornecido pela Empresa Akyama Soluções Tecnológicas, celebrados pela Prefeitura de Poxoréu, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 137, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 137, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **DONIZETE RODRIGUES VENANCIO,** para o cargo de Vigia, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 136, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 136, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **DIRCILENE DA SILVA VIEIRA ALCANTARA,** para o cargo de Professor, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 135, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 135, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **CLAUDIO BENTO,** para o cargo de Vigia, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 134, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 134, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **ANA PAULA PEREIRA DA SILVA,** para o cargo de Cozinheira, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 133, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 133, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **ALESSANDRA CRISTINA SANTOS DE ALMEIDA,** para o cargo de Professor Contratado - Lei 1953, Secretaria de Educação, Esporte e lazer, a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 132, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 132, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. **WENESSON SILVA CONCEIÇÃO PEREIRA,** do cargo de Motorista Contratado - Lei 1955 a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 131, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 131, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. **ALEXSANDER VINICIUS PEREIRA KLOCZINSKI,** do cargo de Guarda (Contrato) a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 130, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 130, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. **DONIZETE RODRIGUES VENANCIO,** do cargo de Guarda (Contrato) a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 129, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 129, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido a Sra. **JANAIRA FERREIRA DO NASCIMENTO,** do cargo de Apoio Ed. I 40 Hs N Prof (Vigilante) a partir de 02/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 128, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 128, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido a Sra. **SELMA FERREIRA LEMES DOS SANTOS,** do cargo de Ag. Serviços Gerais (Contrato) a partir de 03/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 127, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 127, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre exoneração de servidor na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Exonerar a pedido o Sr. **RODRIGO COELHO DE JESUS,** do cargo de Apoio Ed. I 40 Hs N Prof (Vigilante) a partir de 01/02/2021.

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT,03 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

MARIA APARECIDA C. M. E SOUZA

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N. 067/2021 DE 04 DE MARÇO DE 2021.

"NOMEIA O SENHOR VALDINEI MARTINS DE SOUZA AO CARGO DE SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNIOCIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT

no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR o Senhor **VALDINEI MARTINS DE SOUZA** ao **CARGO** de Secretario de Administração da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 04 de Marco de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, 04 de Marco de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, DE 04 DE MARÇO DE 2021

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
NEDER ROGERIO DA SILVA	001.646.021-94	9879/00001/2021
NILTON CEZAR MOREIRA DE SOUZA YARA	908.985.241-72	9879/00003/2021
ADIR BRANDELEIRO	284.079.899-91	9879/00010/2021

TITULAR DO ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO ITR

Nome: Paulo Diniz da Silva **Matricula: 0000063**

Cargo: Fiscal de Tributos/1212019

Data de afixação: Data de desafixação:

04/03/2021

19/03/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000 Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **18/03/2021 às 09:00 horas,** Pregão Presencial para Prestação de Empresas Especializada em Aquisição de Serviços de material de Expediente os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente no Setor de Licitação do Município, localizado na Avenida Mato Grosso, nº 229, Centro, na Cidade de Reserva do Cabaçal-MT ou retirar pelo site da prefeitura municipal de Reserva do Cabaçal no link: http://www.reservadocabacal.mt.gov.br/ ou solicitar pelo e-mail: licitacao-reservadocabacal@gmail.com.

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal/MT, 05 de Março de 2021.

ENIO VAGNER DE OLIVEIRA CABRAL

Presidente CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N. 066/2021 DE 04 DE MARÇO DE 2021

"NOMEIA A SENHORA CLAUDIANA SOARES GONÇALVES AO CARGO DE SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT

no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR a Senhora **Claudiana Soares Gonçalves** ao Cargo Secretaria Municipal Finanças Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 04 de Marco de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, 04 de Março de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

LEI Nº 877/2021. DATA DE: 02 DE MARÇO DE 2021. "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEI Nº 877/2021.

DATA DE: 02 DE MARÇO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal do Município de Ribeirão Cascalheira-MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Suplementar no valor de R$ 341.701,00 (trezentos e quarenta e um mil e setecentos e um reais), destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:

Orgão: Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT

Unidade: Secretaria Municipal de Educação

Função: Educação

Sub-Função: Educação Infantil

Programa: Assistência Educacional à Criança de Zero a Cinco

Ação: 1425 – AMPLIAÇÃO DAS CRECHES MUNICIPAIS

Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 101 – Receita de Impostos e Transf. de Impostos-Educação

Ficha: 557

Valor: 341.701,00

Art. 2º. Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação total ou parcial de dotações do orçamento vigente, nos termos do artigo 43, § 1º, III da Lei Federal 4.320/64, conforme discriminado abaixo:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira

Unidade: Secretaria Municipal de Educação

Função: Educação

Sub-Função: Ensino Fundamental

Programa: Gestão Educacional

Ação: 1434 – CONSTRUÇÃO DE GARAGEM PARA VEÍCULOS EDUCAÇÃO

Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 101 – Receita de Impostos e Transf. de Impostos-Educação

Ficha: 462

Valor: 156.701,00

Órgão: Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira

Unidade: Secretaria Municipal de Educação

Função: Educação

Sub-Função: Ensino Fundamental

Programa: Ensino Regular de Seis a Quatorze anos

Ação: 2036 – MANUT/ENCARGOS COM DESEN. DO ENSINO FUND. 40%

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 119 – TRANSF. DO FUNDEB – APLICAÇÃO DE OUTRAS DESPESAS DA ED. BÁSICA.

Ficha: 579

Valor: 100.000,00

Órgão: Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira

Unidade: Secretaria Municipal de Educação

Função: Educação

Sub-Função: Ensino Fundamental

Programa: Ensino Regular de Seis a Quatorze anos

Ação: 2213 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SALÁRIO EDUCAÇÃO

Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serv. de Terceiro – Pessoa Física

Fonte de Recurso: 115 – TRANSF. DE RECURSO DO FUNDO NACIONAL DO DESEN. DA ED. - FNDE

Ficha: 588

Valor: 85.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 02 DE MARÇO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021**

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO/ITEM.

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO CAMINHONETE (USADA), DESTINADO AO GABINETE DO PREFEITO DO MUNIPICIO DE RIO BRANCO – MT,** conforme Termo de Referência.

O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, através de sua Pregoeira e Equipe de apoio, torna público a todos os interessados que realizará às **08h30min, do dia 18/03/2021**. **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, que será regida pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13 horas.

Rio Branco – MT, 04 de março de 2021.

VANDERLEIA RODRIGUES ALVES

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de nº. 014/2021.

Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde.

Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021

Base Legal: Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93

OBJETO: "Auxílios Financeiros aos Médicos participantes do Projeto mais Médico para o Brasil, Conforme Lei Federal N° 12.871 de 22 de Outubro de 2013, Portaria Interministerial Nº 1.369 - MS/MEC, de 2013, Lei Federal 8.666/93 por um período de quatro (04) meses, conforme Lei Municipal nº 384, de 08 de Março de 2017".

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, torna público aos interessados que a Inexigibilidade de Licitação de nº 001/2021 realizada no dia 02/02/2021, ficou contratada a proponente Profissional Médico Drª. **Karem Mayara Kasula Silva, CPF: 736.600.862-15, com valor mensal de R$ 2.500,00, totalizando um valor global por um período de 12 (doze) meses de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).**

Rondolândia – MT 05 de Março de 2021.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 088/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 007/2021

Objeto: Aquisição de Produtos Químicos de Tratamento de Água para Consumo Humano atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS LICITADOS: HD Produtos de Limpeza LTDA - ME, CNPJ: 19.677.787/0001-59, Endereço: Rua Vinicius de Moraes, Nº2441, Bairro: Jardim Clodoaldo, CEP: 76.963-646 Cacoal/RO.

Item	Código TCE	UND	Quant.	Especificação	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	115526-1	UND	70	SULFATO DE ALUMINIO P/ TRATAMENTO AGUA – ALUMINIO HIDRATADA C30 (HIDROXIDO DE ALUMINIO) 99% NO MINIMO E 100,5% NO MAXIMO DA ALK(SO4) 2.12H2O, EM CRISTAIS TRANSPARENTE, INCOLOR, INODORO, EM FACILMENTE SOLUVEISEM AGUA; (SACO 25 QUILO)	GOTA QUIMICA	R$ 98,80	R$ 6. 916,00
02	243166-1	BB	40	HIPOCLORITO DE SÓDIO – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10%, FORMA FARMACEUTICA EM SOLUÇÃO, FORMA DE APRESENTAÇÃO BOMBONAS DE 50L, PARA DOSAGEM DE AGUA POTAVEL;	GOTA QUIMICA	R$ 195,00	R$ 7. 800,00
Valor Total							**R$ 14. 716,00**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes nos autos do Processo 088/2021, sendo adjudicado a seu favor os itens acima descritos.*

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para o Item: 03, tornando-o item "fracassado" do certame, ou seja, Item não adjudicado.

Valor Global de R$ 14.716,00 (Quatorze mil setecentos e dezesseis reais).

Rondolândia – MT, 05 de Março de 2021.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

II AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 03/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às **14:00 horas** do dia **24 (vinte e quatro) de março de 2021**, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto:"Execução de reforma da quadra poliesportiva do bairro Bispo Pedro Casaldaliga – Rondonópolis/MT, conforme projeto básico e justificativa de qualificação técnica enviado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, anexo ao edital". Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das ***13:00 às 17:00 horas*** em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 05 de Março de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 03/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 25, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666, de junho de 1993, RATIFICA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 03/2021**, **com fulcro no Parecer Jurídico n.º 67/2021/ASSESSORIA/COMPRAS/SAD**, que apreciou o processo administrativo na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, e diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor da contratação da empresa:**INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP - LTDA,** situada na Avenida José Maria de Brito, n° 1707, Bairro Jardim das Nações, Foz do Iguaçu/PR, CEP: 85.864-320, inscrita no CNPJ: 10.498. 974/0002-81.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL, PROMOTORA DO EVENTO '16° CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS', NO INTUITO DE CAPACITAR OS SERVIDORES QUE ATUAM NA ÁREA DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO (QUE OCORRERÁ NO PERÍODO DE 15 À 18 DE MARÇO), PARA MELHOR DESEMPENHAREM SUAS FUNÇÕES JUNTO À ESTA MUNICIPALIDADE.

VALOR DA INEXIGIBILIDADE: R$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão Mato Grosso,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 03 de março de 2021.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal de Rondonópolis

II AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 02/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às **14:00 horas** do dia **23 (vinte e três) de março de 2021**, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto:**"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DA SEGUINTE OBRA: E "REFORMA DO CAMPO E REFORMA DO VESTIÁRIO NA PRAÇA JARDIM ATLÂNTICO, LOCALIZADA NA AVENIDA COELHO NETO NO BAIRRO JARDIM ATLÂNTICO, NO MUNICÍPIO DE RONDONOPOLIS, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, ANEXO AO EDITAL".**

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das ***13:00 às 17:00 horas*** em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 05 de Março de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 11/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 11/2021**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito municipal José Carlos Junqueira de Araújoque autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO HORTO FLORESTAL.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 383.864,11 (Trezentos e Oitenta e Três Mil e Oitocentos e Sessenta e Quatro Reais e Onze Centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão Mato Grosso,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 03 de março de 2021.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 10 (dez) de março de 2021, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: **"CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE LAZER EM ÁREA VERDE NO LOTEAMENTO JARDIM ZÉ SOBRINHO, NESTE MUNICÍPIO", CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, ANEXO AO EDITAL".** Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 10/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às **09:00 horas** do dia **24 (vinte e quatro) de março de 2021**, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto:"REFORMA DA UMEI MONTEIRO LOBATO LOCALIZADO NA RUA BELÉM, Nº 1401, JARDIM GRAMADO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ANEXO AO EDITAL".

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das ***13:00 às 17:00 horas*** em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br

Rondonópolis-MT, 05 de março de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 07/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às **09:00 horas** do dia **23 (vinte e três) de março de 2021**, na sa-

la de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto:"Construção de creche tipo 01 patrão FNDE, localizada na rua 01, s/n, bairro Alfredo de Castro, neste município, conforme projeto básico e justificativa de qualificação técnica enviado pela Secretaria Municipal de Educação, anexo ao edital". Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das ***13:00 às 17:00 horas*** em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 05 de março de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 039 - 2021

PORTARIA Nº 039/2021

de 05 de Março de 2021

"Institui Comissão de Intervenção da Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste (HOSPITAL AMPARO) e nomeia seus respectivos membros".

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica instituída, nos termos do artigo 4º e dispositivos seguintes do Decreto Municipal 010/2021 a Comissão de Intervenção da **ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ROSÁRIO OESTE (HOSPITAL AMPARO)** que terá como membros as pessoas relacionadas abaixo:

a) THALITA HELENA PEIXOTO PERON;

b) GILSON NEI XAVIER;

c) PEROLINA PLACIDA SANTANA STOFFEL;

d) KARITA DAIANE BENETTI;

e) REJANE PEREIRA DOS SANTOS;

f) EDMARCIA PEREIRA LEITE;

Artigo 2º - As nomeações de que trata o artigo 1º desta Portaria não estabelecerão vinculo de empregatício, e deverão ser desempenhadas voluntariamente e sem remuneração pelo encargo que ora é atribuído.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Artigo 4º - Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 05 de Março de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

O Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2021, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 18 de março de 2021, Às 09:00 horas (horário local), na sede da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada à Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CLORO E SULFATO PARA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. As informações poderão ser retiradas com ao Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada na Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, por intermédio do Pregoeiro, de segunda a sexta das 08:00 às 14:00 horas, ou no telefone (65) 3356-1209 e pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com e no site: www.rosariooeste.mt.gov.br.

Rosário Oeste/MT, 05 de março de 2021.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 040 - 2021

PORTARIA Nº 040/2021

de 05 de Março de 2021

"Institui comissão permanente de medição e fiscalização de obras, e da outras providencias".

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica instituída a comissão permanente de medição e fiscalização de obras executadas no Município de Rosário Oeste – MT para o exercício de 2021, que será composta pelos seguintes membros:

a) ODNEY MARTINS – Presidente;

b) GIAN MARCELO TALARICO – Membro(a);

c) CRISTINA RODRIGUES DA SILVA – Membro(a);

d) ANGELA MARIA GODOES – Membro(a);

e) KESIA ERASMIL DE MATOS – Membro(a);

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Artigo 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 05 de Março de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 121/2021 DE 03 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N.º 121/2021 DE 03 DE MARÇO DE 2021

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA JULIANA PINHEIRO MARTINS, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: Comunicação Interna 042/2021 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, em anexo atestado medico, protocolado dia 01 de Março de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade à Servidora **JULIANA PINHEIRO MARTINS** de **180** (**cento e oitenta**) dias, a partir de **25/02/2021 a 24/08/2021**, de acordo com a Legislação pertinente em vigor.

Art. 2º. Caberá aos órgãos competentes do Poder Executiva a providência quanto ao registro funcional, controle de pagamento, substituição e demais atos consequentes, na forma da legislação que disciplina a matéria.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das correspondentes dotações Orçamentárias na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, no corrente exercício suplementado se necessárias, de acordo com a Legislação específica vigente.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 03 de Março de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

ERRATA DA PORTARIA Nº 110/2021 DE 02 DE MARÇO DE 2021

O Departamento de Recursos Humanos de Salto do Céu/MT, vem por meio da presente, retificar a publicação da Portaria nº 110/2021 de 02 de março de 2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 03 de Março de 2021, em virtude do erro na digitação do sobrenome da servidora Myriam Mychelle Mantay de Oliveira.

Diante disso, com a presente retificação, a Portaria nº 110/2021 de 02 de Março de 2021, passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº110/2021 DE 02 DE MARÇO DE 2021

NOMEIA A Sr.º MYRIAM MYCHELLE MANTAY DE OLIVEIRA, PARA O CARGO DE GERENTE EM GESTÃO DE PESSOAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Sr.º **MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA,** no uso de suas Atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sr.ª **MYRIAM MYCHELLE MANTAY DE OLIVEIRA,** para o cargo de **GERENTE EM GESTÃO DE PESSOAS,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Parágrafo Único. A posse e exercício do funcionário nomeado subordinar-se-á ao cumprimento das exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, cabendo aos órgãos competentes formalizá-la devidamente, em tempo hábil.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 02 de Março de 2021.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 118/2021 DE 03 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N.º 118/2021 DE 03 DE MARÇO DE 2021

DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DO SERVIDOR EFETIVO NO CARGO DE GUARDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 69/1993, Estatuto dos Servidores; CONSIDERANDO o disposto no Oficio nº99/2021 CONSIDERANDO a limitação da capacidade por motivo de saúde do servidor, comprovada por atestado médico;

CONSIDERANDO *a necessidade de servidor efetivo desempenhar o cargo de guarda na Prefeitura Municipal de Salto Do Céu;*

CONSIDERANDO *o disposto parecer Jurídico nº 35/2021*

RESOLVE:

Art. 1º - Readapta a servidor efetivo Sr.º **JOSIAS PEREIRA DA SILVA**, Cargo de TRABALHADOR BRAÇAL , lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme solicitação médica datada em 26/02/2021, para o cargo de **GUARDA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento .

§ 1º O servidor no exercício do cargo de GUARDA não sofrerá redução na remuneração.

§ 2º A carga horária será correspondente a do cargo de origem.

§ 3º Cessado o motivo que levou à efetivação da remoção por motivo de saúde, o servidor deverá dar ciência do fato à Administração, que no seu interesse poderá retornar o servidor ao seu cargo anterior, em obediência ao prazo estipulado ou a liberação médica.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a parti de 01 de Março de 2021.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 03 de Março de 2021.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 119/2021 DE 03 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N.º 119/2021 DE 03 DE MARÇO DE 2021

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Sr.º Mauto Teixeira Espindola, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a servidora teve suas férias antecipada antes do complemento do período aquisitivo correspondente, em razão da suspensão das aulas por determinado período durante a pandemia;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal n. 016, de 23 de março de 2020, prevê em seu art. 5º, IV, a possibilidade de o pagamento do 1/3 constitucional de férias ser efetivado em momento posterior ao efetivo gozo das férias antecipadas, quando do complemento do respectivo período aquisitivo;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o pagamento das férias regulamentares a servidora: **MARIA APARECIDA MOREIRA DOS SANTOS,** Cargo **PROFESSOR DE PEDAGOGIA**, Órgão Unidade: Secretaria Municipal de Educação, período de gozo: 01/01/2021 à 30/01/2021, período aquisitivo 2020/2021.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substi-

tuição do Servidor acima citado, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de março de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 120/2021 DE 03 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N.º 120/2021 DE 03 DE MARÇO DE 2021

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Sr.º Mauto Teixeira Espindola, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a servidora teve suas férias antecipada antes do complemento do período aquisitivo correspondente, em razão da suspensão das aulas por determinado período durante a pandemia;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal n. 016, de 23 de março de 2020, prevê em seu art. 5º, IV, a possibilidade de o pagamento do 1/3 constitucional de férias ser efetivado em momento posterior ao efetivo gozo das férias antecipadas, quando do complemento do respectivo período aquisitivo;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o pagamento das férias regulamentares a servidora: **MICHELI XAVIER DE MATOS,** Cargo **PROFESSOR DE PEDAGOGIA**, Órgão Unidade: Secretaria Municipal de Educação, período de gozo: 01/01/2021 à 30/01/2021, período aquisitivo 2020/2021.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição do Servidor acima citado, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 01 de março de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 122/2021 DE 03 DE MARÇO DE 2021

PRORROGA A PORTARIA 178/2020 QUE CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SÁUDE A SERVIDORA QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.190, inciso I, letra F da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria 178/2020 de 21 de Setembro de 2020, que concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora*:* **EUNICE MARREIRO SOARES,** Cargo: Agente Comunitário de Saúde, Órgão Unidade: Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição da Servidora acima citada, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 03 de Março de 2021.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002-2021

Município de Santa Cruz do Xingu – MT

Extrato do Contrato nº 002-2021

Contratante: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Contratada: CLÉBIO GERALDO GUIMARÃES GAIA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 41.898.073/0001-20, Objeto: A contratação visa à Prestação de Serviços Técnicos Profissionais de Consultoria e Assessoria Especializada nas áreas de Contabilidade Pública, Gestão Pública, Auditoria, Planejamento e Controle Orçamentário e Financeiro, Gestão Fiscal com acompanhamento da Execução Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonialnas quantidades e qualidades adequadas ao Município, O contrato será da Vigência de 12/01/2021 a 12/03/2021, sendo possível sua prorrogação ate o limite previsto em Lei.

Joraildes Soares de Sousa

Prefeita Municipal

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 007-2021

Município de Santa Cruz do Xingu – MT

Extrato do Contrato nº 007-2021

Contratante: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Contratada empresa RR GUIMARÃES - ME, inscrita no CNPJ sob o número 06.925.357/0001, Objeto: Constitui objeto do aludido contrato Serviços de assessoria técnica de engenharia civil, na elaboração de projetos, demais documentos per-

tinentes, nas obras da Educação/FNDE, abrangendo o preenchimento do SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle de Obras) a fim de superar possíveis restrições e inconformidades, apontadas pelo FNDE, bem como orientação técnica na prestação de contas e acompanhamento em reuniões técnicas no FNDE em Brasília-DF, no planejamento das ações referente a infraestrutura física da Educação do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, processo de Dispensa nº 04/2021, Pela prestação de serviços elencadas na cláusula segunda, o Contratante pagará à Contratada a importância mensal de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a ser paga em 11 (onze) parcelas, totalizando o valor Global de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais). O presente contrato vigerá a partir da data de assinatura do contrato e tem como termo final até 31/12/2021.

Joraildes Soares de Sousa

Prefeita Municipal

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 006-2021

Município de Santa Cruz do Xingu – MT

Extrato do Contrato nº 006-2021

Contratante: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Contratada: Omega Tecnologica da informação LTDA inscrita no CNPJ sob o número 17.468. 557-0001-54, Objeto: Contratação de pessoa jurídica com fornecimento exclusivo de sistema para gestão administrativa educacional Santa Cruz do Xingu-MT, vigência de 12/02/2021 a 12/02/2022 Município de Santa Cruz do Xingu – MT

Joraildes Soares de Sousa

Prefeita Municipal

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 005-2021

Município de Santa Cruz do Xingu – MT

Extrato do Contrato nº 005-2021

Contratante: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Contratada: GUILHERME HEIMBACH NETO – ME inscrita no CNPJ sob o número 20. 927.217/0001-59, Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos, clinico geral para atendimento na unidade de saúde da família e atendimentos de urgências e emergências no Pronto de Atendimento Secretaria Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, O contrato será da Vigência de 12/02/2021 a 12/05/2021, sendo possível sua prorrogação ate o limite previsto em Lei.

Joraildes Soares de Sousa

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 14/2021

Contratado: ELIZABETH RODRIGUES DE SOUZA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**.

Valor Mensal: R$ 3.142,08.

Vigência: 11/02/2021 A 10/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 21/2021

Contratado: GISLAINE APARECIDA DE ARRUDA SOUZA RODRIGUES.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de ROSEMILDO SILVA DE ARAUJO.

Valor Mensal: R$ 2.203,98.

Vigência: 11/02/2021 A 10/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 20/2021

Contratado: ROSALINA DE SOUZA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **AGENTE DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL – ZELADOR**.

Valor Mensal: R$ 1.469,32

Vigência: 12/02/2021 A 11/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 15/2021

Contratado: MARTA REGINA CARPANEZI.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA – ZONA RURAL**.

Valor Mensal: R$ 3.142,08.

Vigência: 12/02/2021 A 11/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 16/2021

Contratado: DARLAN PEREIRA LIMA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **AGENTE DE VIGILANCIA EDUCACIONAL – ZELADOR DE PATRIMÔNIO**.

Valor Mensal: R$ 1.469,32.

Vigência: 12/02/2021 A 11/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contrato nº 17/2021

Contratado: ENEIDE LEMES E SILVA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **AGENTE DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL – ZELADOR**.

Valor Mensal: R$ 1.469,32.

Vigência: 12/02/2021 A 11/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 18/2021

Contratado: ANGELICA RIBEIRO DA SILVA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **TECNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL –MONITOR**.

Valor Mensal: R$ 1.776,83

Vigência: 12/02/2021 A 11/02/2022

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 19/2021

Contratado: MARCIA REGINA DA SILVA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**.

Valor Mensal: R$ 3.142,08.

Vigência: 12/02/2021 A 11/02/2022

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO HORAS COMPLEMENTARES DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **06/2020**

Contratado: **ZAINE KELLY MACHADO DE CASTRO SILVA.**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR(A) CONTRATADO(S)**

Horas Semanais: **20 (VINTE) HORAS-AULAS COMPLEMENTARES SEMANAL.**

Vigência: **18/02/2021 a 10/12/2021**

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO HORAS COMPLEMENTARES DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **07/2020**

Contratado: **MARTA REGINA CARPANEZI.**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR(A) CONTRATADO(S)**

Horas Semanais: **20 (VINTE) HORAS-AULAS COMPLEMENTARES SEMANAL.**

Vigência: **22/02/2021 a 10/12/2021**

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO HORAS COMPLEMENTARES DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **08/2020**

Contratado: **ELIANA LEAL MENDES.**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR(A) CONTRATADO(S)**

Horas Semanais: **20 (VINTE) HORAS-AULAS COMPLEMENTARES SEMANAL.**

Vigência: **15/02/2021 a 10/12/2021**

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 10/2021. Pregão presencial 002/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE MOBILIRIOS**. Empresa **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 05.870.717/0001-08**. Valor Global estimado em R$ 106.362,00. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

CONTRATO Nº 11/2021. Pregão presencial 002/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE MOBILIRIOS**. Empresa **SUBLYME DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 22.579.608/0001-55**. Valor Global estimado em R$ 499.436,00. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

CONTRATO Nº 12/2021. Pregão presencial 002/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE MOBILIRIOS**. Empresa **LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME**., inscrita no CNPJ sob nº. 22.328.534/0001-84. Valor Global estimado em R$ 148.604,00. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

CONTRATO Nº 13/2021. Pregão presencial 003/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PESSOAL – EPI**. Empresa **ZBN MATERIAIS PARA COSNTRUÇÃO E FERRAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.181.522/0001-49. Valor Global estimado em R$ 29.580,00. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

CONTRATO Nº 14/2021. Pregão presencial 003/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PESSOAL – EPI**. Empresa **MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º.14.888.303/0001-05. Valor Global estimado em R$ 26.589,00. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

CONTRATO Nº 15/2021. Pregão presencial 003/2020. Objeto: Aquisição **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PESSOAL – EPI**. Empresa **IMPACTO IND. E COM.DE CONFECÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º.08.952.092/0001-11. Valor Global estimado em R$ 40.065,82. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021.

CONTRATO Nº 16/2021. Pregão presencial 004/2020. Objeto: Aquisição **CONFECÇÃO DE IMPRESSOS E FORMULÁRIOS GRÁFICOS PARA USO DAS SECRETARIAS**. Empresa **4 D DESIGNER GRÁFICA E EDITORA LTDA -ME inscrita no CNPJ sob nº13.278.238/0001-25**. Valor Global estimado em R$ 181.341,22. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021

CONTRATO Nº 17/2021. Pregão presencial 004/2020. Objeto: Aquisição **CONFECÇÃO DE IMPRESSOS E FORMULÁRIOS GRÁFICOS PARA USO DAS SECRETARIAS**. Empresa **A F GRAFICA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 30.657.865/0001-96**. Valor Global estimado em R$ 90.859,86. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021

CONTRATO Nº 18/2021. Pregão presencial 005/2020. Objeto: Aquisição **SERVIÇOS DE BUFFET, DECORAÇÃO DE EVENTOS COMO SEMINÁRIOS, PALESTRAS, LANÇAMENTO DE OBRAS, FESTIVAIS E FEIRAS** . Empresa **FRANCIELLE DA SILVA SIMPLICIO DE MELO**, inscrita no CNPJ sob o n.º.27.689.492/0001-29. Valor Global estimado em R$ 73.687,90. Vigência: 90 (noventa) dias. Assinatura: 15/02/2021

CONTRATO Nº 19/2021. Pregão presencial 007/2020 - **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020**. Objeto: Aquisição **DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**. Empresa P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVICOS EIRELE ME, inscrita no CNPJ nº 21.395.275/0001-41. Valor Global estimado em R$ 413.296,61. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Assinatura: 15/02/2021

CONTRATO Nº 20/2021. Pregão presencial 007/2020 - **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020**. Objeto: Aquisição **DE MATERIAIS ES-**

PORTIVOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT. Empresa **RM DOS REIS COMERCIAL – ME – CNPJ Nº. 33.947.168/0001-68**. Valor Global estimado em R$ 14.764,30. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Assinatura: 15/02/2021

CONTRATO Nº 21/2021. Pregão presencial 007/2020 - **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020**. Objeto: Aquisição **DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**. Empresa **ARAGAO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**. Valor Global estimado em R$ 77.012,82. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Assinatura: 15/02/2021

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO HORAS COMPLEMENTARES DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **05/2020**

Contratado: **ELIZABETH RODRIGUES DE SOUZA.**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR(A) CONTRATADO(S)**

Horas Semanais: **20 (VINTE) HORAS-AULAS COMPLEMENTARES SEMANAL.**

Vigência: **15/02/2021 a 10/12/2021.**

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO HORAS COMPLEMENTARES DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **04/2020**

Contratado: **FRANCIELE BATISTA FRANCISCO SALVADOR.**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR(A) CONTRATADO(S)**

Horas Semanais: **04 (HORAS) HORAS-AULAS COMPLEMENTARES SEMANAL.**

Vigência: **08/02/2021 a 10/12/2021.**

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO HORAS COMPLEMENTARES DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **03/2020**

Contratado: **GENILDA VILHALVA**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR(A) CONTRATADO(S)**

Horas Semanais: **20 (VINTE) HORAS-AULAS COMPLEMENTARES SEMANAL**

Vigência: **01/02/2021 a 10/12/2021.**

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO HORAS COMPLEMENTARES DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **02/2020**

Contratado: ANGELA MARIA SOARES

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR(A) CONTRATADO(S)**

Horas Semanais: **20 (VINTE) HORAS-AULAS COMPLEMENTARES SEMANAL**

Vigência: **01/02/2021 a 10/12/2021.**

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO HORAS COMPLEMENTARES DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **01/2020**

Contratado: CAROLINA CORASSA VIEIRA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR(A) CONTRATADO(S)**

Horas Semanais: **20 (VINTE) HORAS-AULAS COMPLEMENTARES SEMANAL**

Vigência: **01/02/2021 a 10/12/2021.**

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **05/2020**

Contratado: **REGIANE FRANCIELI BONINI**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR DE LIC. PLENA.**

Valor Mensal: **R$ 3.006,22**

Vigência: 05/02/2021 a 04/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **03/2020**

Contratado: **PATRICIA DE OLIVEIRA BITENCOURT**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR DE LIC. PLENA EM PEDAGOGIA.**

Valor Mensal: **R$ 3.006,22**

Vigência: 05/02/2021 a 04/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **04/2020**

Contratado: **NELI TEREZINHA DE OLIVEIRA BITENCOURT**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR DE LIC. PLENA EM PEDAGOGIA.**

Valor Mensal: **R$ 3.006,22**

Vigência: 05/02/2021 a 04/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **06/2020**

Contratado: **CLAUDIA LOURENÇO DE SIQUEIRA SOUZA**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR DE LIC. PLENA EM PEDAGOGIA.**

Valor Mensal: **R$ 3.006,22**

Vigência: 05/02/2021 a 04/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 25/2021

Contratado: ª ELIANE MARIA DA SILVA SOUZA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **AGENTE DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL – ZELADOR**.

Valor Mensal: R$ 1.469,32.

Vigência: 19/02/2021 A 18/02/2022

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **31/2019**

Contratado: **GEVERSON GOMES DE MORAES**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de OPERADOR DE MAQUINAS.

Data de Encerramento: 03/02/2021

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADO**

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **34/2019**

Contratado: **FLAVIO ROQUE DA CRUZ**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de OPERADOR DE MAQUINAS.

Data de Encerramento: 09/02/2021

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADO**

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 24/2021

Contratado: ª FABIANE DE LIMA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL –MONITOR**.

Valor Mensal: R$ 1.776,82.

Vigência: 18/02/2021 A 17/02/2022

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 23/2021

Contratado: ª NADYEGGE DE PAULA CHAPUIS FRANCA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **ZELADOR DE PATRIMÔNIO**.

Valor Mensal: R$ 1.469,32.

Vigência: 12/02/2021 A 11/02/2022

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 22/2021

Contratado: ROSEMILDO SILVA DE ARAUJO.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **MOTORISTA ESCOLAR**.

Valor Mensal: R$ 2.203,98

Vigência: 11/02/2021 A 10/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 01/2021

Contratado: AUREA NASCIMENTO CLEMETINO.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL AUXILIAR DE BIBLIOTECA.

Valor Mensal: R$ 1.622,05

Vigência: 02/02/2021 A 01/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 02/2021

Contratado: JACKLINE FERREIRA MARTINS.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL – SECRETÁRIA ESCOLAR.

Valor Mensal: R$ 1.828,68

Vigência: 01/02/2021 A 31/01/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 03/2021

Contratado: SOCORRO CICERA BEZERRA ALVES.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL - INSTRUTOR DE INFORMATICA**.

Valor Mensal: R$ 1.622,05

Vigência: 01/02/2021 A 31/01/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 04/2021

Contratado: SANDRA CRISTINA LEMES PEREIRA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**.

Valor Mensal: R$ 3.006,20

Vigência: 01/02/2021 A 31/01/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 05/2021

Contratado: FRANCIELE BATISTA FRANCISCO SALVADOR.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – LINGUA PORTUGUESA**.

Valor Mensal: R$ 3.006,20

Vigência: 01/02/2021 A 31/01/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 06/2021

Contratado: JOELSON DE ALMEIDA SILVA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **AUXILIAR DE LABORATÓRIO**.

Valor Mensal: R$ 1.513,92.

Vigência: 02/02/2021 A 01/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 07/2021

Contratado: SIRLEI KUPAS.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**.

Valor Mensal: R$ 2.370,55.

Vigência: 01/02/2021 A 31/01/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 08/2021

Contratado: RENILDO DA SILVA LIMA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **MOTORISTA CATEGORIA C**.

Valor Mensal: R$ 2.000,53.

Vigência: 02/02/2021 A 01/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 10/2021

Contratado: **GEVERSON GOMES DE MORAES**.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS CAT "C, D OU E**.

Valor Mensal: R$ 2.162,74.

Vigência: 03/02/2021 A 02/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 11/2021

Contratado: EMERSON ALVES DE SOUZA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **MOTORISTA CATEGORIA C**.

Valor Mensal: R$ 2.000,53..

Vigência: 04/02/2021 A 03/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 12/2021

Contratado: GISELE ATENIZA DA SILVA.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**.

Valor Mensal: R$ 2.370,55.

Vigência: 04/02/2021 A 03/02/2022.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE FEVEREIRO 2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 13/2021

Contratado: ERYLSON AKERLEY MARQUES.

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **ZELADOR DE PATRIMÔNIO**.

Valor Mensal: R$ 1.469,32.

Vigência: 09/02/2021 A 08/02/2022.

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2020, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRONICO N° 023/2020 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT,** cujo objeto é AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, ZERO KM, TIPO PICK UP CABINE DUPLA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

REAVEL VEICULOD EIRELI, inscrita no CNPJ nº 30. 260.538/0001-04, estabelecida na R C180, N° 176, bairro Bro Nova Suíça na cidade de Goiânia – GO, CEP: 74.280-090.

ITENS E VALORES ADQUIRIDOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Valor Unitário	Valor total
01	VEICULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO - VEICULO PICKUP, ZERO KM, ANO E MODELO DO ANO VIGENTE OU SUPERIOR, TRACAO 4X2, CABINE DUPLA COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, MANUAL, COMBUSTIVEL FLEX, COM AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FABRICA, DIRECAO HIDRAULICA OU ELETRICA, AIRBAG PARA O MOTORISTA E PARA O PASSAGEIRO DIANTEIRO,FREIOS ABS NAS 4 RODAS,ESTRIBO LATERAL,COM 04 PORTAS, VIDROS COM ACIONAMENTO ELETRICOS, ALARME E TRAVAS ELETRICAS NAS QUATRO PORTAS, COMPUTADOR DE BORDO,ESTRIBOS LATERAIS, BARRAS DE PROTECAO LATERAL NAS QUATRO PORTAS,PROTETOR DO CARTER, JOGO DE TAPETES EMBORRACHADO, CACAMBA TOTALMENTE EM ACO E/OU ALUMINIO COBERTA COM CAPOTA MARITIMA ORIGINAL DE FABRICA,CAPACIDADE DE CARGA NO MINIMO 1.025 KG,COR PRATA OU BRAN-	01	R$ 84. 300,00	R$ 84. 300,00

	CA,TRANSMISSAO MANUAL, RODAS DE LIGA LEVE, NO MINIMO ARO 16, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS INCLUINDO O MOTORISTA.			

Santa Rita do Trivelato – MT, 08 de Março de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 025/2020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 025/2020. Objeto: Prorrogação de Prazo de Vigência do Contrato, Cujo Contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, DECORAÇÃO DE EVENTOS COMO SEMINÁRIOS, PALESTRAS, LANÇAMENTO DE OBRAS, FESTIVAIS E FEIRAS. Contratado: MIRIAM MARLENE STREY - MEI, inscrita no CNPJ sob nº. 27.610.046/0001-89. Vigência: 03 (tres) meses a partir 25/02/2021 até 25/05/2021. Fund. Legal: ART. 57, § 1º, Inciso VI da Lei Nº 8.666/93. Assinatura: 25/02/2021.

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 044/2019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 044/2019. DISPENSA Nº 26/2019-Objeto: Prorrogação de Prazo de Vigência do Contrato, Cujo Contrato tem por objeto a LOCAÇÃO DE IMOVEL VISANDO A INSTALAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE. Contratado: MICHELE CRISTINA MARCANZONI CPF nº 006.057.571-94. Vigência: 02 (dois) meses a partir 02/02/2021 até 02/04/2021 . Fund. Legal: ART. 57, § 1º, Inciso VI da Lei Nº 8.666/93. Assinatura: 02/02/2021.

DEPARTAMENTO DE TI
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 004/2021 - CHAMADA PUBLICA 001/2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 004/2021

CHAMADA PUBLICA N°. 001/2021

Em cumprimento às determinações do Senhor EGON HOEPERSPrefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora da Chamada Publica, nomeada pela Portaria nº 0109/2021 resolve:

TORNAR PÚBLICO:

A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL na chamada publica para provimento das vagas de Professor de Musica/Fanfarra, Professor Licenciatura Plena em Historia e Professor Licenciatura Plena em Informática ou superior em Informática do Município de Santa Rita do Trivelato, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no edital da chamada publica 001/2021.

PROFESSOR DE MUSICA/FANFARRA		*DATA DE NASCIMENTO*	*NOTA FINAL*	*CLAS*
1	JEFERSSON RODRIGUES DA SILVA	30/05/1983	0,0 pontos	AP
2	GABRIEL SOUZA VIANA PEREIRA	20/11/1995	0,0 pontos	CLAS

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA		*DATA DE NASCIMENTO*	*NOTA FINAL*	*CLAS*
1	EDINEIA SILA DA LUZ	23/03/1983	200,91 pontos	AP
2	REGINA CUSTÓDIO DA SILVA RODRIGUES	17/03/1980	151,33 pontos	CLAS

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM INFORMÁTICA OU SUPERIOR EM INFORMÁTICA.		*DATA DE NASCIMENTO*	*NOTA FINAL*	*CLAS*
1	JEOVA RODRIGUES DE SOUSA	13/05/1996	0,0 pontos	AP

Santa Rita do Trivelato/MT, 08 de Março de 2021.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

_____

CAMILA TAQUES FERREIRA

Presidente da Comissão Organizadora

REGISTRE, PUBLIQUE-SE E AFIXE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA GABINETE

PORTARIA N.º 075/2021-GP

DE 05 DE MARÇO DE 2.021

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato e dá outras providencias".

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear o Sr. **APARECIDO ALVES ABREU**, servidor público municipal ocupante de cargo efetivo, matricula funcional nº 003, portador do CPF nº 778.338.052-20 e RG nº 3566293 SSP/MT, para ser Fiscal do Contrato 010/2021 (Execução de obras do abastecimento de água no perímetro urbano e ampliação para as áreas rurais nas comunidades PA Porto Velho e Vila Paulista do Araguaia), conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

Artigo 2º - O contrato de que trata o Artigo 1º foi firmado com a empresa: **FAE SOARES – CONSTRUTORA DONA SULI**, CNPJ: 01.851.632/0001-21.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Março de 2.021.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021 REGISTRO DE PREÇO 06/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

REGISTRO DE PREÇO 06/2021

Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, localizada na rua 25 s/nº torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Tipo Menor Preço por lote, PARA A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MAO-DE-OBRA PARA ATENDER AOS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA**, cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. A licitação será regida pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520 e demais legislação

pertinente. **A abertura desta licitação ocorrerá no dia 18/03/2021 às 09:00 horas, (horário de Brasília)** no departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 às 12:00 das 14:00 as 18:00 horas ou solicitado pelo e-mail licitacaostz@gmail.com fone:3558-1414,Santa Terezinha–MT, 05 de março de 2021.ADMILSON S. GOMES-Pregoeiro**.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°02/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°02/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2021.

REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRICOLA DE PNEUS, NOVO PARA O MUNÍCIPIO DE SANTO AFONSO/MT, CONFORME CONVÊNIO SICONV N°905108/2020.

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data da assinatura da presente ata.

Ao 05 dias do mês de Março de 2021, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito **Luis Fernando Ferreira Falcão,** brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Presidente Dutra, Centro, s/nº , Santo Afonso/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 16049640 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n. 022.566.881-51 doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa**GUIMARAES AGRICOLA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.01.042.977/0002-15, estabelecida à Av. São Paulo , nº 380, Bairro Industrial , CEP:78.850-000, Primavera do Leste/MT. Representada neste ato pelo proprietário, Sr. Orcival Gouveia Guimarães, brasileiro, comerciante, casado, residente e domiciliado à Rua Passo Fundo, nº 388-E, Bairro centro, CEP: 78.455-000, na Cidade de Lucas do Rio Verde/MT, portador da Cédula de Identidade n.09152890 SSP/MT CPF n.170.443.401-72, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico. 003/2021 para Registro de Preços **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS** conforme Termo de Referência (**anexo I**)deste Edital, que

passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente Ata será o Registro de Preço para futura e eventual **REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRICOLA SOBRE RODAS, NOVO PARA O MUNÍCIPIO DE SANTO AFONSO/MT, CONFORME CONVÊNIO SICONV N°905108/2020**, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico com Registro de Preço n**.** 003/2021, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 n. 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **SR. LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO– PREFEITO MUNICIPAL.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial com Registro de Preço n.003/2021 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

Nome: GUIMARAES AGRICOLA LTDA **CNPJ:** 01.042.977/0002-15 **Inscrição Estadual:** 13.059.070-3 **Endereço:** Av. São Paulo , nº 380, Bairro Industrial **Cidade/Estado:** Primavera do Leste/MT **CEP:** 78.850-000 **Telefones: E-mail:** quelifelizardo@guimaraesagricola.com.br **Representante Legal:** Carina Neves Guimarães **RG:** 2075987-8 SSP/MT **CPF:** 030.356.551-97

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VLR UNIT R$-	VLR TOTAL R$-
001	01 TRATO AGRICOLA	TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS, COM PROTENCIA MINIMA DE 80 CV OU SUPERIOR, TRAÇÃO 4X4	R$-139.000,00	R$-139.000,00

VALOR TOTAL: R$- 139.000,00 (Cento e trinta e nove mil reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Administração Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial, sem anuência do Município contratante. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigação, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

5.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrente do fornecimento dos produtos;

5.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo fornecimento.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento do produto, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente o fornecimento do produto, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

6.6. Acompanhar o fornecimento do produto, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fora das especificações deste Edital;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após a entrega do bem, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR/CONTRATADO** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços - FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a

contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado,

as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 11. 2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/ c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou

nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2021, seus anexos e as propostas da contratada.

III. é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Afonso/ MT, 05 de Março de 2021.

Município de Santo Afonso

Luis Fernando Ferreira Falcão - CONTRATANTE

GUIMARAES AGRICOLA LTDA - CNPJ: 01.042.977/0002-15

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Michele Guedes Rodrigues - CPF: 038.507.181-74

Nome: Augusto Cezar Ferreira Falcão - CPF: 953.363.201-10

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 485, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: ALTERAA LEI MUNICIPAL NÚMERO 357 DE 02 JANEIRO DE 2014 QUANTO À REESTRUTURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NO ART.149-A DA CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, REGULADA PELA LEI MUNICIPAL NÚMERO 095 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002 NO TOCANTE À COBRANÇA DE **TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA A ZONA RURAL** DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS VIGENTES E CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica vedada a cobrança das alíquotas de contribuição para Custeio de Iluminação Pública da Zona Rural do Município de Santo Afonso nos locais onde não há a afetiva prestação do serviço de iluminação pública.

Art. 2º Por força do artigo 1º desta Lei, as Alíquotas previstas no Anexo Único, quadro da Tabela de Contribuintes da Zona Rural, do artigo 5º da Lei nº 357 de 02 de janeiro de 2014 somente serão aplicadas às zonas rurais onde há efetiva prestação de serviços de iluminação pública pelo município, tais como glebas, assentamentos e demais locais com existência de postes, lâmpadas e demais instrumentos necessários, isentando-se a zona rural que não possuir a prestação destes serviços.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os dispositivos contrários no tocante à cobrança de contribuição de Custeio de Iluminação Publica da Zona Rural do Município de Santo Afonso, especificamente quanto à aplicabilidade das alíquotas previstas no Anexo Único, quadro da Tabela de Contribuintes da Zona Rural, do artigo 5º da Lei nº 357 de 02 de janeiro de 2014, conforme artigo 2º desta Lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO – MT, EM 04 DE MARÇO DE 2021.

Luiz Fernando Ferreira Falcão

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 020/ 2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 020/ 2020.A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORAFRANCIELIMAGALHÃES DE ARRUDA, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DOSEGUNDOTERMO ADITIVO DOCONTRATO N° 020/2020 PARA O SEGUINTE OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTESATÉ A DATA DE 25/03/2021 .CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT, inscrito no CNPJ n.º 03.507.555/0001-12.CONTRATADA:FABIO ALBUQUERQUE DA SILVA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº18.894.302/0001-16.DATA DE ASSINATURA: 08/01/ 2021.VIGÊNCIA DO CONTRATO: 25/03/2021Santo Antônio do Leverger –MT,08 de janeiro de 2021.FRANCIELI MAGALHAES DE ARRUDAPREFEITA MUNICIPAL.

XTRATO DOTERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2018

EXTRATO DOTERCEIRO TERMO ADITIVO DOCONTRATO Nº 006/ 2018PROCESSO ADMINISTRATIVO 010/2017A PREFEITURA MUNICI-

PAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHAES DE ARRUDA, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DOCONTRATO N° 006/2018 PARA O SEGUINTE OBJETO:A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES,POR MAIS12 (doze) MESES, DE IGUAL PERÍODO CONTRATUAL E CONFORME O ART. 65, 57 DA LEI 8.666/93.CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT, inscrita no CNPJ:03.507.555/0001-12.CONTRATADA:MAXIMA AMBIENTAL, SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-ME , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.657.198/0001-20. DATA DE ASSINATURA:04/03/2021.VIGENCIA: 12 (doze) meses.Santo Antônio de Leverger–MT, 04 de março 2021.Francieli Magalhães de ArrudaPrefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger, CNPJ nº 03.507.555/0001-12**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI) para Aplicação de Micro Revestimento em diversas Ruas e Avenidas do município de Santo Antônio do Leverger/MT.

AVISO DE LICITAÇÃO PE 002/2021-SRP

AVISO DE RESULTADOPROCESSO ADMINISTRATIVO 008/2021**PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2021 –SRP.**O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 002/20 21 objeto o *REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL* contratação de empresa especializada em prestação de Serviço de Consultoria na Gestão da Atenção Básica em Saúde, na Gestão da Saúde e Atenção Especializada (Serviço de Apoio a Média e Alta Complexidade). Apoio aos setores de programação, controle e avaliação, contratualização de serviços de saúde, Gestão de Custos das Unidades de Saúde, Controle Social, Elaboração de Projetos na Área de Saúde, Estatísticas em Saúde, Educação Permanente e Qualificação Estratégica dos serviços de saúde, do Município de Santo Antônio do Leverger-MT,observado as especificações contidas no Termo de Referencia do edital e em seus anexos.Na sessão pública realizada no dia às 08h00min do dia 05 de março de 2021.Nesta a empresa FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL EIRELI -ME **i**nscrita no CNPJ sob o n° 17.286.917/0001-05 sagrou-se vencedora na fase de lance referente ao ITEM 01com o valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais) valor mensal, o licitante abdicou se o interesse de apresentar o recurso.Santo Antônio do Leverger – MT, 05 de março de 2021.Lidiane Batista de RezendePregoeiraPort. 037/GP/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
COMUNICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER - MT, CNPJ 03.507.555/0001-12, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona (**rural/ urbana)** do município nas seguintes coordenadas Lat. 15°48’38.10”S E Long. 56°4’2.38”O.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 007/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 – SRP

CONTRATO Nº 007/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 – SRP

PROCESSO N° 001/2021

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217.362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e, a empresa **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob número 10.717.170/0001-45,** estabelecida na Av. Júlio Domingos de Campos, Nº 6969, Bairro: Santa Isabel, Município de Várzea Grande-MT, CEP: 78.150-538, neste ato representado pelo seu sócio proprietário o Sr. Victor Rodrigues Alves Real, brasileiro, portador do RG sob o n.° 20371438 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 034.089.381-80, que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 001/2021, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° **001/2021**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Futura e eventual aquisição de Hipoclorito de Sódio 12% para uso da Coordenadoria de Água e Esgoto, vinculado a Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela secretaria solicitante *desta* Prefeitura Municipal o Termo de Referência, constante do Processo nº 001/2021, o qual serviu de base para todo o procedimento licitatório;

2.2. Para realizar a contratação do objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 001/2021, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente do Executivo Municipal, disposta no Processo nº 001/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 001/2021 - SRP e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2. A empresa detentora do registro deverá realizar a prestação dos serviços para atender as necessidades da(s) Secretaria(s) Municipal(ais), conforme especificado no Termo de Referência;

3.3. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 001/2021 e seus anexos;

3.4. Se a qualidade não corresponder às necessidades da Administração e dentro das exigências do edital correspondente, os mesmos deverão ser recolhidos pela detentora imediatamente. À Prefeitura reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar quando for o caso, procedendo-se o cancelamento da Autorização de Fornecimento e cancelamento unilateral do Contrato sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas;

3.5. O fornecimento/serviço do objeto será parcelado, conforme necessidades da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Empenho, devendo os serviços ser prestados conforme o Termo de Referência;

3.6. A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as entregas cujos materiais/serviços venham a apresentar vícios, ou ainda, que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades;

3.7. A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades por possíveis vícios observados nos materiais após o seu recebimento;

3.8. A fiscalização da execução do presente contrato ficará a cargo da secretaria participante que designará Fiscal de Contrato, formalmente delegado para tal função conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DA ESPECIFICAÇÃO

4.1. Dá-se ao presente contrato o valor de R$ 11.750,00 (onze mil setecentos e cinquenta reais).

ITEM	PRODUTO	DESRIÇÃO PRODUTO	UNID	QTD	V. UNITA-RIO R$	V.TO-TAL R$
01	Hipoclorito de Sódio 12%	Hipoclorito de sódio líquido, fórmula química NaClO, comumente conhecido como água sanitária, apresentando coloração amarelo claro, densidade (20° C) igual a 1,20 g/cm³, peso molecular 74,45 g/mol, grau de pureza 12,0%, faixa de dosagem de 12,0, ponto de ebulição 110,0°C, solúvel em água, odor característico e semelhante ao da água sanitária com uma intensidade maior, forma límpido e Ph em solução de 5% em peso a 25°C igual a 11,0. Envasado em galões de capacidade de 65 kg, em material resistente a impactos externos, perfurações e derramamento do produto.	KG	2500 kG	R$ 4,70	R$ 11.750,00

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues/realizados para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

x) Responsabilizar-se pela entrega/realização do bem/serviço, utilizando material próprio, atendendo os requisitos e observando as normas constantes deste instrumento e seus anexos;

y) O prazo de entrega dos produtos deverá ser de 05 (cinco) dias úteis, em horário de expediente, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, e o mesmos deverão ser entregues no local determinado pelo município.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria requisitante;

7.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 001/2021;

7.6. A critério da Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

7.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

8.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

8.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

8.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

8.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

8.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

9.2. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

9.3. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

9.4. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Santo Antônio do Leste;

9.6. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

9.7. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

9.8. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

10.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	17.512.5011.2064	Manutenção da CAESAL – Coord. Água e Esgoto
Ficha	664	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

b) A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8. 666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 001/2021**,** seus anexos e a proposta da contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

e) A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor designado para atuar como representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de março de 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA

CONTRATADO

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 180/2021.

DE: 1º DE MARÇO DE 2021.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA, sem vencimentos, a pedido, da servidora pública efetiva **DORCENI ROSA DA SILVA E SOUZA**, em 01/03/2021, por 03 (três) anos, do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Lei Municipal nº 761/2020, artigo 123.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 1º DE MARÇO DE 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 - SRP

PROCESSO Nº 006/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa NILTON SERGIO GONÇALVES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 27.948.452/0001-56, estabelecida na Av. Piracicaba, Nº 1387, Bairro: São Sebastião, Município de Jaciara-MT, CEP: 78.820-000, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. Nilton Sergio Gonçalves, portador da Cédula de Identidade RG nº.11.951.248 SSP/SP e CPF:451.902.241-04, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 004/2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para Futura e Eventual contratação de empresa especializada em realização de análises físico-química e microbiológicas da qualidade da água utilizada para abastecimento público no Município de Santo Antônio do Leste-MT, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para contratação do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 004/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	COD.TCE	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	396696-8	OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAR AS ANÁLISES MENSAIS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA, PARA ATENDER A PORTARIA 2914/2011 DO MINISTÉRIO DA SAUDE, SEGUINDO O PLANO DE AMOSTRAGEM 2017 (CAESAL) DE SANTO ANTONIO DO LESTE – MT. ANÁLISES CONTRATADAS: PARÂMETROS MICROBIOLÓGICOS: 18 – ANÁLISES COLIFORMES TOTAIS MENSAL 18 – ANÁLISES COLIFORMES FECAIS MENSAL	1092	12 MESES	R$ 2. 500,00	R$ 30. 000,00

		PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS: 18 – ANÁLISES PH MENSAL 18 – ANÁLISES TURBIDEZ MENSAL 18 – ANÁLISES DE COR MENSAL REAGENTES: FORNECIMENTO 300 ML ORTOLIDINA, 300ML SOL. KCL – 3M E 5 LITROS ÁGUA DESTILADA, MENSAL. O LABORATÓRIO TERÁ QUE TER NO MÍNIMO UM TÉCNICO RESPONSÁVEL POR ESSAS DIVERSAS FUNÇÕES CITADAS ABAIXO, O PROFISSIONAL TEM QUE ESTAR REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA (CRQ), E EM DIA COM SUAS OBRIGAÇÕES TÉCNICAS. COM AS SEGUINTES FUNÇÕES: DEFINIR CONCENTRAÇÃO DA SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE CÁLCIO (CLORO) USADO NA DESINFECÇÃO DA ÁGUA; RESPONSABILIDADE TÉCNICA PERANTE O CONSELHO DE QUÍMICA – CRQ E DEMAIS ÓRGÃOS DA ESFERA MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL; ORIENTAÇÃO E TREINAMENTO PARA FUNCIONÁRIOS DA ÁREA DE TRATAMENTO DE ÁGUA; ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DO RELATÓRIO PARA CONTA DE ÁGUA (ATENDENDO DECRETO PRESIDENCIAL 5440/2005); CADASTRAR O SISTEMA DE ÁGUA NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA; ELABORAR PLANO DE COLETA E AMOSTRA E REGISTRAR NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.				

2.2. O valor da presente ata é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos neste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

h) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos serviços executados, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer serviço realizado comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

i) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

j) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

k) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

l) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

m)Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

n) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

o) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

p) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

q) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

r) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Primeiro: As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo: As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Terceiro: As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

Parágrafo Quinto: Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	17.512.5011.2064	Manutenção da CAESAL – Coord. Água e Esgoto
Ficha	666	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de março de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

NILTON SERGIO GONÇALVES EIRELI

DETENTORA DA ATA

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 008/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 – SRP

CONTRATO Nº 008/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 – SRP

PROCESSO N° 005/2021

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217.362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e, a empresa **GERALDO ERCULINO FILHO EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 32.820.483/0001-67, estabelecida na Av. A, Nº 277, Bairro: Jardim Santa Inês, Município de Santo Antônio do Leste-MT, CEP: 78.628-000, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. Geraldo Erculino Filho, portador da Cédula de Identidade RG nº.02338211 SSP/MT e CPF:162.164. 582-72, que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 005/2021, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° **003/2021**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha) acondicionados em cilindros P-13 - botijão de 13 kg, água mineral em garrafão de 20 litros e água mineral em garrafas de 497 ml, visando atender as necessidades da Prefeitura e Secretarias Municipais de Santo Antônio do Leste, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela secretaria solicitante *desta* Prefeitura Municipal o Termo de Referência, constante do Processo nº 005/2021, o qual serviu de base para todo o procedimento licitatório;

2.2. Para realizar a contratação do objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 003/2021, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente do Executivo Municipal, disposta no Processo nº 005/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 003/2021 - SRP e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2. A empresa detentora do registro deverá realizar a prestação dos serviços para atender as necessidades da(s) Secretaria(s) Municipal(ais), conforme especificado no Termo de Referência;

3.3. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 003/2021 e seus anexos;

3.4. Se a qualidade não corresponder às necessidades da Administração e dentro das exigências do edital correspondente, os mesmos deverão ser recolhidos pela detentora imediatamente. À Prefeitura reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar quando for o caso, procedendo-se o cancelamento da Autorização de Fornecimento e cancelamento unilateral do Contrato sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas;

3.5. O fornecimento/serviço do objeto será parcelado, conforme necessidades da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Empenho, devendo os serviços ser prestados conforme o Termo de Referência;

3.6. A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as entregas cujos materiais/serviços venham a apresentar vícios, ou ainda, que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades;

3.7. A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades por possíveis vícios observados nos materiais após o seu recebimento;

3.8. A fiscalização da execução do presente contrato ficará a cargo da secretaria participante que designará Fiscal de Contrato, formalmente delegado para tal função conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DA ESPECIFICAÇÃO

4.1. Dá-se ao presente contrato o valor de R$ 2.712,00 (dois mil setecentos e doze reais).

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO	CÓD. FORN. TCE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
3	0001432	ÁGUA MINERAL SEM GÁS ACONDICIONADAS EM GARRAFAS DE 497 ML, EMBALADOS DE FÁBRICA EM FARDOS COM 12 UNIDADES.	188 – FARDO C/ 12 UN	240	LEBRINHA	R$ 11,30	R$ 2.712,00

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços/ entrega do objeto.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

x) O prazo máximo para a entrega dos produtos será de no máximo 24 **(vinte e quatro) horas** contados a partir do primeiro pedido realizado pela contratante.

y) A contratada deverá atender em horário de expediente e também em horário de contra expediente, haja vista, as muitas atividades que prefeitura desempenha através de duas secretarias, sendo uma delas na área da saúde, que funciona 24 horas por dia, e que não pode ficar sem atendimento e ou em falta desses produtos, devendo a contratada disponibilizar um telefone de plantão para contato, mesmo em feriados e finais de semana.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria requisitante;

7.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 003/2021;

7.6. A critério da Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

7.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

8.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

8.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

8.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

8.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

8.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

9.2. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

9.3. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

9.4. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Santo Antônio do Leste;

9.6. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

9.7. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

9.8. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

10.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.243.5009.2058	Manutenção das Ativ. Do Conselho Tutelar
Ficha	494	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2057	Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social
Ficha	530	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2090	Manutenção do Programa Equipe Volante
Ficha	551	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Mun. Administração e Planejamento
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Mun. Viação, Obras e Secretaria Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. Meio Ambiente
Ficha	688	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2167	Manutenção e Encargos com o Centro de Reabilitação
Ficha	284	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5017.2162	Manutenção e Encargos com o PSF
Ficha	182	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2168	Manutenção e Encargos com o Pronto Atendimento
Ficha	298	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. De Saúde
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.306.5016.2112	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	354	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.306.5007.2113	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	369	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Funcional programática	12.365.5007.2039	Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Ficha	446	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

b) A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8. 666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 003/2021**,** seus anexos e a proposta da contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

e) A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor designado para atuar como representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de março de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

GERALDO ERCULINO FILHO EIRELI

CONTRATADO

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 010/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 – SRP

CONTRATO Nº 010/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 – SRP

PROCESSO N° 006/2021

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217.362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e, a empresa **NILTON SERGIO GONÇALVES EIRELI, pessoa** jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 27.948.452/0001-56**,** estabelecida na Av. Piracicaba, Nº 1387, Bairro: São Sebastião, Município de Jaciara-MT, CEP: 78.820-000, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. Nilton Sergio Gonçalves, portador da Cédula de Identidade RG nº.11.951.248 SSP/SP e CPF:451. 902.241-04, que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 006/2021, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° **004/2021**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Futura e Eventual contratação de empresa especializada em realização de análises físico-química e microbiológicas da qualidade da água utilizada para abastecimento público no Município de Santo Antônio do Leste-MT., conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela secretaria solicitante *desta* Prefeitura Municipal o Termo de Referência, constante do Processo nº 006/2021, o qual serviu de base para todo o procedimento licitatório;

2.2. Para realizar a contratação do objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 004/2021, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente do Executivo Municipal, disposta no Processo nº 006/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

3.1. A prestação dos serviços será realizada na cidade de Santo Antônio do Leste ou na sede da empresa, da forma que administração julgar necessário, segundo suas necessidade e metodologias.

3.2. As coletas deverão ser realizadas em um prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação e os laudos deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data das coletas das amostras.

3.3. Caso os resultados das análises efetuadas pela CONTRATADA apresentar algum parâmetro fora da especificação vigente, informar de imediato a CONTRATANTE.

3.4. A CONTRATADA deverá garantir os custos decorrentes de transporte para coleta, análises e entrega dos relatórios.

3.5. A apresentação dos resultados das análises deverá ser reportada em laudos, relatórios ou boletins de análise, de forma clara, objetiva e, sobretudo, correta. Os documentos devem conter todas as informações necessárias para que a Contratante possa compreender o conteúdo integral do documento e, igualmente, rastrear a qualidade dos resultados apresentados e que contenha, no mínimo:

a) Identificação do local da amostragem, data e horário de coleta, entrada da amostra no laboratório, anexando a cadeia de custódia;

b) Indicação do método de análises utilizado para cada parâmetro analisado;

c) Limites de quantificação praticados pelo laboratório e da amostra, quando for o caso, para cada parâmetro analisado;

d) Resultados dos brancos do método e "surrogates" (rastreadores);

e) Incertezas de medição para cada parâmetro.

3.6. Deverá ser garantida a qualidade dos serviços, este ficará sujeito à aprovação pelo profissional Bioquímico responsável da CONTRATANTE.

3.7. A CONTRATADA será responsável por todo e qualquer dano causado por negligência, imprudência ou imperícia dos seus funcionários à CONTRATANTE ou a terceiros, obrigando-se a refazer em todo ou em parte os serviços mal realizados, cabendo à mesma indenizar os prejudicados quando for o caso.

3.8. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 004/2021 e seus anexos;

3.9. Se a qualidade não corresponder às necessidades da Administração e dentro das exigências do edital correspondente, os mesmos deverão ser recolhidos pela detentora imediatamente. À Prefeitura reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar quando for o caso, procedendo-se o cancelamento da Autorização de Fornecimento e cancelamento unilateral do Contrato sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas;

3.10. A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as entregas cujos materiais/serviços venham a apresentar vícios, ou ainda, que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades;

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇOS

4.1. Dá-se ao presente contrato o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

ITEM	COD.TCE	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	396696-8	OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAR AS ANÁLISES MENSAIS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA, PARA ATENDER A PORTARIA 2914/2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SEGUINDO O PLANO DE AMOSTRAGEM 2017 (CAESAL) DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT. ANÁLISES CONTRATADAS: PARÂMETROS MICROBIOLÓGICOS: 18 – ANÁLISES COLIFORMES TOTAIS MENSAL 18 – ANÁLISES COLIFORMES FECAIS MENSAL PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS: 18 – ANÁLISES PH MENSAL 18 – ANÁLISES TURBIDEZ MENSAL 18 – ANÁLISES DE COR MENSAL REAGENTES: FORNECIMENTO 300 ML ORTOLIDINA, 300ML SOL. KCL – 3M E 5 LITROS ÁGUA DESTILADA, MENSAL. O LABORATÓRIO TERÁ QUE TER NO MÍNIMO UM TÉCNICO RESPONSÁVEL POR ESSAS DIVERSAS FUNÇÕES CITADAS ABAIXO, O PROFISSIONAL TEM QUE ESTAR REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA (CRQ), E EM DIA COM SUAS OBRIGAÇÕES TÉCNICAS. COM AS SEGUINTES FUNÇÕES: DEFINIR CONCENTRAÇÃO DA SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE CÁLCIO (CLORO) USADO NA DESINFECÇÃO DA ÁGUA; RESPONSABILIDADE TÉCNICA PERANTE O CONSELHO DE QUÍMICA – CRQ E DEMAIS ÓRGÃOS DA ESFERA MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL;	1092	12 MESES	R$ 2.500,00	R$ 30.000,00

		ORIENTAÇÃO E TREINAMENTO PARA FUNCIONÁRIOS DA ÁREA DE TRATAMENTO DE ÁGUA; ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DO RELATÓRIO PARA CONTA DE ÁGUA (ATENDENDO DECRETO PRESIDENCIAL 5440/2005); CADASTRAR O SISTEMA DE ÁGUA NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA; ELABORAR PLANO DE COLETA E AMOSTRA E REGISTRAR NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.				

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos neste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

h) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos serviços executados, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer serviço realizado comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

i) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

j) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

k) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

l) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

m)Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

n) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

o) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

p) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

q) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

r) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria requisitante;

7.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 004/2021;

7.6 A critério da Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

7.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

8.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

8.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

8.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

8.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

8.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

9.2. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

9.3. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

9.4. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Santo Antônio do Leste;

9.5. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

9.6. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

9.7. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

10.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	17.512.5011.2064	Manutenção da CAESAL – Coord. Água e Esgoto
Ficha	666	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

b) A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8. 666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 004/2021**,** seus anexos e a proposta da contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

e) A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor designado para atuar como representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de março de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

NILTON SERGIO GONÇALVES EIRELI

CONTRATADO

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 009/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 – SRP

CONTRATO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 – SRP

PROCESSO N° 005/2021

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217.362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e, a empresa **DISTRIBUIDORA DOIS IRMAOS NOGUEIRA EIRELI, pessoa** jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 31.651.817/0001-53**,** estabelecida na Av. das Araras, Nº 554, Bairro: Centro, Município de Santo Antônio do Leste-MT, CEP: 78.628-000, neste ato representado pela sua proprietária a Sra. Zelia Martini Nogueira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0691836-0 SSP/MT e CPF: 344.563.921-34, que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 005/2021, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° **003/2021**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha) acondicionados em cilindros P-13 - botijão de 13 kg, água mineral em garrafão de 20 litros e água mineral em garrafas de 497 ml, visando atender as necessidades da Prefeitura e Secretarias Municipais de Santo Antônio do Leste, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Foi elaborado pela secretaria solicitante *desta* Prefeitura Municipal o Termo de Referência, constante do Processo nº 005/2021, o qual serviu de base para todo o procedimento licitatório;

2.2. Para realizar a contratação do objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 003/2021, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente do Executivo Municipal, disposta no Processo nº 005/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 003/2021 - SRP e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2. A empresa detentora do registro deverá realizar a prestação dos serviços para atender as necessidades da(s) Secretaria(s) Municipal(ais), conforme especificado no Termo de Referência;

3.3. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 003/2021 e seus anexos;

3.4. Se a qualidade não corresponder às necessidades da Administração e dentro das exigências do edital correspondente, os mesmos deverão ser recolhidos pela detentora imediatamente. À Prefeitura reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar quando for o caso, procedendo-se o cancelamento da Autorização de Fornecimento e cancelamento unilateral do Contrato sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas;

3.5. O fornecimento/serviço do objeto será parcelado, conforme necessidades da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Empenho, devendo os serviços ser prestados conforme o Termo de Referência;

3.6. A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as entregas cujos materiais/serviços venham a apresentar vícios, ou ainda, que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades;

3.7. A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades por possíveis vícios observados nos materiais após o seu recebimento;

3.8. A fiscalização da execução do presente contrato ficará a cargo da secretaria participante que designará Fiscal de Contrato, formalmente delegado para tal função conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DA ESPECIFICAÇÃO

4.1. Dá-se ao presente contrato o valor de R$ 49.688,00 (quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais).

ITENS	COD. TCE	DESCRIÇÃO	CÓD. FORN. TCE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	11881-8	GÁS GLP CILINDRO P-13 – BOTIJÃO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, MATERIAL CHAPA AÇO, TIPO GÁS PROPANO-BUTANO, CAPACIDADE BOTIJÃO 13, APLICAÇÃO FOGÃO RESIDENCIAL, NORMAS TÉCNICAS ABNT 8.460.	178 – BOTIJÃO 13KG	288		R$ 116,00	R$ 33.408,00
2	124611-9	ÁGUA MINERAL EM GARRAFÕES DE 20 LITROS, TAMPA DE PRESSÃO COM LACRE.	711 – GARRAFÃO 20L	1100	LEBRINHA	R$ 13,00	R$ 14.300,00
4	12202-5	BOTIJÃO PARA GÁS – AÇO, GLP, 13KG – CASCO.	01 - UNIDADE	12		R$ 165,00	R$ 1.980,00

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços/ entrega do objeto.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

x) O prazo máximo para a entrega dos produtos será de no máximo 24 **(vinte e quatro) horas** contados a partir do primeiro pedido realizado pela contratante.

y) A contratada deverá atender em horário de expediente e também em horário de contra expediente, haja vista, as muitas atividades que prefeitura desempenha através de duas secretarias, sendo uma delas na área da saúde, que funciona 24 horas por dia, e que não pode ficar sem atendimento e ou em falta desses produtos, devendo a contratada disponibilizar um telefone de plantão para contato, mesmo em feriados e finais de semana.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

7.2. O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria requisitante;

7.5. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 003/2021;

7.6. A critério da Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

7.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

8.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

8.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

8.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

8.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

8.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

9.2. O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

9.3. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

9.4. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Santo Antônio do Leste;

9.6. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

9.7. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

9.8. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

10.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.243.5009.2058	Manutenção das Ativ. Do Conselho Tutelar
Ficha	494	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2057	Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social
Ficha	530	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2090	Manutenção do Programa Equipe Volante
Ficha	551	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Mun. Administração e Planejamento
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Mun. Viação, Obras e Secretaria Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. Meio Ambiente
Ficha	688	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2167	Manutenção e Encargos com o Centro de Reabilitação
Ficha	284	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5017.2162	Manutenção e Encargos com o PSF
Ficha	182	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2168	Manutenção e Encargos com o Pronto Atendimento
Ficha	298	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. De Saúde
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.306.5016.2112	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	354	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.306.5007.2113	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	369	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.365.5007.2039	Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Ficha	446	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

b) A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8. 666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 003/2021**,** seus anexos e a proposta da contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

e) A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor designado para atuar como representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de março de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

DISTRIBUIDORA DOIS IRMAOS

NOGUEIRA EIRELI

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 191/2021.

PORTARIA Nº. 191/2021.

DE: 05 DE MARÇO DE 2021.

NOMEIA a servidora **NEUSA MARTINS CANDIDO** para exercer o cargo de CHEFE DE SETOR DE OBRAS E FISCALIZAÇÃO e dá outras providências.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR a servidora **NEUSA MARTINS CANDIDO**, para responder pelo cargo de **CHEFE DE SETOR DE OBRAS E FISCALIZAÇÃO** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 05 DE MARÇO DE 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 190/2021

PORTARIA Nº. 190/2021

DE: 05 DE MARÇO DE 2021

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **VITORIA SANTOS FARIA** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) eletivo (a) **VITORIA SANTOS FARIA,** em 05/03/2021 a 03/04/2021, com período aquisitivo de 10/01/2020 a 09/01/2021, com retorno as suas atividades em 04 de abril de 2021.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 05 DE MARÇO DE 2021

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - SRP

PROCESSO Nº 001/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 10.717.170/0001-45, estabelecida na Av. Júlio Domingos de Campos, Nº 6969, Bairro: Santa Isabel, Município de Várzea Grande-MT, CEP: 78.150-538, neste ato representado pelo seu sócio proprietário o Sr. Victor Rodrigues Alves Real, brasileiro, portador do RG sob o n.° 20371438 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 034.089.381-80, doravante denominado CONTRATADO, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n.º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para a futura e eventual aquisição de Hipoclorito de Sódio 12% para uso da Coordenadoria de Água e Esgoto, vinculado a Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 001/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	PRODUTO	DESRIÇÃO PRODUTO	UNID	QTD	V. UNITA-RIO R$	V.TO-TAL R$
01	Hipoclorito de Sódio 12%	Hipoclorito de sódio líquido, fórmula química NaClO, comumente conhecido como água sanitária, apresentando coloração amarelo claro, densidade (20° C) igual a 1,20 g/cm³, peso molecular 74,45 g/mol, grau de pureza 12,0%, faixa de dosagem de 12,0, ponto de ebulição 110,0°C, solúvel em água, odor característico e semelhante ao da água sanitária com uma intensidade maior, forma límpido e Ph em solução de 5% em peso a 25°C igual a 11,0. Envasado em galões de capacidade de 65 kg, em material resistente a impactos externos, perfurações e derramamento do produto.	KG	2500 kG	R$ 4,70	R$ 11. 750,00

2.2. O valor da presente ata é de R$ 11.750,00 (onze mil setecentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

A. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

B. Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues/realizados para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

C. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

D. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

E. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

F. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

G. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

H. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

I. Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

J. A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

K. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

L. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

M. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

N. Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

O. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

P. Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

Q. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

R. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

S. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

T. Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

U. O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

V. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

W.Responsabilizar-se pela entrega/realização do bem/serviço, utilizando material próprio, atendendo os requisitos e observando as normas constantes deste instrumento e seus anexos;

X. O prazo de entrega dos produtos deverá ser de 05 (cinco) dias úteis, em horário de expediente, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, e o mesmos deverão ser entregues no local determinado pelo município.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

10.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

10.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

10.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

10.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

10.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	09	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	17.512.5011.2064	Manutenção da CAESAL – Coord. Água e Esgoto
Ficha	664	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de março de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA

DETENTORA DA ATA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 - SRP

PROCESSO Nº 005/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa GERALDO ERCULINO FILHO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 32.820.483/0001-67, estabelecida na Av. A, Nº 277, Bairro: Jardim Santa Inês, Município de Santo Antônio do Leste-MT, CEP: 78.628-000, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. Geraldo Erculino Filho, portador da Cédula de Identidade RG nº. 02338211 SSP/MT e CPF:162.164.582-72, doravante denominado CONTRATADO, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 003/2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha) acondicionados em cilindros P-13 - botijão de 13 kg, água mineral em garrafão de 20 litros e água mineral em garrafas de 497 ml, visando atender as necessidades da Prefeitura e Secretarias Municipais de Santo Antônio do Leste, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 003/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO	CÓD. FORN. TCE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
3	0001432	ÁGUA MINERAL SEM GÁS ACONDICIONADAS EM GARRAFAS DE 497 ML, EMBALADOS DE FÁBRICA EM FARDOS COM 12 UNIDADES.	188 – FARDO C/ 12 UN	240	LEBRINHA	R$ 11,30	R$ 2.712,00

2.2. O valor total da presente ata é de R$ 2.712,00 (dois mil setecentos e doze reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços/ entrega do objeto.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

x) O prazo máximo para a entrega dos produtos será de no máximo 24 **(vinte e quatro) horas** contados a partir do primeiro pedido realizado pela contratante.

y) A contratada deverá atender em horário de expediente e também em horário de contra expediente, haja vista, as muitas atividades que prefeitura desempenha através de duas secretarias, sendo uma delas na área da saúde, que funciona 24 horas por dia, e que não pode ficar sem atendimento e ou em falta desses produtos, devendo a contratada disponibilizar um telefone de plantão para contato, mesmo em feriados e finais de semana.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

10.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

10.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

10.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

10.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

10.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.243.5009.2058	Manutenção das Ativ. Do Conselho Tutelar
Ficha	494	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2057	Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social
Ficha	530	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2090	Manutenção do Programa Equipe Volante
Ficha	551	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Mun. Administração e Planejamento
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Mun. Viação, Obras e Secretaria Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. Meio Ambiente
Ficha	688	

Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2167	Manutenção e Encargos com o Centro de Reabilitação
Ficha	284	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5017.2162	Manutenção e Encargos com o PSF
Ficha	182	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2168	Manutenção e Encargos com o Pronto Atendimento
Ficha	298	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. De Saúde
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.306.5016.2112	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	354	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.306.5007.2113	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	369	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.365.5007.2039	Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Ficha	446	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de março de 2021.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

_____

GERALDO ERCULINO FILHO EIRELI

DETENTORA DA ATA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 - SRP

PROCESSO Nº 005/2021

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 14428342 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 867.715.741-72, residente na Rua Salgado Filho, Nº 137, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa DISTRIBUIDORA DOIS IRMAOS NOGUEIRA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 31.651.817/0001-53, estabelecida na Av. das Araras, Nº 554, Bairro: Centro, Município de Santo Antônio do Leste-MT, CEP: 78.628-000, neste ato representado pela sua proprietária a Sra. Zelia Martini Nogueira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0691836-0 SSP/MT e CPF: 344.563.921-34, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 003/2021, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha) acondicionados em cilindros P-13 - botijão de 13 kg, água mineral em garrafão de 20 litros e água mineral em garrafas de 497 ml, visando atender as necessidades da Prefeitura e Secretarias Municipais de Santo Antônio do Leste, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 003/2021, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITENS	COD. TCE	DESCRIÇÃO	CÓD. FORN. TCE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	11881-8	GÁS GLP CILINDRO P-13 – BOTIJÃO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, MATERIAL CHAPA AÇO, TIPO GÁS PROPANO-BUTANO, CAPACIDADE BOTIJÃO 13, APLICAÇÃO FOGÃO RESIDENCIAL, NORMAS TÉCNICAS ABNT 8.460.	178 – BOTIJÃO 13KG	288		R$ 116,00	R$ 33.408,00
2	124611-9	ÁGUA MINERAL EM GARRAFÕES DE 20 LITROS, TAMPA DE PRESSÃO COM LACRE.	711 – GARRAFÃO 20L	1100	LEBRINHA	R$ 13,00	R$ 14.300,00
4	12202-5	BOTIJÃO PARA GÁS – AÇO, GLP, 13KG – CASCO.	01 - UNIDADE	12		R$ 165,00	R$ 1.980,00

2.2. O valor total da presente ata é de R$ 49.688,00 (quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 9.488 de 2018,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no decreto 7.892/2013

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços/ entrega do objeto.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

x) O prazo máximo para a entrega dos produtos será de no máximo 24 **(vinte e quatro) horas** contados a partir do primeiro pedido realizado pela contratante.

y) A contratada deverá atender em horário de expediente e também em horário de contra expediente, haja vista, as muitas atividades que prefeitura desempenha através de duas secretarias, sendo uma delas na área da saúde, que funciona 24 horas por dia, e que não pode ficar sem atendimento e ou em falta desses produtos, devendo a contratada disponibilizar um telefone de plantão para contato, mesmo em feriados e finais de semana.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

10.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

10.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

10.6. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

10.7. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

10.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

11.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

11.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

11.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.243.5009.2058	Manutenção das Ativ. Do Conselho Tutelar
Ficha	494	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2056	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. Ass. Social.
Ficha	512	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2057	Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social
Ficha	530	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	8.244.5009.2090	Manutenção do Programa Equipe Volante
Ficha	551	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	11	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção da Sec. Mun. de Desporto e Lazer
Ficha	725	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Mun. Administração e Planejamento
Funcional programática	4.122.5004.2012	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	61	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	09	Secretaria Mun. Viação, Obras e Secretaria Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. de Viação e Obras
Ficha	599	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	10	Secretaria Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Mun. Agric. Tur. Meio Ambiente
Ficha	688	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2167	Manutenção e Encargos com o Centro de Reabilitação
Ficha	284	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.301.5017.2162	Manutenção e Encargos com o PSF
Ficha	182	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2168	Manutenção e Encargos com o Pronto Atendimento
Ficha	298	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção e Encargos da Sec. De Saúde
Ficha	135	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.306.5016.2112	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	354	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.306.5007.2113	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	369	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades de Sec. Mun. de Educação e Cultura
Ficha	362	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.365.5007.2039	Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Ficha	446	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a execução dos serviços será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente designado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de março de 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DISTRIBUIDORA DOIS IRMAOS

NOGUEIRA EIRELI

DETENTORA DA ATA

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 192/2021

DE: 05 DE MARÇO DE 2021

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE FILHA DE SERVIDORA, A SERVIDORA ELAINE LARREA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando requerimento da servidora em que apresenta documentação referente a necessidade de tratamento de saúde de sua filha, e respectivo parecer jurídico com deferimento;

Com fundamento no artigo 119, da Lei Municipal nº 761/2020,

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder licença para acompanhamento de tratamento de saúde de sua filha, a servidora pública ESTÁVEL **ELAINE LARREA DE SOUZA** pelo período de 90 (noventa) dias, sendo o vencimento em 31/05/2021;

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 03/03/2021.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 05 DE MARÇO DE 2.021

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 152/2019, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: LUCAS SILVA DE SOUSA, Brasileiro, Convivente, Motorista, residente e domiciliado na Rua Onze, nº 701 - Em frente ao Zeca da Placa - CEP 78.670-000 - Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 028.508.761-43 e Identidade nº 2.052.856-6 - SESP-MT, inscrito no PIS/PASEP sob nº 2.678.418.199-7, nascido no dia 17/08/1991

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 152/2019

CONTRATO emitido em 19 de agosto de 2019, com VIGÊNCIA de 6 meses e 9 dias, iniciando em 20 de agosto de 2019 e terminando em 29 de fevereiro de 2020, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

1º ADITIVO emitido em 28 de fevereiro de 2020, com vigência acrescida de mais 11 meses e 28 dias, iniciando em 29 de fevereiro de 2020 e terminando em 28 de fevereiro de 2021, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 26 de fevereiro de 2021

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: DE 28 de fevereiro de 2021 A 01 de julho de 2021 → 4 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 049/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: PHABLO HENRIQUE NUNES DA SILVA, Brasileiro, Solteiro, Serviços Gerais, residente e domiciliado na Av José Fragélli, nº 512 - CEP 78.670-000 - Centro, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 054.868.361-12 e Identidade nº 2.902.799-3 - SESP-MT, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.615.563.852-8, nascido no dia 21/08/2000

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 049/2020

CONTRATO emitido em 16 de março de 2020, com VIGÊNCIA de 3 meses, iniciando em 16 de março de 2020 e terminando em 16 de junho de 2020, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

1º ADITIVO emitido em 16 de junho de 2020, com vigência acrescida de mais 8 meses e 12 dias, iniciando em 16 de junho de 2020 e terminando em 28 de fevereiro de 2021, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 26 de fevereiro de 2021

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: DE 28 de fevereiro de 2021 A 01 de julho de 2021 → 4 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO (AJUDANTE DE PEDREIRO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 151/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: ORTONGLEY COSTA DO NASCIMENTO, Brasileiro, Convivente, Operador de Máquinas, residente e domiciliado na Estrada Rural, s/nº - Gleba Dom Pedro - 4ª Posse do Setor Capão Verde - CEP 78.670-000 - Distrito de Pontinópolis, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 863.994.031-20 e Identidade nº 3.739.512 - 2ª via - DGPC-GO, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.249.429.555-8, nascido no dia 09/01/1977

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 151/2020

CONTRATO emitido em 17 de novembro de 2020, com VIGÊNCIA de 3 meses e 11 dias, iniciando em 17 de novembro de 2020 e terminando em 28 de fevereiro de 2021, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 26 de fevereiro de 2021

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: DE 28 de fevereiro de 2021 A 01 de julho de 2021 → 4 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO (OPERADOR DE TRATOR DE PNEU), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 077/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: IRANEIDE VASCONCELOS COSTA, Brasileira, Casada, Serviços Gerais, residente e domiciliada na Avenida Ademar Paranhos de Macedo, s/nº - Antiga Avenida Espigão - CEP 78.670-000 - Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 317.941. 811-72 e Identidade nº 333.510 - SSP-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.283.569.640-9, nascida no dia 03/01/1962

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 077/2020

CONTRATO emitido em 26 de fevereiro de 2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 26 dias, iniciando em 02 de março de 2020 e terminando em 28 de fevereiro de 2021, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 26 de fevereiro de 2021

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: DE 28 de fevereiro de 2021 A 01 de julho de 2021 → 4 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SUBPREFEITURA DE ESPIGÃO DO LESTE - Destacamento da Polícia Militar (Cedência)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 113/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES GOES, Brasileiro, Solteiro, Mecânico, residente e domiciliado na Av Dom Pedro Casaldáliga, s/nº - Fundos do Comercial NUNES (Casa verde) - CEP 78.670-000 - Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 072.635. 911-46 e Identidade nº 3.139.439-6 - SESP-MT, inscrito no PIS/PASEP sob nº 2.680.209.804-9, nascido no dia 21/03/2001

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 113/2020

CONTRATO emitido em 12 de março de 2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 26 dias, iniciando em 02 de março de 2020 e terminando em 28 de fevereiro de 2021, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 26 de fevereiro de 2021

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: DE 28 de fevereiro de 2021 A 01 de julho de 2021 → 4 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO (MECÂNICO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: CELIMAR DOS SANTOS GOMES, Brasileiro, Solteiro, Ajudante de Pedreiro, residente e domiciliado na Rua A, s/nº - Fundos da Igreja Assembleia de Deus - Ministério de Belém - CEP 78.670-000 - Jardim Floresta, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 084.148.201-23 e Identidade nº 2.841.978-2 - SESP-MT, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1. 669.987.258-4, nascido no dia 12/04/2001

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 108/2020

CONTRATO emitido em 12 de março de 2020, com VIGÊNCIA de 3 meses e 14 dias, iniciando em 02 de março de 2020 e terminando em 16 de junho de 2020, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

1º ADITIVO emitido em 16 de junho de 2020, com vigência acrescida de mais 8 meses e 12 dias, iniciando em 16 de junho de 2020 e terminando em 28 de fevereiro de 2021, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 26 de fevereiro de 2021

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: DE 28 de fevereiro de 2021 A 01 de julho de 2021 → 4 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO (AJUDANTE DE PEDREIRO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 107/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: JOSÉ LOPES DE FREITAS JÚNIOR, Brasileiro, Solteiro, Serviços Gerais, residente e domiciliado na Rua F, s/nº - Próximo da Mercearia do Sival - Rua da Palha - CEP 78.670-000 - Jardim Floresta, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 058.259.741-21 e Identidade nº 1.267.204 - SSP-TO, inscrito no PIS/PASEP sob nº 2.064.057.019-9, nascido no dia 02/05/1996

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 107/2020

CONTRATO emitido em 12 de março de 2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 26 dias, iniciando em 02 de março de 2020 e terminando em 28 de fevereiro de 2021, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 26 de fevereiro de 2021

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: DE 28 de fevereiro de 2021 A 01 de julho de 2021 → 4 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO (AJUDANTE DE PEDREIRO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 114/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: JOSÉ ADALBERTO BARBOSA DA SILVA, Brasileiro, Convivente, Mecânico, residente e domiciliado na Avenida Açaí, nº 807 - Próximo do INSS - CEP 78.670-000 - Jardim Pindorama, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 900.181.171-04 e Identidade nº 1.795.551-3 - SEJUSP-MT, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.628.960.663-9, nascido no dia 17/12/1981

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 114/2020

CONTRATO emitido em 12 de março de 2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 26 dias, iniciando em 02 de março de 2020 e terminando em 28 de fevereiro de 2021, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 26 de fevereiro de 2021

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: DE 28 de fevereiro de 2021 A 01 de julho de 2021 → 4 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO (MECÂNICO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 109/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: LUCIANO RICARDO DA SILVA, Brasileiro, Convivente, Serviços Gerais, residente e domiciliado na Rua Um, s/nº - Próximo Residência Falecido Benílton - CEP 78.670-000 - Setor Aeroporto, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 474.513.861-04 e Identidade nº 708.425 - SSP-MT, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.231.633.989-3, nascido no dia 12/10/1972

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 109/2020

CONTRATO emitido em 12 de março de 2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 26 dias, iniciando em 02 de março de 2020 e terminando em 28 de fevereiro de 2021, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 26 de fevereiro de 2021

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: DE 28 de fevereiro de 2021 A 01 de julho de 2021 → 4 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO (AJUDANTE DE PEDREIRO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 02/2021

O Secretário de Administração **Sr. JOSE LUCAS CADIDÉ LELLIS**, juntamente com o Prefeito Municipal, **Sr. IVANILDO VILELA DA SILVA**, **CONVOCAM** os aprovados dentro da vaga no seletivo Nº. 01/2020 no cargo abaixo relacionado para comparecer à Secretaria de Administração desta Prefeitura Municipal, no período de 08 de março de 2021 a 12 de março de 2021, no horário de **13:00 às 17:00 horas**, munidos dos documentos necessários, para manifestar interesse de contratação temporária por prazo determinado conforme edital 01/2020.

CARGO: EMFERMEIRO (A)		
APROVADO		
NOME	**MÉDIA FINAL**	**COLOCAÇÃO**
ELISSANDRA FERREIRA DA SILVA	9,5	1º

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

A contratação dar-se-á com a assinatura do Prefeito Municipal.
Documentos autenticados a serem apresentados na convocação para a contratação:-
Cópia do RG e CPF,
Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral,
Comprovante de escolaridade (diploma ou histórico),
Declaração de não acúmulo ilegal de cargos ou empregos públicos,
Declaração de bens,
Número do Pis/Pasep,
Comprovante de residência atual,
Certidão de Nascimento ou Casamento (caso casado (a) cópia do RG e CPF do cônjuge),
Certidão de Nascimento de dependentes se for o caso,
Carteira Nacional de Habilitação (para cargos de Operador de Maquinas Pesadas e Fiscal de Obras e Postura).
Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino,
Carteira de trabalho – CTPS (parte da foto e data de expedição) – (comprovante de experiência profissional, caso possua),
Exame médico admissional.

São José do Povo – MT; 05 de Maço de 2021.

_____

JOSE LUCAS CADIDÉ LELLIS

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Registrado nesta Secretaria e publicado

Por afixação no lugar público de costume

Na Data Supra.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO (A) CÁSSIE CORRÊA DAMACENA

1.1 **OBJETO -** O presente contrato decorre do processo de licitação Pregão Nº03 /2021, cujos termos fazem parte integrante deste contrato, e tem como objeto a contratação de serviço abaixo:

DESCRIÇÃO	QTD	VLR. UNIT	TOTAL
Contratação de profissional engenheiro civil para desempenhar as atividades de fiscalização de obras em geral, autorizar habita-se, aceite, aprovar e elaborar projetos, fazer cálculos, análises e estudos técnicos pertinentes a engenharia civil, elaborar pareceres técnicos e outros serviços listados no termo de referência. A pessoa física ou jurídica deverá disponibilizar pelo menos um profissional para atuar diariamente na sede da prefeitura municipal, despachando junto ao público em geral e atendimento interno.	09 meses	4. 750,00	42. 750,00

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ 42. 750,00(quarenta e dois mil e setecentos e cinquenta reais).

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia 08 de março de 2021 à 08 de dezembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREVIMUNI
PORTARIA N.º 017/2021 DE 05 DE MARÇO DE 2021.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial em favor de FATIMA NEUZA BORO DE OLIVEIRA".

A Diretora Executiva do PREVIMUNI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 40, §1º, III, alínea "a" e §5º da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003, combinado com o parágrafo 7º do artigo 10 da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, artigo 12, inciso III, alínea "a", parágrafo 3º da Lei Complementar Municipal n.º 963/2013 de 27 de junho de 2013, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência de São José do Rio Claro, Anexo II da Lei nº 831/2010, que trata sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação de São José do Rio Claro, atualizada pelo Decreto Municipal nº 017 de 18 de fevereiro de 2020.

RESOLVE,

Art. 1º - *Conceder o benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição, em favor de* **FATIMA NEUZA BORO DE OLIVEIRA**, portadora do RG. Nº 972.752 SSP-MT, CPF nº 326.648.181.04*, efetivo(a) no cargo de PROFESSORA, Classe C, Referência 02, cadastrado(a) sob matricula RE n º 1692 e matricula previdenciária nº 662, lotado(a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, o(a) referido(a) servidor(a) conta com 9. 516 (nove mil quinhentos e dezesseis) dias trabalhados, ou seja,* **26 anos, 00 mês e 26 dias***, com* ***Proventos Integrais****, conforme o processo do PREVIMUNI n.º 2021.04.00000002.*

Parágrafo Único. É assegurado o reajustamento do benefício em caráter permanente para assegurar-lhe o valor real, conforme critérios estabelecidos para atualização dos benefícios do Regime Geral de Previdência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Diretora do PREVIMUNI,

São José do Rio Claro-MT, 05 de março de 2021.

Cleide de Lima Silva

Diretora Executiva PREVIMUNI

HOMOLOGO: ***Levi Ribeiro***

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.301, DE 5 DE MARÇO DE 2021

INSTITUI O PROGRAMA "IPTU PREMIADO", O DESCONTO DE 30% (TRINTA POR CENTO) E PARCELAMENTO DO IPTU DO ANO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o desconto de 30% (trinta por cento), para o contribuinte que efetuar o pagamento em quota única até o dia 30 de abril de 2021, do Imposto Predial e Territorial Urbano exercício de 2021, excetuadas as taxas junto dele lançadas.

Art. 2º O contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano do exercício de 2021, poderá optar pelo pagamento, sem o desconto previsto no artigo anterior, em até 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas.

Art. 3º Fica instituído para o exercício de 2021, o programa "IPTU PREMIADO", que promovera o sorteio de prêmios, a título de incentivo aos contribuintes que realizarem o pagamento em cota única (à vista) e que estiverem adimplentes com o fisco municipal até o dia 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo Único. A definição dos prêmios a serem sorteados bem como a data da realização do sorteio a que se refere esta lei, será feita mediante Decreto.

Art. 4º Para efeito desta lei considera-se prêmios os descritos no regulamento.

Art. 5º A comissão organizadora do sorteio "IPTU PREMIADO", será instituída pelo Poder Executivo mediante Decreto.

Art. 6º Participarão dos sorteios dos prêmios a que se refere esta Lei, apenas os contribuintes que realizarem o pagamento à vista, ou seja, em cota única até sua respectiva data de vencimento, do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano do Município de São José do Rio Claro – MT do exercício de 2021.

Parágrafo Único. Somente fará jus ao prêmio o contribuinte que cumprir o requisito do caput deste artigo, ou seja, efetuar o pagamento em cota única e tempestivamente, e que até o dia 31 de dezembro de 2021 esteja quite com o Fisco Municipal, ou seja, não tenha nenhuma divida pendente de tributos referente a imóveis, inscrito ou não em dívida ativa, referente ao imóvel contemplado, bem como, em relação a outros imóveis de sua propriedade, inscritos no cadastro imobiliário, exceto na hipótese de comprovação do recolhimento.

Art. 7º Considerar-se-á proprietário o titular do domínio útil, o possuidor a qualquer título, bem como o locatário.

§ 1º O locatário do imóvel somente fará jus ao recebimento do prêmio se comprovar, através de contrato de locação, ter expressamente assumido a responsabilidade pelo pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana.

§ 2º No caso do locador do imóvel se encontrar em débito para com a Fazenda Municipal, inscrito ou não em dívida ativa, com tributos municipais relativos a imóveis de sua propriedade, não fará jus ao recebimento do prêmio.

§ 3º Não fará jus ao recebimento do prêmio o contribuinte que não estiver cumprindo rigorosamente em dia com os pagamentos dos débitos tributários objeto de parcelamento.

Art. 8º O valor dos bens a serem sorteados durante a campanha não poderá ultrapassar o montante de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

Art. 9º Para efeito do sorteio será atribuído pela municipalidade um cupom para cada imóvel que venha a ter seu IPTU pago na modalidade de cota única (à vista), o qual será preenchido pelo contribuinte e depositado em uma urna para posterior sorteio.

Art. 10 Os resultados do sorteio serão homologados pelo Prefeito Municipal e divulgados através da imprensa local.

Art. 11 O direito ao recebimento dos prêmios decai em 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da homologação do resultado do sorteio.

Parágrafo Único. Os prêmios não retirados no prazo estipulado deste artigo serão doados às entidades filantrópicas do município.

Art. 12 Ficam excluídos da participação do sorteio, o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, os Secretários Municipais e os membros da comissão organizadora do sorteio, bem como aqueles que são legalmente isentos ao pagamento do IPTU.

Art. 13 As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **04.001.04.123.0003.2009.3.3.90.31.00.00** –Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras/fonte 100 - R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

Art. 14 O não pagamento do IPTU sujeitará o contribuinte inadimplente a protesto nos termos da Lei nº 1.110/2017.

Art. 15 O boleto para pagamento do IPTU será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, podendo ser emitido pelo próprio contribuinte sem a incidência da taxa de expediente.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 5 de março de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVOS MÊS DE FEVEREIRO DE 2021

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 004/2018. ASS: 05/02/2021. VCT: 05/02/2022. Contratado:**CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE** Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Termo de Contrato, será prorrogado do dia 05/02/2021 a 05/02/2021, A prorrogação deste Termo Aditivo está amparado conforme autoriza a Lei 8.666/93, art. 57, inciso II e § 2º **LEVI RIBEIRO - Prefeito Municipal.**

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 004/2019. ASS: 13/02/2021. VCT: 13/02/2022. Contratado: **WM RESIDUOS LTDA** Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Termo de Contrato, será prorrogado do dia 13/02/2021 a 13/02/2022, A prorrogação deste Termo Aditivo está amparado conforme autoriza a Lei 8.666/93 art. 57, inciso II e § 2º **LEVI RIBEIRO - Prefeito Municipal.**

PREVIMUNI
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2018

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT - PREVIMUNI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2018

QUINTO TERMO ADITIVO

Contratada: EULIDINALVA MACHADO ALCÂNTARA

CPF: 888.418.471-15

Objeto: LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL

Valor: R$ 6.000,00(seis mil reais).

Data da Assinatura: 01/03/2021.

Data de vigência: 31/08/2021

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 005/2021.ASS: 01/02/2021 VCT: 01/06/2021.Contratado**: SAGA PANTANAL COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA** Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVAS DO VEICULO AMBULÂNCIA RENAULT - MODELO MASTER FURGÃO – PLACA: QCJ-7452.**Valor: **R$ 11.731,86 LEVI RIBEIRO**– Prefeito Municipal.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 006/2021.ASS:01/02/2021 VCT: 31/12/2021 Contratado: **CIRURGIA GONÇALVES LTDA-EPP** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS N95 PARA AS UNIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.**Valor: R$ 13.800,00 **LEVI RIBEIRO**– Prefeito Municipal.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 008/2021. ASS: 02/02/2021 VCT: 02/04/2021. Contratado**: GALVÃO ENGENHARIA LTDA.** Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO O ASSESSORAMENTO, COORDENAÇÃO, ESPECIFICAÇÃO, ACOMPANHAMENTO TÉCNICO, ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ANALISES, ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS, LEVANTAMENTOS, PARECERES, VISTORIAIS, E OUTROS DE MESMA NATUREZA AUXILIANDO TAMBÉM NO LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA ENVIO DE DADOS DOS SISTEMAS GERENCIAIS DE OBRAS**.Valor: **R$**30.000,00**LEVI RIBEIRO** – Prefeito Municipal.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 009/2021. ASS: 10/02/2021 VCT: 10/06/2021. Contratado**: RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.A** Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO**

DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVAS DO VEICULO VAN SPRINTER MICROONIBUS– PLACA: PRQ 177 . Valor: **R**$ 7.462,43 **LEVI RIBEIRO** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 010/2020.ASS:16/02/2021 VCT: 16/05/2022 Contratado:**FAVORITA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** Objeto: **AQUISIÇÃO DE DUAS AMBULÂNCIAS FURGÃO TIPO UTI: VEÍCULO TIPO FURGÃO COM CARROCERIA EM AÇO E ORIGINAL DE FÁBRICA, DE TETO ALTO, ZERO KM, ANO/MODELO 2019/2020 OU SUPERIOR, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA PADRÃO TIPO UTI.**Valor: R$ 440.000,00 **LEVI RIBEIRO**– Prefeito Municipal.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 011/2021. ASS: 26/02/2021 VCT: 20/08/2021. Contratado**:ROSA DE SARON CENTRO DE TRATAMENTO FEMININO EIRELI** Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESINTOXICAÇÃO E TRATAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS** Valor: **R**$ 14.400,00 **LEVI RIBEIRO** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 012/2020. ASS:26/02/2021 VCT: 26/08/2021 Contratado: **SINOMEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DO VÍRUS COVID-19, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.**Valor: R$ **LEVI RIBEIRO**– Prefeito Municipal.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 013/2021. ASS: 22/02/2021 VCT: 22/09/2021 Contratado:**LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.** Objeto:**CONTRATO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, PUBLICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E COMPILAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, PERMITINDO CONSULTA AO CONTEÚDO EM VERSÕES ESPECÍFICAS (VERSIONAMENTO DAS ALTERAÇÕES), INCLUINDO INTEGRAÇÃO DAS LEIS ESTADUAIS**. Valor: R$ 8.400,00 **LEVI RIBEIRO**– Prefeito Municipal.

CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 014/2021. ASS: 26/02/2021 VCT: 26/12/2021 Contratado: **VINICIO JOSÉ DO NASCIMENTO** Objeto:**LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1.055,18 M², EM ÁREA CONSTRUÍDA, DIVIDIDA EM SALAS EM UM TERRENO DE APROXIMADAMENTE 4.245 M², CONTENDO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, QUE SE DESTINA AO FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPA**L.Valor: R$660.000,00 **LEVI RIBEIRO**– Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 002/2021 – REGISTRO DE PREÇO.

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial Sistema de Registro de Preços para **Futura e eventual contratação de empresa especializada no Fornecimento de mão de obra em manutenção e revisão do Sistema da Injeção Eletrônica em veículo tipo grande porte e em veículo a Diesel/álcool e gasolina, gasolina/álcool. Serviço de elaboração diagnostico manutenção corretiva e preventiva, Serviços de Manutenção limpeza de bico injetor, manutenção corretiva serviços de diagnostico do sistema do combustível e serviço de limpeza do TBI**. Data de Abertura: **às 08h00min**, **do dia 18 de março de 2021**, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 07h00min às 11h00min e das 13h00 ás 17h00, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro – MT, 05 de março de 2021. Tatiane Ilma Silva Grolli – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DECRETO Nº 028/2021, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

ALTERA O DECRETO 027, DE 4 DE MARÇO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DA CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.

Levi Ribeiro, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 47, IV, da Lei Orgânica do município,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 842, de 4 de março de 2021, do Governo do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que as medidas não farmacológicas para contenção da disseminação da Covid-19 devem ser pautadas pela razoabilidade e proporcionalidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o § 1º do art. 3º do Decreto 027, de 4 de março de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

§ 1º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo, e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário previstos no presente artigo.

Art. 2º - Ficam acrescentados os §§ 6º e 7º ao art. 3º do Decreto 027, de 4 de março de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

§ 6º Excepcionalmente, as atividades ligadas ao comércio de gêneros alimentícios também poderão funcionar aos sábados até as 19h, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local,obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos no art. 2º deste Decreto

§ 7º Excepcionalmente, os restaurantes poderão funcionar aos sábados e domingos até as 14h, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos no art. 2º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor no dia 05 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto municipal nº 019/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 5 de março de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 021/2021

PORTARIA Nº 021/2021

DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAIS DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

§1º Designa servidor público municipal qualificados, Sra. **Maria Aparecida Silva da Cruz Borges** Titular **como** FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO;

§2º Os servidores designados ficam responsáveis pela fiscalização dos contratos respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

NUMERO DO CONTRATO	***OBJETO***
CONTRATO 002/2021	*O Presente contrato de rateio tem por objetivo a organização e operacionalização do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu- CISAX quanto a manutenção e prestação de serviços considerados como essenciais á saúde (Atendimento ambulatórias especializados em anetesiologia, Cardiologia, Cirurgia em Geral, Genecologia/ Obstetrícia, Ortopedia/Trauma e Pediatria) da população do município.*

§3º Como substitutos dos representantes acima, designa-se a Sra. Sonia Angélica de Queiroz, que deverá atua nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 26 de fevereiro de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 10/2020**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa: **ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE RECICLÁVEIS DE S. J. DOS QUATRO MARCOS**; **Objeto**:Prestação de serviço de remoção de material - do tipo contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de coleta, segregação e destinação final de resíduos sólidos urbano passíveis de reutilização. **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 11/03/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo do Contrato **Nº 58/2019**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa: **W. D. SILVA - ME**; **Objeto**:Aquisição de materiais de construção, manutenção predial, elétrico e hidráulico. **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 06/05/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DÉCIMO TERCEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **AUTO POSTO QUATRO MARCOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.472.511/0001-16, sediada na Rodovia MT 175, s/nº, KM 35, CEP 78.285-000, no município de São José dos Quatro Marcos-MT. Tendo por objeto o acréscimo de valores conforme documento em anexo.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo do Contrato **Nº 62/2019**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa: **O. J. PAZETE & CIA LTDA**; **Objeto**:Aquisição de materiais de construção, manutenção predial, elétrico e hidráulico. **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 06/05/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROGRAMA SER FAMÍLIA

PORTARIA N° 044/2021

"**INSTITUI O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA SER FAMÍLIA, DEFINE DIRETRIZES GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS**."

Eduardo José da Silva Abreu, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família, com a Lei 10.657 que altera e acrescenta dispositivos ao programa e Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

Considerando a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania –SETASC Nº. 001 DE 10/10/2020:

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa SERFamília com as seguintes competências:

I - analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

II - aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SERFamília firmado pelo município;

III - apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

IV- definir competências, composição e funcionamento;

V- integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

VI - a seleção das famílias beneficiárias será feita por equipes de referência municipal da Assistência Social, atuantes no Programa, nos municípios, competindo ao Comitê Gestor Municipal a aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas, encaminhados para posterior aprovação e/ou reprovação, a inserção ou o descredenciamento das famílias pelo Comitê Gestor Estadual;

VII- articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VIII- elaborar seu Regimento Interno;

IX- o Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias substituídas, acrescentando se a família que será incluída no Programa em substituição à família excluída, bem como o motivo da substituição, e anexara publicação deste procedimento, aprovados pelo Comitê Municipal;

Art. 2º - Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor;

Art. 3º - A gestão municipal da Assistência Social, de acordo com o que dispõe a legislação estadual que criou o Programa SERFamília, instituirá o Comitê Gestor Municipal do Programa, presidido pela Secretária Municipal de Assistência Social, composto por representantes de Secretarias Municipais, estratégicas para o sucesso do Programa. Assim, o Comitê poderá ser composto pelas seguintes Secretarias:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Secretaria Municipal de Educação;

III - Secretaria de Municipal de Saúde;

IV - Secretaria Municipal de Habitação;

V- Outras Secretarias Municipais que a gestão municipal entender pertinentes ao cumprimento do Pacto SER família;

§1º. O Comitê Gestor Municipal do Programa SERFamília será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 dias úteis.

§2º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovaçõespor maioria dos votos presentes nas reuniões.

§3º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§4º. A Presidente do Comitê Municipal, Gestora Secretária Municipal de Assistência Social, deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro da Cipa – MT, em 11 de janeiro de 2021.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Gestora Maria Juscelia Diogo de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº. 029, de 05 de Janeiro de 2021, que Instituiu o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família e dá outras providências,

Art. 1º. Instituir a composição do **Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família;**

Art. 2º. Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, pelo prazo de 12 (doze) meses, com competências já disciplinadas na Portaria supramencionada, os seguintes integrantes:

Representantes do Poder Público Municipal:

a) Cristiana Maria Leite, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e Leonice dos Santos Gualberto, como respectivo suplente; b) Wilson Virgínio de Lima, representando a Secretaria Municipal de Saúde e Claudineia Alves de Queiroz, como respectivo suplente; c) Daniela Schmidt da Silva, como representante da Secretaria de Educação e Déa Lucia Ribeiro, como respectivo suplente; d) Luiz Carlos da Silva, representante da Secretaria de Administração e Tania Soares dos Santos, como respectivo suplente;

Art. 3º. As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resoluções assinadas pelo Presidente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

São Pedro da Cipa - MT, em 15 de Janeiro de 2021.

Maria Juscelia Diogo de Oliveira

Secretária Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO N.0 001 de 15 de Janeiro de 2021

Aprova o Termo de Adesão do município de São Pedro da Cipa - MT ao Programa SER Família.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS,no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei Nº 078/97, de 25 de junho de 1997.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família, com a Lei 10.657 que altera e acrescenta dispositivos ao programa e Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

RESOLVE:

Art. 1º. – Aprovar o Termo de Adesão do município de São Pedro da Cipa – MT ao Programa SER Família, criado no âmbito do Governo Estadual, destinado a ações de transferência de renda com condicionalidades, tendo como objetivo atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até 1/3 do salário mínimo nacional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro da Cipa -MT, em 15 de Janeiro de 2021.

Daniela Schmidt da Silva

PRESIDENTE DO CMAS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 002/2021

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao PREGÃO N.º. 002/2021 foi vencedora as Empresas **MARCOS ANTONIO ALVES TRANSPORTES E CONSTRUÇÃO-ME** nos itens01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,17,18,19,22,23,26,27,29,30,31,32,33,34,35,36,37,40,48,51,52,53,54,57,59,65,67,69,71,73,74,75,76,77,79,81,82,85,87,88,93,94,96,98,99,100,102,104,105,106,107108,110,111,114,116,118,120,128,129,130,131,132,133,134,141,143,144,145,146,148,151,152,153,154,155,156, no valor total de **R$ 219.148,54 (duzentos e dezenove mil cento e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)** e a empresa**CONSTRUFER CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI'S LTDA** nos itens 15,16,20,21,24,25,28,38,39,41,42,43,44,45,46,47,49,50,55,56,58,60,61,62,63,64,66,68,
70,72,78,80,83,84,86,89,90,91,92,95,97,101,103,109,112,113,115,117,119,121,122,121,124,125,126,127,135,136,137,138,139,140,142,147,149,150,157,158,no valor total de **R$ 83.356,05 (oitenta e três mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos).** Perfazendo o valor total de **R$ 302,504,59 (trezentos e dois mil quinhentos e quatro reais e cinquenta e nove centavos).** Conforme Relatório Geral de Sessões, anexo a Ata. São Pedro da Cipa-MT, São Pedro da Cipa-MT, 05 de março de 2021. ***MARCIANA DA SILVA CHERUBIM-*** Pregoeira

DECISÃO ADMINISTRATIVA TOMADA DE PREÇO 001/2021

DECISÃO ADMINISTRATIVA

TOMADA DE PREÇO 001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021

Com referência à Tomada de Preço nº 001/2021, tendo como objeto a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA, NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA, Contrato de Repasse Nº 882667/2019/ SUDECO/Caixa**", Comissão Permanente de Licitação resolveu dar parecer favorável à empresa **PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI, METTA SERVICE SOLUCOES INTELIGENTES LTDA, VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI e J.N. PRADO -ME,** após o Parecer Técnico e decisão administrativa do Prefeito Municipal Eduardo José da Silva Abreu, decisão proferida em ata, mantendo **HABILITATAS TODAS AS EMPRESAS** participantes da tomada de Preços nº 001/2021. E ainda torna público que realizará no dia **12/03/2021 as 09:00 horas**, sessão pública para abertura dos envelopes referente as propostas de preços das licitantes devidamente habilitadas. Informações: tel. (66) 3418-1500. É a decisão.São Pedro da Cipa/MT, 05 de março de 2021.MARCIANA DA SILVA CHERUBIM-PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2021

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 002/2021 de 07/03/2021, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do Tipo Menor Preço **Por Item** objetivando o **Registro de Preços** para a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - BENS MOVEIS TIPO VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT**, especificações no **Termo de Referencia Anexo I** do Edital.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL - SRP

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06 e LC 147/2014.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- **18/03/2021**

Horário:---------- DAS 07:00h ÀS 08:00h (HORÁRIO LOCAL)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO

Data:---------- **18/03/2021**

Horário:---------- 08:00 HORAS (horário local)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1505,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã – MT, 05 de Março de 2021.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria 002/2021

LICITACAO
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 004/2021

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

CONTRATADO:

REAVEL VEICULOS EIRELI – ME, inscrita no CNPJ Sob n° **30.260.538/0001-04,** sediada na Rua C-180, n° 176 - QD 617 - Lote 19/20, Sala 04 - Bairro Nova Suíça - CEP: 74.280-090, no Município de Goiânia – GO.

OBJETO DO CONTRATO:

AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGÃO. VEÍCULO FURGÃO ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, ADAP. P/ AMB SIMPLES REMOÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

DATA DO CONTRATO:----------05 de Março de 2021.

PRAZO DO CONTRATO:----------31de Dezembro de 2021.

VALOR DO CONTRATO: R$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais).

PROCESSO LICITATÓRIO: O presente contrato é parte integrante do Processo Administrativo 243/2020, Pregão Eletrônico 046/2020 S.R.P, e Ata de Registro de Preços 046/2020.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Tabaporã/MT, em 05/03/2021.

SIRINEU MOLETA

Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 461 DE 01 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA Nº 461 DE 01 DE MARÇO DE 2021

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

Art. 1º INSTITUIR Comissão para a realização do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2021, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde.

PRESIDENTE DA COMISSÃO		
MAT.	NOME	CARGO
002125	VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES	SECRETARIO DE EDUCAÇÃO

VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO		
MAT.	NOME	CARGO
109154	ARIELZO DA GUIA CRUZ	SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO-REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
MAT.	NOME	CARGO
108962	BRUNO WILLYS NASCIMENTO SOUSA	PROCURADOR MUNICIPAL

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
MAT.	NOME	CARGO
01625	JOANETE DA SILVA ALMEIDA	AGENTE ADMINISTRATIVO II
107481	CRISTIANE OLIVEIRA DURÃES	RECEPCIONISTA
107366	MARIANA DELLA PORTE RIBEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO II

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
MAT.	NOME	CARGO
107940	ALDINÉIA RODRIGUES ANGOLA	AGENTE ADMINISTRATIVO II
101398	LUZIA DA SILVA ALVES	RECEPCIONISTA
004530	ELI AMBROSIO DO NASCIMENTO	MÉDICO
101283	JULIANA HERRERO DA SILVA	ENFERMEIRA

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL		
MAT.	NOME	CARGO
004943	SELMA CRISTINA CALVACANTE DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
MAT.	NOME	CARGO
14830	LEONARDO LEITE FIALHO JUNIOR	ENGENHEIRO FLORESTAL

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
MAT.	NOME	CARGO
103629	KATIFANIA GIORDANI LOPES	AGENTE ADMINISTRATIVO II
004581	ANDREA CRISTINA NAIA	RECEPCIONISTA
002116	MARIA DE FÁTIMA A. DE BRITO OLIVEIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL
104669	WALESKA ÚNGARO DUARTE MATOS	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS

MEMBRO-REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO
ELAINE ANTUNES DE FRANÇA

MEMBRO-REPRESENTANTE DO SINTEP
LUCIANA BENTO DA SILVA

MEMBRO-REPRESENTANTE DO SEERP
WEILA FERNANDA FONSECA DOS REIS SOUZA

MEMBRO-REPRESENTANTE DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO
NADIR JOSÉ BARIVIERA
SULINEIDY DE OLIVEIRA SANTOS DALLABONA

MEMBRO-REPRESENTANTE DOS GESTORES
PAULA CORREIRA FRANCINI BRITO

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos primeiro dia de março de ano de dois mil e vinte e um, **44º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

ARIELZO DA GUIA CRUZ

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2021, do tipo: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Meio Ambiente,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos**,** torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 05.03.2021. Ja-

nine Cristina Gruber Nogueira. Pregoeira - Departamento de Licitações e Contratos. Portaria nº 306/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2021

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2021-TIPO MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE SWITCHs, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 18 de Março de 2021 às 09h00 horário de Brasília**. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Observação: O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **08 de março de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.comprasnet.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809.Tangará da Serra-MT, 05 de março de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira – Chefe do Departamento de Licitações e Contratos – Portaria nº 271/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 001/2021 PROCESSO SELETIVO 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2021

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Municipal, **Vander Alberto Masson,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos aprovados e/ou classificados mediante** o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 011/2019, referente ao Processo Seletivo nº 001/2019, prorrogado mediante Edital Complementar nº. 025/2020, publicado no Diário Oficial da AMM em 01/10/2020, ano XV edição nº. 3.576, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que a convocação visa a reposição do cargo de Orientador Social, tendo em vista o Distrato nº 012/2021.

CONSIDERANDO que a convocação visa a reposição do cargo de Pedagogo, tendo em vista o Distrato nº 087/2021.

Para que compareçam no Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração, 1º Piso do Paço Administrativo, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados:

ORIENTADOR SOCIAL						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
7	1615	LUIS CLAUDIO DA SILVA SANTANA	09/05/1997	25	62,5	CLASSIFICADO

PEDAGOGO - SEMAS						
Nº	**INSC**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**SITUAÇÃO**
5	852	SILVANI MARIA ANGELO DE SOUZA	17/09/1969	23	57,5	CLASSIFICADO

2. Para entrega de documentos: Dia 08 e 09/03/2021 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com ORIGINAIS E CÓPIAS dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA). Agendado e Feito após a entrega dos documentos aqui mesmo na Prefeitura Municipal de Tangara da Serra – MT.

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) Certificado de Curso para condução de veículos de emergência;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pelo Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação do Candidato e dos filhos menores de 05 anos;

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site www.tangarada-serra.mt.gov.br;

s) Declaração de Imposto de Renda Detalhada (Exercício 2020/Ano - Calendário 2019 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

x) Cartão SUS;

y) Foto 3x4

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 1 e 02 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Art. 5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 05 de Março de 2021.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Ana Lucia Adorno de Sousa

Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO PP 013/2021

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE PRORROGA A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCESSO: 018/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA, PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 18/03/2021

HORÁRIO: 08h00min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O

EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR **E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT**, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 05 DE MARÇO DE 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 003/2021

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 003/2021

OBJETO**: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO/ANÁLISE E SUPORTE TÉCNICO PM CLINIC – AVALIAÇÃO PARA REVISÃO GERAL DE MAQUINA MOTONIVELADORA/PATROL CATERPILAR 120K, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, I da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: SOTREQ S/A

CNPJ: 34.151.100/0022-65

VALOR GLOBAL: R$ 3.440,00 (Três mil quatrocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

HOMOLOGO.

Nova Santa Helena – MT, 05 de Março de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Aquisição/Fornecimento de Motocicleta.

Nº do Contrato: 018/2021.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: MÔNACO MOTOCENTER MATO GROSSO LTDA.

CNPJ: 13.976.589/0008-86.

Objeto:aquisição por parte do CONTRATANTE e o fornecimento por parte da CONTRATADA, do seguinte equipamento: 01 (uma) Motocicleta da marca Honda, Nova zero quilômetro, Modelo NXR Bros 160, ano/modelo 2021, com 03 Anos de Garantia contra defeito de fabricação, c/ Painel Digital e Freios CBS, para uso da Divisão de Tributação e Fiscalização da Prefeitura de União do Sul.

Valor total: R$ 16.545,00 (dezesseis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

(62) 04.002.04.125.0003.1.009- 4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

Vigência do Contrato: 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura.

Data de Assinatura: 05/03/2021.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

RONAN MACHADO ALVES

Pela Contratada.

PORTARIA Nº 058/2021

Dispõe sobre exoneração de servidor de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e considerando a conveniência administrativa;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar REGINALDO APARECIDO MORILLO, portador do RG nº 33.079.559.4 SSP/MT e do CPF nº 808.012.182.68, do cargo em comissão de *Diretor de Departamento de Agricultura,* símbolo DAI (Direção e Assessoramento Intermediário), vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 03 de março de 2021.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 050/2021 de 22 de fevereiro de 2021, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 04 de Março de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 055/2021

Nomeia o servidor Devanildo Benício de Almeida para exercer, sem ônus, as funções de Coordenador Municipal da COMPDEC – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, e dá outras providências

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo disposto nos incisos VI e X, do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a Lei municipal Nº 682, de 06 de abril de 2018, que criou a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear nesta data, DEVANILDO BENÍCIO DE ALMEIDA, portador do RG nº 0996622-6 SSP/MT e do CPF nº 667.786.111-20, para exercer, sem ônus e subordinado ao Prefeito, as funções de Coordenador Municipal da COMPDEC – COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL de União do Sul-MT, órgão criado pela Lei municipal Nº 682, de 06 de abril de 2018.

Art. 2º. Fica o Sr. Devanildo Benício de Almeida incumbido de coordenar, no âmbito municipal, todas as ações de Defesa Civil, até a instalação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil previsto no § 2º, do art. 3º, da Lei nº 682 de 06 de abril de 2018.

Parágrafo único. Fica ainda o Coordenador Municipal da COMPDEC, Sr. Devanildo Benício de Almeida, incumbido de todas as tratativas necessárias junto aos órgãos: estadual e federal de Defesa Civil, com o objetivo de amenizar os efeitos desastrosos das fortes chuvas sobre o município e região, caracterizando situação de emergência.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 04 de março de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: 18/2021.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Reginaldo Aparecido Morillo – CPF nº 808.012.182-68.

Cargo/função: Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 1.367,00 (um mil, trezentos e sessenta e sete reis) por mês.

Prazo: Até 31/12/2021.

Data assinatura: 04/03/2021.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

REGINALDO APARECIDO MORILLO

Contratado

PORTARIA Nº 056/2021

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 112, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica convertida em abono pecuniário, uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus a servidor CÉSAR ITAMAR SARINHO GUERGOLETI, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Controle Administrativo, vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2020 a 05 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 04 de Março de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2021

Concede Licença para Trato de Interesses Particulares a servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 162, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratar de Assuntos de Interesse Particular, à servidora efetiva ELISANGELA LIMA DE MORAES – *Zeladora*, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 1.903.535-7 SSP/MT e do CPF nº 025.752.511-41, por um período de 01 (um) ano, contado do dia 03 de março de 2021 até 03 de março de 2022, sem remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 03 de março de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 04 de março de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 07/2021

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 07/2021, com objetivo “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT”. Teve como “VENCEDORES”, as empresas P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, inscrito no CNPJ: 21.395.275/0001-41, vencedor dos itens, 2, 3, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 23, 28, 29 e 37 no valor de R$ 27.723,00, a empresa ARAGAO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 35.942.214/0001-61, vencedor dos itens, 5, 7, 10, 20, 21, 25, 26, 30, 34 e 36, no valor de R$ 44.227,00 e a empresa GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFCÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 03.449.844/0001-02, vencedor dos itens, 1, 4, 6, 9, 15, 18, 19, 22, 24, 27, 31, 32, 33, 35, 38, 39 no valor de R$ 25.035,00. Vale de São Domingos – MT, 05 de Março de 2021. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PRIMEIRO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PMVG/SGF/VG & DAE/VG

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNCIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT, REPRESENTADA PELA SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA DE VÁRZEA GRANDE E O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE/MT – DAE/VG.

CONSIDERANDO que o Termo de Cooperação Técnica é um instrumento formal utilizado por entes públicos para se estabelecer um vínculo cooperativo, de parceria entre si ou, ainda, com entidades privadas, que tenham interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público, sem que haja qualquer tipo de repasse financeiro,

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARZEA GRANDE/MT**, inscrito no CNPJ/MF n. 03.507.548/0001-10, com sede na Avenida Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2500, Várzea Grande/MT, tendo como representante, o **PREFEITO**, senhor ***KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA*****,** portador do RG n. 12685453 SSP MT, inscrito no CPF/MF n. 718.133.901-00, nesta ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA**, representada pela **SECRETÁRIA**, senhora, ***LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO***, portadora do RG n. 7367657 - SESP/PR, e inscrita no CPF/MF n. 020.956.309-55, faz uso do presente, com fundamento no *artigo 1º da Lei n. 13.019/14*, ***CELEBRAR;***

Primeiro Termo de Cooperação Técnica de Compartilhamento de Base Cartográfica e Sistema Informações Geo Espaciais entre a Prefeitura de Várzea Grande a o Departamento de Água e Esgoto, do Município de Várzea Grande, estado de Mato Grosso.

do outro lado o**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE- DAE/VG**, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 02.555. 079/0001-42, estabelecido na Av. Governador Júlio Campos, 2599, bairro Jardim dos Estados, Várzea Grande /MT, CEP 78150-000, representado pelo Diretor Presidente, senhor, **CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA**, brasileiro, portador do CPF/MF n. 314.071.611-72 com os poderes instituídos pela Lei Municipal 1.733/98, conforme as Cláusulas e Condições, abaixo expostas, senão vejamos;

CLÁUSULA PRIMEIRA–DO OBJETO/OBJETIVO

1.O presente Termo de Cooperação tem como objeto *a cessão e compartilhamento da Base Cartográfica - Sistema Informações Geoespaciais – GEOGLOUD, denominada SIG/VG*,utilizada pela SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA DA COOPERADA, NO CADASTRO IMOBILIÁRIO, para aproveitamento do COOPERADO DAE/VG com a finalidade de atualizar e modernizar seu banco de dados cadastrais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIREITOS E DEVERES DO COOPERADO DAE

2.1.O (s) servidor (es) devidamente treinado (s) do COOPERADO DAE/VG, fica (m)autorizado (s) a realizar consultas na base cartográfica da COOPERADA PREFEITURA.

2.2. O COOPERADO DAE/VG, deve protocolar via Sistema GESPRO, até o 5º, quinto, dia útil após a publicação deste termo, o (s) nome (s), dos servidores citados na *Cláusula 2.1*. Sendo obrigatório o envio, anexo;dos documentos, colacionados abaixo, senão vejamos;

(***i***)Cópia do documento Pessoal;

(***ii***) Cópia do comprovante do CPF/MF;

(***iii***) endereço eletrônico, e;

(***iv***) número do celular; para controle e cadastro da Prefeitura e da Empresa, bem como para a liberação do acesso ao Sistema;que deve ser **por meio de acesso identificado**.

2.3.O servidor da COOPERADA AUTARQUIA, poderá; com o seu *login*, realizar a inclusão de informações relativas às unidades de consumo. Desde que, os campos de inclusão estejam previamente cadastrados pela empresa que faz a gestão do sistema; contratada pela COOPERADA PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE/MT.

2.4. Caso haja a necessidade de treinamento; cursoe/ou qualquer capacitação do (s) servidor (es) da COOPERADA AUTARQUIA, no que tange ao uso/ funcionamento/ forma de inserção e/ou consulta dos dados do Sistema de Geo Informações aos servidores autorizados ao acesso dos dados cartográficos, o (s) custo (s) deverá (ão) ser arcado pelo COOPERADO DAE/VG.

2.5. ASECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA DA COOPERADA, fica autorizada a consultar e utilizar informações produzidas pelo COOPERADO DAE/VG, relativas à:

(***i***) Rede d'água;

(***ii***)Rede de Esgoto;

(***iii***)Unidades de Tratamento;

(***vi***)Unidades de Distribuição;

(***v***)Cadastro de Consumidores e;

(***v***) demais informações e/ ou serviços que possam ser classificados como deMelhoramento Público, conforme previsto nos incisos II e III do*artigo 11 da Lei Municipal n. 1.178/1991.*

CLÁUSULA TERCEIRA – ÔNUS EM CASO DE NOVAS CONTRATAÇÕES

3.1.O Pacto firmado entre a Prefeitura de Várzea Grande/MT e a Empresa de Geo Informações possuí objeto pré-definido. Contudo, caso haja a necessidade de adquirir novos produtos e/ou melhorias, a COOPERADA Autarquia deverá submeter seus pedidos, por escrito e protocolar com número de Processo/GESPRO, junto a representante do COOPERADO, a Secretaria de Gestão Fazendária, que irá verificar a possibilidade de atender à solicitação junto a empresa.

3.2. Havendo a possibilidade de implantar/ adquirir a melhoria solicitada pelo DAE/VG, os custos ficarão sob responsabilidade da Autarquia, ao qual deverá subsidia-los em sua integralidade, independente da nova aquisição ser benéfica ou não ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATIVIDADES E OBRIGAÇÕES DOS COOPERADOS

4.1. As atividades decorrentes do presente Termo serão executadas fielmente pelos COOPERADOS de acordo com suas Cláusulas, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. As ações relacionadas à execução das atividades objeto deste Termo dar-se-ão conforme cronograma de execução, preliminarmente acordado entre os COOPERADOS.

4.3.OS COOPERADOS, ficam obrigados a manter o sigilo absoluto dos dados, ficando estritamente proibido o compartilhamento das informações adquiridas por força deste Termo de Cooperação Técnica dados a qualquer Pessoa física e/ou Jurídica; Pública e/ou Privada;Ente e/ou Instituição; Autarquia, da esfera Municipal e/ou Estadual e/ou Federal.

4.5. Cada COOPERADO indicará dois servidores para serem os Gestores deste Termo a fim de acompanharem a sua execução, onde um será o Titular e um Suplente, devendo o COOPERADO informar qual a ocupação de cada servidor.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1.A assinatura do presente não implicará em repasse de recursos financeiros entre as partes para seu cumprimento, sendo que o custo das ações ou operações conjuntas decorrentes deste Termo não será rateado entre as partes, cabendo a cada um suportar o custo relativo aos seus recursos humanos e materiais empregados.

CLÁUSULA SEXTA–DA EFICÁCIA E VIGÊNCIA

6.1. A eficácia legal e Jurídica deste TERMO,e futuros aditivos está condicionada, ou seja, depende da publicação, no prazomáximo de trinta dias no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM, pelo COOPERADO DAE/VG.

CLÁUSULA SÉTIMA–DA VIGÊNCIA

7.1.O presente TERMO vigorará pelo prazo de 4 - quatro anos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DA RENOVAÇÃO

8.1 O presente CONVÊNIO se renovará de forma automática por igual período, ou seja, por mais quatro anos, desde que, não haja manifestação expressa das partes em rescindi-lo.

8.2 A eficácia da Notificação de desinteresse de continuidade do Convênio deverá ser igualmente publicada no Diário OficialEletrônico da Associação

Mato-Grossense dos Municípios - AMM, com antecedência mínima de seis meses da data do vencimento deste.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

9.1. O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 60, sessenta, dias pela parte interessada;

9.2. No caso de descumprimento de qualquer das cláusulas ora pactuadas poderá o COOPERADO prejudicado rescindir o presente Instrumento, mediante comunicação prévia e de forma escrita no prazo mínimo de 30, trinta, dias a parte infratora, imputando-se aos signatários as responsabilidades com ônus decorrentes das obrigações assumidas e benefícios adquiridos a vigência deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Os COOPERADOS elegem o foro de Várzea Grande/MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes do presente Termo de Cooperação, que não puderem ser solucionadas administrativamente. E, por estarem assim, juntas e acordadas, assinam as partes o presente, na presença das testemunhas abaixo, em 04, quatro, vias de igual teor e forma, para que produza efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O disposto neste Convênio aplica-se aos órgãos nele indicados, alcançando as mudanças de nomenclaturas posteriores na estrutura organizacional de cada Convenente, desde que os setores guardem relação de pertinência com as competências necessárias para consecução do objeto ora firmado.

11.2. As eventuais omissões, dúvidas ou controvérsias, quanto à interpretação ou ao cumprimento do presente Convênio de Cooperação Técnica, serão resolvidas de comum acordo entre as partes, podendo se necessário, ajustes por meio de aditivos a este.

11.3. O presente Convênio não confere aos servidores de cada uma COOPERADO a faculdade de praticar atos de administração privativa do outro.

11.4. Em todos os atos e documentos formalizados ou praticados pelos convenentes em razão do convênio, este se fará constar como seus fundamentos.

11.5. A comunicação prévia referida no inciso VI, subitem 2.1.1 da Cláusula Segunda e noutras cláusulas deste Convênio, deverá ser feita às Secretarias Convenentes com pelo menos 24, vinte e quatro, horas de antecedência.

E, por estarem, em comum acordo, assinam o presente acordo em 02, duas, vias, de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Várzea Grande/MT, 23 de fevereiro de 2021

Carlos Alberto Simões de Arruda

Diretor Presidente Departamento de Água e Esgoto - DAE

Município de Várzea Grande

Lucineia dos Santos Ribeiro

Secretária Municipal de Gestão Fazendária

Prefeitura de Várzea Grande/MT

AVISO DE LICITAÇÃOTOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2021 - MENOR PREÇO GLOBAL/ EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Processo n° 708476/2020. Objeto: seleção da proposta mais vantajosa para a seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Demolição e Reconstrução dos espaços atingidos pelo fogo da**EMEB "Senhora Dirce Leite de Campos",** localizada na Rua 12, s/n°, Bairro: Jardim Itororó no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximadamente 505,00m²,contemplando os serviços de demolição e retiradas, terraplanagem, fundações e superestruturas, fechamentos, cobertura, pintura interna e externa, revestimentos, instalações hidrossanitária e elétricas, esquadrias e calçamento, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos.A realização está prevista para o **dia 25 de março de 2021**, às **09h00min** (horário local), O Edital completo está à disposição dos interessadosgratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande – MT, 05 de março de 2021.**Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº241/SAD/2021

A Secretária Municipal de Administração de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

DESIGNAR a Sra. MARCELUCY BUENO DE MORAES, matrícula nº 111067, Técnico de Nível Superior, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em conformidade com o artigo 173, § 2° da Lei Complementar n° 1.164/91 alterado pela Lei 3.495/2010, para acompanhar o processo n° 061/2020, na fase em que se encontra e, no prazo legal de 15 (quinze) dias apresentar a competente defesa escrita, tendo em vista que o indiciado foi declarado revel.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Várzea Grande, 23 de fevereiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº240/SAD/2021

A Secretária Municipal de Administração de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

DESIGNAR a Sra. MARCELUCY BUENO DE MORAES, matrícula nº 111067, Técnico de Nível Superior, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em conformidade com o artigo 173, § 2° da Lei Complementar n° 1.164/91 alterado pela Lei 3.495/2010, para acompanhar o processo n° 045/2020, na fase em que se encontra e, no prazo legal de 15 (quinze) dias apresentar a competente defesa escrita, tendo em vista que o indiciado foi declarado revel.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Várzea Grande, 23 de fevereiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 233/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos

Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 048/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 22 de fevereiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 256/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 717087/2021,

RESOLVE:

Conceder àservidora**NEUZELI DE SOUZA,ma**trícula 36796, exercendo o cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde,**02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **01/03/2021 a 01/03/2023.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,1° de marçode 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 28, DE 05 DE MARÇO DE 2.021

Designa os Servidores para a função de Fiscal Sanitário Municipal para atuar na Vigilância Sanitária / Secretaria de Municipal de Saúde de Várzea Grande.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 que atribui no campo do SUS à execução de ações de Vigilância Sanitária.

CONSIDERANDO a Lei nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que elenca as infrações da Legislação Sanitária Federal e suasrespectivas sanções.

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 3863/2012, que atribui competência aos agentes fiscais sanitários para desenvolverem as ações de Vigilância Sanitária em razão do Poder de Polícia Administrativo, exercerão todas as atividades inerentes a função de Fiscal Sanitário, tais como: inspeção e fiscalização sanitária, lavratura de auto de infração sanitária, instauração de processo administrativo sanitário, interdição cautelar de estabelecimento, interdição e apreensão cautelar de produtos; fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários e outras atividades estabelecidas para esse fim.

RESOLVE:

Art. 1º Designar como Agentes Fiscais Sanitários os servidores abaixo relacionados, para exercerem a funçãode Fiscal Sanitário Municipal de Vigilância Sanitária, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, momentaneamente, para exercerem atividades nas ações de combate a pandemia da COVID-19:

Nome	Função
Alberto Ribeiro Prates	Fiscal Sanitário
Anna Rachel de Moraes Gomes Lima	Fiscal Sanitário
Benedita Gonçalina da Silva Gama	Fiscal Sanitário
Edimilson Pinheiro da Silva	Fiscal Sanitário
Gilza Laurentino Melo	Fiscal Sanitário
Júlio César de Moraes Gonçalves	Fiscal Sanitário
Pedro Rosa Rondon	Fiscal Sanitário
Renata Emy Semoto	Fiscal Sanitário
Roberto Da Costa Moreira	Fiscal Sanitário
Solange Christine Arruda Fava	Fiscal Sanitário

Art. 2º Aos servidores designados como Agentes Fiscais Sanitários é vedado possuir vínculo, de qualquer natureza, com empresas e estabelecimentos que exerçam atividades sujeitas ao controle sanitário, sendo elas públicas ou privadas, da administração pública direta ou indireta, salvo aqueles que desempenharem a mesma função na Vigilância Sanitária da esfera Municipal, Estadual ou Federal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2021 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo n° 711579/2021. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de massa asfáltica tipo concreto betuminoso usinado a quente - CBUQ em sacos de 25 kg, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Viação e Obras do Município de Várzea Grande/MT.A realização da sessão púbica está prevista para o dia **22 de março de 2021, às 9hs00min. (horário Local)**. O Edital **encontra se** à disposição dos interessados no site http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/100/170... e na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitações. Várzea Grande-MT, 04 de março de 2021. **Luiz Celso de Moraes Oliveira -** SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS.

AVISO DE LICITAÇÃOPREGÃO PRESENCIAL N. 02/2021-MENOR PREÇO POR ITEM

Processo n°711849/2021. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de tubos de concreto, a fim de atender as necessidades da secretaria de viação e Obras do Município de Várzea Grande/MT.A realização da sessão púbica está prevista para o dia **18 de março de 2021, às 9hs00min**. (horário Local). O Edital **encontra se** à disposição dos interessados no site http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/100/170... e na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitações. Várzea Grande-MT, 03 de março de 2021. **Luiz Celso de Moraes Oliveira -** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS.

PORTARIA Nº 235/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 30 de setembro de 2020, pág.775, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 064/2020 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam da Comunicação Interna nº 554/2020, protocolizado sob o nº 658696/20, da Secretaria Municipal de Saúde,bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande,22 de fevereirode 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 236/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 30 de setembro de 2020, pág.775, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure o Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2021 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam doOfício nº 290/CGM/2019, protocolizado sob o nº 596151/19, doControlador Geral do Município,bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande,22 de fevereirode 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

DAE/VG
PORTARIA Nº 089/2021

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021 – HIPOSAL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUA EIRELI – CNPJ: 23.203.470/0001-58.

BDV TRADING COMERCIO ATACADISTA EIRELI – CNPJ: 35.095.537/0001-67;

INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA(FILIAL) – CNPJ: 10.717.170/0009-00.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021/DAE-VG

PROCESSO ADM 007/2021

Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos químicos para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Calmiro Francisco Ferreira

RG N.º 376130 SSP/MT CPF N.º 384.174.211-49

END.º: Rua Maranguá n.º 65 Bairro: Pedregal Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 525

Suplente de Fiscal: Benedito Justiniano Pedraça

RG N.º 112072 SSP/MT CPF N.º 047.980151-72

END.º: Rua Teofilo de Arruda n.º 429 Bairro: Duque de Caxias

Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 2.342

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 05 de Março de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

PORTARIA Nº 247/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 30 de setembro de 2020, pág.775, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure o Processo Administrativo Disciplinar nº 066/2020 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam daComunicação Interna nº 779/2020, protocolizado sob o nº 663950/20, doSecretário Municipal de Saúde,bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande,02 de marçode 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº250/2021

Ao Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei 3.506/2010 e Leis Complementares nº 3.453/2010; e 4.293/2017, que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências":

RESOLVE:

Enquadrar a servidora da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Saúde, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVEL MÉDIO

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H.	CLAS/ NÍVEL
JANIETE MAIA DA SILVA SANTOS	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	AGENTE DE SAÚDE MUNICIPAL	30.04.2002	30H	**D-07**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partirde **01.03.2021.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **03 de março de 2021.**

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO 2°TERMO ADITIVO

ESTADO DE MATO GROSSO
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
Em conformidade com o Art. 244 da Lei 1.164/91; DECRETO Nº 64 DE 2014; Art. 73, inciso V, alínea “d”; Art. 10, inciso I da Lei 7.783/89; Lei Municipal nº 2.613/2003 e Parecer Jurídico do Procurador Chefe Nº040/2021/JUR/DAE/VG.
.
Extrato do 2°Termo Aditivo de Contrato Temporário para Prestação de Serviço.

SERVIDOR	MATRI.	CARGO	ADITIVO/ INÍCIO	TÉRMINO	CONTRATO
PEDRO PINTO DA SILVA FILHO	2297	AGENTE DE SANEMANETO/ DESENHISTA TÉCNICO	05.03.2021	05.09.2021	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Várzea Grande, 05 de Março de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente /DAE-VG.

PORTARIA Nº251/2021

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei 3.506/2010 e Leis Complementares nº 3.507/2010; e 4.293/2017, que “dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências”:

RESOLVE:

Enquadrar o servidor da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Saúde, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

NÍVEL ELEMENTAR

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	C/H.	CLAS/ NÍVEL
JOSELINO DE CAMPOS	MOTORISTA	AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS – PERFIL MOTORISTA	01.11.1984	30H	**A-08**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partirde **01.03.2021.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **03 de março de 2021.**

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PORTARIA N°0053/2021/GAB/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias, consoante a Lei Complementar n/º3.797/2012.

EXERCÍCIO – 2019/2020					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
26885	LEANDRO MIGUEL DA SILVA	TSAE - TSM	EMEB SENHORA DIRCE LEITE DE CAMPOS	01/03/21 A 30/03/21	30
87173	LUIZ CEZAR COSTA JUNIOR	TSAE - TSM	CMEI PROFESSORA JAYR LUIZA DE CAMPOS UNTAR	03/03/21 A 01/04/21	30
25602	JUNIOR MARCELO LIMA E SILVA	TSAE - TSM	NTM	02/03/21 A 31/03/21	30
43341	SILMARA LOPES DA COSTA FEITOSA	PROFESSOR	EMEB PADRE LUIZ MARIA GHISONI	08/03/21 A 06/04/21	30
EXERCÍCIO – 2020/2021					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
1340	AIRTON PAES PINTO	TSAE - TSM	CMEI ANTONIO NORBERTO DE B. CORREA FILHO	05/03/21 A 03/04/21	30
3259	ANATALIA CORREA CAMPOS	TAE	EMEB RITA AUXILIADORA C. CUNHA	04/03/21 A 02/04/21	30
100818	APARECIDA CONCEICAO BENETOLLI	PROFESSOR	EMEB ABDALA JOSE DE ALMEIDA	29/12/20 A 27/01/21	30
130243	CARINA NUNES DE AMORIM	TSAE - TN	CMEI ELEUZA MARIA SOUZA SANTOS	03/03/21 A 01/04/21	30
140643	CAROLINE OLIVEIRA DE QUEIROZ	TDE - TDEE	CMEI ANA ISABEL MOREIRA DA SILVA	29/12/20 A 27/01/21	30

7374	CELIA FERREIRA DOS SANTOS	TAE	EMEB AIR ADDOR	01/04/21 A 30/04/21	30
21008	JAIME NATIVIDADE DE OLVEIRA	TSAE - TSM	EMEB LENINE C. POVOAS	01/04/21 A 30/04/21	30
21250	JANE MARCIA DE ARRUDA PIRES	PROFESSOR	EMEB SENHORA DIRCE LEITE DE CAMPOS	10/03/21 A 29/03/21	20
130723	MAICON ANTONIO RAIMUNDO STRADA	TSAE - TSM	CMEI ISABEL PINTO DE CAMPOS	01/04/21 A 30/04/21	30
31484	MARI NEI DE ALMEIDA	PROFESSOR	EMEB ANTONIA FELIPA DE CAMPOS MARTINS	01/03/21 A 10/03/21	10
34740	MARLENE DO ESPIRITO SANTO ROCHA	TAE	EMEB ANTONIO GOMES DA CRUZ	08/03/21 A 12/03/21	5
43236	SIDNEI ROBERTO DE SOUZA	PROFESSOR	EMEB MARIO ANTUNES DE ALMEIDA	08/03/21 A 17/03/21	10
43237	SIDNEI ROBERTO DE SOUZA	PROFESSOR	EMEB MARIO ANTUNES DE ALMEIDA	08/03/21 A 17/03/21	10
43341	SILMARA LOPES DA COSTA FEITOSA	PROFESSOR	EMEB PADRE LUIZ MARIA GHISONI	07/04/21 A 06/05/21	30

Várzea Grande,05demarço de 2021.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Charles Fabiano Araújo Quadro

Coordenador de Gestão de Pessoas/SMECEL-RH

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

RECURSOS HUMANOS
T E R M O D E P O S S E

No dia 05 de março do ano de dois mil e vinte e um às 09:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, o Senhor **BRUNO BARBOSA DA SILVEIRA**,portador da cédula de identidade RG – 10157724 SSP/MG e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o n. 008.142.871-58 para tomar posse no cargo de **PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA** em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e da PORTARIA nº 166 de 25 de fevereiro de 2021.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO

Secretária de Administração

_____

Empossado

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº 004/2021

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **JACOB ANDRE BRINGSKEN,** brasileiro, divorciado, Médico Clinico Geral, inscrito no **CRM/MT** sob o nº 2018, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029 SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00, e de outro lado, Sr(a), e de outro lado, Srª. **MORGHANA DA CRUZ CREMA, brasileir**a, solteira, portadora do documento de identidade RG 1618079-8 SSP/MT, e inscrito no CPF **017**.474.981-30 residente e domiciliada neste município, aqui denominado simplesmente **CONTRATADO**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O CONTRATADO, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **ENFERMEIRA,** perfazendoa carga horária de **40 horas semanais**, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde deste Município, por um período de no Maximo 200 horas mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração do **CONTRATADO** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá a **CONTRATADO** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$$ 5.876,22** (Cinco mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e vinte e dois centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - O **CONTRATADO** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com a **Lei complementar 002/2006** de 26 de junho de 2006,com a **Lei Municipal nº.1.409/2019** de 26 de fevereiro de 2019, com a **Lei Municipal 1484/2020** de 29 de dezembro de 2020, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

08-Secretaria Municipal de Saúde

02- Fundo Municipal de Saúde

2.081 – Manutenção Fundo Municipal de Saúde

31.90.04.00- Contratação por tempo determinado

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pelo **CONTRATADO**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 06 (seis) meses, em substituição a servidora Graciele Pires (Licença Médica), podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, e, ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambos desobrigados entre si, findados presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade - MT, 02 de março de 2021.

JACOB ANDRE BRINGSKEN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MORGHANA DA CRUZ CREMA

Contratado

TESTEMUNHAS

_____

NOME: SUELY PEREIRA DA SILVA

CPF: 420.527.341-04

RG: 07290276 SSP/MT

_____

NOME: REGINA LEONORA DE SOUZA

CPF: 581.807.531-15

RG: 719520 SSP/MT

PORTARIA N. 176/2021

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **ANA EVANILCE DE FRANÇA,** portadora do RG: 340987 SSP/MT e CPF: 284.337.771-49, no cargo de merendeira, **Licença-Prêmio,** pelo período de 03 (três) meses consecutivos, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da Lei Municipal 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o Artigo 1º corresponde ao período aquisitivo de **14/03/2004 a 13/03/2009**, tendo início **08/03/2021** e término em **07/06/2021**.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

RETIFICAÇÃO – EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

RETIFICAÇÃO – EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2021

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade -MT, torna público a **RETIFICAÇÃO** da publicação do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2021**, Publicado no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e no Jornal Eletrônico dos Municípios do estado de Mato Grosso.

INCLUIR:

No Item: 7.1.3 A documentação relativa à **Qualificação Técnica**, consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

Retirando apenas a redação final do item 7.1.3 "c", do edital, a saber: "**com a apresentação de Comprovante de Contribuição Patronal Sinapro/MT.".**

Ficando os demais itens inalterados conforme sua sequência.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 05 de março de 2021.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA N.175/2021.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **LEANDRO SILVA FONSECA,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 1992985-4 SSP/MT e CPF n. 041.091.651-05, do cargo de provimento em comissão de **Chefe de Divisão de Esporte e Lazer**, **Símbolo C.C.4**, a contar desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS do mês de MARÇO DO ANO de dois mil E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 003/2020

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato 003/2020, inicialmente pactuada no Processo Licitatório nº 013/2020 na modalidade, adesão nº 001/2020, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do dia **11/02/2021** até **11/02/2022.**

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 02 de março de 2021.

ASSINANTES /Abmael Borges da Silveira - Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante

CENTRO AMÉRICA FROTAS LTDA (09.179.444/0001-00) - contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 020/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 020/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 011/2021

CONCORRÊNCIA Nº 001/2021

DO OBJETO: Concessão Onerosa, de uso do espaço físico edificado e caracterizado como QUIOSQUE, **"Praça Central"** com 133,03m² de área construída localizado na Avenida brasil centro, pertencente ao Poder Público Municipal, destinado para comercialização de gêneros alimentícios e bebidas, com serviços caracterizados como de bar, restaurante e/ou lanchonete em geral, em conformidade com as Leis Municipais nº 617/2006 e 1260/2014 e Decreto nº 111/2018..

DA CONTRAPARTIDA: A Cessionária recolherá a importância de R$ 1. 093,42 (Hum mil, noventa e três reais e quarenta e dois centavos), mensais, correspondente a 23(vinte e três) URFVR/2021 relativa a contrapartida da concessão de uso, mensalmente, com 10 dias de antecedência do início das atividades na importância referente ao período de 01 (um) mês, em favor da Prefeitura Municipal de Vila Rica, CNPJ 03.238.862/0001-45, através de DAM - Documento de Arrecadação Municipal. A partir do segundo mês a Cessionária pagará ao Cedente até o 5º (quinto) dia de cada mês, através de DAM - Documento de Arrecadação Municipal e apresentar o comprovante de pagamento no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas à Secretaria Municipal de Administração.

DATA: Vila Rica/MT, 05 de Março de 2021.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA– Prefeitura Municipal De Vila Rica – Cedente

R. PRATES DOS SANTOS EIRELI ME (26.624.608/0001-80) – Cessionária.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°002/2021(POSTO BEGE)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°002/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a REAJUSTE do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 001/2021 na modalidade Pregão Eletrônico n° 001/2020 de acordo com a planilha abaixo:

LOTE 03 – DIESEL S 500

ITEM PRODUTO VALOR REGISTRADO % DE REAJUSTE VALOR FINAL

1 Óleo diesel S500 3,99 11,78% R$ 4,46

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

DATA: Vila Rica/MT, 05 de Março de 2021.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

GEFTANY CALISTO DA SILVA - POSTO BEGE LTDA (04.551.477/0001-16) - CONTRATADA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 019/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2021

DISPENSA 006/2021

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e configuração de sistema de gravação de imagens, para atender a demanda do Paço Municipal.

3.1 DO VALOR E DO PAGAMENTO: O presente contrato é firmado pelo valor certo e ajustado no total de R$ **13.786,98**(Treze mil e setecentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos) e serão pagos em uma única parcela, em até 10(dez) dias corridos após o recebimento e instalação dos equipamentos, como também a conferencia e atesto da Nota Fiscal.

DA VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 05 de Março de 2021.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

SEGURA - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA (21.271.767/0001-25) – Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 006/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 006/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2021

RATIFICO, a contratação por meio de contrato de prestação de serviço a ser firmado com a empresa **SEGURA - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA** inscrita no C.N.P.J 21.271.767/0001-25, com base no Art. 24 em seu Inc. II, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e configuração de sistema de gravação de imagens, para atender a demanda do Paço Municipal. O valor global da contratação é de R$ **13.786,98**(Treze mil e setecentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos). RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Srª NUBIA NARA DE OLIVEIRA SILVA, Presidente da C.P.L, e Parecer Jurídico do Procurador do Município Sr. Pierre Fabrício Gouveia de Oliveira, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Vila Rica, 05 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

C.P.F.: 328.086.071-72

R.G.: 1614784 SSP/GO

Contratante

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO CC Nº 001/2021

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2021

CONCORRÊNCIA Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela portaria nº 052/2021, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado da **Concorrência nº 001/2021,** Concessão Onerosa, de uso do espaço físico edificado e caracterizado como QUIOSQUE, **"Praça Central"** com 133,03m² de área construída localizado na Avenida brasil centro, pertencente ao Poder Público Municipal, destinado para comercialização de gêneros alimentícios e bebidas, com serviços caracterizados como de bar, restaurante e/ou lanchonete em geral, em conformidade com as Leis Municipais nº 617/2006 e 1260/2014 e Decreto nº 111/2018, onde foi declarada vencedora a empresa:

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL (R$)
R. PRATES DOS SANTOS EIRELI ME (26.624.608/0001-80)	R$ 1.093,42 (Hum mil, noventa e três reais e quarenta e dois centavos) correspondente a 23(vinte e três) URFVR/2021.

Vila Rica – MT, 05 de Março de 2021.

NUBIA NARA OLIVEIRA SILVA

Presidente da C.P.L

Portaria nº 052/2021

UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO - UNDIME

CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

A Diretoria Executiva da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT, por intermédio de seu Presidente Eduardo Ferreira da Silva, no uso de suas atribuições, CONVOCA conforme estabelecido nos artigos 18 a 22 do Estatuto e nos artigos 4º e 5º do Regimento Interno da Entidade, os **Membros Efetivos** para **o 15º Fórum Estadual Ordinário**, a se realizar de modo híbrido, ou seja, presencial apenas para os membros efetivos e de modo virtual, para os membros natos e efetivos e, as equipes técnicas dos 141 municípios do estado de Mato Grosso. O 15º Fórum acontecerá nos dias **30/03/2021 das 9h às 17h e 31/03/2021 das 8h às 13h**, em Cuiabá com a **seguinte pauta:**

I) Palestras

II) Tomar ciência do balanço de gestão da diretoria executiva relativa ao biênio 2019/2021, o qual inclui a prestação de contas e acompanhado de parecer emitido pelo conselho fiscal;

III) Eleição e Posse do novo Quadro Administrativo: Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Representantes para o Conselho Estadual de Representantes da Undime/MT sendo 3 titulares e 3 suplentes; Representantes de Delegados (as), sendo 5 titulares e suplentes, todos para o biênio 2021/2023;

IV) Apreciação e deliberação quanto ao Plano de Trabalho para o biênio de 2021/2023;

V) Assuntos de interesse geral.

Nos termos do artigo 6º, inciso II e artigo 12º do Estatuto Social considera-se Membro Efetivo, para fins de participar, votar e ser votado, aquele cujo município tenha se associado e quitado a contribuição associativa junto à Undime/MT.

LOCAL DO EVENTO: Hotel Fazenda Mato Grosso, situado na Rua Antônio Dorileo, N.1100, Telefone: 65 3315-1200, Coxipó, Cuiabá/MT.

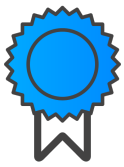
Cuiabá/MT 05 de Março de 2021.

Eduardo Ferreira da Silva

DME de Canarana/MT

Presidente da UNDIME/ MT

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Mar 07 23:32:02 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)